



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ELIANA EVANGELISTA BATISTA

A BAHIA PARA OS BAIANOS:
ACOMODAÇÃO E REAÇÃO POLÍTICA AO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS
(1930-1937)

Salvador
2018

ELIANA EVANGELISTA BATISTA

A BAHIA PARA OS BAIANOS

**ACOMODAÇÃO E REAÇÃO POLÍTICA AO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS
(1930-1937)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de doutora em História.

Prof. Orientador Dr. Carlos Zacarias F. de Senna Junior

Salvador

2018

ELIANA EVANGELISTA BATISTA

A BAHIA PARA OS BAIANOS

**ACOMODAÇÃO E REAÇÃO POLÍTICA AO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS
(1930-1937)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutora em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em: 21/12/2018

Prof. Dr. Carlos Zacarias F. de Senna Junior – Orientador
Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFP
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Maurício Freitas Brito - UFBA – Examinador
Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia – UFBA
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Paulo Santos Silva - UNEB – Examinador
Doutor em História pela Universidade de São Paulo – USP
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Prof.^a Dr.^a Maria Elisa Lemos Nunes da Silva – Examinadora
Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFP
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Prof. Dr. Felipe Abranches Demier - UERJ – Examinador
Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

A

Edinalva Evangelista e Donato Joaquim Batista, meus pais.

Débora Batista Rocha, Lucas Batista de Assis Soares, Cassiano
Batista de Assis Soares e Felipe Batista de Assis Soares, filha e filhos.

Com carinho e afeto inesgotáveis.

AGRADECIMENTOS

A Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado da Bahia, FAPESB, pela concessão da bolsa que viabilizou a pesquisa.

Ao professor Carlos Zacarias, que acolheu com carinho a solicitação para orientar esta tese. Agradeço pelo respeito que demonstra pelas nossas iniciativas e pelos incentivos e desafios colocados a partir das suas leituras sempre criteriosas do nosso texto.

Ao professor Marcelo Pereira Lima, que gentilmente assumiu a orientação no primeiro ano do doutorado e mesmo fora do Brasil deu o suporte necessário para viabilizar a concessão da bolsa. Muito obrigada!

Ao professor Paulo Santos Silva, que acompanhou este projeto desde o início, compartilhou fontes de pesquisa e participou da banca de qualificação. Obrigada pela leitura atenciosa dos primeiros capítulos, pelas sugestões preciosas e pela amizade e apoio que sempre me dispensou.

Ao professor Maurício Freitas Brito, pelas observações e críticas feitas no processo de qualificação e por aceitar, mais uma vez, participar da banca examinadora. Espero ter incorporado as sugestões mais que pertinentes do seu primeiro exame.

À professora Maria Elisa Lemos Nunes da Silva e ao professor Felipe Abranches Demier, meus agradecimentos por ter aceitado fazer parte da Banca Examinadora.

Aos professores Antônio Guerreiro, Milton Moura, Wlamira Albuquerque e Iraneidson Costa, pelo aprendizado durante as aulas e pelas sugestões feitas ao projeto. Agradeço igualmente à professora Maria de Fátima, pela acolhida para a realização do tirocínio docente.

Aos estudantes do 1º Semestre do curso de História 2015.1, da UFBA e da UNEB e aos estudantes do 8º Semestre do curso de História 2015.2, da UFBA, pelo aprendizado durante as aulas de Introdução ao Estudo da História, Teoria e Metodologia da História e Historiografia II.

Aos colegas de turma, pelas sugestões ao projeto, indicações bibliográficas, trocas de fontes e pela amizade.

Aos coordenadores do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFBA, e a Gilvan Santos, pela disposição em resolver todas as nossas pendências.

Aos funcionários do Arquivo Público da Bahia, Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Centro de Documentação da UESC, Fundação Pedro Calmon, Câmara Municipal de Valença, Arquivo Público de Camamu, Câmara Municipal de Una, Câmara Municipal de Canavieiras, Biblioteca Municipal de Canavieiras, Fundação Iraci Gama de Cultura, Arquivo Municipal de Alagoinhas, Câmara Municipal de Vereadores de Alagoinhas e demais arquivos nos quais pesquisei, em nome de Jó e Sr. Renê, da Câmara Municipal de Itabuna, e Janete, da Câmara Municipal de Valença, pelo compromisso e zelo com o qual tratam a documentação histórica.

Devo registrar que o acesso *online* aos arquivos da Biblioteca Nacional, através da Hemeroteca Digital e ao acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC/FGV foi fundamental para a escrita deste trabalho. Igualmente importantes foram os acessos à Biblioteca Virtual Consuelo Pondé e a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Agradeço aos funcionários dessas Instituições que me dispensaram a necessária atenção sempre que precisei sanar dúvidas e pendências com cópias de arquivos e direitos autorais.

A Fernando Reis, que me acolheu em sua residência no município de Canavieiras, dividiu comigo as suas histórias, memórias e arquivo pessoal. Meus sinceros agradecimentos. Agradeço também a Durval Pereira de França e Raimundo Antônio Tedesco, pela acolhida e indicações de fontes e bibliografia.

Aos amigos que contribuíram nesta jornada e não permitiram que a minha trajetória de pesquisa fosse solitária. Carlos Nássaro Araújo da Paixão, por gentilmente ceder as imagens do jornal *Diário de Notícias*, fundamental para a recomposição da política partidária na Bahia no período recoberto por esta tese. Ricardo Sizílio, pela cessão do processo dos estudantes da Faculdade de Medicina, do ano de 1922, que iluminou a organização política dos estudantes na luta pela reconstitucionalização do país.

Agradeço imensamente a rede de mulheres que me ajudaram a tecer essa trama. A minha irmã, Joelice Batista e às amigas Cida e Jailce, pela companhia durante a pesquisa realizada no sul da Bahia, entre o pó dos arquivos de Itabuna, Ilhéus, Una, Canavieiras,

Valença, Camamu e as aventuras nas Cachoeiras, mirantes, bacias e ilhas paradisíacas. Saudades!

Agradeço também a Iracélli da Cruz Alves e a Aline Najara Gonçalves pelas pesquisas realizadas “sob encomenda”, durante as suas estadas no Rio de Janeiro, respectivamente no CPDOC e IHGB, nas quais colheram informações imprescindíveis à feitura deste texto.

A Amélia Saback Alves Neta, pelo companheirismo e acolhida em Salvador durante o processo de seleção e cumprimentos dos créditos do doutorado.

A minha irmã, Lindiara Batista, sempre parceira, pela disponibilidade e dedicação em identificar as imagens dos jornais fotografados, o que me permitiu recuperar as informações com maior facilidade e precisão e por todo apoio nos diferentes momentos da minha vida.

Aos membros do GEPEA- Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Alagoinhas, com os quais compartilhei ao longo desses quatro anos os resultados parciais da pesquisa.

Um agradecimento especial para a minha família. Aos meus pais, Edinalva Evangelista e Donato Joaquim Batista, sempre dispostos a ajudar, incentivadores incansáveis dos meus projetos de vida e porto seguro para todos os meus tropeços.

Ao meu irmão, Donato Evangelista Batista, pelo suporte nos deslocamentos todas as vezes que precisei conciliar a pesquisa, a escrita da tese e os concursos.

A Ede Ricardo de Assis Soraes, que afetuosamente dividiu e divide comigo a pesquisa no arquivo, a alegria da novidade das fontes, o debate teórico e historiográfico e as tarefas e responsabilidades da vida pessoal, sempre imprevisível e desafiadora. Obrigada pelo companheirismo e por interromper, dezenas de vezes, a minha disciplina com os estudos com uma música tirada ao violão.

Agradeço a Débora Batista Rocha, minha filha, que este ano ingressou no mundo acadêmico. Obrigada pelas fugas, sempre necessárias, para as nossas sessões de séries e filmes, sempre fartas de pipoca e suspense.

Um agradecimento mais que especial a Lucas, Cassiano e Felipe, principais colaboradores do meu orientador em casa. Sempre rigorosos com o prazo para concluir o texto; lembrando quase diariamente que eu prometi finalizar a tese em março; reclamando das numerosas correções (quem corrige é o professor, você não sabe disso não?); cobrando que eu colocasse “desenhos” porque um livro só “de letras é muito chato”; perguntando se “o livro”

teria mil páginas... Confesso que não foi fácil escrever uma tese com vocês, mas longe de tomar essas palavras como obstáculos, acolhi como um apelo, um aceno para que eu não esquecesse que a minha vida profissional e acadêmica jamais pode ser dissociada da imensa afetividade que cerca a minha vida particular. Esse texto é resultado do que foi possível fazer na companhia de vocês. Porém, sem ela, ele teria menos sentido!

Que bom que não ando só!

A mulata velha está toda sacudida. Lavou a melhor saia preta, engomou a camisa bordada, passou a ferro o chalé de seda, adornou-se com o “barangandans” de ouro, meteu as chinelinhas nas pontas dos pés bem lavadinhos e caiu na rua. Já viu o Gegé e achou-o interessante.

(Euvaldo Pinho informando a Otávio Mangabeira, no exílio, sobre o contentamento da Bahia pela visita de Getúlio Vargas. Carta de 2 de agosto de 1933).

Para lutar pela autonomia baiana, a serviço do Brasil, fundou-se, imediatamente, a Concentração Autonomista. [...] Se é mister que o meu nome se queime, pela altivez da Bahia, bendito o fogo que o reduza a cinzas, tão pouco, aos demais, ele vale. [...] Como quer que seja, a todo o tempo, se há de reconhecer que, resistindo à dominação da Bahia, em uma hora tormentosa da vida nacional – e montando, mais ou menos, a 140 mil o total dos votantes, ao termo de um jornada eleitoral, que não dispôs de mais de trinta dias – 50 mil baianos protestaram, pela autonomia da sua terra.

(Otávio Mangabeira, *Palavras... ao vento!* Relato sobre a campanha eleitoral na Bahia, no ano de 1934. 31 de março de 1938).

BATISTA, Eliana Evangelista. *A Bahia para os baianos: acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930-1937)*. 535 f. 2018. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMO

Esta tese analisa os desdobramentos políticos da Revolução de 1930 na Bahia, destacando a atuação dos grupos políticos e partidários que se opuseram ao governo de Getúlio Vargas entre 1930 e 1937. Com base na pesquisa bibliográfica e de arquivo que analisou uma diversidade de fontes, a exemplo de cartas, manifestos, ofícios, livros de memórias e principalmente jornais editados no período, demonstra-se que a Revolução de 1930 teve uma base de sustentação política na Bahia formada por dissidências da oligarquia no estado, especialmente produtores em litígio doméstico com os governos de Góes Calmon (1924-1928) e Vital Soares (1928-1930). Depostos pelo movimento revolucionário de outubro, os remanescentes do governo calmonista e os mangabeiristas foram inicialmente substituídos por seabristas, que se juntaram à Aliança Liberal no ano de 1929. Diante da dificuldade em atender aos interesses dos grupos revolucionários, em razão da forte crise de hegemonia que se instalou no período, os interventores baianos que assumiram o governos nos primeiros meses após a revolução foram substituídos por um militar cearense, Juraci Magalhães, que atuou de forma discricionária e constitucional, entre os anos de 1931 e 1937. Contra ele e o projeto de governo centralizador que representava, insurgiu um grupo de baianos. Inimigo de véspera, este grupo que se autodenominou *autonomista*, liderado pelo deputado Otávio Mangabeira, envidou esforços para retomar as rédeas do governo do estado. Longe de significar apenas o desejo de devolver a Bahia à posse de si mesma, as lutas políticas e partidárias que daí emergiram, expressas no jogo das aparências de uma narrativa regionalista e intensificadas nas disputas eleitorais do conturbado jogo político constitucional da década de 1930, revelam a verdadeira face desse ajuntamento de oposição. Formada por produtores, comerciantes e políticos profissionais que participavam diretamente do controle do Estado, antes de 1930, os autonomistas buscavam resguardar os seus interesses materiais e mais que isso, confrontavam abertamente o novo modelo de Estado que estava sendo gestado em substituição ao federalismo oligárquico que defendiam, cuja existência estava ameaçada pelo forte aparato coercitivo do governo de Getúlio Vargas e pela incapacidade das oligarquias regionais em superar a crise de hegemonia nos diferentes estados, culminando no golpe de 1937 que instalou o Estado Novo no Brasil.

Palavras-chave: Brasil Republicano. Política. Revolução de 1930. Autonomismo. Bahia. Getúlio Vargas.

BATISTA, Eliana Evangelista. *A Bahia para os baianos: acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930-1937)*. 535 f. 2018. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

ABSTRACT

This thesis analyzes the political developments of the 1930 Revolution in Bahia, highlighting the actions of the political and partisan groups that opposed the government of Getúlio Vargas between the years of 1930 and 1937. Based on the bibliographical and archival research that analyzed a large number of sources — such as letters, manifests, memoirs, and mainly newspapers published at the time — it is shown that the Revolution of 1930 had a base of political support in Bahia formed by dissidents of the oligarchy in the state, especially producers in domestic litigation with the governments of Góes Calmon (1924-1928) and Vital Soares (1928-1930). Deposed by the revolutionary movement in October, the remnants of the calmonista government and the mangabeiristas were initially replaced by the seabristas, who joined the Liberal Alliance in 1929. In view of the difficulty in meeting the interests of the revolutionary groups, due to the strong hegemonic crisis that took place in the period, the Bahian intervenors who took over the government in the first months after the revolution were replaced by Juraci Magalhães, a citizen of the state of Ceará, who acted in a discretionary and constitutional manner between 1931 and 1937. Against him and the project of centralizing government that he represented, insurged a group of Bahians. Former enemy, this group that called itself autonomist, led by deputy Otávio Mangabeira, made efforts to take back the control of the state government. Far from signifying only the desire to return Bahia to self-possession, the political and party struggles that emerged from it, expressed in the play of the appearances of a regionalist narrative and intensified in the electoral disputes of the troubled constitutional political game of the 1930s, reveal the true meaning behind this opposition gathering. Formed by producers, traders and professional politicians who participated directly in the control of the State, before 1930, the autonomists sought to safeguard their material interests. Besides that, they openly confronted the new state model that was being developed instead of oligarchic federalism, whose existence was threatened by the strong coercive apparatus of Getúlio Vargas' government and the inability of regional oligarchies to overcome the crisis of hegemony in the different states, culminating in the coup of 1937 that installed the Estado Novo in Brazil.

Keywords: Brazil Republican. Politics. Revolution of 1930. Autonomism. Bahia. Getúlio Vargas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

- Figura 1: Mapa cortado da E. F. Bahia ao São Francisco, 1956, p. 75
- Figura 2: Fragmento do jornal *Diário da Bahia*, de 1.11.1930, p. 97
- Figura 3: Charge “A Bahia não é estado de segunda”, p. 131
- Figura 4: Charge Os “beefs da bahiana”, p. 135
- Figura 5: Um monumento aos bajuladores, p. 136
- Figura 6: Charge “O Aniversário da República”, p. 138
- Figura 7: 1ª página do Manifesto Constitucionalista na Bahia, p. 179
- Figura 8: Programa Revolucionário – Organização do Município, p. 209
- Figura 9: Programa Revolucionário – Funcionamento do Município, p. 210
- Figura 10: Programa Revolucionário – Organização do Estado, p. 211
- Figura 11: Programa Revolucionário – Funcionamento do Estado, p. 212
- Figura 12: “A Bahia ainda é a Bahia”. Chapa eleitoral para as eleições da Assembleia Nacional Constituinte, 1933, p. 230
- Figura 13: J.J. Seabra e Aloísio de Carvalho em atividade na ANC, p. 282
- Figura 14: Ação Acadêmica Autonomista, p. 287
- Figura 15: Aspecto da passagem da caravana autonomista em Santo Antônio de Jesus/BA. 4.10.1934, p. 304
- Figura 16: Campanha Autonomista. Primeira página do Jornal *A Tarde*, p. 309
- Figura 17: A instalação das oposições coligadas. 18.06.193, p. 351
- Quadro 1. Quantidade dos eleitores da Bahia, 1930, por município, p. 441

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANC- Assembleia Nacional Constituinte

AAA- Ação Acadêmica Autonomista

APEB- Arquivo Público do Estado da Bahia

ANL- Aliança Nacional Libertadora

AIB- Ação Integralista Brasileira

AUB- Associação Universitária da Bahia

ASP- Ação Social Proletária

ASPAM- Associação Social e Política Municipal

AN- Artur Neiva

AT- Anísio Teixeira

BOC- Bloco Operário Camponês

BC- Batalhão de Caçadores

BPEB- Biblioteca Pública do Estado da Bahia

CPDOC- Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea

CDN- Concentração Democrática Nacional

CG- Comando Geral

CNT- Concentração Nacional Trabalhista

CUA- Concentração Universitária Autonomista

CEDOC- Centro de Documentação de Ilhéus

CENDOMA- Centro de Documentação e Memória de Alagoinhas

GBC- Grupo de Batalhão de Caçadores

DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda

FUB- Frente Única da Bahia

FBPPF- Federação Baiana Pelo Progresso Feminino

FUP- Frente Única Proletária

FIGAM- Fundação Iraci Gama de Cultura

FC- Flores da Cunha

GV- Getúlio Vargas

QG- Quatro de Guerra

HL- Hermes Lima

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGHB- Instituto Geográfico e Histórico do Brasil

IHGB- Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

JT- Juarez Távora

JMa- João Mangabeira

JM- Juraci Magalhães

LSN- Lei de Segurança Nacional

LASP- Liga de Ação Social e Política

LEC- Liga Eleitoral Católica

PC- Partido Constitucionalista de São Paulo

PCB- Partido Comunista do Brasil

PSDU- Partido Social Democrático Universitário

PRP- Partido Republicano Paulista

PPB- Partido Popular da Bahia

PL – Partido Liberal

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

PSD- Partido Social Democrático

PRB- Partido Republicano da Bahia

PRM- Partido Republicano Mineiro

TRE- Tribunal Regional Eleitoral

PUBD- Partido Universitário Democrático da Bahia

TSE- Tribunal Superior Eleitoral

UDN- União Democrática Nacional

UDU- União Democrática Universitária

UDB- União Democrática Brasileira

UDC- União Democrática Comerciária

UCN- União Cívica Nacional

UDE- União Democrática Estudantil

UEB- União dos Estudantes da Bahia

UMNB - União dos Municípios do Nordeste Baiano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 16

1. A CAMPANHA DA ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930 NA BAHIA, 37

1.1. A campanha da Aliança Liberal na Bahia, 38

1.2. A conspiração revolucionária na Bahia, 48

1.3. A invasão do estado da Bahia em outubro de 1930, 65

2. OS PRIMEIROS DESDOBRAMENTOS DA REVOLUÇÃO DE 1930 NA BAHIA, 90

2.1. A interventoria de Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral, 92

2.2. A interventoria de Arthur Neiva e os confrontos com Seabra e Moniz Sodré, 114

2.3. Os primeiros conflitos decorrentes da nomeação de Juraci Magalhães para interventoria federal na Bahia, 128

3. A CORRIDA PELA RECONSTITUCIONALIZAÇÃO DO BRASIL NA BAHIA, 147

3.1. O ano de 1932 e as primeiras agremiações partidárias na Bahia, 147

3.2. A Liga Baiana Pró-Constituinte, 160

3.3. A Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo e os seus desdobramentos em solo baiano, 173

4. AS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE EM 1933, 189

4.1. A repercussão na Bahia da elaboração do anteprojeto para a Constituinte, 191

4.2. O processo de reconciliação política com as oligarquias locais e a organização partidária na capital e no interior do estado, 205

4.2.1. As Associações e Coligações municipais e o apoio negociado ao governo de Juraci Magalhães, 205

4.3. As eleições de maio de 1933 na Bahia, 234

5. A CONCENTRAÇÃO AUTONOMISTA E A DISPUTA PELO GOVERNO DO ESTADO, 250

5.1. Os resultados eleitorais na Bahia e os recursos interpostos pela oposição, 252

5.2. A atuação da bancada baiana oposicionista na Assembleia Nacional Constituinte, 272

5.3. A Ação Acadêmica Autonomista e o protagonismo dos estudantes de oposição, 284

5.4. A Concentração Autonomista e as eleições de outubro de 1934, 297

6. O GOVERNO CONSTITUCIONAL E A ATUAÇÃO DOS AUTONIMISTAS BAIANOS ENTRE 1935 E 1937, 311

6.1. De volta ao jogo constitucional: a derrota nas urnas e as primeiras dissidências entre os autonomistas baianos, 311

6.1.2 A oposição Autonomista na Bahia Constitucional, 323

6.2. As eleições municipais na Bahia, 336

6.3. As oposições coligadas contra Vargas e com Vargas, 348

6.3.1 A campanha para a sucessão presidencial, a UDB e o golpe de 1937, 366

7. ESTADO NOVO: INSTITUIÇÃO DO NOVO REGIME NA BAHIA, 375

7.1. Os antecedentes do golpe de 1937 na Bahia, 375

7.2. A campanha presidencial na Bahia e o Golpe de 1937, 384

7.3. O Epílogo da Revolução de 1930 na Bahia, 410

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS, 423

9. FONTES, 429

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 432

11. ANEXOS, 446

12. APÊNDICE, 447

INTRODUÇÃO

Esta tese investiga a política na Bahia entre os anos de 1930 e 1937. Nosso objetivo é analisar os caminhos percorridos pelos autonomistas, grupos que fizeram oposição ao governo constituído após a Revolução de 1930, representado por Getúlio Vargas, no plano nacional e Leopoldo Amaral, Artur Neiva e Juraci Magalhães, no plano estadual. No percurso da tese destaca-se a atuação dos autonomistas em suas relações com lideranças de diferentes municípios da Bahia, com o governo estadual e federal e dirigentes políticos de outros estados.

Embora os principais dirigentes autonomistas residissem na capital da Bahia e na capital do país, respectivamente Salvador e Rio de Janeiro, a atuação do grupo alcançava diferentes municípios, razão pela qual a análise e a narrativa empreendida não possuem um marco espacial rigoroso. O tecido da tese, desse modo, foi construído a partir do emaranhado de fios que chegavam à capital de diferentes regiões do estado, dos fios que saíam daí para os diferentes municípios e, principalmente, da fibra que ligava os acontecimentos do estado com outras unidades federativas e com o poder central. Unidos, eles revelam a trama e os encadeamentos políticos da Bahia no período e, por isso, só podem ser analisados no conjunto que os integra, ou seja, considerando o papel dos municípios, do Estado e da União no novo regime gestado após a Revolução de 1930.

Neste trabalho, compartilhamos com a definição dada por Boris Fausto a esse acontecimento que marcou a história do país. Para ele, a Revolução de 1930 foi reflexo e parte constituinte de um conjunto de transformações que ocorreram na sociedade brasileira; “resultado de um processo cumulativo que se configura ao longo de trinta anos e desemboca em condições peculiares – nacionais e internacionais – no movimento revolucionário”.¹

Resultado da aliança temporária entre diferentes segmentos da sociedade, a Revolução de 1930, ainda que não tenha empreendido mudanças imediatas na ordem social do país, em se tratando da substituição das classes dirigentes – razão pela qual é lida como mais um movimento de acomodação da história política brasileira – não se concretiza, segundo Fausto, como uma retomada do passado.² Ao longo dos anos trinta, muitas mudanças foram

¹ FAUSTO, Boris. “A revolução de 1930”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand. 20 ed. 1995. p. 227.

² FAUSTO, Boris. “A revolução de 1930”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand. 20 ed. 1995. p. 255.

realizadas. Também é nosso objetivo verificar o alcance de parte dessas mudanças no estado da Bahia, bem como identificar os grupos que a elas foram favoráveis ou contrários.

Conforme defendeu Francisco Weffort, o regime político que nasceu em 1930 no Brasil não representava diretamente os interesses de qualquer setor da sociedade, pelo contrário, abriu-se a todos os tipos de pressão, sem se subordinar diretamente a nenhuma delas.³ Assim, explodia uma crise de hegemonia no país, e nesse processo ocorreu uma revolução gradual, passiva, forjada na correlação de forças de diferentes segmentos dominantes da sociedade, portanto, de cima para baixo; uma revolução conduzida por grupos que absorveram estrategicamente o proletariado e buscaram, gradualmente, a conquista de posições na sociedade política.⁴

Nesse processo inacabado de revolução, no qual não se tem um Estado inteiramente novo, os ajuntamentos políticos que emergiram operaram importantes mudanças institucionais que levaram à transformação econômica do país. O novo regime centralizador, forjado na disputa dos diferentes grupos revolucionários, removeu ou tentou remover os entraves regionais, marcados pelo federalismo oligárquico que impediam a emergência do capitalismo.⁵ Os autonomistas eram parte integrante desses grupos regionais.

Na Bahia, os autonomistas se organizaram tanto na capital quanto no interior do estado. Com relevante papel, não apenas pela quantidade de eleitores de que dispunha e que definiam os resultados dos processos eleitorais, como pela importância política de mandatários locais que arregimentavam os votos desses eleitores e davam sustentação política às diferentes agremiações partidárias, o interior da Bahia ocupava também importante lugar no quadro da economia do estado, que dependia da produção agrícola que tinha lugar nos municípios.

Essa força eleitoral e produtiva do interior é analisada neste trabalho à luz das discussões que tentam compreender o fenômeno do coronelismo no Brasil. À época, as relações entre parte dos coronéis da Bahia e o poder público estavam ligeiramente desgastadas. Marcado por numerosos conflitos que se estendiam desde os anos iniciais da

³ WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.p. 57.

⁴ Operamos aqui com o conceito de Revolução Passiva desenvolvido por Gramsci e que será retomado e explicitado no corpo da tese. GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 5. *O Risorgimento: notas sobre a história da Itália*. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henrique; co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁵ Idem.

década de 1920, estava em perigo no estado o equilíbrio necessário para a sobrevivência desses dois poderes aparentemente contraditórios: o poder público e o privado.⁶

Com a vitória revolucionária e o desarmamento e desgaste de alguns clãs coronelistas, as relações entre o governo estadual e a política local foram alteradas, promovendo-se a institucionalização entre essas esferas de poder, a partir da inserção dos chefes políticos locais nas agremiações partidárias. A proscrição das lutas então presentes na república deposta deu lugar a outras formas de combate, e essa experiência foi tomada como principal elemento para a produção de diferentes narrativas sobre a história política da Bahia. Constituiu-se em argumento tanto para a elaboração de um discurso regionalista que combatia o governo central e reivindicava que a Bahia fosse administrada por um baiano, quanto de um discurso que apoiava esse mesmo governo e colocava a Bahia, ao lado dos demais estados do norte, como esteio de sustentação política da Revolução.⁷

Essas narrativas foram tomadas como objeto de análise de muitos historiadores nos últimos anos.⁸ Apesar disso, ainda são poucos os trabalhos que se debruçam sobre os desdobramentos da Revolução de 1930 no estado, e que considerem como centro de suas análises, as estratégias para a implantação do programa revolucionário e as acomodações e resistências políticas que daí emergiram. Um ponto de convergência entre esses historiadores é que a maioria está de acordo de que, na Bahia, o movimento de 1930 não era promissor.

⁶ Para Victor Nunes Leal, o coronelismo não pode ser definido como uma manifestação anacrônica do poder local, ou como sobrevivência de formas arcaicas de mando, e sim como uma superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura social e econômica inadequadas. Assim como Leal, Edgard Carone afirma que é a hipertrofia do poder familiar a principal característica do coronelismo. A incursão do poder familiar na ordem pública resulta, para os autores, de ao menos três fatores: família extensa, grande propriedade e isolamento dos grandes centros. No âmbito do município cabia ao coronel, de liderança herdada ou conquistada pelas armas, amparar a sua gente, tomando para si as tarefas do poder público. No interior eram muitas as pessoas que dependiam desses homens, e sobre eles o coronel exercia seu poder amparando-os e ao mesmo tempo compelindo-os, sobretudo nos períodos eleitorais, nos quais, quase sempre ao lado do situacionismo, os coronéis buscavam mostrar a sua força e prestígio político. A organização partidária da Primeira República conferia ao coronel todos os poderes necessários para assegurar o seu mando local (justiça, policiamento privado e poder econômico), porém, em troca exigiam o apoio e a vitória eleitoral. Essas formas clássicas de domínio coronelista – mandonismo, filhotismo – se diluem após 1930, mas elas não são extintas, pelo contrário, foram institucionalizadas pelos grupos que emergiram com a revolução. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; CARONE, Edgard. *Coronelismo*. Definição histórica e bibliografia. R. Adm. Emp.; Rio de Janeiro, 11 (3): 85-92. jul./set. 1971.

⁷ A expressão *norte*, nesta tese, será utilizada toda vez que houver referência ao conjunto dos estados que compõem às atuais regiões nordeste e norte.

⁸ Para que se tenha uma ideia geral da quantidade de trabalhos que versam sobre a Bahia nos últimos cinquenta anos ver: SILVA, Paulo Santos. “A historiografia baiana nos últimos cinquenta anos”. In: *Do passado para o futuro*. Edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. Raquel Glezer (org). São Paulo: Contexto, 2011. pp. 85-105. Depois dessa síntese muitos trabalhos sobre a história política da Bahia foram produzidos. Parte deles se constitui em referencial bibliográfico dessa pesquisa e será devidamente referenciada ao longo do texto.

Entre outras razões apresentadas, esses historiadores apontam para o fato de ser baiano o vice-presidente eleito naquele ano, o então governador Vital Soares, e a pouca tradição tenentista na Bahia.

De acordo com José Calasans, o quadro político do estado em 1930 apresentava-se diverso. Em suas palavras, o que havia na Bahia eram “batalhões patrióticos, organizados por destemidos chefes sertanejos em perseguição a Prestes”, um ato considerado motivo de orgulho regional.⁹ Sendo um dos primeiros historiadores a revelar os aspectos da Revolução de 1930 na Bahia, José Calasans inaugurou um modo de ver esse acontecimento político no estado. Como ele, outros historiadores também concordam que na Bahia houve uma frágil movimentação e apoio por parte dos militares e civis ao movimento revolucionário de 1930, a exemplo de Luís Henrique Dias Tavares, que defende a permanência desse quadro até 1934, quando foi proclamada a nova Constituição. Mas nem por isso, admite o historiador, a campanha da Aliança Liberal e a campanha e conspiração do movimento revolucionário de 1930 deixaram de ser feitos no solo baiano.¹⁰

Tomando como ponto de partida a assertiva acima colocamos algumas questões para esta tese: se a conspiração revolucionária de 1930 não esteve ausente na Bahia, quem eram os revolucionários que confabulavam contra a situação vigente? Militares e civis envolvidos com os movimentos sociais e políticos que despontaram na década de 1920 no Brasil? Frações oligárquicas descontentes com os rumos da economia no estado? Setores médios ávidos por maior participação na política? Quem, de fato, eram esses revoltosos e como vivenciaram os desdobramentos da Revolução de 1930 no estado? Quais os grupos políticos, sociais e econômicos que resistiram às suas investidas e como se conduziram na oposição ao novo regime de governo e modelo de Estado desenhado a partir daí? Como esses blocos dialogaram com os trabalhadores, o homem do campo, as mulheres e os estudantes que afloraram na cena pública a partir daquele período, e em que medida incorporou ou não as suas demandas? De que maneira a Revolução de 1930 redesenhou os papéis do município, do Estado e União e como essa alteração se expressa na Bahia em termos políticos?

Embora a conspiração em favor do movimento revolucionário pareça não ter alcançado a população baiana de imediato, os seus resultados ganharam repercussão nos anos

⁹CALASANS, José. “A Revolução de 1930 na Bahia”. In: *Porto de Todos os Santos*. Revista do Departamento de Educação Superior e da Cultura. Ano I, n.1, Bahia, Abril, 1968, p.5-17. Ver também CALASANS, José. *A Revolução de 30 na Bahia* (documentos e estudos). Universidade Federal da Bahia, 1980.

¹⁰TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11ª ed. Ver. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008. Ver também 4ª edição, de 1969.

que sucederam à vitória de 1930. Seja pela fragilidade política vivida no estado no primeiro ano após a Revolução e pelo exílio de homens que gozavam de prestígio no seio da sociedade baiana, a exemplo de Simões Filho e Otávio Mangabeira. Seja pelos conflitos oriundos da nomeação do cearense Juraci Magalhães para assumir o governo baiano, em setembro de 1931, pelas mudanças promovidas na economia, sobretudo a partir da intervenção do Estado, que beneficiava a determinados grupos políticos em detrimento de outros, ou ainda pelas medidas consideradas autoritárias e centralizadoras que foram tomadas pelo tenente interventor em conjunto com o governo central, a Revolução de 1930 constituiu-se num dos principais temas discutidos por políticos, “classes produtivas”, juventude, mulheres, intelectuais e a imprensa do período.

Celeuma de uma vasta produção memorialística e historiográfica que disputam entre si interpretações e significados diferentes, a Revolução de 1930, tomada aqui como primeiro movimento armado da história do Brasil com características marcadamente nacionais, foi analisada sob vários vieses.¹¹ Para além dessa produção nacional – memorialística e

¹¹ A afirmação de uma Revolução de abrangência nacional é de FONSECA, Paulo César Dutra. A Gênese regional da “Revolução de 1930”. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo. vol. 29, n. 1, 1999. p. 113-127. Para aprofundar os estudos acerca da Revolução de 1930 consultar, entre outros: MELO FRANCO, Virgílio. *Outubro de 1930*. 5 ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1980. (1ª ed. 1931); SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976 (1ª ed. 1932); LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a revolução de Outubro de 1930*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. (1ª ed. 1933); OLIVEIRA, Lúcia Lippe. “Revolução de 1930: uma bibliografia comentada”. In: BIB. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*. n.º 4, 1978. Segundo a autora, a análise foi feita tomando por base 140 títulos, em sua maioria editada entre 1929 e 1936; BEILGUEMAN, Paula. “A propósito de uma interpretação da história da República”. In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. Ano 1. n. 9/10. set/nov 1966; SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Na obra, Sodré faz a seguinte periodização do Brasil: colonização, expansão, independência, Império e República. A Revolução de 30 marca, portanto, a última mudança, o esforço de capitalização do país; VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997; A REVOLUÇÃO DE 30. Seminário Internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília. D.F.: Universidade de Brasília, c1982; SODRÉ, Nelson Werneck. *Desenvolvimento brasileiro e luta pela cultura nacional*. (Org) Olga Sodré. Itu, São Paulo: Ottoni Editora, 2010. Texto reproduzido do livro *Capitalismo e Revolução burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro: Graphia, 1997, 2ª ed; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16ª ed. São Paulo: Globo. 2004. vol 2; FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. 16ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; DE DECCA. *1930, O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004; PANSARDI, Marcos Vinícius. *Da revolução burguesa à modernização conservadora: a historiografia frente a Revolução de 30*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002; FONSECA, Pedro César Dutra. A articulação nacional/regional e as origens da Revolução de 30. In: RANINCHESKI, Sonia et al (org.). *Economia brasileira em perspectiva histórica*. Brasília: Verbena, 2011. p. 27-42. TRONCA, Ítalo. *Revolução de 30: a dominação oculta*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986; FERREIRA, Marieta de Moraes; GOMES, Ângela de Castro [et al]. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.; SANDES, Noé Freire. “O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930)”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 43, jan.-jun. de 2009, p. 125-140. DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo*

historiográfica – há, também, um esforço de compreensão do movimento no calor do acontecimento por toda a imprensa da época. A ela coube o importante papel de fazer os primeiros registros do movimento revolucionário, na medida em que, ainda nos meses finais daquele ano já publicava uma série de matérias com o objetivo de deixar “documentos para a história da revolução de 30”, muitas delas baseadas em depoimentos de militares envolvidos no movimento ou de políticos que compuseram a Aliança Liberal.

Nesse período, os meios de comunicação impressos no Brasil podem perfeitamente ser lidos como extensões das instituições partidárias, pois a imprensa escrita era uma das principais vias de legitimação política dos grupos que ocupavam o poder. Na década de 1930, o jornalismo detinha a capacidade de influenciar, em larga escala, os rumos dos acontecimentos sociais, e os revolucionários de 1930 aproveitaram-se dessa capacidade e investiram em constantes campanhas em combate da república oligárquica.¹²

Sob esse aspecto, os jornais foram tomados nesta pesquisa como aparelhos privados das classes dominantes para o exercício de sua hegemonia política, agências que se configuravam – e se configuram – pela busca do consenso e da liderança política e ideológica.¹³ Vemos os jornais como meio para a elaboração da consciência coletiva e do consenso, seja por parte dos grupos favoráveis a Revolução seja por parte dos seus oponentes. A repetição de elogios ou críticas ao movimento revolucionário foi um princípio metodológico adotado pela maioria dos dirigentes desses jornais, cujo objetivo era conseguir aliados para a retomada do poder subtraído, para aqueles que foram depostos em 1930, ou a legitimação do poder conquistado, para quem emergiu no cenário político no período.

Na Bahia, a Revolução de 1930 encontrou as empresas jornalísticas executando programas de expansão editorial. A censura imposta aos jornais a partir do período impediu ou impulsionou esse crescimento, que passou a depender do apoio ou não que o jornal

brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 2012.

¹² Para um estudo da imprensa no Brasil ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa brasileira*. São Paulo: Mauad, 1994; LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008; LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meios dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

¹³ Sobre o papel dos intelectuais e do jornalismo na elaboração do consenso pelas classes dominantes ver: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. vol. 2. Os intelectuais: o princípio educativo. Jornalismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

emprestava ao governo.¹⁴ Assim, o material produzido por esses jornais devem ser lidos à luz de uma série de limitações que vão da necessidade de essas empresas sobreviverem economicamente, e por isso deixar de mencionar uma série de acontecimentos do período por conta da censura, a não localização de numerosas edições que, por diferentes motivos, não foram preservadas.

Assim, os registros sobre os quais se debruça esta tese revelam a forma como o movimento foi pensado e acolhido pelos diferentes grupos políticos e econômicos do estado da Bahia, que naquele tempo, tal como em outras regiões, tomavam-no ora como marco de ruptura na história do Brasil, responsável pela moralização do processo político e desenvolvimento econômico do país, ora como revolução malograda, que teria implantado no país um governo despótico.

Evidentemente, as diferentes interpretações veiculadas nos jornais tinham uma dimensão oligárquica e caracterizam o pensamento hegemônico da época. Por um lado, eram tecidas em meio aos grupos econômicos que despontaram em 1930, por outro, elaboradas por aqueles que foram depostos do poder e perderam, com ele, as benesses do Estado. Dos nomes que estiveram à frente da construção dessa última narrativa destacaram-se Otávio Mangabeira, Simões Filho, Luís Viana Filho, Aloísio de Carvalho, Nelson Carneiro, Moniz Sodré, Wanderley de Araújo Pinho, entre outros.¹⁵

Esses homens, no processo de organização da oposição, cuja bandeira de luta era uma governo constitucional, contaram com a colaboração de correligionários políticos que viviam no interior do estado e, sendo este o *locus* da maioria do eleitorado baiano à época, não é sem razão que tenham exercido papel fundamental no processo eleitoral do período. Ao lado de chefes políticos locais, de políticos tarimbados da capital e de um grupo de jovens estudantes, intelectuais e agremiações femininas, os autonomistas fizeram a oposição à Revolução em toda Bahia, e sobre ela também deixaram as suas marcas e impressões, tomadas como objeto de análise ao longo desta tese.

¹⁴ LENE, Hérica; LOPES, Rafael. Memória do jornalismo na Bahia: censura, conflito e surgimento da Associação Baiana de Imprensa na década de 1930. *Revista Brasileira de História da Mídia*. vol.4. n. 2. Jul./2015 - dez./2015.

¹⁵ Aspectos da biografia dessas e de outras personagens que aparecem na tese podem ser consultados ao final do texto, no Apêndice 1. A consulta pode ser realizada à medida que os nomes forem aparecendo no texto. Como são muitos os atores políticos do período, evitamos trazer essas informações no corpo do texto para garantir maior fluidez da leitura.

Entendemos que parte das interpretações que enxergam o movimento revolucionário de 1930 como destituído de base de apoio em solo baiano alinha-se a uma historiografia que destaca a participação dos militares para o desfecho da Revolução. Nesse sentido, cabe lembrar que a Aliança Liberal, em sua face mais conhecida, foi formada por parte da burguesia pecuarista gaúcha, burguesias agrárias fluminenses e paraibanas, parte da oligarquia paulista enfeixada pelo Partido Democrático e segmentos do tenentismo. Portanto, a força militar era apenas um de seus elementos.¹⁶

Desde o ano de 1929 quando se definia no Brasil a Aliança Liberal para concorrer com a chapa Getúlio Vargas/João Pessoa às eleições majoritárias contra Júlio Prestes/Vital Soares, já havia no estado da Bahia grupos que se alinhavam em campos opostos e que mais tarde ficariam, invariavelmente, contra o governo constituído. Assim, o movimento revolucionário recebeu apoio de J.J. Seabra e seus correligionários, comerciantes, representantes da classe liberal, jornalistas, acadêmicos, civis e algumas lideranças políticas e produtores do interior do estado. Em solo baiano quem deu maior sustentação tanto para a organização do movimento quanto para o combate a ele foram chefes políticos do interior, o que remete, claramente, a uma dissidência na oligarquia do estado.¹⁷

Conforme revela esta tese, a conspiração revolucionária foi organizada na Bahia em três eixos, o primeiro, sob orientação de Juarez Távora; o segundo, buscando orientação e apoio no Rio de Janeiro; o terceiro, sob controle das oligarquias baianas do interior e apoio do governador de Minas Gerais. Ao que parece faltou uma ação coordenada entre esses núcleos de conspiração para que o movimento fosse bem sucedido no estado, o que o caracterizou como fraco.

Por outro lado, a história veiculada através das memórias de Juraci Magalhães que dão destaque à atuação militar com ações concentradas entre 22 e 24 de outubro de 1930 encobriu os conflitos já instalados no estado. A dominação das fronteiras do sul da Bahia pelas forças

¹⁶ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. 16ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. No caso da Bahia, as principais forças não militares que compuseram o movimento de conspiração eram formadas por produtores do interior do estado, muitos dos quais, coronéis em litígio com o executivo estadual.

¹⁷ Eul Sool-Pang afirma que o caso de Carinhanha entre João Duque e João Alkimin no final do ano de 1929 foi um ensaio para as disputa eleitoral que se avizinhava, já que uma questão que deveria ser resolvida dentro da sua regionalidade envolveu diretamente os governos da Bahia e Minas Gerais. O autor conclui que meses antes das eleições, provocou-se uma luta entre os coronéis e o estado, e em janeiro de 1930, os coronéis baianos não precisaram de muita persuasão para apoiar a Aliança Liberal na eleição. PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934): a Bahia na Primeira república Brasileira*. Trad. Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 200.

mineiras, com a anuência de lideranças políticas da região, demonstra que nem toda a Bahia era “legalista”.¹⁸

Cabe, portanto, aprofundar a investigação sobre os desdobramentos da Revolução de 1930 no estado, e aqui o fazemos à luz da atuação dos diferentes grupos políticos (re)constituídos, especialmente aqueles que se vincularam à oposição entre os anos de 1930 e 1937, com vistas a ampliar o quadro de observações já produzido pela historiografia baiana, que em relação a essa temática tem se debruçado sobre o situacionismo vigente, especialmente o governo de Juraci Magalhães e os grupos vulgarmente conhecidos como extremistas, a exemplo dos comunistas e integralistas.

No que diz respeito à produção historiográfica no estado, os estudos mais referenciados sobre esta temática são os de Consuelo Novais Sampaio e de Paulo Santos Silva. Na obra *Poder e Representação: o Legislativo na Bahia na Segunda República (1930-1937)*, publicada em 1992, Consuelo Sampaio recompôs o processo político-partidário e a atuação do Legislativo baiano entre 1930 e 1937. Tomando por objeto de estudo os diferentes projetos e propostas das agremiações políticas para chegar ao poder à época, a autora analisou a *Liga de Ação Social e Política*, a LASP e a *Concentração Autonomista da Bahia*, principais agremiações políticas de oposição no estado, na década de 1930, mas eles não se constituíram em objetos centrais de sua análise, foram investigados em conjunto com as demais agremiações partidárias do período.¹⁹

Além dessa importante referência, podemos citar mais duas obras do historiador Paulo Santos Silva. *A volta do jogo democrático (Bahia, 1945)*, de 1992, e *Âncoras da Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*, de 2000. Na primeira obra, Paulo Silva demonstra como no declínio do Estado Novo, no ano de 1945, a frente oposicionista ao governo Vargas na Bahia, que se abrigava naquele ano sob a bandeira da União Democrática Nacional (UDN), fincava as suas raízes na agremiação partidária que ficou conhecida na década anterior como *autonomismo* baiano.²⁰

¹⁸ Ver: MAGALHÃES, Juraci. *Minhas memórias provisórias*. Depoimento prestado ao CPDOC / Coord. Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. As fronteiras do sul do estado foram invadidas no dia 10 de outubro de 1930.

¹⁹ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992.

²⁰ SILVA, Paulo Santos. *A volta do jogo democrático (Bahia, 1945)*. Salvador: Assembleia Legislativa. 1992. p. 85-96; *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930/1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011.

Na segunda, Paulo Silva ocupa-se do contexto da política baiana entre os anos de 1930 e 1949, à luz da atuação dos *autonomistas*, sobretudo daqueles que assumiram o papel de intelectuais no estado. O foco do trabalho de Silva é a identificação dos vínculos entre o trabalho intelectual e o poder político. Para cumprir tal objetivo, Paulo Silva percorre os caminhos traçados pela comunidade intelectual baiana, em especial os historiadores, verificando como estes construíram imagens do passado para legitimar as suas ações políticas naquele período, ao tempo em que buscavam consolidar a ideia de que eram capazes de “recolocar a Bahia” no posto de reconhecimento nacional que tivera em outros tempos.

Na obra *Âncoras de Tradição*, o autor se interessa pelas formas que a comunidade intelectual baiana construiu o seu discurso historiográfico aliado ao projeto político em evidência no contexto dos anos de 1930 a 1949. Esse período testemunhou o declínio, os confrontos e a retomada dessas elites políticas locais ou dos grupos por elas representadas aos postos dirigentes dentro e fora do estado.

Apesar de não se constituir em objeto central de suas investigações, centradas na capital da Bahia, sobretudo porque era desse espaço que emanava as decisões políticas mais importantes da época, ambos os historiadores reconhecem e destacam a existência de ações contrárias ao governo Vargas, a Juraci Magalhães e aos demais interventores nos municípios do interior da Bahia, como também observam a importância das alianças que foram estabelecidas entre capital e interior para o processo político-partidário da década de 1930 e 1940.

Muito do que foi analisado sobre essa temática em períodos mais recentes pode perfeitamente ser definido como desdobramento da obra desses dois autores, a exemplo das dissertações de mestrado intituladas *Juraci Magalhães e a construção do juracisismo: um perfil da política baiana*, de Patrícia Carneiro Santos Moreira de Carvalho; e, *De forasteiro à unanimidade: a interventoria de Juraci Magalhães na Bahia (1931-1934)*, de Ana Luíza Araújo Caribé de Araújo Pinho.²¹

No primeiro trabalho, Patrícia Carvalho demonstra como surgiu na Bahia a corrente política conhecida como *juracisismo* e como um homem alheio à realidade baiana pôde construir, em tão pouco tempo, vínculos políticos que o mantiveram à frente da vida pública

²¹ MOREIRA, Patrícia Carneiro Santos. *Juraci Magalhães e a construção do juracisismo: um perfil da política baiana*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA. 2005; Ana Luíza Caribé de Araújo. *De forasteiro à unanimidade: a interventoria de Juraci Magalhães na Bahia (1931-1943)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em História, Política e Bens Culturais. CPDOC, 2010.

do estado por mais de quarenta anos. A autora debruça-se sobre uma documentação que revela, sobretudo, aspectos da política na capital baiana, como é o caso do jornal *Diário da Bahia*.

Nesse processo, a autora analisa a oposição baiana, especialmente aquela reunida em torno da LASP, como um movimento essencialmente urbano. Reconhece, no entanto, que na campanha da *Concentração Autonomista* de 1934 essa feição urbana foi substituída por disputas bastante acirradas no interior do estado, quando as caravanas autonomistas visitavam diversos municípios. Embora tenha investigado a atuação da oposição frente ao governo de Juraci Magalhães, Patrícia Carvalho não teve por objetivo aprofundar essa análise em relação ao interior do estado, mantendo seu foco, a exemplo dos outros trabalhos elencados, na capital baiana.

O trabalho de Ana Luíza Caribé Pinho, por sua vez, procurou revelar as estratégias que o interventor Juraci Magalhães utilizou e que permitiram, em curto espaço de tempo, que ele assumisse o poder político do estado tornando-se uma das principais lideranças políticas da Bahia. A oposição ao governo do Juraci é analisada em dois momentos: o primeiro, à luz da atuação da LASP e do chefe político local José Joaquim Seabra, considerados pela autora como uma oposição de pouco efeito; o segundo, pelo retorno do exílio de Otávio Mangabeira e pela organização da *Concentração Autonomista da Bahia*.

A documentação analisada por Ana Luíza Pinho, especialmente as cartas endereçadas ao interventor Juraci Magalhães, permitiu identificar a atuação dos autonomistas em diferentes cidades da Bahia, como Itabuna, Barreiras, Pilão Arcado, Itaquara, Bonfim e Alagoinhas. Entretanto, essa atuação no interior também não foi sistematizada pela autora.

Há ainda o trabalho *Tempos Vermelhos: a Aliança Nacional Libertadora e a Política Brasileira (1934- 1937)*, de 2006, de Jacira Cristina Santos Primo. Nessa dissertação de mestrado, a autora toma como temática central a atuação da Aliança Nacional Libertadora no estado da Bahia na década de 1930. Para tanto, discorre sobre outras frentes de oposição ao governo de Juraci Magalhães e Getúlio Vargas, e nesse curso os autonomistas converteram-se, também, em objeto de análise,²² tal como o faz a mesma autora na obra *Nas fileiras do*

²² PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Tempos Vermelhos: a Aliança Nacionalista Libertadora e a Política Brasileira (1934-1937)*. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2006.

sigma: os integralistas na Bahia e a política brasileira na década de 30, fruto de pesquisa de doutoramento.²³

Por fim, há uma importante dissertação de mestrado acerca dessa temática, de Alexandra Cerqueira Freitas, *Alcance e limites do Movimento tenentista na Bahia: a conspiração revolucionária de 1930*, de 2010. No texto, a autora dá visibilidade às ações dos poucos tenentes que se envolveram na conspiração revolucionária no estado, bem como traça um quadro de como ocorreu a ocupação da Bahia pelos revolucionários. A narrativa, limitada à atuação dos militares, não tem objetivo de alcançar a participação de civis, nem dos grupos políticos ou dos coronéis ligados ao movimento, mas foi uma referência fundamental.²⁴

Desse modo, o que se podia encontrar sobre a conspiração e os desdobramentos do movimento revolucionário de 1930 na Bahia, especialmente no interior do estado, antes do esforço realizado por esta pesquisa, estava disperso nesses trabalhos, em documentação de arquivo, jornais, produções memorialísticas, atas de câmaras municipais, manifestos e cartas tomadas aqui como fontes.

Para a feitura deste trabalho foram investigadas numerosas edições de jornais de pequena e grande circulação na Bahia, notadamente o *Diário de Notícias*, entre 1930 e 1937; o *A Tarde*, também entre 1930 e 1937, com intervalos entre as edições em função da dificuldade em acessar o jornal; além do *Diário da Bahia*, entre 1930 e 1932.²⁵ Do interior do estado a investigação recaiu, entre outros periódicos, sobre o *Folha do Norte*, de Feira de Santana; o *Jornal Oficial*, *A Crítica*, *A Tribuna*, o *Correio do Povo*, *O Postal*, *O Rádio*, *O*

²³ PRIMO. Jacira Cristina Santos. *Nas fileiras do Sigma: os integralistas na Bahia e a política brasileira na década de 30*. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2013.

²⁴ FREITAS, Alexandra Cerqueira. *Alcances e limites do movimento tenentista na Bahia: a conspiração revolucionária de 1930*. Dissertação. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2010.

²⁵ Algumas edições do jornal *A Tarde*, localizadas na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, encontram-se em condições de conservação bastante precárias, razão pela qual nem todas podem ser lidas. Apesar disso, todas as edições existentes foram digitalizadas e o acesso pode ser feito tanto na sala de periódicos da BPEB quanto na Fundação Pedro Calmon. Ressalte-se, no entanto, que a consulta pode ser realizada apenas em três máquinas que dão acesso ao servidor e não é permitido que se faça cópias do arquivo digital. Além da limitação de tempo de uma hora para cada pesquisador, a transcrição do jornal demanda tempo e a fotografia realizada diretamente da tela do computador não gera um arquivo de qualidade. Em razão disso, a nossa pesquisa foi realizada tanto no arquivo digitalizado quanto no impresso, mas, infelizmente, o tempo não foi suficiente para a aquisição de todas as edições. Muitas vezes a busca foi realizada através de uma chave de pesquisa, o que garantia o acesso direto às matérias que tratavam de determinados assuntos, mas, por outro lado, impede de analisar a edição completa do jornal. Fica aqui o registro para que esse acesso seja liberado e irrestrito a toda comunidade acadêmica. O *Diário da Bahia* também se encontra na BPEB, onde se realizou a fotografia das edições aqui analisadas, igualmente ocorreu ao *Diário de Notícias*, cujas fotografias foram recolhidas pelo professor Carlos Nássaro Araújo da Paixão, a quem já agradecemos a gentileza pela cessão do arquivo.

Sorriso e *O Independente*, de Canavieiras; *O Município* e *A Mocidade*, de Santo Amaro; o *Diário da Tarde*, e o *Correio de Ilhéus*, de Ilhéus; o *Voz de Itabuna*, *A Época* e o *Intransigente*, de Itabuna; *O Município*, de Valença; *A Ordem* e o *Pequeno Jornal*, de Cachoeira; o *Correio de Alagoinhas* e *O Popular*, de Alagoinhas.²⁶

O vespertino *A Tarde*, cuja primeira edição foi lançada a 15 de outubro de 1912, era um dos principais veículos de comunicação da Bahia à época em que despontou o movimento revolucionário de 1930. Porta-voz do grupo destituído do poder naquele ano, o *A Tarde* se posicionou durante a Primeira República brasileira ora defendendo a situação política vigente ora em oposição a ela. Sob a direção e propriedade de Simões Filho, que ficou a frente do jornal até a década de 1950, desde 1913 o *A Tarde* teria se colocado contra o governo de J.J. Seabra, compondo as Oposições Coligadas que organizaram a “Revolução Sertaneja”, cujo objetivo era dar fim ao domínio seabrista na Bahia.²⁷

A partir de 1924 passou da oposição ao apoio do governo do estado quando Francisco Marques de Góes Calmon ascendeu ao posto (1924-1928). O apoio foi mantido ao sucessor, Vital Soares, cujo governo durou até 1930 quando ele afastou-se do cargo após vencer, na condição de vice-presidente, as eleições de março daquele ano. A indicação teria sido articulada pelo proprietário do *A Tarde*, Ernesto Simões Filho, à época, líder da bancada baiana na Câmara Federal. Nessa ocasião, o *A Tarde* era dirigido pelo jornalista Ranulfo de Oliveira, em razão da transferência de Simões Filho para Rio de Janeiro.

Com o exílio das principais lideranças políticas apoiadas pelo jornal e o exílio do próprio diretor do vespertino, após o sucesso do movimento revolucionário, o *A Tarde* pouco teve espaço para operar como veículo de oposição nos anos imediatos à Revolução. Pelo contrário, recaiu sobre o jornal uma investigação aberta pela Comissão Central de Sindicância

²⁶ Ver entre outros os jornais: *Folha do Norte*, Feira de Santana - 1930/1936; *O Município*, Santo Amaro - 1930/1935; *Diário da Tarde*, Ilhéus - 1934; *Jornal Oficial*, Canavieiras - 1935; *O Imparcial*, Salvador - 1934. BPEB; *Correio de Ilhéus*, Ilhéus, 1930; *O Município*, Valença, 1945; *O Intransigente*, Itabuna, 1935-1946; *A Época*, Itabuna, 1937-1943. CEDOC-UESC. Alguns desses jornais, a exemplo do *Correio de Alagoinhas*, assumiram posição contrária ao governo no período constitucional. A despeito de não existir em todos os jornais consultados uma campanha aberta em favor dos autonomistas no interior da Bahia, principalmente quando a imprensa estava sob censura, colhemos informações sobre a atuação da oposição na imprensa situacionista ou oficial que, empenhados em combatê-la, registraram vez ou outra a sua atuação. Ver: BATISTA, Eliana Evangelista. “Reações à Concentração Autonomista no interior da Bahia”. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, ANPUH, Natal-RN, 2013.

²⁷ Verbete. Acesso em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tarde-a>. Data 02/11/2017. Ver também: Spannenberg Ana. *A Modernização do Jornalismo Baiano: Um breve olhar sobre a proposta modernizantes do jornal A Tarde*. Texto em comemoração ao centenário do jornal.

da Bahia. Mais tarde, com a nomeação de Juraci Magalhães para a interventoria do estado, em setembro de 1931, o jornal colocou-se definitivamente como órgão de oposição.

A partir da promulgação do código eleitoral, em fevereiro de 1932, o *A Tarde* fez curto período de campanha em favor da reconstitucionalização do país, retomando o combate político em finais de 1932 e início de 1933 quando se organizavam as eleições para deputados constituintes, mas foi entre os anos de 1934 e 1937, marcados pela promulgação da Constituição, bem como pelo regresso de Simões Filho e Otávio Mangabeira ao Brasil, que o vespertino combateu abertamente o governo vigente tanto na esfera central quanto estadual, numa desenfreada campanha em favor do federalismo, do liberalismo e da autonomia do estado, segundo seus dirigentes, aspectos fortemente ameaçados pelo regime de governo imposto após a Revolução.

Durante o Estado Novo o *A Tarde* manteve-se contrário ao varguismo, publicando matérias contra o regime sempre que podia driblar a vigilância imposta pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Manteve algumas reservas em relação aos nomes dos novos interventores da Bahia, Landulfo Alves (1938-1942) e Pinto Aleixo (1942-1945). Posicionou-se em favor das ações aliadas durante a Segunda Guerra Mundial, publicando numerosas matérias em combate ao nazi-fascismo e, no ano de 1945, fez forte campanha para a sucessão presidencial, sendo um dos mais combativos veículos de comunicação do estado em favor da queda de Getúlio Vargas e da fundação da União Democrática Nacional.

O *Diário de Notícias* foi lançado em 13 de março de 1875 pelo português Manuel da Silva Lopes Cardoso e ficou em circulação até o ano de 1979. De início, o jornal de postura conservadora era vendido como veículo noticioso e não se ligava a nenhuma corrente partidária do estado, situação que veio a mudar ao longo da Primeira República. Com a morte do primeiro proprietário, o *Diário de Notícias* passou à direção de Eduardo De Vecchi e no ano de 1898 foi arrematado em hasta pública por uma sociedade, cujo principal acionista era Luís Viana, governador da Bahia entre os anos de 1896 e 1890. O jornal foi então transformado em órgão oficial do governo.²⁸

Com a crise que abateu a gestão de Luís Viana, após sucessivas derrotas em Canudos, o *Diário de Notícias* deixou de ser publicado até o ano de 1903. Daí até o ano de 1930, o jornal, então propriedade de grupos com ligações comerciais e afetivas com alemães,

²⁸ Consultar verbete disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/diario-de-noticias-salvador>; <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-de-noticias-salvador-1875/>. Acesso em: 02/11/2017.

passou por diferentes fases e assim como o *A Tarde* também fez campanha às candidaturas de Rui Barbosa, em 1910 e 1919, e oposição ao governo de Seabra. Abatido por uma forte crise após a Primeira Guerra Mundial, o *Diário de Notícias* foi vendido a uma Sociedade Anônima e passou à responsabilidade do redator-chefe Altamirando Requião, que o dirigiu até o ano de 1939.

No despontar do movimento revolucionário de 1930, o *Diário de Notícias* estava plenamente identificado com o governo de Góes Calmon e Vital Soares, mas o apoio à Revolução veio de imediato. Não houve oposição sistemática desse vespertino durante toda a década de 1930. Pelo contrário, o *Diário de Notícias* emprestou apoio a todos os interventores de Vargas na Bahia naquela década, especialmente a Juraci Magalhães. Além disso, tornou-se importante porta-voz do Partido Social Democrático (PSD), agremiação situacionista fundada no ano de 1933.

Durante as eleições de 1934, quando seriam escolhidos os novos deputados para a composição da Câmara Federal e da Assembleia Legislativa, o diretor do *Diário de Notícias*, o professor Altamirando Requião, foi incluído na chapa do PSD, razão pela qual a oposição feita pelo jornal ao grupo autonomista foi potencializada. O apoio do vespertino ao governo Vargas ocorreu até mesmo depois do Golpe de 1937, mas o seu posicionamento em favor do *Eixo*, depois de deflagrada a Segunda Guerra Mundial, não evitou a crise do vespertino, que mesmo representando no estado setores importantes das classes produtoras, caiu em desprestígio junto à população que invadiu a sua sede e quebrou todo o maquinário, depois que o Brasil declarou-se em favor dos *Aliados*.

O *Diário da Bahia*, por sua vez, foi editado em Salvador, em janeiro de 1856, por Demétrio Ciríaco Tourinho e Manuel Jesuíno Ferreira. Circulou até o ano de 1957. Desde a sua fundação colocou-se como porta-voz do Partido Liberal, mas ao longo do século XIX e início do XX, depois de sucessivas crises financeiras e divergências em torno da diretriz política, o jornal passou às mãos de sucessivos donos, de modo que no ano de 1929, quando abraçou a campanha em prol da chapa Julio Prestes/Vital Soares, era propriedade de Geraldo Rocha que o adquiriu pela segunda vez justamente para este fim.²⁹

A vitória da revolução implicou a transferência do vespertino para as mãos de Moniz Sodré, ex-senador do grupo J.J. Seabra. Desse modo, ainda que as preferências de um governo estadual dos novos grupos políticos e econômicos ligados ao jornal fossem em torno de J.J.

²⁹ Verbete consultado em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/diario-da-bahia>. Acesso em: 02/11/2017.

Seabra, preterido pelos revolucionários, o *Diário da Bahia* passou a fazer propaganda em prol da Revolução e apoiou, com reservas, os interventores que assumiram o governo do estado nos primeiros meses após a Revolução, situação que veio a ser radicalmente modificada quando Juraci Magalhães foi nomeado para a interventoria.

Marcado por uma oposição aguerrida que envolveu numerosos processos e violências sobre os diretores e funcionários, o *Diário da Bahia* se constituiu em importante veículo de combate à política situacionista no ano de 1932, mas não conseguiu meios de enfrentar a forte censura que abateu a imprensa. Em 1933, foi adquirido por uma Sociedade Anônima que estava formalmente constituída e dirigida por João Pacheco de Oliveira, político que desde 1931 havia se aproximado do então interventor Juraci Magalhães.

Restava claro que a aquisição tinha por objetivo dotar o governo e o recém- fundado Partido Social Democrático - PSD, de um veículo de imprensa, o que se constatou a partir daquele ano até 1937, quando o golpe do Estado Novo encerrou o breve período de ensaio democrático no Brasil. Durante os oito anos em que Vargas continuou no poder sob um regime de ditadura, o *Diário da Bahia* apoiou e promoveu o getulismo.

As edições e matérias consultadas desses jornais revelam como foi intensa a movimentação em torno da política partidária na Bahia, seja em favor do governo constituído ou contra ele. Além das notícias originadas na capital, eles retratavam o jogo político local dos municípios. Assim, foi possível mapear em diferentes lugares a fundação de diretórios, ligas, centros culturais entre outras agremiações que se uniram em torno dos oposicionistas da capital e ao lado deles participaram ativamente dos processos eleitorais contra Vargas e seus representantes no estado.³⁰

Se por um lado, a política de acomodação se mostrou eficiente para a cooptação de parte das lideranças baianas pelo governo constituído após 1930, por outro, percebe-se uma resistência sistemática de grupos que foram desalojados do poder nesse mesmo ano. Constituem-se em objeto de análise dos próximos sete capítulos, a trajetória dessa oposição, seus integrantes, suas estratégias políticas, os primeiros passos tomados depois de sua destituição, em 1930, e os rearranjos que fizeram na expectativa da retomada do regime constitucional.

³⁰ Com base nestes dados matizamos a ideia de que a política que teve lugar na Bahia nesse período deva ser caracterizada somente como adesista. Israel Pinheiro afirma: “O adesismo de 1930 tinha o sentido da política na Bahia. O Estado Novo não rompia com esta política. A Bahia [no que] pese aos avanços políticos da Revolução de 1930, continua subsumida no seu atraso secular. Definitivamente a Revolução de 30 não chegou à Bahia, ou até pode ter chegado mais pairou no ar. PINHEIRO. Israel de Oliveira. “A política na Bahia: atraso e personalismos”. *Ideação*, Feira de Santana, n. 4, p. 49-78, jul./ dez. 1999; CARVALHO. Patrícia Carneiro Santos Moreira de. *Juraci Magalhães e a construção do juracismo...* p. 82.

O primeiro capítulo, intitulado *A campanha da Aliança Liberal e a Revolução de 1930 na Bahia*, investiga as alianças para a campanha presidencial do ano de 1929 e 1930 e a invasão da Bahia em outubro do mesmo ano. A investigação recaiu sobre alguns municípios que abrigaram os comícios aliancistas e verificou as adesões que foram feitas por chefes políticos, bem como as formas pelas quais essas adesões foram viabilizadas. Depois de malograda a campanha da Aliança Liberal com os resultados das urnas de março de 1930, rapidamente se articulou uma conspiração revolucionária liderada pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Nosso objetivo foi verificar em que medida a Bahia e os baianos participaram dessa conspiração que levou a sublevação em 3 de outubro de 1930 e a vitória revolucionária em 24, destacando o papel assumido por parte da oligarquia baiana nesse processo.

Ainda neste capítulo recompõem-se as estratégias de invasão do estado da Bahia, tanto pelas forças legais constituídas quanto pelos revolucionários. A Bahia, último estado do Norte a manter-se fiel ao governo de Washington Luís, preparada pelas forças legalistas para resistir aos revolucionários, foi ocupada palmo a palmo pelos revoltosos, de modo que já na tarde de 24 de outubro de 1930 estava recoberta pelo rubro que simbolizava a vitória da Revolução.

O segundo capítulo, *Os primeiros desdobramentos da Revolução de 1930 na Bahia*, investiga as medidas que foram tomadas para assegurar o poder no estado, pelo governo provisório de Getúlio Vargas e Juarez Távora, à época Delegado Federal do Norte, especialmente o desarmamento dos coronéis. Verificamos a postura reticente de expressivos políticos da Bahia, a exemplo de Pedro Lago e João Mangabeira, e de uma série de chefes políticos locais que de bom grado adequaram-se aos novos rumos ou declinaram de posições de mando nas prefeituras locais.

Ainda nesse capítulo demonstram-se as tentativas do governo provisório e do delegado federal do norte para estabilizar a crise na política baiana, em especial os conflitos existentes entre o governo recém-constituído e as oligarquias locais. Após a deposição de Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral da interventoria federal no estado, foi nomeado o baiano Arthur Neiva. As medidas administrativas e políticas impostas ao povo baiano por este interventor levaram o “caso político” da Bahia a uma crise aguda que repercutiu em todo Brasil. Em pouco menos que seis meses também seria substituído, e esse processo alargou as diferenças entre os revolucionários baianos e o governo provisório.

Ao final do capítulo discorre-se sobre como os homens desalojados do poder e aqueles que dele se afastaram nos primeiros meses do ano de 1931 começaram a costurar a narrativa de um estado conquistado, de uma Bahia humilhada. Os sucessivos atos do governo provisório eram vistos como um ataque aos brios dos baianos. O exílio de Otávio Mangabeira, a nomeação do cearense Juraci Magalhães e o desprezo por homens que colaboraram com a Revolução, a exemplo de Seabra, provocou a ira dos políticos tradicionais causando um racha na base de apoio a Getúlio Vargas na Bahia, motivando a composição de diversas agremiações políticas no estado.

O terceiro capítulo, *A corrida pela reconstitucionalização do Brasil na Bahia*, analisa como a campanha pela constituinte no país foi intensa no ano de 1932. Tão logo o Código Eleitoral de 1932 foi assinado, a 24 de fevereiro, fundaram-se núcleos, centros e ligas políticas em todo o estado, na tentativa de organizar-se para concorrer às eleições que se avizinhavam. A Revolução Constitucionalista em São Paulo desviou a atenção quanto a essas determinações, pois para ela convergiram todos os esforços do Governo Provisório e as atenções do país.

Findada em outubro daquele ano, retomou-se o intenso movimento de mobilização para a Constituinte no Brasil. Na Bahia, várias agremiações foram fundadas naquele mês, entre elas, a Liga de Ação Social e Política, a LASP que mais tarde seria o núcleo duro da Concentração Autonomista da Bahia. Nesse momento, discutia-se em todo o Brasil sobre o caráter que a nova Constituição deveria ter e esse debate já fazia antever as ideias que norteariam a atuação dos deputados baianos no ano seguinte, discussão trazida no quarto capítulo desta tese, *As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933*.

Este capítulo prioriza a discussão sobre a organização partidária no estado e a repercussão da participação do baiano João Mangabeira na elaboração do anteprojeto da constituição. Havia divergência em diversos aspectos: a representação de classe, o modelo de organização judiciária no Brasil, as responsabilidades do poder executivo, a forma de governo a ser adotada - se parlamentarista ou presidencialista, a legislação social e, sobretudo, o debate em torno da centralização política e das atribuições da União perante os estados, um dos temas mais polêmicos a ser enfrentado pela Comissão.

João Mangabeira era um dos maiores defensores de uma Constituinte com caráter socialista. Defendia também a centralização política no país. Em maio de 1933, quando se encerraram as reuniões, restando apenas a redação final para a assinatura do anteprojeto

constitucional, os principais pontos do anteprojeto estavam organizados em 129 artigos. Segundo os jornais da época, este trabalho, que só veio a conhecimento público em novembro de 1933, teve uma participação determinante de João Mangabeira, razão pela qual nos debruçamos sobre essa atuação, verificando em que medida ela refletia os interesses do grupo político a que ele pertencia.

O capítulo se encerra com as investigações sobre os primeiros resultados eleitorais dessa oposição organizada em 1932. Vencida nas urnas ao eleger apenas dois representantes, a oposição baiana compôs a minoria na Constituinte, mas a sua atuação foi notabilizada, por um lado, porque Seabra era o único parlamentar da Bahia remanescente da Constituinte de 1891, e por isso exerceu certa autoridade perante os colegas, por outro, porque os discursos da oposição baiana alcançaram políticos do interior do estado e serviram para impulsionar a sua organização para as eleições estaduais que se aproximavam.

Assim, o quinto capítulo, *A Concentração Autonomista e a disputa pelo governo do estado*, analisa de que forma a Bahia se movimentou para o processo eleitoral que escolheria o governo constitucional. A partir daí o objetivo foi recompor os primeiros passos para a fundação da *Concentração Autonomista da Bahia*, com destaque para a atuação de Otávio Mangabeira que até então, no exílio, buscava orientar a ação dos baianos sendo, inclusive, lançado para a chapa da composição majoritária. Sob este aspecto, analisa-se a extensão dessa agremiação política nos diferentes municípios da Bahia.

Lançando mão de caravanas que viajaram por vários municípios, a campanha eleitoral de 1934 recebeu larga cobertura na imprensa baiana. Esse material constitui uma base documental importante para essa pesquisa. O jornal *O Imparcial*, impresso na capital baiana naquele período, fazia cobertura diária das caravanas organizadas por esse grupo no interior do estado e passou a destacar, em primeira página, como os municípios interagiam com a política da capital. Essas matérias intituladas “A Luta pela Autonomia da Bahia” eram regulares, e a partir de outubro daquele ano passaram a ser ilustradas com uma série de imagens que mostravam como as caravanas *autonomistas* eram recepcionadas nas diferentes localidades.³¹

Assim, em 1934, a Concentração Autonomista tornava-se a principal frente de oposição ao governo de Getúlio Vargas na Bahia. Formada pelos diferentes grupos políticos

³¹ “A luta pela Autonomia na Bahia”. *O Imparcial*, Salvador, 05,06,07,08,09 e 10 de outubro de 1934, BPEB.

contrários a esse governo, essa agremiação política entrou na disputa pela retomada do poder no estado, defendendo a chapa *Governador Otávio Mangabeira*, principal nome de oposição a Getúlio Vargas na Bahia, cuja força espraiava-se nos diferentes municípios pelas mãos dos correligionários. Apelando para o “orgulho regional”, a Concentração Autonomista empreendeu incursão pelo interior e garantiu 13 dos 42 lugares ocupados na Assembleia Estadual Constituinte, no pleito eleitoral de 1934.

O sexto capítulo, *O governo constitucional e a atuação dos autonomistas entre os anos de 1935 e 1937*, aborda os resultados dessa eleição no plano estadual e federal. O Poder Legislativo do estado foi reinstalado oficialmente a 23 de abril de 1935. Imediatamente à posse dos deputados elegeu-se de forma indireta para governo da Bahia, o tenente Juraci Magalhães.³² Um ano depois realizavam-se as eleições municipais. A atuação dessa bancada legislativa e desses vereadores e prefeitos foi curta, uma vez que em pouco mais de dois anos da posse na Câmara, seus membros foram mais uma vez levados à ilegalidade pelo golpe de estado desferido por Getúlio Vargas, em 1937. Antes disso, porém, teve lugar na Assembleia e na Câmara Federal um acirrado combate aos governos constituídos, marcado por tentativas de aproximação e construção de alianças que fracassaram em seus objetivos, mas marcaram a política nacional com a fundação do primeiro partido nacional de oposição ao governo central, a União Democrática Brasileira, UDB.

Por fim, o capítulo sete, intitulado *O Estado Novo: instituição do novo regime na Bahia*, analisa os desdobramentos da campanha para a sucessão presidencial no ano de 1937 no estado, à luz da atuação política do então governador Juraci Magalhães no confronto com autonomistas, comunistas e integralistas. No mesmo capítulo, verifica-se como se deu o afastamento de Juraci Magalhães do presidente Getúlio Vargas, as alianças que foram esboçadas entre ele e governadores de outros estados, com vistas a resistir ao Golpe de 1937, bem como os caminhos percorridos pelos autonomistas nesses últimos meses do exercício da tortuosa democracia dos anos 30.

Constituíam-se em objetivo inicial dessa tese, a investigação sobre o período que compreende os anos de 1937 a 1945, mas no decorrer do trabalho foram priorizados os confrontos da política partidária em seus processos eleitorais, razão pela qual, pela natureza do regime de governo criado em 1937, a investigação sobre esse período foi preterida. Por conta do Estado Novo, a censura à imprensa foi endurecida e parte significativa dos agentes

³² SAMPAIO. Consuelo Novais. *Poder e representação...* op. cit., p. 163-164.

políticos que formavam o núcleo de oposição investigado por esta pesquisa não estão presentes nas narrativas dos jornais da época, voltando à cena política apenas no ano de 1945, no declínio do Regime.³³

Como se vê, no decorrer desses anos, os homens que foram afastados da direção política da Bahia em função dos resultados da Revolução de 1930 ou aqueles que dela e de seus organizadores e beneficiários não se aproximaram, mantiveram-se em constante oposição na capital e também no interior. Utilizando-se do conhecido lema “Pela desumilhação da Bahia”, os autonomistas fizeram parte das transformações no campo político e econômico baiano durante todo o governo de Getúlio Vargas e, mais especificamente, durante o governo de Juraci Magalhães.

Desse modo, o entendimento do que foi a política na Bahia no período que recobre esta tese só é possível se no mesmo quadro estiverem emolduradas as diferentes tramas. O sucesso adquirido por Juraci Magalhães à frente do executivo estadual não pode ser atribuído apenas à sua capacidade de articulação política e gestão da máquina pública. Decerto que essa atuação ficou destacada, mas sem a base de apoio que foi costurada em torno do projeto revolucionário mesmo antes de sua chegada na Bahia, certamente ele não obteria tamanho sucesso.

Assim, se por um lado, o objetivo desta tese foi recompor a atuação dos autonomistas enquanto oposição, em seus processos de enfrentamentos e reconciliações com o governo constituído, por outro, visa cotejar o leque de interpretações que em alguma medida convergem com as memórias produzidas por Juraci Magalhães, que elaboraram uma narrativa na qual a Bahia teria sido conquistada pela Revolução de 1930 através de seu governo e que, de certo modo, naturalizam a ideia de que todas as lideranças políticas da capital e do interior do estado se converteram ao seu domínio ou aderiram ao seu modo de fazer política.

Entendemos que por trás dessas relações há também um empoderamento político desses homens do interior, sem cujos auxílios, um jovem de 26 anos não podia governar a Bahia naquele período enfrentando a força dos políticos tradicionais que se colocavam em lado oposto, tal como se demonstra nesta tese.

³³Para compreender a censura durante o governo Vargas ver: CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”. In: *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p. Disponibilizado em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>.

CAPITULO I

1. A CAMPANHA DA ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930 NA BAHIA

[...] Tudo demonstrava que o governo estava empenhado em fazer funcionar normalmente o regime constitucional que adotamos. Antecipando, entretanto, a campanha presidencial que irrompeu em julho de 1929, os mesmos elementos que agora se erguem em armas contra a República, com manifesto abuso das funções governativas que exercem nos Estado por delegação do povo, tentaram perturbar por todos os meios a tranquilidade do país. Na tribuna parlamentar, na imprensa e nos comícios, recorrendo a retumbantes armas que o nosso estado de civilização não tolera, desenvolveram desenfreada propaganda de ideias subversivas com o fito de afrouxar os laços de solidariedade nacional e estimular os germes anárquicos e comunistas que por acaso existem no seio da sociedade. A despeito, porém, desses manejos incendiários, pôde o pleito presidencial encerrar-se normalmente sem o menor dano material para a ordem pública. [...] *E tudo já renascia* [...] quando inopinadamente rompe este brutal movimento sem ideias, que só o rancor anima e a ambição conduz *O crime não poderia ser maior [...] mas não prevalecerá!*[...].

(O patriótico Manifesto do Presidente da República. *Correio de Ilhéus*. Ilhéus, 14 de outubro de 1930. Ano X, n. 1394. CEDOC. UESC. Grifos nossos.)

É com jubilo que salientamos que a Bahia só aspira à felicidade do Brasil, e reage, quanto possível, para manter o regime e assegurar aos baianos melhores dias traduzidos na tranquilidade do labor de sua gente e nos estímulos para maior florescimento do estado.

(Pelo Brasil. *Correio de Ilhéus*. Ilhéus, 11 de outubro de 1930. Ano X, n. 1393. CEDOC. UESC)

Os dois fragmentos textuais, publicados no jornal *Correio de Ilhéus*, em outubro de 1930, podem ser vistos como uma mostra do que se divulgava na imprensa baiana naquele mês em que despontava em todo o Brasil o movimento armado que ficou conhecido como Revolução de 1930. O país estava em ebulição, mas, aparentemente, a Bahia parecia não temer aquela rebelião que se propunha a “afrouxar os laços de solidariedade nacional”. Com um vice-presidente eleito em março do mesmo ano, o ex-governador do estado Vital Soares, que estava em tratamento na Europa naquele período, a Bahia reagia ao movimento, conforme

divulgava-se pela imprensa. Mas bastou que se confirmasse a vitória revolucionária a 24 de outubro para que os lenços encarnados tomassem as ruas da capital e do interior do estado.¹

Como a Revolução chegou à Bahia, de que modo se consolidou e quais as opiniões e ajuntamentos que se mobilizaram contra ela são algumas das questões que serão tratadas nesta tese, cujo capítulo ocupa-se de investigar como se deu a campanha da Aliança Liberal no estado, bem como se organizaram as conspirações em torno do movimento revolucionário que invadiu as fronteiras baianas ainda no início de outubro e a 24 chegava vitorioso em Salvador.

1.1. A campanha da Aliança Liberal na Bahia

Para Consuelo Sampaio, a campanha pela sucessão presidencial em 1930 quase não despertou interesse na Bahia ficando à sombra da campanha para sucessão do governador do estado que ameaçava pôr fim à acomodação estabelecida pelo acordo de janeiro de 1927.² Em junho de 1930 ainda se presenciavam reviravoltas em torno do nome que substituiria Vital Soares no governo da Bahia. A comissão executiva do Partido Republicano da Bahia - PRB que compunha o situacionismo baiano estava então dividida da seguinte maneira: *corrente Mangabeira*: Francisco Rocha, Aurélio Viana e Dantas Bião; *corrente Calmon*: Celso Spínola, Pereira Moacyr e Miguel Calmon; havia ainda Frederico Costa, presidente do senado, ligado a Mangabeira, Pedro Lago e Simões Filho, este último com possibilidade de ocupar o posto pelo empenho em ter conseguido para a Bahia, na condição de líder da Câmara Federal, a vice-presidência na chapa Júlio Prestes, no ano anterior.³

¹ Em depoimento sobre a vitória de 1930, Luís Viana Filho afirmou: “Transposta a Montanha, o aspecto que a cidade baixa nos oferecia era diferente, desde que na Rua Pinto Martins e adjacências, com o comércio todo encerrado, o povo abandonara os gestos de simples curiosidade, para exaltar-se em demonstrações de regozijo, que crescia sobremodo na esquina da Rua Conselheiro Dantas junto ao edifício do Correio central (...) onde um orador popular execrava, naturalmente, a “tirania” extinta, entoando loas ao porvir. Já apontavam lenços vermelhos, poucos e tímidos se compararmos com o que, depois, enfeitavam uniformes militares, trajes civis, hábitos religiosos e serviam a uns de identificação, e a tantos outros, de precioso salvo conduto. CARVALHO FILHO, Aloysio de Carvalho. *Um depoimento para a História*. Publicação Salvador-Bahia. 30 de novembro de 1968. n. 51. p. 5-6.

² A 27 de janeiro de 1927 Otávio Mangabeira e Miguel Calmon enviaram a Góes Calmon, governador e presidente da Comissão Executiva do PRB, as bases para um acordo político que visava assegurar a paz no estado. O documento, resultado de uma intervenção do presidente da República, era um misto de concessões recíprocas que visava o apaziguamento da política na Bahia. Para entender a necessidade desse acordo ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 205-218.

³ Sobre a ascensão do calmonismo e mangabeirismo na Bahia ver: BRITO, Jonas. *A Bahia dos Calmon: um ás no jogo político da I República (1920-1926)*. Dissertação de Mestrado, UFBA, 2016. Barbosa Lima Sobrinho (p. 54-55) afirma que Simões Filho se dedicou à indicação de Vital Soares à vice-presidência com “um zelo de cristão-novo, que visava ampliar seu prestígio e garantir suas promoções na política

Até meados de junho, quando já se estava resolvendo pelo nome de Pedro Lago para sucessão ao governo do estado, havia ainda especulação em torno de Simões Filho se declarar candidato. Aumentando a tensão, um grupo de operários teria publicado um manifesto apresentando a candidatura de Otávio Mangabeira ao governo.⁴ Eram preocupações demais dentro do situacionismo baiano, para que se tivesse tempo de ocupar-se com uma oposição ao governo central que, pelo histórico de eleições realizadas no Brasil, não teria condição de vencer o pleito nas urnas.

Se o situacionismo não dispensou a devida atenção à campanha para as eleições presidenciais de março de 1930, deixava o campo aberto para a atuação da oposição. Na Bahia, as articulações ficaram a cargo de José Joaquim Seabra que, alijado do poder desde 1924, em função de sua vinculação com a Reação Republicana, esforçou-se em divulgar a Aliança Liberal na capital e em alguns dos municípios, ao lado de Leopoldo do Amaral, Joel Presídio, Moniz Sodré, Arnaldo Silveira e os acadêmicos de medicina Manuel Novaes e de direito, Nelson Carneiro.⁵ Para Sampaio, foram estes os responsáveis pela organização dos parques comícios quase sempre dissolvidos pela força policial, que ocorreram no estado da Bahia. Conforme afirma, coube a eles e a existência de *O Jornal*, o fato de o movimento revolucionário não ter ficado totalmente ausente no estado.⁶

daquele estado”. Até então, pensava-se que a Bahia pudesse aderir à Aliança Liberal, em função do seu posicionamento quando da Reação Republicana. O autor afirma que foram os mais notórios reacionários daquela década que, alijados da manobra política de Washington Luís, na indicação do seu sucessor, em 1929, transformaram-se nos mais convictos liberais. As primeiras interpretações sobre a Revolução de 1930, a exemplo de Lima Sobrinho, buscaram a justificativa da composição da Aliança Liberal e da organização do movimento revolucionário no sistema político da época, especialmente na crise deste sistema, enfatizando em suas narrativas a querela da sucessão presidencial como o ponto mais vulnerável deste e, por consequência, na razão principal do seu desfecho. Ver: MELO FRANCO, Virgílio. *Outubro de 1930*. 5 ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1980. (1ª ed. 1931); SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976 (1ª ed. 1932); LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a revolução de Outubro de 1930*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. (1ª ed. 1933).

⁴ A SUCESSÃO BAIANA. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1930. p. 4. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso 22.1.2015.

⁵ Em setembro de 1930 havia rumores de que Seabra iria aderir ao nome de Pedro Lago formando uma Frente Única na Bahia. A notícia seria dada através de um Manifesto do Partido Republicano Democrático da Bahia que obedecia à orientação política de Seabra. Mas, como se sabe, Seabra entrou em acordo com Getúlio Vargas em viagem que fez ao Rio Grande do Sul, em novembro do ano anterior. Ao retornar, telegrafou a Vargas afirmando que apresentava os seus “desvaliosos préstimos pessoais em minha idolatrada Bahia para onde seguirei com fé absoluta na vitória da causa”. Ver: A FRENTE ÚNICA DA BAHIA. Um Manifesto do Partido do sr. Seabra apoiando a candidatura de Pedro Lago. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1930. p. 4; Correspondência de Seabra a Getúlio Vargas. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas. GV. c 1929.11.16/1 rolo 1 fot.0896/1.

⁶ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 222-223. Infelizmente as edições de *O Jornal* não foram localizadas.

Seguramente, só uma vitória eleitoral dada como certa poderia justificar a suposta apatia dos grupos políticos que estavam no poder em torno da campanha presidencial realizada nos meses finais de 1929 e início de 1930. No entanto, passadas as eleições, que foram realizadas em março de 1930, à campanha presidencial seguiu-se a conspiração revolucionária e, considerando-se que a conciliação em torno do nome de Pedro Lago para sucessão governamental se deu ainda em junho de 1930, tornando-o candidato sem concorrentes às eleições estaduais de setembro, e que exatamente nesse período as articulações para o desfecho de uma revolução foram intensificadas, o que teria impedido os políticos baianos de investir esforços ao menos para combater a campanha revolucionária que ganhava fôlego em todo o Brasil, inclusive na região do Vale do São Francisco, na Bahia, e que era uma ameaça direta aos interesses de Vital Soares em ocupar a vice-presidência da República? Houve, de fato, uma apatia em relação à campanha revolucionária no estado ou havia grupos que divergiam dos acordos políticos enfeixados pelo situacionismo e estavam dispostos a combatê-lo e já o faziam em conspiração com as lideranças do movimento?⁷

No percurso de nossas pesquisas, constatamos que nos diferentes municípios da Bahia, ambas as campanhas, em menor ou maior escala, foram objeto de debates e matérias dos jornais locais. Tomemos os municípios de Alagoinhas e Ilhéus como exemplo, por serem esses redutos eleitorais de Otávio Mangabeira que à época ocupava o cargo de ministro das Relações Exteriores, razão pela qual se esperava alinhamento político à indicação de Vital Soares à presidência da república. Mesmo nesses municípios, a campanha aliancista foi feita abertamente.

Em Alagoinhas, desde o ano de 1929, os grupos de maior projeção local mostraram-se a favor da nova configuração política que se desenhava na Bahia com a candidatura de Vital Soares para vice-presidente do país. Na data 27 de agosto daquele ano, importantes líderes do governo local assinavam um telegrama em apoio a essa indicação. Entre eles, notam-se Dantas Bião e Saturnino Ribeiro, respectivamente o representante de Otávio Mangabeira e o intendente do município.⁸

⁷ O consenso em torno do nome de Pedro Lago se deu em 22 de junho de 1930. Após a escolha, expediram-se telegramas ao presidente Washington Luís, a Júlio Prestes, a Otávio Mangabeira, à bancada do PRB e ao próprio Pedro Lago, dando ciência da escolha que ocorreu “num ambiente cordial de paz e concórdia. Assinaram o documento os senhores Vital Soares, Frederico Costa, Aurélio Vianna, Dantas Bião, Miguel Calmon, Celso Spínola, Francisco Rocha, Simões Filho e Pereira Moacyr, alguns destes representados. Ver: A SUCESSÃO BAIANA. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 24 de junho de 1930. p.4. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso 22.1.2015

⁸ A relação política entre Dantas Bião e Otávio Mangabeira foi construída desde as primeiras décadas do século XX. Em 10 de agosto de 1918 Bião já telegrafava a Otávio Mangabeira pedindo favores políticos. No ano seguinte informava que só teria comparecido às urnas, para votar com Otávio Mangabeira, e mais tarde pedia

A campanha em favor de Vital Soares ocupou as páginas de um dos principais veículos de comunicação da cidade por mais de uma vez, o jornal local *Correio de Alagoinhas*.⁹ Mas em suas páginas também foi registrada a campanha aliancista que teve proporções bem maiores no sudeste e sul do Brasil. No dia 2 de novembro de 1929, uma nota na primeira página do *Correio de Alagoinhas* anunciava que um jovem iria fazer, no coreto-bar, da Praça J.J. Seabra, naquele município, um discurso em prol da Aliança Liberal, explanando as suas ideias em torno da causa presidencial.¹⁰ No ano seguinte, o mesmo jornal destacava a passagem da “Caravana Liberal” na cidade, em um comício em prol de Getúlio Vargas, realizado por Seabra, político prestigiado pelos alagoinhenses em função das reformas realizadas naquela década pelos intendentes municipais e com as quais ele teria colaborado diretamente.¹¹

As articulações em torno da campanha liberal também foram empreendidas por simpatizantes e amigos dos aliancistas. Em Alagoinhas, a Aliança Liberal recebeu a adesão de dois chefes políticos locais, Joaquim Cravo, correligionário de Seabra, comerciante e ex-intendente do município e José Lúcio dos Santos Silva, o coronel Santinho como era vulgarmente conhecido, comerciante de fumo e líder da região de Riacho da Guia, distrito que tinha um número significativo de eleitores da Bahia à época, somando mais de seiscentos no total.¹² Joaquim Cravo atendia ao chamado de Seabra e ao lado do filho, Mário Cravo, que ingressara na política por força daquelas circunstâncias, fizeram a campanha ao nível local. Durante os comícios na cidade, Mário Cravo distribuía panfletos que havia recebido do sogro,

orientações sobre as eleições federais. Ver: Telegrama entre Bião e Otávio Mangabeira. *Fundo Otávio Mangabeira*. Pasta 5. Centro de Memória. Fundação Pedro Calmon. BPEB.

⁹ O *Correio de Alagoinhas* foi fundado em 1905 por Anísio Pinto Cardoso (1855-?) e manteve-se como principal veículo de comunicação da cidade por quarenta anos. Autointitulava-se “semanário independente, literário e noticioso”. A investigação sobre as matérias do jornal revelam, no entanto, uma estreita relação com as lideranças políticas do Partido Republicano. No ano de 1930 estava plenamente alinhado às forças mangabeiristas, portanto, com o exílio do ex-ministro colocou-se na condição de jornal opositor, vindo a fazer forte campanha em favor da Concentração Autonomista, entre 1934 e 1937, quando Carlos Olímpio assumiu a direção do semanário. A partir de 1937, quando a direção foi substituída pelo poeta e jornalista João Alves de Castro (1906-1952), o *Correio de Alagoinhas* passou a investir na circulação da ideologia estadonovista, visto que seu diretor era um entusiasta do Estado Novo e do presidente Getúlio Vargas. Nos anos imediatos à Revolução de 1930 passou a denominar-se *Correio de Távora*, em função da troca do nome do município, conforme discutiremos adiante.

¹⁰IGHB. *Jornal Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 2 de novembro de 1929. Ano XXIV. n. 1161.

¹¹FIGAM. *Correio de Alagoinhas*, 11.2.1930. Ano XXIV. n. 1173; *Correio de Alagoinhas*, 26.2.1930. Ano XXIV, n. 1175. Sobre a urbanização de Alagoinhas no período referido ver: LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. *Entre a ferrovia e o comércio: urbanização e vida urbana em Alagoinhas (1868/1929)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

¹²José Lúcio dos Santos Silva afastou-se do grupo aliancista posteriormente, fazendo oposição ao governo da família Cravo no município de Alagoinhas. A adesão dele a Aliança Liberal foi publicada no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em 25.2.1930.

o Almirante Amyntas Jorge, residente em Aracaju e amigo do ex-presidente Arthur Bernardes. Em livro de memória Mário Cravo registrou:

Quando pela campanha da Aliança Liberal, em 1930, o país estava agitado. O meu sogro, Almirante Amyntas Jorge, residente em Aracaju, era um grande amigo do dr. Artur Bernardes, ex-presidente da República e este o convidou a participar da campanha. Embora oficial reformado e afastado da política, terminou por atender ao seu velho amigo. Ao passar por Alagoinhas, em visita à filha Marina e *a mim trouxe do rio propaganda, manifestos etc.* A seu pedido foi providenciada a distribuição do mesmo material na cidade. Em seguida, o dr. J.J. Seabra, acompanhado de uma luzida comitiva chegou a Alagoinhas e efetuou vibrante comício.¹³

José Lúcio dos Santos Silva, por seu turno, recebeu telegrama diretamente de Antônio Carlos de Andrada, governador do Estado de Minas Gerais e um dos principais articuladores da Aliança Liberal e do movimento revolucionário de 1930. Diz o telegrama:

Ao prezado coronel José Lúcio dos Santos Silva,

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada saúda cordialmente e toma a liberdade de pedir o valioso concurso de sua real e merecida influência nesse município, em favor da causa da Aliança Liberal afirmando-lhe que se sentirá muito apenhorado com o acolhimento que este apelo encontrar nos seus altos patriotismos.¹⁴

A adesão de ambos às hostes liberais foi registrada pelo jornal carioca *Correio da Manhã*, em 11 de fevereiro de 1930.¹⁵ Vê-se, portanto, que a adesão à Aliança Liberal no município se deu em função de ligações e pedidos pessoais e não necessariamente pela defesa do programa da agremiação política. Em Ilhéus, Eusínio Lavigne, que presidiu o “Comitê de Ilhéus Pró-Aliança Liberal” afirmou que, após ser “procurado insistentemente por Avelino Fernandes da Silva, sustentou a campanha aliancista pela imprensa, especialmente pelo Jornal *Diário da Tarde*” que segundo ele “representou um papel histórico no caso, sob a direção do valente e honrado jornalista Carlos Marques Monteiro”.¹⁶

Embora as adesões tenham se dado em função dessas relações pessoais, os baianos não desconheciam o programa da Aliança Liberal, sobretudo por conta da ação dos caravaneiros que adentraram o interior do estado buscando adeptos para a causa do movimento. Impedido

¹³CRAVO, Mário da Silva. *Memórias de um homem de boa fé*. Salvador, Bahia. 1975, p. 56.

¹⁴ Telegrama datado de 27 de dezembro de 1929. Reproduzido em: LIMA, Maria da Guia Silva. *Coronel Santinho do Riacho da Guia*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011. p. 69.

¹⁵A AÇÃO DA CARAVANA LIBERAL NA BAHIA. Jornal *Correio da Manhã*, 11.1.1930. p. 8. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em 22.01.2015.

¹⁶LAVIGNE, Eusine. *Paz e humanismo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro. S/d. p. 102. Eusine Lavigne assumiu a prefeitura do município de Ilhéus entre os anos de 1930 e 1937.

de fazer campanha fora do seu estado, em função de um acordo feito com o então presidente Washington Luís, Getúlio Vargas quase não viajou, mas os estados do nordeste receberam a João Neves, o líder da bancada gaúcha que o representava ao lado de políticos locais.¹⁷

Na Bahia, a campanha da Aliança Liberal foi intensificada no mês que antecedeu às eleições. Os primeiros discursos foram realizados em Salvador, entre os dias 5 e 6 de fevereiro de 1930.¹⁸ O tempo demasiadamente curto para realizar comícios em todos os municípios levou a uma divisão dos caravaneiros aliancistas no estado. De um lado, cobrindo a zona do São Francisco, ficaram responsáveis os senhores Carlos Machado e Dário Crespo, deputados do Rio Grande do Sul que viajaram por toda a região em trem especial ao lado de representantes baianos, a exemplo de Nelson Carneiro. Em três dias percorreram os municípios de Alagoinhas, Aramari, então distrito de Alagoinhas, Serrinha, Queimadas, Vila Nova, Itiúba, Senhor do Bonfim e Juazeiro. De outro, J. J. Seabra, ao lado de João Neves, excursionou pelo sul do estado.¹⁹

De acordo com a nota publicada no Jornal *Correio da Manhã*²⁰, esses comícios foram testemunhas de adesões, a exemplo do que ocorreu em Alagoinhas, por Joaquim Cravo e José

¹⁷ Segundo Barbosa Lima Sobrinho, em acordo firmado entre Getúlio Vargas e Washington Luís, o primeiro, procurando resguardar os interesses do Rio Grande do Sul, em vista de uma derrota política, assumiu dois compromissos em troca de várias obrigações com o governo federal. A primeira foi não realizar viagem de propaganda em sua candidatura e a outra foi a aceitação plena do resultado eleitoral. Como se pôde constatar, Getúlio violou a ambos os compromissos. Cf: LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de outubro -1930*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. p. 87.

¹⁸ O discurso completo foi publicado no Jornal *A Batalha*, do Rio de Janeiro, em 5 de fevereiro de 1930, cuja chamada foi feita nos seguintes termos: “A Bahia não será um burgo podre do regime, onde terão guarida todas as manipulações da fraude oficial, porque nas energias criadoras do povo baiano se respiram a altivez, a fidalguia, o desinteresse, a dignidade, o prestígio da idealidade republicana”. *A Batalha*, 5.2.1930, p. 3; ver também: A CAMPANHA NA BAHIA. *Correio da Manhã*. 6.2.1930. p. 2. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 22.1.2015.

¹⁹ Aloísio de Carvalho Filho, em depoimento reproduzido por José Calasans na obra *A revolução de 30 na Bahia (documentos e estudos)* revela que nesse estado, o responsável pela campanha aliancista foi Artur Lustosa de Aragão, ex-delegado de polícia e “elemento da facção seabrista”. Ver: CALASNAS, 1980. op. cit. p.59.

²⁰ Fundado em 1901, o *Correio da Manhã* destacou-se na imprensa carioca como jornal de opinião e a sua fundação está relacionada à *Revolução Federalista*. Foi um dos primeiros jornais a demonstrar simpatias com os levantes de 1922 e 1924, aos quais daria divulgação que resultou em sua suspensão, voltando a circular apenas em 1925. Sustentou oposição aos governos que assumiram o executivo na década de 1920 e apoiou as articulações da Aliança Liberal a partir de 1929, dando ampla cobertura no ano de 1930 aos fatos ligados ao movimento revolucionário. Sustentou posição ambígua em relação aos primeiros anos do governo provisório, marcando a sua posição a partir de 1932 quando irrompeu a *Revolução Constitucionalista* em São Paulo. A partir de 1934, sob direção de M. Paulo Filho, fez cobertura minuciosa dos trabalhos parlamentares e passou a manter, diariamente, duas colunas destinadas à cobertura da Assembleia: “O que houve ontem na Assembleia Constituinte”, que acompanhava todos os passos das sessões, transcrevendo muitas das falas dos deputados e “A situação política”, composta de notas que envolviam as articulações políticas de bastidores, bem como a situação político-partidária dos estados, ou seja, um registro dos acontecimentos fora do plenário, que ficavam às margens dos anais da Câmara e que, quase sempre, definiam o curso da política nacional. Como órgão de oposição, o jornal deu ampla cobertura às reuniões das oposições coligadas até o ano de 1937 quando sustentou a campanha de José Américo para a sucessão presidencial, chegando a publicar matérias que anunciavam o golpe, em 5 de

Lúcio dos Santos e em Bonfim, com o coronel Rômulo Gonçalves, e expressivas demonstrações de carinho, como a que houve em Juazeiro quando “verdadeira multidão enchia a estação” e a “grande massa popular” seguia os caravaneiros acompanhados pelo professor João Leal. Apesar disso, os comícios tornaram-se, também, palcos de muitos conflitos.

No município de Juazeiro, por exemplo, o comício da Aliança Liberal foi interrompido por um grupo de prestistas “composto de 10 indivíduos que ergueu vivas aos candidatos reacionários.”²¹ Tendo sido abafado por outras aclamações aos liberais, esses homens teriam se posicionado a poucos metros da tribuna de onde observavam e vez por outra interrompiam o comício. De acordo com o jornal, em frente ao grupo achava-se o sr. Ignácio de Souza, “fiscal do selo adesivo federal” em Petrolina e irmão do deputado Souza Filho. Além dele, mais um irmão e um primo de nome João Clementino Souza, o prefeito de Petrolina. Assim:

Quando falava o acadêmico Souza Carneiro, os parentes de Souza Filho e seus apaziguados gritaram que o orador podia prosseguir, mas que os gaúchos não falariam; os gaúchos eram assassinos, devendo estar na cadeia e não na tribuna.

O povo protestou [...]. Depois falaram outros caravaneiros, assomando na tribuna o deputado João Carlos Machado, recebido com aplausos estrepitosos pelo povo e ameaças crescentes do grupo Souza Filho, que chegaram a empunhar revólveres.²²

O deputado falou em meio aos protestos, dizendo que nem homens nem feras seriam capazes de impedi-lo de realizar aquela “nobre missão democrática”, acrescentando: “se nos atacar, direi que bem pouco vale uma vida quando se vai ao sacrifício da pátria”. Seguido pelo deputado Dário Crespo que acusou os agressores de estarem “abaixo dos que prega[vam] a obra da democracia” e que assim como o colega não recuaria, mesmo diante da morte “porque a República precisa[va] de toda energia dos brasileiros e até mesmo do sangue do orador”.²³

Sucedido pelo ex-deputado Raul Alves e Villobaldo Campos, o comício foi encerrado sem maiores consequências. Dali, os oradores seguiram para a vivenda de Álvaro Vistosa de Aragão, onde lhes foi oferecido um “banquete e expressivas saudações”.²⁴

novembro de 1937. CPDOC. CORREIO DA MANHÃ. Verbete. CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIO%20DA%20MANHÃ.pdf>. Acesso: 20 mar. 2018.

²¹ Prestistas aqui, significando adeptos de Júlio Prestes.

²² A AÇÃO DA CARAVANA NA BAHIA. *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11.2.1930. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 22.01.2015.

²³ A AÇÃO DA CARAVANA NA BAHIA. *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11.2.1930. Disponível em <memória.bn.br> . Acesso em: 22.01.2015.

²⁴ Idem.

J. J. Seabra e João Neves, por outro lado, viajaram para as cidades de Ilhéus, Cachoeira, São Félix, Itabuna, Feira de Santana e também Juazeiro e Alagoinhas. Em entrevista concedida ao Jornal carioca *Correio da Manhã*, quando retornou da expedição ao Norte, João Neves assegurou que cumpriu a sua tarefa nessa região com a certeza de que ninguém arrebataria a vitória da Aliança Liberal no pleito de 1º de março. Em relação à Bahia, reconheceu o “extraordinário prestígio de que goza[va] o Seabra”, considerando indiscutível que o “velho partido que adormecera com o exílio do chefe, ressurgia no seu maior esplendor”. João Neves buscava convencer de que o povo almejava a mudança e que qualquer alma poderia notar que “as populações do norte estavam cordialmente contra os seus governos”. Bastava, para isso, observar como a Bahia rivalizava com Pernambuco em ardor pela causa liberal, inclusive com um “meeting feito em frente ao Palácio do governo”, uma demonstração indiscutível de como esse estado apoiava os aliancistas.²⁵

Seguiam, portanto, alimentando um discurso de que em solo baiano, a adesão à Aliança Liberal era uma realidade. De diversos municípios surgiam reclamações contra a violência do governo. Em nota assinada por Seabra, publicada no carioca *Correio da Manhã*, ele revela que o *Diário da Bahia* vinha comentando “em termos enérgicos” o telegrama do governador recomendando a chapa reacionária. Os jornais governistas, segundo a nota, nada respondiam e o Manifesto assinado pelos senhores Moniz Sodré e Antônio Moniz aos eleitores do 10º e 20º distritos, por onde eram candidatos, “estava produzindo funda impressão e magnífico efeito na opinião pública”.²⁶

Para os aliancistas, os situacionistas baianos estavam assustados com o sucesso das caravanas no interior do estado. A todo o momento fundavam-se novos diretórios e solicitavam-se chapas e procurações para fiscalizar o pleito. Não por acaso, Afrânio Peixoto e Celso Spínola teriam seguido para Ilhéus e Canavieiras, na tentativa de amenizar os sucessos dos caravaneiros da Aliança Liberal.²⁷

Não se pode desprezar o possível sensacionalismo da matéria, sobretudo quando se analisa o papel de oposição que o jornal carioca *Correio da Manhã* fazia ao governo de Washington Luís. Ainda assim é preciso reconhecer que J. J. Seabra mantinha relações com importantes chefes políticos do interior do estado, muitos dos quais antigos seabristas em

²⁵ A SUCESSÃO PRESIDENCIAL: o sr. João Neves, que voltou ontem do norte, deu-nos as suas impressões de viagem. Jornal *Correio da Manhã*, 14.2.1930. Ano XXIX n. 10.778. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 22.01.15.

²⁶ Jornal *Correio da Manhã*. 25 de fevereiro de 1930. p. 2. Disponível em <www.memoria.bn.br> Acesso em 22.01.2015.

²⁷ A POPULARIDADE DO SR. JOÃO NEVES NO NORTE. Jornal *Correio da Manhã*. 9.2.1930. p. 2. Disponível em <www.memoria.bn.br> Acesso em 22.1.2015.

conflito com o governo do estado desde o afastamento de Seabra do governo, no ano de 1923. Portanto, a presença de uma grande quantidade de pessoas nesses comícios ou a difusão das ideias aliancistas no interior baiano pode ser justificada à luz dessas relações.²⁸

Por outro lado, havia uma mobilização em prol da Aliança Liberal por parte de muitos coronéis do Vale do São Francisco. Na região de Carinhanha, os conflitos entre João Duque e João Alkmin, que datavam de 1928, com a disputa pelo governo local e mobilizavam as forças públicas dos estados de Minas Gerais e da Bahia, levou o primeiro a ingressar na Aliança Liberal e, posteriormente, no movimento revolucionário de 1930. Em contato direto com o governo de Minas Gerais, não foi difícil para João Duque mobilizar os seus pares sertanejos.²⁹

A campanha da Aliança Liberal não surtiu o efeito previsto pelos seabristas. Como esperado, o situacionismo venceu as eleições nas urnas, conduzindo o candidato Vital Soares ao posto de vice-presidência do Brasil. Apesar disso, não se pode analisar essa vitória somente à luz de uma possível apatia dos baianos às caravanas liberais em função da candidatura de Vital Soares. Deve-se considerar também, os efeitos produzidos pela censura à imprensa local e veemente combate a quaisquer ideias que ameaçassem a ordem. Não veicular informação na imprensa do estado sobre a Aliança Liberal também foi uma estratégia para

²⁸ Esse quadro pode ser visualizado ao analisar o expressivo número de telegramas que foi enviado a Juarez Távora com a vitória do movimento, nos quais representantes de diferentes municípios indicavam o nome de Seabra para assumir o governo do estado e declaravam-se membros da Aliança Liberal desde o início do movimento. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00.

²⁹ Segundo Pang, o conflito começou com a disputa eleitoral municipal em Carinhanha e evoluiu rapidamente para um violento confronto entre a Bahia e Minas Gerais. Em fins de 1928, quando o segundo mandato de intendente do Coronel João Duque expirou ele concorreu ilegalmente a um terceiro mandato. Como ele era o presidente da Junta Eleitoral que confirmava as eleições, não foi difícil reconhecer a sua própria vitória. O reconhecimento foi rejeitado por Vital Soares que concedeu a vitória, atestada pelo Senado baiano, ao rival, o Coronel João Alkmin. João Duque não aceitou a intervenção do governo, tentando impedir a posse do coronel Alkmin e junto a alguns aliados de Minas Gerais e do estado da Bahia, a exemplo de Franklin Lins de Albuquerque, de Pilão Arcado, e Chico Leóbas, de Remanso, abriu luta contra o governo e seu protegido. Por outro lado, Alkmin também recorreu aos parentes do norte de Minas Gerais e aos amigos na Bahia. Assim, a luta extrapolou as fronteiras do estado, passando a funcionar como uma espécie de termômetro para as eleições presidenciais, uma vez os governadores de ambas as unidades federais apoiavam candidatos diferentes e queriam mostrar a sua força política sobre o Vale do São Francisco. Além disso, seria uma derrota para Vital Soares o fato de Duque e seus companheiros mineiros derrotarem Alkmin, por ele escolhido num ano de eleição. Em novembro e dezembro de 1929 diversas cartas foram trocadas entre Vital Soares e Antônio Carlos. A imprensa da Bahia e de Minas Gerais também repercutiu o conflito. Em apoio ao governo da Bahia, o presidente Washington Luís ordenou que um representante da Procuradoria Federal da Bahia indicasse Duque, Franklin e Leóbas como culpados no chamado “crime de Carinhanha”. Ante a indicação, a Força Pública de Minas Gerais retirou João Duque da Bahia, razão pela qual não sofreu maiores implicações. Com este apoio, o governo de Vital Soares empregou a Força Pública para punir os coronéis daquela região, provocando uma luta entre os coronéis e o estado meses antes das eleições presidenciais, razão pela qual eles não precisaram de muita persuasão para apoiar a Aliança Liberal que chegaria à Bahia apoiada por Seabra. PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934): a Bahia na Primeira república Brasileira*. Trad. Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 198-200; *A Tarde*, Salvador, 5.7.1929. Para informações sobre a disputa eleitoral ver também: Diário Oficial do Estado da Bahia, 28.12.1927; 1.1.1928, ambos citados pelo autor.

combatê-la, mas os alcances das ações aliancistas no estado da Bahia viriam à lume com a vitória da Revolução.³⁰

Na Bahia, o movimento revolucionário também intensificaria as dissidências inter-oligárquicas, bem como refletiria os interesses opostos no campo econômico, sobretudo de uma parcela de produtores e comerciantes diretamente atingidos pela Crise de 1929. Essas dissidências na oligarquia baiana foram fortalecidas pelas dissidências oligárquicas de outros estados, a exemplo de Minas Gerais, que tinham o objetivo de golpear a hegemonia da oligarquia cafeeira do estado de São Paulo. Mas toda essa conspiração era feita longe da imprensa oficial e parecia estar confinada aos estados do sul e sudeste do país. Sobre os impasses acerca desse movimento, o jornal *Diário da Bahia* publicou a seguinte nota em julho de 1930:

Novamente estão os telegramas do Rio, de São Paulo, de Belo Horizonte e de Porto Alegre anunciando novamente uma revolução que nunca mais chega e parece não chegará.

Dir-se-á que o cavalo em que a pobrezinha fazia a sua viagem cansou com o peso dos pecados liberais e que aos bondes faltaram energia deixando os passageiros na estrada.

Perece brinquedo de menino tal revolução que se espera desde novembro do ano passado.

Os sulistas sem que se queira ofender, tomando a carapuça não sabem o que seja revolução. Pelo menos devem fazer uma visita à Paraíba invicta e gigante do bravo presidente João Pessoa se quiser aprender. [...].³¹

Não por acaso o movimento irrompido em 3 de outubro de 1930 foi noticiado pelos jornais baianos como uma “borrasca revolucionária”. Em razão da censura à imprensa em todo o país e do descrédito no movimento promovido por esta mesma imprensa, edições dos principais jornais que se seguiram ao longo do mês de outubro não noticiavam os sucessos do levante e limitava-se a publicar notas oficiais.³² Mas, a aparente serenidade ficava apenas nas páginas dos jornais, pois era preciso passar a ideia e a esperança de que a ordem social e política estavam sob controle.

No entanto, nos bastidores a configuração era outra. Os coronéis armavam seus jagunços, os militares conspiravam junto aos Tiros de Guerra e o governo empenhava-se em organizar a resistência com a força pública do estado, afinal, a Bahia era ponto estratégico

³⁰ Ver adiante as denúncias feitas pela imprensa.

³¹ À MARGEM. *Diário de Notícias*, Salvador, 8.7.1930. BPEB.

³² A BORRASCA REVOLUCIONÁRIA. *Correio de Alagoinhas*, 11.10.1930; A LUTA ARMADA DENTRO DO PAÍS. *Correio de Alagoinhas*, 18.10.1930, Ano XXV, n. 1.205. FIGAM.

tanto para os revolucionários quanto para o governo central, pois ligava os estados do norte³³ aos do centro-sul, ligação esta fundamental para que o movimento ou a sua contenção tivessem sucesso. Mobilização tardia, conforme veremos nas seções que seguem.

1.2 A conspiração revolucionária na Bahia

Destacamos o compromisso que Getúlio Vargas teria assumido junto a Washington Luís de aceitar os resultados das urnas no pleito eleitoral de 1º de março de 1930. Não o cumpriu. Tão logo os resultados eleitorais começaram a ser divulgados, uma enxurrada de contestações foram encaminhadas aos juízes e veículos de imprensa acusando o pleito de mais uma fraude eleitoral. Na Bahia, não poderia ter sido diferente. As reclamações, por sua vez, não partiram apenas dos grupos vencidos no pleito, mas também daqueles que venceram. J.J. Seabra, por exemplo, foi acusado de ter recebido cento e vinte contos de reis de Minas Gerais para “dividir a Bahia ou dividir na Bahia”. Divulgada num jornal da capital baiana, um dia após as eleições, a manchete teve repercussão na capital do país, através de reprodução pelo correspondente do *A Notícia*. Em resposta, Seabra negava a acusação através de declaração feita pelo Comitê Liberal da Bahia e desafiava a apresentação de provas, afirmando que renunciaria se ficasse constatado o seu delito.³⁴

Para Seabra, os grupos políticos que lideravam as eleições queriam macular a sua imagem para esconder as fraudes praticadas; fraudes estas que exigiram posições enérgicas de sua parte diante de um pleito que ocorreu, “sob a mais desbragada pressão oficial”, com altos funcionários que “sem o menor recato impunham e passavam chapas como reles galopins eleitorais”, entre eles, os deputados federais Adriano Gordilho e Antônio Calmon.³⁵

Os aliancistas denunciavam que nos locais em que a Aliança Liberal teria fiscalizado as seções na Bahia, ou a eleição não se efetuou ou o número de eleitores presente foi menor que 30% do eleitorado. Em alguns municípios baianos, a atuação dos fiscais teria sido

³³ Norte nesse período refere-se a todos os estados do atual nordeste somados aos estados do norte.

³⁴ Para a denúncia contra Seabra ver: UM DESMENTIDO DO SR. SEBARA. *Correio da Manhã*. 5.3.1930. Ano XXIX, n. 10794. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 22.01.2015. Para a denúncia contra a fraude eleitoral e a atuação de Seabra ver: A DESCARAÇÃO DE ALTOS FUNCIONÁRIOS NAS ELEIÇÕES DA BAHIA. *A Batalha*. Rio de Janeiro, 4.3.1930, p.2. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 22.01.2015.

³⁵ UM DESMENTIDO DO SR. SEBARA. *Correio da Manhã*. 5.3.1930. Ano XXIX, n. 10794. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 22.01.2015.

recusada e em outros tantos, onde a “Aliança não pode fiscalizar, o pleito ocorreu inteiramente fraudado”.³⁶

Os partidários da Aliança Liberal acusavam os situacionistas de fazer constar que na Bahia oitenta e nove por cento do eleitorado teria comparecido às urnas.³⁷ Cidades importantes como Ilhéus ficaram de fora do pleito, razão pelas quais fiscais do comitê liberal protestavam perante o juiz federal. Além disso, denunciavam o jornal *A Tarde* de conferir à chapa situacionista mais de 92 mil votos. Seria, para os liberais aliancistas, uma soma que refletia as fraudes e resultados pré-estabelecidos, pois conforme denunciavam:

As eleições procedidas nos municípios e primeiro distrito, cujo mais distante é de 4 horas de viagem na mesma tarde, ainda não houve o resultado completo, entretanto, há resultado de municípios muito mais distantes sendo preciso viajar longas horas a cavalo para lá se chegar. [...] As eleições, assim, foram deturpadas e alteradas pela fraude [...]. Em certos municípios as eleições já estavam preparadas antecipadamente com os respectivos livros de atas remetidos pelo governo. Em outros, as eleições foram abruptamente interrompidas, desaparecendo, misteriosamente os livros e as urnas.³⁸

Desse modo, ao passo em que alguns nomes de correligionários importantes foram incluídos posteriormente nas atas de votação, outros nomes de candidatos eleitos por distritos foram indicados à exclusão, a exemplo de Moniz Sodré, candidato a deputado mais bem votado no 10º distrito da capital e na cidade de Alagoinhas. Outras supostas fraudes foram apontadas nas denúncias.³⁹

Quanto às eleições no município de Ilhéus, o secretário do Comitê Liberal, Guilherme de Andrada, denunciava os situacionistas e os resultados apresentados sob a orientação do

³⁶ AS ELEIÇÕES NA BAHIA. *A Batalha*. Rio de Janeiro, 4.3.1930. Ano II, num. 63. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 22.01.2015.

³⁷ A Bahia contava no período com 219.790 eleitores registrados no TRE, e estava dividida em 705 Seções e quatro Distritos, considerando a divisão eleitoral federal e 949 Seções e seis Distritos, considerando a divisão eleitoral estadual. Desse montante, Ilhéus contava com 7.230 eleitores e Salvador com 33.770, distribuídos em 122 seções. SYNOPSE DA DIVISÃO ELEITORAL DE 1930. *Anuário Estatístico (1929-1930)*. Diretoria Geral de Estatística do Estado da Bahia. Imprensa Oficial do Estado, 1933. Não foram localizados os boletins eleitorais dessa eleição, no entanto, considerando que o *A Tarde* divulgou que a chapa oposicionista saiu vitoriosa com cerca de 92 mil votos, é possível afirmar que um percentual significativo de eleitores deixou de votar nas eleições de março de 1930.

³⁸ AS ELEIÇÕES DE 1º DE MARÇO. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 7.3.1930. p.3. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 22.01.2015.

³⁹ O Jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro ao comentar a vitória de Moniz Sodré, na Bahia, especialmente na cidade de Alagoinhas onde se esperava que a maioria do eleitorado votasse com Dantas Bião, e na capital do estado, diz que embora nos boletins divulgados pelo governo o candidato contasse com extraordinária votação, o jornal *A Tarde*, “o órgão oficial de um governo de audaciosas bandalheiras”, sob a direção de Simões Filho, “falsificando atas e roubando votos com a maior descarração” anunciava a derrota de um candidato “estrondosamente eleito”. *A Noite*. Rio de Janeiro. 6.3.1930. p.2. Disponível em <www.memoria.bn.br>. De acordo com Mário Barbosa, diretor Geral de Estatísticas de 1932, o número de eleitores no estado quando das eleições para presidente em 1930 teria sido de 219.790 pessoas, sendo que apenas 33.770 eram da cidade de Salvador.

deputado João Mangabeira que teria recebido do governo do estado a confiança de dirigir o pleito local e que teria dado à chapa Prestes-Vital Soares 5.001 votos e a Getúlio-Pessoa, apenas 13. Para o secretário, o resultado publicado apenas no dia 18 de março pelo órgão oficial sem que se apresentasse qualquer boletim era “tardamente e fraudulento” e refletia a simulação do pleito no município, do qual já se tinha denunciado a ausência de votação. De acordo com o texto, das dezesseis seções municipais, somente cinco simularam instalação de mesas depois das dez e meia da manhã.⁴⁰

Seguidas de outras denúncias, mesmo após o reconhecimento da esmagadora vitória da chapa Júlio Prestes/Vital Soares, e até que as atenções se voltassem às eleições para governador do estado, em setembro daquele ano, não é difícil constatar que enquanto a situação ocupava-se de definir o nome do candidato a futuro governador, os grupos que estiveram à frente da Aliança Liberal na Bahia tenham sido sondados a participar do movimento de conspiração revolucionária, pois, indiferentes a esses resultados das urnas, ou muito motivados por eles, os aliancistas e os militares continuavam conspirando.

Para Luís Henrique Dias Tavares, na Bahia apenas alguns militares e poucos civis obscuros foram envolvidos na conspiração. As primeiras conversas sobre o movimento armado que estava sendo organizado no sul/sudeste do país deram-se no mês de fevereiro de 1930, durante a passagem dos tenentes Juraci Magalhães, Jurandir Bizarria Mamede e Agildo Barata por Salvador, quando de suas transferências do Rio de Janeiro para a Paraíba, portanto, antes mesmo do pleito eleitoral. Entre os conspiradores de passagem, estavam os aspirantes a tenentes Humberto Sousa Melo e João Costa e com eles, os tenentes Joaquim Ribeiro Monteiro e Geminiano Hanequim Dantas.⁴¹

⁴⁰AS ELEIÇÕES NA BAHIA. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22.3.1930. p.2. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 22.01.2015. De acordo com Silvana Araújo da Silva, o Comitê Pró-Aliança Liberal em Ilhéus estava sob comando de Eusínio Lavigne que em entrevista ao jornal local *Diário da Tarde*, na data de 11 de fevereiro de 1930, afirmou que “A Aliança Liberal em Ilhéus não obtinha votos porque os chefes políticos principais dos dois partidos da terra eram conservadores”. Ver: *Diário da Tarde*. Ilhéus. 11.2.1930. Centro de Documento e Memória Regional CEDOC/UESC; SILVA, Silvana Araújo da. *A influência da revolução de 1930 na História Política de Ilhéus (1930-1937)*. Monografia de especialização em História Regional. Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus. 2010. De acordo com a Estatística referida, Ilhéus contava com 7.230 eleitores no ano de 1930.

⁴¹ A tradição conspiradora dos tenentes na história da República brasileira pode ser conferida em CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. Para o período que recobre esta tese ver especialmente o capítulo I. Para Anita Leocádia Prestes, ainda que o tenentismo viesse a inclinar-se para a defesa de um Estado forte e centralizado a partir de 1930, antes da Revolução de outubro manteve-se predominantemente como um discurso liberal. Teria sido a defecção de Prestes do Movimento no início daquele ano e a liderança exercida por Getúlio Vargas, os principais motivos da virada ideológica e política que se verificou. PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo Pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

De acordo com Tavares, após conspiração a bordo do *Paquete Rui Barbosa*, os baianos formaram, ao lado dos médicos Eduardo Bizarria de Mamede e Átila do Amaral e dos engenheiros Alípio Viana e Leopoldo Amaral que havia presidido o Comitê da Aliança Liberal na Bahia, o núcleo conspirador da Revolução no estado. Segundo informa, “Eduardo Bizarria Mamede viajou para a Paraíba mais de uma vez para levar pessoalmente informações do núcleo baiano.”⁴²

A conspiração revolucionária no estado da Bahia carece ainda de profunda investigação, sobretudo quando se quer destacar o papel atribuído aos civis e aos grupos políticos. No que diz respeito à participação dos militares, alguns passos já foram dados, elucidando os pontos de ligação entre a ação militar na Bahia e os principais conspiradores em nível nacional.⁴³ Mas há ainda muito que investigar se se quer ter um quadro mais elaborado das ações em solo baiano dos partidários da Aliança Liberal após decidirem pelo movimento armado.

No âmbito militar, assumiu a liderança do movimento na Bahia o tenente Joaquim Ribeiro Monteiro, que era sergipano, mas estava àquela época servindo no 19º Batalhão de Caçadores em Salvador. As instruções de Juarez Távora, responsável pelo levante no norte do país, chegavam através de contatos telegráficos e através de Eduardo Bizarria Mamede que, como dito, viajava regularmente à Paraíba para colher informações. De fevereiro a maio de 1930, os contatos foram recorrentes e nas missivas enviadas ao líder do movimento na Bahia, Joaquim Távora buscava esclarecer questões referentes ao momento político, buscando, nas contradições e na degradação da república brasileira, as justificativas para a organização do movimento.⁴⁴

Nessas cartas, Joaquim Monteiro revelava o quão difícil e perigoso era a associação com civis no estado. Uma das razões era o seu desconhecimento sobre os grupos políticos locais, uma vez que era de Sergipe e não mantinha relações políticas na Bahia. Ainda assim,

⁴² TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11 ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ed. UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008. p. 381-382.

⁴³ Refiro-me aos estudos desenvolvidos por José Calasans e à dissertação de mestrado de Alexandra Cerqueira Freitas, cujo objetivo foi o de analisar os alcances e limites do tenentismo na Bahia no momento que antecedeu a Revolução de 30. Ver: SILVA José Calasans Brandão. *A Revolução de 1930 na Bahia*. (Documento e Estudo) Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. 1980; FREITAS, Alexandra Cerqueira. *Alcances e limites do movimento tenentista na Bahia: a conspiração Revolucionária de 30*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. UFBA. 2010. A referida dissertação se utilizou, primordialmente, das fontes reunidas no texto *A Revolução de 1930 na Bahia*, de José Calasans.

⁴⁴ Cf: Cartas trocadas entre o capitão Juarez Távora e o tenente Joaquim Ribeiro Monteiro. In: SILVA, José Calasans Brandão. *A Revolução de 1930 na Bahia*. op. cit.; Para um estudo mais verticalizado sobre as ações desses militares ver: FREITAS, Alexandra Cerqueira. *Alcances e limites do movimento tenentista na Bahia*, op. cit.

pela análise que fazia da conjuntura julgava que “como em todo o Brasil pens[ava] que ser[ia] bem acolhido o movimento no meio civil”.⁴⁵

Seguindo instruções recebidas de Juarez Távora, Joaquim Monteiro deveria preparar os revolucionários na Bahia para, ao lado dos demais estados do Norte, “neutralizarem em toda a zona que se estend[ia] da Bahia até o extremo Norte, a influência do governo central, impedindo por todos os meios possíveis que ele retir[asse] daí quaisquer recursos bélicos para reforçar sua defesa” contra a operação do centro-sul.⁴⁶ Havia, no entanto, a previsão de que poucos núcleos militares se disporem a tal movimento.

Quanto aos civis, esse número era ainda mais reduzido. Se já estava difícil reuni-los em torno da conspiração revolucionária, com o afastamento de Luís Carlos Prestes dos tenentes que apoiavam o movimento, em maio daquele ano, o próprio articulador da revolução da Bahia, o tenente Joaquim Monteiro, considerou a possibilidade de descontinuar as articulações, abrindo um intervalo de conversas com o capitão Juarez Távora.⁴⁷ Antes, porém, passou-lhe informações acerca das ligações feitas dentro do estado. Em relação ao contato com civis e grupos políticos, o texto esclarece que:

Assentamos as bases de uma aproximação com um colega que sabíamos ser simpático à causa e decidido e, além disso, conhecedor do meio civil com o qual se achava em contato desde as eleições. Pelo fato de ser bastante vigiado pela polícia, e serem conhecidos de seus colegas as ideias que professava, essa aproximação se fazia necessária com as devidas cautelas; exposta em ideia geral a nossa intenção, depois de conhecida a sua maneira de agir, tratamos logo da ligação com o elemento civil [...].⁴⁸

O fragmento dessa carta aponta para as precauções que eram tomadas pelos conspiradores, mas também, para as precauções tomadas pelo estado para impedir que as

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ A articulação entre os membros da Aliança Liberal e os tenentes ocorreu logo após a divulgação dos resultados eleitorais quando se verificou a vitória de Júlio Prestes, com mais de um milhão de votos contra pouco mais de setecentos mil recebidos por Vargas. A aproximação era lenta, sobretudo porque era reticente a posição de Prestes, principal liderança tenentista. Em maio, do exílio, o aclamado líder da coluna tenentista que cortou o Brasil na década anterior rompeu definitivamente com a Aliança Liberal. Na oportunidade lançou um manifesto à nação: “A última campanha política acaba de encerrar-se. Mais uma farsa eleitoral metódica e cuidadosamente preparada pelos politiquieiros foi levada a efeito com o concurso ingênuo de muitos [...] ainda não convencidos da inutilidade de tais esforços. [...] A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável, nada resolvem, nem podem interessar à grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes”. PRESTES, Luís Carlos. Manifesto dirigido à Nação Brasileira em 30/05/1930. Arquivo Getúlio Vargas, GV 30.5.30. CPDOC.

⁴⁸ Cf: Cartas trocadas entre o capitão Juarez Távora e o tenente Joaquim Ribeiro Monteiro. In: SILVA, José Calasans Brandão. *A Revolução de 1930 na Bahia*. op. cit.

ideias revolucionárias se proliferassem. Assim, as ligações entre militares e civis eram subterrâneas. Segue informando Joaquim Monteiro:

Fui apresentado a dois civis de confiança absoluta e também de ação, conhecidas em situações outras. Entabulamos conversas e procuramos saber quais os elementos poderíamos dispor. *Já nos haviam informado da existência de dois elementos de real valor: um chefe sertanejo podendo dispor de cerca de 500 homens (segundo informações que necessitavam ser confirmadas por um agente de confiança) e outro contando com elementos esparsos na capital. [...] O primeiro obedecia as ordens do Dr. Seabra e o segundo às ordens do Dr. Moniz Sodré, que não convinha tratar com eles diretamente e sim mediante uma apresenta o daqueles políticos.*⁴⁹

A indica o da existência de dois chefes sertanejos envolvidos na conspira o cobra uma reflexão sobre a atua o política dos chefes locais no período que recobre a pesquisa. Essa análise será feita à luz da trajetória de suas principais lideranças no ano de 1930: os coronéis Horácio Queiroz de Matos e Franklin Lins de Albuquerque.

Sabemos que um desses *elementos de real valor* mencionado na carta de Monteiro, não poderia ser o coronel Horácio de Matos, visto que ele reuniu forças a favor do governo legal para combater o movimento revolucionário. Horácio de Matos nasceu a 18 de março de 1882, mas a sua família chegou   região da Chapada Diamantina por volta de 1842-1843, onde se aliou   família Queiroz por meio de casamentos. Ainda jovem, Horácio de Matos deixou a Chapada e seguiu para o Morro do Chapéu, onde, sob prote o do coronel Francisco Dias Coelho recebeu a patente de coronel da Guarda Nacional. Aí ficou como capangueiro (comerciante de diamantes) até o final da primeira década do século XX.⁵⁰

Aproximadamente em 1910 ou 1912, Horácio de Matos voltou   Chapada, a pedido do tio Clementino que, no leito de morte, havia indicado o sobrinho para liderar o poder que a família adquiriu na região. Dele, também herdou as amizades e inimizades políticas. Entre os inimigos passou a contar com o coronel Militão, de Barra de Mendes, os S s, de Len ois e os Fabrício de Oliveira, de Campestre. Entre os amigos estavam os Paula Ribeiro, de Coch  de Malheiro, o coronel Aureliano Godim, de Andaraí e o chefe L dio Belo, de Palmeiras.⁵¹

As disputas entre esses coronéis e entre coronéis e poder público eram constantes, mas o conflito entre Horácio de Matos e o governo do estado da Bahia ocorreu no ano de 1915, na

⁴⁹ Carta do tenente Joaquim Monteiro ao capitão Juez Távora. 16 de junho de 1930. In: SILVA, José Calasans Brandão. *A Revolu o de 1930 na Bahia*. op. cit. Grifos nossos.

⁵⁰ ROSA, Dora Leal. *O mandonismo local na Chapada Diamantina*. Disserta o de Mestrado. (Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 1974, p. 45, 64-67.

⁵¹ Idem.

gestão de J.J. Seabra, ocasião em que se fez a reforma administrativa que estabelecia a nomeação dos intendentes municipais pelo executivo estadual, em lugar da realização de eleições que ficavam sob o domínio dos coronéis.⁵²

No ano de 1920, J.J. Seabra seria reconduzido ao governo, e os coronéis travaram uma luta com o poder público para não aceitar os resultados das eleições. Ameaçando se dirigir à capital e impedir o governo de tomar posse, essas lideranças, enfeixadas pela Revolta Sertaneja, somente aceitaram a paz, depois que houve intervenção do governo federal, e após assinatura do documento que ficou conhecido como “Convênio de Lençóis”, através do qual os coronéis comprometeram-se a apoiar o governo e dele também receberia uma série de apoios e privilégios.⁵³

Após a assinatura desse documento, Horácio de Matos passou a ter influência nos municípios de Lençóis, Seabra, Guarany, Wagner, Brotas, Remédios, Palmeiras, Oliveira dos Brejinhos, Macaúbas, Bom Jesus do Rio de Contas e, inclusive, Caetité. Manteve, a partir daí, uma relação amistosa com Seabra, com quem trocava repetidas cartas e telegramas, mas a relação com o governo do estado era marcada pelo protagonismo que os coronéis adquiriram após a Revolta Sertaneja.⁵⁴

Pelo acordo, Horácio de Matos foi escolhido Delegado Regional da Chapada Diamantina. Coube ainda aos coronéis da região, a nomeação de um deputado e um senador estadual e a indicação dos cargos públicos para as comarcas às quais pertenciam. Esse acordo mudou a correlação de forças políticas na região e alçou os coronéis no jogo da política institucional, pois além da projeção nacional que obtiveram com a vitória, eles conseguiram acesso direto à presidência da república, revertendo as relações entre os governos municipal e estadual até então estabelecidas, uma vez que o executivo estadual não mais fazia as nomeações dos intendentes, juízes e delegados desses municípios.⁵⁵

O prestígio de Horácio de Matos, bem como dos demais coronéis da região, foi intensificado com a passagem da Coluna Prestes na Bahia. Na época, eles foram acionados pelo general Góes Monteiro que lhes solicitou a arregimentação de civis para enfrentar os militares dissidentes. A solicitação do general foi plenamente atendida, com destaque para a atuação de Horácio de Matos e Franklin Lins de Albuquerque. Assim, é possível compreender as razões pelas quais Horácio de Matos não apoiava a Revolução de 1930. Não havia razões

⁵² PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias*, op. cit.; SAMPAIO, Consuelo. *Partidos Políticos na Primeira República*, op. cit.

⁵³ Idem.

⁵⁴ MELO, Maria Alba Machado. *História política do baixo-médio São Francisco*. op. cit. p. 65-71.

⁵⁵ Idem.

para que ele defendesse um projeto de centralização política que, em tese, diminuiria o seu poder de mando local. Como veremos, a Revolução de 1930 significaria o fim do domínio político desse coronel, bem como a desagregação do seu grupo familiar pela dispersão dos seus membros.⁵⁶

Franklin Lins de Albuquerque também gozava desse prestígio no ano de 1930, mas ele foi conquistado pelas armas e não por herança familiar como ocorreu a Horácio de Matos. Para Maria Alba Machado Melo, em Pilão Arcado, a trajetória de Franklin Lins de Albuquerque marcou a inserção do novo no seio das disputas tradicionais. Franklin rompeu com o mandonismo local tradicional de Pilão Arcado e ascendeu ao poder no ano de 1918, ampliando o seu domínio político por grande parte da região do São Francisco.⁵⁷

Segundo Maria Alba Melo, a trajetória de Franklin Lins de Albuquerque mostra certo dinamismo nas relações coronelistas no interior da Bahia. Oriundo do Rio Grande do Norte, filho de família sem vínculos tradicionais, que se estabeleceu em Santo Sé no ano de 1893, o coronel não contou com bens econômicos, adquirindo-os com a atuação no comércio. Mudou-se para Pilão Arcado no ano de 1904, em função de divergência políticas em Santo Sé e da transferência da esposa, que era professora, para uma escola daquela região. Aí, estabeleceu uma casa comercial onde negociava com tropeiros e paqueteiros, aproveitando-se do aumento da borracha no mercado internacional para ampliar os negócios e o prestígio social, e, em 1907, comprou a patente de coronel da Guarda Nacional, na comarca de Remanso.⁵⁸

Assim, de pequeno comerciante, Franklin Lins de Albuquerque passou a proprietário de terras e criador de gado. Seu crescimento colocava em risco o mandonismo da família Correia de Queiroz, com a qual passou a disputar a liderança política local. À medida que a riqueza aumentava, Franklin Lins de Albuquerque buscava montar uma rede de proteção, e em lugar de buscar refúgio na liderança local, montou a sua própria rede de defesa armada. A ascensão não era bem vista pelos demais chefes políticos locais, e em 1918, Franklin foi levado à disputa de terras de Carnaúbas, que resultou em conflito armado entre ele e os Correias, que saíram da refrega derrotados.

A rede de amizades e inimizades de Franklin Lins de Albuquerque foi ampliada depois desse conflito. O coronel Chico Leóbas, de Remanso, por exemplo, entrou na luta em favor dos Correias e passou a inimigo contumaz de Franklin Lins de Albuquerque. Os Santo Sé e os

⁵⁶ ROSA, Dora leal. *O mandonismo local na Chapada Diamantina...* op. cit. p. 53.

⁵⁷ MELO, Maria Alba Machado. *História política do baixo-médio São Francisco...* op. cit. p. 105-117.

⁵⁸ Idem.

Castelo Branco, por sua vez, procuraram atrair a nova liderança de Pilão Arcado e formaram a sua base de apoio na região.

O destaque para a atuação de Franklin Lins de Albuquerque em dois anos lhe rendeu o convite para participar da Revolta Sertaneja, em 1920. Para Maria Alba Machado Melo, “uma espécie de batismo nos grupos dos coronéis mais poderosos do sertão”. Assim como Horácio de Matos, o coronel Franklin de Albuquerque se aproximou da presidência da república com a passagem na Coluna Prestes na Bahia. No período, também estabeleceu contato com o ministro de exército, Góes Monteiro, com quem manteve relação de amizade até o final da vida, em 1944. Dele, recebeu financiamento para compra de armas, munições e fardamentos e protagonizou a expulsão dos militares do Brasil.

Nesse período, a base econômica dos coronéis da região sanfranciscana era a pecuária devido à abundância de terras e as pastagens naturais. Criada de maneira extensiva, predominavam a criação de caprinos para o auto-consumo e a comercialização de peles. Franklin Lins de Albuquerque buscava diferenciar-se dos demais coronéis. Familiarizado com o comércio, o coronel tinha aí a principal fonte de recursos para investir na pecuária. Não por acaso, ele comercializava todas as espécies de produtos e se converteu no comprador final do município e região, criando uma espécie de sistema de centralização de mercadoria, na qual tanto comprava a mercadoria quanto negociava diretamente com as casas de exportações, que eram também os principais bancos da Praça de Salvador, como o Banco da Bahia.⁵⁹

O comércio de produtos teria significado político muito importante para a consolidação do poder do coronel, pois a partir dele se estabeleciam as reações externas com outras regiões. Assim, o armazém do coronel converteu-se em ponto de concentração para trocas comerciais e políticas. Franklin de Albuquerque entendia que a luta parlamentar também era decisiva para a manutenção do seu poder, daí investia na formação de quadros parlamentares, primeiro do seu aliado político, Francisco Rocha, depois dos seus próprios. Não foi por coincidência, que quando despontou a Revolução de 1930, Franklin Lins de Albuquerque já detinha habilidade e poder político para negociar a sua participação no movimento. A Região sanfranciscana tornou-se em uma das principais bases de apoio político do governo de Juraci Magalhães na Bahia.

Em dezembro de 1931, Franklin Lins de Albuquerque já fazia visitas a Barra, Bom Jesus da Lapa e outros municípios em nome do interventor, e dedicou-se, a partir desse momento, à consecução dos novos pactos políticos, mudando-se, inclusive, para Salvador, no

⁵⁹ MELO, Maria Alba Machado. *História política do baixo-médio São Francisco*. op. cit. p. 78.

ano de 1936, talvez com o objetivo de manter-se mais próximos dos centros de decisão do poder. Também nesse ano adquiriu o jornal *O Imparcial*, o que sugere entendimento do domínio da imprensa como ferramenta de sustentação política. Apesar de ter passado a residir em Salvador, até o ano de sua morte, em 1944, e de ter ficado ao lado do governo constituído em 1930, Franklin Lins de Albuquerque sempre dispensou atenção para a região sanfranciscana, sede de suas fazendas e negócios e reduto dos votos que precisava para demarcar seu poder junto ao governo do estado.

A posição de Franklin Lins de Albuquerque no processo revolucionário de 1930 é controversa. Em março daquele ano, foi nomeado pelo Partido Republicano de Minas como o principal recrutador para o movimento na região do Vale do São Francisco, solicitando, inclusive, ao governo mineiro, armas e pelo menos 30.000 cartuchos de munição, mas há indícios de que ele também apoiou o governo do estado no enfrentamento aos revolucionários.⁶⁰ Com essas credenciais é possível especular que ele pudesse ser o chefe sertanejo indicado por Monteiro nas cartas endereçadas à Bahia, mas além de não haver certezas quanto a esse envolvimento, não parece que ele mantivesse, no período, relações de subordinação a Seabra.

O que se sabe, porém, é que além dele conspiravam também os coronéis João Duque e Rotílio Manduca, chefes políticos do sul do estado, Durval Marinho Paes, de Angical, que também liderava um grupo de coronéis junto ao governo de Minas Gerais, Deraldo Mendes, de Vitória da Conquista, Mário Teixeira, de Caetité, e o coronel Rabelo, de Lapa. Sobre eles, Eu-Sool Pang afirma que,

Para coordenar as comunicações entre o PRM e Franklin, o governador Antonio Carlos nomeou o coronel Herculano Leite, da Força Pública de Minas, como oficial de ligação. Com Franklin no norte e Duque no Sul, todo o vale passou para o lado revolucionário bem antes de outubro. Sua estratégia consistia em enviar Franklin e seu exército para Salvador, a fim de tomar o governo do estado, enquanto Duque desceria lentamente o rio para acabar com os focos de resistência de coronéis recalcitrantes.⁶¹

É certo que ainda que os principais estados envolvidos na conspiração revolucionária tenham sido aqueles do centro-sul, limitando a importância dos estados do norte à Paraíba, vista como mártir de todo processo, em todos eles haveria de ter uma base combativa, e a Bahia, como dito, ocupava posição importante. A defesa de Minas Gerais, por exemplo,

⁶⁰ A posição assumida por Franklin Lins de Albuquerque no desfecho do movimento foi duvidosa, conforme veremos na seção que segue.

⁶¹ PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias*. op. cit. p. 204.

dependia e muito da guarnição das fronteiras com a Bahia. Em testemunho sobre a organização dessa defesa Virgílio de Melo e Franco assegurou:

De acordo com as instruções que recebi do sr. Osvaldo Aranha, segui para Belo Horizonte, em companhia do dr. Pedro Ernesto, do sr. Leopoldo Neri da Fonseca, do Major Carlos Eiras e do sr. Solano Carneiro da Cunha. Já na capital de Minas se encontrava o sr. Mário Brant, que ao lado do sr. Odilon Braga, secretário de segurança pública, trabalhava ativamente, articulando o movimento não só dentro do estado como também no sertão da Bahia, por intermédio dos chefes João Duque e Rotílio Manduca. O senhor Amaro Lanari [...] tinha já organizado o plano de fechamento das fronteiras do estado, pela destruição de algumas pontes cujos pedestais já estavam minados. Esse plano comportava a ocupação imediata de todas as estradas de ferro dentro do estado.⁶²

João Duque e Rotílio Manduca tiveram importante papel na organização do movimento em solo baiano, especialmente na região do São Francisco. A participação de ambos na conspiração revolucionária tornou-se lendária no sul da Bahia, passando a temas de crônicas, cordéis e contos inspirados na trama da qual foram personagens reais.⁶³

Porém, se entre os coronéis e o governo de Minas Gerais a conspiração seguia ininterruptamente, entre os tenentes da capital ela sofreu um abalo. Em decorrência do rompimento do “cavaleiro da esperança” com os revolucionários, os conspiradores da Bahia foram denunciados à polícia por “um elemento civil ligado a Prestes”. Chamados ao gabinete do coronel Ataliba Osório, Joaquim Monteiro negou tal envolvimento, o que não impediu que o 19º Batalhão fosse colocado sob suspeição, levando à substituição do tenente Humberto de Souza Mello.

Por sua vez, mantido na Comissão Examinadora, o tenente Monteiro viajava regularmente para o interior do estado com o objetivo de supervisionar as forças militares.

⁶² FRANCO, Virgílio A. de Melo. *Outubro de 1930*. op.cit. p. 167. Rotílio Manduca foi uma liderança política na região do São Francisco e conhecido por ser, supostamente, a personagem Zé Bebelo do canônico romance *Grandes Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa. Segundo Marco Antônio Tavares Coelho, Rotílio de Souza Manduca nasceu em 1885, em Remanso, na Bahia. Aparece como um líder, sendo mobilizado para a luta contra a Coluna Prestes e para apaziguar o sertão a serviço do então presidente da República, Artur Bernardes. Uma fotografia atesta sua condição de oficial comissionado da Polícia Militar de Minas Gerais. Era um grande admirador dos intelectuais, o que contrastava com a sua vida de jagunço. Teria morrido a facadas, na cidade da Barra, num camarote do vapor "Wenceslau Braz", da Companhia de Navegação Mineira do São Francisco, no dia 3 de maio de 1930, portanto, em plena organização da campanha. No entanto, em janeiro de 1931 há uma nota publicada sob o título de “Um agente federal de consumo que se intromete na justiça baiana” assinada por ele, o que põe em dúvida a data da sua morte. Sobre Rotílio Manduca ver: COELHO, Marco Antônio Tavares. “As diversas vidas de Zé Bebelo”. In: *Estudos Avançados*. vol. 17, num. 49. São Paulo. Set/dez, 2003; *Jornal A Noite*. Rio de Janeiro, 19.1.1931, p.3. Grifos nossos.

⁶³ Ver: PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias*, op. cit. e as obras literárias: ZÉ PATRÍCIO (Honorato Ribeiro dos Santos). *O barulho de João Duque em Carinhonha*. Cordel. 2011; ASSIS, Major Anatólio Alves de. *Crônicas dos anos de ouro*. Belo Horizonte, 1974, Ed. do autor, p. 131-134.

Nessas ocasiões fazia aliciamentos no corpo de Exército, confessando ter convencido Alpheu França e José Anselmo, tenentes em comissão, que desempenhavam as funções de recrutamento e instrutores do Tiro de Guerra, respectivamente nas cidades de Belmonte e Ilhéus, a participar da conspiração.⁶⁴

José Anselmo era considerado e se auto-intitulava um revolucionário da “velha guarda”, ou seja, conspirava desde o ano de 1920. Em 1924, estava em Curitiba servindo como sargento do 5º Batalhão de Engenharia, unidade que ajudou a sublevar. Foi nessa ocasião que conheceu Juarez Távora, com quem mantinha ligações que lhe valeram perseguições e a transferência para a Bahia, onde passou a servir como instrutor do Tiro de Guerra em Ilhéus. Em outubro de 1930, quando o Tiro de Guerra foi sublevado naquele município, José Anselmo chegou a ser proclamado governador militar do sul do Estado e foi imediatamente promovido a capitão. A ele também coube a tarefa de pacificar a região, através da coluna Facó, composta por mais de 80 homens.⁶⁵

Nessas cidades Joaquim Monteiro presenciava as campanhas que se faziam em combate ao movimento revolucionário. Em Ilhéus, apesar de encontrar apoio em José Anselmo e Eusínio Lavigne, que dirigia o jornal *Diário da Tarde*, o tenente também encontrou oposição. O jornal *Correio de Ilhéus*, que desde janeiro vinha investindo na propaganda em favor de Júlio Prestes, tão logo vencida as eleições, buscou combater as ideias revolucionárias.⁶⁶ Quando Prestes abandonou o movimento, o jornal publicou uma matéria fazendo propagandas negativas sobre ele e os demais tenentes envolvidos com a Aliança Liberal.

O herói de fancaria que a versatilidade da imprensa de bobagem e a estupidez dos espíritos ridículos entenderam de aureolar com as cores e o brilho de uma glória fementida (*sic*) - Luís Carlos Prestes que, durante cerca de quatro anos, saqueou, roubou, matou, desonrou, encheu de ignomínia e miséria os interiores do Brasil, agindo sempre de emboscada, covarde, pusilânime, traiçoeiramente, agora arrancou a máscara, aparecendo aos olhos

⁶⁴ Depoimento do então general Joaquim Ribeiro Monteiro sobre a *Revolução* de 30 na Bahia. Cf: CALASANS, 1980. op. cit. p. 48-49. Em Canavieiras a força militar também viria a aderir às ideias conspiratórias. A agitação social e política na cidade eram grandes desde agosto de 1930, sendo que se precisou enviar de Salvador o tenente José Isidro e o delegado João Mendes Filho, que acompanhados de trinta praças foram designados para conter as agitações locais. Naquela região, o delegado Francisco Barreto pedia a mudança da força militar ali estabelecida, que segundo ele não expirava confiança. A 26 de agosto de 1930 houve muita confusão e tiroteio, com a morte de um “preto de nome Dionysio, do partido revoltado” e ferimento do coronel Publio. A situação só foi contida com a chegada da força pública da capital. CANAVIEIRAS FORA DE PERIGO. *Diário da Bahia*, 27.8.1930. PBEB.

⁶⁵ NO SUL DO ESTADO HAVIA UM ARSENAL DE GUERRA. *Jornal A Tarde*, Salvador/BA, 1.12.1930. PBEB.

⁶⁶ Em janeiro de 1930, o *Correio de Ilhéus*, vespertino fundado na década de 1920, era propriedade de uma Associação e autodenominava-se um “órgão político e oficial do município”, conforme informações colhidas nos exemplares analisados.

desses mesmos fervorosos prosélitos, tal como é verdadeiramente: comunista, bolchevista, anarquista, cuja única preocupação consistia em derrubar as instituições nacionais, ruir fragorosamente o edifício de honra, de glória da moral do país que teve a infelicidade de lhe servir de berço [...].

É preciso encarar severamente, criteriosamente os propósitos de todos esses infames e mentirosos ideólogos da regeneração dos costumes, da “restauração do regime”, da felicidade do Brasil, que surgem de quando em quando entre promessas facciosas e juras melífluas, e depois se mostram na integridade de seus pensamentos hediondos e de seus intuitos indignos. Eilos, portanto, na sua autêntica personalidade. São assim, os Luís Carlos Prestes.

O herói dessa revolução de mentira a quem bem se pode chamar de infâmia, banditismo e cangaçaria, sonhava transformar o Brasil nessa Rússia ignominiosa e Bárbara soviét.

Essas as suas enormes e alevantadas aspirações...⁶⁷

Está justificado porque Juarez Távora apressou-se em combater as ideias de Prestes. A posição dele afetava diretamente a conspiração em todo o Brasil e dificultava o escasso contato com os “elementos civis” na Bahia. Em depoimento publicado no jornal *A Noite*, em 26 de janeiro de 1931, o general João de Oliveira Freitas dá pistas de como se deu o contato entre militares e civis na Bahia e de como a comunicação entre eles foi difícil. À época, João de Oliveiras Freitas era um militar reformado. Revolucionário de 1924, ocasião em que também conheceu Juarez Távora, Freitas passou a ser perseguido tão logo a sublevação foi contida, sendo transferido para Paraíba.⁶⁸

Data do mesmo período a aproximação dele com Seabra, quando esse agitava a sua campanha para a vice-presidência do Brasil. Apesar do histórico de sua “solidariedade aos princípios revolucionários”, o general alegou que durante a campanha da Aliança Liberal na Bahia manteve-se reservado por não acreditar “que o voto fosse capaz de alterar o estado de coisas”.⁶⁹

A sua ação no movimento, segundo a entrevista de Freitas, se deu a partir de abril de 1930, quando achou oportuno arregimentar os elementos aliancistas “notoriamente revolucionários para uma ação de harmonia com os demais estados”. A Bahia não participou das reuniões preliminares do movimento, mas como já apontamos aqui, a organização das ações não podia prescindir de uma composição mínima no estado. Em razão disso, a

⁶⁷ O HERÓI COMUNISTA: é preciso que o Brasil aprenda a repudiar os perniciosos elementos, como Luís Carlos Prestes. *Correio de Ilhéus*. Ilhéus, 10.6.1930. Ano X, n. 1345. p.1. CEDOC/UESC. Cabe destacar que em 1930 Prestes ainda não havia se decidido pelo comunismo, embora já fosse considerado comunista por boa parte da imprensa brasileira. Somente em 1931 é que veio a fazê-lo, entrando para o Partido Comunista apenas em 1934. Grifos nossos.

⁶⁸ OS PRÓDOMOS DA REVOLUÇÃO NA BAHIA. FREITAS, João de Oliveira. Entrevista. *Jornal A Noite*. Rio de Janeiro, 26.3.1931. p. 5.

⁶⁹ Idem.

orientação de Juarez Távora era que se providenciassem as condições mínimas para dar suporte aos revolucionários.

Nessa ocasião, segundo João de Oliveira Freitas, chegaram a Salvador, procedentes de Aracaju, os senhores Clodomir Silva e Tomaz Mutti, incumbidos de ligar os revolucionários daquele estado aos da Bahia e os dos dois à capital da república. Cercados de “exagerada cautela” mantiveram contato na sede do *Diário da Bahia* com o jornalista Joel Presídio e os revolucionários Antonio Maciel Bonfim e Geographo de Barros Amora, o último, ligado estreitamente aos revolucionários do Ceará, e os demais, aos estados de Sergipe, notadamente ao almirante Amyntas Jorge.⁷⁰

Dessa conferência resultou a indicação de dois novos comissários para contatar os revolucionários do Rio de Janeiro, foram eles Clodomir Silva e Antonio Maciel Bonfim. O primeiro teria feito um contato rápido, regressando com a desoladora notícia acerca da atitude pacifista de Borges de Medeiros. Bonfim, por sua vez, demorou-se na capital do país, onde foi “posto em contato com os revolucionários que conspiravam na Casa de Saúde Pedro Ernesto” e de onde “confirmava, logo depois, numa exaustiva correspondência cifrada, dirigida a Geographo Amora e Aristarcho Gomes”, a continuidade do movimento armado.⁷¹

A ligação entre esses civis liderados por João de Oliveira Freitas e a comissão constituída por Joel Presídio, Aristarcho Gomes e Geographo Amora teria sido feita pelos tenentes Raphael de Albuquerque Uchóa, 1º tenente da Reserva de Primeira Linha do Exército, o 2º tenente Cantuária de Barros, Virgílio Barbuda e José Pontes. Os segmentos dispersos da capital do estado baiano reuniam-se, sucessivamente, na *Pastelaria Triumpho*, no *Café Brunswick*, na redação de *O Jornal*, no *Café Chic* e no *Bar Beira Mar* à Ribeira de Itapagipe. Testemunha o general:

⁷⁰ Antonio Maciel Bonfim, o futuro Miranda e o futuro secretário do Partido Comunista do Brasil (PCB), responsabilizado pelo insucesso do levante de 1935, era da cidade de Irará, mas residiu até os anos finais da década de 1920 na cidade de Alagoinhas, onde, muito provavelmente deve ter iniciado seu contato com o almirante Amyntas Jorge, uma vez que este era sogro de Mário Cravo, cujo pai Joaquim Cravo era filiado à Aliança Liberal. Segundo depoimento de Mário Cravo, Amyntas Jorge, grande amigo de Artur Bernardes teria ido à Alagoinhas ver a filha Marina e na ocasião deixou manifestos e propagandas da campanha aliancista. Sobre Antonio Maciel Bonfim ver: MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira; DE LIMA, Thiago Machado (et al). “O célebre Miranda: aventuras e desventuras de um militante comunista entre a história e a memória”. *Praxis* - Revista Eletrônica de História e Cultura; MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. “Antes da fama: anotações sobre a trajetória política de Antônio Maciel Bonfim, vulgo ‘Miranda’”. São Paulo: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* - ANPUH. São Paulo, 2011; “Antônio Maciel Bonfim (Miranda): um esboço biográfico”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472016v36n72_010>; “No rastro de Miranda: convite a uma investigação histórica sobre a trajetória de Antonio Maciel Bonfim”. In: SILVA, Paulo Santos. (Org.) *Desarquivamento e narrativas: História, Literatura e Memória*. Salvador: Quarteto, 2010.

⁷¹ OS PRÓDOMOS DA REVOLUÇÃO NA BAHIA. FREITAS, João de Oliveira. Entrevista. *Jornal A Noite*. Rio de Janeiro, 26.3.1931. p. 5.

[...] Processava-se deste modo, lentamente, a preparação do movimento armado na Bahia, por deliberação espontânea dos revolucionários locais, por isso que jamais fomos procurados pelos que assumiram no Rio, a chefia de toda ação. É verdade que na capital da república, o nosso agente de ligação, Antonio Maciel Bonfim, assíduo não só no comparecimento a todas as reuniões que se repetiam ali, porém, na informação minuciosa que nos prestava em cartas cifradas da marcha dos acontecimentos, não é menos verdade, todavia, que a esse tempo, fins de abril e principio de maio, a situação era toda de mortificantes incertezas, atendendo à divergências de ponto de vista que scindia (*sic*) os revolucionários do sul. Esta situação durou até o 1º Manifesto de Luís Carlos Prestes, que produziu nos centros de conspiração os efeitos de uma bomba debandando os elementos já arregimentados.⁷²

Os conspiradores da Bahia parecem ter ficado desolados com os efeitos da entrevista de Borges de Medeiros, publicada a 19 de março no jornal carioca *A Noite*, na qual reconhecia a vitória de Júlio Prestes e dava a campanha da oposição como encerrada, e a publicação do Manifesto de Prestes, denunciando a conspiração como manobra da burguesia. No entanto, a indignação popular com os acontecimentos da Paraíba penhorava, seguramente, o sucesso da Revolução iminente. Nesse período, o general João de Oliveira Freitas entrou em contato com o tenente Geminiano Hanenquim Dantas, que servia ao 19º Batalhão, que o colocou em contato com Joaquim Monteiro que recebia orientações diretas de Juarez Távora, da Paraíba. Um dos elos para o sucesso do contato foi o capitão Túlio Paes Leme que era amigo do general e servia também no 19º Batalhão.

Ainda de acordo com o texto da entrevista, “quando a custo de inaudito trabalho”, eles conseguiram entrar em entendimento com Joaquim Monteiro perderam o “agente de ligação do Rio, Antonio Maciel Bonfim, que se declarou solidário com o general Luís Carlos Prestes”.⁷³ As reuniões foram temporariamente interrompidas e tão logo recuperadas, após a divulgação de outro Manifesto, agora do capitão Távora, no qual discordava frontalmente da posição do antigo chefe da Revolução.

Seguindo orientações de Távora, os tenentes e os civis colocaram em prática as instruções recebidas para o sucesso do movimento. Controlaram o serviço telegráfico pelo nacional e pelo cabo submarino, que estava sob a responsabilidade dos amigos, a saber, Frederico Castro, Francisco Rodrigues Nogueira e Armando Santos, todos, telegrafistas

⁷² Idem.

⁷³ Idem. A essa altura, os conspiradores da Bahia também haviam sido denunciados à polícia por um “elemento civil adepto de Prestes.” Depoimento de Joaquim Monteiro, CALASANS. op. cit. p.48.

federais; colocaram o civil Herder Mendonça encarregado de vigiar os oficiais Collatino Marques e Ataliba Osório e arregimentavam mais amigos para a causa revolucionária.

Chegava então a Salvador o coronel Francisco Kuin, enviado dos revolucionários de Minas Gerais e ligado a Mário Brant, que organizava o movimento no sertão da Bahia. Fazia, assim, a ligação dos conspiradores da capital com estes do sertão. Trazia também a notícia de que os mineiros estavam “inteiramente solidários com o movimento e fortemente aparelhados para a luta” e hipotecava solidariedade às ações do coronel Manoel Dantas, do tenente Belarmino Alencar e do sargento Manuel Luís dos Reis. Assim, completa João de Oliveira Freitas:

Os nossos destemidos amigos Thomas Mutti F. e o coronel Cândido João dos Santos trabalhavam juntos aos ferroviários e aos estivadores, respectivamente, tendo embarcado para o interior o coronel José Presídio, de grande valimento nos municípios que vão de Feira de Santana a Capivary, o corretor Oscar Cordeiro, o tenente de administração Raymundo Camillo de Souza, o advogado Ponciano Fonseca e o destemido grupo de “O Jornal” tendo à frente Joel Presídio, Arnaldo Silveira e Nelson Carneiro congregavam numerosos amigos, de modo que, já a esse tempo, levantaríamos um grupo não inferior a 200 homens prontos para tomarem armas e executarem o mais audacioso plano estratégico que lhe fosse confiado, porque não lhes faltariam elementos de combate para comandarem logo que se declarasse a insurreição.⁷⁴

O assassinato de João Pessoa, então presidente da Paraíba, modificou os planos dos baianos.⁷⁵ Uma Comissão do 19º Batalhão foi enviada para aquele estado a mando do capitão Túlio Paes Leme, desfalcando o movimento. Contavam, entretanto, com o compromisso do tenente Monteiro que assumiu prestar auxílio aos civis se o assalto ao 19º Batalhão malograsse. Estavam cientes e favoráveis ao assalto os tenentes Camillo, Uchóa, Cantuária, José Pontes e os comissionários Herder Mendonça e Aristarcho Gomes. Todos

⁷⁴ OS PRÓDOMOS DA REVOLUÇÃO NA BAHIA. FREITAS, João de Oliveira. Entrevista. *Jornal A Noite*. Rio de Janeiro, 26.3.1931. p. 5.

⁷⁵ No ano de 1930, João Pessoa foi candidato a vice-presidente de Getúlio Vargas na chapa da Aliança Liberal. Entre os anos de 1828 e 1930 ele exerceu o cargo de Presidente de Província na Paraíba. Seu mandato, marcado por intensas reformas de cunho político e administrativo rendeu-lhe uma série de hostilidades e levou ao desarranjo de uma acomodação política galgada pelo seu tio Eptácio Pessoa, que desencadeou a Guerra de Princesa, uma revolta de dimensões locais que ganhou projeção nacional com a aceitação de João Pessoa para a composição da chapa Liberal, o financiamento dos revoltosos de Princesa pelo Governo Federal e a ameaça de intervenção Federal no estado da Paraíba. Assim, Paraíba e seu presidente, depois do seu assassinato pelo advogado João Dantas, em 26 de julho daquele ano, foram alçados à mártir da Revolução de 1930. Sobre a Revolta de Princesa e o assassinato de João Pessoa ver: FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. 16ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; RODRIGUES, Inês Caminha L. *A Revolta de Princesa: poder privado x poder instituído*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981; AIRES, José Luciano de Queiroz. *Inventando Tradições, construindo memórias: a “Revolução de 30” na Paraíba*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2006; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. *Nos domínios da Política estatal: o poder desterritorializado e as bases de sustentação política de Getúlio Vargas (1930-1934)*. Tese de Doutorado (História). Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

“uniformizados e com o distintivo de várias unidades do norte na gola da túnica, especialmente com o auxílio de copioso armamento existente no depósito da região, situada em São Joaquim.”⁷⁶

Malgrado o interesse em enaltecer o papel que teria exercido no movimento revolucionário, a entrevista do general João de Oliveira Freitas revela aspectos interessantes, sobretudo porque divulga os nomes dos civis omitidos nas missivas do tenente Monteiro e fornece pistas das ligações destes com civis e coronéis do interior do estado. É verdade que o movimento na Bahia não podia ser comparado ao da Paraíba ou Pernambuco. Nesses estados, segundo a bibliografia consultada, a situação revolucionária era periclitante, porém, pelo exposto, não se pode afirmar que a Bahia aderiu a Revolução de última hora, bem como fica evidenciado que o acordo firmado entre os políticos baianos, em 1927, não foi capaz de acomodar a todos os chefes do interior.

Se dependesse apenas da organização e conspiração levada a cabo por Juarez Távora, a eclosão da Revolução não teria ultrapassado o mês de julho de 1930, mas tendo sido adiada tantas vezes, acalentou no governo federal e estadual a esperança de ser abortada ou contida. Na Bahia, por exemplo, os preparativos das forças legalistas só foram seriamente organizados depois que o movimento rebentou e foi vitorioso em algumas capitais do norte.⁷⁷ Ainda assim, a notícia que se divulgava no estado, àquela altura já prestes a ser tomado, era de pleno controle da situação, conforme se vê nas edições dos jornais analisados adiante.⁷⁸

⁷⁶ OS PRÓDOMOS DA REVOLUÇÃO NA BAHIA. FREITAS, João de Oliveira. Entrevista. *Jornal A Noite*. Rio de Janeiro, 26.3.1931. p. 5. Joaquim Monteiro revelava mais tarde que “levantes de elementos civis só existiam em promessas de políticos opositores, sem valor militar algum, mas esta declaração precisa ser lida à luz do interesse em abonar a participação dos tenentes no movimento revolucionário. MONTEIRO, Joaquim. Depoimento. CALASANS. op.cit. p.49.

⁷⁷ No dia 4 de outubro, Geraldo Rocha, em nome de Júlio Prestes encaminhou telegrama ao coronel Horácio de Matos solicitando apoio para combater os revoltosos: “Mais uma vez você e o serviço dos seus bravos amigos estão destinados a salvar a ordem e a República, estado de Minas em mãos dos revoltosos e o amigo presidente Júlio Prestes, por nosso intermédio deseja saber (1) se pode contar com seu apoio, (2) quantos homens pode mobilizar, (3) quando você pode entrar em território de Minas - tudo depende do oferecimento de sua ação, (4) de quantos recursos precisa? Geraldo Rocha.” In: PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934): a Bahia na Primeira república Brasileira*. Trad. Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 207.

⁷⁸ É consenso entre as testemunhas do movimento de conspiração que a demora em marcar uma data para o assalto dos quartéis quase levou o movimento ao fracasso. Juarez Távora era um dos que mais pressionavam, ao contrário da posição reticente de Carlos de Andrada, governador de Minas Gerais. Melo e Franco assegura que as cartas cifradas recebidas do norte eram constantes, com recorrentes apelos do futuro “vice-rei” que temia que a situação favorável fosse alterada. Nesse mesmo livro Melo e Franco afirma que muitas dessas cartas foram, depois, encontradas no Catete, tendo sido apreendidas pela polícia do governo que, descrentes do movimento, não fez esforço para decifrar as suas mensagens. Ver: FRANCO, Virgílio A. de Melo. *Outubro de 1930*. op. cit. p. 190-213.

1.3. A invasão do Estado da Bahia em outubro de 1930

O movimento revolucionário que despontou na madrugada de 3 de outubro do ano de 1930 em alguns estados do Brasil impactou de modo diferenciado os diferentes municípios do estado da Bahia. Nas poucas edições de jornais locais que identificamos nos arquivos, poucos atribuem importância ao movimento, como de resto fazia a grande imprensa, obrigada pela censura ou comprometida com os grupos políticos e econômicos que resistiam às investidas revolucionárias.

Um dia antes de sua eclosão, o *Correio de Ilhéus* publicava uma nota em que indagava: “Revolução? Nem o próprio Oswaldo Aranha acredita nessa hipótese”. A nota comenta uma matéria publicada no jornal carioca *Correio da Manhã* que faz referência a uma entrevista dada por Aranha a um jornal de Montevidéu, o *El Diário*. Conclui dizendo que “no momento atual e dentro das circunstâncias é completamente absurdo qualquer atuação política”.⁷⁹

Assim, sem dimensão do que viria a ser o movimento, no dia seguinte à sua deflagração em todo o país, a imprensa baiana tratou-o, no máximo, como mais um “movimento subversivo”, tais como os jornais *Correio de Ilhéus* que estampou em primeira página o texto “Inimigos da Pátria, mais uma Revolução de bobagem que é abafada pelas forças federais”, o *Correio de Alagoinhas*, que o chamou de “borrasca revolucionária” ou ainda o jornal *A Tarde* que em primeira página anunciava, sem destaque da fonte, “um plano audacioso de sublevação e anarquia no país, felizmente abortado a tempo pela vigilância e energia das autoridades brasileiras”. Sublevação que merecia a censura imediata de todos quantos prezavam o Brasil.⁸⁰

A exemplo do que se veiculava nos jornais de Salvador e, de resto, em parte significativa dos jornais da capital federal que defendiam o governo, O *Correio de Alagoinhas* assinalava que o movimento, que parecia grave, não teria piores consequências, em vista das medidas tomadas pelo então presidente Washington Luís. Essa pouca importância dada ao

⁷⁹ REVOLUÇÃO? NEM O PRÓPRIO SR. OSWALDO ARANHA ACREDITA NESSA HIPÓTESE. *Correio da Manhã*. Ilhéus. 2 de outubro de 1930. Ano X, n. 1389. p 1. CEDOC/UESC. Na mesma edição, porém, informam que havia regressado de Belmonte, os oficiais incumbidos de examinar os candidatos a reserva nacional apresentados pelo Tiro de Guerra 500. Pela noite começariam os exames teóricos e no dia seguinte, a prova de títulos. O TG 500 deveria apresentar 30 reservistas. Segundo depoimento de Monteiro, já citado nesse trabalho, ele estaria examinando essa seleção e na oportunidade arregimentou adeptos ao movimento.

⁸⁰ INIMIGOS DA PÁTRIA, mais uma Revolução de bobagem que é abafada pelas forças federais. *Correio de Ilhéus*. Ilhéus, 4 de outubro de 1930. Ano X. n. 1390. p. 1. CEDOC/UESC; A BORRASCA REVOLUCIONÁRIA. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 11 de outubro de 1930. IGHB/FIGAM; A TARDE, Salvador, 4.10.1930. BPEB.

levante do dia 3 de outubro pode ser justificada como resultado do estado de sítio decretado pelo governo federal, que proibia matérias com quaisquer conteúdos referentes aos sucessos da revolução, como também pela ausência do assalto ao 19º Batalhão, programado para ocorrer simultaneamente aos estados vizinhos, fato que levaria para a capital baiana, as atenções que foram, primeiramente, concentradas no interior do estado, especialmente nas fronteiras entre a Bahia e Minas Gerais.⁸¹

Na data do levante, porém, o tenente Joaquim Monteiro estava em viagem a Ilhéus, só conseguindo voltar a Salvador no dia 8 de outubro quando já estavam recolhidos na capital os destacamentos da polícia militar do interior, o Encouraçado São Paulo e mais duas unidades da marinha de guerra. Deflagrar o assalto tardiamente redundaria em fracasso. Além disso, o 19º Batalhão estava se preparando para embarcar sentido Sergipe e a sua localização, Forte de São Pedro, não era favorável ao movimento da tropa, caso fosse preciso uma retirada urgente da capital.

No que diz respeito à organização dos civis, o general João de Oliveira Freitas afirmou que Thomaz Mutti, que chefiava os ferroviários, se achava em Sergipe e o coronel Cokin viajara para sua fazenda em Terra Nova. Assim, o movimento surpreendeu os “revolucionários da Bahia” que, ao que parece, não foram avisados da data e horário do levante. Restava reunir os civis e avisar aos graduados que se encontravam fora de Salvador, chamando-os à capital.

Segundo a entrevista de Freitas, outro fator dificultaria ainda mais o levante no estado, a revolta popular exteriorizada no “quebra-bondes”, que levou à prisão de muitos dos conspiradores.⁸² Em seguida, a decretação do estado de sítio “foi encurralando um a um da

⁸¹ O pedido para decretar o Estado de Sítio foi enviado à Câmara no dia 4 de outubro de 1930. Compreendiam-se os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba, Rio de Janeiro e Distrito Federal, mas solicitava autorização para estender-se aos demais territórios, se fosse preciso. Além do sítio, o presidente solicitou a autorização para fazer operações de crédito a fim de “ocorrer a essas despesas extraordinárias exigidas pelas circunstâncias. A MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA solicitando ao congresso a declaração do Estado de Sítio, *A Tarde*, Salvador, 6.10.1930. Na mesma data o jornal teve o editorial publicado em branco, provavelmente em função da censura à imprensa. O Decreto foi publicado no Diário Oficial no dia 5 de outubro, sob o número 19.350 e atendia a todo o território brasileiro até o dia 31 de dezembro de 1930. A Câmara também aprovou 100 mil contos para as despesas mais urgentes do governo federal. MEDIDAS PREVENTIVAS TOMADAS NA CAPITAL DE REPÚBLICA. *A Tarde*, Salvador, 7.10.1930. BPEB.

⁸² Para um quadro mais amplo sobre a repercussão dessa revolta no interior ver a matéria “Selvageria”. *Jornal Correio de Ilhéus*. 7.10.1930. Ano X. n. 1391.p.1. CEDOC/UESC. No texto não há referência ao movimento deflagrado em 3 de outubro. A confusão, no entanto, aparece como sido planejada e conduzida “por um Cosme de Farias qualquer”. A falta de referência ao movimento pode ser lida à luz das medidas tomadas pelo governo federal, que tendo decretado estado de sítio desde o dia anterior, proibia que se veiculasse qualquer informação que não fosse oficial sobre o movimento. A edição do dia 9 volta a abordar a “subversão”, com um texto que pode ser lido em outros tantos jornais do Brasil, e a informação de que o governo estava aparelhando-se para combater os revoltosos. O governo federal decretou também feriado nacional prolongado entre 6 e 21 de outubro, conforme Decreto de nº 19.353/1930.

função de comando” e a declaração do quadro “belicoso no estado não se realizou por faltar apoio do 19º BC, sob as ordens do tenente Monteiro”. A revolução na Bahia estava, portanto, virtualmente fracassada.⁸³

A notícia que chegava acerca do movimento nas outras cidades era, então, de uma situação prestes a ser controlada. O decreto de estado de sítio foi a primeira medida que atingiu mais diretamente a segurança dos municípios do interior. Em Alagoinhas, por exemplo, os poucos praças responsáveis pela guarnição local já haviam sido subtraídos pelo Exército. Essa ação se repetiu em outros lugares.⁸⁴

Passados onze dias do início do movimento, o governo federal ainda buscava divulgar a informação de que havia um cenário de ordem e tranquilidade na sociedade, mas à medida que os revolucionários acumulavam vitórias nos estados vizinhos do norte, e que os seus respectivos governos buscavam refúgio na Bahia, era impossível ao governador desse estado ficar indiferente ao fato de que a luta armada se avizinhava às suas fronteiras. Era preciso combatê-la.

A Bahia precisava ser ocupada para que a “Revolução no Norte” obtivesse êxito, razão pela qual alguns municípios entraram no mapa das estratégias traçadas pelos militares, por um lado, e pelo governo do Estado e o ministro do Interior, por outro.⁸⁵ Na data de 14 de outubro de 1930, o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, transcreveu um comunicado oficial do governo federal. No texto, a notícia é de que no Norte do país a situação era de absoluta calma. Ali, segundo informavam, tudo se mantinha inalterado. De acordo com informações que receberam do ministro do interior, nas quais descreviam as operações das “forças legais” em todo o Brasil, em relação à Bahia a situação é a que segue:

Na Bahia, o general Santa Cruz, que se encontra na capital do Estado organiza ativamente poderosos contingentes de tropas regulares para operar nos setores do Norte, de acordo com as unidades navais concentradas no porto e aparelhadas para entrar em combate.

Levantaram-se em toda parte os batalhões patrióticos em defesa da legalidade. *Na Bahia, os coronéis Franklin de Albuquerque e Horácio de*

⁸³ OS PRÓDOMOS DA REVOLUÇÃO NA BAHIA. FREITAS, João de Oliveira. Entrevista. *Jornal A Noite*. Rio de Janeiro, 26.3.1931. p. 5.

⁸⁴ Ver *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 11 de outubro de 1930. IGHB/FIGAM; *Diário da Tarde*. Ilhéus, 9.10.1930. Centro de Documentação e Memória Regional. UESC. No caso de Alagoinhas tratava-se da guarda municipal. Na Bahia, a polícia de carreira estava ainda em processo de formação. O governo do estado não dispunha, portanto, de uma força pública organizada e em quantidade suficiente para enfrentar levantes dessa natureza. A força militar no estado também estava em processo de reorganização, razão pela qual o governo ainda dependia dos batalhões arregimentados no interior do estado pelos coronéis.

⁸⁵ A BAHIA SERÁ BASE DE OPERAÇÃO DE UMA DIVISÃO NAVAL. *A Tarde*, Salvador, 13.10.1930. PBEB.

Matos, que há anos, com tanta eficiência acossaram na zona sertaneja as tropas rebeldes do Luís Carlos Prestes, já organizaram cada qual três batalhões como o efetivo de quinhentos homens em cada unidade.

Do coronel Franklin de Albuquerque recebeu o presidente da República o seguinte telegrama: “obedecendo firme orientação senador Pedro Lago, Deputado Simões Filho e dr. Geraldo Rocha, organizei batalhão defesa legalidade respeito poderes constituídos e nesse posto v. ex. encontrará como de costume [...]”.⁸⁶

Assim, o governo pedia para que população não considerasse os boatos e, principalmente as notícias não oficiais espalhadas pelo rádio, quaisquer que fossem os nomes que as subscrevessem. Alertava: “são sempre notícias falsas e absurdas que, dando noção errônea da realidade, só podem prejudicar aqueles que nela acreditam”.⁸⁷

Em nota publicada no jornal *A Tarde*, Pedro Gordilho, chefe da força pública da Bahia, dizia-se entusiasmado com o espetáculo que via acontecer àquele momento, em que a cidade encontrava-se cheia de homens que “submetidos à ligeira instrução militar, bem fardados, alimentados, com dinheiro no bolso, formam legiões varonis que fremem de entusiasmo a ideia de que a Bahia confia[va]-lhe a defesa”. Revelando-se feliz e comovido com a disponibilidade e virilidade dos sertanejos e da polícia militar, Pedro Gordilho justificava o silêncio das ruas na capital, atribuindo a saída de muitas famílias e o despovoamento em benefício das praias, dos subúrbios ou fazendas próximas, em função da estação de veraneios.⁸⁸

Na mesma edição do vespertino noticiavam-se as movimentações das tropas de Horácio de Matos e Franklin de Albuquerque no estado.⁸⁹ Os planos do governo ao arregimentar os coronéis do interior era fazer uma investida sobre o norte de Minas Gerais e com isso, atrapalhar o avanço dos revolucionários mineiros sobre o Rio de Janeiro. A vigilância sobre esse estado já estava sendo feito há algum tempo, desde que o presidente desconfiara de que os mineiros estavam usando o Porto de Caravelas, na Bahia, para importação de armas. A invasão seria coordenada por Francisco Rocha que chegara da capital do país no dia 8 de outubro de 1930. Segundo Eul-Soo Pang, “no dia seguinte Pedro Lago, o

⁸⁶ COMUNICADO DO MINISTÉRIO DO INTERIOR. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14.10.1930. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 23.1.2015. Grifos nossos.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ A BAHIA PODE CONFIAR NOS VALENTES LEGIONÁRIOS DA POLÍCIA MILITAR. *A Tarde*, Salvador, 18 de outubro de 1930.

⁸⁹ MOVIMENTAM-SE AS FORÇAS DOS CORONEIS HORÁCIO DE MATOS E FRANKLIN DE ALBUQUERQUE... *A Tarde*, Salvador, 18.10.1930.

governador indicado pelo PRB, informou a Horácio [de Matos] que o primeiro pagamento de seis contos para as despesas militares estava a caminho de Lençóis via Salvador”.⁹⁰

Porém, com as sucessivas vitórias dos revolucionários no norte, o plano de invasão a Minas Gerais foi cancelado, transferindo-se todo aparato para conter as tropas revolucionárias e resguardar a capital do estado baiano. O plano de defesa de Salvador levou a escolha da cidade de Alagoinhas para ser o centro de comando. No ano de 1930, Alagoinhas era uma cidade privilegiada por se constituir passagem obrigatória para o sertão de Juazeiro e o Estado de Sergipe em função da linha férrea que a cortava, ligando-a também a Salvador, capital do estado, com uma distância de aproximadamente 123 quilômetros. Foi em função dessa configuração geográfica que a cidade foi escolhida pelo governo estadual para abrigar as tropas legalistas que defenderiam o governo constituído.

As tropas revolucionárias, por sua vez, já haviam adentrado o solo baiano. Ponta de Areia e Caravelas, no litoral sul da Bahia, haviam sido tomadas desde o dia 10 de outubro e, sob ordens de tropas mineiras, os revolucionários estavam autorizados a guarnecer a linha da Bahia e Minas Gerais, garantir o tráfego e procurar as forças revolucionárias mais próximas. O governo de Minas Gerais havia ordenado às forças revolucionárias para ocupar, exclusivamente, as repartições federais do sul da Bahia, e em cumprimento dessas ordens, àquela data, já se tinha tomado um quilômetro da faixa sul do estado baiano. As autoridades de Caravelas em resposta ao governo de Minas afirmavam ter recebido os revolucionários como brasileiros e jamais seriam pela luta fratricida.⁹¹

Na verdade, o sul da Bahia estava exposto não somente aos revolucionários, como também aos demais invasores que se aproveitavam do movimento para saquear as cidades. Na madrugada do dia 10 de outubro de 1930, as cidades de Ilhéus, Itabuna e Água Preta enviavam quarenta e seis soldados da força Pública para defender Caravelas, não contra os revolucionários, mas contra a ameaça da invasão de “cangaceiros e saqueadores que, aproveitando-se do momento, à sombra da anarquia ora reinante no estado de Minas, demanda[vam] o território baiano com o intuito de saquear e depredar”. Os saqueadores

⁹⁰ PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias*. op. cit. p. 208.

⁹¹ DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO. *O Jornal*. 1.11.1930. p.10. Disponível em <www.memoria.bn.br> Acesso em: 12.2.2015. Pang relatou que, como predissera o Coronel David, Duque e um contingente da Força Pública de Minas atacaram Carinhanha. Após 10 horas de luta entre Duque e João Alkimin, a cidade caiu nas mãos das tropas mineiras aliadas a Duque. No mesmo dia, Mário Brant, um dos organizadores da revolução na Bahia, relatou a Oswaldo Aranha que Carinhanha caíra nas mãos de Duque, acrescentando que “nossas operações [na Bahia] vão indo bem, já tendo cumprido os objetivos do Estado-Maior. PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias*. op. cit. p. 208.

visavam às cidades de Canavieiras, Belmonte, Ilhéus e Itabuna, segundo o jornal *Correio de Ilhéus*, as mais ricas do sul do estado.⁹²

Estava cada dia mais difícil manter a ordem nessas cidades. As sucessivas notícias que chegavam à população acerca das vitórias dos revolucionários, ainda que o governo e a imprensa informassem o contrário, colocava em xeque o apoio que se vinha dando às forças legais. Em Ilhéus, o tenente Jubelino Alencar recebeu ordens para combater os boatos espalhados de que os revoltosos vinham acumulando vitórias. Segundo matéria veiculada no *Correio de Ilhéus*, o oficial deveria

Tratar com rigor os boateiros que se reúnem nos bares, restaurantes e esquinas de ruas, espalhando notícias falsas e derrotistas, para desassossego da família ilheense, os quais serão presos e os seus nomes enviados aos dr. Secretário de Polícia, para os devidos fins. [...] - Ao que parece esses “boateiros” procurava - minar as classes operárias e os humildes trabalhadores, homens do povo, insinuando-lhes perversas atitudes, e ainda outros, fingindo-se amigos dos atiradores ilheenses, aconselham a estes de rebeldia às ordens de seus superiores [...].⁹³

Certamente esses “boateiros” ou participaram da conspiração ou eram “revolucionários de última hora” ou ainda eram comparsas do tenente José Anselmo, que sublevou o Tiro de Guerra 500, de Ilhéus. Após a vitória, em 26 de novembro de 1930, o general Collatino Marques telegrafava a Juarez Távora informando ter incumbido aquele tenente de desarmar a região sudeste e sul da Bahia, em ação subordinada, mas conjunta ao coronel Facó. E acrescentou: “políticos daquela região detestam Anselmo desde sua revolta com tiros em Ilhéus, Itabuna e Pirangy contra as ordens de Santa Cruz e a favor da Revolução”.⁹⁴

⁹² PARA DEFENDER AS NOSSAS FRONTEIRAS. *Correio de Ilhéus*. 11.10.1930. Ano X. n. 1393. CEDOC/UESC; MANIFESTO AO PAIZ. Manifesto dos reservistas do Tiro de Guerra de Canavieiras se recusando a embarcar para defender o governo constituído e ficar para defender a cidade de invasores. 22 de outubro de 1930. Arquivo pessoal de Fernando Reis. Canavieiras/BA.

⁹³ AS MEDIDAS CONTRA OS BOATEIROS. *Correio de Ilhéus*. 14 de outubro de 1930. Ano X. n. 1394. CEDOC/UESC.

⁹⁴ Telegrama do general Collatino Marques a Juarez Távora. 26.11.1930. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00. CPDOC/FGV. Em todo o Brasil foi criada uma galeria de boateiros. Desde o dia 10 de outubro que o secretário de Polícia emitiu instruções para a prisão dos que pudesse identificar. A galeria dos boateiros, constava da divulgação de fotos e nomes. Pelo que se percebe, na Bahia, eles foram conspiradores ou entusiastas do movimento revolucionário. Em Salvador foram muitos os presos, inclusive na véspera da vitória revolucionária: “os boateiros já estão sofrendo as consequências resultantes das medidas policiais tomadas contra eles. Assim, é que em várias partes da cidade, principalmente no bairro comercial tem havido prisões desses

A região de Caetité e Guanambi, próximas a Minas Gerais, em pouco tempo também estaria sob o comando dos “coronéis revolucionários” da Bahia. Mário Teixeira, agricultor e industrial daquela região vinha mantendo contatos com os políticos de Minas Gerais para criar as condições para a Revolução sair vitoriosa no sudoeste do estado. Os primeiros contatos foram realizados através de Carneiro Baptista Neves, advogado de Caetité e professor de Guanambi. Por intermédio dele, Mário Texeira procurou os mineiros Olegário Maciel, Artur Bernardes, Mário Brant e Cristhiano Machado, mantendo relações com esses através de cartas e telegramas para ajustar os pontos do assalto.⁹⁵

Segundo relato ao *Diário da Bahia*, o primeiro assalto foi feito no dia 11 de outubro de 1930, quando Mário Teixeira ordenou ao capitão Ovídio Santos e João Belarmino que fossem a Spinosa, na fronteira com Minas Gerais, portando cartas, a fim de estabelecer ligações entre as forças mineiras e a coluna do norte. No dia 16 de outubro ocupou a estação telegráfica de Guanambi e marchou sobre Caetité secundado por José de Castro Bastos, Ovídio Santos, Lindolpho Nunes, Generaldo Teixeira, José Pereira Costa e outros amigos. Aí, recebeu telegrama de Pedro Lago pedindo que reconsiderasse o seu posicionamento e solicitando que combatesse em favor do governo. Negou. No dia 19, afirmou ter montado um C.G. (Comando Geral) em Guanambi e no mesmo dia Carneiro Neves tomou Urandy, ocupando a estação telegráfica que foi entregue ao telegrafista revolucionário Djalma Leal.⁹⁶

Em paralelo, Lindolpho Nunes tomava, sem resistência, o município de Monte Alto; Leite Filho ocupava Riacho de Sant’Anna e o próprio Mário Teixeira telegrafava a João Duque e ao capitão Querino pedindo que tomassem Carinhanha e Lapa. Há informações de que o coronel Mário Teixeira ainda tentou ser dissuadido por Anísio Teixeira, que foi a Guanambi em missão governamental para demovê-lo. Ao mesmo tempo recebia ameaças de Horácio de Matos que anunciava um ataque às suas tropas. Como veremos, o coronel das Lavras Diamantinas precisou redirecionar os seus homens sentido Alagoinhas.⁹⁷

elementos indesejáveis, porque são perturbadores da tranquilidade pública. PRISÃO DE BOATEIROS, *Diário da Bahia*, 23.10.1930. PBEB.

⁹⁵ A CONTRIBUIÇÃO DA BAHIA NA REVOLUÇÃO DE 1930. *Diário da Bahia*, 20.12.1930. PBEB.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem. Para Eu Sool Pang, Horácio de Mattos teria condição de mudar os rumos da Revolução no estado da Bahia se tivesse aberto uma frente lateral a oeste das Lavras Diamantina e impedido o avanço de João Duque. As informações que recebiam do comando Santa Cruz, no entanto, eram defasadas. Antes mesmo de a força pública ele teria chegado à conclusão de que o Exército de Távora teria planejado encontrar o batalhão de João Duque em Juazeiro para atacar Salvador juntos, mas os desencontros de informações entre ele e a força pública, a falta de dinheiro e a relutância dos sertanejos o impediram de agir. PANG. Eu Sool. *Coronelismo e oligarquia*. op.cit. p. 213.

A partir de 19 de outubro entraria em destaque as principais rotas para a invasão do estado baiano, envolvendo, principalmente, a utilização da estrada de ferro que levava à capital, cujo entroncamento ferroviário localizava-se no município de Alagoinhas, onde estavam aquarteladas as tropas do governo do estado e parte dos homens arregimentados pelos coronéis incumbidos de resguardar a cidade de Salvador.

Segundo os planos dos revolucionários, a invasão ocorreria por Barracão, Alagoinhas e Timbó, de um lado, e do outro, por Juazeiro.⁹⁸ Essa parte da luta teria sido a mais árdua, segundo entrevista dos coronéis Aguinaldo de Menezes e Aloysio Moura, concedida ao periódico carioca *O Jornal* e publicada a 12 de novembro de 1930. Mais tarde, em livro de memória, Agildo Barata também fez essa observação. Revelou textualmente que Alagoinhas “era a chave estratégica de Salvador. Sua posse decidiria da situação da capital baiana”. O objetivo imediato era, portanto, “tomá-la ou contorná-la enquanto que pelas mesmas razões o comando governista resolvera defendê-la e conservá-la dispendo em torno dela tudo que pode arrebatar [...]”.⁹⁹

O movimento das tropas revolucionárias na Bahia compõe também a narrativa dos livros de memórias de Juraci Magalhães e de outros tantos políticos de atuação restrita a pequenas localidades da Bahia, a exemplo do já citado Mário Cravo. Em quase todos, há o destaque para essa etapa da ocupação do solo baiano, retratada como uma invasão difícil, mas triunfante, que arrebatou, além dos militares da Paraíba, que aderiram ao movimento, a participação de voluntários, estudantes pernambucanos, paraibanos e “rio-grandenses do norte” (potiguar). No total formavam cinco Comandos que tendo seguido para Aracaju em cem caminhões tomaram a Estrada de Ferro E’ste Brasileira que levava à cidade de Salvador.¹⁰⁰

Na Bahia receberam ainda a adesão do 19º Batalhão que apesar de todas as medidas tomadas pelo coronel Collatino Marques ao desconfiar da atuação dos tenentes Joaquim Ribeiro Monteiro e Humberto Souza de Mello, foi sublevado a 19 de outubro. Embora

⁹⁸ No dia 20.10.1930 Jurandir Mamede telegrafou a Juarez Távora dizendo estar em condições de fazer ataque à cidade de Juazeiro, no dia 22. Dispunha, para tanto, de setecentos homens e já tinha informações de que a polícia baiana iria aderir. Em Juazeiro estaria “estacionada” uma tropa de trezentos homens mal armados. Telegrama de Jurandir Mamede a Juarez Távora. 20.10.1930. CPDOC/FGV. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00.

⁹⁹ BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário: memórias*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p.137. Ver também: COMO SE DESENVOLVEU A REVOLUÇÃO NO NORTE DO PAÍS. Entrevista com Agildo Barata. *Diário de Notícias*. 05.12.1930. PBEB.

¹⁰⁰ A AÇÃO HERÓICA E FULMINANTE DA COLUNA JUAREZ TÁVORA NO NORTE - A vitória revolucionária na Bahia e a derrota dos jagunços em Alagoinhas. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 12.11.1930. Disponível em <www.memoria.bn.br> Acesso em: 12.2.2015.

estivessem em Ilhéus no dia em que o movimento irrompeu, a 3 de outubro, os tenentes voltaram à capital a tempo de contatar os seus pares, aspirantes a oficiais e vários sargentos que secretamente já haviam aderido ao movimento e que estavam em contato com o tenente Henanquim Dantas, posteriormente preso e recolhido à capital federal em função de suas tentativas de comunicação com civis.¹⁰¹

A essa data, o Exército já havia incorporado um grande número de reservistas, convocados em caráter de urgência sem, no entanto, assumir publicamente que era em função do movimento.¹⁰² Além dos reservistas, membros de associações militares e recrutas dos tiros de guerra também haviam sido chamados, assim como se fez convocação de voluntários.¹⁰³ Sob o comando do general Santa Cruz, a Bahia preparava-se para conter o movimento revolucionário na região, e como parte desse plano enviou o 19º Batalhão em direção a Sergipe, visando reprimir as colunas revolucionárias que desciam do Norte.¹⁰⁴

O objetivo inicial era que o 19º Batalhão se juntasse ao 20º BC de Aracaju, para que ambos oferecessem resistência às margens do Rio São Francisco. A força militar de Aracaju, no entanto, aderiu à coluna liderada pelo tenente Agildo Barata, conferindo a primeira derrota ao general Santa Cruz. Em pouco tempo as forças de operação do governo em ação na Bahia também sofreriam um golpe interno, pois parte dos homens do 19º Batalhão que estava sob a orientação do tenente Monteiro, deu voz de prisão ao coronel Collatino Marques e aderiu ao

¹⁰¹ Ver: FREITAS, Alexandra Cerqueira. *Alcances e limites do movimento tenentista na Bahia: a conspiração Revolucionária de 30*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. UFBA. 2010.

¹⁰² O edital de convocação foi publicado pela imprensa baiana em 8 de outubro de 1930. A apresentação deveria ocorrer entre 8 e 11 de mesmo mês. Boletim Regional de nº 277. Ministério da Guerra. 6ª Região Militar, 11ª Circunscrição de Recrutamento.

¹⁰³ Cf: *A Tarde*. Salvador, 08.10.1930. APEB. Em Ilhéus, O TIRO DE GUERRA 500 FOI ÀS RUAS PARA MANTER QUALQUER AGITAÇÃO. *Diário da Tarde*. Ilhéus, 09.10.1930. CEDOC. A circular 366, da 11ª circunscrição convidava a todos os cidadãos de 17 a 28 anos de idade para servir voluntariamente ao 19º BC na capital da Bahia. Devendo comparecer à Junta Militar o mais breve possível, a fim de receber as necessárias instruções e estar na capital da Bahia até o dia 15 de outubro. Depois foi feita uma retificação para a idade mínima de 21 anos para convocação e 17 anos para voluntários. Até 18 de outubro, o sul já tinha embarcado 150 homens de Capivary, 12 de Água Preta, 133 de Ilhéus e 120 de Itabuna para o 19º BC. Os reservistas não iriam para a linha de frente, inicialmente seriam destinados à proteção das cidades. *A Tarde*. Salvador, 9.10.1930; *Correio de Ilhéus*. Ilhéus. 14.10.1930, 18.10.1930 e 23.10.1930.

¹⁰⁴ Conforme Boletim Interno Regional de nº 241, de 17.11.1930, o 19º Batalhão embarcou às 4 horas da manhã de 17 de outubro de 1930, sob o comando do coronel Collatino Marques e dos oficiais Major Henrique Ascendino de Mattos, Capitão Edgar da Cruz Cordeiro, os tenentes Joaquim Ribeiro Monteiro, Antonio Bendocchi Alves, Luiz Ligouri Teixeira, Rubem de Cerqueira Lima, Luiz Henrique Guimarães, Agenor Monte, João Costa, Humberto de Mello, Alfredo Neto Formosinho, Aloysio Cândido de Lima e Heron de Oliveira, seguidos de uma vasta lista de praças. Apud: FREITAS, Alexandra Cerqueira. *Alcances e limites do movimento tenentista na Bahia*, op.cit.

movimento. Dessa maneira, mais seiscentos homens engrossaram a marcha sobre Alagoínhas. O plano para a invasão da cidade consistia em:¹⁰⁵

O G.B.C [Grupo de Batalhão e Caçadores] Juraci Magalhães fixaria o inimigo na frente de Sauípe. O G. B. C. Aguinaldo faria o desdobramento pelo flanco esquerdo do inimigo ocupando Aramari e cortando a Estrada de Ferro de Serrinha/Juazeiro; o G.B.C. Monteiro faria o desdobramento pelo flanco direito na direção de Araçás e Sítio Novo cortando a retaguarda das tropas e a sua ligação com Salvador, o G.B.C Affonso Ribeiro ficaria de reserva.¹⁰⁶

Agildo Barata descrevendo esse processo de invasão afirmou que:

[...] A característica maior e mais marcante do movimento no Norte foi a rapidez e a correta coordenação do movimento das três colunas que operavam em regiões tão distantes, realizando, nos prazos previstos, todos os movimentos e operações. A responsabilidade dessa coordenação coube a Juarez cuja “ideia de manobra” foi esboçada em junho de 1930, num documento que foi elaborado logo após a defecção de Prestes, em maio de 1930 e que é um documento que honra a capacidade de previsão do ex-chefe tenentista Juarez Távora.¹⁰⁷

A visualização do mapa seguinte permite melhor entendimento da estratégia para a invasão da cidade ferroviária.

¹⁰⁵ De acordo com Alexandra Freitas, a adesão aconteceu na Estação de Timbó, onde Joaquim Monteiro organizou um novo Q.G revolucionário. Dali, divididos em dois pelotões partiram em direção a Esplanada e de lá para Alagoínhas. Em entrevista ao periódico *O Jornal*, do Rio de Janeiro, os coronéis Aguinaldo de Menezes e Aloysio Moura, afirmaram que em Capianga, onde faziam a primeira concentração, recebeu a adesão do 19º Batalhão que fazia a vanguarda das tropas baianas. Agildo Barata, por sua vez, afirma que a adesão ocorreu em Esplanada e foi fruto de um entendimento intermediado pelo padre Arruda Câmara e Joaquim Monteiro entre ele e o coronel Collatino Marques, que tendo visto as posições e condições vantajosas dos revolucionários resolveu confraternizar com eles. Após a adesão, Collatino Marques teria sido enviado a Aracaju, por ordem de Juarez Távora. Ver: FREITAS, Alexandra Cerqueira. *Alcances e limites do movimento tenentista na Bahia*, op. cit.; BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário: memórias*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 140-141; *O Jornal*. Rio de Janeiro, 12.11.1930. Disponível em <www.memoria.bn.br> Acesso em: 12.2.2015.

¹⁰⁶ A AÇÃO HERÓICA E FULMINANTE DA COLUNA JUAREZ TÁVORA NO NORTE - A vitória revolucionária na Bahia e a derrota dos jagunços em Alagoínhas. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 12.11.1930. Disponível em <www.memoria.bn.br> Acesso em: 12.2.2015.

¹⁰⁷ BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*, op. cit. p. 145.



Figura 1: Mapa cortado da E. F. Bahia ao São Francisco, 1956.*
 Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba>. Acesso em 28.11.2016.

Sobre as tropas legalistas, os números também são imprecisos. Para os coronéis entrevistados pelos jornais cariocas da época, elas enfeixavam cerca de quatrocentos homens da Polícia da Bahia, seiscentos jagunços de Horácio de Matos e de Geraldo Rocha, num conjunto denominado “Batalhão Patriótico das Lavras Diamantinas”, e cento e oitenta praças do 21º Batalhão que fugiram do Recife quando a “Revolução estourou”. Não podiam contar, conforme ficou destacado, com parte dos homens do 19º Batalhão que “ergueram o lenço vermelho” aderindo aos revolucionários.¹⁰⁸ Agildo Barata, em entrevista ao jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, em 26 de novembro daquele ano, afirma que em Alagoinhas havia a concentração de mais de dois mil homens.¹⁰⁹

* As indicações geométricas foram feitas pela autora.

¹⁰⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 12.11.1930. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 12.2.2015.

¹⁰⁹ O COMEÇO E O FIM DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO NO NORTE. Entrevista com Agildo Barata. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1930. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 20.04.2016. No livro de memória citado afirmou: “os efetivo que obedeciam às ordens do famigerado Santa Cruz somavam (eu presumo) cerca de 12 a 15 mil homens bem armados e bem municados”.

Eul-Soo Pang assegurou que o compromisso de Horácio de Matos junto a Washington Luís era de formar seis batalhões, totalizando três mil homens até o final de outubro daquele ano. No dia 18 de outubro, um total de quinhentos homens chegava à cidade de Cachoeira para serem incorporados às forças legalistas sob o comando de Santa Cruz, alojadas na cidade de Alagoinhas, mas a promessa quanto à quantidade não pôde ser cumprida, em função dos desentendimentos e receios que se fizeram presentes entre Horácio de Matos e os demais coronéis do interior.¹¹⁰

Franklin Lins de Albuquerque também enviou “seus homens” para Alagoinhas ao tempo em que seguia com mais 630 para Juazeiro. No entanto, a sua posição era duvidosa. Não se tem certeza se ele servia ao governo, aos revolucionários ou a ambos, tendo em vista que foi um dos maiores recrutadores para as hostes da Aliança Liberal e, por outro lado, hipotecou solidariedade ao presidente através de telegrama, conforme vimos em seção anterior. Pang afirma que para os revolucionários, a estratégia é que ele atacasse Salvador quando esta estivesse nas mãos da unidade avançada. Porém, em Alagoinhas, Franklin Albuquerque não entrou em luta com exército aquartelado, numa demonstração de que estava “negociando com os dois lados”, visando obter vantagens de quem vencesse.¹¹¹

O jornal *Diário da Bahia* publicou um telegrama a 16 de outubro de 1930, no qual havia informações de que o coronel Franklin Albuquerque estava obedecendo “firme orientação de Pedro Lago no propósito de combater os revoltosos”. Dois dias depois o mesmo jornal transcreveu uma conversa que foi interceptada entre esse coronel e Góes Monteiro, na qual o militar pedia pra que ele julgasse a situação atual e depusesse as armas. Pela resposta, verifica-se que o coronel, ao menos abertamente, manteve-se ao lado da força pública da Bahia.¹¹²

Alojados na cidade de Alagoinhas, os homens de Horácio de Matos e Franklin Lins de Albuquerque, esses últimos aparentemente em defesa da força legalista, somados aos homens da força pública da Bahia esperavam reforços que seriam enviados do Rio de Janeiro. O auxílio solicitado pelo general Santa Cruz era um prenúncio de que as forças revolucionárias se avizinhavam e eram fortes. Alguns reforços do estado se recusavam a combater. Em Canavieiras, os reservistas do Tiro de Guerra não atenderam ao chamado do governo do

¹¹⁰ PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias*. op. cit. p. 210.

¹¹¹ Idem. p. 211.

¹¹² TELEGRAMA FRANKLIN DE ALBUQUERQUE. *Diário da Bahia*, Salvador. 16.10.1930; OS SURTOS REVOLUCIONÁRIOS EM VÁRIOS PONTOS MANIFESTADOS. *Diário da Bahia*, 18.10.1930. PBEB.

estado. Alegavam que o município ficaria desguarnecido, tendo em vista que toda força policial havia sido chamada para combater os revolucionários. A cidade estava cercada por uma “horda de famintos” acoçados pela fome. Porque os deixaram em agonia e agora requeriam a sua assistência? Questionavam.¹¹³

Em 22 de outubro, a divisão avançada de Juraci Magalhães chegou às fronteiras baianas, um dia depois, a divisão de Mamede atravessou o São Francisco com destino a Juazeiro e na mesma data, seguia para Alagoinhas um batalhão de voluntários arregimentados por Gileno Amado, em Itabuna.¹¹⁴ À medida que o governo baiano desistiu de atacar Minas Gerais, o que teria dispersado essas forças, elas se dirigiram, coordenadamente, para Alagoinhas.¹¹⁵

Em Salvador, ainda se registrava a chegada de voluntários vindos do interior. A polícia prendia mais “boateiros”, numa última tentativa de evitar que as informações de derrotas acumuladas circulassem. Ainda assim, o que se destacava na imprensa da capital e do interior do estado era que a Bahia estava em situação invejável e de perfeita calma. Todas as vistas “voltadas para a lealdade e a firmeza de nossa gente, continuando o governo baiano em posição de alto destaque. Nenhum revoltoso pisou ainda nem pisará o território baiano [...]”.¹¹⁶

Mas, em Alagoinhas, o que se via era um cenário de guerra que envolvia a cidade com aproximadamente quarenta mil habitantes naquele final de outubro. Na manhã do dia 23, os moradores foram avisados de que a “Revolução estava chegando à cidade”. Um avião sobrevoou-a às seis e trinta da manhã, distribuindo um boletim intitulado “Apello”, datado de 20 de outubro e assinado por Juarez Távora. Dirigido aos integrantes do 19º Batalhão, dos navios da esquadra surtos na Bahia, à força pública da Bahia e ao povo baiano, o documento

¹¹³ MANIFESTO AO PAIZ. Manifesto dos reservistas do Tiro de Guerra de Canavieiras se recusando a embarcar para defender o governo constituído. 22 de outubro de 1930. Arquivo pessoal de Fernando Reis. Canavieiras/BA.

¹¹⁴ Em telegrama datado de 22.10.1930, Jurandir Mamede informava a Juarez Távora que chegaria a Juazeiro naquele dia. Possuía cerca de mil homens e sabia que a população estava disposta a aderir. Avisava ainda que jogaria a última cartada falando, em seu nome [o de Távora] com o coronel Franklin Lins. Pedia notícias de Alagoinhas e informava que a tropa estava animada e com grande entusiasmo, se portando à altura da responsabilidade. Na mesma data, Mamede encaminhou outro telegrama. Informou que o coronel Franklin Lins e o deputado Cordeiro Miranda iriam consultar os chefes baianos, a fim de responderem a carta que teria lhes enviado. Diziam haver oitocentos homens em Alagoinhas que Mamede pensava serem jagunços e informava que, em acordo estabelecido com Franklin Lins, não romperia hostilidades em Juazeiro até que este lhe enviasse resposta. Telegramas do coronel Jurandyr Mamede a Juarez Távora. 22.10.1930. CPDOC. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00.

¹¹⁵ PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934): a Bahia na Primeira república Brasileira*. Trad. Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 213.

¹¹⁶ A SITUAÇÃO DO PAÍS. *Correio de Ilhéus*. Ilhéus, 23.10.1930. Ano X. n. 1398. CEDOC/UDESC.

relatava os motivos que levaram àquele levante. Avisava aos baianos que os “irmãos do Norte” já haviam aderido à Revolução e ainda listava todos os Batalhões que acompanhavam os revolucionários, incluindo parte do 19º, que era da Bahia.¹¹⁷

O texto com qual os revolucionários finalizaram o boletim, certamente foi o que mais criou pânico entre os moradores. Pedia ao governo baiano para libertar-se das criminosas sugestões e egoísmos do poder central que agonizava e poupar as famílias baianas de inúteis dias de desespero.

Esse acontecimento marcou a história e a memória dos habitantes de Alagoinhas e foi recontada e lembrada de diferentes maneiras. Alguns, enxergaram a existência de uma população heróica, que abrigou na cidade as tropas legalistas e enfrentaram bravamente os revolucionários. O jornal *Sete Dias*, fundado na década de 1940, em comemoração do acontecimento destacou que foi nos tabuleiros de Alagoinhas que ecoaram os últimos sibilos das armas vitoriosas. Diante da debandada geral dos governos do Norte, o da Bahia teria resolvido “defender a capital a qualquer preço, designando Alagoinhas para o último e decisivo ponto de resistência às forças inimigas”.¹¹⁸

O jornal narra todo processo de ocupação da cidade, desde o acolhimento dos “Batalhões Patrióticos” e da polícia baiana, que ficaram na praça principal e nos melhores prédios da cidade, ao transporte de colchões e cobertores, requisição de automóveis e caminhões aos moradores, a evacuação da população que temia por suas vidas deixando o centro e recolhendo-se nas matas, até o “duelo fratricida” que permitiu aos revolucionários conquistar a cidade palmo a palmo, atingindo a tiros a estação ferroviária e o último ponto de ligação telegráfica.¹¹⁹

Salomão Barros, um memorialista alagoinhense recorrentemente citado pelos historiadores locais, também fez o seu registro desse acontecimento. Em sua narrativa, porém, Alagoinhas torna-se importante para a Revolução por acolher os vitoriosos combatentes na cidade, onde, ante a notícia da tomada do Catete no Rio de Janeiro, foi firmada a paz e anunciada a vitória da Revolução no Brasil, às dez horas e trinta minutos da manhã, de 24 de outubro de 1930. Ainda nessa cidade, na sede do *Centro Operário Beneficente de Alagoinhas*,

¹¹⁷ ALAGOINHAS E A REVOLUÇÃO DE 1930. *Jornal Sete Dias*. Edição Especial. S/d. Centro de Documentação e Memória de Alagoinhas- CENDOMA/FIGAM.

¹¹⁸ ALAGOINHAS E A REVOLUÇÃO DE 1930. *Jornal Sete Dias*. Edição Especial. S/d. Centro de Documentação e Memória de Alagoinhas- CENDOMA/FIGAM.

¹¹⁹ Idem.

o general Ataliba J. Osório assumiu, ao entardecer, as funções de Interventor Federal no Estado da Bahia.¹²⁰

Ainda que tenham sido narrativas elaboradas alguns anos após a Revolução de 1930, elas não destoam dos relatos que os coronéis fizeram ao periódico *O Jornal*, do Rio de Janeiro, no começo de novembro daquele ano. De acordo com a entrevista, o Grupo Batalhão de Caçadores Juraci Magalhães avançou até Sauípe, distrito de Alagoinhas e aí sustentou combate durante quatro horas com jagunços de Geraldo Rocha, forças do 21º Batalhão e elementos da polícia baiana. Relataram ainda, que após quatro horas, os jagunços “bateram em retirada desordenadamente, deixando pelo caminho armamento, munições, gêneros, roupas e feridos”.¹²¹

Para Agildo Barata, a tomada de Sauípe era importante apenas porque existia ali um aparelho telegráfico cuja posse significava passar a dispor de mais um meio de comunicação com a retaguarda. As forças legalistas que estavam ocupando a estação ofereceram resistência ao avanço das tropas revolucionárias, razão pela qual ocorreu o confronto. Para ele, esse primeiro contato prenunciava uma luta difícil: “Estou para mim que em Alagoinhas iria travar-se a batalha decisiva da Revolução de Outubro, no norte do país”. Mas foi em Sauípe, também, que se anunciou o clarim de cessar fogo das forças legalistas, com o aviso de que a “Junta Governativa Provisória”, que assumiu o governo no Rio de Janeiro, havia autorizado o fim dos combates. Surpresos com a informação sobre a Junta Provisória, os revolucionários continuaram a avançar sobre a cidade enquanto o “inimigo ia abandonando posições”.¹²²

Certamente que essa narrativa tida como heróica esconde as dificuldades encontradas pelos combatentes. Se por um lado, as forças legalistas sofriam derrotas com as adesões aos revolucionários, por outro, esses enfrentavam sérias dificuldades internas, especialmente os pelotões do 19º Batalhão que careciam de médicos, meios de transportes, suprimentos etc.

¹²⁰ BARROS, Salomão. *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*. Salvador, 1979, 1979, p. 206.

¹²¹ A AÇÃO HERÓICA E FULMINANTE DA COLUNA JUAREZ TÁVORA NO NORTE - A vitória revolucionária na Bahia e a derrota dos jagunços em Alagoinhas. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 12.11.1930. Disponível em <www.memoria.bn.br> Acesso em: 12.2.2015.

¹²² BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*, op. cit. p.144-145. Mário Cravo, que fez a campanha na cidade de Alagoinhas no ano de 1929 afirmou que foi procurado pelo comando das forças legalistas que tomando-o como “representante dos revolucionários” ordenou-lhe que fosse ao encontro deles em Sauípe, acompanhado do Estado Maior para comunicar-lhes os últimos acontecimentos, ou seja, a deposição de Washington Luís. Segundo afirmou, “na frente da locomotiva coloquei uma bandeira branca, como sinal de paz. Ao aproximar-nos da estação ferroviária de Sauípe, o combate estava no auge, quando se apresentou o então tenente Agildo Barata e nos entendemos. Suspenso o tiroteio apresentei o referido oficial aos seus colegas militares transmitindo-lhe a mensagem do Coronel Ataliba Osório [...]”. Cf: CRAVO, Mário da Silva. *Memórias de um homem de boa fé*. Salvador: Oficinas da S.A. Artes Gráficas, 1975. p.57-58

Havia ainda a dificuldade em comunicar-se com os demais revolucionários, razão, inclusive, da não suspensão da última batalha que se deu na região de Sauípe, quando já se tinha deposto o presidente Washington Luiz no Rio de Janeiro, na madrugada anterior. O próprio Juraci Magalhães encontrava-se doente desde que entrou em solo baiano.¹²³

A notícia da vitória sobre o Rio de Janeiro também foi captada por um rádio em Capianga, e por isso, as tropas de Juraci Magalhães que vinham na retaguarda, após firmada a paz, marcharam livremente sobre a cidade de Alagoinhas prendendo sem dificuldades o Major Franklin Lins de Albuquerque e os seus quatrocentos jagunços e anunciando a vitória da Revolução.¹²⁴

A deposição do presidente na capital do país evitou, desse modo, a mais difícil batalha que teria lugar na Bahia no ano de 1930. A essa altura, os conspiradores civis da capital do estado também suspenderam os seus planos de ataque ao governo. O general João de Oliveira Freitas registrou que a abnegação revolucionária de Aristarcho Gomes, Genebaldo Figueiredo, Arnaldo Silveira, Joel Presídio e Virgínio Barbudo levaram-nos a “arquitetarem um plano formidável para salvar a Bahia da suprema humilhação de ser ocupada pelas forças invasoras passivamente”. E assim, afrontando todos os perigos decorrentes do estado de sítio e a vigilância constante de Pedro Gordilho, conseguiram comprar certo número de dinamites e fabricaram, com elas, granadas de cinco, três e dois quilos, “com o fim de atacar as forças governistas da capital quando se declarasse o esperado combate de Alagoinhas.”¹²⁵

Não houve o combate, nem houve ataque ao governo baiano. Alagoinhas foi tomada sem dificuldades, registrando apenas um ou outro confronto isolado e poucas mortes. Ali, os

¹²³ Juraci Magalhães adoeceu quando da invasão da Bahia, assim, o seu comando sobre a Coluna do Leste que adentrou a Bahia por Juazeiro foi nominal, conforme assegurou Agildo Barata. Ainda assim, teria sido ele, desde a invasão da Paraíba, “a alma da Revolução, comparável somente a Siqueira Campos em serenidade, coragem e amor ao Brasil”. Enfermo até o final do combate foi acolhido ainda febril em Alagoinhas, na casa da família Cravo, cuja adesão a Aliança Liberal se deu no mês de agosto de 1929, durante a campanha para presidente no estado da Bahia. Não por acaso, foi o filho do anfitrião Joaquim Cravo, o comerciante Mário Cravo, que assumiu a interventoria do Estado no município, permanecendo à frente do posto até 1937. Em livro de memória, Mário Cravo afirma que por muito tempo guardou como lembrança a cama de campanha do então revolucionário.

¹²⁴ Eul-Soo Pang afirmou que preso como simpatizante de Washington Luís, Franklin Lins só foi liberado após intervenção política de revolucionários do PRM como Afonso Pena Junior, Mário Brant e outros que testemunharam a seu favor livrando-o de acusações antirrevolucionárias. PANG, op.cit. p.211. A informação teria sido passada por Dagoberto Menezes, chefe do distrito telegráfico que recebeu a notícia do Rio de Janeiro. Segundo matéria do Jornal *Diário da Bahia* esta informação evitou os confrontos de Alagoinhas e Caravelas. BAHIA. A EPOPEIA VITORIOSA DA REVOLUÇÃO. *Diário da Bahia*, 25.10.1930.

¹²⁵ OS PRÓDOMOS DA REVOLUÇÃO NA BAHIA. FREITAS, João de Oliveira. Entrevista. Jornal *A Noite*. Rio de Janeiro, 26.3.1931. p. 5. Joel Presídio foi preso juntamente com Cosme de Farias. Com a vitória da Revolução ele foi aclamado pelo povo e nomeado delegado da 1ª Circunscrição. SALVE, BRASIL! *Diário da Bahia*, 25.10.1930. PBEB.

revolucionários do norte tomariam a sua primeira decisão, trocando o nome da cidade de Alagoinhas para Joaquim Távora. A deliberação teria sido recebida com júbilo e entusiasmo pelo povo, e os moradores de Alagoinhas, assim como das suas congêneres do interior e até mesmo da capital do estado, comemoravam a vitória revolucionária.¹²⁶ O jornal *Correio de Alagoinhas*, que também passou a *Correio de Távora*, substituiu o conteúdo editorial de “A borrasca revolucionária” para “As duas etapas”.¹²⁷ Começava, de imediato, a construção da narrativa entre o velho e o novo.

Salvador ficou em festa. Quase desabastecida de alimentos de primeira necessidade; sem movimento no comércio em função do fechamento dos bancos e da Caixa Econômica, reduzindo em quase cem por cento as operações de crédito; com pouco movimento nos portos em função da suspensão das exportações de gêneros alimentícios e com as repartições públicas com funcionamento reduzido, havia muito que festejar. *O Diário da Bahia* comemorava não apenas a vitória revolucionária como também o fim “da censura cretina e boba feita por caricaturas de autoridade [que] com violência e estupidez impedia que os verdadeiros patriotas no exercício pleno de suas funções de homens livres e de jornalistas independentes manifestassem altivamente a sua opinião”.¹²⁸ Transferia, portanto, para os homens depostos do poder a responsabilidade de não ter informado ao povo baiano acerca do movimento “que se vinha desenrolando numa marcha verdadeiramente apocalíptica”.

A cena na capital do estado era de verdadeira comoção pública: Nelson Carneiro, na Estátua da Liberdade, na Lapinha, ajoelhado, concitava o povo a orar em memória de João Pessoa, em “momento altamente comovedor e em meio às explosões de alegria popular”; a mocidade acadêmica, em festa, organizava as homenagens que seriam feitas sucessivas vezes com a chegada dos revolucionários na capital; o povo tomando as ruas e as delegacias,

¹²⁶ A AÇÃO HERÓICA E FULMINANTE DA COLUNA JUAREZ TÁVORA NO NORTE - A vitória revolucionária na Bahia e a derrota dos jagunços em Alagoinhas. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 12.11.1930. Disponível em <www.memoria.bn.br> Acesso em: 12.2.2015. Segundo declarou os entrevistados, havia um acordo entre eles para homenagear o irmão de Juarez Távora, morto em combate em 1922, trocando o nome da cidade que abrigasse o último confronto e a vitória das tropas revolucionárias. Somente em 1934 esse decreto foi revogado, mas o nome Joaquim Távora jamais caiu no gosto popular e em menos de um ano a maioria dos habitantes já se referia à cidade como Alagoinhas. A determinação do decreto, assim, era cumprida apenas na identificação da documentação do Paço e do Conselho Municipal, que mantiveram os livros, ofícios e pastas com o nome imposto pelos revolucionários até a revogação do decreto. A alteração, no entanto, foi apenas sobre o nome da cidade, sede do município, que continuou sendo Alagoinhas.

¹²⁷ AS DUAS ETAPAS. *Correio de Távora*. Cidade Joaquim Távora. 15.11.1930. Ano XXV, n. 1208. p. 1. O jornal substituiu também o texto “Órgão do Partido Republicano” para “Semanário independente e noticioso”. A deliberação sobre a troca do nome da cidade só foi revogada em 1934, mas muito antes disso, os moradores retomaram a antiga denominação. Um ano mais tarde, o jornal *Correio de Távora* voltou, também, a utilizar o seu antigo nome, *Correio de Alagoinhas*.

¹²⁸ SALVE, BRASIL! *Diário da Bahia*, Salvador, 25.10.1930.

soltando os presos políticos considerados boateiros e o cônego Arruda em ato de muita comoção pública; os jornais em conagração; os políticos da situação fugidos. Uma cena totalmente diversa dos últimos vinte dias daquele mês de outubro.¹²⁹

Assim, é possível pensar que embora fragilizada, a Revolução de 1930 teve uma base de aceitação em solo baiano, o que de certo modo justifica os lenços encarnados nas ruas nos dias que se seguiram à vitória.¹³⁰ Por outro lado, percebe-se que não coube apenas a Juraci Magalhães, quase um ano mais tarde, chegar à Bahia no auge de seus 26 anos e convencer aos coronéis do interior a apoiar a sua gestão à frente do estado, tal como parece querer nos convencer os seus livros de memória. O contrário pode servir como uma via alternativa para entender o sucesso que ele teve como interventor da Bahia.

Esses homens do interior que desde 1928, a exemplo de João Duque, não aceitavam o pacto político baiano e buscavam apoio em governos de outros estados como Minas Gerais, foram enfeixando forças contra o situacionismo, ainda que suas ações fossem subterrâneas e cautelosas.¹³¹ Tão logo puderam atuar, mostraram o seu descontentamento com o *status quo*. As matérias veiculadas pelo *Diário da Bahia* entre os meses de julho e setembro de 1930 dão conta do descontentamento dos produtores do interior do estado em relação ao governo de Vital Soares que manteve os impostos criados por Góes Calmon e ainda decretou a cobrança de novos. Após a Revolução, esse mesmo jornal passa a noticiar “o mar de lama” da administração deposta e mais uma vez nota-se que a lavoura e os produtores estavam no cerne da crise oligárquica da Bahia.¹³²

Em 1930, a Bahia era essencialmente agrícola. No ano de 1928 exportou um montante de 335.700:000\$000, apresentando um saldo mercantil que representava 79% do brasileiro em

¹²⁹ A EPOPEIA VITORIOSA DA REVOLUÇÃO. *Diário da Bahia*, Salvador, 25.10.1930. No dia 18 de outubro esse mesmo jornal, que teve nessa edição um texto censurado, a exemplo do que vinha acontecendo de forma recorrente noticiava: “[...] Pode-se dizer que não há casa de família em que reine como até bem pouco tempo a tranquilidade e o sossego. A cidade vive como abandonada e deserta, com as ruas vazias, mal termina o trabalho do dia, mal se completam as ações garantidoras do pão... A HORA PRESENTE, *Diário da Bahia*, Salvador, 18.10.1930. PBEB.

¹³⁰ Durante todo o mês de novembro o *Diário da Bahia* denunciaria os “revolucionários de última hora”, pessoas que ligadas ao calmonismo até o início do movimento, com o desaparecimento do Partido, teriam rapidamente adotado o lenço vermelho da Revolução.

¹³¹ A posição dos coronéis do interior deve ser analisada com muito cuidado, pois aparece tanto ligada ao governo quanto aos revolucionários. João Duque, por exemplo, foi acusado mais tarde de ter recebido dinheiro para arregimentar jagunços, alguns dos quais presos em Alagoinhas.

¹³² As matérias eram assinadas por Souza Carneiro, pai de Nelson Carneiro, e intitulavam-se “Na onda de lama das negociatas”. Em muitas delas se denunciavam os altos impostos cobrados sobre a exportação, a falta de investimentos na lavoura, as dificuldades em conseguir empréstimos, os juros exorbitantes do Banco Econômico e a nomeação de pessoas alheias à agricultura para assumir a respectiva Secretaria de Governo.

relação ao intercâmbio comercial. Não existiam no estado grandes empresas estrangeiras, assim, a maior riqueza estava concentrada na agricultura, na pecuária e em pequenas indústrias distribuídas pelo interior do estado. Ainda que tivesse sofrido uma baixa crítica na produção do cacau, do fumo e do açúcar, os seus principais itens de exportação agrícola, eram eles quem mantinha a balança comercial favorável para o estado.¹³³

O cacau produzido na Bahia correspondia a 98% da produção nacional, com 1.193.729 sacos produzidos entre 1928 e 1929. O fumo, cultivado em quase todo o estado conferia à Bahia o título de primeiro lugar na produção, com um total que correspondia a 91,5% de todo o país. Com 71.000.000 de pés de café plantados em todo o estado, a Bahia também ocupava o quinto lugar na exportação desse produto e produzia ainda cerca de 703.000 sacos de açúcar nos 40 engenhos, 4.491 engenhocas e as várias usinas distribuídas em todo o interior. Além disso, produzia algodão, laranja e banana em quantidades relevantes.¹³⁴

Em relação à pecuária, o valor total do gado baiano em campo era estimado em 446.355.930\$000. A Bahia ocupava o primeiro lugar de exportação de pele do Brasil, posição garantida pelas espécies caprina e ovina. Ou seja, no ano de 1928, a Bahia mantinha o primeiro lugar na exportação de três produtos: cacau, fumo e pele, contando ainda com a exportação significativa de pedras preciosas e carbonato. Além disso, possuía cerca de 1.287 indústrias, distribuídas em todo o estado, com destaque para as fábricas de tecido, com 5.032 operários e uma produção de 31.326.779 metros e 100.345 quilos de tecido, com 2.600 teares em funcionamento.¹³⁵

Esse quadro justifica o fato de as principais operações de crédito da Bahia terem sido realizadas por cooperativas do interior do estado. No ano de 1928, as cooperativas que registraram maior atividade foram o Banco Rural de Itabuna, o Banco Popular de Crédito de Feira de Santana, o Banco de Crédito Popular Agrícola de Ilhéus, o Banco dos Auxiliares do

¹³³ Dados colhidos no Almanak Laemmert. *Anuário Comercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil*. Edição para 1930. vol. 3. Estados do Norte. Rio de Janeiro: Empresa Almanak Laemmert LTDA. p. 226-362. Disponível em: www.memoria.bn.br. Acesso em: 23.04.2018.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ São as seguintes as especificações e número de fábricas no estado da Bahia à época: Artefatos e tecido, 122; couro, 86; borracha, 2; armas de fogo, 1; ladrilhos, mosaico e azulejos, 5; bebidas, 307; bengalas, 1; calçados, 133; chapéus, 50; conservas, 26; cigarros, cigarrilhos, charutos e fumo desfiado, 38; especialidade farmacêutica, 52; ferragens, 1; fiação, 1; instrumentos musicais, 1; louças e vidros, 1; manteiga, 1; móveis, 136; objetos de adorno, 9; espanadores, pentes e escovas, 4; perfumarias, 29; queijos e requeijões, 32; tintas, 7; torrefação de café, 131; vinagre, 103 e velas 8. Dados de 1927, colhidos no Almanak Laemmert. *Anuário Comercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil*. Edição para 1930. vol. 3. Estados do Norte. Rio de Janeiro: Empresa Almanak Laemmert LTDA. p. 226-362. Disponível em: www.memoria.bn.br. Acesso em: 23.04.2018.

Comércio e as Caixas Rurais de Água Preta, Santo Amaro, Nazaré, Canavieiras, Belmonte e Cachoeira.¹³⁶ Não por acaso, os produtores distribuídos pelos 152 municípios do estado reivindicavam melhores relações com o governo, sobretudo no que se referia às taxações, devidamente aumentadas com a Crise de 1929 que abateu toda a economia do país.

A participação de parte desses produtores no movimento revolucionário de 1930 pode ser vista à luz desse desgaste com o governo do estado, conforme se verifica no processo de recomposição política que ocorrerá a partir de 1931. No mais, o pacto de acomodação política que apresentou Pedro Lago como nome de conciliação para concorrer ao governo estadual certamente não contemplou a todos os segmentos. Da parte de Vital Soares, por exemplo, havia um interesse em amparar a cultura do cacau em detrimento de outras. Com a baixa na produção, registrada entre os anos de 1927 e 1928, o governo estadual interveio junto às empresas de compra do produto e, sustentado pelo artigo 59 da Constituição estadual, assegurou a manutenção dos preços junto às cooperativas de compra, evitando mais baixas no produto e conseqüente prejuízos dos produtores.¹³⁷ De todo modo, registrava-se também que a vida orçamentária do Estado vinha trabalhando para ficar menos dependente diretamente do valor da exportação, evitando que crise de preços de produtos afetasse abruptamente as suas rendas.

Outra questão a ser observada refere-se ao programa de governo apresentado por Pedro Lago. Nele havia uma promessa em não intervir nas questões locais, evitando agir motivado por predileções pessoais. Era uma espécie de manutenção do modelo de base coronelista, no qual o governo evitava intervir politicamente nos municípios e esses concorreriam para que o governo do “estado presta[sse] ao governo da União o seu concurso leal e constante na prática e no amparo do regime constitucional”. O problema, no entanto, aparece quando o candidato tratava da segurança pública. Conforme divulgado no manifesto publicado pelo *Diário da Bahia*, essa questão teria atenção especial no governo de Pedro Lago e para a qual não haveria “tibiezas” e “vacilações” caso algum crime viesse a ser registrado na Bahia. Assim diz o programa:

A Bahia não suporta mais a existência de movimentos de insubordinação dirigidos por chefes de gente armada, que apoiados nas situações políticas delas afastadas por legítimo interesse da própria ordem organizam grupo e arrastam populações e governos para lutas estéreis e funestas.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Idem.

Tendo por objetivo maior da administração a ordem pública não tergiversarei no meu firme propósito de realizá-lo, assegurando plenamente a toda a população as garantias da propriedade e da vida. [...].¹³⁸

Essa era uma medida que certamente desagradava a muitos dos coronéis do interior, também produtores, que concorriam com a força pública da Bahia em número de homens e armas. Ironicamente seria o mesmo Pedro Lago o responsável pela mediação entre o presidente e esses coronéis na arrematação de jagunços em outubro de 1930, conforme vimos, e seria a própria força revolucionária que imediatamente desarmaria esses homens.

Sob essa perspectiva, é possível desenhar um quadro da oligarquia baiana em dissenso, e diante disso, o acolhimento, de bom grado, de um movimento revolucionário que viesse a mudar o estado de velhas coisas e assegurar a permanência de outras. Como ficou evidenciado após a vitória revolucionária, vários municípios estavam sob penhora junto ao Banco Econômico. São Félix, por exemplo, foi um desses municípios, que em dívida com aquela instituição bancária culpava o governo de Góes Calmon e tinha na pessoa do coronel Umbelino Silva, uma liderança revolucionária.¹³⁹ A vitória de Pedro Lago não deixava de ser encarada como uma extensão dessa política calmonista, pois embora em campos opostos, o nome do governador eleito era fruto de um acordo que envolvia aquela corrente.

Assim, havia razões para o conagraamento entre os revolucionários e essas forças produtoras do interior do estado. Porém, a confraternização em bloco com os revolucionários, não duraria muito tempo. Tão logo os novos dirigentes se estabeleceram no poder, os descontentamentos começaram a aparecer. Já no ano seguinte, parte desses homens que apoiaram os revolucionários migrava para o campo da oposição, reunida em torno daqueles que foram destronados do poder.

Assim, entende-se que a indicação de um nome para dirigir o estado, de alguém indiferente aos bastidores da política doméstica, a exemplo do que ocorreu a Juraci Magalhães em setembro de 1931, permitiria a livre atuação dessas frações oligárquicas no interior. De certo modo, essa indicação serviu para aplacar os ânimos e garantiu o sucesso da implantação de parte do programa revolucionário na Bahia. A nomeação de Juraci Magalhães foi, portanto, uma manobra política de Vargas que percebeu de imediato que a crise instalada entre os

¹³⁸O MANIFESTO DO FUTURO GOVERNADOR AO POVO BAIANO. *Diário da Bahia*, Salvador, 22.8.1930. PBEB.

¹³⁹SANEANDO REVOLUCIONARIAMENTE O BRASIL. *Diário da Bahia*, Salvador, 28.10.1930. PBEB.

produtores e as lideranças políticas do estado não permitiria que um grupo remanescente da República deposta dirigisse a revolução na Bahia.

Desse modo, o apoio dado pelos coronéis e produtores do interior ao novo interventor não pode ser lida apenas como subordinação deles, tampouco como puro e simples adesismo à Revolução. Muitos desses homens estiveram dispostos a negociar, mas a negociação foi também pautada por eles. Outros migraram para a oposição. Os capítulos que seguem buscam dar conta desse grupo, que apeados com o movimento revolucionário de 1930, aqui esboçado, enfeixaram forças para superá-lo.

Por outro lado, os lenços encarnados nas ruas representavam também o descontentamento de uma população ansiosa por mudanças. O imediato processo de recomposição da memória sobre o movimento revolucionário feito pelos grupos políticos vencedores e pelos militares ocultou de suas narrativas nomes e grupos de trabalhadores envolvidos nas conspirações. Dos supostos duzentos “elementos civis” trazidos na entrevista do general Freitas, apenas alguns nomes sobreviveram à história, mas pelas indicações presentes nas fontes desta pesquisa é possível pensar que as ruas foram tomadas em sua maioria pelos trabalhadores das ferrovias, pelos trabalhadores das docas que vinham ameaçando greve durante todo o ano de 1930, pelos professores primários que também ameaçaram entrar em greve em setembro daquele ano, pelos estudantes e professores das Faculdades de Medicina e Direito, muitos dos quais haviam entrado em conflito com a força pública baiana em agosto de 1930, pelos trabalhadores do comércio e, em se tratando das zonas rurais, pelos trabalhadores das fábricas e lavouras. Na capital, esses homens ligavam-se a Cosme de Farias, fervoroso sebarista.¹⁴⁰ Sobre a organização dos operários na Bahia na década de 1920, José Raimundo Fontes assinala:

No que pesem serem bastante genéricos os elementos aduzidos, parece não haver dúvida de que na Bahia da primeira República já há estruturas econômicas e sociais conformadas por divisões de classes antagônicas, que emergem das relações de produção de caráter capitalista ou semicapitalistas. E é essa racionalidade burguesa que faz brotar a reação de agentes sociais situados no mundo do trabalho, os quais gestam uma

¹⁴⁰ O rábula Cosme de Farias foi preso juntamente com Joel Presídio, redator de *O Jornal* assim que o Estado de Sítio foi decretado na Bahia e executado por Madureira de Pinho. Sobre a relação dele com Seabra ver: SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia*. J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da primeira república. Salvador: EDUFBA, 2011. Na Faculdade de Medicina também estimulava os estudantes o professor Luís de Góes. Entre as lideranças universitárias envolvidas com a conspiração destacava-se João Gustavo dos Santos, presidente do Partido Universitário Democrático da Bahia (P.U.D.B.). Ver: SUPREMA VERGONHA PARA A BAHIA. Professorado primário ameaçava greve tangido pela fome. *Diário da Bahia*, Salvador, 6.9.1930; SANEANDO REVOLUCIONARMENTE O BRASIL. *Diário da Bahia*, 28.10.1930 e 01.11.1930.

“práxis” coletiva, direcionada a modificar elementos centrais da lógica de exploração que lhes eram impostas. Dispersos em pequenas oficinas, em algumas fábricas de porte médio, nas atividades e transportes de mercadorias e serviços urbanos, espalhados pelas cidades do interior da Bahia, esses homens que viviam do trabalho assalariado almejavam também ser sujeitos ativos e por isso apresentam suas demandas para o conjunto da sociedade, para os patrões e para o Estado. Ao findar os anos vinte, o operariado baiano já tinha feito a sua aparição histórica. [...] ¹⁴¹

Como veremos nos capítulos que seguem, tão logo encontrassem condições, esses trabalhadores voltariam à mobilização. Assim, ainda que as suas atuações não possam ser tomadas como definidoras do curso da Revolução no estado da Bahia, não se pode descartá-las, se quisermos levar em consideração a historicidade dos acontecimentos, ainda mais quando se sabe que a agenda voltada aos trabalhadores teve especial atenção por parte dos grupos que subiram ao poder no ano de 1930, motivando, inclusive, a vinda do ministro de trabalho à Bahia, em novembro de 1931. ¹⁴²

Reconhece-se aqui que o papel desempenhado pelas classes trabalhadoras no processo revolucionário ainda que não determinante acabou sendo invisibilizado pelos grupos que ascenderam ao poder em 1930, conforme apontou Ítalo Tronca, De Decca e Cláudio Vesentini. ¹⁴³ Por outro lado, concordamos com os autores que asseguram não haver antes da década de 1930 uma crise de hegemonia no Brasil, pois, historicamente, as massas populares não haviam despontado como sujeito determinante na trama política e por essa razão sustentam que a Revolução de 1930 foi uma “Revolução Passiva”, tomando de empréstimo a chave de interpretação gramsciana para investigar os processos políticos de conservação e inovação ocorridos no contexto da unificação italiana de 1871. ¹⁴⁴

¹⁴¹ FONTES, José Raimundo. *A Bahia de todos os trabalhadores: classe operária, sindicato e política (1930-1947)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 1996.p. 38

¹⁴² Um aspecto da organização dos trabalhadores da Bahia entre os finais do século XIX até a década de 1930, considerando, especialmente, o corte de classe e raça pode ser visto em: CASTELLUCCI, Aldrin A.S. “Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”. In: *Afro-Ásia* 41 (2010), 85-131.

¹⁴³ TRONCA, Ítalo. *Revolução de 30: a dominação oculta*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986; VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997; DE DECCA. *1930, O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

¹⁴⁴ No Brasil são muitos os autores que tomam a Revolução de 1930 como “Revolução Passiva”. Nelson Werneck Viana afirmou que durante o movimento político de 1930, as elites se reconstruíram sem se desprender de suas bases agrárias, de onde extraíam recursos políticos e sociais para a sua conversão em elites modernas que conduziriam a industrialização. Para o autor, em sua nova configuração, a revolução passiva no Brasil teria “como ‘fermento revolucionário’ a questão social, a incorporação das massas urbanas ao mundo dos direitos e a modernização econômica como estratégia de criar relações de dependência pessoal, nos latifúndios”. VIANA,

Gramsci assegurou que a formação de uma nova ordem política e social na Itália do final do século XIX se deu sem grandes rupturas, sem o aparato terrorista verificado na França e sem uma revolução do tipo jacobinista. Tratando do problema da direção política na formação e no desenvolvimento da nação e do estado na moderna Itália, Gramsci sentenciou:

Todo problema da conexão entre as várias correntes políticas do *Risorgimento*, isto é, de suas relações com os grupos sociais homogêneos ou subordinados existentes nas variadas áreas (ou setores) históricas do território nacional, se reduz a este dado fundamental: os moderados representavam um grupo social relativamente homogêneo, de modo que sua direção sofreu oscilações relativamente limitadas [...] ao passo que o chamado Partido de Ação não se apoiava especificamente em nenhuma classe histórica e as oscilações sofridas por seus órgãos dirigentes se compunham, em última análise, segundo os interesses dos moderados, ou seja, historicamente o Partido de Ação foi guiado pelos Moderados. [...]. O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários que visa a “liquidar” ou a “submeter”, inclusive com a força armada e dirige os grupos afins e aliados. [...] A partir da política dos Moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução desses problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, *sem “Terror”, como “revolução sem revolução”, ou seja, como “revolução passiva [...].*¹⁴⁵

Em relação ao Partido de Ação nesse processo o italiano acrescentou:

No desenvolvimento do *Risorgimento*, o chamado Partido de Ação tinha uma atitude “paternalista” e, por isto, não conseguiu, a não ser em medida muito limitada, pôr as grandes massas em contato com o Estado. O chamado “transformismo” é tão somente a expressão parlamentar do fato de que o Partido de Ação é incorporado molecularmente pelos Moderados e as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do Estado Novo.¹⁴⁶

Luiz Werneck. *A Revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2 ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 1997; À luz desse conceito, Felipe Demier, por exemplo, afirma que aqui a Revolução Passiva comportou a conciliação pelo alto entre as velhas classes proprietárias e agrárias e a jovem burguesia industrial que despontava motivadas pela ascensão do proletariado urbano. A Aliança Liberal era uma expressão política dessa conciliação, mas, tomado o poder, em 1930, não o assumira de forma exclusiva, pois o processo revolucionário trouxe à tona a questão social e a crise de hegemonia. Assim, o novo grupo colocava-se acima das questões particulares de cada grupo e objetivando assegurar a ordem capitalista entregou o poder ao Estado que passou a ser conduzido por Getúlio Vargas, a partir de 3 de novembro daquele ano. DEMIER. op. cit., p. 72-82.

¹⁴⁵ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 5. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henrique; co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 62-62; p.93.

¹⁴⁶ Idem.

No que tange às frações oligárquicas, também há que se levar em conta os conflitos que surgiram no governo de Góes Calmon, principalmente aqueles que envolviam as operações de crédito junto ao Banco Econômico. Esses conflitos permaneceram no governo de Vital Soares e foram intensificados a partir de 1929 com a campanha presidencial, e 1930, com a indicação de Pedro Lago à sucessão do governo do estado. Esses dados não podem ser desconsiderados se se quer compreender os desdobramentos da revolução de 1930 na Bahia e as complexas relações que se estabelecem a partir de então.

CAPITULO II

OS PRIMEIROS DESDOBRAMENTOS DA REVOLUÇÃO DE 1930 NA BAHIA

Entre 1934 e 1935, provavelmente durante as campanhas para governador e deputados, os políticos da Bahia que foram apeados do poder, em 1930, dirigiram um manifesto ao povo baiano com os seguintes dizeres:

Aos baianos dignos!

A solução de 24 de outubro de 1930, que a deslealdade de alguns generais legalistas impôs ao Brasil, em benefício da indisciplina dos quartéis e de ambições pessoais, foi, para a Bahia, um início de um humilhante cativeiro [...] o nosso estado era invadido por aventureiros de toda casta, fulos de ódio, sedentos de vingança, ávidos de colocações rendosas. O quadro da rápida conquista ainda se debuxa bem vivo aos olhos dos quantos o presenciaram As cenas de assalto ao poder, de açambarcamento dos cofres públicos, de divisão de cargos políticos e administrativos, de prisões de pessoas qualificadas, de investida aos lares sertanejos, onde se praticaram as mais revoltantes selvagerias, os atos, enfim, de audácia de parte dos invasores quase todos forasteiros, quase todos alheios aos nossos costumes, aos nossos sentimentos de cavalheirismo e hospitalidade – jamais se apagarão da memória de todos nós baianos, que trabalhamos pelo respeito à lei e fomos vítima da mais vil das traições. Data dessa época a triste evidência que a Bahia vai granjeando no ambiente da República [...]. Daquele dia vergonhoso começou, para ela, uma verdadeira via-crúcis. Presa de guerra, aviltada, espoliada, está reduzida a senzala de impulsivo e sorridente senhor, que a lisonjeia, quando a vê submissa e a vergasta inflexível na face desde lhe percebe sinal de desobediência. Debaixo do relho ele a mantém, disposto a cavalgá-la com melhores esporas [...].

(Aos baianos dignos! Panfleto político sobre a situação da Bahia após a Revolução de 1930. CPDOC – Arquivo Clemente Mariani)

O fragmento textual acima é um exemplo de como o discurso ordenador da oposição ao governo instituído no período era todo ele centrado na acusação do domínio da Bahia por forasteiros, e, por isto, na humilhação do estado que apesar de dispor de “homens dignos” que pudessem governá-lo, estava “debaixo do relho” e de homens “alheios” aos seus costumes.

Tal discurso revela a dimensão da memória de mangabeiristas, calmonistas e seabristas sobre os desdobramentos da Revolução na Bahia. No ano de 1934, esses homens,

antigos desafetos no campo da política partidária, estavam reunidos na Concentração Autonomista, agremiação que disputou o governo do estado com o PSD, após a reconstitucionalização do Brasil.¹ Embora traga em seu conteúdo os exageros de um grupo ressentido e cioso de mando, o documento revela muito do quadro político/administrativo instaurado na Bahia na pós-revolução. Para os revolucionários, as acusações apontadas pelos autonomistas, todas elas vistas como humilhações ao estado, eram parte das estratégias traçadas para garantir o sucesso do movimento.

Conforme se depreende da leitura das cartas do tenente Joaquim Monteiro, analisadas no capítulo anterior, a ligação entre os militares e os civis durante a conspiração do movimento foi precária e não permitiu amadurecer todos os pontos traçados por Juarez Távora, que previa a ocupação dos postos administrativos por “elementos civis” de confiança.² Contudo, a revolução não poderia prescindir dessas ocupações e assim, *as cenas de assalto ao poder, de açambarcamento dos cofres públicos, de divisão de cargos políticos e administrativos, de prisões de pessoas qualificadas* fizeram parte do conturbado processo para a escolha dos novos mandatários em todo o país.

Conforme afirmou Consuelo Sampaio, “a questão da constituição do poder foi uma das mais difíceis tarefas da pós-revolução”.³ Convém lembrar que foi com o processo revolucionário de 1930 que se criou no Brasil uma intensa crise política, envolvendo disputas oligárquicas entre os estados e dentro dos estados.⁴ Apresentava-se, assim, a crise de hegemonia no país, ou seja, a ausência de uma classe social que fosse ao mesmo tempo dirigente dos seus aliados e dominante dos seus adversários. Inexistia, portanto, o equilíbrio entre a força e consenso, situação própria de um momento de crise de autoridade. Para Gramsci, “[...] quando se verificam essas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo à soluções de forças, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais e carismáticos”.⁵

¹ A campanha eleitoral e as eleições que ocorreram entre 1934 e 1935 serão discutidas nos próximos capítulos.

² Ver: DA SILVA, José Calasans. *A Revolução de 1930 na Bahia (Documentos e Estudos)*. UFBA. Mestrado em Ciências Sociais, 1980, p. 24-25.

³ Ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: o legislativo na Bahia na segunda república, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992. p. 62-63; DA SILVA, José Calasans. *A Revolução de 1930 na Bahia (Documentos e Estudos)*. UFBA. Mestrado em Ciências Sociais, 1980, p. 24-25.

⁴ Cf.: DEMIER; FAUSTO; WEFFORT. op. cit.

⁵ GRAMSCI. Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 60.

Em relação ao Brasil, pode-se pensar, a partir da chave interpretativa gramsciana, a condução de Getúlio Vargas ao poder, em 3 de novembro de 1930 e, na Bahia, depois de intensos conflitos de direção política vivenciados no primeiro ano após a Revolução, a nomeação de Juraci Magalhães, um “impulsivo e sorridente senhor”, conferiu relativa estabilidade à política do estado e definiu os contornos do novo regime de governo que seria implantado no Brasil.⁶ Nesse curso, a escolha do “carismático” Juraci Magalhães para dirigir o estado tanto daria a orientação desejada pelo governo provisório à política na Bahia como serviria para reunir a fragmentada oposição a esse governo, conforme veremos neste capítulo.

2.1 A interventoria de Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral

Durante a conspiração para a deflagração do movimento revolucionário nos dias finais do mês maio de 1930, o tenente Joaquim Monteiro recebia de Juarez Távora uma carta com numerosas instruções, entre elas, sugestões para organização administrativa do estado. Sabendo contar com a absoluta carência de oficiais no movimento, a indicação era para que aos poucos entrassem em contato com civis e os encarregassem de estudar uma organização criteriosa que fosse capaz de assumir o governo tão logo as forças situacionistas fossem derrubadas.

De caráter provisório, esse governo ficaria a serviço da campanha revolucionária. Portanto, as instruções recebidas visavam o controle das redes de comunicação, o levantamento de fundos através de uma caixa revolucionária, a aquisição de empréstimos e material bélico, a organização de milícias para garantir a ordem das famílias sertanejas e a distribuição de boletins e panfletos que fizessem propaganda positiva do governo, concitando a população a colaborar com a causa revolucionária.⁷ Era o esboço de uma administração com

⁶ Para uma definição do de Estado, Regime de governo e Governo e como eles se apresentaram à época no Brasil ver: DEMIER, op. cit. p.40-50

⁷ Carta de Juarez Távora ao tenente Joaquim Monteiro. 24.5.1930. In: DA SILVA, José Calasans. *A Revolução de 1930 na Bahia*. op. cit. p. 24-25. Quando os boatos sobre um possível movimento revolucionário foram intensificados no mês de setembro de 1930, o jornal *Diário da Bahia* passou a publicar uma série de matérias sobre a *Revolução Comunista* (Revolução Russa de 1917). Certamente, o objetivo era alertar a população dos perigos de uma subversão da ordem no país, mas uma leitura minuciosa das cartas de Juarez Távora e dos textos do *Diário da Bahia* permite fazer várias aproximações entre as estratégias revolucionárias ditas comunistas e as estratégias traçadas e divulgadas através das cartas militares, especialmente as matérias: REVOLUÇÕES. PRETORIANA E POPULAR, 06.9.1930; O NOVO TIPO, 9.9.1930; A EXPERIÊNCIA, 10.9.1930; A ORGANIZAÇÃO, 13.9.1930; A INVASÃO DAS REPARTIÇÕES, 14.9.1930; A TÉCNICA DA PREPARAÇÃO, 17.9.1930; A EDUCAÇÃO DO OPERARIADO, 18.9.1930; EDUCANDO O

breve duração. Embora fosse acordo entre os revolucionários militares que uma ditadura seria necessária para se fazer a transição entre governos constitucionais no país, não se sabia, exatamente, como conduzir o processo.⁸

No Rio de Janeiro, a Junta Governativa que assumiu o comando do país, no dia 24 de outubro de 1930, fez divulgar na mesma data as primeiras medidas do novo governo. A dissolução dos congressos federal e estaduais era a de maior vulto. Anunciavam, porém, que a nova Constituição deveria ser promulgada em breve, após convocação de um novo Congresso constituído por doze representantes de cada Estado e dos Territórios do Acre e Distrito Federal, que passariam também a Estado.⁹

Apesar do anúncio, aos poucos foi sendo afastada a perspectiva de retorno ao regime republicano constitucional divulgada nos primeiros dias da vitória. Os confrontos de ideias entre os revolucionários em relação ao regime constitucional, a descrença nos legisladores e na capacidade de escolha do povo, entre outras razões, selaram a instituição de um governo provisório com poderes discricionários.

Conforme afirmou Gramsci, nessas situações de crise, a classe dirigente tradicional se recompõe com maior rapidez. A unificação dos membros de muitos partidos sob uma única bandeira é um fenômeno “orgânico e normal” nessas ocasiões, porém, quando a crise não encontra essa solução orgânica, exige-se, por força do equilíbrio estático e da imaturidade das forças progressistas, a submissão de todas as forças a um chefe carismático. A posse de

PROLETARIADO, 19.9.1930; A AÇÃO SOBRE O PODER, 3.10.1930; A CONQUISTA DAS MUNICIPALIDADES, 4.10.1930.

⁸ Dulce Chaves Pandolfi chama a atenção para este embate. Segundo ela, uma das principais divergências na pós-revolução era sobre o tempo de duração do governo provisório. Divididos entre o retorno imediato à Democracia e à adoção de um regime de governo forte que promovesse as reformas sociais antes de se adotar a ordem democrática, de um lado tenentes e seus aliados e, de outro, “oligarcas dissidentes” alimentavam profundas divergências. Pandolfi afirma que para a maioria dos estados do norte, pelo papel de pouca representatividade exercido na Primeira República, o projeto dos tenentes soava mais palatável, tendo em vista que significava recuperar os espaços perdidos para os estados do centro-sul nos anos anteriores. Ver: PANDOLFI, Dulce Chaves. “Os anos de 1930: as incertezas do Regime”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.p.17-18.

⁹ As outras medidas adotadas pela Junta Governativa foram: revisão de julgamentos dos atos administrativos dos últimos seis meses; organização de um Congresso para revisão da Constituição Federal; uniformização das leis federal, estaduais e municipais; revisão e uniformização dos quadros dos funcionários civis e militares; equiparação dos vencimentos e regularização do serviço militar; voto secreto; instrução primária e profissional obrigatórias; federalização da justiça e instrução pública; uniformização dos vencimentos e montepio dos funcionários públicos federais e estaduais, civis e militares; novas atribuições militares de terra e mar; revisão do quadro de aposentados, compulsados, reformados, civis e militares; estado e solução da questão religiosa; limitação e determinação da importação e exportação dos produtos nacionais; uniformização das leis dos impostos em todo país; estudo e determinação da alienação de terras para estrangeiros, imigração e naturalização e igualdade de representações dos estados, no Congresso Nacional. Cf.: OS PRIMEIROS ATOS DA JUNTA GOVERNATIVA. *Diário de Notícias*. 25 de outubro de 1930. Salvador. APEB. Ano LV, n. 028.

Getúlio Vargas como chefe da nação, no dia 3 de novembro de 1930 pode ser tomado como exemplo dessa situação de crise no Brasil dos anos trinta.¹⁰ Se há uma crise de hegemonia e os grupos dominantes precisam recompor a sua direção, a ascensão de uma figura cativante como Getúlio Vargas era mais que oportuna, era necessária.

Na Bahia reproduziam-se as incertezas vivenciadas em todo país. As rédeas do estado foram assumidas interinamente pelo comandante Ataliba Osório, que ainda em Alagoinhas, na tarde de 24 de outubro, após comunicação da vitória revolucionária, tomou posse do governo no estado, falando à população no prédio do Centro Operário.¹¹ Sua gestão foi breve. Assim que chegou a capital, no dia 26 de outubro, Juarez Távora tratou de consultar entre as “classes representantes da Bahia”, um nome para assumir a direção política e administrativa do estado.¹²

Entre os nomes sondados para os postos de governador, prefeito da capital e secretários de Interior, Justiça, Fazenda, Aviação e Instrução e Saúde Pública, numa convenção realizada no Quartel General, sob a presidência do próprio Juarez Távora, foram indicados os nomes de J.J. Seabra, que concorreu com Moniz Sodré e o general Américo Freitas, para o cargo de governador, e Leopoldo Amaral, que concorreu com Lecínio de Almeida e Archimedes Gonçalves, ao cargo de prefeito da capital. A ideia era que se

¹⁰ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. op. cit., p. 61.

¹¹ Ver: BARROS, Salomão. *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*. Salvador, 1979, p. 206. Nos primeiros momentos do dia 24 de outubro de 1930, o governo no estado da Bahia foi assumido por Wenceslau Guimarães que assumiu o executivo por conta própria. Sabendo da autonegação, o major Reis Príncipe, acompanhado de outros oficiais destituiu Wenceslau Brás, anunciou a nomeação de Ataliba Osório e assumiu o governo até que este chegasse à capital. SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição...* op. cit. p. 26-27; A REPERCUSSÃO DOS FATOS NA BAHIA. *Diário de Notícias*. 26.10.1930. Salvador. APEB. Ano LV, n. 8029.

¹² Juarez Távora também recebeu muitos telegramas de diferentes pessoas com sugestões de nomes para assumir o posto de interventor federal. Um negociante de Salvador indicava o coronel José Antonio da Silva Costa, capitalista-industrial; João Marques dos Reis, professor da Faculdade de Direito; major Reis Príncipe, Leopoldo do Amaral e Antonio Freitas Borja. De Lapa, a Junta Governativa formada por Joaquim José Fernandes, Manuel Cícero de Magalhães, Rotílio Souza Manduca e Ozório da Rocha Porto, solicitava ao próprio Juarez Távora que fosse ele o interventor na Bahia. De Carinhanha, o coronel João Duque fazia o mesmo apelo e o pedido foi replicado por outros municípios. Certamente Juarez Távora não aceitaria essa indicação, pois seu papel em relação à revolução do Norte era muito maior. Ficaria sob os seus cuidados, ao ser nomeado por Getúlio Vargas como Delegado Militar do Norte, a resolução dos problemas de todos os estados dessa região, com plenos poderes para propor decisões, fazer nomeações, demitir ou transferir a quem quisesse. Os interventores dos estados do Norte ficariam subordinados a ele e ele diretamente ao Ministério da Guerra. Ver: Telegrama do negociante João Silva Almeida para Juarez Távora. 28.10.1930; Telegrama da Junta Governativa de Lapa a Juarez Távora. 30.10.1930; Telegrama de João Duque a Juarez Távora, Carinhanha/BA, 30.10.1930. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00; Documento de nomeação de Juarez Távora assinado por Vargas e José Fernandes de Castro. Ministério da Guerra, 20.12.1930. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.12.08. CPDOC.

apresentasse uma lista tríplice para cada cargo e Juarez Távora decidisse sobre um dos nomes. Seabra obteve 29 votos contra 26 de Moniz Sodré e 24 do general Freitas.¹³

Na Convenção, além dos militares, compareceram segmentos das classes produtoras, políticas e profissionais da imprensa. Submetida a lista à votação, a vitória recaiu sobre Seabra, porém, Juarez Távora não se convenceu da escolha, viajando para o Rio de Janeiro sem fazer as nomeações esperadas. Na capital, conferenciou com Moniz Sodré sobre a indicação do seu nome, mas foi a Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral, indicado para ocupar o cargo de prefeito do município de Salvador, a quem Távora entregou a interventoria federal no estado.¹⁴ A posse do novo interventor foi feita por Juraci Magalhães, às quatorze horas do primeiro dia de novembro de 1930.¹⁵

Em entrevista na capital do país, Juarez Távora admitiu que no movimento revolucionário entraram “elementos políticos que não estavam isentos dos vícios da política profissional”, colocados ao lado dos militares pelas circunstâncias históricas. Vencedora a Revolução, “seria ingrato e desleal afastar essas forças que muito concorreram para a vitória”. Certamente acreditava que na Bahia o grupo seabrista representava essas forças viciadas.¹⁶ A decisão de Juarez Távora em nomear Leopoldo do Amaral em detrimento de Seabra e Moniz Sodré considerava essa condição. Segundo noticiou o *Diário da Bahia*, Távora “compreendeu a necessidade de entregar os destinos da Bahia a um cidadão que viesse desincompatibilizado de todas as virtudes negativas que caracterizavam os políticos há pouco apeados do poder”.¹⁷ Apesar disso, era preciso contemplar o Partido Republicano Democrático, que desde 1929

¹³ O nome de Seabra também foi indicado pelo Comitê da Aliança Liberal de Ilhéus, assim como o de Vilobaldo Campos, caso o aliancista não pudesse assumir. Telegrama de Francisco Dórea a Juarez Távora. Comitê da Aliança Liberal. Ilhéus/BA. 01.11.1930. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00. CPDOC.

¹⁴ A CONVENÇÃO HISTÓRICA DE ONTEM. Jornal *Diário da Bahia*. 27 de outubro de 1930. Salvador. BPEB. Ano LV, n. 8030. A defesa do nome de Seabra foi feita no editorial desse jornal pelo diretor Altamirano Requião. Segundo editorial, Juarez Távora teria pedido a imprensa para avaliar os candidatos quanto à probidade, competência e tolerância. Consuelo Sampaio afirma que o nome de Seabra não foi aceito imediatamente porque Juarez Távora não confiava nele, apesar de ter sido o porta-voz da Aliança Liberal na Bahia. Cabe lembrar que a essa época Leopoldo do Amaral já era prefeito. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: o legislativo na Bahia na segunda república, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992. p. 61.

¹⁵ Na ocasião Juraci Magalhães representava Juarez Távora que seguiu para o Rio de Janeiro para defender a entrega do governo para Getúlio Vargas, o que foi feito no dia 3 de novembro daquele ano. ESTÁ CONSTITUÍDO O GOVERNO CIVIL NA BAHIA: tomou posse o Sr. Leopoldo do Amaral. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1930. p.6. Seabra foi nomeado para o Tribunal Especial, com a tarefa de “exclusivamente syndicar todos os atos públicos dos governos depostos pela Revolução”. Ver matéria FICOU ORGANIZADO O TRIBUNAL ESPECIAL. *A Batalha*. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1930. Ano II. num. 283. Acesso: <www.memoria.bn.br>. Acesso em 22.1.2015; Telegrama de Juraci Magalhães a Juarez Távora. 01.11.1930. CPDOC. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00.

¹⁶ O GENERAL TÁVORA FALA AOS PROFISSIONAIS DA IMPRENSA BRASILEIRA. *A Tarde*, Salvador, 30.10.1930.

¹⁷ A VITÓRIA DA ALIANÇA LIBERAL NA BAHIA, *Diário da Bahia*, 1.11.1930. BPEB.

estava na campanha da Aliança Liberal e concorreu para a organização da Revolução no estado. De todo modo, essa nomeação marcava a vitória do grupo seabrista, conforme se vê pelo fragmento do jornal reproduzido abaixo:



Figura 2: Fragmento do jornal *Diário da Bahia*, de 1.11.1930, destacando a vitória da Aliança Liberal na Bahia e a transmissão do governo do estado a Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral. PBEB.

Estava dado o primeiro passo para a “desinfecção completa, para o expurgo absoluto” dos calmonistas na Bahia.¹⁸ Porém, a depuração dessa oligarquia só seria encerrada com a desarticulação de seus correligionários do interior. A extinção do mandonismo e do coronelato era um dos pontos do programa esboçado por Leopoldo do Amaral que seguia as diretrizes revolucionárias. Assim, era preciso desarmar os chefes locais, inclusive aqueles que teriam apoiado o movimento. Por essa razão, ao passo que tomava as medidas necessárias à organização administrativa do estado, os revolucionários vitoriosos organizavam o combate e desarmamento dos coronéis do interior baiano. Ainda no dia primeiro de novembro, data da posse de Leopoldo do Amaral, um representante já havia sido destinado ao sul da Bahia com objetivo de mediar a entrega das armas de Horácio de Mattos. O “*GBC Facó*” seguiria no dia 2 de novembro para Jequié, na retaguarda estaria o “*GBC Otávio*”, em caso de a missão anterior fracassar. Começava assim a “profilaxia social dos sertões baianos”.¹⁹

Wilson Lins lembra que “de novembro de 1930 a março de 1931, as forças revolucionárias varreram o Médio São Francisco, desarmando e prendendo, desforrando-se

¹⁸ A PRIMEIRA ETAPA. *Diário da Bahia*, Salvador, 4.11.1930. PBEB. As primeiras medidas editadas pela administração baiana foram: dissolução imediata das Assembleia (Câmara e Senado) e de todos os Conselhos Municipais; dispensa de todos os funcionários extranumerários e revisão criteriosa dos quadros de efetivos, sob os moldes de estrita e absoluta economia; chamada de todos os funcionários em disponibilidade; regularização das horas de expediente nas repartições públicas; redução de número de autos oficiais; comissionamento dos chefes de serviços, nas Repartições, tornando-os funcionários de confiança; nomeação de comissões técnicas especiais para abrir devassa rigorosa nas repartições do estado e nas fortunas de políticos da situação decaída; proibição de placas de ruas e outros índices de homenagens a pessoas vivas; extinção do mandonismo e do coronelato no interior; guerra formal aos profissionais da bajulação. MEDIDAS DE MORALIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS. *A Tarde*, Salvador, 13.11.1930.

¹⁹ Telegrama de Juraci Magalhães a Juarez Távora. 01.11.1930. CPDOC. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00. MISSÃO DE PACIFICAÇÃO. *Diário de Notícias*, 5.11.1930. Havia informações de que o coronel Otávio Guimarães seguiria para a região das Lavras Diamantinas com mais de 1.500 homens e centenas de metralhadoras e munições

das duas semanas passadas sem sossego em Petrolina, entre os dias 10 e 24 de outubro.”²⁰ O autor descreve o processo de desarmamento da seguinte maneira:

Depois da vitória do movimento armado, tropas revolucionárias subiram o São Francisco, a bordo de “gaiolas”, à caça de coronéis, mas tais expedições não passaram de Bom Jesus da Lapa. É que em Lapa, os revolucionários nordestinos receberam recado da tropa mineira, aquartelada em Carinhanha, avisando que o reduto de João Duque estava sob sua guarda, e a força que se aproximasse do seu porto seria recebida à bala. Graças a presença do batalhão mineiro, Carinhanha escapou de ter suas casas vasculhadas pelos expedicionários que chegaram a Juazeiro depois de deposto o presidente Washington Luís.²¹

Ainda na capital da Bahia, representando Juarez Távora, Juraci Magalhães perguntava-lhe, por telegrama, se deveriam ficar presos aqueles coronéis que não entregassem todo o dinheiro recebido para organizar os batalhões patrióticos, bem como se poderia cobrar em dinheiro as armas e munições que faltassem “para o completo da distribuição feita pelo general Santa Cruz”. Solicitava também uma lista completa com os respectivos valores e quantidades em dinheiro, armas e munições recebidas pelos homens do interior para que ele pudesse proceder ao recolhimento total.

Apesar de mostrar interesse em identificar as armas e o dinheiro usados para combater a revolução, bem como identificar os homens beneficiados pelo governo de Washington Luís, o que se percebe é que desde os primeiros momentos de “profilaxia social” houve uma seleção. Não foi por outra razão que Juraci Magalhães questionou: “políticos marca Madureira Francisco Rocha devem ser deixados liberdade ou presos? [...] Julgo conveniente manter coronel Lopes dada sua profissão de fê revolucionária [...]”²². Em relação aos demais, Juraci Magalhães assegura: “acho temos procedido excesso tolerância. General Collatino publicará hoje nota dizendo que tolerância não deve ser interpretada como fraqueza e que em caso de necessidade chegaremos até lei marcial [...]”²³

²⁰ LINS, Wilson. “Mandonismo e obediência”. In: LINS, Wilson; TEIXEIRA, Cid; FALCON, Gustavo; MACHADO MELO, Maria Alba. *Coronéis e Oligarquias. Cadernos de Educação Política*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Inamá Editora. 1979. p. 18.

²¹ Idem. p. 18. Cabe lembrar que João Duque estava sob proteção do governo de Minas Gerais antes mesmo do desfecho revolucionário. Por conta do conflito entre ele e João Alkimin teria se retirado para o estado vizinho de onde voltou com a força pública apenas após a vitória da revolução de 1930.

²² Telegrama de Juraci Magalhães a Juarez Távora. 11.11.1930. CPDOC. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00.

²³ Idem.

Desse modo, ao final de novembro de 1930, o tenente Facó dava a Juarez Távora os resultados de sua investida no interior. Apreendeu no sul da Bahia cerca de 5.000 armas entre revólveres, pistolas, fuzis, mosquetes e rifles e 70.000 tiros. Em sua maioria, as armas pertenciam aos “principais bandidos” como Marcionílio Souza Tranquilino, seu filho e outros que foram presos, “tendo sido alguns sacrificados”. E completa:

Entretanto, a limpeza completa daquela região só se poderá fazer por meio de ação policial contínua e demorada. A esse respeito conversei com governador do estado e o coronel Monteiro e sugeri medidas a tomar para o completo saneamento moral daquela rica e futura zona para o restabelecimento definitivo da justiça e da lei a fim de fazer renascer a confiança da população ordeira que vivia sem garantias de vida ou propriedade. Devo declarar que o êxito da missão foi devido, particularmente ao patriotismo, boa vontade e devotamento de oficiais e praças GBC que não mediram sacrifícios para cumprimento de ordens que lhe foram dadas.²⁴

A situação de Horácio de Matos recebeu atenção especial. Segundo o coronel Facó, a opinião pública colocava Horácio de Matos em situação privilegiada. Por um lado, ele teria assumido o compromisso de depor as armas em caráter diplomático, por outro, alguns chefes sertanejos que assumiram o mesmo compromisso, como Franklin Lins de Albuquerque, Leobas, Marcionílio Tranquilino e outros estavam presos ou mortos e a palavra dos revolucionários passava a ser questionada. Segundo os oficiais, a autoridade de Horácio de Matos estava muito abalada, mas a sua prisão diante do compromisso assumido poderia ser vista como “acoimada má fé” da parte dos revolucionários, com consequências graves antes do desarmamento de sua gente. A situação era delicada, pois os revolucionários não cogitavam a soltura dos presos, mas precisava encerrar as negociações com Horácio de Matos, respeitando as cláusulas pré-estabelecidas, a fim de evitar uma convulsão social.²⁵

Segundo informações desses telegramas, o desarmamento na zona do São Francisco foi concluído no final de novembro de 1930, continuava, entretanto, os desarmamentos em Itabuna e Ilhéus. As tropas do coronel Otávio estavam atuando em Cachoeira, o coronel Toscano coordenava um pelotão em Lençóis e outro em Andaraí, com previsão de entrega de mil e quinhentas armas. Havia ainda outras denúncias não comprovadas de remessa de armas para o interior do estado. Segundo relataram os oficiais, a “dose de violência era

²⁴ Telegrama do coronel Facó a Juarez Távora. 29.11.1930. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00. CPDOC. Os bandidos a que se referiam os tenentes eram coronéis do interior do estado.

²⁵ Telegrama do general Colatino Marques e do coronel Joaquim Monteiro a Juarez Távora. 25.11.1930. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00.. CPDOC.

indispensável”, pois havia dificuldades de entrega imediata das armas. A localização dos chefes sertanejos era outro empecilho.

Os comandantes dos Grupos de Batalhões de Caçadores estavam certos quanto ao tratamento diferenciado entre os coronéis por parte dos seus superiores. Não tardou e as reclamações começaram a surgir. Na mesma data que o general Collatino Marques e o coronel Joaquim Monteiro telegrafaram a Juarez Távora, o filho de Franklin Lins de Albuquerque denunciava a este o tratamento recebido pelo pai na capital da Bahia:

Acaba de ser transferido para prisão comum no Forte Barbalho, (para) imundo cubículo, criminoso, meu pai, Franklin Albuquerque. Carente de próprio leito. Assim, pois, apelo aos sentimentos de justiça e humanidade a fim de minorar tão duros sofrimentos.

Atenciosas saudações.

Waldemiro Albuquerque – Acadêmico de Direito²⁶

A defesa de Franklin Lins de Albuquerque era feita também por revolucionários da capital do país.

Juarez Távora

Amigos nossos indagam vivo interesse razões determinam manutenção da prisão do coronel Franklin na Bahia. Não ignoras piores reacionários que nos combateram deslealmente acham-se em liberdade, alguns na Europa. Não se justifica assim, prisão do coronel Franklin. Empenho-me vivamente no sentido de sua liberdade imediata de modo que a justiça revolucionária seja a mesma em todo o território nacional. Conto que teus bons ofícios consigas liberdade àquele cidadão. Responde para Estado Maior Goes Monteiro.

Saudações – Capitão Frederico Christiano Buys²⁷

Como se vê, o cenário era muito delicado, mas no final de dezembro daquele ano a situação com Horácio de Matos parecia resolvida e ele publicou boletins convidando seus amigos a irem entregar as armas em Lençóis.²⁸ A preocupação passava ao quadro bélico de

²⁶ Telegrama de Waldomiro Albuquerque a Juarez Távora. 25.11.1930. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00. CPDOC.

²⁷ Telegrama de Frederico Christiano Alves a Juarez Távora. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.12.08 (5). CPDOC.

²⁸ No início de janeiro de 1931, Juarez Távora recebeu telegrama da esposa de Horácio de Matos agradecendo as atenções deste: “Agradeço vossa atenciosa resposta ao meu telegrama. Peço licença dizer que Horácio já deu

Carinhanha, para onde Juraci Magalhães e Jurandyr Mamede indicaram um “destacamento de confiança”, e o de Serrinha, para o qual pediam que Juarez Távora buscasse o contato com as forças mineiras, “a fim de desarmar Barreiras e outras cidades próximas”. O “BC Mamede” que estava àquela altura na cidade de Bonfim, foi convidado a colaborar.²⁹

O desarmamento do sertão dividiu a opinião até mesmo de grupos que apoiavam a Revolução. Em 30 de dezembro de 1930, data em que se registrava a prisão de Horácio de Mattos, o *Diário da Bahia* noticiava:

Sem armas e sem munições para distribuir aos seus jagunços, esses calígulas do interior perderam a maior parte de sua importância, porque não mais estarão em condições de poderem resistir às ordens do governo do estado. O desarmamento dos sertões era um dos principais problemas que de logo se impunham aos olhos de qualquer governo bem intencionado porque enquanto não se fizesse, não se sentiria o governo com a força necessária para exigir que as suas ordens e suas determinações fossem facilmente executadas e cumpridas.³⁰

inequívocas provas de ser sincero colaborador da obra de desarmamento. Verdade esta que cedo será evidenciada se sua investigação se fizer imparcialmente como confio. Resp. Saudações. Augusta Medrado Mattos.” Lençóis, Bahia, 5.01.1931. CPDOC/FGV. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.12.08. CPDOC. Logo após o desarmamento Horácio de Mattos foi preso.

²⁹ Telegrama de Juraci Magalhães a Juarez Távora. 30.21.1930. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00. CPDOC. A situação de Carinhanha já foi exposta acima. Como dissemos, estava sob a guarda da força policial de Minas Gérias.

³⁰ O DESARMAMENTO DOS SERTÕES. *Diário da Bahia*, Salvador, 30.12.1930. Mais tarde quando se verificaria a nova crise política na Bahia e o afastamento de Leopoldo do Amaral esse mesmo jornal passaria e questionar: O sertanejo desarmado, como se defenderá dos lampeões fascínoras? E concluíam que o efeito do desarmamento no sertão era terrível ao sertanejo que ficara submetido aos perigos de assalto à mão armada, da suçuarana e de saques dos mais diversos bandidos. O DESARMAMENTO DOS SERTÕES, *Diário da Bahia*, Salvador, 24.1.1930; EFEITOS DO DESARMAMENTO DOS SERTÕES, *Diário da Bahia*, Salvador, 28.3.1931. Os dados sobre a quantidade de armas e munições recolhidas no interior do estado dão um indicativo da força militar destes homens. No total foram recolhidas 1.382 fuzis, modelo 1908; 820 fuzis, modelo 1895; 87 da Força Pública do Distrito Federal; 44 mosquetões Mauser modelo 1922; 29 mosquetões modelo 1908; 62 mosquetões, modelo 1895; 1 fuzil metralhadora modelo 1930; 15 metralhadoras “Hotchiss” de dois canos; 254 pistolas “parabellum”; 158 pistolas “mouser”; 3.462 winchester (rifles) diversos calibres; 633 manuliches e combraim; 744 bacamartes; 1.370 revólveres diversos; 3.456 pistolas fogo central de dois canos; 352 garruchas; 26 espingardas; 4.148 facas e punhais; 170 facões; 1.055 bandeiras para fuzil; 940 cobre-miras para fuzil; 1.671 sabres punhal; 239 sabres, modelo 1895, referente a armamento. Em relação às munições registraram-se 362.200 cartuchos de guerra para fuzil; 104.400 cartuchos para hotcakiss; 80.150 balas para winchester; 10.860 ditas para combraime manuliches; 250 para revolver calibre 480; 5.425 para revolver e pistolas calibre 380; 10.875 para revólver e pistolas calibre 320; 4.500 para revólver calibre 32; 800 para revólver calibre 38; 2.450 para pistola “mauser”; 30.800 para espoleta de caça; 2.000 para cartuchos; 196 quilos de chumbo de caça. Aprenderam ainda 18 picaretas; 7 pás; 1 machadinha; 8 foices e 12 enxadas, classificadas como ferramentas e 32 cofres para munição; 1 máquina de carregar; 970 carregadores carregados; 551 descarregados; 352 carregados para metralhadoras pesadas, classificados como Acessórios. ARMAS DE TODOS OS FEITIOS E CALIBRES. *A Tarde*, Salvador, 19.12.1930. PBEB. Cabe destacar que depois dessa data muitas outras armas foram apreendidas no interior da Bahia. Até o ano de 1934 ainda se operava o desarmamento de homens do sertão, muitos dos quais havia escondido armas e munições em suas terras.

O desarmamento dos coronéis marcou a inserção das lideranças políticas do interior na fase de centralização autoritária e burocrática da sociedade política, isso porque, se por um lado ele enfraqueceu os coronéis do ponto de vista militar, do ponto de vista político ocorreu o inverso. A partir de então, verifica-se um investimento maior na política partidária e na luta parlamentar por parte desses grupos. Para algumas regiões do interior da Bahia, como o baixo médio São Francisco, A Revolução de 1930 restabeleceu antigas lideranças e consagrou o *modus operandi* dos coronéis que continuaram sendo chefes locais e base de sustentação do governo.³¹

Cabe lembrar, que a centralização do poder após a Revolução de 1930 não passava apenas pelo desarmamento dos coronéis no interior dos estados. Exigiam-se também profundas modificações nas instituições que davam sustentação ao poder. Assim, vitorioso o movimento revolucionário, foram presos na capital da Bahia os ex-secretário de Saúde Pública, o ex-Secretário de Fazenda, o ex-deputado federal Francisco Rocha e Madureia de Pinho, ex-chefe de polícia.³² Desse modo, tentava-se coordenar as mudanças no executivo estadual, o desarmamento do sertão e as substituições de dirigentes nos municípios da capital e do interior. Um quadro que pode ser lido como uma “guerra de posição”, ou seja, o entendimento de que mesmo depois da deposição do inimigo se faz necessário estabilizar a ocupação do território tomado.³³

Com base nisso o governo revolucionário tratava de ocupar os postos de mando no interior do estado. Em Alagoinhas, Mário Cravo assumiu a prefeitura ainda no dia 24 de outubro de 1930. Ilhéus e Itabuna receberam novos representantes no dia 27. Eusínio Lavigne, advogado e diretor do jornal *Diário da Tarde*, que fez campanha em favor da Aliança Liberal, assumiu a prefeitura de Ilhéus, e em Itabuna o governo municipal ficou a cargo de uma junta governativa. Em Queimadas, foi nomeado o tenente-coronel Elias Marques da Silva; em Castro Alves, o general Cerqueira Daltro; em Valença, o tenente Epiphânio Araújo; Nazaré

³¹ MELLO, Maria Alba Machado. O coronelismo numa perspectiva historiográfica. In: LINS Wilson. *Coronéis e Oligarquias*. op. cit. p. 102; MELO, Maria Alba Machado. *História política do baixo-médio São Francisco*. Um estudo de caso de coronelismo. Dissertação de Mestrado (História). Universidade Federal da Bahia. 1989. p. 101-110.

³² É CHEGADO O MOMENTO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS. *Diário da Bahia*, Salvador, 13.11.1930.

³³ Gramsci entende que a guerra de posição não é escolhida, mas imposta pela vitória. Para ele, a guerra de movimento, derivada da insurreição e da mobilização instantânea das massas é automaticamente substituída pela guerra de posição e é esta quem predomina no contexto pós-guerra, visto que é ela quem caracteriza a luta pela hegemonia. Gramsci afirma que na guerra de posição não se trata de ocupar os espaços dos antagonistas, mas de vencer os seus próprios aparelhos de hegemonia, identificar quais “os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição”, pois estas “superestruturas da sociedade civil são como as trincheiras na guerra moderna” e precisam ser ocupadas após a guerra. GRAMSCI, vol. 3. op. cit., p.70-74.

recebeu o dr. José Tude; em Areias assumiu o coronel João Moniz; em Barra do Rio de Contas, o Sr. Pedro Longo; Coração de Maria, o Sr. Raul Freitas e Canavieiras, Synval Santos Reis, responsável pelo Manifesto do Tiro de Guerra local se recusando a defender a “pseudo-legalidade” do governo durante a tomada do estado.³⁴

Como se pode observar, esse quadro de substituições mostra o papel que os militares foram assumindo nas administrações municipais a partir daquele período. Ainda que não fosse consenso entre eles, em muitos lugares da Bahia foi o Exército (juntas militares governativas) quem equilibrou a nova situação, pois com a prisão e morte de alguns coronéis não se verificava grupos suficientemente fortes para dirigir politicamente os demais. A esse respeito vejamos o que afirmou Antonio Gramsci:

A crise cria situações imediatas e perigosas, já que os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas; faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e dele se serve para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados.³⁵

Assim, em muitos municípios da Bahia houve numerosos conflitos até que se chegasse a um consenso em relação ao nome do prefeito. A prioridade foi dada a quem participou diretamente do movimento revolucionário, mas tão logo se anunciou a vitória, uma enxurrada de telegramas chegava às mãos do governo interino com centenas de prefeitos congratulando-se com o novo regime, hipotecando solidariedade, confessando seu apoio ao movimento e vibrando pelo fim das “imoralidades republicanas”. Eram os revolucionários de última hora tentando barganhar os poderes locais.

Em telegrama datado de 25 de outubro de 1930, o prefeito Theodorico Alves dizia ter rejeitado “as vultuosas somas que os déspotas governantes lhe ofereciam para criação de

³⁴ Ver: PREFEITOS NOVOS E VELHOS. *Diário da Bahia*. 27.10.1930. Salvador. APEB. Ano LV, n. 8032; *Diário Oficial da Bahia*. Outubro de 1930; REIS, Sinval Santos. *Relatório de alguns dias da administração provisória*. Prefeitura Municipal de Canavieiras. Tipografia Garret. Ilhéus. 1930; MANIFESTO AO PAIZ. Manifesto dos reservistas do Tiro de Guerra de Canavieiras se recusando a embarcar para defender o governo constituído. 22.10.1930. Arquivo pessoal de Fernando Reis. Canavieiras/BA.

³⁵ GRAMSCI. Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. op. cit., p. 60-61.

batalhões patrióticos” e Mundo Novo teria abraçado dentro das suas possibilidades a causa da revolução.³⁶ Representantes da Villa de São Francisco, como “fiéis legionários da Aliança Liberal, afirmavam intransigente solidariedade à causa da redenção de nossa estremecida pátria”.³⁷ A Junta Governativa de Porto Novo hipotecava solidariedade incondicional ao governo.³⁸ Octávio Ottoni, de Caravelas, solicitava prisão preventiva do tenente Alfredo Coelho, “cúmplice do governo deposto, foragido para Ilhéus”. O denunciado teria ordenado a destruição de seis pontes e da Estrada de Ferro Bahia-Minas, causando prejuízos avultados.³⁹

Arlindo Ribeiro de Oliveira, membro da Aliança Liberal de São Gonçalo dos Campos, enviou junto a um ofício regado de palavras de patriotismo, a sua aliança de ouro para ajudar a saldar a dívida externa “que os governadores da situação decaída de Washington Luís fizeram, sacrificando a vida de todos os brasileiros”. Saudava ao final da carta a “Revolução triunfante, a Juarez Távora, a Getúlio Vargas, ao intrépido Seabra e ao Brasil!”⁴⁰ Os “representantes das classes” do município de Alagoinhas, então cidade Juarez Távora, congratulavam-se pela vitória do *Exército Libertador* e rejubilavam-se pelo fato de ostentar o nome do irmão de Juarez Távora, “o glorioso mártir da Revolução de 1924.”⁴¹

³⁶ Telegrama do prefeito de Mundo Novo à Junta Governativa da Bahia. Publicado no jornal *Diário da Bahia*, em 28.10.1930.

³⁷ Villa de São Francisco. Telegrama ao General Juarez Távora. 27.10.1930. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00. CPDOC. Assinaram: Engenheiro Antônio Bulcão Sobrinho, Joaquim Inácio Bulcão, coronel Laudelino Antonio Pinheiro, Dr. Sabino Muniz Fiuza, João Ferreira Bandeira, João Antonio Pinheiro, Agostinho Froes Barbosa, Manoel Ignácio Bandeira, Apolinário Braz de Almeida, Dr. Arthur Luiz de Almeida, Gabriel Viana, Dr. Rodrigo Gama, Tharcilio Pinto da Cunha, Engenheiro Edwaldo Pinto Python.

³⁸ Telegrama da Junta Governativa de Porto Novo a Juarez Távora. Porto Novo/BA, 3.11.1930. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00.

³⁹ Telegrama de Octávio Ottoni a Juarez Távora. Comte, Forças Revolucionárias Mineira. Caravellas/BA. 6.11.1930. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00. CPDOC.

⁴⁰ Arlindo Ribeiro de Oliveira. Carta ao governo do estado da Bahia. 14. 12.1930. APEB. Seção republicana. Secretaria de Governo. Ofícios recebidos pelo interventor federal. 1930/1931. Caixa 1833. Maço 1981. Cosme de Farias abraçou essa campanha de recolhimento de jóias dos baianos através do *Diário da Bahia*. Em várias edições do final de dezembro de 1930 e início de 1931 publicaram-se os seus versos “Pró Pátria” que diziam: “Vós, que fazei ao CIVISMO/ Um grande e lindo tesouro/ Daí, para o bem do Brasil/ o vosso MIL REIS EM OURO.

⁴¹ Telegrama enviado a Juarez Távora pelos seguintes homens públicos de Alagoinhas: Carlos Cunha, Dr. Pedro Dórea, José Farano, Saturnino Ribeiro (que apoiava Vital Soares), Mário Cravo, Walfredo Alves Pereira, Ignácio Rocha, Antônio Evangelista Souza, Tobias Barreto Oliveira, Érico Batista, Domingos Serravalle, José Galdino Maia, Victor Nascimento Filho, José Feijó de Souza, Alfredo Farani, Aderito Oliveira, Domingos Epifânio, Jonas Oliveira, Giordano Strappa, Rogaciano Vasconcelos, Annibal Lacerda, Severo Mesquita, Antonio Ornelas, Argemiro Mattos, José Mattos, Junior Kerdoval Silva, Alfredo Magalhães Dantas, Alpheu Dantas, Abílio Magalhães Dantas, Cyrillo Andrade, Antonio Cosme Abreu Bastos, Silvino Oliveira, Seixas José Fiscina, João Baptista Junior, Arnaldo Tavares, Edgar de Amélio Seixas, Arnaldo Martins, Francisco Fernandes Freire, Pedro Paulo dos Santos, Hostílio Chagas, José Martins de Carvalho, Nicolau Manoel, Joaquim Netto, José Lopes da Conceição, José Maria Severo, Reginaldo Oliveira Dias, Adolpho Campos, José Campos, Altamirando Campos, Aristides Aleixo Costa, Joviniano Costa, Alípio Oliveira, Simon Azzi, Manoel Feijó de Souza, José Feijó de Souza e José Pedro de Castro Leal. 31.10.1930. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00. CPDOC.

O quadro acima é sintomático dos modos como se fazia política na Bahia, mas esses primeiros momentos de rearranjos administrativos e de poder também revelam outras posturas. Havia homens que declinavam do convite para participar do novo governo e solicitavam dispensa da nomeação para interventor estadual nos municípios. As razões apontadas para a recusa era sempre a fraqueza da saúde ou questões estritamente familiares, a exemplo do que ocorreu no município de Catu, quando Augusto de Andrade alegou não ter forças para assumir o governo em função do assassinato do filho, na cidade de Lençóis.⁴² O prefeito de Alcobaça também recusou a nomeação para “colaborar com o brilhante e patriótico programa do governo”, alegando alterações na saúde. Indicou para substituí-lo o senhor Heitor Moniz de Oliveira, “fiel cumpridor das patrióticas e salutarens decisões do governo”. A carta datada de 16 de dezembro de 1930 traz informações de que a indicação foi acatada por Leopoldo do Amaral.⁴³

De um modo geral, a situação do novo governo na Bahia acompanhava a crise instalada em todo o país, de desordem e tumulto. Leopoldo do Amaral enfrentava problemas com o cônsul norte-americano no estado, Lawrence Briggs que fazia oposição ao seu nome. Tal oposição, segundo Consuelo Sampaio, era decorrente do movimento popular ligado ao quebra-bondes e as sucessivas investidas de greve por parte dos trabalhadores. Leopoldo do Amaral foi responsabilizado pela campanha antiamericana na Bahia e a oposição do cônsul teria acelerado a sua substituição.⁴⁴

Juraci Magalhães, que à época secretariava Juarez Távora na Delegacia do Norte e que permaneceu na Bahia até o dia 18 de dezembro de 1930, denunciava a morosidade do interventor em relação à “moralização administrativa”. Afirmava que Amaral preocupava-se muito com os casos dos municípios, mas não havia tomado ainda “nenhuma medida concernente à dispensa de funcionários inúteis que continua[vam] parasitando nas repartições públicas”. Sugeria que cortasse automóveis oficiais, nomeasse de imediato a Comissão para

⁴² Carta de Augusto de Andrade, prefeito nomeado na cidade de Catu, para o interventor federal na Bahia. 18 de dezembro de 1930. APEB. Seção republicana. Secretaria de Governo. Ofícios recebidos pelo interventor federal. 1930/1931. Caixa 1833. Maço 1981.

⁴³ Carta de Antônio Garcia de Medeiros Junior, prefeito de Alcobaça, ao interventor Leopoldo do Amaral. 16 de dezembro de 1930. APEB. Seção republicana. Secretaria de Governo. Ofícios recebidos pelo interventor federal. 1930/1931. Caixa 1833. Maço 1981.

⁴⁴ Sobre o conflito entre Leopoldo do Amaral e o cônsul norte americano na Bahia ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: o legislativo na Bahia na segunda república, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992. p. 65-68. Ver também a entrevista do interventor no jornal *Folha do Norte*. Feira de Santana, 3.1.1931.

tomada de contas de quem teria recebido dinheiro da situação decaída e diminuísse os “vencimentos nababescos”.⁴⁵

Nesse contexto de reclamações, Leopoldo do Amaral anunciou, no dia 13 de novembro de 1930, as primeiras medidas do seu governo, criando na mesma data duas Comissões para apurar a “origem das fortunas rapidamente aparecidas não só de políticos ex-situacionistas como de comerciantes”. Para essas comissões foram nomeados o coronel Monteiro, que articulou a conspiração entre os militares, o tenente Cavalcanti de Melo e Manoel Novais.⁴⁶ Conforme veremos adiante seriam muitas as dificuldades no estado para que estas comissões iniciassem a fiscalização.

Como bem observou Paulo Silva, tratando do processo de articulação entre Juraci Magalhães e os coronéis da Bahia, após a nomeação do tenente à interventoria estadual, Manuel Novais, que assumiu a Secretaria do Interior naquela gestão era um homem jovem dotado dos atributos adequados ao cargo, pois “conhecia de perto o universo político do interior e sabia conduzir-se na política municipal”.⁴⁷ Certamente essa característica de Manuel Novaes que tanto favoreceu a Juraci Magalhães tenha-o impossibilitado de realizar a fiscalização a esses mesmos homens nos primeiros dias após a Revolução, pois aparentemente era próximo a eles. Repetia-se na Bahia o quadro vivenciado por J.J. Seabra em nível nacional, que foi investido no Tribunal Revolucionário criado para fazer a devassa sobre os homens do governo anterior.

A imprensa destacava que o problema da reorganização administrativa era uma das grandes dificuldades que Leopoldo do Amaral teria que enfrentar. Tendo em vista que o enfraquecimento dos poderes locais constituía-se em um dos principais pontos da reforma revolucionária, o interventor preocupou-se em impedir que a escolha dos novos administradores tivesse caráter político. Apesar disso, o “caciquismo político nos municípios estava tão arraigado” que dificilmente Leopoldo do Amaral conseguiria aperceber-se das manobras habilmente feitas para iludir o próprio governo. Pedia, assim, a ajuda da população para a devida fiscalização dos novos mandatários, determinando que os prefeitos afixassem nas portas dos prédios públicos ou divulgasse nos jornais locais o balanço de receitas e despesas do município que estava sob sua gestão. Concluiu ainda “as populações [a] se

⁴⁵ Telegrama Juraci Magalhães a Juarez Távora. 11.11.1930. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00. CPDOC.

⁴⁶ É CHEGADO O MOMENTO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS. *Diário da Bahia*, 13.11.1930. PBEB.

⁴⁷ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição*, p.30.

interessassem pela boa e salutar medida, representando a este governo contra aqueles que deixassem de cumprir com seu dever”.⁴⁸

Na tentativa de fortalecer as ações do novo governo divulgavam-se, de forma contumaz, os problemas relacionados às gestões anteriores. Assinada por Souza Carneiro, o *Diário da Bahia* passou a publicar diariamente a coluna “na onda de lama das negociatas”, onde se denunciavam principalmente os problemas relacionados à gestão de Vital Soares. À medida que se faziam essas denúncias enfatizavam-se o papel de Moniz Sodré naqueles quinze últimos meses e o insistente combate que ele vinha fazendo ao governo deposto. No final de novembro, Moniz Sodré chagava à Bahia numa tentativa evidente de apossar-se dos espaços desocupados pela Revolução.

Enquanto isso, Leopoldo do Amaral enfrentava a crise política do interior. As nomeações para prefeitos e juntas governativas eram recusadas e denunciadas pelas classes dominantes, descontentes com as medidas adotadas, especialmente aquelas ligadas à sindicância e investigação promovidas pelas comissões. O interventor afirmava ter adotado na Bahia uma política de moralização. Em entrevista destacou:

[...] Quanto aos municípios, a minha orientação será radicalmente contra ao domínio da política dos coronéis, que formam essa massa flutuante, essa onda de adesismo a todos os governos que sobem, e de repúdio a todas as situações que caem. Estou nomeando prefeitos para todos os municípios, escolhendo elementos da minha confiança, que se empossam com instruções rigorosas para se limitarem a fazer administração afastando-se de toda e qualquer influência ou cogitação política [...].⁴⁹

As questões políticas seriam vistas após a reorganização administrativa, no entanto, Leopoldo do Amaral declarava “desde agora, porém, iremos eu e meus auxiliares dando o exemplo de tolerância, do respeito aos direitos e às liberdades públicas, do acatamento à vontade coletiva, da fidelidade às verdadeiras normas democráticas [...]”.⁵⁰ Ao que parece a sua estratégia contribuiu para que seu governo degingolasse.

Em novembro de 1930, quarenta e dois representantes do município de Coração de Maria escreveram a Leopoldo do Amaral denunciando as perseguições e demissões feitas pela Junta Governativa criada naquela cidade, cujo chefe era o coronel Antônio da Rocha Barbosa,

⁴⁸ A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO. *Diário da Bahia*, Salvador, 18.11.1930. APEB.

⁴⁹ O NOVO GOVERNO DO ESTADO: a palavra do sr. Interventor Federal. Entrevista com Leopoldo do Amaral. *Jornal Folha do Norte*. Feira de Santana, 3.1.1931. BPEB.

⁵⁰ Idem.

coletor federal indicado pelo capitão Marino Brandão da força pública mineira. Segundo os signatários da missiva, o nomeado era um “reacionário que tinha até organizado um batalhão patriótico para combater os revolucionários”. Estaria demitindo homens de comprovada competência da administração local, alguns, inclusive, simpatizantes da Revolução. Obedecendo às ordens do coronel João Duque e mais ligado aos interesses mineiros que baianos, a Junta estava “mantendo reacionários no poder” e nomeando muitos parentes para a administração pública, “ato que desvirtua[va] os altos propósitos da Revolução e dos atuais dirigentes”. Aguardavam, portanto, uma sábia solução do governo para resolver aquela desordem.⁵¹

Os moradores do antigo município de Wagner aproveitavam o início do novo governo para pedir que fosse restaurado o seu respectivo termo. O arraial de Pedrão solicitava que fosse elevado, com as respectivas justificativas, à categoria de Vila. Os moradores do distrito de Jatobá, pediam em nome da “nova fase administrativa da Revolução Gloriosa” que o distrito fosse transferido do Município de Seabra para o de Guarany. Os mais “ilustres representantes das classes sociais” de Porto Seguro solicitavam que fossem conservadas as suas autoridades judiciárias, homens de “probidade e parcialidade inatacáveis”, possuidores “de todos os predicados requeridos para um verdadeiro representante da justiça pública”. O prefeito interino de Capivary denunciava os atos ilícitos da gestão anterior que teria deixado de anotar nos livros de descargo os pagamentos de impostos de um número significativo de contribuintes. O ex-prefeito de Lage protestava contra os atos do balanceador que teria sido nomeado para verificar as suas contas, alegando que este estava forjando provas para prejudicá-lo. E assim era a rotina no gabinete do interventor, com sucessivas demandas chegadas do interior do estado, revelando a instabilidade política que tomou conta da Bahia.⁵²

Além de cobranças das “classes destacadas”, havia aquelas de pessoas “comuns” que fizeram campanha para a Aliança Liberal e a Revolução, tendo que deixar a casa e a família, “enveredando pelo mato” para fugir da prisão e conservar a vida, depois que foi decretado o

⁵¹ Carta de vários representantes do município de Coração de Maria ao governo de Leopoldo do Amaral. 20.11.1930. APEB. Seção republicana. Secretaria de Governo. Ofícios recebidos pelo interventor federal. 1930/1931. Caixa 1833. Maço 1981.

⁵² Ver cartas dirigidas a Leopoldo do Amaral: carta dos moradores do antigo município de Wagner. 27.12.1930; carta recebida do Arraial de Pedrão. 10.01.1931; carta dos habitantes do distrito de Jatobá, Seabra, 12.1.1931; carta dos moradores de Porto Seguro. 30.12.1930; carta do prefeito interino de Capivary. 8.1.1931; carta do prefeito de interino de Lage, 19.1.1931. APEB. Seção republicana. Secretaria de Governo. Ofícios recebidos pelo interventor federal. 1930/1931. Caixa 1833. Maço 1981.

estado de sítio. O fragmento abaixo, da carta de Honorato Gonçalves, do município de Santo Amaro é um exemplo dessas cobranças:

Saindo vitoriosa as ideias dos homens de verdade, regresso ao lar, procuro me aproximar dos chefes, pedindo-lhes emprego para a manutenção de minha família, noto frieza e falta de ação, e por esta razão venho a capital, aqui chegando em princípio de novembro até o momento sem a menor solução, embora já venha me *entendido com os doutores Carlos Seabra e Moniz Sodré, sendo que este incumbiu o Joel Presídio de me empregar, logo que regresse do Rio*. No entanto, (*sic*) exmo, o Sr Joel Presídio já voltou, nada decidiu a meu respeito, o mesmo sucedendo com Heitor Viana que me conhecendo de perto nada também fizeram, limitando-se a simples promessa. Do exposto, que bem cabe a V. Ex^a adjudicar, espero imediato despacho, pois noto que outros que não trabalharam, que não arriscaram a sua vida e nem tiveram seu lar ameaçado pela dor do luto, se acham empregados, gozando do bem e de felicidade.

Deus guarde a V. Exc.^a

Honorato Gonçalves de Almeida⁵³

A carta de Honorato de Almeida, além de exemplificar as cobranças que o interventor recebia por parte de “pessoas comuns” que almejavam a sua participação na reorganização do estado remete, também, ao período de campanha em favor do movimento revolucionário e revela a ligação entre os conspiradores da capital com os homens do interior, conforme demonstramos no primeiro capítulo.

Existiam ainda as cobranças de parte do operariado baiano. Além dos empregados do comércio que já havia se organizado para apresentar as suas demandas, mais de mil ferroviários elegeram Joel Presídio como seu representante junto ao governo revolucionário. Em memorial contendo os principais pontos das reivindicações desses trabalhadores, Joel Presídio participou de uma reunião com as autoridades do Estado visando “entrar em entendimentos” entre eles e os ferroviários. Essa situação mostra que no processo de conciliação entre as elites dominantes, o operariado esboçou representatividade.⁵⁴ Joel

⁵³ Carta de Honorato Gonçalves de Almeida a Leopoldo do Amaral. 27.1.1931. APEB. Seção republicana. Secretaria de Governo. Ofícios recebidos pelo interventor federal. 1930/1931. Caixa 1833. Maço 1981. Grifos nossos.

⁵⁴ O CASO DOS FERROVIÁRIOS. *Diário da Bahia*, Salvador, 29.11.1930. PBEB. Em telegrama enviado a Moniz Sodré, publicado na edição do *Diário da Bahia* consta que esses ferroviários reivindicavam: 1. Estabelecimento rigoroso das 8 horas de trabalho; 2. Restabelecimento dos dias feriados por lei; 3. Revisão equitativa dos quadros de funcionários para sanar a disparidade de ordenados entre velhos e novos e a estipulação de no mínimo de um salário de 5\$000; 4. Obediência estrita ao regulamento no que diz respeito às licenças em caso de moléstias; 5. Concessão de férias previstas em lei; 6. Revisão feita pelo intermédio da fiscalização das estradas e rebaixamento de funcionários com mais de cinco anos de serviço; passe mensal grátis aos operários em igualdade aos escritórios. Havia ainda reclamação sobre a suspensão do trem de operário entre

Presídio tinha sido um dos principais articuladores da Aliança Liberal e da conspiração revolucionária na Bahia. Provavelmente é o nome omitido nas cartas entre Juarez Távora e o tenente Monteiro quando se faz referência a um civil que vinha trabalhando junto aos operários da ferrovia. Foi preso por força do decreto do Estado de Sítio e após a Revolução foi nomeado delegado da 1ª Circunscrição.

Toda essa instabilidade conferiu aos governos do pós-revolução uma hegemonia restrita. Conforme afirmou Weffort, o processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abriu com a Revolução de 1930 trouxe, em seu bojo, a política populista, estilo de governo marcado ao mesmo tempo pela sensibilidade às pressões populares e manipulação de suas aspirações. Para esse autor, após a Revolução de 1930, a pressão popular sobre as estruturas do Estado tornou-se elemento central do processo político, “pelo menos no sentido de que as formas de aquisição ou de preservação do poder estarão cada vez mais impregnadas da presença popular”, a partir de então”.⁵⁵ Essa presença, por sua vez, esteve condicionada a muitos fatores:

A promoção da participação popular não se fará nunca pelos grupos dominantes considerados em bloco, os quais, muito pelo contrário, sempre viram com maus olhos a ascensão política popular. A promoção das massas dependerá das novas condições especificamente políticas criadas com a crise oligárquica e fundamentalmente da incapacidade manifestada por todas as forças sociais que compunham a Aliança Liberal de estabelecer de maneira sólida as bases de uma nova estrutura de Estado.⁵⁶

Como bem observou Boris Fausto, apoiado nas teses de Francisco Weffort, nascia um “Estado de compromisso” característico não de uma revolução no sentido de ruptura, mas de uma aliança entre classes, um rearranjo de poderes no qual um grupo dirigente incorporava o outro sem que ele tenha sido necessariamente destituído do poder. De acordo com Boris Fausto, nesse processo de acomodação entre as elites dominantes, as classes populares, apesar

Alagoinhas e Aramarí. O telegrama estava assinado por Pedro Umbelino, José Ferreira e Jonas Baptista que mais tarde ingressariam no Partido Comunista. AINDA O CASO DOS FERROVIÁRIOS. *Diário da Bahia*, 3.12.1930. Sobre a atuação de Jonas Baptista no Partido Comunista ver: SOARES, Ede Ricardo de Assis. *Os comunistas e a formação das esquerdas*. Alagoinhas (1945-1956). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, 2013. Naquele mesmo mês registrou-se a reunião entre Joel Presídio e Arlindo Luz e todas as pendências foram dadas como resolvidas. Ainda em dezembro, mobilizava-se também o Comitê Pró-Reivindicação do Centro Operário, um grupo dissidente da gestão vigente que apoiou a Aliança Liberal e a Revolução de 1930 no estado. O grupo foi fundado em 17 de outubro de 1928, e desde então ingressaram com um processo na justiça para tomar a direção do Centro das mãos de Octávio César S. Pontes.

⁵⁵ Weffort, op. cit., p. 67.

⁵⁶ Idem. p. 68.

da presença na cena pública não teriam assumido um papel preponderante. Divergindo de Weffort quanto ao papel das massas no período, Fausto afirma que o “Estado de compromisso” surge da perda de representatividade do governo frente às próprias classes dominantes, sem que tenha sido esboçada qualquer aliança com os setores populares.⁵⁷ Essa tensão entre governo provisório, as classes produtoras e as classes trabalhadoras seria uma constante na Bahia na década de 1930.

Em vista disso, os ataques ao governo de Leopoldo do Amaral não cessavam. Na capital do país estava totalmente desmoralizado em apenas dois meses de exercício no cargo. O jornal carioca *Diário de Notícias*, no dia 28 de janeiro de 1931 publicou uma longa nota detratando o seu governo. Em linhas gerais, dizia que o interventor baiano fazia de tudo para “agarrar-se ao cargo que em hora aziaga lhe foi entregue para desgraça daquela boa gente” baiana. O “desastrado estadista”, em telegrama que havia mandado publicar no Rio de Janeiro, dizia que as suas “diatribes eram fruto de despeito de descontentes que não foram aquinhoados com empregos e propinas”, mas não se defendia das acusações sérias que sofrera.⁵⁸

Segundo informa a nota, antes de sua nomeação, Leopoldo do Amaral teria acusado a Getúlio Vargas de “flácido, mole, ingênuo” e homem capaz das “mais baixas covardias humanas”. Era um homem sem compostura para o cargo, lavrava atos de governo em botequins, restaurantes e bares, “cercado de asseclas de condições inferiores aos quais atendia nos mais extravagantes pedidos”. Nomeara um reacionário vermelho para uma das suas secretarias e para a prefeitura de Salvador, um espião da situação decaída, respectivamente os senhores Elysio Lisboa e Pimenta da Cunha.⁵⁹

Além disso, segundo o jornal, era autor de infinitos atos feitos e desfeitos num intervalo de dois a três dias; tinha pavor de ser deposto a qualquer momento, fazendo-o abandonar o governo várias vezes, “uma das quais esteve durante cinco dias em Feira de

⁵⁷ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. 16ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.17.

⁵⁸ “O interventor da Bahia”. *Jornal Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. 31.1.1931. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>.

⁵⁹ Idem. Em 10 de janeiro de 1931, Pimenta da Cunha enviou uma carta a Juarez Távora na qual explicava a situação constrangedora em que se achava junto ao governo de Leopoldo do Amaral. Dizia saber da oposição que Seabra e Muniz Sodré fizeram à indicação do seu nome e afirmava que “quanto a acusação de espionagem na fronteira, com que também (lhe) agrediram, era torpeza que não valia discutir. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.12.08 (10). CPDOC. Cabe lembrar que de acordo com as cartas de exílio de Otávio Mangabeira, conforme veremos adiante, Pimenta da Cunha era, de fato, uma pessoa ligada aos mangabeiristas na Bahia. Por sua vez, Elysio Lisboa, nomeado secretário da aviação e da agricultura era professor de matemática da Escola Politécnica da Bahia, amigo de Leopoldo do Amaral

Santana deixando a cidade acéfala”; permitia que seus amigos tivessem papel timbrado no qual lavravam atos do governo depois referendados por ele; mantinha uma vida desregrada, incompatível com o cargo; foi complacente com a nomeação de parentes em todo o estado quando a Revolução proibia nomear parentes até o sexto grau; e, caso gravíssimo, permitiu a organização de um partido comunista sob suas “vistas blandiciosas constituindo verdadeiro perigo a ordem social”.⁶⁰

Muitas dessas críticas estavam relacionadas às nomeações que fizera para as interventorias do interior da Bahia. No município de Ruy Barbosa teria nomeado um capitão reacionário mediante a remuneração de cinco contos, dada a um intermediário de nome Gouveia; foi acusado de permitir a colocação de reacionários nas diferentes administrações municipais; investiu “o célebre cangaceiro” Horácio de Matos em função inadequada, na zona das Lavras Diamantinas; promoveu o tenente-coronel Alberto Lopes a coronel, para em seguida reformá-lo pelos serviços prestados contra a Revolução de 1930, em Alagoinhas; e, por fim, foi acusado pelo jornal de não conseguir controlar a desordem e insegurança reinantes em todo o território baiano, “fruto do seu capachismo, que servia aos interesses mais absurdos”, por medo dos homens de mando dos municípios. Assim, depor-se do cargo seria um serviço notável que Leopoldo Amaral prestaria à Bahia.⁶¹

A situação vexatória de Leopoldo do Amaral era conhecida por todos. Em carta datada de 10 de fevereiro de 1931, João Mangabeira informava a Otávio Mangabeira que Leopoldo do Amaral era o maior responsável pela impopularidade da Revolução na Bahia, pois as perseguições aqui eram terríveis. Ainda assim, o irmão do ex-ministro das Relações Exteriores, exilado do Brasil em dezembro do ano anterior em função de sua participação no governo deposto, estava inclinado a pensar que a Revolução faria bem ao país, “pois não concebo nada de pior que o regime ignóbil que se inaugurou com Hermes, e o Washington levou aos extremos”. Lamentava, tão somente, que fosse representado por homens “tão

⁶⁰ O INTERVENTOR DA BAHIA. Jornal *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. 31.1.1931. p. 2. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. É importante destacar que ainda não se tem certeza da data exata da fundação do Partido Comunista na Bahia. Sobre a trajetória desse Partido no estado ver: SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948)*. São Paulo: Annablume, 2009.

⁶¹ O interventor da Bahia. Jornal *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. 31.1.1931. p. 2. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Antero Cícero Pitanga, do Comitê Liberal de Belmonte denunciou a Juarez Távora que indicado para resolver o caso daquele município, ao chegar à capital, o interventor já havia feito nomeação para ele. Apela: “solicito vossa intervenção junto governador a fim de reconhecer nossos direitos, entregando posição política administrativa consoante critério vossência (*sic*) proclamado tribunais liberas. Espero vossa palavra de ordem ao governador (para) satisfazer justas aspirações velhos aliancistas. Interventor nomeando pessoas estranhas à Aliança.” Telegrama de Antero Cícero Pitanga, presidente do Comitê Liberal de Belmonte a Juarez Távora. 18.11.1930. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00. CPDOC.

incompetentes”, o que passaria em breve, ao tempo “que a máquina que nos oprimia, e só por uma revolução poderia ser quebrada, seria capaz de durar ainda 30 ou 40 anos”.⁶²

No final de janeiro de 1931, a crise na interventoria de Leopoldo do Amaral já era incontornável. A 14 de janeiro tentou manter-se alinhado aos revolucionários e anulou o acordo entre o Estado e o Banco Econômico, revogando os artigos 18 da Lei 2.064, de 14 de maio de 1928, o Decreto 5.076, de 28 de junho de 1928 e o acordo celebrado a 30 de junho do mesmo ano, relativo ao empréstimo de unificação.⁶³ A crise foi agravada. Os dirigentes do PRD acusavam a Altamirando Requião de alimentar as intrigas através de matérias publicadas no *Diário de Notícias*. Moniz Sodré desmentia as informações de que havia uma cisão entre o interventor e o Partido, mas reconhecia as divergências em relação às medidas adotadas por Leopoldo do Amaral, destacando a falta de diplomacia e tino político do interventor.⁶⁴

Ainda no final daquele mês, Juarez Távora anunciava uma viagem ao norte, na qual a primeira missão seria resolver a crise na política baiana. Na imprensa carioca e paulista várias matérias davam conta da substituição de Leopoldo Amaral. Sabia-se que Távora estava inclinado a indicar o nome de Juraci Magalhães, notícia que motivou a escrita do artigo “Brios Baianos”, assinado por Moniz Sodré, acirrando o conflito entre militares e políticos no estado.

O artigo, publicado pelo *Diário da Bahia* na edição de 5 de fevereiro de 1931, foi insistentemente reproduzido na capital do país e em São Paulo e ficou conhecido como “O caso baiano”. Sodré denunciava a postura dos militares na Bahia e afirmava que o estado vinha sendo tratado como presa de guerra. Para o diretor do *Diário*, era inadmissível que com o histórico que o estado tinha em relação às questões políticas fosse preciso trazer alguém de fora para administrá-lo.⁶⁵

⁶² Carta de João Mangabeira a Otávio Mangabeira. 10.2.1930. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.1. p. 88. Essa declaração deixou Otávio Mangabeira indignado, conforme demonstrou em carta de resposta datada de 5 de março de 1931.

⁶³ ANULADO O ACORDO ENTRE O ESTADO E O BANCO ECONÔMICO. *A Tarde*, Salvador, 14.1.31.

⁶⁴ Ver matérias do *Diário da Bahia*: JUSTIÇA, 27.1.31; POLÍTICA BAIANA: INTRIGA DE OPOSIÇÃO, 31.1.31; BRIOS BAIANOS, 5.2.1931; PEDIU DEMISSÃO, ONTEM, LEOPOLDO DO AMARAL, 7.2.1931; O CASO POLÍTICO BAIANO, 10.2.1931; O CASO POLÍTICO BAIANO CONTINUA INSOLÚVEL, 11.2.31, O CASO POLÍTICO BAIANO, 12.2.1931; ESTARÃO A SALVO OS BRIOS BAIANOS, 13.2.1931; CRISE DA BAHIA, 14.2.1931; A ESCOLHA DO NOVO INTERVENTOR, 24.2.1931; O MOMENTO POLÍTICO DA BAHIA, 26.2.31; Ver matéria do *A Tarde*: SERÁ O GERENAL TÁVORA O INTERVENTOR DA BAHIA, 29.1.1931; COMEÇOU PELA BAHIA A INSPEÇÃO DO DELEGADO DO NORTE, 3.2.1931; NAS RODAS POLÍTICAS DO RIO ESTÁ A SOLUÇÃO DO CASO BAIANO, 4.2.1931; A REVIRAVOLTA DO MOMENTO POLÍTICO BAIANO, 7.2.1931.

⁶⁵ Idem.

Por outro lado, Juarez Távora queria assegurar que as “medidas saneadoras da revolução” fossem levadas a efeito na Bahia, o que não se conseguiu com Leopoldo do Amaral. Além dos conflitos no interior, sobretudo em relação às indicações dos governos locais, havia cobrança para se cortar o funcionalismo público, mas Leopoldo alegava não poder cumprir essa determinação, ainda mais quando as demissões não resolveriam o problema orçamentário que previa um gasto de 80.000,000 em despesas contra 60.000,00 em receitas. Leopoldo do Amaral alegava que para atender ao pedido de Távora era preciso fazer um corte em massa do funcionalismo, o que geraria uma crise ainda maior. As desavenças se agravaram quando Juarez Távora chegou à Bahia e, em lugar de realizar reuniões com os próceres do Partido Republicano Democrático buscou dialogar com Requião e “outros elementos da situação deposta”, alguns dos quais professores da Faculdade de Direito e Medicina.⁶⁶

A disputa de forças entre os militares e os grupos políticos regionais foi tão grave que absorveu a atenção de todo o país e motivou numerosos apoios ao aliancistas baianos. Assis Chateaubriand, por exemplo, afirmava que Távora era do Exército e não tinha poderes para decidir sobre situações da administração levantando uma questão que seria debatida por mais de uma vez: “o governo pretende dividir o mando entre Getúlio e Juarez e porque não nomeia logo Juarez vice-ditador do Brasil?”. Questionava-se, há um governo geral no norte e outro no sul do país?⁶⁷

Alvo de reclamações por parte dos revolucionários, da imprensa baiana e carioca, do governo central e dos chefes locais, Leopoldo do Amaral não via saída para a crise instaurada na Bahia. Em fevereiro de 1931 chegava ao fim a interventoria do paraense. A “obra da revolução”, por sua vez, também não encontraria bases sólidas no governo que estava por vir. Como veremos na próxima seção, à medida que a crise se acentuava, começava a ser delineado o discurso de uma Bahia humilhada, que precisava guiar-se por seus próprios homens.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ O CASO POLÍTICO BAIANO ABSORVE TODA A ATENÇÃO DO PAÍS. *Diário da Bahia*, 1.2.1931.

2.2 A interventoria de Arthur Neiva e os confrontos com Seabra e Moniz Sodré

Como vimos, para a nomeação do novo interventor, Juarez Távora realizou nova reunião, desta vez, na Faculdade de Direito da Bahia. Sob consulta estavam os nomes de Arthur Neiva, então Secretário do Interior do governo de São Paulo, Assis Ribeiro, antigo diretor da Estrada de Ferro do Brasil e Juraci Magalhães, este último sob sua responsabilidade pessoal. Foi lembrado ainda o nome de Bernardino de Souza, diretor da Faculdade de Direito, que recusou a indicação.⁶⁸

Parte da imprensa baiana declarou oposição ao *meeting* realizado por Juarez Távora. *O Jornal* comentava desfavoravelmente o fato de Juraci Magalhães assumir a preferência do delegado do governo provisório, o *Diário de Notícias* criticava a demora para a escolha de um novo interventor e chamava a atenção para o tempo decorrido ao pedido de demissão de Leopoldo do Amaral. O *Diário da Bahia* publicou uma nota na qual afirmava que a Comissão Executiva do Partido Republicano da Bahia não compareceu à reunião e nem se fez representar. Revelava, ao declarar que apenas quatorze pessoas participaram da reunião, a insatisfação dos seabristas em relação à condução dada por Juarez Távora àquela substituição.⁶⁹

O *Diário Carioca*, de 4 de fevereiro de 1931 repercutiu o mal-estar entre Sodré e Juarez Távora. Noticiava que o velho parlamentar baiano teria saudado ao general com artigo veemente no qual questionava “qual o estado do sul ou do norte que teria autoridade para se fazer mentor ou feitor desta terra?” Em resposta à pergunta, o articulista do jornal carioca afirmava que Juarez Távora possivelmente teria esboçado um riso irônico. Em crítica à contenda política entre ambos, o jornalista satiriza:

O Moniz Sodré é um espírito brilhante que não viu liberalismo na campanha presidencial, recusando mesmo a obedecer ao seu partido [...] como a Revolução venceu, o antigo parlamentar sorriu, saudou a vitória e

⁶⁸ A SITUAÇÃO POLÍTICA NA BAHIA. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 11.2.1931. p.2. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso 22.1.2015.

⁶⁹ Ver: *O Jornal*; *Diário da Manhã*; *Diário da Bahia*, Salvador, 10.2.1930. Compareceram à reunião os reitores das três Escolas Superiores: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Escola Politécnica, os senhores Borges de Barros, representando Leopoldo do Amaral, conselheiro Antonio José Seabra, Bernardo Catharino, José Antonio da Costa, Tosta Filho, Pimenta da Cunha, João Marques dos Reis, Edgar Sanches e o desembargador Aristides de Queiroz. A matéria de *O Jornal* foi reproduzida pelo carioca *Correio da Manhã*, do qual obtivemos a informação referida. Cf.: *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 11.2.1931. p.2. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso 22.1.2015.

desejou ser interventor na sua terra. E brindou o Sr. Juarez Távora como o grande vencedor...

[...] Assim, quando na Bahia se apurava que o Sr. Moniz Sodré não tinha sido nem era liberal e, por isso, não podia ser interventor, aqui, como em toda parte se verificava que o capitão Juarez Távora, muito ilustre, muito digno e merecedor de todas as distinções não tinha vencido batalha alguma.

Os governos do norte caíram de podres diante dos boatos e as poucas balas que andaram sibilando em Pernambuco não tiveram nem mesmo a assistência do bravo militar. Por isso mesmo o Sr. Moniz Sodré muito bem faz em criticar o vencedor do Norte, e o Sr. Juarez Távora muito bem faz em esboçar o seu riso irônico diante dos entusiasmos e das ironias do jornalista baiano.⁷⁰

As especulações em torno dos possíveis nomes para substituir a Leopoldo do Amaral geraram muitas polêmicas. Uma delas envolvia J.J.Seabra. O jornal *O Globo*, de sete de fevereiro de 1931, publicou uma nota acerca da política no estado da Bahia e sobre as ações de J.J.Seabra como revolucionário. Desferindo duras críticas a ele, o vespertino *O Globo* afirmava que a Bahia, infelizmente, não possuía homens públicos capazes ou dispostos a integrarem, de uma hora para outra, na mentalidade que naquele momento se desejava dominante em todo o país, no esforço de regeneração do caráter e dos costumes nacionais em que se empenhavam os verdadeiros patriotas.

Em resposta à nota, o *Diário Carioca* publicou uma carta em defesa de Seabra. No texto, afirmava-se que Seabra era referência no estado do norte. O autor da missiva, de nome Jorge Sullivan, afirmava que muito antes de “certos vultos aparecerem pregando revolução”, Seabra já havia iniciado a verdadeira campanha revolucionária no país, pois desde 1922 era um revoltoso, estando sempre ao lado das causas nacionais. Além disso, seus coterrâneos Moniz Sodré e Antônio Moniz teriam sido as únicas vozes defensoras dos idealistas de 1922 e 1924. Portanto, de há muito, esses homens defendiam os princípios revolucionários adotados de “última hora por muita gente boa, por muito reacionário”. Assim,

[...] Isso de dizer-se que o Sr. Seabra se encolheu, espiando maré durante o período da revolução é outra miséria. /S. ex. sempre conspirou contra o governo passado, tendo mesmo mandado a Belo Horizonte várias pessoas entenderem-se com o Sr. Antonio Carlos, com fito de preparar elementos na Bahia. /Sua atuação na preparação da campanha dada como terminada pelo Sr. Borges de Medeiros, em entrevista à *A Noite*, é conhecida e dela podem dar testemunho os srs. Luzardo e João Neves. /O grande João Pessoa quando se preparava a revolução, recebeu muita munição mandada

⁷⁰ VENCEDOR DO NORTE VERSUS LIBERAL. *Diário Carioca*. 4.2.1931. p.6. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22.1.2015.

pelos elementos seabristas. /Os srs. drs. Bandeira de Melo e José Soares Gouveia foram portadores de grandes partidas de munições e algum armamento enviados da Bahia.⁷¹

Portanto, querer considerar o Seabra como oportunista seria um absurdo, segundo o seu defensor. Uma ingratidão do governo Provisório se deixasse de prestigiar, na Bahia, “o vulto grandioso de Seabra para entregar o colosso do Norte a qualquer tenente”.⁷² A tentativa do jornalista de *O Globo* era imputar a Seabra as responsabilidades pela crise do governo de Leopoldo do Amaral. A matéria publicada no jornal *Diário Carioca*, por sua vez, defendia que Seabra tudo teria feito para evitá-la.

Em verdade, nas palavras de Fiel Fontes, a situação política na Bahia era bem confusa, e nessa confusão, Seabra, o único político tarimbado que apoiou a Revolução fingia ter prestígio indicando nomes para o posto vago.⁷³ Mas o que se sentia no estado é que somente Otávio Mangabeira “seria capaz de por ordem à Bahia”, razão pela qual dentro de pouco tempo acreditava que fosse chamado, embora “os grandes move[ssem] uma campanha surda a seu respeito”.⁷⁴ Embora lembrado pelos amigos, o retorno de Otávio Mangabeira era algo impossível para aquele momento.

Essa correlação de forças, na verdade, já era fruto de uma disputa de memória do protagonismo de cada grupo em relação à Revolução. Apesar de reconhecer o papel dos políticos no processo revolucionário, Távora dizia que no norte do país ele não teria tido tanta importância, salvo no estado da Paraíba.⁷⁵ Assim, sabendo que seriam eles que viriam a ocupar os cargos públicos, a depuração de alguns políticos profissionais era uma tarefa

⁷¹A INTERVENTORIA BAIANA. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 07.2.1931. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22.1.2015.

⁷² Idem.

⁷³ Seabra indicou uma lista com 34 nomes que poderiam substituir a Leopoldo do Amaral. Entre eles, constava não baianos “para mostrar que lhe preocupava mais o interesse superior do Estado, do que as aspirações do Partido”. Entre os nomes figuraram: Sérgio Oliveira, Lindolpho Collor, Tasso Fragoso, Mena Barreto, Almirante Isaías Noronha, Afonso Penna, Francisco Campos, Solano Carneiro Cunha. O CASO POLÍTICO DA BAHIA. *Diário da Bahia*, Salvador, 12.2.1931.

⁷⁴ Carta de Fiel Fontes a Otávio Mangabeira. 11.2.1931. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.1. p. 93. Fiel de Carvalho Fontes era baiano, sobrinho-neto do Barão de Jeremoabo. Nascido em 1883, diplomou-se na Faculdade de Direito da Bahia no ano de 1916. Assumiu uma cadeira na Câmara de Deputados, no Rio de Janeiro, no ano de 1924, renovando-a em 1927 e 1930, esta última duraria até 1932, mas foi interrompida pela dissolução do Congresso e das Assembleias Legislativas com a vitória de 24 de Outubro. Cf.: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONTES,%20Fiel.pdf>.

⁷⁵ A REVOLUÇÃO E OS POLÍTICOS. *A Tarde*, Salvador, 14.1.1931.

necessária. Sobre o modelo de governo esboçado pelos militares, Xavier Marques questionava em matéria do jornal do Partido Democrático:

Os partidos políticos são bode expiatório dos males de nossa república, segundo a mais nova ideologia republicana, não são menos úteis nem indispensáveis em qualquer regime onde a coesão, a disciplina, a unidade de vistas, a solidariedade dos homens, sejam considerados elementos ou princípios de organização. A massa dispersa, incoesa (*sic*) e amorfa poderá repetir o caso histórico dos judeus. A nação em que se fizesse barato dos seus núcleos de opinião, a pretexto de ser nociva à política partidária, estará dissipando o melhor de suas energias, aquelas que a sabedoria popular atribui aos feixes de forças: a união origem dos milagres contemporâneo da renascença italiana [...].⁷⁶

A disputa revelou que os aliancistas baianos ainda dispunham de força política. Na oposição dos baianos Moniz Sodré e J.J. Seabra ao nome de Juraci Magalhães, Artur Neiva foi o escolhido, assumindo o governo em 18 de fevereiro de 1931. Estava a salvo os brios baianos.⁷⁷ Em declaração, Távora afirmou que o seu nome agradava aos revolucionários e aos democratas do estado.⁷⁸

A interventoria de Arthur Neiva foi recebida com franca simpatia de toda população baiana que via na sua pessoa a “esperança de uma administração enérgica, independente e progressista”. Com larga experiência como médico sanitaria, que lhe conferia um currículo preenchido no Brasil e no exterior, Neiva entrava no Palácio da Aclamação livre de compromissos políticos com “as classes baianas”, e como um líder que se colocaria acima das competições partidárias, principal razão pela escolha do seu nome por Vargas.⁷⁹

Apesar disso, a interventoria de Artur Neiva foi marcada por conflitos políticos e administrativos ainda maiores.⁸⁰ Os desafios que enfrentaria na Bahia seriam de ordem econômica e financeira, política e social. O estado estava em crise, a dívida interna e externa

⁷⁶ MARQUES, Xavier. GOVERNAR SEM POLÍTICOS. *Diário da Bahia*, Salvador, 11.2.31. Marques Xavier alude em seu texto o *Risorgimento* italiano abordado por Gramsci e caracterizado como uma Revolução Passiva.

⁷⁷ ESTARÃO A SALVO OS BRIOS BAIANOS... *Diário da Bahia*, 13.2.31; A ESCOLHA DE UM NOVO INTERVENTOR FEDERAL NA BAHIA: como a mesma se processou e a marcha das démarches retratadas em entrevista que Muniz Sodré concedeu ao “O Jornal”. *Diário da Bahia*, Salvador, 24.2.31.

⁷⁸ MAIS UMA EXPLORAÇÃO EM TORNO DA MISSÃO DO SR. JUAREZ TÁVORA. *A Batalha*. Rio de Janeiro. 29.3.1931. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22.1.2015.

⁷⁹ *Diário da Bahia*. Salvador, 19.02.1931. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Subgerência de periódicos - Setor de periódicos raros e valiosos (Acesso pela Biblioteca Digital Consuelo Pondé). Para um histórico de Arthur Neiva como médico sanitaria ver: *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 12.2.1931 e 19.2.1931. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22.1.2015.

⁸⁰ Sobre os conflitos entre a interventoria de Arthur Neiva e o interior do estado ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. Poder e Representação: o legislativo na Bahia na segunda república, 1930-1937. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992. p. 68-74.

era imensa, queda nas exportações, desvalorização de produtos, seca em todo estado com populações famintas perambulando por toda a Bahia, salários atrasados do funcionalismo público, crise do cacau e credores a exigirem pagamentos, são exemplos de desafios que os aguardavam.⁸¹ Em carta endereçada a Hermes de Lima ele relatou sobre a sua surpresa com o estado de coisas na Bahia:

Eis-me aqui bracejando neste terrível pelago em que fui atirado. Orçamento aprovado de oitenta mil contos de despesas e também de receita, no entanto, a verdade é a seguinte: o ano passado a arrecadação foi apenas de sessenta mil contos; este ano decresce vertiginosamente, nos dois primeiros meses o decréscimo já atinge os dois mil contos, comparados com os dos meses do ano anterior. A arrecadação não chegará a cinquenta mil contos e as despesas são estas: oitenta mil e tantos contos aprovados pelo orçamento e mais cerca de cinco mil contos a pagar ao funcionalismo do interior, inclusive polícia que se acha atrasado de três meses, o professorado está retardado de onze, naqueles sertões bravios onde Pompéia Lampião. Contas a pagar dos governos atrasados. Muitos milheiros de contos. [...] Teria sido muito melhor para a Bahia, que lhe dessem por interventor o Senhor do Bonfim; somente forças divinas poderão, com a arma onipotente do milagre, operar as transformações que a Bahia exige.⁸²

Tão logo ocupou a cadeira no governo do estado, tratou de promover uma série de mudanças. Cedo, demonstrou a sua indisposição em dialogar com os jornalistas, e ainda no discurso de posse ameaçou a liberdade de imprensa no estado.⁸³ Vendo-se preteridos nas questões políticas dentro da própria Bahia, os membros do Partido Republicano Democrático trataram de se reorganizar, fundando a Legião Revolucionária J.J. Seabra, em oposição a Legião Nordeste, composta por militares de outros lugares que ocupavam cargos no estado.

A Legião Revolucionária J.J. Seabra lançou diversos manifestos à Bahia e começou uma campanha pela reconstitucionalização do país, em nome da “salvação da Pátria”. Procurava recuperar o espírito civilista da Revolução, destacando o papel que políticos e civis tiveram durante o processo revolucionário.⁸⁴ Lembavam ainda que a Revolução era composta por diferentes fases que ia desde a preparação e a execução, à mais difícil, a organização. A primeira e a segunda já realizadas, a última, porém, exigiria recomposição das forças e direcionamento político, ambos sendo negligenciados no estado. Os membros da Legião

⁸¹ CPDOC/FGV. Arquivo pessoal de Arthur Neiva. AN c 1931.02.10.

⁸² CPDOC/FGV. Carta de Artur Neiva a Hermes de Lima. 11.03.1931. HL.31.03.11 c

⁸³ SERÃO OS PRIMÓDIOS DE UMA NOVA CRISE. *Diário da Bahia*, Salvador, 26.2.1931.PBEB.

⁸⁴ *Diário da Bahia*. PELA CONSTITUIÇÃO, 26.2.1931; DEMOS UMA CONSTITUIÇÃO AO BRASIL, 27.2.1931; PELA SALVAÇÃO DA NOVA REPÚBLICA, 11.3.1931.

Seabra acusavam os militares de não saírem das primeiras fases da Revolução: “Até agora tratou-se de demolir. Demolir é muito fácil, construir é que está em dificuldade”.⁸⁵

A divisão entre os revolucionários no estado era evidente. Quando se fundou a Legião Revolucionária do Nordeste em Salvador, cujos membros eram Joaquim Monteiro (sergipano), Cavalcante Melo (paraibano), Átila do Amaral (cearense), Bandeira de Melo (paraibano) e José Gouveia (sergipano), os membros da Legião Revolucionária J.J. Seabra solicitavam aos baianos que em caso de convocação por “aqueles forasteiros” respondessem com a frase de Severino Vieira: “A Bahia não se dá e não se vende!”⁸⁶ Como se vê, o discurso de uma Bahia dominada pela “canga militar” antecede à nomeação de Juraci Magalhães para a interventoria do estado, mas já inclui a possibilidade de ele vir a ser o interventor.

As relações entre os militares, o interventor Artur Neiva e os políticos do PRD se esgarçaram completamente com a prisão de Octávio de Carvalho, diretor interino do jornal *Diário da Bahia*, sob justificativa de que ele teria assinado duas matérias nas quais havia, segundo alegou o chefe de polícia, ofensas diretas ao interventor Neiva.⁸⁷ Vários apelos foram feitos através da imprensa e Seabra foi pessoalmente protestar junto a Getúlio Vargas. O que se verificava, no entanto, era uma submissão dos aliancistas baianos ao governo provisório e, ao mesmo tempo, a permanência de uma aguda crise de direção política, pois a interventoria de Artur Neiva caminhava para o mesmo final do breve governo de Leopoldo do Amaral.

As primeiras medidas de Artur Neiva atingiram diretamente aos banqueiros baianos. Ainda em fevereiro de 1931, determinou o pagamento das amortizações e prêmios aos credores internos, uma medida administrativa que atingia diretamente a grupos políticos decaídos, pois entre os banqueiros alvejados estava o Goés Calmon, proprietário do Banco Econômico da Bahia e membro do Partido Republicano.⁸⁸ Em abril de 1931, criou a Comissão de Sindicância. Em julho, realizou uma série de reformas, entre elas a do ensino, a

⁸⁵ MANIFESTO AOS BAIANOS, 21.4.1931.

⁸⁶ ATENÇÃO! *Diário da Bahia*, Salvador, 14.3.1931.

⁸⁷ A PRISÃO DE OCTÁVIO CARVALHO, *Diário da Bahia*, Salvador, 11.4.1934.

⁸⁸ CPDOC/FGV. Arquivo pessoal de Arthur Neiva. AN c 1931.02.10. Cabe lembrar que Leopoldo do Amaral já havia anulado o acordo entre o Banco Econômico e o Estado. Houve confronto também entre Neiva e o Banco do Brasil. Ao solicitar um empréstimo de dez mil contos para resolver o problema da crise do cacau na Bahia, o Banco do Brasil teria cobrado uma taxa de juros acima das condições financeiras do estado que levaria ao pagamento de 3.400 contos anuais de amortização da dívida, além dos juros de 8% sobre o saldo devedor. Cobrava ainda 15.000 contos de apólices não vendidas. Neiva solicitou a intervenção de Juarez Távora junto ao Presidente do Banco do Brasil e esse telegrafou a Getúlio Vargas, indignado, rogando-lhe que fizesse sentir ao Presidente do Banco, a necessidade de prestar à Bahia o auxílio justo que ela pedia. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.12.08 (10). CPDOC.

da saúde, a da justiça e a reforma administrativa.⁸⁹ A última levou o governo a uma crise insustentável.

Entre o corpo de secretários que compunha o seu governo, estava Bernardino de Souza, a quem foi atribuído os insucessos dos atos do interventor no que tange a essas reformas. Bernardino de Souza era um homem antipatizado por muitos baianos e a indicação do seu nome para a Secretaria do Interior não foi bem recepcionada nem mesmo pelos próprios revolucionários de 1930. O tenente Joaquim Monteiro, ao relatar a Juarez Távora a sua impressão sobre o secretário dizia que ele, além de ser solenemente antipatizado, mantinha relações com elementos antirrevolucionários e não tinha a confiança do povo. Parecia honesto, mas tinha a mania de ser centralizador, o que não inspirava confiança.⁹⁰ A ele foi atribuída todas as mazelas vivenciadas no estado, uma vez que Arthur Neiva prezava pela sua amizade e não cogitava a sua substituição.⁹¹ Artur Neiva, por sua vez, atribuía as críticas à influência comunistas.⁹²

Em longa carta de 11 páginas enviada a Juarez Távora, datada de 23 de abril de 1931, Bernardino de Souza defendia-se de todas as acusações feitas à sua pessoa tanto na Bahia quanto na capital do país. Dizia que as acusações eram fruto de “certa imprensa daqui e do Rio, (que) vendo a derrota de seus sonhos de politicagem ambiciosa de poder, visavam-lhe, preferencialmente em seus ataques estultos ao novo governo da Bahia”. Ao final da longa explicação de seus atos indagava: “diga-me, pois, meu comandante, com a sua magnífica serenidade, em que pontos não respondi a sua fé?”⁹³ Ao que parece, as explicações do secretário não foram suficientes para amenizar a crise no estado.

De todas as partes da Bahia surgiam protestos dirigidos ao gabinete do interventor e à imprensa baiana que se apressava em publicar as reclamações, especialmente o jornal *Diário da Bahia*. Feridos em seu orgulho com a reforma administrativa que extinguiu alguns municípios, muitos baianos do interior do estado fechavam as portas do comércio, faziam

⁸⁹ “A reforma no ensino”. *Correio de Távora*. Cidade Joaquim Távora. 20.6.1931. IGHB.

⁹⁰ CPDOC/FGV. Arquivo pessoal de Arthur Neiva. NA c 1931.02.10.

⁹¹ É consenso entre os historiadores que Bernardino de Souza foi um dos principais motivos do insucesso da interventoria de Artur Neiva, conforme pode ser consultado na bibliografia indicada neste trabalho.

⁹² CPDOC/FGV. Carta de Artur Neiva a Hermes de Lima. 11.03.1931. HL.31.03.11 c.

⁹³ Carta de Bernardino de Souza a Juarez Távora. 23 de abril de 1931. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.12.08 (5). CPDOC. Respondia aos seguintes pontos 1. Onda de impopularidade que se levantava contra ele; 2. Liberdade de Horácio de Matos e manutenção da prisão de Franklin Lins; 3. Nomeação de políticos decaídos nos municípios; 4. Retardamento dos trabalhos de sindicância; 5. Concorreu para nomeação de um delegado da capital que pertencia à política passada; 6. Era rude; 7. Reprovou 42 rapazes na Faculdade de Direito; 8. Substituição de prefeito nomeado por Mamede na Barra (o caso da Barra).

protestos nas ruas e usavam faixas de luto. O secretário era acusado de promover reformas para atender a interesses de amigos. Os moradores de Capivary, anexado à Baixa Grande, fecharam as portas do Comércio; os de São Felipe, anexado à Maragojipe, fizeram protestos nas ruas; revoltados, os moradores de Coração de Maria asseguraram em nota enviada à imprensa baiana que “a população responsabiliza o Sr. Bernardino de Souza por tudo que possa acontecer a esta terra”.⁹⁴

Para fazer a reforma administrativa, o governo elaborou um estudo minucioso de todos os municípios da Bahia, preenchendo fichas cadastrais que registravam as suas possibilidades econômicas, situação geográfica, acidentes naturais, rios, serras, lagos, recursos, solo, exportação, rendas, feiras, giro comercial, monumentos comemorativos, altitude, longitude, declinação, área de floresta, área de caatinga, cerrado, cachoeiras, seu aproveitamento e força, estradas, pontes e patrimônio de cada circunscrição. Até 9 de julho de 1931, haviam cento e sete fichas preenchidas e a reforma gerava muita expectativa.⁹⁵

A 16 de junho de 1931, Bernardino de Souza, em reunião com os jornalistas no IGHB, anunciou que cerca de trinta municípios estavam fadados a desaparecer, por força dos novos critérios estabelecidos pela administração pública. Alguns seriam fundidos e outros anexados aos antigos dos quais haviam sido desmembrados. Cada município teria uma Junta composta por cinco membros indicados pelo prefeito e levados à rigorosa sindicância; já os municípios anexados poderiam ser transformados em subprefeituras e regidos por subprefeitos que receberiam subsídios equivalentes à terça parte, mesmo percentual que as prefeituras ficariam obrigadas a aplicar nas subprefeituras em relação ao que elas produzissem.⁹⁶

Em poucos dias o governo assinava o decreto que consolidaria aquelas alterações. De número 7.455, assinado a 23 de junho de 1931, o decreto anexava os municípios de Xique-Xique, Conde, Coração de Maria, Aratuhybe, Rio Novo, São Félix, Santa Cruz, São Sebastião, entre outros. No total foram 32 municípios supressos ou anexados. No artigo quarto, o decreto determinava a exoneração dos respectivos prefeitos dessas localidades e

⁹⁴ A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO. *Diário da Bahia*. Salvador, 03.07.1931. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Subgerência de periódicos - Setor de periódicos raros e valiosos (Acesso pela Biblioteca Digital Consuelo Pondé). Os moradores de Coração de Maria afirmavam que o município teria deixado de existir porque Bernardino queria satisfazer aos interesses de amigos de Irará. A situação do interventor com o interior já era tensa desde a morte de Horácio de Matos, em maio de 1931.

⁹⁵ A REORGANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS. *Diário da Bahia*, Salvador, 9.5.1931.

⁹⁶ A REORGANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS. *Diário da Bahia*, Salvador, 16.5.1931.

obrigava-os a entregar aos prefeitos municipais, com cópia para o governo do estado, num prazo de trinta dias, um relatório das contas relativas à sua gestão.⁹⁷

Eul Soo Pang lembra que o município era o reduto tradicional dos coronéis, sua base de poder autônomo e de justiça social. No quadro da política dos governadores vigente na Primeira República, o município constituía o principal obstáculo a um governo centralizado e a reforma de Artur Neiva visava minar essa força, pois dividia os limites políticos dos coronéis ao extinguir ou anexar determinadas localidades. O brasilianista identifica nessa reforma uma grande economia para o estado, mas para ele havia pouca disposição em se reconhecer os méritos das reformas promovidas por Artur Neiva que, além da extinção dos municípios, criou o Instituto do Cacau, fez uma enérgica campanha contra o banditismo, melhorou a Força Pública e a polícia da capital, reformulou as regras para aposentadoria e demitiu funcionários públicos. Medidas eficientes, na opinião de Eul Sool Pang, porém, fatais para Neiva.⁹⁸

Assim, ao lado da oposição que vinha sendo feita pelos membros do Partido Democrático, a insistência em manter Bernardino de Souza na Secretaria do Interior e as acusações de levar a cabo uma reforma sob critérios políticos levou a interventoria de Neiva a um colapso. Somavam-se a isso as constantes acusações que o *Diário da Bahia* vinha fazendo à administração de Pimenta da Cunha, as acusações de Péricles de Melo, responsável pela Comissão de Sindicância ao governador Artur Neiva, a quem responsabilizava pela omissão de documentos importantes para dar continuidade às investigações sobre a situação decaída no estado e o descontentamento dos produtores de cacau do sul da Bahia que questionavam o interesse do interventor em centralizar a exportação do produto, tentando impedir, com a criação do Instituto do Cacau, que a sua venda fosse feita diretamente pelo Porto de Ilhéus.⁹⁹

⁹⁷ A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS MUNICÍPIOS BAIANOS. *Diário da Bahia*, Salvador, 27.5.1931.

⁹⁸ PANG, Eul Sool. Op.cit. 222-223.

⁹⁹ Sobre a denúncia da comissão de Sindicância ver: COMISSÃO DE SINDICÂNCIA CENSURA GOVERNO DO ESTADO, *Diário da Bahia*, Salvador, 29.5.1931; Sobre ataques a Pimenta da Cunha: UM ADMINISTRADOR COMO OS OUTROS, *Diário da Bahia*, 17.6.1931; TRÂNSITO IMPEDIDO (Charge). 26.6.1931; O CONVÊNIO DO PÃO, 27.6.1931; MAJORAÇÃO ABSURDA, 10.7.1931. Sobre a centralização da exportação de cacau ver: UM SÉRIO PROBLEMA ECONÔMICO NA BAHIA, *Diário da Bahia*, 10.7.1931; PELA EXPORTAÇÃO DIRETA DO CACAU, 24.7.1931; O MAIOR PROBLEMA ECONÔMICO DA BAHIA, 2.7.1931; O INSTITUTO DO CACAU E A LAVOURA CACAUEIRA, 30.7.1931; UMA EXIGÊNCIA ABSURDA, 31.7.1931; POR QUE A CENTRALIZAÇÃO DO CONTROLE DO CACAU NO PORTO DA CAPITAL?, 2.8.1931; A PROTEÇÃO DO INTITUTO DO CACAU É PREJUDICIAL, 5.8.1931; A DESORIENTAÇÃO DA INDÚSTRIA DO CACAU EM RELAÇÃO AO PORTO DE ILHÉUS, 9.8.1931. Os conflitos decorrentes dessa tentativa de centralização de exportação do cacau entre os produtores de Ilhéus, especificamente entre a Associação Comercial de Ilhéus, a Associação dos Agricultores e os acionistas do porto

A ideia de centralizar a exportação do cacau no porto de Salvador já havia sido aventada no governo de Vital Soares, mas não houve meios de implementá-la, talvez em função da força econômica e política dos coronéis do sul da Bahia. Além do prejuízo econômico que esses produtores teriam, havia também a dificuldade em se fazer o transporte do fruto dos municípios para a capital, tão deficiente era o sistema de transporte no estado. Para os seabristas, Artur Neiva, ao criar o Instituto do Cacau na Bahia, concedia “o auxílio para matar o convalescente com sangrias despropositadas”.¹⁰⁰ As agitações entre os produtores do mais importante produto de exportação da Bahia selariam a já desgastada intervenção de Neiva.

A crise alcançou as páginas dos jornais na capital do país e, por extensão, influenciou a já explorada crítica à atuação de Juarez Távora como Delegado do Norte. Esse papel assumido por Távora vinha sendo debatido pelos revolucionários do Sul, que o acusavam de querer dividir o país em dois blocos. A situação agravara-se diante das sucessivas substituições feitas na política baiana. Juarez Távora não conseguiu alcançar, na Bahia, a estabilidade política necessária à implantação do programa revolucionário, que em tese, nem mesmo estava definido, mas que era usado como argumento dos seus críticos.

No dia 15 de agosto de 1931, às dez e trinta da manhã, Artur Neiva era deposto pelo general Raimundo Barbosa e seu Estado Maior. Em conferência, o general teria dito a Neiva que estava se organizando na cidade um movimento armado de caráter popular e do qual não podia livrar-se sem derramamento de sangue. Estaria ali para lhe fazer ciente das ocorrências e disposto a defendê-lo, conforme orientação recebida de Vargas, se esse assim quisesse, mas já era sabido em toda a Bahia que ao menos o 19º Batalhão de Caçadores, liderado por Joaquim Monteiro, já não era mais solidário ao governo de Artur Neiva.¹⁰¹

Declarando desconhecer a organização do movimento e afirmado não ter apego ao cargo nem interesse por derramamento de sangue, Neiva telegrafou a Getúlio Vargas pedindo demissão do cargo, apresentando ofício que já estava pronto e datado de 4 de julho. Segundo o jornal carioca *Diário da Noite*, não houve surpresa por parte da população baiana, tão

com o Instituto do Cacau da Bahia – ICB, que almejava centralizar a exportação por Salvador, podem ser conferidos em: DANTAS André Fontes. *Um cais de porto: um estudo sobre a ascensão e o declínio do Porto do Pontal de Ilhéus (1911-1942)*. Dissertação de Mestrado (História). Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. Universidade do Estado da Bahia, 2016.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ AS OCORRÊNCIAS EM TORNO DA INTERVENTORIA BAIANA. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro. 25.8.1931. Ano III. n 583. Acesso em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22.1.2015.

propalado era o seu possível afastamento. Pelo contrário, comentava-se por toda parte quem iria substituir-lhe, mas até que fosse indicado um novo nome, o general Raimundo Barbosa assumiu o governo no estado, por orientação de Getúlio Vargas.¹⁰²

O fato é que desde o início do mês já se especulava a substituição do interventor baiano. O jornal *A Batalha*, do Rio de Janeiro, no mesmo dia 4, data da redação do ofício assinado por Neiva, publicou uma nota afirmando que Seabra estaria prestes a seguir para a Bahia, “despojado de tudo, preparava as malas para chefiar, em sua terra, a oposição”.¹⁰³ Em Salvador, desde abril espalhavam-se os boatos de que Sodré estava preparando um golpe e apoiaria uma possível interventoria do major Reis Príncipe. Militares do 19º BC estavam descontentes e já se recusavam a dispersar o povo que se reunia nas ruas para protestar, conspirando abertamente contra o governo de Neiva.¹⁰⁴ Mais uma vez, o “caso baiano” virou notícia na imprensa carioca por todo o mês de julho e agosto de 1931, dividindo a opinião de jornalistas.

Em 17 de julho de 1931, o jornal *A Batalha* afirmava mais uma vez que havia um grupo no Rio de Janeiro procurando formar “junto ao chefe do governo provisório uma

¹⁰² Idem. No dia 17 de agosto Arthur Neiva telegrafou a Juarez Távora indagando se este teria recebido longo comunicado sobre sua demissão na Bahia. Reafirmava ter entregue o cargo ao comandante da região em virtude da falta de apoio das forças armadas. Telegrama 17.08.1931. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.12.08. CPDOC.

¹⁰³ O SR. ARTHUR NEIVA TERÁ PEDIDO DEMISSÃO? *A Batalha*. 4 de julho de 1931. Ano III. n. 460. Não tendo conseguido informações alguma com o Seabra, que encontrou num hotel do Rio de Janeiro conferenciando com o Muniz Sodré, os jornalistas de *A Batalha* teriam ouvido de um amigo dele: “O Seabra não pode e nem deve falar. Mas vai à Bahia. Já não foi porque pediram muito. Na Bahia, será culminada a agitação. Ele atendeu, mas irá. Não quer ser acusado de elemento dissolvente. Espera o auge dos desgostos para entrar na luta. Pode dizer que o Seabra abandonado, e até com os vencimentos de lente (sic) do Recife cortados, não ficará inativo. Vai lutar na Bahia pelo seu programa. Diga isso sem receio e contestação. O povo espere um pouco mais e verá o mexido baiano que vem aí.”

¹⁰⁴ Carta de Joaquim Monteiro a Artur Neiva. Arquivo Juarez Távora. Documentação política e funcional. 1930.05.00. CPDOC. O confronto entre o 19 BC, Joaquim Monteiro, Arthur Neiva e o Secretário Bernardino de Souza foi analisado por Alexandra Cerqueira Freitas à luz das correspondências trocadas entre Monteiro e Juarez Távora acerca da prisão e soltura de Horácio de Matos e morte do tenente Hamilton Pompa que o prendeu e ameaçou matar Bernardino de Souza quando este mandou soltá-lo, sendo ferido mortalmente ao invadir o Palácio do Rio Branco. Ver: Freitas. *Alcance e limites do movimento tenentista na Bahia...* op cit. p. 115-128. A soltura de Horácio de Matos também desagradava a civis. Juarez Távora recebeu um telegrama de um funcionário público que se dizia “acabrunhado” com o relaxamento da prisão de Horácio que tanto tinha hostilizado o movimento revolucionário desde 1924, cometido numerosos assassinatos e recebido grande soma de dinheiro para aliciar jagunços. Cobrava julgamento e punições pelos seus crimes. Telegrama enviado por Manoel José Machado. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.12.08 (5). CPDOC. Uma carta enviada por Manuel dos Santos a Aloysio Távora também testemunha esse conflito. O missivista informou que o homem mais querido da Bahia era Pimenta da Cunha e diz que o povo baiano também gostava de Neiva. O ódio era pelo seu secretário. Afirmou que uns quatro tenentes da Região faziam anunciar em toda cidade que Neiva iria renunciar. Ao saber dos boatos, Neiva conferenciou com o General Raimundo Barbosa e consultou se poderia contar com o apoio da Guarnição, cuja resposta negativa motivou a renúncia do mandato. Conclui a carta com um apelo: “o povo baiano é muito amigo de general Távora e espera que ele faça o Neiva voltar. É esta a expectativa do baiano”. Carta de Manuel da Silva Santos para Aloysio Távora (Banco do Brasil), 24. 04. 1931. Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.12.08 (2). CPDOC.

atmosfera de malquerença contra Neiva”. Esforços de uma “corrente política inoperante” que se supunha ter sido a geratriz da interventoria de Neiva no estado e que, por presunção, queriam dominar o governo, alegando serviços prestados. Ao reagir, Arthur Neiva teria motivado a feroz oposição, fruto de uma “politicagem em que os chamados revolucionários baianos se iam extremado”. E concluem: “simples questão de cavalgar o interventor, situação a que ele não se submete. E para tentar esse acavalamento singular é que o Sr. Seabra, dentro em breve dias estará na Bahia jogando trunfos insignificantes do seu esfacelado Partido Democrático”.¹⁰⁵

No início de agosto, o jornal volta a insistir no papel que Seabra teve na queda de Neiva:

Bateu-se certa corrente baiana pela ausência do Sr. Artur Neiva, certa de que, uma vez ele fora do poder, este iria cair nas suas mãos. São politiqueros velhos e falidos que a última hora fizeram de tudo para se aglutinar na corrente revolucionária triunfante, a fim de não caírem de podres. [...] Com eles, naturalmente, não se acomodará a política renovadora do Governo provisório, visto como prestigiá-los é reascender velhas lutas políticas, incompatíveis com a situação atual nos Estado e na União [...].¹⁰⁶

Sabe-se que os seabristas tiveram importante papel para a intensificação da crise no governo de Neiva. Em julho, o Partido Republicano Democrático realizou uma reunião no salão do *Diário da Bahia*. Entre os assuntos pautados estava a reforma administrativa do estado, e na reunião elaborou-se um manifesto que foi dirigido aos aliancistas do interior, cujos municípios haviam sido atingidos pela reforma. Diziam que como revolucionários, deveriam postar-se ao lado do governo, mas nos termos em que as coisas estavam sendo conduzidas não teriam condições de assumir aquele papel. Restavam-lhes, assim, fazer coro às queixas da população, assegurando-lhes que a interventoria era “e não poderia deixar de ser provisória”.¹⁰⁷

Ainda no Rio de Janeiro, a oposição a Arthur Neiva era feita pelo jornal *A Noite*, mediante intervenção de J.J. Seabra. O *Diário da Bahia* transcreveu algumas dessas matérias. No dia 1 de agosto de 1931, dizia que “as boas disposições possíveis do cientista que

¹⁰⁵ NOVO CASO BAIANO? *A Batalha*. Rio de Janeiro. 17.7.1931. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22.1.2015.

¹⁰⁶ FATOS E NOTAS. *A Batalha*. Rio de Janeiro. 22.08.1931. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22.1.2015.

¹⁰⁷ MANIFESTO. Partido Democrata da Bahia- Aos nossos correligionários e populações dos municípios atingidos pelo Decreto 7.479. *Diário da Bahia*, 19.7.1931.

administrava a Bahia seriam todas elas comprometidas pela inexperiência dos seus companheiros, que eram incapazes”. Em referência direta a Bernardino de Souza, “maneiroso e hábil nas conquistas das relações preciosas”, que tudo faria para conseguir os seus propósitos, o autor da matéria sugeria exoneração:

E o resultado é o que se vê: prisão de jornalistas, suspensão do jornal pelo simples fato de escreverem, com independência e decoro, comentários pouco lisonjeiros às medidas injustas e inconvenientes que ali se tem posto em prática, censura absoluta de notícias telegráficas e outras atitudes draconianas de quem um governo eficiente e bom não precisa lançar mão.

Isso, positivamente, deprime as reivindicações liberais apregoadas, e depõe contra o interventor Neiva que se deixa impressionar por figurões que o seu desconhecimento das coisas e dos homens quis fazer dirigir os destinos da Bahia. A tripulação que conduz o barco baiano é excessivamente pesada.

Se há boas intenções de levar a nau a porto seguro, em águas calmas é, pois, atirá-la ao mar.¹⁰⁸

No dia 16 de agosto de 1931, o *Diário da Bahia* noticiava a deposição de Artur Neiva ressaltando que ele, “enfraquecido diante da vontade enorme do povo baiano resolveu tomar a melhor atitude do seu governo”: renunciou.¹⁰⁹ Em seu lugar assumiu, interinamente, o paraense Raimundo Barbosa, militar muito exaltado pelos seabristas que embora rasgasse elogios “à conduta ilibada” do novo interventor provisório destacava que era um direito inalienável à Bahia ter um governo à altura dos seus méritos.

Na mesma data, o carioca *O Jornal* comentava o fim da segunda interventoria federal na Bahia. De acordo com o periódico, a saída de Neiva foi motivada pela manutenção na Secretaria do Interior do Sr. Bernardino de Souza, político intimamente ligado à facção deposta pela Revolução. Os revolucionários enxergavam nele uma dificuldade para a realização do seu programa. Os adversários da política calmonista afirmavam que Bernardino de Souza vinha protegendo com o seu cargo todos os políticos decaídos, envolvidos em processos de comissões e sindicâncias. Os esforços dessas comissões estariam esbarrando na

¹⁰⁸ O SR. ARTUR NEIVA E A IMPRENSA. *Diário da Bahia*. Salvador, 16.8.1931. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Subgerência de periódicos - Setor de periódicos raros e valiosos (Acesso pela Biblioteca Digital Consuelo Pondé).

¹⁰⁹ O FIM DE UM GOVERNO DÉSPOTA. *Diário da Bahia*. Salvador, 16.8.1931. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Subgerência de periódicos - Setor de periódicos raros e valiosos (Acesso pela Biblioteca Digital Consuelo Pondé). No interior da Bahia, a notícia que circulou é a de que haveria uma deposição do governo. Ver: O NOVO GOVERNO DA BAHIA. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 22.8.1931, ano II, n. 1153. BPEB.

resistência oposta do secretário do interior.¹¹⁰ Com esse quadro, mostrava-se definitivamente cindido o grupo revolucionário da Bahia, o que vinha fortalecer a organização dos homens apeados do poder no ano anterior.

Até então, os “decaídos” que apoiaram Washington Luís preocupavam-se, sobretudo, com as questões ligadas a Otávio Mangabeira, buscando livrá-lo das acusações do Tribunal Revolucionário. No interior, seus correligionários se auto-exilaram, na capital “os meninos” (que formariam a LASP) já mostravam entusiasmo pelos seus manifestos, o jornal *O Imparcial*, através do jornalista Mário Monteiro, tentava arranjar meio de por em prática uma campanha em seu favor, mas nada sistematizado, além da articulação para publicação de suas cartas e manifestos na imprensa.¹¹¹ Com a prisão no grupo revolucionário abria-se uma possibilidade de aproximação.

A situação era toda de conflito. Em todo o país já se falava de um novo movimento revolucionário se não fosse dado um rumo ao Brasil. Os estados do Norte, em sua maioria ocupado por homens defensores da ditadura ameaçavam constituir-se em bloco para contrapor os estados do sul e aos boatos de convocação de uma Constituinte. Nesse caos, o nome de Seabra lançado pelos amigos da Bahia foi impugnado para assumir o governo no estado. Retomava-se a narrativa de humilhação. Ainda em julho, João Mangabeira assegurava ao irmão exilado: “[...] O Seabra deseja fazer na Bahia um novo partido conosco, e logo. Ele está forte, e ainda anteontem encontrei-me com ele. Perguntou por você e lhe mandou abraço. Na Bahia, tem havido o diabo [...].”¹¹² João Mangabeira referia-se à prisão dos jornalistas Mário Monteiro e José Rabelo, ao empastelamento de *O Imparcial* e a criticada nomeação de um cearense para governar a Bahia.

Diante do exposto, nos primeiros meses da Revolução o que se verificou na Bahia em termos de forças políticas foi a impossibilidade de rearticulação dos membros do Partido Republicano que dominava a situação antes de outubro de 1930 e a incapacidade de dominação política pelo Partido Democrático. Não havia um grupo dirigente suficientemente forte dentro do estado para assumir o governo. Essa crise de autoridade levou à escolha de

¹¹⁰ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 16.8.1931. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22.1.2015.

¹¹¹ Carta de Dantas Bião a Otávio Mangabeira, Alagoinhas, 1.5.1931; carta de Mário Monteiro a Otávio Mangabeira, 16.5.1931. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.1.

¹¹² Carta de João a Otávio Mangabeira. 18.7.1931. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.1. p. 179.

Juraci Magalhães para a interventoria federal na Bahia e precipitou a organização da oposição ao governo provisório de Vargas, pois coordenou a junção das forças depostas em outubro de 1930 com aquelas descontentes com os resultados da Revolução.

2.3 Os primeiros conflitos decorrentes da nomeação de Juraci Magalhães para interventoria federal na Bahia

Ainda que guardassem as suas ressalvas em torno do movimento de 1930, representantes políticos da Bahia, a exemplo de João Mangabeira, reconheciam que a Revolução havia tido um importante papel ao desarticular a “máquina opressora” que havia sido a Primeira República e que, certamente, o Brasil caminharia para “melhores destinos”. Para João Mangabeira, o erro da revolução era a incompetência dos revolucionários. Dizia ele a Otávio Mangabeira, em carta datada de 2 de outubro de 1931:

Porque eu era e sou por uma revolução muito mais larga e profunda, e que os homens do governo daqui não teve a capacidade para tentá-la, uma revolução que, sem chegar ao comunismo, abalasse a sociedade, reformando-lhes os quadros, alterando-lhe o conceito da propriedade e de outros instintos civis, e transformando o regime capitalista que tem feito a desgraça humana. É pena que os homens da revolução de 3 de outubro não tenham sabido aproveitar a oportunidade. Mas, ainda assim, partindo uma máquina, a revolução abriu-lhe horizonte para dias melhores, tem tardado, mas hão de vir com a Constituição.¹¹³

Talvez em função dessas incertezas e da crença de que a nova Constituinte seria breve, as forças políticas locais contrárias ao governo provisório tenham demorado a organizarem-se. Mesmo quando o governo da Bahia foi entregue ao jovem cearense, tornando-se à época a única unidade federativa governada por um político estranho e sem enraizamento com as oligarquias locais, os “republicanos decaídos” consideravam que ainda não era hora de agir no sentido de organizar uma oposição.¹¹⁴

¹¹³ Carta de João Mangabeira a Otávio Mangabeira. 2 de outubro de 1931. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.1.

¹¹⁴ Cabe destacar que o anteprojeto da lei eleitoral foi entregue ao governo central no início de outubro de 1931, portanto, havia uma expectativa de se realizar eleições em curto período.

Em maio de 1931, foi morto o coronel Horácio de Matos.¹¹⁵ Franklin Lins de Albuquerque, solto depois das intervenções dos revolucionários de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, mantinha uma posição duvidosa, a relação dele com os revolucionários ainda não estava clara aos remanescentes do PRB. Dantas Bião, correligionário de Otávio Mangabeira na cidade de Alagoinhas, encontrava-se com graves problemas de saúde; Ramiro Berbet de Castro, de Ilhéus, compartilhava das ideias de João Mangabeira e dizia permanecer-lhe fiel mesmo que ele apoiasse os tenentes. O coronel Benta, de Morro do Chapéu, preso em Feira de Santana por comandar um batalhão patriótico, foi desarmado. A situação política dos membros do Partido Republicano da Bahia no interior do estado era complicada.¹¹⁶

Na capital, as primeiras iniciativas para organização política partiram de Pacheco de Oliveira, que motivado pelo discurso em prol da Constituinte que reinava em todo o país falava em fundar um Partido, tendo para isso buscado apoio em João Mangabeira e Pedro Lago ainda no mês de agosto de 1931.¹¹⁷ A opinião deles, no entanto, era de aguardar por dias melhores. Em carta a Otávio Mangabeira, em outubro daquele ano, Simões Filho demonstrava indignação pela letargia de ambos. Falando da situação política da Bahia, o proprietário do jornal *A Tarde* desabafava:

Muita gente contente com o cativo achando que o tenente vai bem. [...] Tenho me esfolado para convencer Lago e João que urge descruzarmos os braços. “Sur le champ”. Lago, desanimado e o João, “coração liberal”, esperando melhores dias, perde-se em longas dissertações doutrinárias. Nisso ficamos. Aliás, recebi da Bahia, ao chegar, boas vindas sem conta e apelos para ir-me por à frente dos amigos, em sua maioria, fiéis. Como agir, porém, sem o apoio do Lago e do João acordes em reputarem inoportunas qualquer ação imediata. A ordem é ressonar [...].¹¹⁸

Mesmo com essa acomodação, a nomeação de um tenente para governar o estado era vista como uma afronta, principalmente para os aliancistas que disputavam o protagonismo no

¹¹⁵ A TRAGÉDIA DO LARGO 2 DE JULHO. *Diário da Bahia*, Salvador, 16.5.1931. Horácio de Matos foi morto com três tiros por um guarda civil no Largo do 2 de Julho. As motivações políticas que levaram à sua morte foram discutidas por Alexandra Cerqueira, conforme indicamos anteriormente.

¹¹⁶ Carta de Dantas Bião a Otávio Mangabeira, 14.8.1931; carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira, 7.1.1932. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.1; CUNEGUNDES, Jubilino. *Morro de Chapéu*. Bahia: Editora Beneditina LTDA. 1976.p. 39.

¹¹⁷ Carta de João Mangabeira a Otávio Mangabeira, 2.8.1931. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.1.

¹¹⁸ Carta de Simões Filho a Otávio Mangabeira. 2.10.1931. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.1.

processo revolucionário, a exemplo de Seabra. Mas a expectativa de que a Constituinte fosse convocada para maio de 1932 acalentava a todos, pois nas urnas saberiam que o nome a ser sufragado seria a de um político com tradições na Bahia.

Para uma possível constituinte levantava-se o nome de Otávio Mangabeira, defendida pelos correligionários como a “bandeira vitoriosa dos nossos ideais políticos”. Afirmavam em sucessivas cartas ao ex-ministro exilado e acreditava-se por toda a Bahia que embora o exílio de Otávio Mangabeira fosse injustificado, as “perseguições mesquinhas” só engrandeciam a sua personalidade. A condenação, então, seria um bem, duplicaria o seu prestígio.¹¹⁹

A campanha em prol do retorno de Otávio Mangabeira era amparada por muitos jornais do interior, mas a sua vinda requeria preparos no campo político. Dantas Bião, médico, ex-senador estadual e grande proprietário de terras e gado em Alagoinhas entendia que Otávio Mangabeira só deveria voltar se fosse eleito e depois de eleito. O alistamento e a propaganda necessária à sua vitória deveriam ser feitas pelos seus amigos. No entanto, a margem de atuação dos homens depostos em 1930 ainda era muito curta.

Do outro lado, havia o descontentamento de Moniz Sodré e Seabra. Sodré, tendo rompido com Távora desde fevereiro, quando da substituição de Leopoldo do Amaral, fez duras críticas à gestão de Artur Neiva. Com a nomeação de Juraci Magalhães para interventor federal no estado não escondeu o seu descontentamento, ratificando as suas declarações de fevereiro de que “a Bahia não era terra sem gente” para ser tratada como país conquistado. Enquanto Seabra se recusava a dar declarações a respeito das ações de Juarez Távora na Bahia, ainda que todos soubessem de seu descontentamento, Sodré protestava que a Bahia

Sofria a sujeição política que lhe impunha a marginalidade de seus filhos degenerados, mas nunca se viu oprimida por influências exóticas. Seus brios jamais sangraram com o ultraje de elementos estranhos a lhe forjarem grilhões de cativo. O povo baiano preferiria ser mal governado por baianos que bem dirigidos por gentes estranhas [...]. A Bahia não é terra de ninguém e sabe que não precisa de capacidades alienígenas para dirigir os

¹¹⁹ Carta de Silveira, Dantas Bião e Simões Filho. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.1. O *Correio de Távora* publicou no final de novembro de 1931: Se o eleitorado puder agir livremente como é de seu esperar, o sr. Otávio Mangabeira uma vez candidato terá estrondosa votação. Não por espírito de oposição aos que aí estão à frente da nova ordem, mas porque o Dr. Otávio Mangabeira, entre os ministros dos tempos de Washington Luiz é o único que conserva o inalterável prestígio na maioria dos estados, se não em todos eles, por seu valor cívico e suas tantas qualidades de inteligência, cultura e caráter. IGHB. *Correio de Távora*. Alagoinhas, 21 de novembro de 1931, Ano XXV, n. 1259, p. 1.

seus destinos [...] saiba o Sr. Juarez Távora que a Bahia não admite imposições afrontosas aos seus melindres e aviltadoras dos seus brios.¹²⁰

Assim, partiram do principal representante baiano da Aliança Liberal de 1929 e do ex-deputado Moniz Sodré, as primeiras reações à nomeação de Juraci Magalhães para gerir a Bahia. Sodré chegou, inclusive, a ser ameaçado de exílio naqueles meses, mas desde fevereiro de 1931 era o representante político da Bahia que mais atacava o governo e os resultados da Revolução de 1930 no estado. Através do jornal *Diário da Bahia*, investiu fortemente em matérias condenando os rumos da Revolução, numa franca campanha pela reconstitucionalização do país. Além das matérias, era recorrente a publicação de charges, como se vê adiante:



Figura 3: Charge “A Bahia não é estado de segunda”. *Diário da Bahia*, Salvador, 5.9.1931.

BPEB.¹²¹

¹²⁰ SODRÉ, Muniz. BRIOS BAIANOS. Texto publicado quando da substituição de Leopoldo do Amaral, ocasião em que Távora sugeriu o nome de Juraci Magalhães para assumir o posto de interventor federal na Bahia. Matéria do jornal *Diário da Bahia*. 3.2.1931. Reproduzida pelo jornal carioca *Correio da Manhã*. 04.2.1931 e frequentemente retomada nas edições dos meses que se seguiram à nomeação de Juraci Magalhães.

Observa-se na imagem o olhar de reprovação de uma “Bahia de salto” e firme frente à posição de um governo que parece subordinado a altivez do general Távora. Mas como se sabe a nomeação de Juraci Magalhães para governar a Bahia estava imbricada com o enfraquecimento do militar no norte.

É certo que Juarez Távora sugeriu o nome do tenente para assumir o governo da Bahia desde a saída de Leopoldo do Amaral, resultado da primeira experiência frustrada de uma interventoria civil no estado e previsão do quão difícil seria superar as tramas políticas locais nomeando um governo ambientado a elas. Porém, em setembro de 1931, a nomeação de Juraci Magalhães era uma iniciativa direta de Getúlio Vargas que pela primeira vez tomava a decisão de nomear um interventor na região sem a interferência direta do “vice-rei do norte”, como Juarez Távora ficou conhecido.

O principal objetivo da escolha de um oficial para assumir o governo baiano era pôr fim às disputas políticas que resistiram às armas vitoriosas de 1930 e implementar o programa revolucionário que em onze meses acumulou conflitos, confrontos, boatos, mortes e perseguições políticas. Em depoimento, Juraci Magalhães esclareceu que na Bahia, assim como nos demais estados “era preciso alguém das forças armadas que tivesse mais prestígio, para manter a ordem e conter os movimentos de indisciplina que estavam ocorrendo”.¹²²

Juraci Magalhães chegou à Bahia um pouco antes de a Revolução de Outubro completar um ano. Um jovem de 26 anos, com apenas sete meses de experiência em serviços administrativos, adquirida como auxiliar de Juarez Távora na sua tarefa de organização política, administrativa e social dos estados do Norte, o cearense que comandou uma das brigadas que invadiu a Bahia no ano anterior chegava ao Porto de Salvador, no dia 19 de setembro de 1931, para representar o governo federal no estado e tentar encerrar uma etapa conturbada do processo revolucionário da Bahia: a interventoria de civis.

¹²¹ As charges eram assinadas por Zalar de Carvalho, um caricaturista baiano que segundo informações diversas colhidas na imprensa era adepto do modernismo brasileiro. Fez diversas exposições na Bahia algumas das quais no Palácio do Rio Branco e no Salão Português de Leitura. No ano de 1935 foi recolhido ao sanatório Santa Izabel onde ficou sob os cuidados médicos de Edgar Santos. A notícia divulgada pelo jornal *O Imparcial*, de 21.9.1935 não esclarece as razões do internamento.

¹²² MAGALHÃES, Juraci. *Minhas memórias provisórias*. Depoimento prestado ao CPDOC / Coord. Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p.72.

A sua chegada na Bahia pareceu não despertar grandes movimentos de oposição nas ruas, embora o discurso de um estado humilhado já se fizesse presente na imprensa.¹²³ Certamente que a “situação de absoluta calma”, relatada por Juraci Magalhães a Juarez Távora através de telegrama, muito se devia à disposição de tropas auxiliares de Pernambuco e caso não bastasse, a certeza que de receberia reforços de outros estados do Norte para assegurar a sua aceitação.¹²⁴

No dia 3 de outubro, quando a Revolução comemorava um ano, o editorial do *Diário da Bahia* referia-se ao interventor nos seguintes termos:

Neste momento, governa os destinos da Bahia uma das figuras mais simpáticas da revolução, o jovem tenente Juraci Magalhães. Moço, inteligente, idealista, patriota, cheio de bravura e de civismo, não conseguiu, entretanto, o atual interventor arredar dos sentimentos nobres do povo baiano, a mágoa profunda, o indiscutível mal estar, o profundo abatimento por ver o seu estado tratado como “terra de ninguém” ou “país conquistado”, entregue como fora a um jovem de 26 anos, sem a necessária experiência administrativa e o indispensável conhecimento do nosso meio e de nossas necessidades. Esta mágoa aumenta toda vez que os baianos lembram nomes de tantos filhos ilustres e eminentes desta terra, capazes de governá-la com honestidade e inteligência!¹²⁵

Para os membros do Partido Democrático era uma afronta aquela imposição “de governos de espadas” em terras baianas, berço do liberal Ruy Barbosa. Em charge publicada pela imprensa partidária, os democratas baianos denunciavam que “esse negócio de engolir espadas” não era mais novidade para ser apresentada na Bahia. Com isso, acusavam também a imobilidade dos políticos da terra que tudo aceitavam do governo central.

¹²³ O *Diário da Bahia* ironiza a romaria dos prefeitos do interior para saudar a Juraci Magalhães publicando em primeira página a matéria “Uma romaria para o ‘beija-mão clássico’ do governo que se inicia...”. *Diário da Bahia*. Salvador, 20.09.1931. Ano 76, n.220. BPEB.

¹²⁴ Telegrama a Juarez Távora, 29.09.1931. Arquivo Juarez Távora. JT dpf 1930.12.08 (21). CPDOC.

¹²⁵ COMEMORANDO O 3 DE OUTUBRO. *Diário da Bahia*, Salvador, 3.10.1931. BPEB.

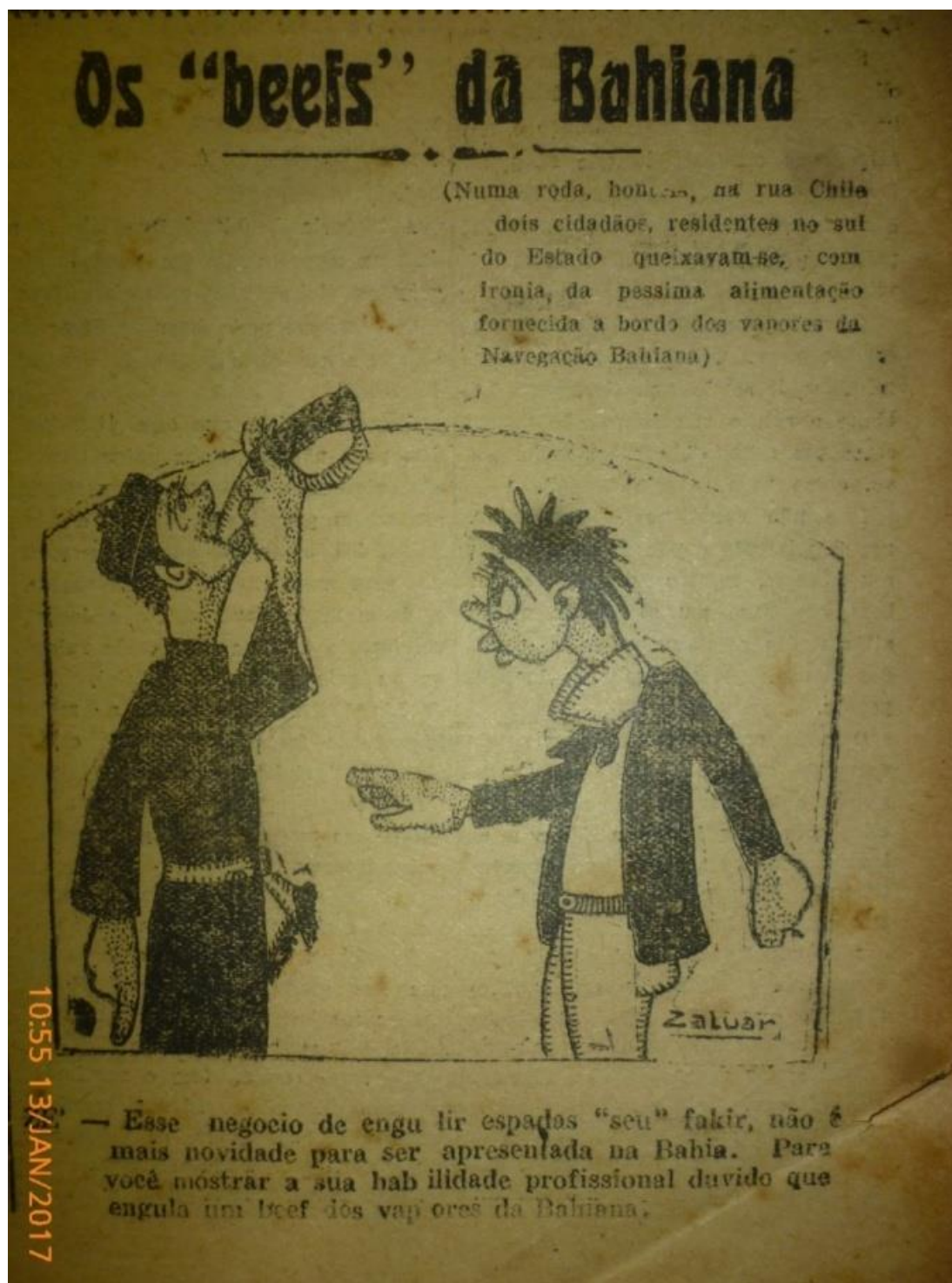


Figura 4: Charge Os “beefs da bahiana”. Diário da Bahia. 27.10.1931.

Apesar da resistência ao seu nome, o interesse de Juraci Magalhães era seguir o programa revolucionário com o mínimo de oposição. A menos de um mês viajou pelo interior do estado, especialmente pela região do São Francisco, para estabelecer as primeiras alianças com os coronéis. Buscou também dialogar com os principais veículos de comunicação do

estado, especialmente a imprensa. Aos diretores dos principais jornais da Bahia pediu que evitassem “certos comentários que pudessem dificultar a marcha da administração”.¹²⁶

As críticas, porém, não tardaram e aos primeiros sinais de discordâncias Juraci Magalhães mostrou que não estava disposto a tolerar divergências. A situação de “absoluta calma” vigente na Bahia desde a sua chegada em setembro, aos poucos dava lugar às primeiras intrigas políticas e com elas revelaria a postura autoritária do tenente. Quando Lindolfo Collor, então ministro do trabalho, esteve na Bahia e foi acolhido pelos seabristas, o interventor mostrou-se insatisfeito. Em carta, revelou a Getúlio Vargas que se achava desautorizado no estado, como se vê no fragmento que segue:

Comunico prezado chefe amigo que transmiti ao eminente chefe do governo provisório o seguinte telegrama:

Jornal do Partido Democrata publica telegrama do Ministro do Trabalho aceitando convite para ser hóspede do referido Partido. Tomando como uma desconsideração a minha autoridade, o ato do Ministro, comparecendo ao banquete e ao *meeting* promovidos por uma das facções baianas que fizeram e fazem oposição ao meu governo, não tolerarei essa desatenção tomando única atitude indica minha dignidade. Convém notar não havia no estado menor agitação política sendo necessária a presença do Ministro do Trabalho para perturbar ambiente de calma e serenidade em que vinha agindo o meu governo [...].¹²⁷

Diferente dos seus antecessores, Juraci Magalhães dirigia-se diretamente a Getúlio Vargas para dar as suas impressões a respeito do quadro político e administrativo do estado, mostras de que ao final de 1931, com todas as críticas que Juarez Távora vinha sofrendo, sobretudo por parte da imprensa carioca, o papel da delegacia do norte estava realmente enfraquecido.

Tanto no Rio de Janeiro quanto na Bahia, tão logo foi nomeado, Juraci Magalhães buscou conferenciar com os representantes das várias correntes políticas da terra, procurando

¹²⁶ DO QUE O SERTÃO PRECISA. *Diário da Bahia*, 14.10.1931; A IMPRENSA E O GOVERNO DO ESTADO, *Diário da Bahia*, 15.10.1931.

¹²⁷ Telegrama de Juraci Magalhães a Juarez Távora. 03.11.1931. Arquivo Juarez Távora. JT dpf 1930.12.08 (21). CPDOC; LINDOLFO COLLOR, *Diário da Bahia*, Salvador, 3.11.1931. Ainda no dia 24 de outubro, quando se comemorou a vitória do movimento revolucionário, o *Diário da Bahia* publicou uma charge criticando a novo regime de governo. Para os membros do PRD nada de importante teria acontecido dentro daqueles 24 meses. No editorial sobre a comemoração da vitória revolucionária destacavam-se a atuação e as homenagens feitas a J.J. Seabra e ao jornalista Joel Presídio, especialmente pelos estudantes que aquele tempo já estavam reunidos pela Associação de Universitários da Bahia (A.U.B).

“de todo modo convencê-los da desnecessidade de competições de campanário”.¹²⁸ Os aliancistas que fizeram a revolução no estado negaram-lhe apoio, mas ele foi acolhido por um número significativo de políticos, inclusive do interior, que pleiteavam ou manter-se ou voltar aos cargos públicos. O *Diário da Bahia* criticou essa bajulação ao novo interventor, publicando charges com a jocosa figura do lambe-botas como representação desses políticos.



Figura 5: Um monumento aos bajuladores. Fonte: *Diário da Bahia*, 1931;

Em dois meses no governo da Bahia Juraci Magalhães esboçou as suas primeiras impressões. No que diz respeito ao interior registrou a angustiada situação dos municípios em carta enviada a Getúlio Vargas, em novembro de 1931, referindo-se a eles nos seguintes termos:

¹²⁸ A INTERVENTORIA BAIANA. *A Batalha*. Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1931. p.2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

[...] sobreleva, porém, a todas as desgraças que incidem sobre esta terra, a desorganização absoluta do nordeste baiano, onde a seca e o banditismo dizimam as populações, de tal sorte que não mais havia cidadão que ousasse ser autoridade no meio de tanta desolação. Foi, assim, que encontrei municípios, onde nem sequer havia um prefeito! Vê, assim, Vossa Excelência, quanta responsabilidade pôs sob os ombros de um malsinado tenente entregando-lhe para governar um estado colossal, verdadeiramente maravilhoso, “onde tudo era grande menos os governantes”. [...] Os políticos decaídos estão calados. Não tenho, porém, dúvida. Quando puderem virão à carga [...].¹²⁹

Ao mencionar a “pequenez” dos governantes baianos, Juraci Magalhães parecia descartar todos os políticos que ocuparam os lugares de mando na Bahia antes da revolução. A experiência no cargo, por sua vez, mostrar-lhe-ia o personalismo da política no estado da Bahia. Inicialmente combatida pelos revolucionários, seria essa estratégia que aos poucos foi assumida pelo próprio tenente para alcançar o sucesso dos resultados eleitorais.

Embora julgasse prematuro pensar no retorno do regime constitucional, Juraci Magalhães apontava a necessidade de sistematizar o quanto antes uma organização política no estado, já que os “elementos que fizeram a revolução” não dispunham de prestígio eleitoral e ele não podia contar com os políticos que colaboraram diretamente com a Aliança Liberal, a exemplo de J.J. Seabra.¹³⁰ A arregimentação desses homens, como veremos adiante, permitiria a constituição de bases sólidas para dar continuidade ao programa revolucionário quando o regime constitucional fosse retomado.

A campanha pela reconstitucionalização prosseguia através do jornal seabrista. A 15 de novembro de 1931, data em que se comemoraria o aniversário da República de 1891, a

¹²⁹ Carta de Juraci Magalhães a Getúlio Vargas. 01.11.1931. In: MAGALHÃES, Juraci. *Minhas memórias provisórias*. Depoimento prestado ao CPDOC / Coord. Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 222-223. Sobre a aparente indiferença dos políticos baianos o *Diário Carioca* ironizava: “Boa terra, a Bahia. Não há dois pareceres a respeito. É, desde muito um axioma. (...) Boa? Ótima! Não, porém, para se governar (...). Se Aristóteles deu ao homem a classificação de animal político, impossível adivinhar-se como ele qualificaria o baiano. Pouco influi no caso as características do regime. Esteja o Brasil sob a forma republicana ou monarquia, vigore ou deixe de vigorar uma lei magna, exista ou não um edifício constitucional, a situação da Bahia é a mesma, um choque ininterrupto de sentimentos, de pendores, de pensamentos, uma colisão eterna de homens de personalidades, de partido. (...) O tenente Juraci Magalhães parece tirar certa vaidade de calmaria que vem cercando o seu proconsulado. A dar-se-lhe inteiro crédito, a Bahia já não é mais a mesma. (...) Cremos, todavia, que o bravo oficial se não apercebeu ainda do que realmente ocorre. Se os baianos os tão deixando administrar em meio de uma tranquilidade tão absoluta é porque há comum acordo de todas as facções deliberativas fazer integralmente abstração dos atos da interventoria mesmo. Para eles, a Bahia realiza presentemente o mais suave dos milagres: vive sem governo (...). DISCIPULOS DE GHANDI. Os baianos e o tenente Juraci Magalhães. *Diário Carioca*, 20.11.31. Transcrito no *Diário da Bahia* em 21.11.31.

¹³⁰ Observa-se que Juraci Magalhães não reconhecia a participação direta dos seabristas como homens “que fizeram a revolução na Bahia”, mas como colaboradores da Aliança Liberal.

publicação de mais uma charge no *Diário de Notícias* dava mostras de como o assunto ia sendo tratado pelo governo central na leitura dos articulistas baianos.



Figura 6: Charge “O Aniversário da República”. *Diário da Bahia*, 15.11.1931

A Charge de Zaluar de Carvalho representava o povo baiano cortejando a nova república brasileira, impossibilitada de mostrar-se ao público porque o governo provisório de Vargas ainda não lhe tinha dado uma roupagem, um direcionamento.¹³¹

Abrindo o editorial do *Diário da Bahia*, a charge vinha acompanhada de um texto em que se faziam elogios aos governos anteriores, que ao assumirem o controle do país em

¹³¹ Como se sabe partiu dos positivistas o esforço maior para transformar a figura feminina em alegoria cívica, uma tentativa que malogrou diante da concorrência com outros “heróis” republicanos. O insucesso decorreu também da própria degradação do movimento republicano e, sobretudo, pela rara participação da mulher no processo. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

momentos de troca de regimes políticos foram muito mais ágeis em apresentar uma constituição nova ao país. Apesar disso, asseguravam que com mais ou menos tempo o Brasil estaria sob o regime constitucional, pois o comando de um governo provisório era sempre provisório e, portanto, era imperativo superá-lo.

Assim, ainda que compartilhasse com as ideias dos demais interventores dos estados vizinhos que haviam recentemente criado o “Bloco do Norte”, visando assegurar os interesses da região e apoiar o governo Vargas se ele deliberasse pelo prolongamento da ditadura, Juraci Magalhães não hesitou em organizar uma base eleitoral na Bahia, e cedo perscrutou os baianos da capital e do interior com vistas a uma formação partidária. Ainda em janeiro de 1932, viajou para quatorze municípios, entre eles Ruy Barbosa, Capivary, Mundo Novo, Morro do Chapéu, Baixa Grande e Vitória da Conquista, visando construir bases de sustentação política no interior do estado.¹³²

A essa altura, muitos coronéis já haviam sido “reinvestidos nas chefias dos seus respectivos redutos”. Conforme destacou Wilson Lins, eram homens que “havam deitado raízes no chão fértil da afeição popular, em suas comunidades”, razão pela qual foram “aproveitados” pelo tenente. Conforme destacamos, não se pode descartar a possibilidade de já haver uma base de sustentação ao governo provisório constituída pelos coronéis do interior. Wilsson Lins, ao investigar essa reabilitação política dos coronéis no ano de 1932, reconheceu a força política deles, o que o levou a afirmar: “Foi tal o papel desempenhado por esses chefes, na nova ordem política instalada no país, que será uma injustiça dizer que eles aderiram à Revolução, já que a Revolução é que havia aderido à eles”.¹³³

Com isso, à medida que Juraci Magalhães ia organizando o campo de atuação política e administrativa, as críticas ao seu governo aumentavam. Em dezembro de 1931, Seabra e Sodré embarcavam do Rio de Janeiro para a Bahia com o objetivo de tratar do “estabelecimento de uma frente única constitucionalista”.¹³⁴ Chegaram ao estado no dia 23 de

¹³² O INTERVENTOR NA BAHIA INSPECIONA O SERTÃO. *Diário da Manhã*. Rio de Janeiro, 9.01.1932. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22.01.2015. A primeira informação divulgada na Bahia sobre o Bloco do Norte foi identificada no *Diário da Bahia*, na edição de 27.8.1931.

¹³³ LINS, Wilson. *Mandonismo e obediência*. op.cit. p.20.

¹³⁴ PARTIRAM PARA A BAHIA OS SENHORES SEABRA E SODRÉ. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro. 22.12.1931. Ano IV. num.1071. Acesso em : < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. A Frente Única Baiana era parte de um plano mais amplo para contenção do tenentismo no Brasil. Naquele período, fundavam-se também similares em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Dulce Pandolfi afirma que “[...] ansiosos para acelerar a marcha pela reconstitucionalização do país, lideranças do Sul tentam, sem sucesso, arregimentar

dezembro e abriram franca campanha pela reconstitucionalização do país, não mais com base em discurso regionalista, mas apoiado nos acordos firmados na capital do país com os demais aliancistas, principalmente João Neves, da Frente Única do Rio Grande do Sul, com quem Seabra conferenciou antes de vir à Bahia.

Foram retomadas as acusações ao governo do estado, ao que parece, deliberadamente suspensas como forma de não reconhecer a sua autoridade. Desse modo, a demissão de sessenta funcionários públicos da imprensa oficial, o aumento de mendigos e pobres nas ruas da capital, a indiferença do interventor em relação aos comerciantes em dívida com o Estado, o atraso salarial de professores e magistrados do interior e a lei orçamentária para o ano de 1932 constituíram-se em questões largamente exploradas no *Diário da Bahia*.

Ao final daquele ano, quando o ministro da justiça aboliu toda censura à imprensa, Seabra foi a público criticar o interventor Juraci Magalhães. Em janeiro de 1932, o confronto entre o democrata e o interventor foi aquecido em razão do Manifesto que o primeiro lançou na Bahia quando de sua visita ao estado. Ofendido, Juraci Magalhães prometeu responder com uma exposição que conteria “revelações verdadeiramente sensacionais e destinadas à grande repercussão”.¹³⁵

De fato, Juraci Magalhães fez esclarecimento acerca do orçamento baiano no jornal carioca *O Comércio*. Sobre suas declarações, Moniz Sodré publicou uma nota no *Diário Carioca* questionando as demonstrações orçamentárias e contábeis e as resoluções para pagamento da dívida externa apresentadas pelo então interventor baiano, justificando que as incoerências de suas explicações eram “frutos exóticos com que os governos forasteiros querem impor-se à gratidão dos estados escravizados pela juventude inexperiente, ignorante e ambiciosa dos seus truculentos invasores”. A contenda que começou no jornal *Diário da Bahia*, a partir de um artigo intitulado “Silêncio inexplicável” e que levou a Juraci Magalhães a mover processo contra o jornal, demorou-se por todo o mês de fevereiro de 1932, sendo replicada em outros jornais da imprensa baiana e carioca.¹³⁶

os interventores do norte e nordeste”. PANDOLFI. Dulce Chaves. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. op.cit. p. 22.

¹³⁵ O DEBATE ENTRE O SEABRA E O INTERVENTOR NA BAHIA. *Diário da Manhã*. 9.01.1932. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22.01.2015.

¹³⁶ AS OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO GOVERNO BAIANO. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 12.02.1932. Juraci Magalhães recorreu à Lei de Imprensa e causou mal-estar pela atitude, pois foi tomada como anti-revolucionária, uma ação de “um forasteiro, que não teme lançar mão de uma lei cuja revogação constitui um dos pontos do programa da revolução vitoriosa”. A LEI DE IMPRENSA NA BAHIA. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22.1.1932. Acesso em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22.01.2015.

Moniz Sodré comunicou ao *Diário Carioca*, através de telegrama, o andamento do processo movido pelo interventor. Nesse jornal, publicou uma nota, em 31 de fevereiro de 1932, explicando aos seus leitores a situação da política na Bahia. Diz o texto:

A sucursal do *Diário da Bahia* nesta capital recebeu do Sr. Moniz Sodré o seguinte telegrama:

É escandalosa falsidade que eu ou o *Diário da Bahia* tenhamos dado qualquer explicação ao interventor federal. Desde o primeiro momento, o *Diário* declarou textualmente:

“O Sr. Moniz Sodré não comparecerá à audiência, em completo desprezo pelas atitudes que sobre o caso queira tomar o interventor, ao qual ficará o direito de entender o artigo no sentido que quiser.” /Não compareci à audiência e declarei pelo *Diário* que assumia absoluta e inteira responsabilidade pelos artigos do *Diário Carioca* e do *Diário da Bahia*. /Ainda hoje, digo em artigo assinado: “mantenho integralmente todas as palavras e frases de qualquer dos meus artigos contra o ultraje da invasão do meu estado por forasteiros, que hei de proclamar sempre, constitui uma afronta aos brios da Bahia. Quanto ao artigo “silêncio inexplicável”, repito, letra por letra, todos os períodos, inclusive o oferecimento ao interventor para vir a público dar explicações ao povo baiano, que tem o direito de exigir do governo a obrigação de protestá-las relativamente aos fatos alegados pelo dr. Macedo Soares, na análise que fez da obra orçamentária, mostrando que se tornaram imediatos pagamentos adiáveis referentes aos compromissos externos. Ao passo que se deixam em completo e injusto abandono os credores internos do estado. /É de notar que, enquanto para aí se manda dizer que dei explicações completas, aqui se propala que vou para o Rio, a chamado do Governo Provisório, explicar a atitude do *Diário da Bahia*.

Cordiais saudações. Moniz Sodré.¹³⁷

Seabra, por sua vez, depois da publicação do Manifesto pelo Partido Democrático, deu entrevistas a jornais cariocas nas quais explicava a sua atuação na Bahia em relação ao movimento constitucionalista e a oposição que fazia a Juraci Magalhães no estado. Publicadas pelo *Diário Carioca*, essas entrevistas enfatizavam em primeira página as agitações no estado baiano. Em destaque, afirmavam que só poderia desejar o regime de arbítrio, os “interventores “indesejáveis, mas a esses faltava a autoridade para falar em nome das populações que eles representavam, oprimiam e hostilizavam, e justamente por isso eram, por elas, repelidos e odiados.

¹³⁷ O PROCESSO DO TENENTE JURACI MAGALHÃES CONTRA O DIÁRIO DA BAHIA. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro 30.01.1932. Acesso em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22.01.2015.

Após a apresentação de um breve currículo de J.J. Seabra, o *Diário Carioca* reproduziu fragmentos de sua fala. De acordo com o jornal, Seabra afirmava que ao ser procurado em sua residência por Juraci Magalhães, quando esse solicitou-lhe colaboração para o seu governo na Bahia, logo após a sua nomeação, declarou com a maior franqueza que imputava infeliz aquele ato do governo provisório: nomear um tenente para governar um estado que lhe era inteiramente estranho e que por certo se sentiria ferido nos seus melindres,

[...] vendo os seus destinos entregues à inexperiência de um jovem oficial forasteiro, que saíra há três anos da escola ignorante da ciência de governar e de todos os problemas jurídicos e questões sociais, desconhecedor e desconhecido do povo baiano, inteiramente alheio às suas necessidades, incapaz de compreender os sentimentos e as aspirações daquela grande terra[...].¹³⁸

Certamente, o objetivo de Seabra era intimidar o jovem tenente. Não logrou êxito, pois na mesma entrevista afirmou não esconder a surpresa com a audácia de Juraci Magalhães. Em tão pouco tempo o tenente enveredara por caminhos de “tão grandes temeridades” e para o qual iria, nas palavras do velho político, se arrastando por ignorância e vaidade, inspirada em ambições pessoais e pela mais desabusada violência.¹³⁹

Afirmou ainda que se não estivesse ido à Bahia não seria capaz de acreditar nas “cenas de vandalismo político que se iam desenrolando”. Repelido pelos homens de valor moral e político, o interventor teria buscado apoio em “um bando de exploradores habituais de todos os governos”. Uma afronta absurda à dignidade do povo baiano entregar os municípios a homens como Altamirano Requião, Pacheco de Oliveira, Medeiros Neto, Marcionílio José de Souza e outros. Sobre esses Seabra afirmava:

[...] Altamirando Requião que foi no *Diário de Notícias*, o insultador violento de todos os pró-homens da Aliança Liberal, por ele ultrajados com os boldões mais insolentes e infamantes, ao lado dos elogios mais bajulatórios dos que então se achavam no poder. /Pacheco de Oliveira, que abandonou o Partido Democrata, que o elegeu deputado federal, colocando-se ao lado dos que sustentavam a candidatura Prestes, e reingressando à Câmara na chapa oficial do governo Vital Soares. /Medeiros Neto, rubro adversário da Aliança Liberal, escolhido para chefe de polícia no sucessor do Sr. Vital Soares, no governo da Bahia, e que acaba de entabular um contrato

¹³⁸ A SITUAÇÃO POLÍTICA DA BAHIA: fala ao *Diário Carioca* o velho republicano J.J.Seabra. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 16.02.1932. Ano V. num. 1.118. p.1 e 4. Acesso em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

¹³⁹ Idem.

com o Estado, por intermédio do seu sócio e companheiro de escritório o Sr. Archibaldo Balleiro, a fim de fazer cobranças para o tesouro, mediante a remuneração de 20%. /Franklin de Albuquerque, cujas qualidades morais ficam bem conhecidas com a própria declaração que ele fez de que sempre foi revolucionário, pois, se é verdade que recebia dinheiro dos governos da situação decaída para combater a insurreição contra eles, o fazia com o pensamento de enganá-los e de traí-los no momento oportuno.¹⁴⁰

Seabra criticou ainda a postura de Juraci Magalhães em relação à imprensa, defendendo os jornais baianos, inclusive o *A Tarde*. Mas o ponto central de sua entrevista era tratar da reconstitucionalização no estado. Sobre esse aspecto, afirmava que era muito conhecido na Bahia que Juraci Magalhães era intolerante e adversário da volta do Brasil ao “regime da lei”. Ao lado de outros tenentes que assumiram governo em outros estados, Juraci Magalhães demandava esforços contra a ação enérgica de Maurício Cardoso em favor da convocação da Constituinte. Ciente disso, Seabra afirmava fazer intensa campanha na Bahia, onde o Partido Democrata já teria publicado o seu Manifesto e onde numerosas caravanas estavam sendo organizadas para percorrer todo o interior.¹⁴¹

[...] De inúmeros municípios temos recebido valiosas adesões e neles estamos organizando os comitês distritais. Convocamos também uma convenção do Partido para o dia 5 de julho. O *Diário da Bahia* de que é diretor o Sr. Moniz Sodré, tornou-se, na Bahia, o vigoroso propagandista da grande ideia.¹⁴²

Por fim, destacou que além da imprensa contavam com a mobilização de estudantes, do corpo docente das Faculdades superiores do estado e do Instituto dos Advogados. Lembra aos eleitores a recomendação dada por Getúlio Vargas para que os interventores não se envolvessem com a política dos estados, mas adverte que na Bahia o que ocorria era o inverso dessa abstenção. Além de “fazer política”, Juraci Magalhães afirmava que Vargas o teria orientado a fundar um partido com exclusão dos aliancistas. Uma tentativa de aparentar qualquer prestígio político num estado onde “se debatia no vácuo do desdém público apoiado apenas por um grupo de forasteiros e por uma malta de exploradores do poder, completamente desmoralizados”.¹⁴³

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Idem. Ibidem.

¹⁴² Idem. Ibidem.

¹⁴³ Idem. Ibidem.

Embora a entrevista de Seabra fosse forte e acusadora, suas palavras finais mostravam que a queda de Juraci ainda não poderia ser feita pelos políticos da terra ou pelo povo. Afirma, ao contrário, que o povo “suportava com paciência a calamidade do governo adventício” na certeza de que Getúlio Vargas dentro em breve livraria a Bahia do maior dos seus flagelos. A oposição, como se vê, não era ainda ao governo de Getúlio Vargas. O que se destaca na entrevista é o orgulho ferido de um “revolucionário” desprestigiado pelo governo.

As preocupações de Seabra acerca da organização de um Partido Político por Juraci Magalhães tinham seus fundamentos. Se na carta enviada a Vargas, em novembro de 1931, ele teria apontado essa necessidade, em dezembro do mesmo ano já havia feito contatos pontuais no sentido de viabilizar os seus planos. Em carta enviada para Otávio Mangabeira, Euvaldo Pinho fala desse mesmo interesse. Na Bahia, Arnaldo Pimenta da Cunha, prefeito de Salvador, teria buscado o representante de Otávio Mangabeira visando entrar em entendimentos para organizar um Partido, no qual precisava “reunir homens de responsabilidades”.¹⁴⁴

As especulações giravam em torno de quem seria o representante político de Otávio Mangabeira na Bahia, pois o Pimenta da Cunha teria indicado o seu nome e o de Miguel Calmon ao interventor para possíveis candidaturas em futuras eleições. De acordo com o texto da missiva, Juraci Magalhães e Juarez Távora indicaram o nome do próprio Pimenta da Cunha, mas ele dizia não aceitar a incumbência por “não ter direitos porque nunca fora revolucionário e que, se alguma coisa pudesse fazer, seria só e só em seu (de Otávio Mangabeira) benefício”.¹⁴⁵

Ao que parece, Pimenta da Cunha era o único político de confiança dos correligionários de Otávio Mangabeira que manteve um cargo no grupo dos vitoriosos. Por isso, a indicação era que ele aceitasse a oferta do interventor, inclusive para preparar terreno para a volta de Otávio Mangabeira. Segundo o texto, o nome de Otávio Mangabeira não foi recusado pelo interventor. Esse, pelo contrário, afirmava não ter escrúpulo em apoiá-lo, admitindo o seu valor, revelando não se importar se ele não reconhecia a autoridade dos vencedores.

¹⁴⁴ Carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira, 10,11 e 12.12.1931. In: *Cartas do Exílio. op. cit.* vol. 1. p. 245-249.

¹⁴⁵ Idem.

Em relação aos avanços de Juraci Magalhães na organização do Partido, Euvaldo Pinho, cunhado de Otávio Mangabeira afirmava:

O feitor (Juraci Magalhães) convidou para chefiar o 1º Distrito, o Linha Circular (Anísio Massora); para o segundo, o Medeiros (Antonio Garcia de Medeiros Neto); para o 3º, o homem da gazeta da cidade baixa (Altamirano Requião), para o 4º, o Franklin e o Moacir (Franklin Lins de Albuquerque e Antonio Pereira da Silva Moacir).¹⁴⁶

Juraci Magalhães teria ainda chamado João Marques dos Reis, a quem confiara a autoria do programa do Partido. Como parte das “negociações” o estado da Bahia começava a ser partilhado:

Aquele menino que embrulhou o Arouca está botando prestígio. Ofereceu a um amigo nosso dois municípios, para indicar prefeitos e fazer todas as nomeações. O nosso amigo recusou. Também aquele que foi com o feitor para o sertão, como mandei lhe dizer na última carta o ofereceu ao Sena de Lençóis a chefia deste município. Foi recusado. Também é certo isto.¹⁴⁷

Diante do quadro, alguns amigos de Otávio Mangabeira eram favoráveis ao seu retorno, a exemplo de Francisco Chaves de Oliveira Botelho.¹⁴⁸ O retorno só precisava revestir-se de cuidados. Deveria voltar não para que ele se manifestasse de imediato, mas para deixar que se estragassem “esses outros – certamente se referindo à Seabra e Moniz Sodré – que pretendiam ser agitadores da opinião pública” e depois aparecer. Oliveira Botelho sugeria que ele se instalasse em Alagoinhas ou no Sítio Busca Vida, locais em que facilmente poderia acompanhar os desdobramentos políticos sem se envolver diretamente.¹⁴⁹ Na mesma carta, Otávio Mangabeira foi informado de que o velhote (Seabra) estava a caminho da Bahia para organizar a Frente Única, como de fato veio a ocorrer no final daquele ano, também por isso era importante que ele agilizasse o seu retorno.¹⁵⁰

¹⁴⁶ Idem. Ibidem.

¹⁴⁷ Carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira, 10,11 e 12.12.1931. In: *Cartas do Exílio. op. cit.* vol. 1. p. 245-249. Provavelmente o “menino” que foi com Juraci Magalhães para o interior do estado trata-se de Manuel Novais.

¹⁴⁸ Oliveira Botelho foi nomeado para o Ministério da Fazenda, no governo de Washington Luís, em substituição a Getúlio Vargas, quando este assumiu a presidência do Rio Grande do Sul, em 1928. Ver: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BOTELHO,%20Oliveira.pdf>.

¹⁴⁹ Carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira, 10,11 e 12.12.1931. In: *Cartas do Exílio. op. cit.* vol. 1. p. 245-249.

¹⁵⁰ Idem. Ibidem.

O período que segue tornou-se cenário de fortes confrontos políticos, organização e atuação partidária e intensa campanha em favor da reconstitucionalização do país, marcado, na Bahia, pela mobilização de forças em favor e em combate ao movimento constitucionalista ocorrido em São Paulo.

CAPITULO III

A CORRIDA PELA RECONSTITUCIONALIZAÇÃO DO BRASIL NA BAHIA

3.1 O ano de 1932 e as primeiras agremiações partidárias na Bahia

Ainda que iniciadas na capital da Bahia, as rearticulações em torno da política partidária do ano de 1932 não ficaram restritas à cidade de Salvador. Tão logo foram pensadas houve mobilização para que chegassem ao interior do Estado, sobretudo porque na Bahia, nesse período, o peso dos eleitores rurais e as forças políticas regionais ainda definiam os resultados eleitorais.

O início do ano de 1932 foi marcado pela discussão em torno da reconstitucionalização em todo o país. Do Rio de Janeiro, a previsão que se tinha era que o alistamento fosse iniciado ainda em fevereiro para que se realizassem eleições em julho e a Constituinte se reunisse no dia 3 de outubro, data do aniversário do rompimento do movimento revolucionário. E como o alistamento estava previsto para fevereiro, João Mangabeira alertava ao irmão exilado que a hora de retornar ao Brasil estava se aproximando: “não há mais razão para você continuar fora daqui. Antes bem era justo que não quisesse se submeter a aborrecimentos de comissões de sindicâncias e bobagens. Mas agora tudo isto acabou”.¹

A previsão de um pleito eleitoral ocorrer na metade daquele ano impulsionou a corrida para a organização partidária na Bahia. Como apontamos no capítulo anterior, Seabra e Sodré chegaram no dia 23 de dezembro de 1931. Simões Filho também já se encontrava no estado, e assim como Seabra visava mobilizar os antigos correligionários para o futuro pleito. Em carta enviada a Otávio Mangabeira, em 6 de janeiro de 1932 ele assegurou:

A situação em que encontrei a Bahia é de uma terra conquistada. O espetáculo das tropas invasoras, que, de esporas e faca de ponta, acamparam na velha metrópole do civilismo – que irrisão! – ocupando, desde o Palácio da Aclamação, até as escolas, terá tido um efeito que ainda perdurará. Não tome como vaidade da minha parte, afirmar que, com a minha chegada o ambiente se modifica a olhos vistos. Faltava um animador. Tem sido o meu

¹ Carta de João a Otávio Mangabeira, 12 de dezembro de 1931. In: *Cartas do Exílio*. op. cit. vol. 1. p. 251. Paulo Pontes, juiz federal aposentado pelos revolucionários, também alertava a Otávio Mangabeira que se ele não viesse às pressas encontraria o terreno ocupado. Carta a Otávio Mangabeira. 15.01.1932. In: *Cartas do Exílio*. op. cit. vol. 1. p. 272. Simões Filho comprometia-se a “fazer a sua chegada”, prometendo levar às ruas mais de 20 mil pessoas, de Alagoinhas para baixo desceria muita gente e o comércio haveria de fechar. Essa exaltação de Simões Filho muito incomodava a Otávio Mangabeira que evitava afrontar o governo desta forma. Carta de Euvaldo Pinho para Otávio Mangabeira. In: *Cartas do Exílio*. op. cit. vol. 1. p. 273.

papel. O tenente, obosso, entrou a fazer política alegando que eu preparo uma “formidável ofensiva” contra ele. Depois de bater em muitas portas abriram-se ao seu comando as do Pacheco, Requião e Franklin, pelas quais dividiu o Estado, a organização do seu partido. O Medeiros lhe tem a ele, simpatia, mas não terá ânimo de aparecer ostensivamente ao seu lado. Franklin, segundo carta que recebi de Lago e João, teve a adesão do Chico Rocha [político do sertão de São Francisco e Lavras Diamantinas], que se recusou, sob fútil pretexto, a assinar um pequeno manifesto que propus, a dirigir. Mas, ao estado, advertindo-o do nosso firme propósito de pelear a sua libertação. Tenho feito o que posso, desenvolvendo toda a atividade de que ainda disponho.²

Simões Filho finalizou a carta informando que mantinha contatos frequentes com correligionários de Otávio Mangabeira em toda a Bahia, e todos mantinham-se “firmes e decididos para tudo”. Comenta ainda a situação de Seabra, que em suas palavras, teve penosa recepção quando da chegada do Rio de Janeiro.

Conforme assinalou Silvia Sarmiento, a Bahia republicana tinha uma gama de rituais de caráter político-partidário e as cerimônias de embarque e desembarque era um dos mais importantes. Envolvia tanto as principais autoridades da terra e os representantes “das classes destacadas” quanto a população que se aglomerava no porto enfeitado, acompanhados de banda de música e carros que compunham o cortejo. Assim, essas recepções serviam como uma espécie de termômetro para testar a popularidade e o prestígio de figuras da política. Para a autora, “além de diferenciar quem estava *dentro* e quem estava *fora* dos grupos e partidos, os rituais em foco promoviam uma ordenação entre os que estavam *por cima* e os que estavam *em baixo*.”³ As observações de Simões Filho a respeito de Seabra devem ser lidas sob esta perspectiva.

Conforme observou Cândido Campos, na Bahia, os políticos começaram a “desmandar-se, ao invés de formarem”⁴, esquecendo-se de que o inimigo maior que precisam enfrentar não era os revolucionários oligarcas do Partido Democrático, a exemplo de Seabra. Estes, por sua vez também precisavam superar os conflitos que os separavam dos homens depositos em 1930, pois o mais importante naquele momento era a desconstrução da narrativa de que a Revolução precisava de um governo discricionário para completar a sua tarefa de renovação do país, bem como a desconstrução da ideia de que o povo ainda não estava

² Carta de Simões Filho a Otávio Mangabeira, 6 de janeiro de 1932. In: *Cartas do Exílio*. op. cit. vol. 1. p. 262.

³ SARMENTO, Sivia Noronha. Op.cit. p.80-81.

⁴ Carta de Cândido Campos a Otávio Mangabeira, 10 de janeiro de 1932. In: *Cartas do Exílio*. op. cit. vol. 1. p. 265.

preparado para escolher os seus governantes, tal como defendia os membros do Clube 3 de Outubro. Logo, o inimigo maior a ser combatido naquele momento era os militares e aqueles que os apoiavam.⁵

Assim, no início de janeiro de 1932 Seabra convocou uma reunião do Partido Democrático. Moniz Sodré, Xavier Marques, Lauro Villas Boas, Gal. J. de Oliveira Freitas, Leopoldo do Amaral, Souza Carneiro, Freitas Guimarães, Álvaro Ramos, Cosme de Farias e o próprio Seabra compuseram a diretoria executiva do Partido. A urgência era justificada pela necessidade de fazer oposição aos ajuntamentos políticos que Juraci Magalhães já havia promovido.

Segundo Seabra, Juraci Magalhães vinha fazendo política facciosa há algum tempo. Contrariando as orientações recebidas de Getúlio Vargas, o interventor federal na Bahia mandava chamar influências locais, por intermédio dos chefes distritais, a fim de incumbir-lhes de “constituírem Partidos nos respectivos municípios, com evidente propósito de organizarem as máquinas eleitorais que lhes assegurassem falsas vitórias no pleito para a Assembleia Constituinte”. Juraci Magalhães foi acusado ainda de viajar com os “seus protegidos” e se hospedar, no interior, na casa de antigos inimigos. Sobre essa situação Seabra questionava: “É crivo natural que uma revolução vitoriosa aproveite os maiores inimigos de ontem e exclua acintosamente os seus companheiros de primeiro momento?”⁶

⁵ Dulce Chaves Pandolfi lembra que à medida que as propostas intervencionistas eram implementadas, crescia a insatisfação dos setores oligarcas, especialmente dos dissidentes da Revolução. Para os militares, isso se constituía em grande problema, razão pela qual buscavam organizar-se enquanto grupo, a exemplo do Clube 3 de Outubro. “Para eles, a ameaça maior não vinha por parte dos “carcomidos”, isto é, dos derrotados em 1930, mas dos “políticos profissionais”, aqueles que, apesar de terem participado do movimento revolucionário, não tinham aderido ao “espírito da revolução”. PANDOLFI, Dulce Chaves. *Anos de 1930: as incertezas do Regime*. op.cit. p. 21.

⁶ ONDE A SINCERIDADE DOS REVOLUCIONÁRIOS? Entrevista com Seabra. *Diário da Bahia*. Salvador, 8.1.1932. BPEB. Às perguntas dessa natureza e ao Manifesto do PRD na Bahia, os partidários de Juraci Magalhães responderam: “(...) uma carta política não pode ser fruto do sectarismo partidário, e os piores inimigos, os mais indesejáveis, os que maiores cuidados devem inspirar aos cidadãos que lealmente, patrioticamente, desejam a reconstitucionalização do país, são, precisamente, aqueles que se aforçaram, que reclamam, que protestam, no momento, pelo aproveitamento exclusivo dos sectários da Aliança Liberal. (...) O sr. interventor é apontado no tal manifesto, pelos democratas da terra, como elemento que se opõe e tudo faz para retardar, na Bahia, o advento da Constituinte. Outra acusação, tão desvalosa quanto aquela, dá a S. Exa., como estando a congregar em derredor do poder que ora exerce, sem ‘placet’ democrata, elementos decaídos. Um pouco de lógica... Se a Constituinte é obra nacional e não facciosa, que exige a colaboração de todos, sem exceção de nenhum elemento útil, claro que a facilita aquele que faculta o pronunciamento de todos, sem exceção de nenhuma, se define contrário ao regime de facções. Se o Sr. interventor não persegue, não busca esmagar os adversários de ontem, então, é que sua excelência não dificulta, antes ensaja o pronunciamento e a cooperação indispensáveis à campanha da Constituinte. Do contrário, estaria a S. Exa. em franca oposição ao espírito liberal do Rio Grande do Sul, se chamasse para junto de si só o PRD; se com ele só governasse, se trancasse o uso da palavra e os movimentos aos políticos doutros matizes. Assim, seria ele um interventor

Juraci Magalhães conseguia, aos poucos, importantes aliados no interior do estado e essa era uma das maiores preocupações, tanto de Seabra quanto do grupo político de Otávio Mangabeira. A “Cruzada patriótica” que estava sendo organizada pelo Partido Democrático, em janeiro de 1932, tinha por objetivo combater esse avanço do interventor. Cada membro da Executiva do PD que pudesse chefiar uma caravana em propaganda da constitucionalização do país deveria apresentar os nomes de seus companheiros para essa empreitada ainda naquele mês.⁷ Mas, enquanto não estivesse organizada, o combate se dava pela imprensa, especialmente pelo *Diário da Bahia*, com denúncias sobre o governo, críticas ao planejamento orçamentário, notas sobre possíveis demissões, matérias sobre conflitos em diferentes municípios e um constante desgaste da imagem de Juraci Magalhães, através da seção “Vox Populli - Vox Dei”.⁸

A campanha feita através do *Diário da Bahia* surtiu efeito entre os jovens acadêmicos. No dia 19 de janeiro de 1932, a “mocidade baiana”, através do matutino dirigido por Sodré, informava que estaria organizando uma série de conferências na Faculdade de Direito. Coordenadas por Nelson Carneiro, então bacharelando em Direito e pelo professor Edgar Sanches, essas conferências marcaram o alinhamento dos acadêmicos da Bahia com os de São Paulo e Rio de Janeiro na marcha pela reconstitucionalização do Brasil.

Assim, ao tempo em que a lei eleitoral vinha sendo feita pelo ministro Maurício Cardoso e sua equipe na capital do país, na Bahia, os seabristas defendiam, reiteradamente, a reconstitucionalização do país, através do *Diário da Bahia*, de conferências e da distribuição de material impresso pelas ruas de Salvador. Afirmavam que a “mentalidade política militar era muito fraca, não possuímos [no Brasil] militares adaptáveis à experiência de governo”⁹,

faccioso, desabusado, desvirtuador dos princípios revolucionários (...). THESESES E TEMAS: o paradoxo manifesto”. *Diário de Notícias*. 18.1.1932. PBEB.

⁷ Observa-se que há uma mudança fundamental nessa forma de organizar os partidos. Embora não fossem partidos nacionais, as agremiações políticas partidárias que se organizavam no ano de 1932 e 1933 na Bahia buscavam, de forma distinta do período anterior a 1930, se estruturar nos municípios baianos, criar bases entre os coronéis. Conforme afirmou Wilson Lins, quando se convocou a Convenção Estadual para criação do PSD, no final de 1932, em quase todos os municípios já havia um diretório praticamente funcionando. Como veremos adiante, a Coligação Sertaneja que veio a ser formalmente criada em novembro, desde maio já estava em pleno funcionamento. Ao investigar a relação dos coronéis do Baixo Médio São Francisco com a interventoria de Juraci Magalhães, Maria Alba Machado Melo afirma que, embora os coronéis tenham enfraquecido militarmente, por conta do desarmamento promovido pela revolução, a criação de partidos promoveu a institucionalização do poder desses coronéis, incentivando a luta partidária e a disputa parlamentar, antes restrita a nomes da capital. MACHADO MELO, Maria Alba. *História Política do Baixo Médio São Francisco: um estudo de caso de coronelismo*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 1989.

⁸ Expressão em latim que significa Voz do Povo, Voz de Deus.

⁹ CONSTITUIÇÃO. *Diário da Bahia*. Salvador, 12.1.1932. PBEB.

era preciso defender o “regime federativo e as garantias de liberdade de pensamento, de associação, de reunião e, principalmente, liberdade de imprensa e da tribuna que devem estar fora da compressão do Exército”.¹⁰ Esses princípios expressavam a concepção liberal de uma nação soberana, soberania esta corporificada nas elites pelo exercício do voto, segundo o discurso que se apreende da matéria do jornal.

Quanto às interventorias, o interesse era construir uma narrativa de instabilidade e depreciação do governo militar. Afirmavam que o interventor no estado era “um funcionário público federal, de confiança demissível” como outro qualquer, a exemplo do diretor dos Correios, dos telégrafos ou outra repartição pública, portanto, não havia o que temer.¹¹ Um discurso recorrente que visava impedir que Juraci Magalhães tivesse sucesso no governo da Bahia. Se os tenentes viam a Revolução como um fim, os seabristas viam-na como meio. Não era admissível, então, “a inexperiência e a ingenuidade de um tenente, que desconhecendo o estado baiano teria lançado sobre os municípios o flagelo da politicalha, entregando posições importantes a conhecidos reacionários.”¹²

Era preciso superar aquele estado de coisas, e os seabristas passaram então, a apelar não apenas para os estudantes, professores e demais representantes de classes na Bahia, mas, sobretudo, para o brasileiro, de um modo geral corporificado na narrativa liberal como o povo, conforme revela o fragmento textual que segue:

O governo ditatorial, a ditadura em geral, não é regime a que se sujeitem voluntária e gostosamente, homens de cultura jurídica, homens afeitos à liberdade dos movimentos, formados moralmente pelo modelo dos bons e dignos cidadãos de uma república. / Toleram-se, como mal menor, esses governos de força e de arbítrio no dia seguinte à revolução. / Isto se compreende, e fora daí, desses recursos extremos dos povos rebelados, contra os regimes ou os governos apodrecidos seria literalmente a anarquia. A sociedade, porém, qualquer que seja, mesmo o clã selvagem, não pode

¹⁰ Idem.

¹¹ INTERVENTORIA E PROCESSO. *Diário da Bahia*. Salvador, 13.1.1932. BPEB.

¹² A DESORGANIZAÇÃO MUNICIPAL. *Diário da Bahia*. Salvador, 16.1.1932. BPEB. Altamirano Requião rebate as sucessivas críticas de Seabra numa matéria publicada pelo *Diário de Notícias*, no dia 8 de janeiro de 1932. Segundo o texto, era equívoco que Juraci Magalhães tivesse entregado-lhe o 3º Distrito para que ele fizesse o que bem entendesse. Defendia que Juraci Magalhães não tinha nenhum interesse de restituir o Estado, ainda sob a bandeira da ditadura, ao “regime feudal de chefetes, chefinhos e chefôtes!” O que havia, de sua parte, era o interesse de “cumprindo com o meu dever de brasileiro, cooperar com os homens do governo toda vez que se eles me afigurem dotados de boas intenções e de são patriotismo (...)”. EPISTOLA OPORTUNA. Altamirano Requião. *Diário de Notícias*. 8.1.1932. BPEB. No dia seguinte, Regis Pacheco também faz importantes observações sobre as acusações de Seabra e ainda no mês de janeiro o *Diário da Bahia* publicou duas matérias sobre o coronel Franklin Lins de Albuquerque, uma delas buscava provar que este havia sido revolucionário e que teria recebido dinheiro “da Legalidade” aconselhado pelos próceres da Revolução, apenas para que não se descobrisse a tempo o seu posicionamento. *Diário de Notícias*. Salvador, 20.1.1932. A relação ambígua entre Franklin de Albuquerque e os revolucionários foi levantada no primeiro capítulo dessa tese.

subsistir sem um governo, como não pode haver corpo sem cabeça. O fato, por excessivamente mezinheiro, dispensa explicações. / O brasileiro, na hora que passa, conhece mais uma vez essa contingência da vida política, a de obedecer voluntariamente a um concidadão, por ele escolhido ou aceito, elevado ao posto que, normalmente, se destina a seu magistrado supremo, ao presidente da República e ao Estado. / Mas o próprio povo que faz a revolução, e afronta as suas consequências imediatas tem o direito de ajuizar da conveniência ou oportunidade de por termo a esse governo de transição. Ele é indiscutivelmente o árbitro da cassação da ditadura e do restabelecimento da ordem legal. Ele fala pelo interesse geral da nação, não advoga os interesses de classes, de regiões, de facções. / Os brasileiros por todos os meios e modos de manifestar a sua vontade e o voto de sua consciência estão a clamar e reclamar pela volta, sem mais rodeios, ao regime constitucional (...).¹³

Nas edições seguintes, esse discurso é retomado frequentemente. Combatendo os membros do Clube 3 de Outubro, que defendiam a manutenção do governo discricionário, os seabristas lembram que:

(...) Mas, como o regime republicano quem QUER, quem PODE QUERER, quem DEVE QUERER, é o povo, O POVO, desrespeitando o QUERER do Sr Washington Luís, quis a revolução. / E com o querê-la, fê-la e venceu-o. Ora, não é justo que essa revolução fosse feita em pura perda, para deixar o povo sem vontade e sem-querer como antigamente acontecia nos ominosos tempos do regime que caiu. O povo quer a Constituinte e os que não na querem, é porque sentem a voz da consciência bradar-lhes que a aurora da constituição será o ocaso do seu poderio.¹⁴

Como se vê, o que está implícito nesses discursos é a disputa pelo protagonismo entre militares e políticos no processo revolucionário, questão já abordada. Os membros do Partido Democrático na Bahia buscavam destacar os seus papéis para o desfecho da Revolução de 1930 no estado e desconstruir uma ideia que se ia enraizando no país, acerca do tenentismo como principal protagonista do movimento.¹⁵ Ao combater a “tenentização do Brasil”, os

¹³ QUESTÃO DE SENSIBILIDADE. *Diário da Bahia*. Salvador, 26.1.1932. BPEB.

¹⁴ A VOZ DA CONSCIÊNCIA. *Diário da Bahia*. Salvador, 30.1.1932. BPEB.

¹⁵ Diferente de Boris Fausto e Francisco Weffort que defendem que esse momento foi caracterizado pela formação de um “Estado de Compromisso”, Anita Leocádia Prestes afirma que nos anos que se seguiram ao “golpe de 1930”, e diante da “crise de hegemonia” do período, o que se viu no Brasil foi o surgimento da ideia de se construir um estado forte. Daí, sairia reforçada a posição de setores “relativamente independentes das flutuações de opinião pública”. Para ela, “o exame dos principais aspectos da reorganização promovida nas Forças Armadas no pós-30 revelou que o Exército e a Marinha estiveram no centro do poder. Ver: PRESTES. Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.36,44. José Murilo de Carvalho afirma que a construção de uma nova ordem em bases puramente civis revelava-se impossível naquele período, mas os próprios militares estavam divididos quanto ao modo de conduzir o processo pós-30, razão pela qual o período abrigou dezenas de conspirações que, em tese, revelavam as diferentes do

liberais baianos, partidários de Seabra, queriam destacar o próprio papel como revolucionários e, com isso, reclamar os espaços que estavam sendo ocupados por outros que pouco ou nada haviam contribuído para a organização do movimento.

Para entender essa questão é preciso trazer ao debate algumas interpretações acerca do tema. No que tange à participação do povo, Boris Fausto interpreta que a classe operária não teria assumido um papel preponderante para o sucesso da Revolução de 1930. Conforme já sublinhamos, para ele, o proletariado nos anos 20, ainda que representado pelo Partido Comunista e pelo Bloco Operário Camponês era um ator político irrelevante, pois a conjuntura na qual estava inserido não lhe permitia agir.¹⁶

Para Fausto, a classe operária aparecia mais como problema do que como personagem. Ainda que os setores burgueses da década de 1920 tenham levado em conta o proletariado para algumas de suas definições, sobretudo, em função da crise a partir de 1929 era em torno do Partido Comunista e da nova opção revolucionária aberta por ele, que os trabalhadores se enfeixavam:

O proletariado não interveio na revolução como *classe*, tomada a expressão em sentido estrito, isto é, como categoria social composta de indivíduos que não exercem papel semelhante no processo produtivo, mas tem objetivos definidos de ação, oriundos de uma consciência comum do papel que desempenham neste processo e na sociedade. Sua reduzida vanguarda manteve-se alheia ao movimento e criticou-o em bloco, formulando a única análise, na época, onde há uma crítica coerente à estrutura econômica e social do país.¹⁷

Esse argumento de Fausto foi rebatido por De Decca que defendeu o protagonismo das classes operárias nos anos que antecedem o processo revolucionário de 1930. Desse modo, defende o autor, a Revolução de 1930 constitui-se num marco de dominação política que silenciou a atuação dos operários reunidos em torno do BOC (Bloco Operário e Camponês) e que, àquela altura tinha plenas condições de lutar pela revolução democrático-burguesa como força política. De Decca afirma, sob essa ótica, que é um erro considerar a classe operária

núcleo militar nesse processo de “reconstrução do Brasil”. Carvalho. José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006. p. 62-101.

¹⁶ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. 16ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 7.

¹⁷ Fausto complementa: “entretanto, há indicações de que a massa operária simpatizava com os revolucionários. [...] esta aproximação tem, a nosso ver, importância maior do que geralmente se atribui e, se melhor comprovada, poderá iluminar muita coisa a respeito da evolução entre a massa operária e o novo governo. FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. (1995). op. cit. p. 246.

inerte em 1930. O sucesso atribuído aos tenentes foi, portanto, um processo de memorização na perspectiva dos vencedores.¹⁸

Diante desse debate, cabe observar a correlação de forças entre as classes, que resultou na natureza do regime político implantado em 1930. Por mais que se registre que com a crise de hegemonia o Estado de Compromisso buscasse amparar nas massas a sua legitimidade, esses setores não eram parte do núcleo duro desse Estado. Assim, se por um lado o novo regime buscava incorporar as massas, ainda que de forma subalterna, os políticos depostos e, principalmente, os grupos oligárquicos que haviam participado efetivamente da Revolução buscavam nessas massas o apoio para um possível movimento contrarrevolucionário, sob a bandeira da elaboração de uma nova constituição no país, a exemplo do que viria acontecer em São Paulo, em 1932.¹⁹

Talvez por isso os políticos baianos investissem tanto numa narrativa que conferia protagonismo ao povo durante a Revolução de 1930, sobretudo porque viam a Bahia ocupada por um militar que era sabidamente contrário à reconstitucionalização naquele momento e que investia fortemente no sentido de integrar a Bahia ao movimento de centralização política.

Se os políticos do Partido Democrático da Bahia, então aliados do poder tal como os remanescentes do PRB, queriam, ao modo do PD paulista organizar o movimento contrarrevolucionário, era preciso ter apoio da população e para tanto, não viam melhor argumento do que ressaltar o protagonismo dela na Revolução de 1930, destacando o quanto vinham sendo desprestigiada pelo governo vigente que ameaçava impor-lhe mais tempo de ditadura.

Conforme veremos, o Partido Democrático da Bahia buscou alinhar-se a São Paulo. Naquele estado, depois da interventoria do tenente João Alberto, no ano de 1931, o PD (paulista) passou a hostilizar o governo provisório, que estava empenhado em desarticular a elite cafeeira. Em fevereiro de 1932, o PD aliou-se ao Partido Republicano Paulista (PRP) e juntos formaram a Frente Única Paulista (FUP). Assim como aconteceu no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, a Bahia também buscou a consolidação de uma Frente Única envolvendo

¹⁸ DE DECCA. *1930, O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004. Destaca-se aqui o pioneirismo de De Decca no tratamento do tema da memória como objeto da história.

¹⁹ Sobre o caráter contrarrevolucionário da Revolução Constitucionalista de 1932 ver: LEITE, Aureliano. Causas e objetivos da Revolução de 1932. Comunicação em comemoração ao 30º aniversário. Sociedade de Estudos Históricos. Reprodução em: *Revista de História*. 26.10.1961. Ver também: CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981; BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992; HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira: a história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

os membros do Partido Democrático e do PRB, mas os ressentimentos políticos ainda aflorados impediram que a FUB se consolidasse. Evidentemente, qualquer reação ao governo provisório precisaria de apoio popular, razão pela qual os seabristas investiam na veiculação de matérias que dessem destaque a esse segmento, através do *Diário da Bahia*.

Assim, se por um lado Juraci Magalhães realizava viagens, almoços, acordos e distribuição de cargos públicos para arregimentar os chefes locais e se fortalecer como governo no interior do estado, construindo o que Boris Fausto considerou uma “aliança entre classes”, um rearranjo de poderes no qual um grupo dirigente incorpora o outro sem que ele tenha sido necessariamente destituído do poder;²⁰ por outro, provocava conflitos intermináveis ao acatar as substituições ou nomeações feitas pelos seus representantes nos diferentes municípios.

No início de 1932, a situação política de Água Preta, Cruz das Almas, São Gonçalo dos Campos, Valença, Santo Amaro, Jequié e Mutuípe, só para tomarmos alguns exemplos, era de crise e violência. Entre as razões para a desordem, as nomeações de homens estranhos à Revolução ou sem competência técnica para o cargo, eram as mais apontadas.²¹ Havia, também, um grande número de denúncias de violências impetradas pelos prefeitos, quase sempre sem punição e com censura a imprensa local para não divulgar os fatos.

À medida que muitos prefeitos foram preteridos pelos representantes de Juraci Magalhães, o segmento que apoiava Seabra ganhava força no interior do estado. O caso do prefeito de Casa Nova é um exemplo. Ao pedir demissão do cargo, Sátiro Araújo enviou um telegrama a Juraci Magalhães nos seguintes termos:

Casa Nova, 30- Interventor Federal - Bahia

Aceitei o cargo de prefeito convicto de que as ideias revolucionárias alimentassem o propósito de sanear a vida administrativa do Estado. / Informado de que foi (*sic*) nomeado autoridades policiais deste município pessoas adversárias, em completa ignorância minha. Deponho nas mãos de V. Exa o cargo de prefeito para o qual fui nomeado (ilegível) solicitação, certo de que deixei patenteada na minha administração uma fase de franco progresso. / Não me causou surpresa a atitude de V. Exa, deixando de, talvez, levar por desleais adversários, amigos que, zelando mais o interesse próprio, massacram e aniquilam a vida coletiva do estado. / Lamento,

²⁰ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. 16ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

²¹ Ver: Denúncia sobre a administração de Santo Amaro, na qual acusava-se o prefeito de não ter a menor preocupação ausentando-se frequentemente da cidade para tomar parte em danças e *picnics* e deixando-a abandonada e suja. Afirma que o experiente Eduardo Mamede nada governava e era controlado pelo senhor Otávio Pedreira. SANTO AMARO VAI MAL. *Diário da Bahia*. Salvador, 2 de fevereiro de 1932. BPEB.

contristado, a feição política que vai tomando a minha zona reingressando no antigo regime da injustiça e da deslealdade. De público pretendo dizer como encontrei a minha terra e como a deixei. / Faço votos para que os novos amigos de V. Exa correspondam à expectativa, e que Deus se empadeça da humanidade.

Sátiro Araújo ²²

De Jequié, chegava outro telegrama ao interventor tenente. Acusado de cometer desvios na gestão do município e de ser demitido sem que a população e ele próprio tivessem acesso ao teor das denúncias, o prefeito de Jequié, Gustavo Santos, dirige-se a Juraci Magalhães com tom de evidente desassombro e cobrança:

Baixão, 4

Preparava-me para renunciar o cargo de prefeito de Jequié quando fui surpreendido de haver contra a minha gestão, denúncias de indivíduos desclassificados. / Com a atitude lógica de qualquer homem digno, solicitei de vossência mandar sindicatar. Tardiamente atendido recebi seu telegrama, avisando a minha suspensão e nomeando um interventor interino, enquanto durassem as sindicâncias, seguindo-se minha sensata exposição, e, apuradas denúncias como caluniosas, pudesse eu levar aos tribunais os caluniadores.

Decorridos noventa dias entre embustes e mistificações, nas quais vossência proporcionou-me profunda desilusão dos moços de meu país. Vossência nomeou novo prefeito pra Jequié, sem apresentar os motivos de minha demissão, apesar de vir eu insistindo para que sejam publicados os relatórios do interventor interino e da comissão de sindicâncias feitas sobre meu governo municipal. Vossência não a fez, preferindo guardá-las; porquanto eles, publicados, como expressão dos fatos, constituiriam razões de ufania e de honra para qualquer homem público, modesto como eu, ou notável como vossência. / Essa situação de negativismo revolucionário, de traição aos sagrados interesses do estado, que busca confundir dignidades pessoais, é impossível continuar, abrindo eu um parêntese no labor diário para lançar um repto de honra, apelando para a sua dignidade individual como cidadão e como tenente brioso, a fim de publicar os resultados das sindicâncias e o motivo porque me afastou do governo.

Revolucionário legítimo, com irrecusáveis serviços prestados à causa nacional, não me admirou as denúncias dos trabuqueiros energúmenos, mas, me admirei como vossência se portou, tido que é como bom moço. / Saiba ainda que deixará à margem esse incidente, que exposto é uma vergonha, se não fossem as responsabilidades inalienáveis de ordem particular e pública. Não fossem razões poderosas, continuaria no meu retiro revendo as tradições gloriosas da Bahia, mãe heróica da nacionalidade, hoje martirizada pelos que esquecem o cumprimento do dever e traem o ideal cívico da jornada memorável de Outubro.

²² EXEMPLO DE ALTIVEZ. *Diário da Bahia*. Salvador, 31.1.1932. BPEB.

Esses telegramas, enviados ao jornal da capital, nem sempre poderiam ser publicados em suas respectivas cidades. Tal como ocorria nos jornais em Salvador, a imprensa do interior também sofria censura. Um exemplo é o caso do jornal *A Razão*, de São Gonçalo, cujo jornalista Álvaro Borges sofreu graves ameaças por divulgar o caso do espancamento que envolvia um funcionário do prefeito e repercutir a crítica a um Ato do prefeito que determinava a si mesmo como único comprador de fumo do município.²⁴

Certamente que essa censura era feita tomando como parâmetro as atitudes do próprio interventor federal. Para “manter a ordem” na Bahia, Juraci Magalhães não poupou esforços em perseguir os jornalistas. No final de janeiro, teria enviado o tenente Hanenquim Dantas à redação do *Diário da Bahia* para que o órgão fosse notificado de que o interventor não iria tolerar notícias sobre sua possível saída do governo do estado.²⁵ No início de fevereiro fez saber por telegrama ao ministro da Justiça, Maurício Cardoso, que “para evitar que os adversários do regime revolucionário atingissem aqui [na Bahia] os seus objetivos, irei dosando, criteriosamente, medidas repressivas de acordo com as necessidades”. O telegrama teve repercussão negativa em quase toda a imprensa baiana, carioca e paulista.²⁶

Juraci Magalhães tomava medidas típicas dos momentos de crise de autoridade. Suas ações demonstravam que ainda não dispunha de bases de apoio suficientes para governar combinando força e consenso, o que significa dizer que ainda não ocupava, efetivamente, a condição de dirigente do estado, mas tão somente um preposto do governo central. Apesar disso, precisava garantir que o programa revolucionário fosse cumprido e as soluções de força foram recorrentes nos primeiros anos do seu governo.

Assim, com a imprensa sem garantias e com o retorno de Sodré e Seabra para a capital do país, restava aos baianos clamarem por um conterrâneo no poder, e de preferência, civil, conforme matéria transcrita abaixo:

²³ UM REPTO DE HONRA AO SR. JURACI MAGALHÃES. *Diário da Bahia*. Salvador, 5.2.1932. BPEB.

²⁴ ATOS MUNICIPAIS. Ato nº 16, de 02.1.1932. *Jornal A Razão*. São Gonçalo, 28.01.1932.

²⁵ O DIÁRIO DA BAHIA E O GOVERNO DO ESTADO. *Diário da Bahia*. Salvador, 30.1.1932. BPEB.

²⁶ O TENENTE INTERVENTOR. Reprodução do telegrama enviado por Juraci Magalhães ao Ministro da Justiça. *Diário da Bahia*, Salvador, 5.2.1932. BPEB.

A experiência de todos os povos, com exceção apenas de alguns retardados sob o regime dos pronunciamentos e dos caudilhos consagrou, há muito esta verdade: - que o militar será bom chefe de tropa, mas não de estado. Mesmo entre nós, que não nos consideramos país de pronunciamentos, não passa de exceção o caso do militar estadista.

E pelas razões há que já nos referimos, razões de disciplina e de altas conveniências nacionais é sempre preferível que, na sua direção geral da coisa pública as armas cedam lugar à toga. (...) Estaremos, portanto, não só com as nossas convicções mas ainda, com as da própria revolução, que não quer vestir-se com a aparência de militarismo pleiteando pela colocação no governo da Bahia, de um baiano, antes de tudo, e de um civil, de preferência. *Ser baiano quer dizer, cidadão identificado com os interesses, os meios, os homens, e os negócios de nossa terra, ligado aos seus destinos por todos os liames e relações que a naturalidade subentende e a ditadura convivência e a formação espiritual poderão suprir, esse é o requisito essencial a um governante qual o queremos, para fazer na Bahia um governo aceitável pelas nossas tradições e os nossos brios e não uma espécie de pró-consulado romano nas províncias conquistadas.*²⁷

O jornal *A Tarde*, que por mais de um ano se absteve de fazer críticas aos governos revolucionários em função da censura e do exílio de Simões Filho, que há pouco tempo havia regressado ao Brasil, também fez, embora com mais cautela que o *Diário da Bahia*, sérias críticas contra a interventoria de Juraci Magalhães durante o mês de janeiro de 1932, parte delas denunciando as crises administrativas nos municípios do interior, as medidas de ordem econômica que afetavam diretamente a produtores correligionários de diferentes cidades e a incapacidade do interventor de solucionar os problemas relacionados à seca que tinha levado centenas de baianos ao flagelo.²⁸ Em matéria assinada por Simões Filho, em resposta a uma carta recebida de um militar na redação do jornal afirma: “(...) considero uma das maiores necessidades a manutenção do elemento armado na esfera dos seus deveres profissionais e o seu divórcio sincero da política, que o indisciplina, corrompe e desorganiza (...)”.²⁹

²⁷ UM BAIANO, E DE PREFERÊNCIA CIVIL. *Diário da Bahia*. Salvador, 13.2.1932. BPEB. Grifos nossos.

²⁸ Sobre a seca no interior da Bahia ver: MARTINS, Daiane Dantas. *Um flagelo no sertão baiano: cotidiano, migração e sobrevivência na seca de 1932 (Vila de Canabrava do Gonçalo, Xique-Xique)*. Dissertação de Mestrado. UNEB, Campus V, 2010.

²⁹ Ver entre outras a matéria OS MILITARES POLÍTICOS E A A TARDE. Resposta a um oficial assinada por Simões Filho. *Jornal A Tarde*. Salvador, 12.1.1932. BPEB. Um dia depois o *Diário de Notícias* responde que: “(...) Como todos os estados, a Bahia, por exemplo, vai usufruindo, do melhor modo e com incontestáveis vantagens a administração restauradora desenvolvida pelo seu interventor, cuja orientação, no trato cuidadoso e nas soluções acertadas de vários problemas econômicos e financeiros, há merecido, continuamente, aplausos da coletividade baiana. Em todos os municípios do nosso interior, a preocupação dos que o governam é trabalhar pelo seu desenvolvimento e pelo seu progresso, absolutamente alheados das competições políticas que tanto os infelicitavam e os diminuía, como células atuantes da grandeza do estado (...)”. OS MILITARES NAS INTERVENTORIAS. Editorial. *Diário de Notícias*. Salvador, 13.01.1932.

Apesar disso, a maioria das notícias veiculadas pelo *A Tarde* referia-se aos acontecimentos dados no sul do país, movimentos estes tomados como modelo para serem seguidos na Bahia. Entre eles o que mais se destacava era o movimento pela reconstitucionalização que se vinha verificando em todo o Brasil, mas que havia encontrado em São Paulo um terreno mais fértil para se desenvolver.

Assim como a Bahia, São Paulo também foi governada por militares após a vitória revolucionária. Os paulistas, no entanto, sempre foram combativos às decisões de Vargas e não aceitavam os nomes indicados para a interventoria do estado. No início daquele ano os conflitos ganhavam notoriedade em todo o país e havia, aqui, a esperança de que resolvido o caso paulista a Bahia fosse o próximo estado a ser apreciado por Vargas, nomeando-lhe um baiano civil para o governo.

O *A Tarde* afirmava que por mais relevante que fosse o movimento constitucionalista, estava baixando-se ao nível das querelas pessoais e aos interesses materiais de grupos e classes. Os militares que estavam no governo, segundo a nota do jornal, “enamorado pelo poder discricionário” temiam o dia em que o povo fosse chamado a decidir os destinos do Brasil, temiam que a decisão das ruas lhe fosse adversária. Tal como teria ocorrido na Primeira República, a constitucionalização de 1891 também era alvo de reflexões de duas correntes opostas, uma de militares e uma dos “amigos do direito”, que venceu.

Em 1932 o cenário era similar, a diferença, porém, é que outrora uma voz baiana se levantava contra “o regime de arbítrio”, Ruy Barbosa, que naquele ano servia de farol aos que abraçavam a causa.³⁰ Para os remanescentes do PRB, esse era o medo dos homens “estranhos à política”.³¹ Por essa razão é que Juraci Magalhães, embora tenha recebido instruções de se abster da política partidária na Bahia,

(...) Em verdade, nunca fez outra coisa senão cortejar pessoas ou classes, que viesse a formar no “seu partido”. Agindo de começo com cautela passou, depois, a se despejar em atos e manobras que lhe valeriam, no exército dos politiqueros, uma promoção a general de brigada, se o ideal

³⁰ NOTAS DIVERSAS. Jornal *A Tarde*. Salvador 21.1.1932. BPEB.

³¹ Em nota publicada no Jornal *Diário de Notícias*, no dia 7 de janeiro de 1932, Juraci Magalhães desmentiu essa orientação. Na mesma data o jornal publicou uma matéria assinada por Domingos Veloso que afirmava que embora se afigurasse temerário, por parte do governo, tratar-se de associações políticas isso não era motivo insuperável “para impedir o gesto de sincera e espontânea ajuda daqueles que se julgam no dever imperioso de não recuarem ante a fatal inclemência da investida facciosa, que obedece ao espírito gregário e tem sido nessa imensa pátria, senão o maior, ao menos o mais complexo e um dos mais graves desvios da formação mental de nossa nacionalidade. Ver: “Governo do Estado”; À BEIRA DOS PARTIDOS. *Diário de Notícias*. Salvador, 7 de janeiro de 1932.

hoje, não fosse ser tenente. Não só está politicando às escancaras, como está revelando muito pouco escrúpulo no recrutamento da sua patrulha (...).³²

As críticas emitidas através do vespertino foram contidas ainda no final de janeiro. Diante da agressão ao jornalista baiano José Rabello por dois militares fardados, no final de janeiro de 1932, o *A Tarde* recuou, limitando-se a reproduzir, no que diz respeito aos desdobramentos da Revolução de 1930, matérias veiculadas, principalmente, nos jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro.³³ Além do mais, o novo código eleitoral estava prestes a ser assinado e já era quase consenso que na Bahia, tão logo pudessem votar o povo destituiria o governo militar.

3.2. A Liga Baiana Pró-Constituinte

No que diz respeito à elaboração de uma nova Constituinte, o final de janeiro de 1932 se apresentava no Brasil com o seguinte cenário: publicação do Manifesto do Partido Democrático na Bahia, com reprodução em cinco jornais da capital, término da redação do Código Eleitoral pela equipe do ministro Maurício Cardoso, Manifesto dos “moços cariocas” em prol da constituição, movimento do Partido Libertador, no Rio Grande do Sul, em favor das bases constitucionais, intensa atividade dos acadêmicos da Liga Paulista Pró-Constituinte, organização do Movimento Feminino e suas reivindicações eleitorais, entre outros acontecimentos mais regionalizados que cortavam todo o Brasil, especialmente em Minas Gerais, Pernambuco, Mato Grosso e Pará. Até mesmo Otávio Mangabeira, a partir das informações recebidas por cartas no exílio afirmava que era difícil ver de longe, “mas essa

³² “Notas diversas”. Comentários à moção do Comércio dirigida ao interventor Juraci Magalhães. Jornal *A Tarde*. Salvador, 28.01.1932. BPEB.

³³ Na edição de 04 de fevereiro de 1932 os dirigentes do vespertino justificaram a sua posição: “A *A Tarde* passou mais de um ano, a contar da vitória da revolução até poucos dias atrás, abstendo-se inteiramente de opinar sobre assuntos da administração pública. Sem garantias de espécie alguma, não tínhamos outro caminho a seguir. Há mais ou menos um mês, o senhor ministro da justiça notificava aos jornais com solenidade, que o governo resolvera revogar a censura à imprensa, que era com este ato restituída à liberdade. Participamos da presunção de que essa resolução fosse real. Temos a experiência em contrário, com provas documentais. Neste estado a imprensa nunca atravessou uma fase mais cheia de ameaças e perigo. Aí tem o povo a razão porque suprime a *A Tarde* das suas colunas, a partir de hoje até o dia em que dispuser de garantias efetivas, qualquer comentário sobre os atos da administração do estado”. “Notas Diversas”. *A Tarde*. Salvador, 04 de fevereiro de 1932. BPEB; Uma carta aberta a Simões Filho, assinada por Arthur Moyses da Silva Filho, foi publicada pelo *Diário de Notícias* ainda no final daquele mês. O autor da missiva buscava responsabilizar a Simões Filho de querer tornar um caso individualizado em crime de Estado. “Carta aberta ao dr. Simões Filho”. *Diário de Notícias*. Salvador, 30.01.1932. BPEB.

história de Rio Grande, Borges, Pila, Flores, Neves, Maurício Cardoso, tenente, Getúlio, Clube 3 de outubro, Constituinte, São Paulo etc, estava para desandar em alguma zoadá”.³⁴

E nesse contexto conturbado qual o nome que se destacava como grande liderança nacional? Perscrutando as fontes do período sobre a presença de possíveis lideranças surgidas do movimento revolucionário de 1930, é possível concordar com as palavras de Cândido Fontes na missiva encaminhada a Otávio Mangabeira, em 10 de janeiro de 1932. Afirmava o ex-deputado que a Revolução não teria dado “uma cabeça, não fez surgir um homem, não criou um estadista”. E o Brasil, com seus quarenta milhões de habitantes estava diante de um vácuo e desordem que levaria ao caos mais cedo do que podia supor os brasileiros da época.³⁵ Na ausência de forças maduras à frente do estado ou na incapacidade destas de representar o conjunto da população, abria-se um espaço para que surgissem novas lideranças.³⁶

Foi nesse horizonte favorável à luta política que os jovens acadêmicos da Bahia se envolveram de forma direta com as reivindicações pela reconstitucionalização do país. Desde o final do ano de 1931 já se especulava a formação de uma Liga de Ação Política na Bahia. Mesmo estando no exílio, Otávio Mangabeira, logo que soube da fundação de um grupo de oposição ao governo na capital do estado não hesitou em apontar Alagoinhas como um lugar propício para se fundar um diretório. Escrevendo a Joaquim Climério Dantas Bião, correligionário político de Alagoinhas, Otávio Mangabeira afirmava e questionava em carta do ano de 1932:

[...] Animei, quanto pude, a formação da Liga de Ação Política. Homens novos, de boa qualidade podem trabalhar pela Bahia. *Não seria o caso de facilitar a eles a constituição aí, em Alagoinhas, de um diretório de gente da mesma natureza que, à sombra dos nossos amigos, mantenha o fogo sagrado, para os efeitos do alistamento, etc? Você o julgará melhor.*³⁷

³⁴ Carta de Otávio Mangabeira a Simões Filho. 30.01.1932. In: Octávio Mangabeira. *Cartas do exílio* (1930-1934). op.cit. p. 281.

³⁵ BPEB. Carta Cândido Campos a Otávio Mangabeira. 10 de Janeiro de 1932. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio* (1930-1934). Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.2. p. 265-266. Naquele mesmo mês o padre Leão Veloso, exilado em Pequim, faz esta mesma afirmativa: “Mas, é um espetáculo triste, este de, num país novo, fazer-se uma revolução e não surgir em doze meses, um homem que se aproveite, nem uma ideia”. Nesta mesma carta, P. Veloso trata João Mangabeira como marxista. Carta de P. Leão Veloso a Otávio Mangabeira, 27 de janeiro de 1932. In *Cartas do exílio*, p. 276.

³⁶ Essas novas lideranças atuaram tanto dentro do PSD e da LASP quanto junto ao integralismo e ao comunismo. Sobre a relação entre os estudantes, os intelectuais e comunismo na Bahia ver: FONTES, Rafael Oliveira. *A seiva de uma juventude: intelectualidade, juventude e militância política* (Salvador, Bahia, 1932-1943). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2011.

³⁷ BPEB. Carta de Otávio Mangabeira a Dantas Bião. 07 de Janeiro de 1932. In: Octávio Mangabeira. *Cartas do exílio* (1930-1934). Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.2. p. 262. Grifos nossos.

Assim, no dia 27 de janeiro de 1932, reunindo-se pela primeira vez numa sessão liderada por Bulcão Junior, o acadêmico Otto Bittencourt sugere a criação de uma Liga-Pró Constituinte no estado baiano.³⁸ Tal como as suas congêneres paulista e carioca e o “Clube 24 de Fevereiro”, fundado também naquele mês para contrapor as ideias do “Clube 3 de Outubro” que era a favor do governo provisório e a manutenção do regime discricionário no Brasil, esses jovens se preparavam para organizar na Bahia o grande comício cívico que seria realizado concomitantemente em todo país, no dia 24 de fevereiro de 1932, data de aniversário da Constituição de 1891.³⁹ Ainda naquele mês Otávio Mangabeira mandou anunciar o término de seu “estágio na Europa” pelo jornal *A Tarde* que divulgou o seu retorno para 10 de março daquele ano.⁴⁰

Na capital da Bahia, além do comício que foi marcado para acontecer no dia 24 de fevereiro, às 18 horas, no Cruzeiro do São Francisco, suspenso a poucas horas de sua realização pela polícia local, ocorreu uma sessão cívica no salão nobre da Faculdade de Medicina, na qual discursaram Fausto Penalva e Nelson de Souza Carneiro.⁴¹

Segundo matéria do *Diário da Bahia*, as pessoas começaram a reunir-se às 15 horas. Meia hora depois, os dirigentes da Liga Baiana Pró-Constituinte colocaram um cartaz convidando o povo a permanecer no ambiente e participar do debate. Em pouco tempo, o secretário de polícia chegou ao local para suspender a atividade, alegando não haver sido expedido nenhuma autorização para a realização daquela manifestação popular. A população teria recebido o aviso com indignação que, segundo a matéria, motivou pequenos discursos, logo interrompidos pelo comissário da polícia, guardas civis, investigadores e soldados da infantaria devidamente armados.⁴²

No ano seguinte Nelson Carneiro escreveu:

³⁸ A diretoria dessa agremiação ficou assim constituída: Presidente, Bulcão Júnior; Secretário, D’Almeida Victor; Oradores, Otto Bittencourt Sobrinho e João Guimarães. “Os moços baianos e a Constituinte. *Diário da Bahia*. Salvador, 27 de janeiro de 1932. BPEB.

³⁹ Na Bahia, o clube 3 de Outubro só foi criado, oficialmente, em março de 1932. Ver: SAMPAIO. Consuelo Novais. *Poder e representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República*. 1930-1937. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992, p. 85; *Diário de Notícias*. Salvador, 24 de março de 1932. BPEB.

⁴⁰ Carta de Otávio Mangabeira para Pimenta da Cunha. 6.2.1932; Carta de Euvaldo Pinho para Otávio Mangabeira. 13.02.1932. In: Octávio Mangabeira. *Cartas do exílio* (1930-1934). op.cit.

⁴¹ PELA VOLTA DO PAÍS AO REGIME DA LEI. *Diário da Bahia*. Salvador, 24.2.1932; BPEB.

⁴² COMO A BAHIA COMEMOROU O 24 DE FEVEREIRO. *Diário da Bahia*. Salvador, 25.02.1932. BPEB;

A 24 de fevereiro de 1932, realizávamos, Fausto Penalva e eu, duas conferências no Centro Acadêmico, presididas pelo professor Aloysio de Carvalho Filho e, à tarde daquele mesmo dia o secretário da Polícia mandava o delegado da 1ª circunscrição anunciar ao Sr. Joel Presídio, redator-chefe do *Diário da Bahia*, então dirigida pelo Sr. Moniz Sodrê que fora proibido o comício que aquela folha convocara para as 17 horas, no Cruzeiro de S. Francisco.⁴³

Os comícios fracassaram também em São Paulo e Rio de Janeiro, ambos igualmente impedidos de serem realizados por intervenção direta ou indireta da polícia. Mas a iniciativa teve um saldo positivo, tendo em vista que naquela noite, no Palácio do Catete, Getúlio Vargas e o ministro da Justiça Maurício Cardoso, às 21 horas e sem solenidade alguma, assinavam o Decreto de nº 21.076, o Código Eleitoral.⁴⁴

A assinatura do Código Eleitoral impulsionou a corrida pela organização das agremiações partidárias e recrudescer a luta política no estado. Os conflitos só aumentavam, inclusive, dentro do governo constituído. As atitudes de Juraci Magalhães, abrigando a homens destituídos em 1930 não era bem vista por parte dos integrantes do Clube 3 de Outubro, liderado na Bahia pelo tenente Joaquim Monteiro. Por mais de uma vez foi divulgada a notícia de que 19º Batalhão poderia ser sublevado.⁴⁵

No sertão baiano o desarmamento teria deixado numerosas famílias desguarnecidas de proteção. Ao bando de Lampião, visto como uma das maiores ameaças ao homem do interior, segundo os críticos do regime, concorriam as arbitrariedades impetradas à população pelos novos “jagunços” da Revolução de 1930, entre eles, velhos e conhecidos coronéis como Franklin de Albuquerque e João Duque. Os prefeitos municipais, embora não gozando de exclusividade nas tomadas de decisões administrativas, em função da instalação na maioria dos municípios dos Conselhos Municipais, determinada pelo Decreto 20.348, de outubro de 1931, vulgarmente conhecido como Código dos Interventores, ainda ditavam as regras e submetiam as populações usando, muito frequentemente, a violência.⁴⁶

⁴³ CARNEIRO, Nelson de Souza. *O XXII de Agosto: o manifesto constitucionalista na Bahia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p.33.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ *Diário da Bahia*. Salvador, 27 de março de 1932. BPEB; *Jornal A Tarde*, 26 de março de 1932. BPEB. Sobre a incompatibilização do tenente Joaquim Monteiro e demais companheiros do 19º Batalhão ver: Freitas. *Alcance e limites do movimento tenentista na Bahia...* op cit. p. 115-128.

⁴⁶ Além das notas publicadas nos jornais há uma vasta documentação no Arquivo Público, entre cartas e telegramas, denunciando a violência à população por prefeitos, delegados de polícia e coletores de impostos, nos diferentes municípios baianos. Ver caixas de ofícios recebidos pelo Interventor Federal na Bahia no ano de 1931 e 1932, no Arquivo Público do Estado.

Além disso, os jornais propalavam mais uma ameaça ao povo baiano: o crescimento no estado do credo moscovita. O comunismo foi pauta recorrente de parte da imprensa na época, tanto da capital quanto do interior. Sobre o assunto, o jornal *Diário da Bahia* publicou em março de 1932:

(...) O melhor auxiliar da vitória do credo soviético é sem, dúvida, o regime discricionário que atravessamos. Com a suspensão de todos os direitos constitucionais e, como conseqüência, a ambição desvairada pelo poder, não há campo mais propício para a anarquia.

Daí, a intensidade da propaganda que é para realmente inquietar a nós outros, que não comungamos com os ideias da Revolução proletária. E, entretanto, o governo provisório parece cruzar os braços, indiferente, enquanto a ideologia moscovita continua fazendo adeptos entre nós (...).⁴⁷

A maioria dos jornais da Bahia fazia propaganda anticomunista.⁴⁸ No interior, no entanto, ela se mostra exacerbada no jornal *Folha do Norte*, da cidade de Feira de Santana. Sem dúvida, a preocupação tinha os seus fundamentos, pois naquele ano a organização dos trabalhadores na Bahia já se mostrava com uma sistematização mínima. Como exemplos podem-se citar a greve de padeiros, em Salvador, a greve dos ferroviários da E'ste Brasileira, a luta pela regularização das oito horas de trabalho e, mais tarde, a organização dos trabalhadores do comércio para se fazerem representados na Constituinte, notícias recorrentes na imprensa baiana daquele ano e que levava os patrões a temerem que nesses grupos surgissem lideranças comunistas.⁴⁹

A mudança era tão sensível que a questão social passou a fazer parte dos discursos dos homens que tanto defendiam quanto eram contra a Constituinte naquele ano.⁵⁰ No discurso

⁴⁷ O OLHO DE MOSCOU. *Diário da Bahia*. Salvador, 2.3.1932. Há uma quantidade significativa de trabalhos que analisam a cobertura da imprensa sobre o avanço das ideias comunistas na Bahia nesse período, entre eles podemos citar: ALVES, Cristiano cruz. “*Um espectro ronda a Bahia*”. *O anticomunismo da década de 1930*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. 2008.

⁴⁸ Entre eles as edições de 1931 e 1932 de *Folha do Norte*, de Feira de Santana; *Correio de Ilhéus* e *Diário da Tarde*, de Ilhéus; *Correio de Alagoinhas* e *O Popular*, de Alagoinhas; *A Ordem*, de Cachoeira, *A Crítica* e o *Jornal Oficial*, de Canavieiras; *O Município*, de Santo Amaro.

⁴⁹ Ver jornais citados entre janeiro e dezembro de 1932. Conforme assinalou José Martins Fontes “foi durante os primeiros quatro anos do Governo Vargas que se implantou, de forma generalizada e consistente, a maioria das leis trabalhistas”, o que justifica a organização dos trabalhadores baianos no período. Ver: FONTES. José Raimundo. *A Bahia de todos os trabalhadores: classe operária, sindicato e política*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 1996. p. 52.

⁵⁰ Para Pandolfi, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, o investimento na questão social “era reforçado por uma legislação sindical cujo objetivo maior era subordinar sindicatos à tutela do Estado.” PANDOLFI. op. cit. p 20.

proferido por Nelson Carneiro, na Faculdade de Direito, durante sessão cívica em prol da Constituinte no dia 24 de fevereiro, ele destacou:

(...) que seja *uma lei completamente nova, calcada pela onda socialista que se espraia pelo mundo*, ou uma simples obra de atamancamento corrigindo os pontos menos felizes da Constituição de 91, ainda não é o ponto para o exame. Será, certamente ponto de acurado estudo na assembléia Constituinte. E nós batemos nesse momento tão só, pela sua convocação.⁵¹

Certamente Nelson Carneiro estava respondendo aos pontos defendidos pelo *Clube 3 de Outubro*, que embora não quisesse a convocação da Constituinte naquele ano, por entender que a Revolução não tinha, ainda, cumprido o seu papel de “profilaxia social e política”, pautava-se por um discurso considerado socialista, ficando conhecido em todo o Brasil, ao menos através das matérias veiculadas pela grande imprensa, como *Esquerda Revolucionária*.⁵²

É preciso aprofundar o estudo acerca do que se configurava como *Esquerda* naquele período. Tomando por base os documentos aqui arrolados é possível, até o momento, distingui-la do comunismo. Em nenhuma passagem, até o período aqui analisado, comunista ou comunismo foram sinônimos de esquerda no Brasil, tal como seria relacionado a partir de 1935, depois do insucesso do levante de novembro; pelo contrário, a diferenciação que se fazia era clara tanto nos jornais quanto na documentação de arquivo. De acordo com o discurso das fontes, o Brasil estava dividido entre os liberais, os *fascios*, os socialistas, os comunistas ou moscovitas - quando se queria usar um sinônimo pejorativo, e a esquerda revolucionária.

Os historiadores não costumam fazer essa associação direta do Clube 3 de Outubro com a Esquerda Revolucionária, tal como está posta pela documentação. Dulce Pandolfi enumera o conjunto dos pontos defendidos no Programa desse Clube, mas não chega a analisá-lo a partir dessa chave de leitura: um programa que se dizia revolucionário para a

⁵¹ *Diário da Bahia*. Salvador, 25.2.1932. Grifos nossos.

⁵² Ver, entre outros: “As aspirações mínimas da Esquerda Revolucionária; “As esquerdas revolucionárias resolvem aceitar o heptálogo da frente única”; “As esquerdas revolucionárias aceitam o ponto de vista do Rio Grande”. *Jornal A Tarde*. 8, 11 e 12 de abril de 1932, respectivamente. Ver também: “Clube 3 de Outubro toma novos rumos”; “A última palavra da Esquerda Revolucionária”, “A esquerda Revolucionária defenderá a suas ideias até pelas armas”; “Um Congresso Revolucionário no Rio”; “Uma divergência nos arraiais da Esquerda” e “Congresso Revolucionário” *Diário de Notícias*. 10, 20 e 25 de junho de 1932, 12 de outubro de 1932, 7 e 22 de novembro de 1932. BPEB.

época. Além disso, a autora afirma que “o Clube não pretendia ser uma organização de massa, mas um núcleo de pressão junto ao governo provisório e um centro de discussão e debate”.⁵³

José Murilo de Carvalho afirma que o Clube 3 de Outubro surgiu das dificuldades encontradas pelos militares para efetivar o programa revolucionário. O Clube tornou-se, portanto, o principal núcleo de ação revolucionária, mas como alguns de seus membros militares mais ilustres foram saindo, como Goés Monteiro e Osvaldo Aranha, que passaram a considerar incômoda a atuação de seus pares, o Clube foi perdendo força. Por outro lado, afirma o autor, a esquerda também se desencantou com a ineficácia do Clube e “começou a debandar”, ingressando, mais tarde, na Ação Nacional Libertadora e no Partido Comunista.⁵⁴

Anita Leocádia Prestes, por sua vez, defende a ideia de que o Clube 3 de Outubro foi criado por uma cúpula governista que “contando com a participação tenentista, buscou neutralizar as resistências oligárquicas aos desígnios do novo grupo no poder”. Era, portanto, uma agremiação destinada a dar sustentação à Revolução, formado por civis importantes e próximos a Vargas. Diferente do que defende alguns historiadores, o Clube 3 de Outubro não teria hegemonia tenentista. Analisando o seu Programa, a autora afirma que com a eclosão da guerra em São Paulo, em 1932, as principais bandeiras de defesa do Clube, esboçadas no “Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil”, aprovado internamente e divulgado por toda imprensa, teriam sido abandonadas, fazendo com que o Clube deixasse de existir, ao menos na prática.⁵⁵

O fato é que essas ideias foram amplamente divulgadas na Bahia e povoaram o pensamento tanto de grupos que as abraçavam quanto de grupos que tinham pavor de que fossem executadas pelo governo. Um dos jornais que abria espaço para a divulgação do discurso dessa agremiação na Bahia, bem como do interventor federal, era o *Diário de Notícias*. Na edição de 2 de fevereiro daquele ano o jornal publicou uma matéria intitulada “Bandeira enrolada”. Assinada por Joaquim Seixas do Valle Cabral, um dos fundadores da ANL na Bahia, no ano de 1935, o texto pode ser tomado como uma expressão do debate da época, conforme demonstra a longa citação que segue:

Há dois “partidos” no Brasil de agora, o dos que querem e o dos que não querem a Constituição imediata. Nenhum, entretanto, disse ainda, qual Constituição quer para já ou para depois. / De um lado, o idealismo dos “jovens turcos” da revolução; de outro, o profissionalismo político da

⁵³ PANDOLFI, Dulce. *Os anos de 1930: as incertezas do regime*. op.cit. p.22.

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. op.cit. p. 72.

⁵⁵ PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30*. op. cit. p. 63-84.

bacharelize por ela desempregada. Descobre-se sinceridade naqueles. Descobre-se treita nos outros, com raras exceções. / De nós, não há meio de nos convenceremos de que a Constituição imediata será a salvação do país. Pois se foi exatamente debaixo de uma Constituição liberal que a nação se degradou a ponto de seu concerto depender do violento remédio revolucionário...

Em vez de uma assembléia para encher o vácuo financeiro dos politiqueros profissionais, e de uma Constituição para não ser respeitada e até servir de arma dos Governos contra o povo, não seria mais politicamente honesto um esforço consciente e sincero de uma dúzia de homens cultos, enérgicos e sensatos, administrando sem outras peias que as do bom senso até que se firmasse uma orientação política intérprete desassomburada das aspirações coletivas?

A Constituição “à queima roupa” é uma bandeira... enrolada. Desfraldassem-na, ao menos. Mostrassem-lhes, ao menos as cores. E, principalmente, as cores que mais devem interessar à coletividade brasileira (...).⁵⁶

No que diz respeito à questão social, tema de debate entre os intelectuais e políticos da época, Valle Cabral acrescenta:

(...) A questão social, por exemplo, tem sido insignificamente tratada. E, como a massa popular é o elemento vivo que, como o solo, integra a Nação, à vida nacional, está atenta às manifestações positivas da política revolucionária, que prometera ampará-la, protegê-la, confortá-la.

Hoje, que o proletário já não é aquele da antiga acepção romana, da classe ínfima, livre de impostos, valiosa somente pelos filhos que dava a república; hoje que proletários são todos aqueles, somos todos nós, sem reservas pecuniárias, sem bens de fortuna, que trabalhamos hoje para comer amanhã, ou pior, que trabalhamos hoje para comer hoje, ou, pior ainda, que trabalhamos para pagar o que comemos ontem, não se pode administrar sem o sentimento profundo do mais radical **socialismo**.

A questão social brasileira é especialíssima. Povo em formação, com má herança, embora, dos latifúndios, das tendências feudalistas e dos outros defeitos plutocráticos do Brasil Colônia, temo-nos formado essencialmente democráticos, por força, é provável, da escassez de fortuna privada coletivamente, em proporção ao vulto da população dispersa em tão vasto território. Não temos um **socialismo operário**, um **socialismo agrário**, nenhum **socialismo de classe** por que se trabalhar. Temo-lo, sim, de toda a gente. Porque o desconforto é geral. Atinge a massa. Atinge a todos - assalariados.⁵⁷

⁵⁶ “A Bandeira enrolada”. *Diário de Notícias*. Salvador, 2 de fevereiro de 1932. A matéria sobre a participação de Valle Cabral na fundação da ANL, na cidade de Ilhéus, foi divulgada no jornal *Diário da Tarde* desta cidade, em 1 de junho de 1935. Valle Cabral era engenheiro agrônomo e em dezembro de 1935 o *Diário de Notícias* divulgou, em nota, que em sua casa, revistada pela polícia estadual, fora encontrado material suspeito. Participou da fundação da ANL, ao lado de Valle Cabral, o dr. Edgar Motta e o então doutorando Fernando Marques dos Reis. Ver: *Diário da Tarde*. Ilhéus, 01 de junho de 1932; *Diário de Notícias*. Salvador, 09 de dezembro de 1932.

⁵⁷ Idem.

Diante do quadro, Cabral afirma que não bastava proporcionar ao povo brasileiro, quase todo proletário, o remédio das medidas “água-de-flor”, do *socialismo moderado*.⁵⁸ Isso só serviria, em suas palavras, para enfraquecer o entusiasmo das grandes reivindicações e mascarar a ideologia burguesa na capa de benemerência e humanidade. Se no Brasil, proletária era quase toda a gente impunha-se, conforme defendeu, medidas de caráter geral, abrangendo todos os ramos de atividade do povo. A despeito de um “socialismo brasileiro todo especial, todo regional, consoante a índole e as necessidades particularíssimas do povo” brasileiro era preciso:

(...) Extinguir os latifúndios; promover e repartir o trabalho; obrigar a remuneração aos trabalhadores tendo em vista não só a sua capacidade produtiva como **as suas necessidades**; gravar com pesados impostos o capital estacionário e as grandes fortunas individuais; infundir o espírito associativo entre o trabalho capital; oficializar e tornar obrigatória a educação e a assistência sanitária à infância; instituir “casa maternais, ao lado de estabelecimentos industriais e nos bairros proletários para o pouso diurno dos menores de três anos, filho das operárias; promover a distribuição quase gratuita de máquinas agrárias aos pequenos lavradores; instituir o seguro obrigatório contra a invalidez e a velhice; ensinar os **direitos humanos** implantando nas escolas, desde a primária, ao lado da educação cívica, a educação social, tudo isso, cuja significação moral é incontestável não estaria fora de um programa de uma revolução liberal.

Idealismo... dirão, com intuítos pejorativos, os burgueses e aqueles que, por força do hábito, embora às cousas erradas, acabaram por se convencer de que “a lei do mundo” é sem remédio”... com todos os seus erros. Mas, se foram os homens que criaram aquela lei e esses erros, quem, senão eles próprios, para os corrigir?⁵⁹

Valle Cabral conclui a matéria com a seguinte observação:

(...) Não nos iludamos, aqui, como em toda a parte, as conquistas sociais estão transpondo as trincheiras burguesas. Pensemos na Constituição. Mas, para fezê-la, arregimentem-se forças de ideias nobres. Tire-se a Constituição das justas aspirações coletivas. O que quer dizer: façam-na nos moldes daquelas aspirações. Façam-na os que as saibam compreender e interpretar, depois de compreendidos e arregimentados entre si.

E não serão “as velhas” da República que hão de abdicar dos seus egoísticos preceitos para fazerem a obra superior que a nação exige. Isto é

⁵⁸ Para um estudo sobre o socialismo no período ver: SCHMIDT, Benito Bisso. Os partidos socialistas na recente república. In: *A formação das tradições* (1889-1945). FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P.131-183.

⁵⁹ *Ibidem*.

papel da mentalidade nova, que não queira nada para si e que pela própria vida dê, sorrindo, em holocausto a felicidade coletiva.⁶⁰

Se os membros da Liga Pró-Constituinte na Bahia não queriam travar o debate sobre o modelo da constituição a ser criada no Brasil não podiam, também, ignorar os pontos divulgados pelo Manifesto do *Clube 3 de Outubro* e as bandeiras levantadas pelos partidários mais inclinados ao socialismo revolucionário, que de certo modo o apoiavam. A questão é que as reivindicações mais imediatas dos liberais e de seus correligionários na Bahia eram totalmente diversas desses pontos. Preocupavam-se, primeiramente, com a reconstitucionalização do país e o retorno do regime democrático, mas essa defesa não estava deslocada de um interesse em resolver os problemas de ordem material, como por exemplo, a queda, ao lado do governo provisório, da elevada taxaço imposta sobre a exportação, principal atividade econômica de muitos desses homens.

A situação econômica da Bahia naquele ano merecia atenção especial do governo. A seca e a crise que por mais de dois anos castigavam o estado já atingiam toda a população, até mesmo os mais abastados produtores rurais, que afastados do governo não podiam contar mais com as benesses dos cofres públicos. O que se via era exatamente o oposto, a instabilidade política expunha ainda mais esses homens, pois o aumento de impostos de toda ordem foi uma saída encontrada pelo regime discricionário para arrecadar fundo para o erário público. Na Bahia, embora o Instituto do Cacau estivesse despontando como uma possibilidade econômica favorável ao estado, assim como a produção de laranjas, a indústria de fumo passava por uma crise aguda.

A Bahia era o maior exportador de fumo de todo o Brasil. Daqui saíam para o exterior cerca de 90% de todo o produto exportado.⁶¹ O decreto federal de nº 20.880, do ano de 1931 e a pauta de exportação definida pelo governo provisório estavam impossibilitando a venda do produto para o exterior com a margem de lucro esperada pelos maiores produtores de fumo no estado, sobretudo o fumo em corda. Em fevereiro daquele ano, Juraci Magalhães foi alvo de críticas e apelo por parte desses produtores. Em ações coordenadas, eles encaminharam

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ A Bahia exportava para Holanda, Espanha, Uruguai, Bélgica, Itália, Argentina e, sobretudo, Alemanha. O principal centro exportador de fumo na Bahia era São Félix. *A Tarde*. Salvador. 27.09.1932.

telegramas ao interventor federal no estado, pedindo providências para a situação que considerava vexatória.⁶²

A questão social, tão propalada no artigo assinado por Valle Cabral não era assunto que interessasse a esses homens, ao menos que fosse para combatê-lo. Ainda que o número de pobres e flagelados só aumentasse no estado, chegando a reunir no município de Juazeiro mais de cinco mil entre esta cidade e sua vizinha, Petrolina, o máximo que os liberais baianos do período se permitiram defender, no tocante à questão social, foi uma subscrição para arrecadar fundos a serem distribuídos nessa cidade. A ordem do dia era “desumilhar a Bahia”, portanto, a campanha pró-constituente era a prioridade desse grupo. O “terror dos sertões”, por outro lado, rendia boas matérias de jornal e excelentes argumentos para cobrar uma atuação mais efetiva do governo constituído, tornando-se, inclusive, argumento para uma possível destituição.⁶³

As medidas tomadas por Juraci Magalhães para combater a esses grupos eram firmes e tinham o aval de Getúlio Vargas. Em abril, quando a censura voltou a ser parcialmente adotada no Brasil, o interventor notificou os jornais *Diário da Bahia* e *O Imparcial*, ficando o primeiro por vários dias sem circular.⁶⁴ Em julho fechou ambas as folhas.⁶⁵ A situação estava

⁶² De Alagoinhas assinaram: Saturnino Ribeiro, intendente deposto em 1930, ainda naquele ano passou para as hostes do governo quando se tornou membro do Conselho Consultivo local, José Lúcio dos Santos, um dos maiores produtores de fumo da região, vulgo coronel Santinho que ingressou, a pedido de Antonio Carlos, governador de Minas Gerais, na Aliança Liberal em 1929, tendo dela se afastado no ano seguinte. Na cidade tornou-se o maior rival de Mário Cravo, prefeito nomeado em 1930. Ambos eram produtores de fumo e Mário Cravo passou a concorrer com este no que se refere à exportação para o nordeste do Brasil e para a Alemanha; Francisco Costa Baptista e José Alexandrino Santos. De Inhambupe assinaram: Antonio Vieira, Almiro Silva, Secundino Ferreira Passos e Miguel Ferreira Carvalho, todos exportadores de fumo em corda. D Sitío do Meio assinaram o telegrama os srs. José Antonio Batista, Euclides Almeida, Raul Cavalcante Regis, José da Rocha Simões, Antonio Villanes, Manoel Querino Batista, José Cavalcante Regis, José Villanes Filho, Divino da Costa Batista, Philadelpho Pinto Meireles, Florentino Afro e Manoel Gualberto Santana. Os telegramas foram datados respectivamente em 13,14 e 15 de fevereiro de 1932. APEB. Publicação no Jornal *A Tarde*. em 17.02.1932; 26.09.1932. Ver também: Ofícios e correspondências recebidas. Secretaria do Governo. Sessão Republicana. 1931 a1933. Caixas 1832, 1833 e 1868.

⁶³ Em junho de 1932 registrava-se o número de 260 flagelados em Catu, 5.000 em Juazeiro/Petrolina, 400 flagelados em Jacobina e mais de 200 na cidade de Alagoinhas, abrigadas nas estações ferroviárias ou caminhando ao longo dos trilhos. No final do ano o Jornal *A Tarde* chegou a registrar que algumas famílias se alimentavam com os próprios filhos recém-nascidos ou, na ausência destes, com os cadáveres encontrados pelas estradas. Em expedição ao norte do país, o então Ministro da Aviação, José Américo, sugeriu ao governo provisório, que essas pessoas fossem empregadas em obras federais, como construção de estradas e açudes, por exemplo. No mês de junho, a Bahia recebeu seiscentos contos por ordem do Ministro da Aviação. As obras começaram antes de findar o ano. Na construção da estrada que ligava a cidade de Alagoinhas a Cipó foram empregadas mais de duzentas famílias flageladas pela seca. *Diário da Bahia*. 22 de março de 1932; 29 de maio de 1932; 07 de junho de 1932; *A Tarde*. 19 de abril de 1932; 29 de setembro de 1932; 28 de novembro de 1932; 14 de dezembro de 1932 e 24 de dezembro de 1932; *Diário de Notícias*. 20 de junho de 1932.

⁶⁴ Segundo o jornal *A Tarde*, no dia 5 de abril de 1932, a redação do *Diário da Bahia* e do *O Imparcial* foram invadidas por agentes da polícia, onde se efetuou a prisão de seus redatores, Joel Presídio e Cosme de Farias, que se autointitulava socialista cristão, do empregado da administração Sr. Cândido Cunha e do Sr. José Presídio.

tão favorável a Juraci Magalhães, que em maio daquele ano escreveu a Getúlio Vargas dizendo que:

[...] Encontrei na Bahia uma situação francamente favorável às ideias que tive a honra de trocar com Vossa excelência: aqui a Revolução vencerá, creio até que com facilidade, mesmo no terreno eleitoral. Percorri agora 18 municípios e em apenas dois não tenho frente única ao lado da ditadura. Politicamente o quadro é o mesmo em todo o interior. Na capital, onde o problema é mais difícil, já temos também elementos de valor da sociedade baiana, que se encarregarão de preparar a opinião ao lado das ideias revolucionárias.⁶⁶

Na mesma carta, Juraci Magalhães cobrou do governo provisório o Programa do Partido Nacional. Receava que se dispersassem as forças políticas locais que já havia conquistado com bastante esforço pessoal.⁶⁷ Entretanto, julgando haver organizado “a Bahia politicamente ao lado da Revolução”, o interventor afirmava fazer jus a sua aposentadoria do cargo, pois cumprido os objetivos do governo provisório,

[...] já era tempo, portanto, de vir cogitando de um substituto pra mim. Veja bem vossa excelência que não quero “aumentar a aflição ao aflito”: não lhe criarei dificuldades, pelo contrário, estou procurando afastá-las, em homenagem ao esforço que vossa excelência vem fazendo em favor do Brasil e aos laços de amizade pessoal que hoje já me ligam a vossa excelência. Neste momento de planejado assalto às posições políticas, por parte de alguns ambiciosos, convém repetir, que considerarei o meu *13 de maio*, o dia em que vossa excelência houver por bem dar-me um substituto.⁶⁸

Mais tarde teria sido preso também José Rabello, bem como os diretores de *O Imparcial* Mário Monteiro e Mário Simões. Joel Presídio foi posto em liberdade no dia seguinte, a pedido da Associação Baiana de Imprensa e Mário Monteiro em 28 de abril. “Notas diversas”. *A Tarde*. Salvador, 5, 6 e 28 de abril de 1932. Nota oficial do governo do estado transcrita em *Diário de Notícias*. Salvador, 14 de julho de 1932.

⁶⁵ “A suspensão dos jornais matutinos”. *A Tarde*. 15 de julho de 1932.

⁶⁶ Carta de Juraci Magalhães a Getúlio Vargas. Arquivo GV c 1932.05.06/02. FGV/CPDOC. Os municípios em que Juraci Magalhães não podia contar com a frente única eram provavelmente, de acordo com as fontes consultadas, Alagoinhas e Bonfim.

⁶⁷ A ideia de um Partido Nacional surgiu em março de 1932. O objetivo era que “a Revolução” pudesse criar partidos com uma única orientação política em todos os estados. Ver: *Diário de Notícias*. 30 de março de 1932, 12 de abril de 1932. Sobre ele, Getúlio Vargas respondia a Juraci Magalhães: “(...), com efeito, não foi ainda traçado, nem pela revolução, nem pelo governo, um programa rígido, escalonado em artigos imutáveis corolários de princípios selecionados. Não se pode, no entanto, negar que esse programa existe no pensamento comum e na ação semelhante dos homens integrados na corrente das ideias revolucionárias, na obra realizada no espírito de renovação de métodos e processos de governo e anda esparso também, em discursos, manifestos e artigos de jornais. Naturalmente, de tudo isso nascerá um corpo de doutrinas do qual será compendiado um programa de revolução, servindo de força coordenadora da atividade revolucionária (...). Resposta anexada a Carta de Juraci Magalhães a Getúlio Vargas. Arquivo GV c 1932.05.06/02.

⁶⁸ Carta de Juraci Magalhães a Getúlio Vargas. Arquivo GV c 1932.05.06/02. FGV/CPDOC. Getúlio Vargas respondeu a Juraci Magalhães que “(...) sua tarefa não está ainda terminada: ao soldado da revolução cumpre continuar trabalhando para lhe salvar o destino. Depois, nem eu penso dispensá-lo da missão em que tão valiosos serviços está prestando, nem lhe cabe ainda o direito de querer abandoná-lo”.

Além da suposta organização do estado baiano ao lado da Revolução, Juraci Magalhães mostrava na missiva outras razões que motivaram o seu pedido de afastamento. Ao saber que Getúlio Vargas tinha dispensado atenções aos protestos de Seabra, recebendo-o, inclusive, no Catete, o interventor baiano declarou:

[...] É um amontoado de infâmias entremeadas de grosserias de que, prezando a dignidade do meu cargo evitei tomar conhecimento oficial, para revidá-las em documento público. Lamentei sinceramente que esse critério não fosse o adotado pelo governo [...]. Não veja vossa excelência nestas minhas palavras, a menor desconsideração a vossa ou ao seu governo, mas sim o desejo de ser sempre sincero, deixando consignada a minha observação, ao invés de senti-la e recalca-la contrariando temperamento e minha lealdade. Magoei-me porque se deu valor a palavra do mais carcomido dos politiquinhos sobre assuntos de que vossa excelência já tinha conhecimento por meu intermédio. Mas a resposta que lhe vou dar há de deixá-lo sossegado por algum tempo.⁶⁹

A contenda com Seabra, que não chegou a ser citada na carta, provavelmente se refere à polêmica que teve espaço em toda imprensa baiana e carioca entre ele e Archibaldo Baleeiro, sobre contratos entre empresas privadas e o poder público na Bahia. A notícia de que Juraci Magalhães teria solicitado demissão ao governo provisório foi bastante explorada pelo *Diário da Bahia*, a ponto de o jornal precisar ser notificado pela polícia, proibindo-o de veicular matéria com esse conteúdo.

Naquele momento Seabra gozava de certo prestígio pois, residindo na capital do país, demandava esforços para a formação da “Frente Única” baiana. Reunindo experientes políticos, o pacto, tal como ocorria na Primeira República, deveria enfeixar em uma só agremiação Seabra, Sodré, Simões Filho, Pedro Lago, Calmon e os irmãos Mangabeira. O objetivo era formar ao lado das Frentes únicas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, no combate ao governo provisório.⁷⁰

Apesar dos esforços, a agremiação não chegou a se constituir naquele período. Pedro Lago desmentiu o ajuntamento; João Mangabeira se colocava em situação duvidosa. Na Bahia

⁶⁹ Carta de Juraci Magalhães a Getúlio Vargas. Arquivo GV c 1932.05.06/02. FGV/CPDOC.

⁷⁰ O assunto estava proibido de ser veiculado pelos jornais de oposição na Bahia, segundo o *Diário de Notícias*, “para evitar que a polícia revolucionária neutralizasse os seus efeitos”. Mas, além das sucessivas publicações desse diário, as articulações podem ser investigadas, também, a partir das cartas do exílio de Otávio Mangabeira. No jornal, ver: “Está formada a frente única baiana?”; “Ainda a “frente única”; “A Frente única: ficará de fora o Sr. Pedro Lago?”; “A Frente única baiana capitaneada pelo dr. João Neves”; “A frente única baiana parece que será um fato”; A Bahia nas frentes únicas”; “E a frente única?”. *Diário da Bahia*. Salvador, 16, 18, 21, 22 e 27 de junho; 8 de julho e 29 de outubro de 1932.

ainda causava sucesso a longa entrevista que concedeu ao *Correio da Manhã* e na qual expunha as suas ideias socialistas. Além disso, durante a estada de Juraci Magalhães na capital do país, no mês de março de 1932, ele teria, conforme relatou Juraci Magalhães a Pimenta da Cunha quando regressou à Bahia, se encontrado com João Mangabeira por mais de três vezes, o que punha sob suspeita a relação do jurista baiano com o governo provisório. Por sua vez, Otávio Mangabeira adiava, mais duas vezes, de março para abril e de abril para maio, a sua volta da Europa. Pimenta da Cunha, o elo entre os “carcomidos” da República Velha e os revolucionários de 1930 estava para sair da Prefeitura de Salvador. Com tantas dificuldades, as frentes únicas não conseguiram coordenar os trabalhos.⁷¹ Novos conflitos eram iminentes em todo o Brasil. E com a eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo, em julho daquele ano, as organizações partidárias no estado, assim como todas as forças governamentais do país, voltaram as atenções para o estado paulista.

3.3. A Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo e os seus desdobramentos no solo baiano

A situação política no sul e sudeste do Brasil com a demissão em massa da bancada gaúcha após a promulgação do Código Eleitoral e a crise política no governo de São Paulo exigia cuidados, sobretudo nos estados em que os críticos do governo encontravam correspondência como era o caso da Bahia.⁷² Ainda que a data para a convocação da Constituinte tivesse ficado estabelecida desde o final de abril, para o mês de maio de 1933, a sucessão do interventor João Alberto, pernambucano recusado pelas elites paulistas para o governo do estado, motivou o conflituoso desfecho de maio de 1932, com a morte de quatro estudantes e a prisão de alguns políticos depostos em 1930.⁷³

No Rio de Janeiro a repercussão do conflito paulista foi imediata comportando entre outras medidas, a prisão de políticos da oposição, entre eles os baianos Moniz Sodré e Simões

⁷¹ Ver conjunto de cartas do Exílio de março a junho de 1932.

⁷² FAUSTO, Boris. O processo político (1930-1945). In: *História do Brasil*. 12 ed. 1 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 140-151.

⁷³ Ver entre outros: HERNANI, Donato. *História da Revolução Constitucionalista de 1932*. IBRASA, São Paulo, 2002. Na Faculdade de Medicina houve uma sessão especial para homenagear os mortos de São Paulo. Realizada no dia 31 de maio de 1932 foi presidida pelo professor Bernardino de Souza. Discursaram o professor Rogério de Faria, o bacharelado Edilberto Maciel e o acadêmico Demóstenes Berbert de Castro, entre outros. CANEIRO, Nelson de Souza. op. cit, p. 34.

Filho, que somente em 16 de agosto de 1932 foi posto em liberdade. Como precaução, o *Diário Carioca* também foi fechado no dia 7 de junho daquele ano. A partir de então, o *Diário da Bahia* intensificou a campanha em favor da reconstitucionalização, publicando quase que diariamente matérias sobre os fracassos da revolução de 1930. De acordo com o jornal, embora na capital do estado da Bahia a polícia viesse impedindo as organizações em favor da campanha, no interior ela estava forte. Para os dirigentes do matutino, a Bahia teria um papel importante para a Revolução levada a cabo pelos “irmãos do sul”. Aparentemente a revolta armada não era defendida por eles, ou não faziam declarações com esse cunho em função da censura, por outro lado, não mediram esforços, ao menos no campo do discurso, para combater o governo e defender os princípios constitucionais. Em pouco tempo o jornal seria fechado.

No que diz respeito aos integrantes da Liga Baiana Pró-Constituinte, durante todo o mês de julho de 1932, procuraram realizar reuniões pela defesa da constitucionalização e em apoio aos estudantes de São Paulo.⁷⁴ Uma das ações mais importantes do grupo foi o pedido feito ao presidente da Rádio Sociedade para utilizar-se das irradiações durante 15 minutos diários, com o objetivo de intensificar a campanha.

O rádio era um dos mais importantes veículos de comunicação à época, tanto que como os jornais, algumas radioemissoras também foram censuradas. Durante a revolta armada de 1932, o rádio se constituiu em importante instrumento de divulgação tanto para os revoltosos paulistas quanto para o governo.⁷⁵

Sabe-se que na Bahia, muitas notícias chegavam pela rádioemissora Record e pela Rádio Sociedade, embora o sistema de transmissão da época fosse bastante limitado. Em função das diferentes notícias que chegavam aos baianos, ora oficiais, ora não oficiais, confundindo a todos sobre o andamento da revolta paulista, o interventor Juraci Magalhães se

⁷⁴ As principais reuniões foram divulgadas pela imprensa em 16 e 26 de julho. Nessa última, realizada na Faculdade de Medicina, falou o professor Aloysio de Carvalho Filho. Foram convocados os acadêmicos das diversas escolas para fazer coro à defesa de uma multidão de alunos daquela Faculdade, que registrava em 1932 mais de mil alunos. No dia 8 de agosto os acadêmicos voltaram a reunir-se no mesmo local. A Faculdade de Direito, por sua vez, sediou uma reunião no dia 2 de agosto, na qual foi evocada a memória de Ruy Barbosa em orações proferidas por Bernardino de Souza e o professor Rogério de Farias. Cf. *Diário da Bahia*. 01 de julho de 1932 a 8 de agosto de 1932; *A Tarde*. 15 e 25 de julho de 1932; *Diário de Notícias*. 16 de julho, 26 de julho, 30 de julho, 06 de agosto, 23 de agosto, 24 de agosto e 27 de agosto de 1932. BPEB

⁷⁵ Ver: ADAMI, Antonio. *80 anos da Revolução Constitucionalista de 1932: uma odisséia radiofônica em São Paulo*. Intercom. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza, Ceará, 3 a 7/9/20012.

prontificou a dar entrevistas na Rádio Sociedade, passando para a população baiana as informações dos boletins oficiais do governo provisório.⁷⁶

A confusão era tamanha que o *Diário da Bahia* chegou a publicar uma série de matérias contra o veículo de comunicação, afirmando que só serviam aos mexericos. O Estado, por sua vez, tratou de determinar que todos os proprietários de aparelhos radiofônicos ficavam obrigados a registrá-los, sob pena de tê-los confiscado pela polícia.⁷⁷

Além dessa medida, o governo multiplicou as providências em sua defesa.

Aumentou-se rapidamente o número de agentes. Proibiram-se as casas comerciais de vender armamentos. Mudaram-se, temeroso de uma conspiração então inexistente, as guardas dos edifícios públicos. Asfixiou-se ainda mais a imprensa. Exigiu-se dela a publicação de comunicados oficiais, sob pena de terem os jornais as suas edições confiscadas. [...] fez alardear os falsos anseios separatistas [...] A espionagem converteu-se em patriotismo. O suborno transmudou-se em dedicação. Foi então, que a mocidade acadêmica tomou para si a propaganda do movimento constitucionalista.⁷⁸

Nem a instalação do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, no final de julho de 1932- mais um exemplo de que o governo provisório estava cumprindo o calendário determinado pelo Código Eleitoral, diminuiu os ânimos dos acadêmicos baianos mais exaltados, fazendo com que os seus prestígios crescessem entre os pares das Faculdades de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo e motivando ao nível local, o fechamento por três meses da Faculdade de Direito. Ao final de agosto de 1932, Aristides Novis, diretor da referida Faculdade, já havia sido afastado do cargo.⁷⁹

⁷⁶ O interventor foi substituído pelo seu secretário Artur Neiva em algumas dessas transmissões. Euvaldo Pinho relatou a Otávio Mangabeira que “todas as noites ouvia São Paulo irradiar”. São Paulo agia, segundo o missivista, como uma nação em estado de guerra, irradiando todas as suas ações, as quais ele ouvia da “Mangueira e da casa de Heitor. No mês de agosto volta a tratar do assunto com o cunhado: “Vocês não imaginam o estado de espírito em que nos achamos. Não se trabalha porque anda uns a procura dos outros para obterem notícias. Não se dorme porque as irradiações de São Paulo começam às 10 horas e vão até ½ noite e 1 hora”. Cartas de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira, 16.07.1932 e 20.08.1932. In: *Cartas do exílio* (1930-1934). op.cit.

⁷⁷ “O protetor dos boatos”; “Rádios vagabundos”. *Diário da Bahia*. Salvador, 19 e 27 de julho de 1932; “O Rádio e a parte integrante da campanha”. *A Tarde*. 13 de julho de 1932; “A guerra pelo rádio”, *Diário de Notícias*. 16 de julho de 1932. BPEB.

⁷⁸ CARNEIRO, Nelson de Souza. op.cit, p. 35-36.

⁷⁹ FACULDADE DE MEDICINA SEM DIRETOR. *A Tarde*. Salvador, 27 de agosto de 1932. O incidente da Faculdade de Direito é um dos eventos mais lembrados quando se trata da violência do governo de Juraci Magalhães. Censurada, a imprensa baiana de oposição fez a cobertura do fato com ressalvas. O *Diário de Notícias*, que era porta-voz do governo provisório, em publicação de nota oficial, afirma que os estudantes foram estimulados pela “velha politicagem do PRP” que tinham na mocidade acadêmica um elemento de fácil exploração. O fato foi retomado por diversas vezes nesse órgão, até que as aulas no estabelecimento fossem

Quando a Revolução de São Paulo despontou, Nelson Carneiro estava preso, em função de ter assinado um artigo publicado àquele mês no jornal *O Imparcial*, intitulado “Judas Iscariotis”, mas as conspirações para aderir ao movimento de São Paulo não pararam. Segundo relatou mais tarde:

A conspiração se espraiava por toda a capital, de acordo mesmo com alguns chefes sertanejos. Em todas as classes, e principalmente em meio das forças ramadas e dos estudantes, contava a causa constitucionalista os mais fervorosos adeptos [...]. O primeiro movimento, concentrado ainda para julho, fracassou, pela estadia, no porto, de tropas nortistas, reconhecidamente nossas adversárias. Mas outro logo se combinou, com a cooperação de novos elementos, precipitado, gloriosa e ingloriosamente, na manhã de 22 de agosto.⁸⁰

A agitação por parte dos acadêmicos era tão grande que Euvaldo Pinho afirmou que se houvesse àquela altura um homem de confiança que coordenasse todos os descontentes na Bahia já se tinha posto Juraci Magalhães para fora. Dentro do Quartel General do 19º BC falava-se, inclusive, que os políticos baianos deveriam ser culpados por isso, por ter abandonado o estado. Juraci Magalhães, segundo relatou, começou a duvidar de que a “Bahia estivesse com ele” e para Euvaldo Pinho, se houvesse um único homem de ação, tal como os acadêmicos de medicina e direito, “a Bahia já tinha se libertado, o que seria um golpe na ditadura e um auxílio formidável a São Paulo”.⁸¹

Até o final do mês de julho havia plena convicção de que São Paulo sairia vitorioso da luta e que, se isso acontecesse, o governo da Bahia certamente seria entregue a Seabra. Euvaldo Pinho destacou a importância que Seabra tinha junto aos gaúchos. Conforme relatou a Otávio Mangabeira: “o Neves tem cachaça pelo velho Seabra e certamente tem empenho em entregar-lhe a Bahia”, razão pela qual, em sua opinião, não havia esforço por parte dos homens públicos baianos em depor Juraci Magalhães, uma vez que todos preferiam manter o governo do estado nas mãos do tenente.⁸²

Segundo Nelson Carneiro, entre os acadêmicos a liderança era de Antonio Viana, à época estudante do 4º ano na Faculdade de Medicina.⁸³ Os vários comícios que realizavam na

reiniciadas, em outubro daquele ano. INCIDENTE NA FACULDADE DE DIREITO. *Diário de Notícias*. Salvador, 23 de agosto de 1933.

⁸⁰ CARNEIRO, Nelson de Souza. op.cit, p. 55.

⁸¹ Ver cartas do exílio do mês de julho de 1932.

⁸² Idem.

⁸³ Havia outros nomes que não foram citados pelo autor com a justificativa de que não se entrega amigos que participaram de conspirações.

capital contavam com a participação de muita gente e a distribuição dos “manifestos impressos e distribuídos pela cidade, algumas vezes até pelas moças acadêmicas, perfeitamente identificadas com seus colegas”. Ainda segundo o advogado, as proclamações ouvidas das estações de rádio de São Paulo eram mimeografadas e impressas e “fartamente distribuídas pela capital e pelo sertão”. Deste modo é que a polícia baiana encontrava sempre um avulso “achado nas mesas dos cafés, nos bancos dos bondes, quando não entregues, de mão em mão, aos transeuntes”.⁸⁴

Ainda de acordo com Nelson Carneiro, havia vários grupos de conspiração que tramavam o assalto ao governo na Bahia, alguns deles contando com nomes de figuras destacadas da sociedade baiana. Porém, além da falta de coordenação havia uma “absoluta carência de dinheiro” para aquisição de armas e para pagar aos homens “que só se decidem a entregar armamento ou aderir a determinado levante a peso de ouro”. Ainda assim, a conspiração prosseguiu. Conforme assegurou o jurista, “CRUZ ALTA! era a senha que identificava e unia os conspiradores.”⁸⁵

O episódio de 22 de agosto de 1932 entre os estudantes e a força pública do estado da Bahia deixou marcas profundas no governo de Juracy Magalhães, sendo retomado frequentemente por toda aquela década pelos grupos de oposição para caracterizá-lo como autoritário e despótico. O movimento malogrou antes que se completasse 24 horas. Àquele mês os ginásianos estavam em greve e se recusavam a fazer as provas finais, razão pela qual sofreram ameaças de reprovação. Em protesto, na manhã de 22 de agosto, uma aluna teria sido espancada por um policial, que além dela agrediu aos demais que foram defendê-la. Alguns desses ginásianos, tentando fugir ao tumulto, alcançaram a Faculdade de Medicina. Para Nelson Carneiro aquilo teria sido a “gota d’água indispensável para que extravasasse o copo cheio. Jamais uma causa.”⁸⁶ Assim,

De repente, toda a Faculdade é um preparar intenso para a luta armada. Servido de miseráveis revólveres, os moços cotizam-se para conseguir, burlando a polícia, armas para os que não possuem. Trancados naquela casa de ensino, os estudantes logo se comunicam com os colegas àquela hora nos hospitais. Ao tempo em que à Faculdade vão chegando

⁸⁴ CARNEIRO, Nelson de Souza. op.cit, p. 45-46.

⁸⁵ Idem, p. 57-58.

⁸⁶ A greve dos estudantes foi abordada por Ricardo Sizilio em dissertação sobre Carlos Marighela. Nesse trabalho, o autor discorre, à luz da análise do processo aberto contra os estudantes, como Juracy Magalhães tentou associar o movimento dos acadêmicos à greve dos ginásianos, tentando retirar dele qualquer caráter político. SIZILIO, Ricardo José. *Vai, Carlos, ser Marighella na vida: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em História. UFBA, 2017. Agradeço a Sizilio pela socialização do processo analisado por ele na dissertação.

alunos e mestres, conhecem-se das providências que se diziam tomadas lá fora em nosso benefício. [...]. O governo não querendo atacar imediatamente a Faculdade, posta, pelos edifícios públicos, metralhadoras e soldados, a fim de impedir que os revoltosos se dirijam ao Aclamação. [...]. Pelas ladeiras que ligam à baixa a cidade alta, soldados impedem que sejam conduzidos embrulhos pelos transeuntes, sem que os revisem. O comércio semi-cerra as portas. A notícia logo se espalha pela capital, despertando entusiasmos em toda população.

Com os armamentos que possuíam, comprados com as parcas economias de suas mesadas, uns duzentos revólveres, alguns vasos de ácidos dos laboratórios da Faculdade e dúzia e meia de bomba de peixe, os estudantes não poderiam desafiar, na ofensiva, as armas do governo. [...].⁸⁷

Depois de um rápido confronto, a população que se encontrava no entorno da Faculdade logo se dispersara. A água e a luz da Faculdade foram cortadas. Às das 17 horas, “depois de caloroso debate”, os professores, já quase todos presentes na Faculdade, resolveram constituir uma comissão para negociar a rendição dos estudantes. Nos termos da rendição todos se declararam “chefe da revolta”, sendo presos naquela noite pouco mais de 500 estudantes. As mulheres, ainda que envolvidas, não foram presas junto aos rapazes. Nelson Carneiro, já diplomado em Direito, que era visto como um elemento perigoso pelo governo, foi aconselhado a fugir, mas na noite seguinte foi delatado e recolhido à penitenciária.⁸⁸

Nelson Carneiro denunciou em seu livro a tentativa de Juraci Magalhães de buscar associar um movimento que era eminentemente político a somente uma greve estudantil. Para ele, os acadêmicos poderiam ser até acusados de precipitarem um movimento sem estarem prevenidos o suficiente, mas jamais aceitariam que fossem vistos mais tarde como jovens manipulados pelos remanescentes do PRB baiano. A despeito da investigação que foi aberta para apurar os fatos, Nelson Carneiro sentenciou: “o tal inquérito rigoroso terminou na mais desopilante das farsas”. Como punição Nelson Carneiro e Péricles de Melo, segundo relatou, foram torturados com fios, canos de borracha e palmatórias, antes de serem deportados para o Rio de Janeiro.⁸⁹

⁸⁷ CARNEIRO, Nelson de Souza. *op.cit*, p. 60-61.

⁸⁸ *Idem*.

⁸⁹ *Idem*. p. 98-99. Na obra há relato de todos os acontecimentos que se deram enquanto os jovens estavam presos, a exemplo da mobilização das famílias, mobilização da Associação Universitária da Bahia, professores etc, assim como dos versos que foram cantados àquela noite pelos jovens em afronta ao governo: Juracy / Si você quiser / Vamos brincar / de marido e de mulher...

À época circulou um impresso no estado relatando o movimento dos estudantes, cuja página na reprodução zima os adiante:

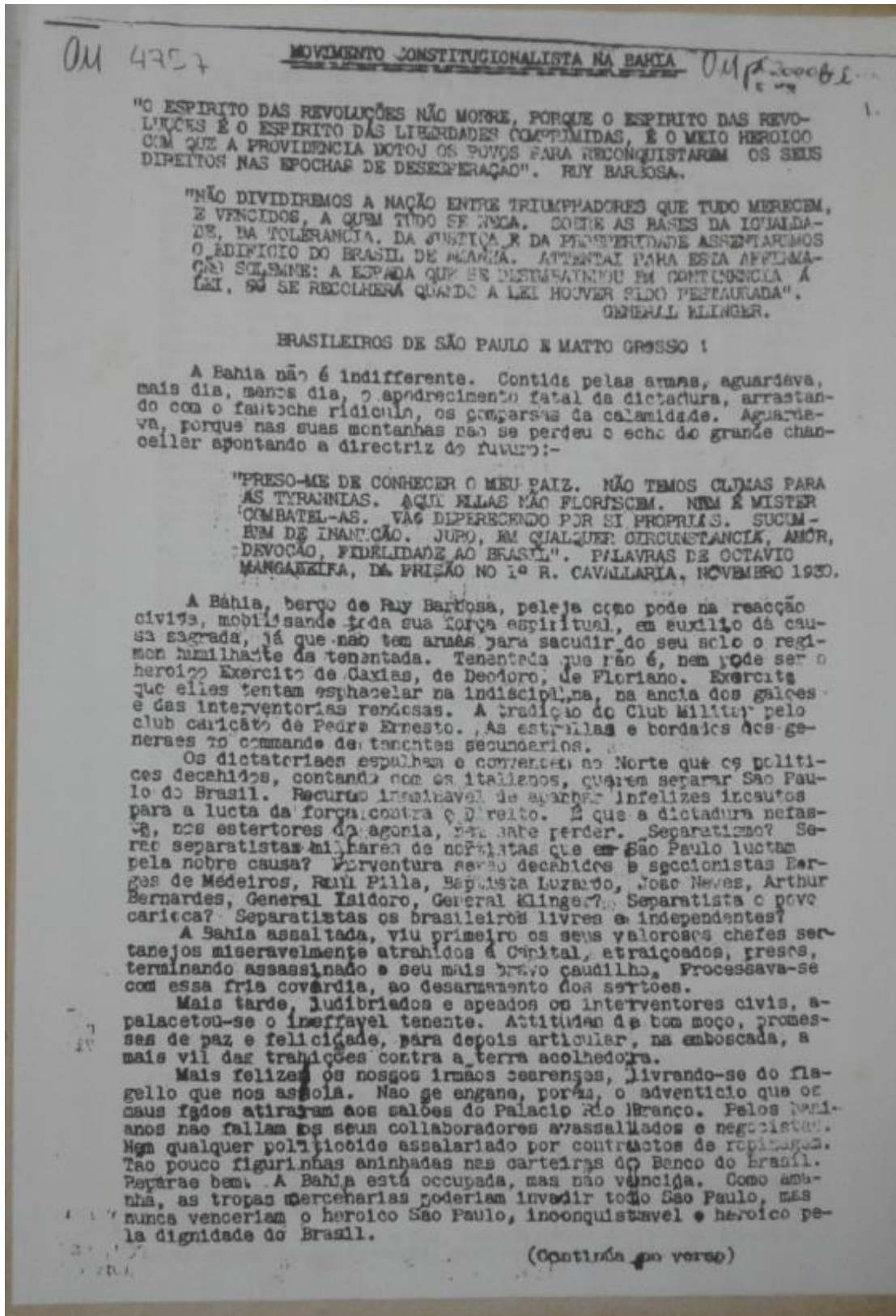


Figura 7: 1ª página do Manifesto Constitucionalista na Bahia. Circulou após prisão dos estudantes, em 22 de agosto de 1932. Centro de Memória da Bahia. Fundo OMpi. Pasta 173

Diante desses fatos, o apoio da população ao governo de Juraci Magalhães se fragilizou, afinal, a prisão dos acadêmicos envolvia mais de quinhentas famílias da capital. Os estudantes que o apoiavam da Legião Acadêmica, conhecida entre os jovens opositores como “Legião Mamãe não quer”, em vista do reconhecido receio das famílias em encaminhar os seus filhos para o *front* paulista se desmobilizara completamente. Assim, em setembro de 1932, Euvaldo Pinho escreveu a Otávio Mangabeira:

Aqui, continuamos na mesma. O interventor organiza batalhões de desocupados, de flagelados, de jagunços, e os manda para o sul. Hoje, segue mais outro batalhão. A opinião pública, pelo menos 80% contra a ditadura, mas ninguém se manifesta. Os jornais não falam. Todos têm medo. É uma situação vergonhosa para a Bahia. Houve aquela manifestação de estudantes e depois tudo silenciou. E não faltam elementos para a ação. No sertão, vários chefes estão dispostos. Mas quase não há armas, não há dinheiro, e, principalmente, não há aqui um homem de confiança em torno do qual esses homens pudessem se reunir. Não obstante um grupo de moços ainda que confiantes esforçam-se para conseguir alguma coisa. Se houvesse possibilidade de vir aqui um homem político de prestígio e seguir para o sertão estou certo de que este se levantaria. Lavras anseia a vingança da morte de Horácio. Enfim, apesar de todas as dificuldades apontadas não se dorme. E afirmo: a Bahia não se manifesta porque não tem um chefe.⁹⁰

Uma semana depois voltou a relatar a situação baiana ao ex-ministro:

Posso afirmar que aqui não há indiferença. Elementos novos, principalmente os que enumerei estão a tudo dispostos. Faltam, porém, muitos recursos. Muitos. Como sabe, após a vitória de 30, os grupos revolucionários percorreram os nossos sertões desramando-os completamente, inteiramente. Parece uma mentira, mas todas as armas de fogo foram apreendidas. Até facões tomaram dos pobres tabaréus. E fizeram mais: mataram, prenderam, tiraram posições e prestígio de todos os antigos e conhecidos chefes sertanejos. Que fazer em tal emergência? Com que elementos? Com poucos, bem poucos, que restaram. E esses poucos mesmo assim, estão prontos. Faltam-lhes apenas roupas.⁹¹

⁹⁰ Carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira. 17.09.1932. In: *Cartas do exílio* (1930-1934). op.cit. Euvaldo Pinho destaca os seguintes nomes: Luiz Viana, Nestor Duarte, Gilberto Valente, Aloysio de Carvalho Filho, Jayme Junqueira, Jaime Baleeiro, Inocêncio Calmon e outros que “diariamente se reúnem e discutem e se manifestam desejosos de tudo enfrentarem. Na mesma carta relatou a retaliação sofrida por Nelson Carneiro pelo seu envolvimento no movimento constitucionalista: “É uma miséria, um bacharel, advogado, jornalista, apanhando de taca e palmatória, porque tem a coragem de pela imprensa e da janela da Faculdade de Medicina atacar a Ditadura. E isso na Bahia é feito por filhos de outras terras. É muito triste”. Observa-se que há uma insistência em Euvaldo em destacar a ausência de um líder na Bahia sugerindo que de algum modo o próprio Otávio Mangabeira deveria ser responsabilizado por isso, tendo em vista que já havia adiado por demais a sua volta ao Brasil.

⁹¹ Carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira. 23.09.1932. In: *Cartas do exílio* (1930-1934). op.cit. Observa-se que ou Euvaldo Pinho não tinha informações de que parte dos coronéis do interior já apoiava Juraci

Do exílio, Mangabeira poderia também prestar o seu concurso para combater o governo provisório. Getúlio Vargas fazia encomendas de armas e munições na Itália, Suécia, Tchecoslováquia e Polônia. Sabendo que o ex-ministro ainda mantinha relações com muitos estadistas desses países, Afonso Celso de Assis Junior, de Minas Gerais, solicitava a sua intervenção para impedir o embarque desse material.⁹²

Em contraponto, de parte do executivo estadual, a mobilização também foi grande. Além do embarque de 537 homens da Bahia para combater ao lado das forças governistas, foi divulgada uma Campanha Acadêmica de Guerra, encampada pelo Clube 3 de Outubro, para a criação de uma milícia civil. A inscrição era feita à Rua Chile, em Salvador. Com os pelotões chegados do interior da Bahia, o que permitiu a criação de dois Batalhões provisórios, o governo baiano embarcou mais mil homens para o *front* para fortalecer as tropas combatentes. Em setembro de 1932, parte desse contingente voltou à Bahia, alguns feridos, outros mutilados na guerra-civil.⁹³ No que diz respeito à segurança no estado, constituíram-se contingentes provisórios da força pública para garantir a segurança de municípios estratégicos numa possível invasão da Bahia: Cachoeira, Caravelas, Carinhanha, Conquista e Ilhéus.⁹⁴

O apoio recebido do interior do estado foi fundamental para formar essa retaguarda. Em carta datada de 15 de agosto de 1932, em papel timbrado com seu nome, o coronel Franklin Lins de Albuquerque escreveu a Juarez Távora:

Eminente Amigo e comandante Juarez Távora,

Meus atenciosos cumprimentos com respeitosa visita a sua Exma. Senhora.

Confirmando a minha carta anterior e os avisos expedidos ao eminente amigo, logo irrompeu o movimento em São Paulo e me comunicou o nosso prezado amigo tenente Juraci Magalhães, incontinentemente, me comuniquei com toda zona do S. Francisco e adjacências, pondo os amigos a par do movimento e prevenindo-lhes ficassem de sobreaviso para qualquer emergência. Escusado é dizer ao eminente amigo que sem nenhuma discrepância, a coesão foi invejável e todos ainda permanecem de

Magalhães ou havia, de pleno conhecimento dos baianos, uma divisão bem nítida entre esses chefes locais, com posições definidas de cada um. Neste caso, poderíamos considerar que desde 1932 já havia, de fato, uma oposição ao governo provisório bastante articulada dentro do estado.

⁹² Carta de Afonso Celso de Assis F. Junior para Otávio Mangabeira. Minas Gerais. 26 de setembro de 1932. In: *Cartas do exílio* (1930-1934). op.cit.

⁹³ PELO VAPOR SIQUEIRA CAMPOS SEGUIRAM 537 HOMENS DA BAHIA. *Diário da Bahia*. 29 de julho de 1932; CLUBE 3 DE OUTUBRO; O PESADO IMPOSTO DA GUERRA. *A Tarde*. 13 de julho de 1932 e 21 de setembro de 1932.

⁹⁴ Ver medidas adotadas pelo governo no Diário Oficial da Bahia entre agosto e outubro de 1932. APEB.

sobreaviso, aguardando a voz do ilustre interventor, nosso eminente amigo Juraci. Na primeira conferência que tive com Juraci pus logo à sua disposição de oito a dez mil homens para serem mobilizados com pequena demora e dois mil prontos para marchar no primeiro momento [...].⁹⁵

Franklin Lins lamentou que o Brasil precisasse viver aquela situação melindrosa criada por homens “derrotistas”, “impatrióticos” e “gananciosos” interrompendo a obra da Revolução, por isso, emprestava o seu “franco e decidido concurso” para combatê-los.

Em relação à segurança interna, outras medidas continuavam a ser tomadas no sentido de assegurar a ordem no estado e arregimentar mais correligionários.⁹⁶ Mais tarde, com o término das agitações em São Paulo, após a prisão do general Klinger, a 4 de outubro de 1932 e a garantia de que o cronograma de alistamento e convocação da constituinte seriam mantidos, as forças políticas voltaram a se concentrar na questão eleitoral.⁹⁷

Em função do curto espaço que teria para se realizar o alistamento eleitoral, a manutenção da reforma administrativa levada a cabo na gestão de Artur Neiva precisou ser engavetada. Não havia tempo hábil para a reorganização das novas sessões e zonas eleitorais. A medida certamente agradou a muitos munícipes, que desde o ano anterior reclamava dignidade e a manutenção de seus municípios, alguns quase centenários.⁹⁸

Em carta a Getúlio Vargas Juraci Magalhães relatava:

Felizmente o Norte se conduziu como eu esperava, apesar de todas as tentativas reacionárias. A Bahia, em matéria de reacionarismo, era o São Paulo do Norte. Entretanto, tive a ventura de vê-la ao lado do governo de V. Exa. que muito tem feito em benefício de seu desenvolvimento. Deve-se isso, sobretudo, ao preparo político do interior, onde todos os chefes prestigiosos ficaram com a Ditadura. Não fora isso não poderia locomover toda a nossa polícia regular para o sul.⁹⁹

Diz ainda que os interventores do Norte combinaram em não dar declarações que não fossem oficiais e questionava se não seria o caso de voltar às fileiras do exército para conter o

⁹⁵ Carta de Franklin Lins de Albuquerque a Juarez Távora. 15.08.1932. CPDOC. JT. dpf. 1932.07.08 (2).

⁹⁶ Embora a censura tivesse sido suspensa, no interior da Bahia a lei era imposta pelos mandatários locais. No município de Santa Maria, o jornal “Tribuna do Povo” teve a sua redação invadida e o jornal queimado. Cf.: *A Tarde*. 18 de outubro de 1932.

⁹⁷ O alistamento foi oficialmente iniciado em 18 de setembro de 1930.

⁹⁸ SAMPAIO. Consuelo Novais. *Poder e representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República*. 1930-1937. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992, p.75.

⁹⁹ CPDOC. Arquivo: Getúlio Vargas. Carta de Juraci Montenegro Magalhães a Getúlio Vargas. 10. De out. de 1932. Classificação: GV c 1932.10.10/1.

“espírito de emulação porventura existente”, dizendo que como um neófito na política a colaboração que poderia dar para a organização do futuro pleito eleitoral era mínima, apesar da experiência acumulada pela observação feita durante a direção do grande estado da Bahia. “Tenho feito um trabalho político que me parece proveitoso em benefício da Revolução. Qualquer um que seja o rumo que V. Exa deseje imprimir à Ditadura esse trabalho será útil.”¹⁰⁰

Apesar da derrota os oposicionistas se consideravam moralmente vencedores. O governo federal, entretanto, põe abaixo a possibilidade de qualquer político deposto em 1930 participar do pleito eleitoral de 1933. Um decreto assinado naquele final de ano impedia, portanto, a volta de Otávio Mangabeira ao Brasil, tal como programavam os seus correligionários políticos, inclusive o dirigente do *A Tarde*, que vinha publicando suas cartas naquele último bimestre. Além disso, Simões Filho seria, mais uma vez, deportado ao exílio, dificultando ainda mais a organização de uma frente oposicionista no estado da Bahia.¹⁰¹

Diante de tal situação, os partidários do tenente Juraci Magalhães ironizavam:

E a frente única?

Ninguém iria perguntar durante a tragédia paulista, mas passando o movimento, onde foram parar?

Seja como for, estamos em véspera de novembro. Daqui a 3 de maio devem se pouca mais de seis meses bem contados... e, das duas uma: ou estes cidadãos já entregaram os pontos e vão tratar de outra coisa, ou então, parece que estão sonhando com almas de outro mundo, em segunda revolução constitucionalista.

Porque alimentaram veleidades representativas na Bahia, e ficaram ninando, no Rio, os seus pimpolhos, no preparo da educação de tais herdeiros. Faz lembrar aquela história do cágado que queria ir ao céu e se fiou nas asas do urubu.

Acabarão esborrachados.¹⁰²

Ainda assim a agitação política tomou conta da Bahia. Voltava para ordem do dia o modelo da nova constituição para o Brasil e o receio de que ele incorporasse, de fato, as ideias dos revolucionários de “esquerda” que defendiam frente à Comissão constituída para elaborar o anteprojeto, na qual João Mangabeira era o representante da Bahia,

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Simões Filho seguiu para o exílio em 6 de novembro de 1932. Pelo texto do decreto, o baiano Pacheco de Oliveira, fundador do Partido Evolucionista na Bahia, também estaria desincompatibilizado com as eleições de 1933.

¹⁰² E A FRENTE ÚNICA?. *Diário de Notícias*, Salvador, 28.10.1932. BPEB.

O interesse da coletividade em cima do interesse do indivíduo. A União sobreposta aos estados, Os interesses do Brasil sobrepostos ao internacionalismo. O governo exercido pelos cidadãos encarados sem distinção de qualquer espécie como células da sociedade política e como elementos componentes de todas as classes profissionais que a integram.¹⁰³

Essas ideias eram incompatíveis com a maioria dos políticos baianos ao final daquele ano. Urgia combatê-las. Assim, os representantes do comércio da capital baiana começaram a se reunir, fundando o Grêmio Político das Classes Produtoras

Luiz Viana Filho, em artigo publicado no Jornal *A Tarde* teceu críticas a esse ajuntamento político. Depois de elogiar a iniciativa precursora dos comerciantes, Viana Filho lembrou que os trabalhadores do comércio também poderiam ter a mesma ideia, a de fazer representar na Constituinte a sua classe. Questiona, então, aos comerciantes, se eles já teriam parado para analisar que, em proporção, o número dos empregados era muito superior?¹⁰⁴

Ainda em novembro reuniram-se os membros da Ação Integralista na Bahia, com objetivo de agregar os diversos núcleos da capital com aqueles fundados no interior do estado.¹⁰⁵ A 14 do mesmo mês, também se reuniram os empregados do Comércio. Um dia depois, os católicos divulgavam que estavam se organizando “com fito dá maior propagação do dever do voto”. A organização católica obedeceria aos moldes do socialismo cristão, defendido no Brasil por Amoroso Lima.¹⁰⁶

No dia 16 de novembro tinha lugar a fundação da LASP. Sobre essa agremiação o *A Tarde* divulgou:

Conforme nota já divulgada pelo *A Tarde* continuam ativos os preparativos para a organização duma agremiação partidária que se denominará “Liga de Ação Social e Política” e cujo aparecimento, com um programa de ideias perfeitamente delineadas de acordo com o momento político atual do país e do estado irá imprimir uma feição nova à política da

¹⁰³ Lema do Congresso Revolucionário. *Diário da Bahia*. Salvador, 21 de novembro de 1932. João Mangabeira comungava com parte dessas ideias. No debate em torno da elaboração do projeto foi sua a responsabilidade a inclusão de alguns desses pontos, conforme veremos no próximo capítulo.

¹⁰⁴ A PRIMEIRA REUNIÃO DO G.P. DAS CLASSES PRODUTORAS. CARA OU COROA. Artigo assinado por Luiz Viana Filho. *A Tarde*. 10 e 12 de outubro de 1932. BPEB.

¹⁰⁵ Sobre a Ação Integralista na Bahia consultar: FERREIRA. Laís Mônica Reis. *Educação e Assistência Social: as estratégias de inserção da Ação Integralista Brasileira nas camadas populares da Bahia em O Imparcial (1933-1937)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. 2006.

¹⁰⁶ VAI REUNIR-SE A AÇÃO INTEGRALISTA. *A Tarde*. 12 de novembro de 1932; “Reunião do Partido dos Empregados do Comércio”. *A Tarde*. 14 de novembro de 1932; “Política baiana”. A reunião do Clero. *A Tarde*. 15 de novembro de 1932.

Bahia, não só pelas ideias que formam a estrutura da nova agremiação como pelo prestígio das figuras congregadas em torno dos interesses da Bahia.¹⁰⁷

A população negra da Bahia, por sua vez, buscou organizar-se através da Fundação da Frente Negra na Bahia, em 24 de novembro de 1932.¹⁰⁸ A Ação Social Feminina e o Instituto Feminino que já vinham se reunindo periodicamente durante todo o ano, buscavam definir os seus alinhamentos políticos em reunião do dia 25. Intensificaram-se no *A Tarde*, a publicação de textos de Luiz Viana Filho, não apenas criticando os políticos experientes da Bahia, como também, mostrando-se como opção a eles. A sua crítica recaía, principalmente, sobre os homens “de todos os governos” que cercavam a Juraci Magalhães.¹⁰⁹

A essa altura, Juraci Magalhães já tinha estabelecido contato com um número significativo de chefes políticos das diferentes localidades baianas. Embora o *A Tarde* tenha divulgado que os horizontes da política oficial baiana estavam turvados com “um amontoado de competições entre as suas várias facções”, e o próprio interventor tenha defendido que os militares deveriam voltar às fileiras do exército, a verdade é que, também no final daquele mês, os seus correligionários dos diferentes municípios baianos lançavam um documento definidor da política no interior do estado: o manifesto dos políticos sertanejos.¹¹⁰

De acordo com matéria publicada no Jornal *Diário da Bahia*, em 29 de novembro de 1932, era Franklin de Albuquerque quem liderava o grupo político do interior.¹¹¹ Em entrevista ao jornal, o então representante das Lavras Diamantinas afirmou que desde o início do ano vinha existindo um movimento de coesão das forças políticas da região sanfranciscana. Assim, poderia afirmar que “[...] no Estado, dentro de qualquer partido

¹⁰⁷ POLÍTICA BAIANA. *A Tarde*. 16 de novembro de 1932. No dia 12 do mesmo mês, o vespertino já havia divulgado: "Estamos seguramente informado de que com a aproximação dos debates da Constituinte cogita-se, entre nós, da fundação duma agremiação partidária a cuja frente se acham elementos de maior representação de todas as classes da Bahia e que tem por escopo levar para a Constituinte, um programa de ideias norteadas pelas mais altas expressões do pensamento baiano, livre de qualquer influência estranha à Bahia. *A Tarde*. 12 de novembro de 1932.

¹⁰⁸ Sobre a organização da Frente Negra na Bahia ver: BACELAR, Jeferson. “A frente negra brasileira na Bahia”. In: *Afro-Ásia*, n. 17. 1996.

¹⁰⁹ QUANDO TODOS SE DISPERSAM: os homens de cor formam a frente negra na Bahia. *A Tarde*. 24.11.1932; A AÇÃO SOCIAL FEMININA. *A Tarde*. 25.11. 1932. De Luiz Viana Filho ver: OS LÍRIOS DE SÃO PAULO; O SALTO MORTAL; NA RODA DA VIDA. *A Tarde*. 15, 19 e 30 de novembro de 1932. Do mês de dezembro ver: REPETE-SE A HISTÓRIA; OBSERVAÇÕES SOLTAS; publicados, respectivamente, em 19 e 20.12.1932.

¹¹⁰ A nota de Juraci Magalhães com a afirmação de que os militares deveriam voltar ao exército foi publicada no *Diário de Notícias*, em 09.11.1932.

¹¹¹ O *Diário da Bahia* voltou a circular em 12.10.1932, segundo destacou, “radicalmente transformado na parte técnica e na orientação”. Estava sob direção de Pacheco de Oliveira.

político não há a comunhão de vistas, como a que impera entre nós, os sertanejos do São Francisco [...]”, afirmando que todo aquele esforço estava destinado ao apoio de Juraci Magalhães, segundo ele, desde janeiro. O Manifesto era uma declaração de apoio à interventoria baiana “na Constituinte ou sem Constituinte”.¹¹²

Diante de tamanha manifestação, a fundação de um diretório político em Mundo Novo em favor da oposição baiana, noticiada a 13 de dezembro de 1932 pelo *A Tarde* era uma expressão infinitamente menor da capacidade de arregimentação dos oposicionistas baianos para o pleito eleitoral que se aproximava. Evidentemente, os fatores coerção, censura, prisões e até mesmo morte aos adversários políticos não podem ser descartados. No entanto, a importância desses coronéis em seus redutos eleitorais, liderando politicamente uma vasta quantidade de eleitores que ainda temiam o quesito “segredo” do voto era uma dura realidade a ser enfrentada pela oposição baiana. O fragmento da matéria publicada pelo *Diário da Bahia* mostra como os sertanejos estavam dispostos para a luta:

Nós, que representamos, na verdade, a expressão política do São Francisco, nós que confiamos no alto patriotismo e honestidade do interventor Tenente Juraci Magalhães, pelos seus altos de justiça e esclarecimentos; nós, que acreditamos na sinceridade completa de suas atitudes, declaramos solenemente perante a Bahia e a nação que já estamos cansados da política das conveniências, e estamos cheios de fé nos princípios nobilitastes da Revolução.¹¹³

Juraci Magalhães saberia usar em seu favor esse contingente significativo de chefes políticos.¹¹⁴ Parece ter tirado da sua experiência militar a noção de dividir para governar. Foi assim que, conforme assegurou Consuelo Sampaio, em janeiro de 1933 reuniria a Coligação Sertaneja e a recém-fundada Aliança Política Municipal, ASPAM, e dividiria o interior do estado baiano em amplas coligações municipais, conferindo “o comando de cada uma delas a influentes chefes políticos locais”.¹¹⁵

A Coligação Sertaneja, sob essa ótica, foi transformada num instrumento de ordenação política formalizada entre coronéis do interior do estado. Tinha o poder de arbitrar dissensões

¹¹² O MANIFESTO DOS POLÍTICOS SERTANEJOS. *Diário da Bahia*. 29.11.1932. Fundação Pedro Calmon.

¹¹³ Idem. Fazer quadro da quantidade de eleitores reunidos nesse município, com base nos dados de 1930.

¹¹⁴ Em dezembro, com a chegada de Raul Alves, o então procurador da República, a política do interior ficava ainda mais movimentada. Chefe político de Juazeiro, Raul Alves veio reunir os amigos que “já se candidatavam a posições oficiais. “Política baiana”. *A Tarde*. 27.12.1932.

¹¹⁵ SAMPAIO. Consuelo Novais. *Poder e representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992, p.85. Acredita-se Juraci Magalhães apenas legitimou os agrupamentos já estabelecidos pelos respectivos chefes locais.

partidárias e pessoais e se constituiu, formalmente, como órgão deliberativo para questões territoriais entre municípios, chegando a outorgarem-se funções de intervenção no desenvolvimento econômico e social.¹¹⁶

Assim, embora Consuelo Sampaio tivesse afirmado que a divisão da Bahia era uma estratégia política de Juraci Magalhães para governá-la, com a subordinação dos coronéis que seriam disciplinados pelo Partido Social Democrático, PSD, que só viria a se constituir em início de 1933, não se pode perder de vista o poder de articulação desses coronéis, liderados, como ficou explicitado na matéria, por Franklin Lins de Albuquerque. Afinal, data desse período a maior vigência política de alguns desses homens, a exemplo daqueles do baixo-médio São Francisco.

Com tamanho apoio, Juraci Magalhães preparava-se para o combate nas urnas e recusava-se a aceitar qualquer pedido de demissão de políticos que lhes fossem fiéis no interior do estado, mesmo que esse não pudesse garantir-lhe a vitória, a exemplo do que aconteceu ao prefeito Mário Cravo, de Alagoinhas, que escreveu ao interventor depondo o cargo em suas mãos por não dispor de “elementos válidos para garantir a vitória eleitoral em 1933”. Segundo a carta, Dantas Bião, correligionário e amigo de Otávio Mangabeira e maior liderança política local, jamais aceitaria um acordo, e com José Lúcio dos Santos, ex-membro da Aliança Liberal, ele jamais entraria em entendimentos, além do que, estava este coronel, àquela altura, apoiando Moniz Sodré.¹¹⁷

Como se vê, o ano de 1932 encerrou-se na Bahia com um mosaico de agremiações políticas. Não foi sem razão que o *Diário Carioca*, jornal editado no Rio de Janeiro, afirmou que a serenidade da política baiana era falsa. Em breve ocorreria “sensíveis modificações na vida interna do Estado”.¹¹⁸ Parte dessas modificações seria o alinhamento político entre Seabra e os jovens acadêmicos da LASP. O jornal *A Tarde*, que era ainda o principal porta-

¹¹⁶ ALBA, Maria. op. cit. p. 96-107.

¹¹⁷ Carta do prefeito de Alagoinhas a Juraci Magalhães. *Diário de Notícias*. Salvador, 22.12.1932; CRAVO, Mário da Silva. *Memórias de um homem de boa fé*. Salvador, Bahia. 1975, Diante da carta recebida por Mário Cravo, Juraci Magalhães esteve ao final daquele ano em Alagoinhas. A notícia divulgada pela imprensa é que teria ido ao encontro de Joaquim Climério Dantas Bião. O desfecho da viagem, porém, foi um desencontro induzido pela astúcia do experiente político que, conforme esclareceu Euvaldo Pinho, em carta a Otávio Mangabeira datada de 07 de janeiro de 1933: “de referência ao Bião, o que há certo é que ele nem esteve com o Juraci. Não se viram. Nem houve entendimento algum”, mas alertou, “acho bom Mangabeira, escrever ao Bião, aconselhando o alistamento até que ordens venham sobre eleição. Carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira. 07 de Janeiro de 1933. In.: *Otávio Mangabeira - Cartas do 1º exílio (1930-1934)* / Organização Consuelo Novais Sampaio. – Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. BPEB.

¹¹⁸ *Apud. A Tarde*. Salvador, 16.11.1932.

voz desse grupo político, já abria espaço para publicação e reprodução de matérias que exaltassem a figura do experiente político baiano desde o final daquele ano.

Em meados de dezembro reproduziu uma matéria publicada no “confrade do interior”, *A Razão*, jornal editado no município de São Gonçalo. Intitulada “A Bahia e seus filhos exilados, a matéria afirma que:

(...) A Bahia sem Otávio, sem Simões e sem Seabra é como uma casa sem homem de que todo bigorriha audacioso se julga com direito de dizer pilheria e namorar as moças. Isto é assim mesmo.

Quando os homens da casa estão presentes, os peralvilhos dela se não atrevem sequer aproximar, quando, porém, estão ausentes, os penetras e até os criados deitam-se no “maples”. (...) A Bahia é de Otávio, a Bahia é de Simões, a Bahia é de Seabra e de todos os filhos que tem sabido elevar bem alto o nome glorioso honrando-lhes as tradições do passado e ilustrando-lhe a vida do presente no preparo de um futuro mais brilhante.¹¹⁹

O texto é uma evidente crítica ao interventor Juraci Magalhães e aos seus secretários, parte deles também de outros estados, mas é também um indicativo de que algumas lideranças do interior já apoiavam a união das forças políticas da Bahia. Urgia um acordo pra evitar que o governo de Juraci Magalhães que àquela altura já havia retomado as suas viagens ao interior do estado com objetivo de criar o partido oficial para disputar as eleições viesse, de fato, a se consolidar na Bahia. As eleições que se avizinhavam anunciavam este acordo entre as “facções decaídas” e os revolucionários da Aliança Liberal, mas ele ainda não seria firmado na forma de uma Frente Única.

¹¹⁹ A BAHIA E SEUS FILHOS EXILADOS. *A Tarde*. 14.12.1932.

CAPITULO IV

AS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE EM 1933

O ano de 1933 se iniciou na Bahia com uma intensa movimentação em torno da política partidária de velhas e novas agremiações. O alistamento eleitoral, por sua vez, ainda era lento em quase todo o interior do estado como de resto parecia ser em todo o Brasil. Além do atraso na chegada do material, a quantidade que foi recebida pelo TRE, até 21 de novembro de 1932, atendia somente às dez primeiras zonas, sendo as quatro primeiras da capital, a quinta envolvendo os municípios de Mata de São João, Pojuca e Montenegro; a sexta com Maragogipe, Itaparica e São Félix; a sétima com Santo Amaro, São Francisco, São Sebastião e Coração de Maria; a oitava com Alagoinhas e Irará; a nona com Cachoeira de São Félix, Muritiba, Cruz das Almas, Conceição da Feira e Santo Estevão do Jacuípe e a décima com Valença, Cayrú, Taperoá e Nilo Peçanha. Portanto, apenas 21 dos municípios do interior baiano.¹

De parte do governo, embora não houvesse nenhum informe em torno de um possível adiamento das eleições era quase certo para a maioria dos baianos que elas não ocorreriam em maio, pois o número de eleitores que buscavam alistar-se era diminuto. Apesar das suspeitas e reticências as eleições foram mantidas, levando às urnas de todo o estado da Bahia cerca de 80 mil eleitores dos quais a maioria era do interior.

Realizada com base no Código Eleitoral de 1932 e suas atualizações, as eleições de maio de 1933 constituíram-se em marco de ruptura do processo eleitoral adotado durante a Primeira República. Os historiadores divergem quanto a esta assertiva. Para Jairo Nicolau, as mudanças fundamentais trazidas pelo Código Eleitoral foram o voto feminino e a obrigatoriedade do voto. Cristina Buarque de Holanda acrescenta a conquista do voto secreto e a inclusão do magistrado nos processos de alistamento, voto e apuração, lembrando ainda da representação proporcional como principal desdobramento da arquitetura eleitoral do liberalismo no século XIX. Consuelo Sampaio, em análise da aplicação do Código nas primeiras eleições pós-revolução, afirma que a justiça eleitoral foi a maior inovação do

¹ ARRASTADO COMO CÁGADO: esboça-se o alistamento no estado. *A Tarde*. 21.11.1932. BPEB. Um mês depois a Bahia recebeu material para mais quarenta zonas eleitorais, quando já se contava com mais de 120 em todo o estado. SERVIÇO ELEITORAL VAI SE ARRASTANDO. *A Tarde*. 26.12.1932. BPEB.

período, mas os decretos que lhe sucederam, ao menos no que diz respeito à Bahia, constituíram-se num retorno ao passado.

Segundo Cristina Buarque de Holanda, quando da elaboração do Código, o objetivo de Assis Brasil teria sido o de “aproximar os quadros parlamentares das opiniões e dos grupos políticos realmente existentes na sociedade”.² O Estado precisava “criar” e “moldar” o povo e para isso, as práticas eleitorais precisavam ser renovadas. Assim, foram incorporados no Código eleitoral e consolidados na Constituição de 1934 temas como o voto feminino, o voto secreto, a justiça eleitoral, o voto proporcional e a representação profissional, alguns dos quais defendidos pela Aliança Liberal no ano de 1930, caracterizando aquele momento político como renovador na história das eleições do Brasil.

Todas essas modificações pareciam tumultuar o processo eleitoral e geravam dezenas de dúvidas e matérias de jornais com diferentes especulações e análises do tema. A partir de novembro de 1932, no entanto, outra atividade viria dividir as atenções em torno das modificações do Código Eleitoral. Naquele mês, Getúlio Vargas autorizou a Comissão de Elaboração do anteprojeto constitucional nomeada em julho, a iniciar o debate e a escrita do esboço da nova Carta. Entre os membros dessa Comissão, o baiano João Mangabeira era um dos que mais se destacavam e a sua atuação nesse processo impactou a política estadual, marcada muito mais pela sobrevivência de laços de lealdade pessoal, conforme destacou Consuelo Sampaio, do que pelas mudanças recentes aprovadas no Código.³

² Para a autora, a contribuição de Assis Brasil ao Código Eleitoral de 1932 foi uma versão de sua obra *Democracia representativa: do voto e do modo de votar* (1893) que basicamente orientou toda a atuação parlamentar de cunho liberal do jurista. A defesa do sufrágio universal, do proporcionalismo do voto e de outros temas da política liberal do século XIX, completa a autora, ilumina, mas não esgota o perfil político do jurista, que na sua concepção explica-se muito mais em termos de modelo eleitoral pós 1930, à luz da aproximação tensa do político com o positivismo e o realismo, cuja hibridez revela-se na elaboração do Código que não obstante o viés liberal foi marcado da concepção hobbesiana e da concepção política de Burke. Ver: HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de representação política: o experimento da primeira República Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009. p. 224-225.

³ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: o legislativo na Bahia na segunda república, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992. p. 81.

4.1 A repercussão na Bahia da elaboração do anteprojeto para a Constituinte

Era consenso não somente da parte daqueles que participaram da Revolução de 1930 como de quem lhe fazia oposição que a falta de unidade entre os revolucionários comprometeu o resultado do movimento.⁴ No que diz respeito ao momento de reconstitucionalização do país, o desencontro de ideias continuou sendo uma constante entre os revolucionários, sobretudo entre os interventores do norte e as forças políticas do centro/sul do Brasil.

Em meio a tantas divergências parecia certo apenas o fato de que, com as eleições que se aproximavam, abria-se um novo momento político para o Brasil. Sobre tantas modificações João Mangabeira sentenciou:

Quanto à República Velha, com seus quadros integrais, não há risco de voltar. Nem o país isso quereria. Da confusão e dos erros do presente há de surgir coisa nova. O passado não volta mais, é por sua natureza irreversível. [...] Devemos preparar os espíritos para as realidades que estão e que virão. Aqui, e no mundo. Quem olhar para trás corre o risco de ficar como a mulher de Lot. Oposição ou governo nada se poderá fazer no modelo do passado morto. Política não é Arqueologia.⁵

Naquele momento, discutia-se em todo o país sobre o caráter que a nova Constituição deveria ter. Matéria amplamente divulgada na imprensa, esse debate já fazia antever as ações que norteariam a atuação dos deputados no ano seguinte. Havia divergência em diversos aspectos: a representação de classe, o modelo de organização judiciária no Brasil, as responsabilidades do poder executivo, a forma de governo a ser adotada - se parlamentarista ou presidencialista, a legislação social, o voto feminino, o divórcio, a liberdade de culto e o debate em torno da centralização política e das atribuições da União perante os estados.

Não obstante essas divergências os estados que compuseram o Bloco do Norte, em sua maioria governados por interventores militares, buscaram traçar uma linha de conduta junto

⁴ Ver entre outros: SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964). Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010; CAMARGO, Aspásia. *O Nordeste a política. Diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.p. 283; BARATA. Agildo. *Vida de um revolucionário: memórias*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega 1978.

⁵ Carta de João a Otávio Mangabeira. *Cartas do Exílio*. vol. 1. op. cit. 11.08.1932.

ao governo provisório já a partir de 1931.⁶ Essa postura foi mantida mesmo quando se deu a convocatória da Assembleia Nacional Constituinte.

À medida que enfeixavam forças para resistir às investidas políticas do eixo centro/sul do país, os estados do norte e nordeste do Brasil cumpriam um importante papel de fortalecimento do governo provisório, pois em sua maioria eram dirigidos por interventores que não queriam a convocação da Assembleia Constituinte. Vencidos em seus propósitos, esses interventores se viram obrigados a redefinir as suas posturas e entraram na disputa política utilizando-se de todas as ferramentas de que podiam dispor para garantir nas urnas a vitória da revolução, seriamente abalada pela Revolução Constitucionalista de São Paulo.

Antes de passar a análise de como ocorreu o debate constitucional na Bahia vale a pena esclarecer de que modo e por quais razões se formou o Bloco do Norte e qual o papel assumido pelo estado da Bahia e pelo interventor Juraci Magalhães no contexto. De acordo com Dulce Pandolfi, a criação do Bloco do Norte está diretamente relacionada à condição desses estados no decorrer da Primeira República. Os grandes produtores de açúcar que assumiram papel de destaque no período imperial enfrentaram uma crise aguda de produção e foram gradativamente substituídos no cenário político e econômico nacional por cafeicultores paulistas e mineiros.⁷ Com a política dos governadores adotada por Campos Sales, assentada no compromisso entre o poder central e os estados, o norte era cada vez mais alijado do centro das decisões políticas e divisão das benesses do Estado, pois era cada vez menor o seu poder de barganha frente às unidades federadas do eixo centro/sul. Deste modo, o norte assumiu ao longo de toda a Primeira República, uma postura crítica à situação e isso lhe rendia ainda mais desgaste econômico e enfraquecimento político, situação agravada pela crise nos anos finais da década de 1920, razão pela qual a revolução de 1930 teve forte impacto na região.⁸

Ao analisar as causas da Revolução de 1930, Barbosa Lima Sobrinho dá atenção especial à questão regionalista. Para ele, o desequilíbrio entre os estados com a força excessiva de uns ameaçando absorver os demais, figura também como fator explicativo da

⁶ Ver informações que circularam na imprensa do período. No nosso caso, Rio de Janeiro e Bahia.

⁷ PANDOLFI, Dulce Chaves. "A trajetória do norte: uma tentativa de ascenso político". In: Gomes, Ângela Maria de Castro. *Regionalismo e Centralização Política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.341-372.

⁸ Idem, p. 341-342.

crise política e econômica de 1929 e como lastro do movimento aliancista e revolucionário de 1930.⁹

Neste cenário, vitorioso o movimento armado, o norte do Brasil passou a ocupar um lugar importante para o governo revolucionário. Além do apoio popular após a revolução, não havia aqui a presença de forte máquina partidária como ocorria nos estados do centro/sul, pois a política era feita em torno de homens e não de ideias, como diria mais tarde Juraci Magalhães.¹⁰ Os estados do norte constituíram-se, portanto, em espaço privilegiado para a implementação das medidas saneadoras propostas pela Revolução de 1930.

A despeito de não existir um sistema partidário forte e de estar organizada em torno das oligarquias locais, a política dessa região do país exigiria do governo provisório a adoção de determinadas medidas. A criação da Delegacia do Norte foi a primeira delas, conforme mencionado. Caberia, além dela, a adoção de determinado tipo de interventoria. Em sua maioria, os estados do norte foram governados por militares estranhos à política local. Diferente dos interventores civis que possuíam relações umbilicais com as classes dominantes das diferentes regiões, os militares não deviam a esses grupos a sua manutenção no poder, sendo esta de total responsabilidade do chefe do governo provisório. Assim, supunha-se que eles seriam “politicamente neutros”, o que permitiria executar o programa revolucionário com maior facilidade.¹¹

Assim, até o final de 1931, o Norte já havia se constituído em um reduto do tenentismo e cumpria o importante papel de fortalecer o governo provisório, sobretudo no que diz respeito à neutralização das forças que lhes eram contrárias nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Em troca desse apoio, Vargas precisava fazer algumas concessões, muitas delas relacionadas à construção de obras públicas como escolas, açudes e estradas, o combate à seca e o incentivo na agricultura, com a valorização da produção a partir do fortalecimento dos Institutos, a exemplo do Instituto do Cacau e a criação de Fazendas Modelo, a exemplo da Fazenda Modelo de Citricultura de Alagoinhas.

⁹ LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a revolução de Outubro de 1930*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

¹⁰ Essa afirmativa apareceu em diferentes obras de Juraci Magalhães, mas a observação data do ano de 1931 e foi registrada nas cartas que o interventor federal no estado da Bahia endereçou ao governo provisório. O conjunto dessas missivas está disponível no CPDOC em ambos os arquivos pessoais.

¹¹ PANDOLFI, Dulce Chaves. “A trajetória do norte: uma tentativa de ascenso político”. In: Gomes, Ângela Maria de Castro. *Regionalismo e Centralização Política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 346.

Ao lado das reivindicações econômicas, os estados formadores do Bloco do Norte estavam alinhados quanto às tarefas políticas, entre elas e a principal era o sistemático combate à convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Para os militares à frente da região, o país ainda não estava pronto para voltar ao regime de representação política, pois a Revolução não havia concluído o trabalho de saneamento proposto em 1930. Conforme assegurou Dulce Pandolfi, os interventores nortistas eram portadores de uma bandeira nitidamente autoritária, “que adiam e subordinavam à participação política da população e, portanto, o exercício da prática democrática às futuras reformas administrativas”.¹²

Vencidos em seus propósitos quanto à reconstitucionalização, após a luta armada paulista de 1932, esses interventores precisaram redefinir a sua bandeira de luta. Do discurso em favor da ditadura, os interventores passaram à organização de partidos em seus respectivos estados bem como se esforçaram para reproduzir ao nível local as diretrizes tomadas para o conjunto deles, pois a constitucionalização não podia ser vista como empecilho para a permanência das ideias revolucionárias. Finda, então, a ideia de “neutralidade política”, pois, conforme avaliação feita por Juarez Távora, “diante da transformação da conjuntura, o absentismo político dominante no período anterior não mais se justificava, tendo que ser substituído por uma conduta de interferência efetiva nos mecanismos político-partidários”.¹³

A Bahia assumiu uma posição específica junto ao Bloco do Norte, pois parte da oligarquia do estado sempre manteve diante da Revolução um foco de resistência, ainda que ela fosse, em alguns momentos, pequena e facilmente desarticulada. Conforme destacamos, nos primeiros meses após a Revolução, foram recorrentes os descontentamentos em torno das medidas saneadoras dos interventores Leopoldo Amaral e Artur Neiva. A nomeação de Juraci Magalhães tinha por objetivo neutralizar essas forças, mas não deixava de ser uma tentativa do governo provisório de atender às reivindicações de grupos descontentes. Se a prática política e administrativa do interventor-tenente promoveu uma maior penetração da Revolução em todo o estado da Bahia foi porque logo cedo ele aprendeu a se reconciliar com as forças políticas locais, parte delas, contrárias à Revolução, a outra, organizada em coligações.

Juraci Magalhães era um atuante membro do Bloco do Norte. Defendia a manutenção do governo discricionário ao lado dos companheiros militares dos estados vizinhos. A partir

¹² Idem. 350.

¹³ PANDOLFI, Dulce Chaves. “A trajetória do norte: uma tentativa de ascenso político”. In: Gomes, Ângela Maria de Castro. *Regionalismo e Centralização Política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 361.

de 1931, já buscava assentar as bases no estado da Bahia para criação de um Partido Nacional a serviço da Revolução. Assim, embora fosse contra a reconstitucionalização do país naquele momento, por achar que a Revolução ainda não tinha cumprido o seu papel de sanear as “práticas políticas imorais” da República deposta - conforme afirmou em carta a Getúlio Vargas - tão logo a Revolução constitucionalista teve fim e a Comissão de elaboração do anteprojeto constitucional foi reabilitada, não encontrou dificuldades para organizar um Partido que pudesse garantir a manutenção do programa revolucionário no país.¹⁴

Desse modo, não podendo mais se posicionar em favor de uma ditadura, a campanha pelas futuras eleições foi feita pelo governo provisório e seus partidários com forte carga negativa. Criticavam-se os políticos profissionais depositos em 1930, o personalismo político e a fragilidade das facções e adotava-se “como norma política do estado apenas a competência e a honestidade”, conforme deliberação do Congresso Revolucionário, realizado em novembro de 1932, e do qual Juraci Magalhães participou.¹⁵

No interior do estado da Bahia, a defesa da bandeira “competência e honestidade” foi largamente reproduzida, sobretudo pela imprensa. Espalhava-se a ideia de que a constituinte traria as extintas práticas políticas e se não era possível evitá-la devido ao crescimento do movimento de reconstitucionalização do país era preciso, ao menos, vencer a disputa nas urnas.

No campo da oposição esse discurso não encontrava guarida. Desde os meses iniciais de 1932, o movimento em prol da Constituição ganhava força no estado, destacando-se pelo importante papel assumido por esse grupo durante a guerra paulista. Muitos foram os baianos que combateram o discurso oficial. Entre eles, podemos destacar o próprio Seabra que atuou intensamente pela imprensa baiana e carioca; o ex-ministro Otávio Mangabeira, que do exílio

¹⁴ De acordo o Decreto do Governo Provisório foram designados para a Comissão de Elaboração do Anteprojeto Constitucional os senhores Joaquim Francisco de Assis Brasil, Francisco Luiz da Silva Campos, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, o general Augusto Tasso Fragoso, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Francisco Solano Carneiro da Cunha, João Neves da Fontoura, João Mangabeira, Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, Francisco José de Oliveira Viana, Francisco Morato, Alceu Amoroso Lima, o almirante Brasil Silvano, João Daudt de Oliveira, que representava a Associação Comercial, Francisco de Oliveira Passos, da Federação das Indústrias, Bertha Lutz e Nathercia da Silveira, representando as mulheres, Henrique Stepple Junior, da Federação do Trabalho do Distrito Federal, José Castro Nunes, Themistocles Brandão Cavalcanti, Astolpho Vieira de Rezende e Victor Viana. Até que o trabalho da Comissão fosse finalizado alguns desses nomes foram substituídos. Ver: O DECRETO DO GOVERNO PROVISÓRIO. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 12.06.1932. In: www.memoria.bn.br. Acesso em: 14.07.2107. Para uma análise minuciosa do perfil desses membros ver: GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. A Constituição de 1934 no contexto da história do constitucionalismo brasileiro. *Revista Jurídica Cesumar*. Jan./abr. 2017, n. 1. p. 181-211.

¹⁵ PANDOLFI. Dulce Chaves. “A trajetória do norte: uma tentativa de ascenso político”. In: Gomes. Ângela Maria de Castro. *Regionalismo e Centralização Política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 363.

mandava cartas e manifestos para publicação no Brasil; a ala jovem do PRB que atuavam na Liga de Ação Política, através de reuniões, comícios e manifestos falando aos estudantes e acadêmicos baianos; os universitários reunidos pela AUB e, em situação muito peculiar, o jurista João Mangabeira, único representante do estado da Bahia na Comissão que elaborava o anteprojeto da constituinte.

João Mangabeira ganhou destaque como membro da Comissão do Itamaraty, como ficou conhecida, por divulgar e defender entre outras ideias, algumas de caráter socialista. Convém destacar que o socialismo de João Mangabeira, embora flertasse ou fosse confundido com o socialismo e as ideias bolchevistas, não pode ser lido sob essa chave de interpretação. Tachado muitas vezes de “ilustre equilibrista”, João Mangabeira era acusado de tentar trazer para o Brasil as ideias socializantes de outros países e defender aqui os capitalistas e suas respectivas propriedades.¹⁶

A atuação de João Mangabeira na Comissão certamente não passou despercebida à Bahia, principalmente porque, embora tivesse se posicionado em favor da Revolução de 1930 em determinadas ocasiões, diferente de Juraci Magalhães, ele considerava que a nomeação dos tenentes para interventores e o prolongamento da ditadura varguista teriam sido os maiores erros da revolução. Era então, um dos baianos que além de defender a volta do sistema representativo de governo, participava diretamente da elaboração desse sistema, depositando nas eleições programadas para maio de 1933 toda a sua expectativa de a Revolução corrigir os erros cometidos no decorrer de 1931 e 1932.¹⁷

Na Bahia as impressões sobre as eleições eram as mais diversas. Além das dificuldades impostas pelo atraso no material destinado à qualificação de eleitores e emissão

¹⁶ João Mangabeira tanto era acusado de defender os comunistas quanto de querer implantar no Brasil o socialismo da social-democracia alemã. As críticas que recebeu em todo o Brasil, principalmente na imprensa carioca podem ser conferidas em: BATISTA, Eliana Evangelista. Atuação político-partidária e os pontos defendidos por João Mangabeira na elaboração do anteprojeto da constituição de 1934. In: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia. Brasília. 2017. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>.

¹⁷ Sobre a atuação de João Mangabeira na Comissão ver: GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. A Constituição de 1934 no contexto da história do constitucionalismo brasileiro. *Revista Jurídica Cesumar*. Jan./abr. 2017, n. 1. p. 181-211; BATISTA, Eliana Evangelista. Atuação político-partidária e os pontos defendidos por João Mangabeira na elaboração do anteprojeto da Constituição de 1934. Anpuh. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia*. 2017; BROSSARD. Paulo. João Mangabeira. Homenagem do Senado pelo centenário de nascimento. *Revista Inf. Legisl.* Brasília, a. 17, n. 67, jul./set. 1980; VIANA FILHO, Luiz. *João Mangabeira. O homem e o Político*. Discurso na Universidade de Brasília. Brasília. 1981.

de títulos eleitorais, o estado vivia uma situação atípica: a ausência de muitos líderes da República deposta.

A Revolução constitucionalista de São Paulo manteve José Joaquim Seabra no Rio de Janeiro, impedido de embarcar para o estado natal; veio à Bahia somente no início de 1933; Moniz Sodré foi preso imediatamente após o desfecho do movimento, em julho de 1932; Simões Filho, preso e exilado; Pedro Lago e os irmãos Calmon ainda em desentendimentos por conta de rivalidades anteriores à Revolução; Otávio Mangabeira encontrava-se no exílio desde 1930, desmarcou por sucessivas vezes as viagens de retorno ao Brasil no ano de 1932 e impedido de participar do pleito eleitoral de 1933, adiará por mais uma vez o seu retorno ao país; Antônio Moniz e Goés Calmon estavam mortos, Vital Soares com saúde muito debilitada viria a morrer em abril de 1933. Gozando de prestígio político ao nível nacional restava apenas João Mangabeira que transitava com certa liberdade entre os revolucionários, mas não se mostrava, até janeiro daquele ano, disposto a liderar a oposição na Bahia contra uma Revolução que acreditava estar no caminho certo.

A fundação de agremiações políticas no estado da Bahia no início de 1933 era resultado de todo esse processo vivido no ano de 1932 que acirrou as relações entre o interventor e o grupo que lhe fazia oposição, de um lado, e, de outro, aproximou-o dos coronéis do interior do estado, cujo apoio político já havia sido demonstrado durante a revolução constitucionalista quando muitos deles demandaram esforços para arregimentar voluntários para o *front* paulista.

Assim, no curso do processo de reconstitucionalização do país crescia a confiança de Juraci Magalhães em torno do sucesso político no pleito eleitoral que se avizinhava, ainda mais após as sucessivas viagens feitas ao interior do estado a partir de novembro de 1932. Em carta enviada a Getúlio Vargas, em três de janeiro de 1933, ele informava que tinha passado os últimos dias totalmente absorvido pela elaboração do orçamento anual e as conversas políticas com homens do interior e da capital do estado e destacava os sucessos dessa empreitada:

Como tenho que me defender de velhas raposas políticas treinadas na arte de enganar o próximo, procurei criar um lastro político que permite à revolução, na Bahia, uma situação estável, defendida de qualquer manobra de última hora.

Minha maior preocupação é evitar os políticos, que estão se aproximando depois da vitória da ditadura, adquiram a força perdida com a

exploração de desfrutarem o prestígio oficial. Assim tenho organizado diretamente os diretórios municipais contando já com a esmagadora maioria do estado. Isto retardou um pouco o Congresso partidário que só será instalado a 23 do corrente quando espero ter concluído a organização política no interior [...].¹⁸

No que diz respeito à capital, Juraci Magalhães afirmou que a dificuldade era acomodar a todos os interessados, em suas palavras, um amontoado de gente indigna que vivia a corvejar o governo, razão pela qual preferia que a ditadura fosse prolongada no Brasil. Como a constituinte parecia ser uma realidade, buscava convencer a Getúlio Vargas de que na Bahia a carreira seria ganha “com o pé nas costas”. Reconhecia, entretanto, o peso da oposição no estado, sobretudo o prestígio de Seabra junto a alguns chefes políticos do interior que vinham explorando o caso entre ele e o Almirante Protogenes.¹⁹ O cuidado maior, por sua vez, deveria ser com o João Mangabeira, conforme destaca o fragmento da carta transcrito abaixo:

É preciso ter cuidado com o João Mangabeira, cuja versatilidade é incrível. Tem mandado mentiras aqui para a Bahia, que é um horror. Procura correspondentes de jornais sempre alardeando o alto prestígio de que desfruta junto ao governo. Tem explorado um bilhete meu para Oswaldo, espalhando que eu autorizara a resolver, com ele, todos os negócios da Bahia. E muitas outras coisas que não me refiro para não me rebaixar a competições pessoais [...].²⁰

Os primeiros contatos entre João Mangabeira e Juraci Magalhães ocorreram em março de 1932, sendo retomadas ao final daquele ano.²¹ Segundo informações das cartas do primeiro exílio de Otávio Mangabeira, a aproximação entre o jurista baiano e o interventor teria ocorrido em decorrência da atuação de Berbet de Castro, correligionário de João Mangabeira no sul do estado. De acordo com o texto, Juraci Magalhães havia afirmado ao jornal carioca *A*

¹⁸ CPDOC. Carta de Juraci Montenegro Magalhães a Getúlio Vargas. Classificação: GV c 1933.01.03/1. Data: 03/01/1933.

¹⁹ Citar o caso reproduzido na imprensa do Rio.

²⁰ CPDOC. Carta de Juraci Montenegro Magalhães a Getúlio Vargas. Classificação: GV c 1933.01.03/1. Data: 03/01/1933.

²¹ Refiro-me aos contatos depois de iniciado o movimento pela reconstitucionalização do país, pois assim que foi nomeado para interventoria da Bahia, Juraci Magalhães buscou entendimentos com Otávio Mangabeira no Rio de Janeiro. Ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: o legislativo na Bahia na segunda república, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992. p. 87.

Noite que João Mangabeira mostrava-se a favor da revolução pelas palavras, e contra pelas atitudes.²²

O interventor alegava também, que João Mangabeira queria garantias contra inelegibilidade, mas não fazia declarações públicas, apenas promessas secretas. A tensão entre ambos decorreu de um boato supostamente espalhado por Arlindo Leoni que teria dito a Juraci Magalhães que o jurista não se incomodava com as suas ações, visto que já havia recebido de Osvaldo Aranha todas as garantias em relação à condução da vida política na Bahia. Depois disso, Juraci Magalhães divulgou que só aceitaria apoio de João Mangabeira se ele fizesse declarações públicas.²³

Essas declarações não ocorreram, ou ao menos não a identificamos na imprensa da época. No entanto, algum entendimento era buscado entre João Mangabeira e Juraci Magalhães, pois a 17 de janeiro de 1933, Euvaldo Pinho escreveu a Otávio Mangabeira afirmando que em conversa com João certificou-se de que ele, de fato, buscava aproximação com o interventor federal na Bahia e andava elogiando o trabalho que ele vinha fazendo no estado.²⁴

Ao que parece, a situação era de sucessivas conversas de bastidores e desmentidos públicos. O fato é que João Mangabeira explorava o papel que exercia na Comissão do Itamaraty, largamente divulgado na imprensa carioca, para convencer os baianos de seu prestígio político. Juraci Magalhães ou pessoalmente ou pelo grupo que o apoiava tentava diminuir esse papel.

João Mangabeira depositava na nova Constituição a esperança das correções necessárias aos erros da Revolução e com ela, a moralização e o engrandecimento do Brasil. Posicionou-se trazendo à baila questões ainda não tratadas por seus pares políticos, a exemplo da questão social, da taxaço de renda e fortunas e do amparo aos pobres, da candidatura da mulher para o cargo no Conselho Supremo da República - que no anteprojeto propunha substituir o Senado Federal, da abolição de custas judiciais aos pobres, da restrição dos direitos do presidente em relação à segurança nacional e estado de guerra, das condições para decretar o Estado de Sítio, da liberdade de imprensa e reunião, da proteção aos filhos da pátria

²² Carta do jornalista Leal de Souza a Geraldo Rocha. 3 de dezembro de 1932. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.1. p. 456.

²³ Idem, p. 456.

²⁴ Carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira, 17 de dezembro de 1932. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.1. p. 470.

em relação ao exílio, da unidade de justiça e proteção ao funcionalismo público, entre outros pontos que ele acreditava ser fundamental para a existência de um regime republicano sadio.

Em março do ano de 1932, João Mangabeira já havia surpreendido os correligionários baianos com a entrevista que concedeu ao jornal carioca *Correio da Manhã* e na qual expunha as suas ideias socialistas. Sobre a natureza do governo que deveria ter lugar no Brasil naquele momento João Mangabeira afirmou:

O papel dos governos, sobretudo os revolucionários e dos capitalistas inteligentes é procurar novas fórmulas jurídicas que harmonizem os interesses em conflito reduzindo diferenças de nível na vida das classes, estabelecendo de estágio a estágio um equilíbrio embora transitório e pondo o barco a seguro, antes que as tempestades se desatem. E os horizontes do mundo só nos anunciam borrascas. Mas entre nós, medidas que na Inglaterra Baldwin, como chefe conservador, ou na Alemanha, Brüning, como chefe católico estão prontas a defender, a ganância impiedosa dos plutocratas qualifica de comunistas. E os que as defendem ainda se arriscam à prisão com que a estes se persegue, porque a nova república, irmã gêmea da velha no verdadeiro reacionarismo continua a praticar a ignomínia de prender e deportar homens livres pelo crime de ter ideias.²⁵

Uma vez iniciadas as reuniões João Mangabeira ficou responsável pela elaboração dos capítulos que tratava do Estado de Sítio, Cidadania e Direitos humanos. A defesa que fez desses e de outros pontos revelam que Mangabeira tomou a experiência pessoal como político afastado pela Revolução para tratar e votar matérias do anteprojeto. Esse posicionamento não escapou à imprensa carioca e baiana que publicou regularmente matérias destacando os argumentos defendidos por João Mangabeira. Mas nem todos os grupos que apoiaram a Revolução de 1930 viam com bons olhos a atuação do velho republicano no seio de uma comissão que tinha por objetivos elaborar uma nova carta constitucional para o país. Ganhou, entre outros apelidos, o de “ilustre equilibrista” e “paredro das duas repúblicas”.²⁶

Esperava-se que não escapassem aos colegas da Comissão, o que Macedo Soares, editor do *Diário Carioca*, nomeou de “erros, inconvenientes e perigosos” que encerravam no texto do capítulo escrito pelo jurista baiano, uma série de “excessos reprováveis somente para

²⁵ A QUESTÃO SOCIAL. Entrevista com João Mangabeira. Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 de março de 1932. Disponível em: www.memoria.bn.br. Acesso em 18.07.2017.

²⁶ O PAREDRO DAS DUAS REPÚBLICAS. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22.02.. 1933. Disponível em: www.memoria.bn.br. Acesso em 18.07.2017.

manter a face de socialista avançado”.²⁷ A crítica era reproduzida na Bahia em jornais da capital e do interior, cujos grupos dirigentes eram contrários às “novidades estrangeiras”. O jornal *A Ordem*, de Cachoeira, comentando a discussão acerca da questão social publicou uma matéria intitulada “Nevrose Socialista”, em 14 de janeiro de 1933. Assinada por Nelson Silva, a matéria fazia uma crítica às tentativas de se imprimir uma marca socialista à nova Constituição do Brasil, considerando um perigo o que adjectivou de cópias tiradas de outros países. Dizia que na Comissão do Itamaraty já se tinha visto de tudo:

Reviveu-se toda a Rússia Soviética. Citou-se Trotsky. Buscou-se Serrine. E numa salada complicada de citações e de regimes apareceram Mussolini, Marx e Hitler. [...] Sindicalizações, assembléias proletárias, divisões territoriais, tudo isso e coisas mais que a Rússia conseguiu após tempos de cuidadosa e meticulosa preparação, nós, sem a mínima noção de sentimento cooperativista e de solidariedade proletárias, havíamos de fazer surgir no espaço de tempo somente necessário a um arremedo cheio de ridículo e presunção. Só não se falou do Brasil. Da nossa mentalidade. Da nossa atualidade. De nosso ambiente [...].²⁸

O articulista afirmou que não era contra o Socialismo, mas a favor de um Socialismo “na medida de nossas forças e que não entrasse em nosso ambiente como planta exótica” e sentenciou:

Que medidas as mais enérgicas e inteligentes se nos apresentem em defesa das nossas classes trabalhadoras. Que se faça guerra sem tréguas ao capitalismo parasitário e improfícuo, sugador das reservas de energias dos nossos operários em benefício exclusivo da abastança de um só, capitais improdutivos, gigolôs eternos de nossas atividades. Que se faça, enfim, melhor distribuição entre Capital e o Trabalho. Mas, o que não se concebe, entretanto, o que deslustra, parece-nos os esforços elogiáveis desses que se tem batido para dar nova feição a nossa terra e a nossa gente e a precipitação com que se procura chegar ao fundo sem passar pela superfície.

Longe das capitais existe e vegeta o nosso Zé. Ele também é trabalhador, é operário. Também é analfabeto. Desaparelhado para empenhar-se nas novas e elegantíssimas vestes européias e pedindo que, antes de ser um Zé russo, Zé fascista ou Zé Alemão consintam que ele seja um Zé brasileiro.²⁹

O autor da matéria referia-se, provavelmente, ao Socialismo do PSD, cuja orientação obedecia ao que chamavam de socialismo democrático, aprovado no Congresso

²⁷ A TRIPA FORRA. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1933. Disponível em: www.memoria.bn.br. Acesso em 18.07.2017.

²⁸ BPEB. SILVA, Nelson. NEVROSE SOCIALISTA. *Jornal A Ordem*, Cachoeira/BA, 14.01.1933. Mais tarde Nelson Silva voltaria a criticar a Comissão. Na oportunidade, o assunto em discussão era o divórcio. Para o articulista, os legisladores mais uma vez deixavam-se seduzir pelas tentações alienígenas. Era preciso legislar para o brasileiro analfabeto, que não podia “tomar banho de legislação na água suja do analfabetismo e que, em sua maioria vivendo no interior do Brasil, não conhecendo, sequer, o casamento, jamais poderia entender o que é divórcio”. *A Ordem*, Cachoeira/BA. 22 de fevereiro de 1933.

²⁹ BPEB. SILVA, Nelson. NEVROSE SOCIALISTA. *Jornal A Ordem*, Cachoeira/BA, 14.01..1933.

Revolucionário de novembro de 1932 e que dentro do espírito do período viria a integrar o grande partido nacional que seria criado pela Revolução.³⁰

Por outro lado, em se tratando de uma matéria publicada num jornal que se posicionou a favor da Liga de Ação Social e Política, podia estar a referir-se também ao aspecto Social da Liga, que apresentaria mais tarde um programa vasto e vazio, e que em referência ao social trazido na legenda pode ser resumido com as palavras de Otávio Mangabeira: “[...] A palavra socialismo tornou-se de borracha [...]. Para atrair os incautos, confunde-se, não raro, o socialismo com a proteção ao trabalho, que é compatível com a democracia”.³¹

Como se vê, as ideias defendidas por João Mangabeira, para a surpresa de seus pares da Comissão, não apenas eram incompatíveis com a república “camaradesca” que era o Brasil, como também o eram com os grupos políticos da Bahia, tanto o de oposição quanto o que ele representava.³²

Em Santo Amaro, por exemplo, os redatores do jornal *O Município* buscavam estabelecer relação entre o insucesso do alistamento, a vontade do povo de que a ditadura de Vargas fosse prolongada e a profusão de novas ideias nas reuniões da Comissão que elaborava a constituinte. As matérias alegavam que não bastava o governo querer manter a Constituinte, seria preciso também que o povo a quisesse. No entanto, se eleita uma Assembleia Constituinte naquelas condições confusas, como seria ela constituída?

De extremistas que querem o prolongamento da ditadura, que forçados a seguir outros rumos nos darão uma constituição menos liberal. De socialistas e sindicalistas que nos queiram dar um governo de força ao molde do fascio

³⁰ O programa do PSD foi divulgado na imprensa baiana e seguiu as diretrizes desse congresso que teve a participação de dois candidatos do PSD.

³¹ Carta de Otávio Mangabeira a Luis Viana Filho, janeiro de 1933. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012, v. 2. p. 25-26.

³² No Rio de Janeiro, alguns diriam ainda que as ideias do baiano não eram compatíveis nem com as suas próprias atitudes. O jornal *A Nação* diria: “O Sr. João Mangabeira sustentava Ruy, o Sr. Otávio sustentava Hermes, o Sr. João combatia o bombardeio da Bahia, o Sr. Otávio ajudava o bombardeio. Ora ficava um com o Sr. J.J. Seabra, ora era o outro que ficava. Pé aqui, pé ali, caía um, o outro subia. Até hoje. Hoje também, o Sr. Otávio Mangabeira, aliás, com uma coerência que é de todo ponto respeitável, volve de Paris os olhos saudosos e sebastianistas para a era washingtoniana, enquanto o Sr. João faz constar que é um antigo revolucionário ansioso para dar ao Brasil as leis adiantadas de que necessitamos. O Sr. Otávio Mangabeira escreve ao presidente do Supremo Tribunal Eleitoral uma carta de ataque à república nova, e o Sr. João, tranquilamente do outro lado da ponta deixa que os amigos insinuem que sairá deputado [...]. Onde está a sinceridade do ilustre técnico da subcomissão na Bahia, com quem está a sua exa.? Disse que não está com o interventor. Por questões de princípios ou de ideias garantimos que não é. Cremos que há em tudo um simples caso municipal. Um insignificante caso local. Estamos certo de que o Sr. João Mangabeira se sentirá à vontade em qualquer partido como se sente à vontade para defender opiniões mais contraditórias. [...] O Sr. João Mangabeira é uma encarnação manhosa de Machiavel, o florentino. Por ora é comunista de direita. Veremos o que será amanhã. E concluiu: “O eminente Sr. Mangabeira não é socialista, não é marxista, não é maximalista nem bolchevista nem nada”. OS DOIS IRMÃOS. *A Nação*, Rio de Janeiro, 10.02.1933. p. 6. Disponível em: www.memoria.bn.br. Acesso em 18.07.2017.

italiano? De comunistas rubros que nos queiram dar um governo de soviets? Ou será ela algum amalgama de todas estas facções como é provável? Se assim for, não é de temer que dessa reunião saia o caos? As assembleias numerosas, quando não saem do seio dos partidos que as disciplinam e controlam, não raro se desvirtuam e seguem rumos imprevistos e perigosos, como os veículos que descarrilam [...].³³

Lembra então do exemplo da Revolução Francesa e de como essa régua foi utilizada por Vargas para escolher o número de representante de cada estado, somando, naquele momento, pouco mais de duzentos. O problema era que esse número era considerado alto, sendo que o indicado pelos dirigentes do jornal seria três por estado somando ao todo 63, se se considerasse o Acre. E nessa profusão de ideias,

Mal começa a processar-se na Capital federal o anteprojeto do Sr. Carlos Maximiliano para dar à nova República uma carta básica de acordo com a sua índole, que lhe resolva satisfatoriamente as prementes necessidades político administrativas, e já começam a surdar nas altas rodas sociais dos estados os partidos, nem todos compostos de cidadãos identificados com o espírito de rejuvenescimento e de engrandecimento da Nação.

Nos municípios, manifestam-se, por seu turno, sorateiras, as baixas camarilhas de elementos decaídos, não sonhando estes passadistas, senão com o assalto as posições para o mandonismo de antanho, para as cavadeiras para a sociedade de seus pantagruelicos apetites para a satisfação de suas paixões inconfessáveis.

Desengajem-se, porém, os patriotas pelo estômago, os obcecados da velha doutrina, os sacrificadores do erário público... A Constituição virá não há dúvida, mas trará em substância, poderosos específicos contra os bacilos do organismo nacional. Não dará abrigo no seu bojo os sanguessugas da união. [...].³⁴

De acordo com o jornal, embora o Brasil não tivesse um governo aos moldes de Mussolini, capaz de transformar um partido num sistema como fez com o fascismo na Itália, tinha à frente de nossos destinos, “pioneiros cautelosos, dirigentes robustos e sadios”, a exemplo do Clube 3 de Outubro, descrito como o expoente máximo do pensamento cívico brasileiro. Seus membros saberiam, com pulso firme e de forma desassombrada, “salvaguardar os interesses coletivos, aniquilando os politiqueiros inveterados com seus corrilhos e avançadas!”, em função disso:

³³ BPEB. PARA ONDE IREMOS. Jornal *O Município*. Santo Amaro, Bahia, 4.01.1933.

³⁴ APEB. O MOMENTO NACIONAL. Jornal *O Município*. Santo Amaro, Bahia, 4.01.1933.

Façam-se oposições, organizem-se partidos esquerdistas, arregimentem-se as hostes adversas aos governos atuais; é isso, máxime nas comunas, quase indispensável para a sua retilínea política. Mas que tais oposições se formem na ordem do direito, dentro da lei e da razão, apontando-se as falhas, os erros, as culpas possíveis dos governantes e não criando-se casos... combatendo-se à maneira dos partas, achincalhando às caladas, beneméritas e honradas administrações!³⁵

A despeito de todas essas críticas feitas em parte a João Mangabeira e ao grupo de oposição que se formava no estado, o curso da história conduzia a uma nova fase política no país. Assim, na Bahia acompanhavam-se as discussões em relação à constituinte e trabalhava-se intensamente para a fundação dos partidos. O estado era um verdadeiro mosaico de agremiações partidárias, dentre as quais duas definiriam o curso da política estadual naquela década, numa tentativa de diferenciar-se do passado ou fugir aos ímpetus das novidades “estrangeiras”: O Partido Social Democrático - PSD, organizado por Juraci Magalhães, interventor federal no estado com o apoio de políticos experientes, muitos dos quais coronéis de diferentes municípios; e a Liga de Ação Social e Política - LASP, agremiação de oposição fundada a 16 de novembro de 1932, representada por jovens acadêmicos e bacharéis que na ausência de uma liderança política experiente no estado da Bahia, no ano 1932, assumiram a oposição ao governo vigente.

Se a fundação do PSD estava fixada sobre as bases de alianças entre os coronéis do interior e o governo de Juraci Magalhães, numa relação em que pela primeira vez no estado da Bahia um partido era estruturado a partir dos municípios, a fundação da LASP pautava-se pela esperança de renovação na política e na capacidade regeneradora da mocidade acadêmica, tida pela oposição como a expressão do “mais puro civismo” baiano, expressão essa nascida na capital, mas que precisava ganhar os municípios para concorrer com as forças já arregimentadas por Juraci Magalhães. Passemos então à análise da atuação de ambas as agremiações políticas, da colaboração que elas receberam dos antigos e novos partidos e do esforço demandado para levar às urnas, em três de maio de 1933, um contingente de cerca de 80 mil eleitores em todo o estado.

³⁵ APEB. O MOMENTO NACIONAL. Jornal *O Município*. Santo Amaro, Bahia. 4.01.1933.

4.2 O processo de reconciliação política com as oligarquias locais e a organização partidária na capital e no interior do estado da Bahia

4.2.1 *As Associações e Coligações municipais e o apoio negociado ao governo de Juraci Magalhães*

Em carta endereçada a Getúlio Vargas, no final de janeiro de 1933, Juraci Magalhães relatou ao governo provisório acerca dos passos que foram dados para a fundação do PSD na Bahia:

Foi um brilhante sucesso a organização do Social Democrático Baiano. Uma magnífica assembléia constituída de 346 representantes municipais e distritais elaborou o programa, os estatutos, e o regimento interno do partido. [...] Deu-me um grande trabalho essa arregimentação, pois como vossa excelência bem sabe, a política baiana é cheia de grupinhos, formados, em geral, por incompatibilidades pessoais. Apesar disso consegui reunir elementos que asseguraram a revolução uma esmagadora maioria, no Estado. Vieram ao Congresso, pessoalmente, velhos chefes sertanejos, muito dos quais nunca tinham comparecido a uma reunião política e outros jamais tinham vindo à capital.³⁶

Segundo Consuelo Sampaio, a estratégia adotada por Juraci Magalhães para a fundação do partido oficial na Bahia foi marcada pelos princípios básicos da política dos governadores, “compensando a adesão dos coronéis, com a concessão de benesses e favores que o poder lhe permitia”.³⁷

Dulci Pandolfi também identificou a interventoria de Juraci Magalhães como aquela, entre as demais dos estados do norte, que mais se distanciou dos princípios revolucionários tenentistas e justificou essa conciliação com os setores oligárquicos baianos por ser este o estado onde esse setor tinha mais força política, mesmo depois do desarmamento levado a cabo logo após a Revolução.³⁸

Destaque-se que o empenho de Juraci Magalhães em dividir o estado em amplas coligações, modelo tomado da própria coligação sertaneja que se apresentou ao interventor

³⁶ CPDOC. Carta de Juraci Magalhães a Getúlio Vargas. 31.01.1933. Classificação: GV c 1933.01.31/1.

³⁷ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: o legislativo na Bahia na segunda república, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992, p. 92 e 93.

³⁸ PANDOLFI, Dulci Chaves. A trajetória do norte: uma tentativa de Ascenso político. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p.354.

em novembro de 1932, mas desde julho comprometeu-se em apoiá-lo, foi também resultado das agitações ocorridas em função do movimento constitucionalista. Euvaldo Pinho, conforme demonstramos no capítulo anterior relatou por mais de uma vez a Otávio Mangabeira que muitos correligionários políticos do interior do estado estavam na iminência de se sublevarem, faltando apenas um líder que pudesse conduzi-los.³⁹

Cabe lembrar que muitos desses chefes locais mantinham relações estreitas com outros estados, a exemplo do que ocorria com João Duque e Minas Gerais. Segundo Eul Sool Pang, em 1932, o coronel João Duque e outros do Vale do São Francisco estavam novamente em contato com lideranças mineiras, especialmente Artur Bernardes, que mantinha simpatias com a revolução paulista. Juraci Magalhães foi notificado da mobilização pelo serviço de informação. O interventor, por sua vez, contando já com o apoio de vários outros coronéis, a exemplo do Franklin Lins de Albuquerque, pôs fim aos planos de aproximação entre João Duque e Bernardes, impedindo que a Bahia saísse em apoio a São Paulo, especialmente o município de Carinhanha, cuja aproximação com Minas Gerais datava da década anterior.

Hábil no aprendizado da trama política local, Juraci Magalhães não expeliu esses homens do seu partido. Pelo contrário, em 19 de janeiro de 1933, quando a cidade de Juazeiro abrigou o evento de instalação oficial da Coligação Sertaneja, João Duque era um dos representantes dos vinte municípios reunidos na Coligação.⁴⁰ Essas concessões podem ser lidas como um reconhecimento da força e da organização desses coronéis.

³⁹ Eusínio Lavigne, prefeito de Ilhéus a época, ao explicar as razões que o fez se colocar contra o governo de Getúlio Vargas a partir de 1937 lembrou que durante a revolta de São Paulo, em 1932, eram espalhados boletins contra o governo de Getúlio e de Juraci Magalhães em Ilhéus e que ele mesmo teria recebido ordem do capitão da polícia para prender os responsáveis pela propaganda, alguns acusados de comunistas. Esse relato demonstra que o apoio dado à Revolução Constitucionalista na Bahia não ficou restrito a capital do estado e comprova a informação dada por Nelson Carneiro a respeito da distribuição de materiais de propaganda no interior. LAVIGNE, Eusínio. *Paz e Humanismo*. Rio de Janeiro. Gráfica Cruzeiro, s/d. p. 145.

⁴⁰ Estiveram presentes no evento o Coronel Franklin Lins de Albuquerque, representando o município de Remanso, cel. Aprígio Duarte Filho, representando Juazeiro; cel. Jeronymo Coelho de Aquino, pelo município de Curaçá; cel. João Nunes Santos Sé e coronel Francisco Xavier Guimarães, representando o município de Xique-Xique; cel. Nizan Marianni Guerreiro, representando o município da Barra do Rio Grande; cel. Anísio Lopes de Carvalho, como procurador do major Agostinho Saraiva, representante de Santa Rita do Rio Preto; comerciante João de Mattos, com procuração do cel. João Maurício Marianni Wanderley, representante do Município de Barão de Cotegipe; cel. Abilio Wolney com procuração do cel. Joaquim Theotônio Marianni Passos representante do município de Angical; dr. Nelson C. Xavier, representante do município de Barreiras, cel. Juvêncio Candido Xavier como representante do município de Rio Branco; dr. Francisco Flores, representante do município de Santana dos Brejos; cel. Clemente de Araujo Castro, representante do município de Santa Maria da Vitória; jornalista Joaquim de Mattos Quinaud, com procuração do cel. Felix de Araujo, representante do município de Correntina; major José Pires da Costa com procuração de Dr. Augusto Vaz Ferreira, representante do município de Lapa; cel. João Correia Duque, representando o município de Carinhanha; cel. Renovato Alves Barreto, representando Gameleira do Assuruá; dr Antonio Leite do Valle, representante de Oliveira dos Brejinho, representado pelo cel. Juvêncio C. Xavier; dr. Rosendo de Almeida, com

Findada a instalação do PSD na capital do estado, e a exemplo da reunião de municípios em torno da Coligação Sertaneja, outros grupos buscaram enfeixar as suas forças sob a orientação política de Juraci Magalhães. Pela localização favorável, Alagoinhas foi escolhida para sede do centro nordestino. A 25 de janeiro de 1933, foi instalada a União dos Municípios do Nordeste Baiano (UMNB), a exemplo do que já havia feito, segundo a matéria do jornal local *O Popular*, os municípios do São Francisco e da zona sudoeste. O agrupamento visava o “engrandecimento econômico e cultural” da região e elegeu o interventor federal no estado como o seu presidente de honra. Na primeira eleição dos diretores da UMNB recaíram os cargos de “líder, secretário-geral e tesoureiro, respectivamente, nas pessoas de Artur Negreiros Falcão, Domingos Veloso e Mário da Silva Cravo.”⁴¹

Outros municípios do nordeste compuseram a ASPAM, Associação Social e Política Municipal, presidida pelo prefeito de Senhor do Bonfim, município sede da Associação.⁴² A justificativa era a mesma de suas antecessoras: um pacto firmado entre representantes da política e da administração de municípios do nordeste da Bahia, com o fim de “trabalharem pelo engrandecimento econômico e social da região e aumentarem a coesão e a disciplina política no seio do Partido Social Democrático da Bahia”.⁴³

Integravam a ASPAM os municípios de Senhor do Bonfim, Campos Formoso, Jaguary, Saúde, Jacobina, Djalma Dutra, Mundo Novo, Morro do Chapéu e Irecê. Outros municípios poderiam fazer parte da Associação se aceitos por unanimidade pelos demais

procuração do cel. Franklin de Albuquerque, representante do município de Pilão Arcado; cel. Antonio Honorato de Castro, representando o município de Casa Nova. Biblioteca Digital Consuelo Pondé. A ATA DE INSTALAÇÃO DA COLIGAÇÃO SERTANEJA. *Diário da Bahia*, Salvador/BA. 25.01.1933.

⁴¹ O UMNB ficou assim representado: Andre Negreiros Falcão e José Carneiro da Silva Filho, de Serrinha; José Ramos de Oliveira e Vercelecio Calixto da Mota, de Conceição do Coité; Dr. Pedro Paulo Mascarenhas, de Riachão do Jacuípe; Asbal M. Bastos e dr Teotônio Martins, de Tucano; Pedro Martins da Silva e Manoel Marbosa de Souza, de Queimadas; Joaquim Mascarenhas de Aracy; Orestes Bruni, Anísio dos Santos, Alcindo de Camargo, de Irará; Pedro Dantas Filho e Salomão Barros, de Entre Rios; Mário da Silva Cravo, Alvaro Cirne Dantas, dr. Oscar Bastos Rabelo e Vitor Nascimento, de Alagoinhas; Roldão de Souza Pimentel, de Cícero Dantas; Dr. Antonio Batista da Silva Xavier Ribeiro, de Inhambupe; Drs. Alcides Araujo Brito e Domingos Veloso, de Esplanada; Petronio Dantas Fontes, de Cipó; Ezequiel Cardoso Costa, de Monte Santo; Hamilton Daltro, de Conceição de Maria Leopoldino Ramos e Celso Mendes de Lima. ESTÁ INSTALADO O UMNB. *O Popular*. Alagoinhas/BA, .01.1933.

⁴² SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: o legislativo na Bahia na segunda república, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992, p. 92; *Diário da Bahia*, Salvador/BA, 28.01.1933.

⁴³ CRIAÇÃO DA ALIANÇA DOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE NA BAHIA. *Jornal O Município*. Santo Amaro/BA. 18.02.1933. Para Consuelo Sampaio, a ASPAM também tinha o objetivo de amortecer a influência dos Gonçalves, filho do primeiro governador constitucional da Bahia, José Gonçalves, que exerceu mandato entre 1891 e 1894. Os Gonçalves eram correligionários políticos de Simões Filho e faziam dura oposição ao governo na região.

representantes. O agrupamento ficaria superintendido por um Conselho Geral, composto do delegado de cada um dos municípios, que ali também deveriam ser o delegado do diretório local do PSD. Por extensão, todos os correligionários e políticos locais ligados aos diretórios do PSD seriam considerados membros da ASPAM.⁴⁴

A Aliança deveria empenhar-se por todas as causas que se relacionassem a coletividade dos municípios aliados, especialmente o combate à seca e o banditismo, mas a ela caberia também:

1. Pugnar com todo empenho pelo saneamento e manutenção da salubridade dos municípios e seus componentes;
2. Trabalhar pela intensificação da alfabetização do povo e pela sua instrução técnica e profissional, especialmente agrícola;
3. Ampliar e melhorar os meios de transporte e de comunicação entre os municípios aliados, pleiteando a redução de tarifas ferroviárias e a construção de estradas de rodagem;
4. Intensificar o alistamento eleitoral e desenvolver forte propaganda em favor da educação cívica e política do povo, propondo-se a criar e manter, oportunamente um órgão de publicidade;
5. Escolher e indicar os seus candidatos a cargos efetivos, pugnando para que o sufrágio popular recaia sempre em indivíduos que, pelo conhecimento que tenham das necessidades dos municípios aliados, sejam capazes de bem os representar e defender nos seus legítimos interesses;
6. Promover o intercâmbio comercial dos produtos dos municípios aliados, por meio de inteligente propaganda, exposições e feiras de amostras.⁴⁵

O alinhamento dos coronéis do interior a Juraci Magalhães se justifica também pelas características do sistema de governo centralizador adotado após a Revolução de 1930. Na Primeira Republica a máquina política estava enraizada nos municípios. Eram eles que alimentavam o sistema de compromisso entre estado e união. À Revolução cabia o desmonte dessa máquina. Além do desarmamento das oligarquias locais, adotou-se uma legislação na qual os prefeitos passaram todos a serem nomeados e assistidos por um Conselho Consultivo. Além disso, estabeleceu-se “um sistema de recursos que subia do prefeito ao interventor e

⁴⁴ CRIAÇÃO DA ALIANÇA DOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE NA BAHIA. Jornal *O Município*. Santo Amaro/BA. 18.02.1933.

⁴⁵ Idem. Assinaram o acordo os representantes municipais: José de Freitas Jatobá, prefeito de Bonfim; Theonitlo Góes Souto, prefeito de Campo Formoso; Alfredo Barbosa, delegado do Partido de Jaguary; Dr. Ildebrando Jatobá, representante do diretório Político de Campo Formoso, Artur Teixeira do Amaral, sub-prefeito de Saúde e Presidente do diretório; Reinaldo Jacobina Vieira, prefeito de Jacobina; Francisco Rocha Pires, presidente do diretório político de Jacobina; José Lyra Paim, Representante do diretório político de Djalma Dutra, Vicente Gallo, Prefeito de Djalma Dutra; Dr. Raul da Costa Vitória, prefeito de Mundo Novo, Bel João Alves Filgueiras, representante do diretório político de Mundo Novo; Edgar Viana Bandeira, prefeito de Morro do Chapéu; Dr. Reynaldo Moreira, representante do diretório de Morro do Chapéu, Joel Americano Lopes, Representante do Município de Irecê.

deste ao chefe do governo nacional” retirando a autonomia do município.⁴⁶ Os esboços do modelo de Estado a ser adotado no período esclarecem melhor essa relação entre União, Estado e Municípios:

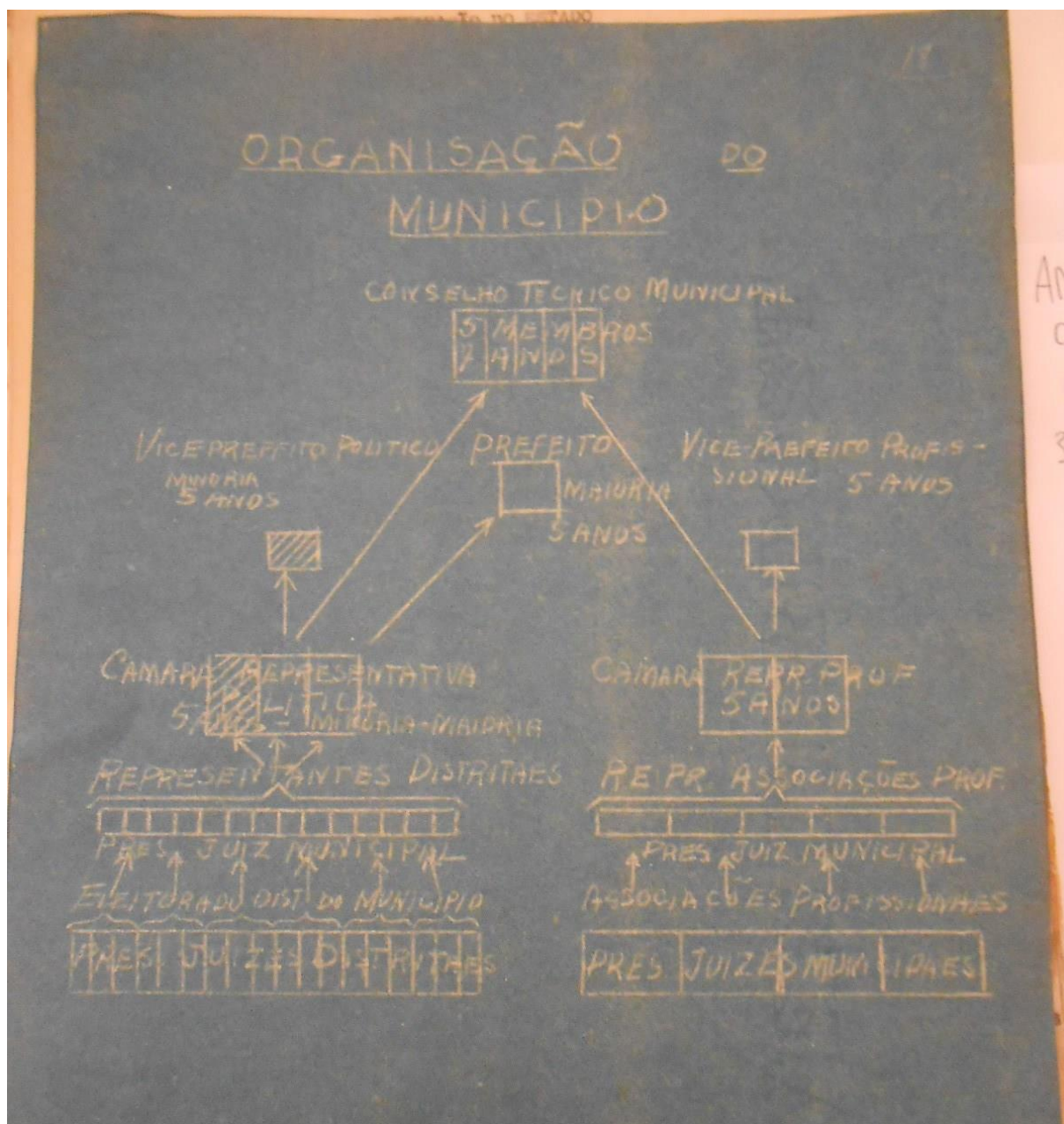


Figura 8: Programa Revolucionário – Organização do Município.

CPDOC/FGV. AN30/32.00.00 C

⁴⁶ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 94.

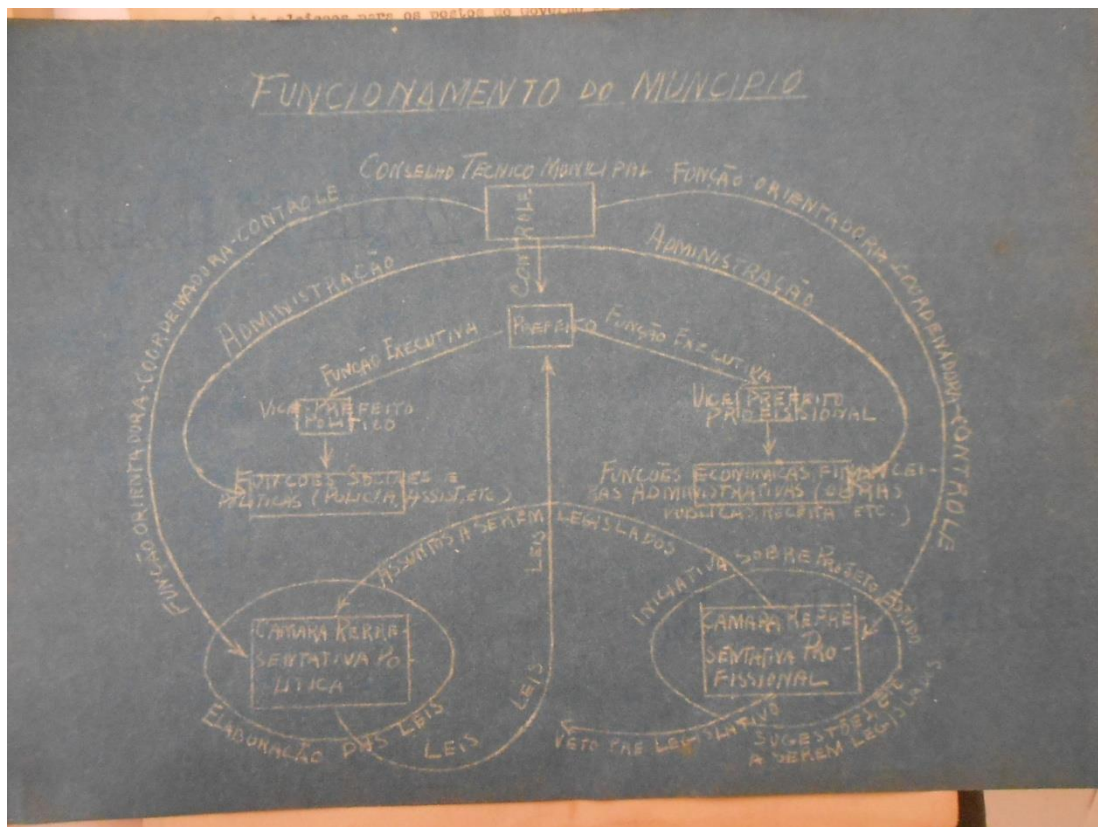


Figura 9: Programa Revolucionário – Funcionamento do Município.

CPDOC/FGV. AN30/32.00.00 C

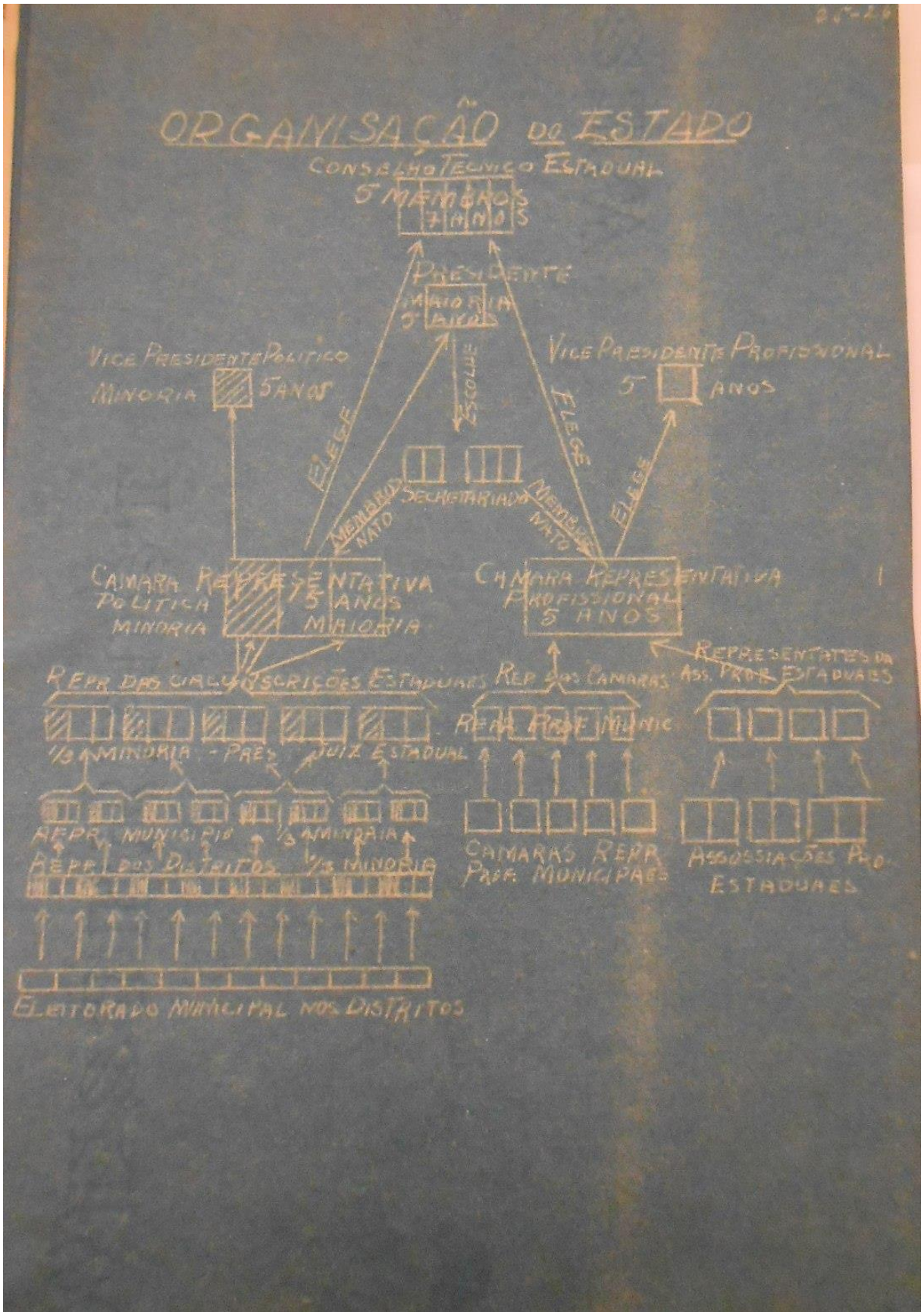


Figura 10: Programa Revolucionário – Organização do Estado.

CPDOC/FGV. AN30/32.00.00 C

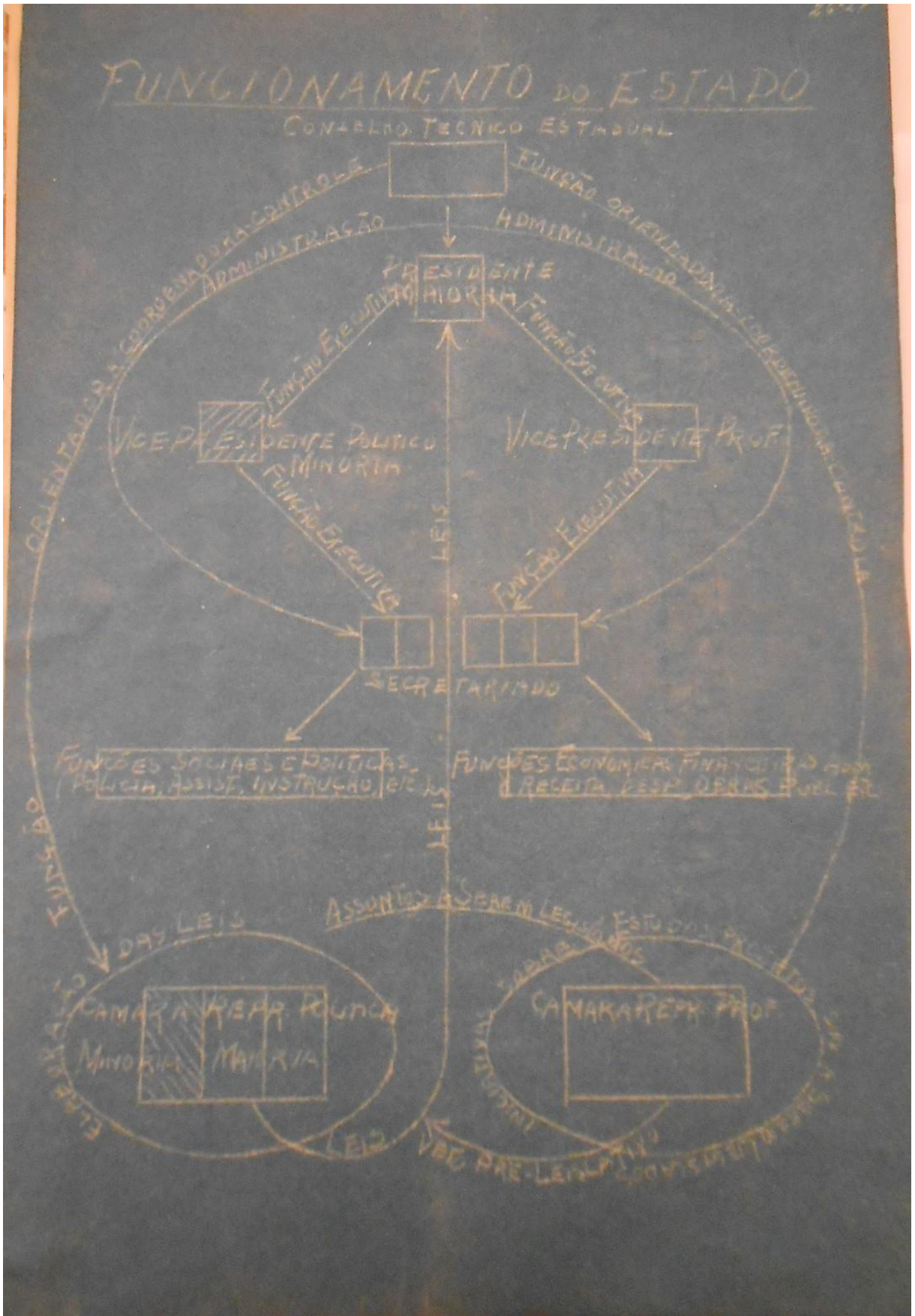


Figura 11: Programa Revolucionário – Funcionamento do Estado.

Dentro desse novo modelo, o alinhamento com o interventor federal no estado era a única maneira de lideranças políticas do interior conseguir melhorias para os seus respectivos redutos, uma vez que as arrecadações municipais eram ínfimas. No entanto, é preciso destacar que a emergência de um Estado forte esteve intimamente relacionada a um jogo de poder e a sua consolidação não foi imediata.⁴⁷ Assim, nos primeiros anos após a Revolução de 1930, grupos políticos e econômicos com interesses e ideias por vezes conflitantes buscaram conciliações. Através dos interventores, Vargas buscava unificar as forças estaduais, integrar os estados na Revolução e implementar o projeto revolucionário, visando à centralização política.⁴⁸ Estes, por sua vez, na correlação de forças com grupos políticos e econômicos locais, e até mesmo com grupos sociais de menor força política, como era o caso dos ferroviários na Bahia, não raro, precisaram recorrer à reconciliação, obtendo sucesso à medida que atendia a algumas exigências desses grupos, sem o que jamais teriam condições de dar suporte ao projeto centralizador de Vargas.

Para Aspásia Camargo, o pacto agrário que se renovou após 1930 não era “simples resultante de poder residual das oligarquias”, mas um acordo deliberado que eliminava alguns de seus recursos políticos enquanto ampliava outros. Assim, o processo de centralização política que esvaziava, em parte, o poder de determinadas oligarquias, destruindo as suas manifestações de autonomia, operava-se “com a ajuda desse mesmo poder oligárquico, graças às cisões que dividem internamente as elites regionais e que as levam a competir pelos favores do Estado”. Essa predisposição aos acordos seria habilmente utilizada pelo poder central, no caso, Juraci Magalhães e permitiu-lhe “substituir as velhas máquinas oligárquicas da República Velha por outras mais permeáveis aos novos objetivos nacionais dentro de uma estratégia global de centralização política”.⁴⁹

As Associações de municípios na Bahia, que no total somaram seis, podem ser vistas à luz desse conturbado processo de centralização política, mas pode ser lida também, com base

⁴⁷ Importante lembrar o que disse Francisco Weffort sobre o período. No pós 1930 o Estado ficou representado por diferentes grupos sociais, o que significava que assentado num equilíbrio de forças contraditórias visivelmente insustentável. Dessa correlação de forças surgiu o moderno Estado Brasileiro. Nasce daí a tese do Estado de Compromisso defendida por Weffort e a ideia compartilhada por Boris Fausto e por outros pesquisadores de que após a Revolução de 1930 houve um vácuo de poder. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. op cit. p. 44.

⁴⁸ GOMES, Ângela de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: *História Geral da Civilização Brasileira – III. O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*, vol. 10. Rio de Janeiro: DIFEL, 1986, p. 30.

⁴⁹ CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)*. Setembro de 1980. Brasília, Editora UNB, 1983. p. 15.

na discussão que vinha sendo feita naquele momento a respeito do papel que os municípios deveriam assumir enquanto unidade política e administrativa do país. A autonomia dos municípios foi um dos pontos que mais suscitou debate pela Comissão do Itamaraty. Ao final das reuniões, o anteprojeto constitucional sugeria que o Estado pudesse se constituir em regiões autônomas, a partir da reunião de “um grupo de municípios contíguos, unidos pelos mesmos interesses econômicos”. O prefeito de cada região seria eleito pelos conselheiros regionais.⁵⁰

O fato é que até 1930, o interior da Bahia estava quase que totalmente desassistido pelos governos passados. Percebendo essa carência, Juraci Magalhães buscava manter uma relação com esses chefes políticos em torno de coisas concretas.⁵¹ Além de reabilitá-los politicamente, pois a eles caberia a indicação de dois terços dos candidatos do partido e de realizar obras de interesse de seus municípios como criação de escolas, construção de pontes e estradas e fornecimento de energia elétrica, Juraci Magalhães cedeu às elites políticas locais, a prerrogativa para a indicação de funcionários federais, estaduais e municipais para atuar no âmbito dos municípios que conduziam.⁵²

Assim, a nossa análise sobre o processo de reconstitucionalização e organização de partidos em 1933 não pode ser pautada apenas pela ideia de governo e oposição como dois

⁵⁰ Anteprojeto da Constituição de 1933. In: POLETTI, Ronaldo. 1934. *Constituições Brasileiras*. Volume III. Brasília. 3ª ed. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012, p. 77.

⁵¹ Em excursão pelo estado, no início de janeiro de 1933 inaugurou um prédio escolar em Cruz das Almas; uma Escola Primária Superior em Cachoeira e liberou verbas para o melhoramento do Parque Ruy Barbosa, em Alagoinhas. No entanto, desde que tomou posse em 1931 Juraci Magalhães buscou medidas para resolver problemas de ordem administrativa e financeira no estado da Bahia. Até o final de 1932 já tinha recorrido a dois empréstimos no Banco do Brasil. O primeiro, de dezesseis mil contos de reis, utilizou para fazer o pagamento dos salários atrasados de magistrados e professores. O segundo, de 10 mil contos de reis, contraído em dezembro de 1932, em plena organização do PSD, foi utilizado para finalizar as obras de saneamento básico na capital do estado e para quitar um crédito com juros mais caros contratado no Banco Econômico. Fez também a reforma do Ginásio da Bahia e da Escola Normal em cujas instituições estavam matriculados centenas de estudantes. No que se refere ao interior, de modo geral, construiu postos de saúde, escolas, pontes de concreto, barragens, abriu estradas, criou fazendas experimentais, apoiou os Institutos, distribuiu alimentos e dinheiro aos flagelados da seca bem como empregou mão-de-obra na construção de estradas. Ver cartas de Juraci Magalhães e jornais do período. Ver ainda análise feita por Ana Luiza Caribé de Pinho. *De forasteiro à unanimidade...* op.cit., p. 72-73.

⁵² Ver estatuto do Partido. Para um perfil dos membros que compuseram o diretório central do PSD ver: Consuelo Sampaio. Poder e Representação... op. cit., p. 95. Esse processo de reconciliação foi denominado por Consuelo Sampaio de “Política de Acomodação”, ou seja, uma lealdade que os chefes políticos locais ofereciam com base em troca de favores e sem nenhum compromisso ideológico. Em diferentes momentos esse conceito foi tomado como uma prática de adesismo na política baiana, o que em alguma medida é verificado em muitos municípios. No entanto, não se pode esvaziá-lo do peso exercido por essas oligarquias, pois o processo de acomodação revela um intrínseco jogo de poder em que as negociações ora pesam mais às oligarquias locais ora ao governo central. Sobre a ideia de adesismo da política baiana ver: PINHEIRO. Israel de Oliveira. “A política na Bahia: atraso e personalismos”. *Ideação*, Feira de Santana, n. 4, p. 49-78, jul./ dez. 1999. Em alguns discursos de Juraci Magalhães, reproduzidos nos jornais do interior do estado, ele dizia que a Bahia não foi revolucionária, mas conquistada pela Revolução.

campos definidos, isolados e engessados. Devemos analisá-los à luz de uma nova configuração política desenhada no período, que exigia de ambos os setores, a disposição para negociar entre si como também dialogar com outros segmentos sociais que viriam a ser importantes pela manutenção no poder desse ou daquele grupo.

O processo de reconciliação entre Juraci Magalhães e as oligarquias locais e as concessões decorrentes desse processo certamente conferiu ao partido oficial que passou a ter o apoio dessas oligarquias, a garantia da vitória eleitoral, visto que o poder de barganha da oposição era infinitamente menor.

4.2.2 *A organização partidária na capital e no interior do estado da Bahia*

A oposição na Bahia à verdadeira máquina política e rede de influências montadas pelo interventor federal era frágil, fragmentada e com capacidade financeira muito menor. Desenhada no ano de 1932, somente em 1933 ela ganharia contornos mais fortes. Ainda em janeiro, começou a se projetar no estado da Bahia a Liga de Ação Social e Política, a LASP. Anunciada pelo jornal *A Tarde*, em novembro de 1932, a LASP esteve estritamente ligada à Revolução Constitucionalista, mas somente em janeiro de 1933 veio a público o seu Manifesto.

Em carta a Otávio Mangabeira, datada de 14 de janeiro de 1933, Euvaldo Pinho descrevia a Liga como uma agremiação em “situação de noiva com dote e dois candidatos”. Segundo a missiva, tanto o Partido das Classes Produtoras quanto o próprio Juraci Magalhães estava aguardando a definição do diretório para buscar entendimento com a agremiação através de Albérico Pereira Fraga e Clemente Mariani. De acordo com o texto, Juraci Magalhães pretendia oferecer um terço dos candidatos a constituinte à recém-fundada LASP.⁵³

Desde as primeiras reuniões, os membros da Liga de Ação Social e Política mantiveram estreitas relações com Otávio Mangabeira. Além das cartas enviadas por Euvaldo Pinho, o próprio Luiz Viana Filho lhe fez consulta para tomar algumas decisões.⁵⁴ Era de interesse de Otávio Mangabeira inserir no diretório local alguns nomes que lhe representava

⁵³ Carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira. 14.01.1933. *Cartas do Exílio*. vol. 2. p. 37.

⁵⁴ Em janeiro de 1933, Otávio Mangabeira respondia a uma dessas cartas. *Cartas do Exílio*. vol. 2. p. 25.

na Bahia, a exemplo de Gilberto Valente. A situação política nos bastidores da agremiação, no entanto, ainda era muito confusa. Os debates eram intermináveis e já nos primeiros momentos mostrava-se carente de “uma pessoa que pela experiência e pelo tato das coisas políticas, [pudesse] controlar todos os elementos”.⁵⁵

A Revolução de 1930 não promoveu uma substituição imediata do quadro político da Primeira República, mas o alijamento de determinadas lideranças cedeu lugar no primeiro plano às gerações mais novas, algumas já formadas nos centros regionais de poder anterior a 1930, mas que não conseguiam competir com as antigas lideranças.⁵⁶ Para Consuelo Sampaio, o idealismo da Liga de Ação Social e Política contrastava com o pragmatismo do PSD. Formada por jovens com a idade média de trinta anos e menos de uma década de experiência na política partidária, a estabilidade inicial do grupo foi minada pelas sucessivas discussões teóricas, muitas das quais em torno de temas que vinham sendo discutidos pela Comissão do Itamaraty, a exemplo da forma de governo, separação entre Estado e Igreja, entre outros, cujas discussões deveriam orientar a elaboração do Programa da agremiação.⁵⁷

Ainda com a diretoria indefinida e vivenciando as primeiras divergências internas, os membros da LASP providenciaram fundar diretórios e mandar divulgar informações nos jornais do interior do estado. No final de janeiro, já havia diretório criado em Cachoeira, São Félix e Alagoinhas. Apresentando-a aos munícipes de Cachoeira, o jornal *A Ordem* publicou a seguinte matéria, em 21 de janeiro de 1933.

Apresentam-se os moços no campo indeciso da confusão nacional - que é o da nossa atualidade política - com o seu programa, reflexo dos seus ideais, ou melhor, dos nossos ideais, pois que de fontes sãs é que emanam ideias sãs e queira ou não a crítica inconsciente do passadismo tacanho e do extremismo ferrenho, é na mocidade que a Bahia tem a maior reserva do seu mais puro civismo.

Não tardará a que se chama de LOUCURA ou pelo menos de UTOPIA ao movimento desta parcela sã de nossa coletividade.

Esquecem-se, entretanto, que em mais de 4º anos de república fomos arrastados à situação crítica em que nos encontramos, não pela LOUCURA dos moços, mas, pela SABENÇA dos velhos...

O programa com o qual se apresenta a Liga de Ação Social e Política, agremiação de moços que representam a elite intelectual baiana, se faz digno de confiança e simpatia do nosso povo, é despido das falsas ofuscações, dos aberrantes deslumbramentos das fórmulas extravagantemente metafísicas e das fulgurantes e luxuosas rotulagens das teorias importadas. Ele encara de frente [*sic*] o problema brasileiro. Encara

⁵⁵ Carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira, 14.1.1933. *Cartas do Exílio*, vol. 2, p. 37.

⁵⁶ CAMARGO. Aspásia. *A revolução de 30. Seminário*, op. cit. p. 15.

⁵⁷ SAMPAIO. Consuelo. *Poder e Representação*, op. cit. p. 98-99.

as nossas realidades pelo prisma do bom senso. [...] E os moços aparecem em cena empunhando o estandarte das nossas verdadeiras aspirações [...]. Sem arrancadas patéticas. Sem tiradas políticas. Proporcionando, entretanto, problemas oportunos, concisos, problemas nossos, lembrando a todos nós que, antes de qualquer outro, o nosso estandarte é o da alfabetização.⁵⁸

A propaganda da LASP era feita de forma recorrente neste jornal, mas o acolhimento de grupos políticos do interior às ideias dos jovens passava também pela recomendação desses jovens pelos políticos mais experientes. Na mesma data em que esta matéria era publicada, Euvaldo Pinho pressionava a Otávio Mangabeira a cuidar da mediação para fundar diretórios da oposição no interior:

BAHIA, 21 DE JANEIRO DE 1933.

Ester e Mangabeira,

Mando junto um retalho do A Tarde com a notícia da 1ª reunião da LASP, na qual foram discutidos os estatutos e eleito o diretório [...]. Agora é preciso que os rapazes trabalhem. Podemos fazer e já os fiz cientes disso, os diretórios de Cachoeira, S. Félix, Alagoinhas e Lençóis, para começar. Tenho feito o possível para incentivar o pessoal da Liga, onde, felizmente, há para conosco a melhor boa vontade. De acordo com o Bahia, escrevemos, assinado por ele e por mim, uma carta ao Bião, em que dissemos: – “... vimos manifestar-lhe nosso desejo, que se firma no interesse comum e na conveniência partidária, de que amigos seus, aí, se manifestem favoravelmente àquela agremiação política, organizando um diretório local, fazendo alistamento, enfim, trabalhando para as próximas eleições.” [...]. É indispensável que Alagoinhas (que já lançou a candidatura do Juraci para governador constitucional da Bahia) dê uma demonstração de que ainda é um reduto seu e que, pois, aquele gesto impensado não reflete o pensamento da maioria do eleitorado. Mas, para que o dr. Bião aja, é preciso que você o desperte.⁵⁹

Como se vê, os remanescentes do PRB faziam um grande esforço para se fazerem representar através da LASP. Obteve alguns êxitos. O diretório político da Liga saiu a contento para os mangabeiristas. Valdemiro de Oliveira, Arlindo Leoni, Gilberto Valente e Jaime Baleeiro eram amigos de Otávio Mangabeira. Rafael Menezes e Manuel Nascimento dos Santos Silva, representante do operariado, identificados como “bons camaradas” e no

⁵⁸ SILVA, Nelson. LIGA DE AÇÃO SOCIAL E POLÍTICA. Jornal *A Ordem*, Cachoeira, 21. 01.1933.

⁵⁹ BPEB. Carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira. 21.01.1933. *Cartas do exílio* v.2, p. 45.

Conselho Consultivo todos os membros eram amigos do ex-ministro exilado.⁶⁰ A recomendação, no entanto, era afastar a LASP de personalismos, inclusive em torno do próprio Otávio Mangabeira, que mesmo do exílio gozava de um prestígio que só aumentava, justamente pela postura de oposição que mantinha, considerada coerente até mesmo pelos adversários políticos.

Tentando colocar-se como opção de regeneração política, e por esta razão sem poder associar-se de imediato a lideranças alijadas do poder em 1930, a LASP, a exemplo de outras recém-criadas agremiações de oposição que surgiram no mesmo período, apelava para a opinião pública e para a consciência do eleitor, ainda vacilante do seu papel na nova conjuntura política e descrente do quesito “segredo” do voto.

No final de março de 1933, o programa dessa agremiação ficou assim definido: Federação; Parlamentarismo; Separação da Igreja com o Estado; Ampliação dos direitos políticos e civis da mulher; Direito de voto aos estudantários dos cursos superiores; Prioridade dos problemas de educação sobre os demais - tornar realidade o ensino obrigatório e gratuito no primeiro grau acessível aos demais; Justiça una e módica, processo uno e simples; Leis que assegurem os direitos das classes trabalhistas; Incentivo a indústria e melhoria da agricultura.⁶¹ O Programa buscava contemplar a diferentes segmentos sociais como mulheres, acadêmicos, trabalhadores e a própria oligarquia. Mas resultou de discussões inter-grupais que acabou afastando o próprio Luiz Viana Filho que mais tarde viria a combater a oposição nas páginas do *A Tarde*.

Essas fragilidades levaram Juraci Magalhães a resumir as forças oposicionistas como praticamente nulas.⁶² Apesar disso, não se descuidava, pois além da influência que Seabra possuía sobre muitos correligionários do interior havia também João Mangabeira, ainda com posição indefinida.⁶³ Tendo chegado a Bahia a quatro de janeiro, Seabra já tinha organizado

⁶⁰Pertenciam ao diretório político da LASP: Aloísio de Carvalho Filho, Inocêncio Calmon, Jaime Balleiro, Nestor Duarte, José Wanderley de Araújo Pinho, Luiz Viana Filho, Jaime Junqueira Aires, Gilberto Valente, Fernando Luz, entre outros.

⁶¹ BPEB. Jornal *A Ordem*, Cachoeira/BA, 29.03.1933.

⁶² CPDOC/FGV. Carta de Juraci Magalhães a Getúlio Vargas. 03.03.1933. GV 1933.01.03/1.

⁶³ João Mangabeira também tinha apoio de homens importantes no interior do estado. A 12 de janeiro de 1933, Amphilophio de Castro, liderança política de Muritiba mandou publicar no *Diário de Notícias* a seguinte matéria: “Continuo onde em 1921 me atirei sem faltas de minha conta, nem consulta alguma o dr. J.J. Seabra, depois de longo 22 anos de serviços ao seu Partido, ao lado do ínclito baiano, meu saudoso amigo e chefe dr. Ubaldino de Assis. E cá me fico e me cerro, ainda no gozo da providencial respiração apaziguadora que foi para o país o memorável acontecimento de outubro de 1930 que libertou a todos nós da pernicioso, esgoísta e pérfida política de dividirem-se e subdividirem-se os homens dentro do próprio partido, enfraquecendo-os para o triunfo impatriótico de governar a vencidos, para a vitória da perpetuação do mando em punho sem jus a mando

diretório político em Cruz das Almas, São Gonçalo dos Campos e Cachoeira, mas podendo verificar o quão organizada estava a situação percebeu, imediatamente, a urgência em coordenar a oposição.⁶⁴ Ao que parece, solicitou a Arquimedes Gonçalves, então diretor da Escola Politécnica da Bahia, que buscasse apoio junto a João Mangabeira para apresentar à Constituinte “uma chapa à altura da Bahia, sem cor partidária”.⁶⁵

Àquele momento, portanto, João Mangabeira precisava decidir entre apoiar o PSD ou definir-se na oposição.⁶⁶ Sabendo, inclusive, que a sua eleição fora do partido oficial seria uma incógnita enquanto que nele teria todas as garantias de assumir uma cadeira na Assembleia Constituinte. Os desencontros de interesses entre João Mangabeira e Juraci Magalhães afastavam a possibilidade do primeiro filiar-se ao PSD. Além das exigências feitas pelo jurista baiano, que desconsideradas em conjunto pelo interventor fizeram-no declinar da participação na fundação do PSD, a insatisfação causada a Otávio Mangabeira em razão de uma possível aproximação entre ambos, contribuiu para insucesso das negociações.⁶⁷

nem gemidos. Não tenho compromissos senão com o meu grande amigo dr. João Mangabeira, esse notável republico e egrégio constitucionalista que está conquistando a admiração brasileira e lançando uma grande e áurea página na história da Nação.

⁶⁴ A oposição já tinha feito, inclusive, o lançamento do nome de Juraci Magalhães como candidato a governador do estado. O diretório do Grêmio Político de Alagoinhas, dirigido por Mário Cravo, lançou a candidatura de Juraci Magalhães no início de janeiro. A matéria saiu publicada no jornal *Diário de Notícias*, no dia 5. Seis dias depois o mesmo jornal fez referência a uma entrevista que Juraci Magalhães deu ao jornal baiano *Era Nova* na qual afirmava que o descrédito da política baiana tinha sido porque esta se fazia em torno de homens e não de ideias. O interventor optou por não aceitar indicações de candidaturas. Assim, se sentiu autorizado a fazer determinadas exigências ao Partido. Ver edições do *Diário de Notícias* de 6 e 11.01.1933.

⁶⁵ BPEB. Carta de Euvaldo Pinho a Octávio Mangabeira. 14 de Janeiro de 1933. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.2. p. 36.

⁶⁶ Assim repercutia a sua posição na Bahia: “O Sr. João Mangabeira que ainda não se pronunciou de todo a ser considerado também como um dos próceres da futura agremiação em preparativo, está também, em véspera de viajar para esse estado, sendo bem possível, entretanto, que embarque antes do dia 23 para chegar a tempo de alcançar a convenção, porque o irmão do ex-ministro do Exterior, dada a sua união de vistas com o Sr Osvaldo Aranha, Mello e Franco e outras figuras de evidência do momento é tido também como adesista do Partido Nacional. *Diário de Notícias*, Salvador/BA, 13.01.1933.

⁶⁷ Juraci Magalhães esclareceu o corrido a Getúlio Vargas nos seguintes termos: “Este *amigo*, quando de minha estadia no Rio, conversou comigo e acertou umas tantas medidas. Conhecedor da versatilidade de que tem dado sobejas provas achei prudente pedir a Osvaldo a sua interferência no caso, com o propósito de fazê-lo fiador do que se combinasse. Claro está, de que nem Osvaldo nem eu podíamos pensar que ele viesse propor transações. Agora, porém, surge por intermédio de Homero Pires, uma proposta em que pede para si apenas: a presidência da comissão executiva do partido, a chefia de vários municípios e a reservação de um certo número de vagas nas Câmaras federal e estadual para os seus amigos. Primeiro, isso me parece um erro de visão política. Se ele viesse para o partido trabalhar talvez fosse indicado para postos mais elevados do que ele supunha, mas isto um reconhecimento aos seus méritos pessoais e ao serviço prestado ao Partido. Depois a imposição é desarrazoada, porque em nossa organização partidária não há chefes de zonas, cada município é dirigido por um diretório autônomo e todos os municípios onde ele podia ter veleidades já têm diretórios que não mais se conformariam com esse retorno ao passado.[...] Telegrafei ao Osvaldo pedindo transmitir ao *homem* o meu pensamento. Com a publicação dos diretórios e da relação dos congressistas talvez se modifique a orientação dele. Carta de Juraci Magalhães a Getúlio Vargas, 31.01.1933.

João Mangabeira buscou convencer o irmão a respeito da atuação de Juraci Magalhães na Bahia. No início de janeiro de 1933, enviou cartas às irmãs antecipando o dilema. Estas, por sua vez, comunicaram a Otávio Mangabeira as pretensões do irmão e a resposta à possível aliança com o interventor da Bahia foi dada nos seguintes termos:

Minhas irmãs me transmitiram o resumo, transcrevendo vários trechos, de uma carta que receberam de João, com a nota de reservada, na qual diz ele o seguinte: Que Aranha e Juraci o convidaram, com todas as insistências, para ir à Bahia presidir a organização do partido, que Juraci, no momento próprio, dirigia a ele um apelo público, que ele fará deputado à Constituinte, etc., e, presidindo o diretório baiano, será um dos membros do diretório central, no Rio de Janeiro, que, quanto a mim, disse Aranha, nada houve de pessoal, e, tendo ele a Bahia, eu igualmente a terei. Ele respondeu que nada resolveria sem me ouvir, isto é, estava disposto inteiramente a aceitar, a menos que eu ficasse magoado, hipótese na qual preferia abandonar a política, não ficando, porém, na oposição, tantas as honras que tem recebido. Acrescentou que iria me escrever longamente, mas começou a escrever a elas. Diz que considera erro de morte deixar a Bahia cair nas mãos de gente à toa. Quando tudo lhe está oferecido, com todas as grandezas.⁶⁸

A postura de João Mangabeira desagradava a Otávio e abriu entre ambos um intervalo de correspondências. Como apoiar tais atitudes se ele mesmo demandava esforço do exílio para fortalecer a LASP e a partir dela retomar a ideia de uma frente única de oposição na Bahia?

Não foi possível obter a carta da resposta a João Mangabeira, mas a julgar pelo posicionamento de Otávio Mangabeira nas demais correspondências sobre o assunto não é difícil constatar o que ele respondeu ao irmão. Em carta datada de quatro de fevereiro de 1933, ele foi categórico: “Eu julgo sinceramente, a presença de um tenente, estranho à Bahia, e ainda que não o fosse, na cadeira dos seus governadores, uma injúria infligida à nossa terra, e não haveria interesse que me levasse a entabular com ele quaisquer alianças políticas”.⁶⁹

Além disso, Otávio Mangabeira não concordava com a realização das eleições nos moldes como estava sendo organizada. Era inaceitável a exclusão do pleito eleitoral de antigas representações políticas da República deposta. Para Mangabeira, o que Getúlio Vargas pretendia não era exatamente reconstitucionalizar o país, mas conformar a ditadura vigente

⁶⁸ Carta de Otávio Mangabeira a Euvaldo Pinho. 7.01.1933. *Cartas do exílio*. v. 2. op. cit. 29.

⁶⁹ Carta de Otávio Mangabeira a Dantas Bião. 4.2.1933. *Cartas do exílio*. v. 2. op. cit. p. 63.

como uma espécie de regime normal com “um simulacro de eleição” que lhe desse a máscara de governo legal.⁷⁰

Ainda que considerasse as eleições uma farsa, Otávio Mangabeira não se esquivava de contribuir para a organização da oposição na Bahia, mediando, do exterior, tudo quanto podia para coordená-la. Ainda em janeiro respondeu a Arquimedes Gonçalves sobre as intenções de Seabra em formar a chapa única e na mesma data escreveu a Luiz Viana destacando que o seu modo de ver coincidia com o que tinha exposto o Seabra em manifesto, com claro objetivo de aproximar a ambos.⁷¹

No interior do estado as mobilizações também eram intensas. Os três primeiros meses de 1933 foram ocupados por sucessivas criações de diretórios políticos, reuniões, viagens, publicações de manifestos e programas partidários e discussões em torno das novidades trazidas pelo Código Eleitoral.⁷² Restava apenas a escolha dos candidatos e enquanto os

⁷⁰ Carta de OM, 26.01.1933. p.49. Naquele mesmo mês Otávio Mangabeira aceitou o convite de Batista Luzardo para representar o Norte no Comitê Revolucionário, movimento armado contra Getúlio Vargas que estava sendo organizado nos países vizinhos. Sabe-se que Getúlio Vargas tinha pleno conhecimento do movimento. No dia 10 de março de 1933 o jornal *O Município*, de Santo Amaro, na matéria “O contra-senso dos indesejáveis” falou dessas articulações e reproduziu uma nota na qual o governo admitia saber dos planos e ameaçava cortar os vencimentos e confiscar os bens dos militares reformados e políticos exilados envolvidos.

⁷¹ Carta de OM a Arquimedes Gonçalves, 28.01. 1933 e Luiz Viana, 28.01.1933. p 54-56. O Jornal *Diário de Notícias*, em 04 de janeiro de 1933 registrou o retorno de J.J.Seabra à Bahia. Acompanhado de José Presídio e Nelson Carneiro, Seabra anunciava que ia apelar aos baianos pela confraternização de todos para organizar “não uma chapa partidária, mas uma baiana”. O manifesto foi publicado em 14 de janeiro daquele mês. *Diário de Notícias*, Salvador/BA, 4.01.1933; 14.01.1933.

⁷² Em janeiro de 1933 foi fundado em Cachoeira o Partido Liberal, orientado por Silvino Bandeira de Melo, em Feira de Santana, o primeiro diretório organizado foi em favor do PSD; em Mutuípe foi organizado um partido em franca oposição à situação; Amargosa não tinha diretório político organizado porque “nem todas as forças estavam unidas; em Jaguaquara o povo de Itirissu constituiu um “Diretório Coletivista Independente; Em Nazaré, dr. Eurico Mata, clínico da terra aliou-se á José Tude, força política de Jaguaribe para juntos enfrentarem as eleições; as forças políticas de Maragogipe afirmavam apoiar integralmente a Juraci Magalhães; Ipirá organizou-se em somente um diretório político; o município de Lage estava dividido em dois diretórios, ambos apoiando a situação dominante; o diretório de Campo Formoso saía em defesa das ideias de Otávio Mangabeira; Coração de Maria estava dividido entre dois diretórios, um liderado por Abilio Daltro, em favor de Juraci Magalhães e outro coordenado por João Raul e Targinio Amorim, de oposição; São Gonçalo dos Campos, sob comando do ex-prefeito José Fernandes criou um Comitê Liberal apoiando Seabra; Itaparica abrigou o Partido Liberal, organizado em favor de Juraci Magalhães, mas em oposição prefeito Bulcão Sobrinho; Em Belmonte foi assinada uma carta aberta contra o prefeito municipal, estava coordenando a oposição o Sr. Mário Waldemar Costa; em fevereiro de 1933 Seabra fundou o Partido Republicano Liberal na capital do estado; Itabuna criou um Partido Político em favor do PSD; no mesmo mês Juraci Magalhães percorreu diversos municípios do interior do estado em organização político-partidária, retornando a Salvador em 11 de março, depois de quase um mês de viagem; em Canavieiras foi retomado o Partido Reconstitutor, abrigando uma representação feminina; Em abril fundou-se em Cachoeira a Liga Municipal do Partido Republicano Liberal da Bahia, com a reunião de vários diretórios do segundo distrito e sob a coordenação de Dr. Paiva Sarmiento. O Partido Republicano tentava absorver as divergências locais no interior do estado, a ponto de em 28 de fevereiro de 1933 o *Diário de Notícias* afirmar que a situação no interior do estado definitivamente não era dominante. Ver edições do *Diário de Notícias* de janeiro a março de 1933.

partidos se debatiam internamente pelas indicações, a especulação em torno de antigas lideranças ganhava corpo.

Ainda que estivesse no exílio e desautorizado os correligionários de lançar o seu nome como candidato, Otávio Mangabeira era um forte concorrente. Indiferente ao decreto que inviabilizava a sua candidatura, seu nome passou a ser lembrado em muitos municípios por grupos que defendiam a volta do regime representativo. Em 22 de março de 1933, o jornal cachoeirano *A Ordem*, agora em franca campanha pela oposição publicou a matéria “glorioso exilado”, onde se lê:

Dentre os grandes vultos que a Bahia tem sido berço, não há negar que Otávio Mangabeira é o maior dos sobreviventes desta plêiade fulgida que tanto dignificou a pátria, sobre todos os aspectos que queiramos encarar. Talento de escola, caráter sem jaça, envergadura rija, Otávio Mangabeira, quer como deputado, quer como o nosso chanceler, sempre se desobrigou com inimitável brilhantismo dos encargos que lhe acometiam. E assim é que no presente momento, quando ele longe da pátria, nas estranhas terras do exílio, os seus conterrâneos lhe não esquecem e apontam-lhe o nome, que é um verdadeiro padrão de glória, para representar a sua terra na assembléia constituinte.⁷³

O articulista compara essa possível candidatura com o que foi feito em relação a José Bonifácio, trazido do exílio depois da Independência Brasil e eleito seu representante. Assim, conclui: “Ide baianos, com o vosso voto independente buscar nas longínquas plagas de além mar o glorioso exilado, porque assim mostrareis que a Bahia ainda é a Bahia - a terra soberba dos pioneiros da liberdade”.⁷⁴

Havia também lideranças políticas locais que não aceitavam nem os novos partidos, nem as práticas políticas adotadas anteriores à Revolução de 1930. Para o município de Valença, a oposição ao PSD e Juraci Magalhães foi feita com o lançamento da candidatura de João Mangabeira para deputado constituinte. O “eleitorado independente”, representados por José Pinto Madureira, João Batista Lopes, Joel Linhares da Cunha e Alcides da Costa, conclamou aos baianos para votarem no jurista, ainda que àquela altura, já fosse de conhecimento de todo o estado que uma chapa única estava em curso para fazer frente ao PSD, e dela fazia parte o João Mangabeira.

Segundo a matéria, reproduzida e comentada por Ary Galvão no *Diário Carioca*, João Mangabeira era um dos poucos, àquele momento, que podia zelar pelos interesses da Bahia,

⁷³ MACIEL JUNIOR. GLORIOSO EXILADO. *A Ordem*, Cachoeira/BA. 22.03.1933. Em Alagoinhas, o *Correio de Távora* também publicou matéria sobre essa possibilidade, o mesmo ocorreu em Ilhéus.

⁷⁴ Idem.

pois fora daí o que se achava era improvisação de partidos por “estadistas de emergência” que ameaçavam

transformar a nova câmara em circo de cavalinhos pela invasão de “legisladores” modelo “casa de dois mil reis”. Os cardápios políticos, que não poupam sequer os postes de iluminação pública e os muros da cidade, prometem coisas do arco da velha, reproduzindo em trichromias berrantes as mesmas balelas que provocaram, no espírito do povo, a falência fraudulenta dos velhos tapeadores de outros tempos. Sujeitos mais engraçados do que Carlitos percorrem o interior dos Estados em defesa de programas absurdos em que, tal qual como nos do cinema, o resto da fita fica por conta dos expectadores. Enquanto isso, a política dos governadores, tão combatida no passado, ressurgiu, agravada pelas circunstâncias do momento.⁷⁵

A crítica certamente era contra o interventor federal, pois se afirmava que a Bahia “pelo seu valor incontestável na unidade nacional” não podia permitir que os “aventureiros e oportunistas” tomassem de assalto os lugares que só os “homens de valor” deviam ocupar como interpretes do seu pensamento. João Mangabeira era um deles. E quanto ao seu posicionamento em relação às “imoralidades” da República deposta não era demais lembrar que:

Mesmo no tempo em que a representação baiana se escondia por trás da cortina infecta das barbas do Sr. Simões Filho e a chapa governamental trazia o nome de um dos chefes do seu partido, não conseguiu o governo do Sr. João Mangabeira, um discurso em favor dos candidatos oficiais. Ele preferiu ficar com a sua liberdade de pensamento – embora tivesse nesse mesmo governo, como ministro das relações exteriores, um irmão: o grande e incomparável Otávio Mangabeira.⁷⁶

Não obstante a organização da LASP e as candidaturas lançadas por um ou outro grupo de eleitores independentes, o que de fato preocupava a Juraci Magalhães era a possível organização de uma Frente Única moldada pela matriz sul-sudeste, que se vinha tentando fazer na Bahia desde que Seabra e Moniz Sodré se colocaram contra a situação, no final de 1931. No entanto, ainda que o pleito eleitoral estivesse próximo, não era possível obter entendimento entre os grupos que representavam as facções Lago e Calmon. Do exílio Otávio

⁷⁵ PAVÃO, Ary. PANORAMA. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 7 .04. 1933. Reproduzido do Jornal de Valença pelo correspondente baiano.

⁷⁶ Idem. Até o dia 20 de abril os municípios de Alagoinhas, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Cachoeira, Catolé, Rio de Contas e Juazeiro mandaram publicar notas em jornais falando do interesse dos munícipes pela candidatura de João Mangabeira.

Mangabeira buscava influenciar a Pedro Lago para aceitar os termos do acordo. Pensava, inclusive, que era hora de retornar ao Brasil.⁷⁷

A notícia do retorno de Otávio Mangabeira já era divulgada na imprensa como podemos verificar pelo fragmento da matéria “A Chapa de Oposição”, publicada no *A Tarde*, a seis de abril de 1933:

A política baiana parece tender para uma harmonização geral dos elementos oposicionistas que irão apresentar a chapa única. Assim é que já se vão processando os entendimentos nesse sentido entre os elementos que representam as varias facções ora em divergência com a orientação política do PSD que representa o pensamento do interventor federal.

Sobre o fato já estará mesmo assentado o critério que norteará a composição da chapa, por forma que todas as correntes em atividade baianas tenham nela os seus legítimos representantes. Vê-se por aí que a política do estado irá tomar uma nova feição, prometendo com isso um maior interesse pelo pleito de 3 de maio próximo.⁷⁸

Mas, conforme se sabia por toda a Bahia, as conversações entre o PRB e Seabra não alcançaram sucesso até abril daquele ano. Ambos, Pedro Lago e Miguel Calmon afirmavam que aliar-se a Seabra seria uma quebra na disciplina partidária.⁷⁹ Luiz Viana Filho, que a esse tempo já pretendia se candidatar, em função do desentendimento que teve com os demais membros do diretório da LASP e, certamente, sentindo-se ameaçado politicamente por qualquer tipo de Frente Única que viesse a se constituir, tornou-se um dos principais combatentes a essa junção.⁸⁰

⁷⁷ Carta de Otávio Mangabeira a Pedro Lago, 4.03.1933. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.2, p. 105.

⁷⁸ BPEB. POLÍTICA BAIANA. A Chapa de oposição. *A Tarde*, Salvador/BA. 6.04.1933. Em carta de 4 de março de 1933, Otávio Mangabeira também foi informado da possível Frente Única. De acordo com a carta, O Calmon é que não parecia vem bem essa coligação. Ver: Carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira, 4.03.1933.

⁷⁹ BPEB. FRENTE ÚNICA. *A Tarde*, Salvador/BA. 12.04.1933.

⁸⁰ Sobre a atuação de Luiz Viana Filho Euvaldo Pinho escreveu a Otávio Mangabeira: “Ele foi incorreto com os companheiros da Liga e continua a combatê-la por todos os modos. Achamos, porém, que, apesar de tudo, é um elemento aproveitável e que poderá, em ocasião oportuna, prestar serviços a você. Ele está alistando amigos e tem trabalhado no sertão, especialmente na Zona do São Francisco. [...] Não foi possível apurar se houve algum entendimento entre ele e o Juraci. Eu inclino-me a acreditar que, trabalhado pelo Medeiros, pelo Mesquita, pelo Pondé e pelos irmão Baleeiro para deixar a Liga, desistir de combater o governo e trabalhar sozinho, sem ligações com a oposição, a fim de que assim eles o pudesse amparar, aquiesceu e tomou a atitude que tem sido muito censurada. Talvez isso. É muito ambicioso. Carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.2, p. 104.

No dia 12 de abril de 1933, Luiz Viana Filho publicou um artigo fazendo abertamente esta crítica aos oposicionistas do governo de Juraci Magalhães. Entre outras coisas, afirmou que a frente única era a maior das *blagues* políticas que tinha aparecido na Bahia e que pelos telegramas que fazia publicar no Rio de Janeiro e no interior do estado estava conseguindo impressionar os incautos, mas questionava:

Afinal de contas, quem participa da frente única? Por ora tudo não passa do disse não disse das esquinas. Fala-se em muitos nomes respeitáveis, nomes que merecem o maior acatamento à Bahia, mas responsáveis esses que não aparece nunca vivem nos boatos e na imaginação fértil de alguns políticos manobreadores à cata duma fórmula com que possam embair a opinião pública, muitas vezes iludida na sua boa fé. [...] Onde uma manifestação dos srs. Pedro Lago e Miguel Calmom? Onde uma palavra dos srs Octávio Mangabeira e Simões Filho, tão alheios a essa junção? [...] Que seria ou o que é, em verdade, essa frente única? Encaremo-la pelo lado prático, tal qual como se anuncia. Em primeiro lugar não seria a representação das composições baianas. E isso porque nem o PRB deseja se unir ao Sr. Seabra e nem a mocidade – a ala jovem do PRB – tem desejos de ser tutelada pelo ex-governador. Ambos ainda olham o velho político com a mesma desconfiança com que deveria olhar a Saturno algum filho sobrevivente caso ele não tivesse devorado a todos. [...] Essa a chaga que roe essa junção, aliás, inexistente, entre elementos que sempre se combateram no mesmo palco e com a mesma platéia. [...] Eu de mim, como não desejo entrar na frente única tal qual ela se anuncia, felicito de coração os que tiverem arte e engenho para arquitetá-la. Arte e engenho, porém, talvez não bastante para enganar o bom senso da Bahia: essa frente única não passa duma manobra vulgar [...].⁸¹

A parte política do *A Tarde* era então dirigida por Luiz Viana, o que prejudicava, em muito, a oposição. Naquele mesmo mês Aloísio de Carvalho Filho escreveu a Pedro Lago pedindo que ele interviesse para evitar aquele tipo de campanha no jornal, para todo efeito, visto como porta-voz da oposição baiana.⁸² Importante destacar que nesse processo de articulação da frente única, a LASP detém pouco poder de barganha, portanto, a discussão acalorada se dava em torno do PRB e Seabra. A LASP era vista, ainda, como reduto de estudantes, o que evidentemente não retira seu prestígio como novo pólo aglutinador de um pensamento político renovado.

⁸¹ BPEB. VIANNA FILHO. Luiz. FRENTE ÚNICA. A oposição Baiana. *A Tarde*, Salvador/BA. 12.04.1933

⁸² Sobre a atuação de Viana Filho, Euvaldo diz que ele vinha trabalhando muito e sozinho pelo alistamento no interior do estado. Era certo que tinha entendimentos com Juraci Magalhães, que declarava ver com muita simpatia a sua candidatura, no lado da oposição, porém, teria descido muito no conceito dos amigos visto que combatia “a toda hora e por todos os meios a LASP. Procura diminuir, por todos os meios, os rapazes que a dirigem. Faz intriga entre eles. É um inimigo terrível da LASP. [...]”. A parte política do *A Tarde* é por ele dirigida. Esse jornal não dá nenhum relevo às notícias que interessam a LASP e agora muito se preocupa em divulgar as que dizem respeito ao governo e seu partido. Carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira. *Cartas do Exílio*, vol.2. p. 124.

Buscando manter-se indiferente às críticas e às coligações oposicionistas, Juraci Magalhães continuava firme na organização do Partido oficial. Antes de viajar ao Congresso dos Interventores programado para ocorrer em Recife fez publicar a primeira lista de candidatos pelo PSD. Pelos diretórios municipais foram indicados Francisco Rocha, Marques dos Reis, Pacheco de Oliveira, Medeiros Neto, Clemente Mariani, Gileno Amado, Cônego Leôncio Galvão, Magalhães Neto, Alfredo Mascarenhas, Manoel Noaves, Átila Amaral, Lauro Passos, Arthur Negreiros Falcão, Nelson Xavier e Archibaldo Baleeiro. A Comissão Executiva escolheu a Prisco Paraíso, Arlindo Leoni, Arthur Neiva, Edgar Sanches, Homero Pires, Arnould Silva e Raul Alves. Podendo este último ser substituído por Rafael Sincurá, em caso de não aceitar a indicação.⁸³

A definição final da Chapa só se daria após o retorno do interventor do Congresso de Recife. Realizado entre 15 e 18 de abril de 1933, o Congresso dos interventores tinha por objetivo coordenar as forças revolucionárias e traçar uma orientação uniforme para que todos os representantes do governo Vargas no norte pudessem transmitir aos seus candidatos à futura Assembleia Nacional Constituinte. Na reunião foram analisados todos os pontos debatidos pela Comissão do Itamaraty e votadas várias teses como limites dos estados, eleição para presidente, combate a seca e ao banditismo e insolubilidade do casamento.⁸⁴

Ao retornar à Bahia, Juraci Magalhães colocou em prática, de imediato, todas as determinações do Congresso no que diz respeito à condução da política regional. O manifesto do PSD divulgado ao final do mês parecia muito mais um manual para os futuros candidatos do que, propriamente, uma conclamação pública pelo voto. De acordo com o seu texto, os candidatos do partido teriam sido escolhidos por votação dos diretórios que totalizou mais de 54 mil votos. Aqueles que fossem eleitos, portanto, teriam que cumprir o Programa do

⁸³ A indicação pelos diretórios municipais ficou assim definida: 1º turno: Manoel Novaes, Artur Negreiros, Nelson Xavier, Pacheco de Oliveira, João Marques dos Reis, Leôncio Galvão, Gileno Amado, Atila do Amaral, Lauro Passos, Medeiros Neto; 2º turno: Clemente Mariani, Alfredo Mascarenhas, Archibaldo Balleiro, Magalhães Neto, Francisco Rocha. Os demais foram indicados pela comissão executiva do partido. A priori os nomes indicados foram: Prisco Paraíso, Arlindo Leoni, Homero Pires, Edgar Sanches, Paulo Filho, Artur Neiva, Arnold Silva. Havendo, portanto, modificações que descontentaram a alguns grupos políticos do interior do estado.

⁸⁴ CONGRESSO DOS INTERVENTORES. *Folha do Norte*, Feira de Santana/BA. 22.04.1933. As teses debatidas e aprovadas foram: uma só Câmara com representação proporcional à população, fixado o número mínimo e máximo de representante; indissolubilidade do matrimônio; manutenção da independência dos poderes temporal e espiritual; instrução pública primária obrigatória, inclusive o ensino profissional prático, atendendo a especialização das respectivas reuniões; considerar o combate à seca e ao banditismo problemas nacionais; autonomia dos estados e a manutenção do sentimento de harmonia nacional; nacionalização das minas e das quedas d'água, unificação do direito de processo; crédito público e particular com limitação de juros e crédito agrícola pastoril; criação do tribunal fiscal com competência privativa nas questões administrativas; concessão de terras devolutas dos Estados em lotes que permitam o desenvolvimento da lavoura e criação.

Partido, pois nenhum deles estava autorizado a falar por si ou a apresentar programa ou plataforma individual. O Partido era um órgão disciplinador e coordenador das atividades. Assim, o regime constitucional a ser criado deveria estabelecer e manter um regime “jurídico de garantias dos direitos e liberdades, aspirando sempre à resolução da solidariedade social”.⁸⁵

Assim, o manifesto do PSD fazia referência à Carta Magna do Brasil dizendo que esta deveria harmonizar-se com “os princípios do valor supremo de personalidade humana e as exigências da autonomia coletiva” e sob a forma republicana federativa deveria:

os preceitos garantidores da unidade nacional com autonomia dos estados e Municípios, num regime de claras responsabilidades e gestão de contas para os dirigentes da coisa pública; realizar a unidade do direito e da magistratura, assegurando-se perfeita garantia ao Poder Judiciário, com os representantes integralmente segregados às competições políticas; manter a atual organização da família e permitir nas escolas o ensino religioso, ficando, também, facultativa a assistência religiosa às classes armadas; resguardar, sob todas as cautelas, a integridades e inalienabilidade do território nacional, assegurar à defesa nacional um aparelhamento de completa eficiência, fixando-se a função técnica, eminentemente nacional, das classes armadas, alheadas à política partidária; assentar as bases de uma reforma tributária, com o repúdio dos gravames antieconômicos, anti-sociais e anti-políticos, visando, outrossim, racional e equitativa distribuição de rendas públicas entre União, Estados e os Municípios; manter rigorosa clareza dos orçamentos, proibindo créditos ilimitados e delegação de poderes; estatuir preceitos de controle financeiro dos municípios pelos estados e destes pela União, a quem ficará a supervisão dos empréstimos externos; assegurar os direitos pertinentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, e, fixados, na espécie, os princípios constitucionais do comércio jurídico, da fórmula, é de Heurion (*sic*), só lhe sejam impostas as restrições, as limitações fatais, imanentes à sua relatividade e à sua função social; que, em síntese, seja a nossa Lei Fundamental um aparelho de liberdade e justiça, estatuto da grandeza Nacional, vazado num grande e dominador espírito de paz interna e externa, sob cuja influência se possa realizar o bem estar social econômico.⁸⁶

Para a execução do Programa, o candidato obrigava-se a abrir mão dos interesses pessoais e mostrar o seu “devotamento” à causa pública.⁸⁷ Observa-se como é forte nesse manifesto o discurso da construção de uma nova ordem nacional. O interesse em refundar a

⁸⁵ BPEB. CONGRESSO DOS INTERVENTORES. Jornal *Folha do Norte*. Feira de Santana/BA. 22.04.1933.

⁸⁶ *Idem*.

⁸⁷ O próprio Juraci Magalhães, por diversas vezes, divulgava os seus feitos como obra da Revolução, peça de uma engrenagem necessária ao crescimento do país e maior do que ele, a exemplo do combate a seca no estado, que teve participação efetiva do ministro das Aviações José Américo na construção da estrada Alagoinhas/Cipó que empregou dezenas de famílias flageladas e na construção da estrada Fortaleza/Rio de Janeiro que iria beneficiar vários municípios da Bahia “ainda não colonizados” e cuja construção iria incentivar a ocupação, sobretudo em áreas fartas em água doce. Ver Jornais *Correio de Távora*, Alagoinhas/BA 11.01.1933 e *O Município*, Santo Amaro/Ba, 11.03.1933. A exigência de que os candidatos seguissem às determinações do Congresso e do Partido foram do próprio Juraci Magalhães, conforme veremos na seção que segue.

nação sob a égide de um Estado forte e capaz de representar os diferentes grupos sociais. Um Estado realista e prático, portador de uma capacidade técnica até então desconhecida, responsável pelas transformações sociais e políticas de que precisava a nação.⁸⁸

Resta claro que o Manifesto do PSD, assim como de outros Partidos do norte, já que todos foram feitos sob a orientação da União Cívica Nacional - UCN tinha por objetivo assegurar que os candidatos eleitos pudessem fazer uma ação coordenada na elaboração da nova carta constitucional garantindo, além da eleição indireta do presidente, os demais pontos considerados cruciais para a sobrevivência do programa revolucionário.⁸⁹

A oposição, por sua vez, tendo em vista a impossibilidade de se realizar a Frente Única na Bahia, aceitou a fórmula sugerida por João Mangabeira. O Código Eleitoral permitia a indicação de chapas ao Tribunal Eleitoral por grupos de no mínimo cem pessoas e diante da dificuldade em se fazer alianças partidárias firmou-se na Bahia uma chapa acima dos partidos, com a indicação de “pessoas de alto relevo”. Essa chapa seria adotada pela LASP, pelos demais partidos e por todas as correntes em oposição ao governo.⁹⁰

Assim, na primeira quinzena de abril, a menos de trinta dias para a realização do pleito eleitoral, a notícia da “chapa a Constituinte acima dos partidos” foi divulgada na imprensa baiana. Acertos entre correntes oposicionistas e elementos independentes tais quais professores das escolas superiores, advogados, jornalistas, intelectuais, valores eleitorais da capital e do sertão, representantes do feminismo e das “classes laboriosas”, a chapa “A Bahia ainda é a Bahia”, apesar do apelo regionalista, identificava-se, fortemente com as Frentes únicas do sul e sudeste do país.⁹¹

⁸⁸ Martinho Guedes dos Santos Neto afirma que o pós 1930 trouxe a necessidade da formação de um novo pacto de poder, “com a desterritorialização do poder simbólico do entorno paulista, por meio de um discurso factual nacionalista, cuja base de sustentação política esteve no nordeste e no sul do país”. Assim, a ideia nacionalista de Vargas tinha por objetivo desterritorializar o simbolismo paulista de poder e ao tempo que o fazia criava um novo discurso de poder pautado pelo encontro entre Estado e Sociedade. Emanava desses discursos, a ideia de Poder como identidade nacional, cuja base não era mais um espaço circunscrito a uma federação, mas o Estado. Ver: SANTOS NETO. Martinho Guedes dos. *Nos domínios da política estatal: o poder desterritorializado e as bases de sustentação política de Getúlio Vargas (1930-1934)*. Tese de Doutorado, UFPE, 2014; SANTOS NETO. A desterritorialidade do poder simbólico e a construção do discurso factual de poder de Getúlio Vargas pós-1930. In: *História Política: interfaces e diálogos*. Altemar da Costa Muniz; Luis Carlos dos Passos Martins (orgs.). Porto Alegre: EDIPUCRS; Ceará: EDUECE 2016. p. 259-293.

⁸⁹ A UCN foi criada em 18 de fevereiro de 1933, após reunião na residência do ministro Melo Franco de vários líderes da Revolução de Outubro. Surgiu de um “acordo revolucionário”, “cujo compromisso principal era lançar as bases de um partido nacional que congregasse as já existentes organizações estaduais. Em sua curta existência, a ação mais efetiva da UCN foi o Congresso dos Interventores realizado em Recife entre 15 e 18 de abril de 1933. PANDOLFI, p. 366.

⁹⁰ Carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira, 1.04. 1933. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.2. p 131. Ver também carta de 8.04.1933. p. 139. Nesta mesma data a imprensa divulgou uma conferência entre Seabra e Pedro Lago a bordo do Aritimbó, antes de Seabra partir para a Bahia. Ver *Diário de Notícias*, Salvador/BA, 01.04. 1933.

⁹¹ Uma chapa a Constituinte acima dos partidos. *Diário de Notícias*, Salvador/BA. 13 de abril de 1933.

Ao final daquele mês fez publicar o seu Manifesto. Diferente do texto pessedista, que vê o estado como uma célula da nação, por isso não faz referência a ele, o Manifesto da Chapa “A Bahia Ainda é a Bahia” coloca o estado à frente de todos os demais interesses. E com o lema supostamente regionalista ganha o interior do estado nos últimos momentos que lhe restavam para a campanha:

A Bahia ainda é a Bahia. Acima dos interesses e das ideias dos homens, além dos programas de partidos, está a Bahia, a exigir dos seus filhos, nessa hora grave da nacionalidade, uma trégua nas divergências que acenderam as lutas do passado, para que coesos e fortes, saibam melhor defender-lhe, nas urnas de maio, a luminosa tradição de sua dignidade cívica. É o mandamento da terra mater aos que ainda lhe possam dar o idealismo e o espírito de sacrifício das grandes ações. Eleitores independentes, certo de assim lhe interpretarmos, vimos recomendar ao sufrágio dos nossos concidadãos na eleição de 3 de maio para a Assembleia Nacional Constituinte uma chapa em que a Bahia mesma se revê na pujança de sua força moral, como nos primores de sua inteligência e da sua cultura.⁹²

Na lista de candidatos divulgada na ocasião foram elencados os seguintes nomes: Afonso de Castro Rabelo, Afrânio Peixoto, Aloísio de Carvalho Filho, Dr. Álvaro de Campos Carvalho, Antonio Gonçalves da Cunha e Silva, Antonio Moniz Sodré de Aragão, Archimedes de Siqueira Gonçalves, Aurélio Rodrigues Viana, Carlos Artur da Silva Leitão, Edith Mendes da Gama e Abreu, Demétrio Cyriaco Ferreira Tourinho, Ernesto de Sá Bittencourt Câmara, Euvaldo Diniz Gonçalves, Francisco Xavier Ferreira Marques, Jayme Tourinho Junqueira Ayres, João Américo Garcez Froes, João Mangabeira, José Joaquim Seabra, Nestor Duarte Guimarães, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Rogério Gordilho de Faria e Ruy Penalva.⁹³

⁹² Jornal *A Tarde*, Salvador/BA, 21 de abril de 1933; A Bahia se prepara para o pleito de maio. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1933.

⁹³ Muitos dos quais constava na primeira lista de candidatos divulgada pela LASP no dia 13 de abril de 1933 que continha os seguintes nomes: Luiz Vianna Filho, Pedro Calmon, Pires e Albuquerque, João Mangabeira. J.J. Seabra, Almachio Diniz, Ubaldino Gonzaga, Alfredo Amorim, Mário Barbosa, Moniz Sodré, Prisco Paraíso, Pinto Carvalho, Valadares Novis, Aristides Maltez, Ruy Penalva, Aloysio Carvalho, Nestor Duarte, Marques dos Reis e Medeiros Neto. Registre-se que alguns já figuravam na chapa do PSD. Para uma análise do perfil social de alguns desses candidatos ver: SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição: lutas políticas, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia* (1930/1949). Salvador: EDUFBA, 2011.

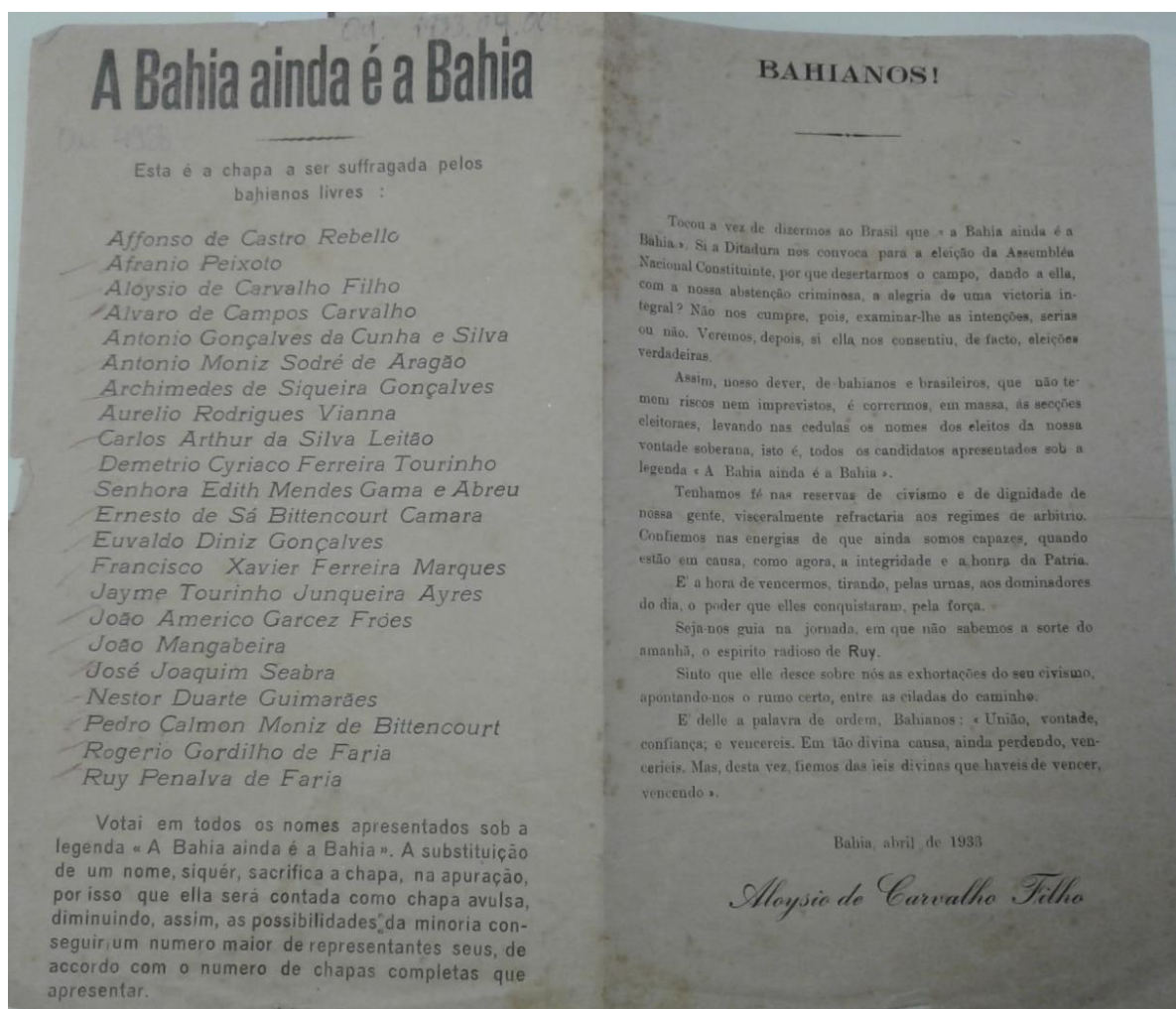


Figura 12: “A Bahia ainda é a Bahia”. Chapa eleitoral para as eleições da Assembleia Nacional Constituinte, 1933. Centro de Memória. Fundo OMpe. 194.04.00. Pasta 11.

Três dias depois, a 24 de abril, reuniram-se na sede da LASP parte dos candidatos da chapa independente apresentada aos baianos. Na ocasião, A Liga de Ação Social Política, por unanimidade de votos, resolveu que apoiaria a nova legenda e para dar conhecimento disso aos seus eleitores redigiu um manifesto que vai abaixo transcrito:

A Liga de Ação Social e Política, no seu propósito de servir aos interesses superiores da Bahia, vem manifestar a sua viva simpatia e dar o seu apoio integral à chapa que muitas dezenas de eleitores, assinados, e da mais legitima significação, acabam de apresentar e recomendar para o pleito de 3 de maio próximo sob a legenda “A Bahia ainda é a Bahia”. Posta acima dos interesses dos partidos, que devem, sempre, mais neste momento delicado, ceder ao reclamo da coletividade, essa chapa contém de fato, nomes do que a nossa terra possui de melhor, nas suas várias atividades. Nela, “A Bahia mesma se revê na pujança da sua força moral como nos primores da sua inteligência e de sua cultura”. Desvanece-se, sobremodo, a Liga Social Política de nela ver figurando companheiros seus, os srs Aloysio

de carvalho, professor da Faculdade de Direito, Ernesto de Sá Bittencourt Câmara, presidente da ordem dos Advogados da Bahia, Jayme Tourinho Junqueira Ayres, professor da Faculdade de Direito, Nestor Duarte Guimarães, advogado e Ruy Penalva de Faria, advogado e jornalista.

Assim, contemplados numa chapa em que se representa valores baianos e em que todos se reúnem sem compromisso outros que os de servirem, em igual dedicação e diligência à Bahia, os legionários da LASP saberão, entretanto, cumprir ali, fielmente, os postulados do seu programa. Para eles, portanto, e para todos os demais dessa chapa, os votos de nossos correligionários. São, todos, nomes de credenciais para traduzir na Constituinte os sentimentos e as aspirações da Bahia. Pelo que, e para todos, os votos dos baianos livre.

Recomendando-os pelo bem da Bahia, sabe a Liga que está cumprindo o seu dever. Sufragando-os, ficará o eleitor com a certeza de haver cumprido o seu. E todos teremos (*sic*) mostrado ao Brasil que a “Bahia ainda é a Bahia”.⁹⁴

Na ocasião foram tomadas resoluções relativas ao pleito e à propaganda eleitoral, sendo constituída a seguinte comissão diretora da eleição na capital: Seabra, Aurélio Viana, Eutychio Bahia, Wenceslau Gallo, Raphael Menezes, Demétrio Tourinho, Valdemiro de Oliveira, Arlindo Senna, Edith Gama e Abreu, Álvaro Carvalho e Álvaro Ramos.

Sabendo da importância do eleitorado do interior do estado, a legenda organizou nesta mesma data a propaganda eleitoral a ser feita nos municípios. Dia 26 partiria um grupo para Cachoeira, São Felix, São Gonçalo e Feira de Santana. Em Cachoeira já havia um núcleo da LASP e a propaganda já era feita pelo jornal *A Ordem*. Dia 28, outro grupo seguiria para Mundo Novo, Morro do Chapéu e cidades vizinhas. A 29 de abril, outra caravana seguiria para Alagoinhas, município em que, segundo o jornal, ia febril a atividade eleitoral e onde Seabra realizaria uma conferência para encerrar a campanha no interior do estado. E dia 30 haveria um comício em Salvador.⁹⁵

⁹⁴ A REUNIÃO DA LASP. Jornal *A Tarde*, Salvador/BA, 24.04.1933.

⁹⁵ A REUNIÃO DA LASP. Jornal *A Tarde*, Salvador/BA, 24.04.1933. Juraci Magalhães também tinha uma inauguração do parque Ruy Barbosa a fazer em Alagoinhas na mesma data em que Seabra discursaria. Esse município tornou-se importante para a campanha por alguns motivos: primeiro, foi aí que a candidatura de Juraci Magalhães foi lançada a governador do estado; segundo, era o reduto eleitoral mais importante de Otávio Mangabeira, por conta da atuação de Joaquim Climério Dantas Bião, experiente político que se aliou ao também experiente Coronel Santinho, chefe político do distrito de maior número de eleitores, o Riacho da Guia e principal adversário político de Mário Cravo; terceiro porque foi o mesmo Mário Cravo, inexperiente na política, que chegou a entregar o cargo de prefeito em 1932 por não se sentir apto a assegurar a vitória ao partido oficial, conforme analisamos no capítulo anterior. Vencer a eleição em Alagoinhas era, portanto, um desafio imenso à Juraci Magalhães e ao PSD e demonstraria a força que o governo dispunha naquele momento.

Além da campanha pelo interior, os integrantes da legenda “A Bahia ainda é a Bahia” buscaram coordenar as ideias e convencer os eleitores de que havia harmonia entre a oposição. Gilberto Valente, da LASP, em continuidade ao que a agremiação vinha fazendo, daria uma palestra na União Caixeiral de como se deveria votar. A entrada no espaço era franca. João Mangabeira dissimulava surpresa pela inclusão do seu nome na chapa e mandava telegrama em agradecimento. Euthyquio Bahia, representante político de Otávio Mangabeira deu entrevista afirmando que ele apoiava a legenda dos eleitores independentes e pedia para os correligionários não colocarem nas chapas o seu nome, conforme declararam, pois essa atitude levaria ao desperdício de votos. Pedro Lago também enviou telegrama parabenizando a oposição, assim como o fez Simões Filho. Miguel Calmon, por sua vez, enviou um telegrama que Euvaldo Pinho resumiu com a seguinte frase: “põe vergonha na gente”, revelando, com isso, a indignação dos opositores para com os Calmons e a fragilidade da legenda que faria frente ao bem articulado PSD.⁹⁶

Como se vê, a poucos dias das eleições a conjuntura política ainda era muito conturbada no estado da Bahia. Além dessas duas chapas que disputaram a maioria dos votos havia outras de menor vulto ou ainda as numerosas candidaturas independentes que mais confundiam do que ajudavam na escolha pelo reticente eleitorado.⁹⁷ A Federação Pelo Progresso Feminino votaria na chapa “A Bahia ainda é a Bahia” e assim recomendava aos seus núcleos no interior.⁹⁸ A Liga Eleitoral Católica- LEC recomendou que os sufrágios dos católicos fossem para os candidatos que apoiassem o programa da Liga, podiam, portanto, votar em ambas as chapas. O Grêmio Político das Classes Conservadoras, um dos primeiros a se organizar em novembro de 1932, sem número para deliberar resolveu não disputar as eleições.⁹⁹ Luiz Viana Filho formalizou e manteve a candidatura avulsa junto ao TRE. Assim o faz o Major Alcebíades de Oliveira. A Ação Social Política Proletária, em reunião ocorrida a 14 de abril, presidida por Durval Dyonisio da Silva, na sede do Centro Trabalhista Sindical,

⁹⁶ Carta para Otávio Mangabeira. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v. 2. p. 160. Em entrevista, Wenceslau Gallo, do PRB baiano afirmou que o Partido entendia que ainda não era hora de se processar eleições por motivos que viria a lume, por isso não recomendou alistamento e campanha política aos correligionários. Considerava, no entanto, que a chapa dos eleitores independentes estava à altura da Bahia e recomendava o sufrágio nela. *A Tarde*, Salvador, 25.04.1933.

⁹⁷ Um breve relato sobre a organização de outras agremiações partidárias foi feita por Consuelo Sampaio. Ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: o legislativo na Bahia na segunda república, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992, p. 82-85.

⁹⁸ *Jornal A Tarde*, Salvador, 28.04.1933.

⁹⁹ *Jornal A Tarde*, Salvador, 29.04.1933.

escolheu seus representantes à Constituinte.¹⁰⁰ A Associação dos funcionários públicos que iria lançar o nome de Seabra à Constituinte escolheu o dr. Humberto Vianna. A Candidatura de Edgar Mata indicada por mais de 150 assinaturas era recebida com entusiasmo por municípios como Alagoinhas para onde seguiu em propaganda política.¹⁰¹

O Partido Social Democrático também vivenciou seus momentos de instabilidade naquele último mês de campanha: O Clube 3 de outubro ainda que em unidade de vista com o governo e com Atila do Amaral concorrendo pela chapa oficial declarou a imprensa que não se confundia com PSD, portanto, não havia coesão.¹⁰² Elementos de prestígio da zona de S. Francisco estavam descontentes com a exclusão do nome de Raul Alves da chapa oficial do PSD e ameaçavam lançar a sua candidatura avulsa. Nas mesmas condições estava Augusto Viana, apoiado pela família Medrado. Raphael Sincurá, advogado de Itaberaba foi o nome cotado para substituir Archibaldo Baleeiro, que declinou da indicação a candidato pela chapa oficial.¹⁰³ Até o final de abril não se sabia se João Marques dos Reis e Prisco de Souza Paraíso estariam elegíveis, tendo em vista o decreto do governo federal que afastava das eleições quem havia assumido cargo público durante a República deposta. Assim, a consolidação da chapa do PSD, ainda que divulgada desde meados de abril, somente a 29 daquele mês é que foi consolidada, ou seja, no limite da validação do registro pelo TRE, a quatro dias da eleição.¹⁰⁴

Como se vê, muitas agitações em torno do pleito eleitoral. E se as indefinições em relação aos candidatos deixavam o eleitor confuso, as diferentes interpretações acerca do ato de votar, em si, bem como do processo de apuração dos votos agravava ainda mais este estado de coisas. Uma experiência nova, temida e confusa para o parco eleitorado baiano que resistiu às investidas da oposição e sufragou o PSD garantindo a vitória do governo revolucionário na Bahia.

¹⁰⁰ Henobarbo Café, pelos estivadores; João Borges, pelos carpinteiros e pedreiros, Isidoro Bispo dos Santos, pelos operários da E.F.N e Argemiro A. Fonseca, pelos marítimos. Falou ainda o Sr. Carlos Soledade que pediu o apoio da Associação Social e Política proletária- ASPP para os nomes de Edgar Malta, Durval Dyonisio da Silva e Agripino Nazareth. *Jornal A Tarde*, Salvador, 22.04.1933.

¹⁰¹ *Jornal A Tarde*, Salvador, 15.04.1933.

¹⁰² *Diário de Notícias*, Salvador/BA, 11.04.1933.

¹⁰³ *Jornal A Tarde*, Salvador, 18.04.1933. Archibaldo Baleeiro declinou da indicação a chapa do PSD. Voltou à disputa os nomes de Raul Alves, Augusto Viana, Raphael Sincurá e Silvino Kruchewsky que foram preteridos pela comissão.

¹⁰⁴ João Marques dos Reis e Prisco de Souza Paraíso foram juízes substitutos do Tribunal Regional da Bahia, mas, conforme ficou constatado, não chegaram a assumir o cargo.

4.3 As eleições de maio de 1933 na Bahia

Conforme afirmamos, os revolucionários de 1930 punham no vício eleitoral da Primeira República grande parte do fracasso do regime representativo no Brasil. Sanear o processo eleitoral era então uma agenda posta pelos revolucionários que dividia a opinião do país. Seja pela discussão em torno do voto direto ou indireto, em torno de quem deveria ou não votar ou ainda, em torno da própria realização de uma eleição quando o governo provisório demonstrava não ter encontrado meios de impor o seu programa a toda nação, o quesito votar tornou-se um imperativo para a nova República.

Conforme afirmou Cristina Buarque de Holanda, após a Revolução de 1930, “[...] em larga medida, a possibilidade de superação dos erros do passado baseava-se na expectativa de que uma nova forma eleitoral pudesse habilitar um novo modo de existência política”.¹⁰⁵ Era preciso superar os vícios que levaram às instituições democráticas à falência e isso se daria a partir da elaboração de uma nova lei, vista por determinados grupos da época como o verdadeiro significado sociológico da Revolução de 1930.¹⁰⁶

Assim como ocorreu durante a Primeira República, no pós-1930 o voto feminino, o voto secreto, a proporcionalidade do voto, a representação das minorias, a justiça eleitoral e a organização partidária eram temas que motivavam calorosos e intermináveis debates. Na Bahia, discussões a esse respeito já ocupavam as páginas dos jornais desde 1931 quando políticos como Moniz Sodré e J.J. Seabra afastaram-se do governo provisório. No ano de 1932 a discussão foi conduzida pelos acadêmicos, a partir da criação da Liga de Ação Política, que abraçou a causa da reconstitucionalização do país.¹⁰⁷

A ala jovem do PRB baiano e os estudantes e acadêmicos do Ginásio da Bahia e das Faculdades de Medicina e de Direito que apoiaram o movimento armado de São Paulo agitaram a capital e o interior do estado através da confecção de boletins que eram espalhados sistematicamente. Em 1933, por sua vez, essa discussão estava posta a todos os eleitores, partidos políticos e candidatos. Não era mais possível fugir ao debate mesmo que fosse forte a descrença em torno da realização das eleições naquele semestre.

O processo de alistamento ocorreu na Bahia de forma lenta, confusa e controversa. No final de 1932 apenas dez sessões haviam recebido material para alistar e em grande parte do

¹⁰⁵ HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de representação política: o experimento da primeira República Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009, p. 240.

¹⁰⁶ Idem, p. 241

¹⁰⁷ Não confundir com a Liga de Ação Social e Política, que seria um desdobramento dessas junções no decorrer de 1932. A Liga de Ação Política era composta pela ala jovem do PRB.

interior do estado, aonde este material chegou com atraso considerável, o alistamento e emissão de títulos eleitorais dependiam ainda do trabalho e esforço pessoal de muitas lideranças locais, visto que o Estado impunha a exigência do alistamento e da obtenção de títulos aos maiores de 21 anos que cumprissem os requisitos definidos no Código Eleitoral, mas não dava condições para que esse processo se realizasse de forma simples, barata e célere.

Nesse conjunto de novidades, a imprensa constituiu-se em grande aliada. Seja por parte do governo que aproveitava o momento para atacar o regime deposto ou dos opositores que colocavam a reconstitucionalização do país como correção de uma “revolução fracassada”, os editoriais dos jornais tanto da capital quanto dos municípios debateram o tema exaustivamente.

A primeira dúvida colocada pelos eleitores e candidatos era quanto a própria realização das eleições a 3 de maio. Posto em prática, o código eleitoral exigiu correções imediatas e não se sabia ao certo se o número de alistados seria suficiente para dar continuidade ao pleito. A campanha pelo alistamento era constante nos jornais e a falta de interesse ou dificuldade de entendimento e deslocamento por parte do eleitor analisada conforme a orientação política que o jornal representava.

Por diversas vezes foi publicada a notícia de que as eleições seriam adiadas para julho de 1933. Quando o alistamento foi encerrado, a 45 dias da realização do pleito eleitoral, não se sabia ainda quem eram os candidatos que de fato concorreriam a deputado constituinte, salvo um ou outro avulso, não se tinha pleno esclarecimento acerca do voto secreto e não se sabia como proceder para a votação de candidatos em primeiro e segundo turno.

O jornal *A Ordem*, de Cachoeira, por exemplo, deu lugar às matérias sobre o alistamento desde que ele foi autorizado. A partir de janeiro de 1933 passou a enfatizar que sem o cumprimento das obrigações eleitorais era impossível concorrer a cargos públicos. Enxergava o voto secreto, principalmente o feminino, como uma das maiores conquistas liberais, mas fez duras críticas em relação à forma como seria processado. Esse jornal, a partir de março de 1933, estava em franca campanha em favor da oposição e as matérias sobre a LASP ocuparam as suas páginas por mais de uma vez. Em março, o articulista do *A Ordem* dividia com os leitores uma preocupação acerca do voto secreto. Tratava-se dos envelopes ou sobrecartas que cada eleitor receberia para colocar a sua chapa na cabine eleitoral. O fato de esses envelopes serem nomeados de 1 a 9 geravam dúvida quanto à identificação do eleitor e os opositoristas temiam que o PSD fosse beneficiado com isso.

Na matéria “Duas válvulas perigosas”, publicada a 22 de abril de 1933 é possível perceber como a questão foi tratada. Assinada por Robes Pierre, a matéria argumentava que a lei eleitoral era um documento do qual pouco se havia compreendido no Brasil, pois embora determinasse que o voto fosse secreto permitia “a chefotes e chefetes da política conduzir às urnas eleitores sem consciência do que iam fazer”, pois se estes teriam que levar nos bolsos as chapas datilografadas com os respectivos candidatos somente para colocá-las na sobrecarta enumerada que receberiam nas seções eleitorais tanto era possível que levasse o que a liderança política lhe obrigasse quanto poderia temer a uma identificação se votasse diferente.¹⁰⁸

Nem todos os eleitores dispunham de máquina de datilografia para elaborar as suas chapas em sigilo, logo, ao buscarem nos diretórios de partidos a chapa de seu interesse, automaticamente estariam revelando a sua preferência partidária, o que para a maioria do eleitorado do interior significava transferências de repartições, demissões, perseguições etc. Portanto, na opinião do articulista, o código falhava na proteção do eleitor. Apesar disso, reconhecia que era significativo o alistamento na região, inclusive para o “sexo frágil” que tanto em Cachoeira quanto em Santo Estevão se movimentava não apenas no suporte ao alistamento, como também para se pronunciar pelas urnas na escolha dos dirigentes.¹⁰⁹

A exigência de fotografia no novo título também era um grande empecilho aos eleitores com renda reduzida e gerava compromisso eleitoral com aqueles que auxiliavam na sua aquisição. Muitas das vezes, foi o próprio poder público quem custeou essa despesa, a exemplo do que ocorreu em Alagoinhas, conforme nota publicada no jornal *Correio de Távora*.¹¹⁰ Também nesta cidade, o jornal *O Popular*, que apoiava o governo constituído informava que em todo o estado esperava-se que o serviço de alistamento fosse adiado, pois em muitos municípios da Bahia quase não se tinha feito nada. Em boa parte das zonas eleitorais esperava-se ainda o fotógrafo, isso no início de março daquele ano, sendo que a 22 estava marcada a data para o término da qualificação. Alagoinhas comportava, até a data da matéria, 2.500 pessoas qualificadas, deste total apenas 1.700 com títulos, em função da demora do processo e por falta de fotografia.¹¹¹

¹⁰⁸ BPEB. PIERRE. Robes. DUAS VÁLVULAS. Jornal *A Ordem*, Cachoeira, BA, 22.04.1933. Não obtivemos a informação se Robes Pierre tratava-se de um pseudônimo ou se era o nome do jornalista.

¹⁰⁹ BPEB. MOBILIZAÇÃO ELEITORAL. Jornal *A Ordem*, Cachoeira/BA, 11.02.1933.

¹¹⁰ Na edição de 11 de fevereiro de 1933 o *Correio de Távora*, da cidade de Alagoinhas publicou a seguinte nota: “Prefeitura de Alagoinhas convoca eleitores que queiram adquirir a fotografia para alistamento sem custos, a se dirigirem a Prefeitura para pegar a senha que daria acesso a foto no ateliê indicado”. BPEB. *Correio de Távora*, Alagoinhas/BA, 11.02.1933.

¹¹¹ *O Popular*, Alagoinhas/BA, 04.03.1933.

Em Canavieiras, o alistamento ocorreu de semelhante maneira. Naquele município a prefeitura precisou abrir crédito especial de 5:000\$000 (cinco contos de reis) para custear as despesas de alistamento e emissão de títulos eleitorais.¹¹² Trabalhou também no sentido de explicar o caráter secreto do voto, sanando dúvidas acerca da confecção das cédulas eleitorais e explicando que, de acordo com decreto do governo federal elas poderiam ser mimeografadas. A novidade foi bem-vinda em outros locais, conforme pudemos constatar pelo material pesquisado.

Em Itabuna também havia por parte da imprensa oficial um interesse em dirimir as dúvidas em torno das eleições. Além da imprensa, os partidos recorreram às diferentes formas de propaganda para esclarecer os eleitores. Segundo o *Jornal Oficial* do município:

operou-se, mercê da propaganda desenvolvida, sobretudo pelos próceres do PSD, em numerosos cartazes, boletins e pessoalmente, por comissões prestigiosas dos mais fortes elementos locais, uma verdadeira reação cívica”, que levou às urnas mais de 80% do eleitorado qualificado.¹¹³

Ainda assim, depreende-se que as dificuldades não foram poucas, pois a 5ª seção eleitoral da cidade não se reuniu a 3 de maio por falta de material, tendo, para isso, que se deslocar para votar na sede.

Parte desses jornais oficiais atribuía a lentidão do alistamento não à falta de material ou medo do povo, mas ao fato de este encontrar-se satisfeito com o governo vigente. Em Santo Amaro, as lideranças governistas locais argumentavam que Getúlio Vargas havia se precipitado ao criar tribunais eleitorais para dar andamento às eleições, pois eleições “não se faz [ia] sem eleitores”. Para os situacionistas, a proximidade do pleito e o número reduzido de eleitores só levariam a dois destinos, ou a suspensão das eleições ou a um Golpe de Estado prorrogando a ditadura, que era como eles caracterizavam o regime surgido em 1930. Mas, para o jornal, isso não seria culpa do governo que demandou todos os esforços para cumprir os prazos prometidos. A observação do cenário político, afirmavam, levava a conclusão de que:

O povo, a falta de instrução que ainda não possui tem o que se chama: “o seu grosso bom senso” para norteá-lo; e, enquanto meia dúzia de políticos letrados num baralhamento de ideias que faz lembrar a legendária babel, discute a melhor forma de governá-lo, estudando todos os sistemas de

¹¹² Ato de nº 106, de 14 de abril de 1933; SERVIÇO PARA ALISTAMENTO ELEITORAL. *Jornal Oficial*, Canavieiras/BA, 29.04.1933.

¹¹³ *Jornal Oficial*, Itabuna/BA, 6.05.1933.

governo já experimentados por outros povos, o povo, dizemos, vai se retraindo a indicar claramente que está bem como está e não quer sair daí. Não o quer correr novas aventuras, ensaiando sistemas já falidos ou incompatíveis com as suas tendências.

Pela circunstância mesma de sua falta de instrução, o povo brasileiro compreende que necessita de tutela e quando encontra um mentor benévolo e camarada cai-lhe nos braços e não quer sair deles.¹¹⁴

Ao comparar o período vigente à monarquia e aos primeiros anos da República nos quais, segundo o jornal, os governos eram tutelares, os articulistas de *O Município* classificam o governo provisório de Getúlio Vargas como uma “ditadura branca”, razão pela qual o povo queria a sua permanência. Reconhece, porém, que

A verdade é que os últimos acontecimentos que deram em resultado a revolta paulista alteraram profundamente a opinião pública nacional. Se a constituinte houvesse sido convocada dois ou três meses após a revolução, o governo teria feito eleger, sem compressão, 95% talvez dos deputados que a formassem e com esta esmagadora maioria faria votar a Constituição as novas reformas que tivesse em mente. Não o fez, pensamos nós por um falso sentimento de lealdade. Quis consultar os que a cercaram e defenderam, esquecidos de que só os partidos arregimentados em ideias homogêneas e a protelação decorrente desta falta de acordo, trouxe, como era fatal, os dissídios com o Rio Grande, com as frentes únicas e afinal a guerra dos 90 dias!...

Enxerga, assim, a força do movimento constitucionalista e o quanto o governo provisório perdeu em estabilidade depois dele, destacando, inclusive, o impacto da propaganda exercida pelo movimento e seus desdobramentos no interior do estado da Bahia.¹¹⁵

Além do alistamento e do voto secreto, a admissão do voto feminino pela legislação eleitoral constituiu-se em pauta recorrente nos jornais. E o tema encontrou diferentes questionamentos tanto da parte do governo quanto da oposição. Desde o início da República se discutia no Brasil se “o belo sexo” era dotado de autonomia necessária exigida a um corpo eleitoral. Quando da elaboração do anteprojeto optou-se por facultar o voto apenas às mulheres emancipadas economicamente. No percurso dos debates essa ideia foi perdendo

¹¹⁴ BPEB. PELA FORÇA DAS CIRCUNSTÂNCIAS. Jornal *O Município*. Santo Amaro/BA. 2.02.1933.

¹¹⁵ Segundo Martinho Guedes dos Santos Neto, a vitória de Vargas sobre São Paulo teve um papel determinante a favor do seu governo, pois deixou São Paulo isolado e sem força política saindo o seu projeto nacionalista vencedor da guerra e do discurso. SANTOS NETO. A desterritorialidade do poder simbólico e a construção do discurso factual de poder de Getúlio Vargas pós-1930. In: *História Política: interfaces e diálogos*. Altamar da Costa Muniz; Luis Carlos dos Passos Martins (orgs.). Porto Alegre: EDIPUCRS; Ceará: EDUECE 2016. p. 289.

força e a redação final do projeto definia como eleitor todo e qualquer “cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma desse Código”.¹¹⁶

Mas as determinações do código encontravam resistência na população e ainda que na capital da Bahia mulheres como Edith Gama e Abreu ou Lili Tosta pudessem contar com espaço na imprensa para defender os direitos femininos, no interior, raro era a matéria assinada por mulher que não fosse referente à poesia, curso de corte e costura ou outro assunto correlato. Em sua maioria, eram os homens quem expunham as suas opiniões acerca do assunto.

No jornal *A Ordem*, de Cachoeira, mesmo depois da publicação de algumas matérias elogiando o movimento feminino em prol das eleições e da divulgação de uma nota da Liga Eleitoral Católica falando especialmente às mulheres, orientando-as a não deixarem de votar, pois de seus novos deveres dependiam também a manutenção de determinadas práticas cristãs, Robes Pierre, o mesmo que criticou o código eleitoral em relação ao voto secreto, expôs as suas concepções acerca do voto feminino e do divórcio.¹¹⁷

Ao tratar da discussão pela comissão da Constituinte acerca do divórcio e da mulher na política o articulista revela diferentes posicionamentos. Em relação ao divórcio mostra-se favorável e critica, inclusive, a postura da igreja “em querer meter-se com assunto que não lhe é competente: o casamento civil”. Quando a questão é o voto feminino ele sentenciou:

quanto ao segundo assunto, a que acima nos referimos, a mulher no gozo pleno de todos os direitos políticos conferidos ao homem julgamo-lo um desastre para a família. É o pomo da discórdia lançado nos lares, onde explodirá como um petrado, lançando pelas janelas a paz e a concórdia antes existentes.

Suponhamos uma profunda divergência política entre os membros de um casal que vivia em plena paz. Cada qual querará fazer valer sua opinião. Surgirão necessariamente as discussões cujo grau poderá atingir a escala de efervescência. Então adeus paz adeus tranquilidade. Os laços de afeição recíproca de logo se afrouxarão e o desaguizado começará a imperar desassombrado. Entre as partes litigantes surgirá o fantasma da desunião e do desamor.

¹¹⁶ A obrigatoriedade indistinta desse momento foi modificada pela Constituição de 1934 “que arbitrou-se o voto facultativo às mulheres que não exercessem função pública remunerada”. HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de representação política: o experimento da primeira República Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009, p. 243; MUNOZ, Pedro Soares. Código eleitoral e justiça eleitoral. *Revista Dir. Adm.* Rio de Janeiro out./dez. 1983; SILVA, Thiago; SILVA, Estevão. Eleições no Brasil antes da Democracia: o código eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Rev. Soc. E Política*, v. 23. N. 56. p. 75-106. Dez. 2015; BAHIA. *Tribunal Regional Eleitoral: 80 anos*. Tribunal Regional Eleitoral, 2012.

¹¹⁷ OS NOVOS DEVERES ELEITORAIS CATÓLICOS. Nota da Igreja católica aos eleitores. *A Ordem*, Cachoeira/BA, 21.01.1933.

Igualdade de direitos implicará o direito de cada qual usar dos meios que lhe parecem mais promissores da vitória. Será um nunca mais acabar de dissensões e controvérsias.

O quanto dissemos e pensamos não é uma objugatória à mulher brasileira. É antes, sua defesa, porque, se a política lhe produz a fascinação, após esta, lhe virão os desgostos e as ilusões, pois que entre nós, se diz com muita verdade que ela não tem entranhas.

Desejamos vê-la não somente como uma mãe de família ou como preceptora; mas no exercício de cargos públicos mesmo elevados, em que seu zelo, suas aptidões, seus esforços e sua inteligência superarão serviços semelhantes ou idênticos desempenhados pelo sexo oposto. Os exemplos por aí já pululam a nos darem razão ao nosso pensamento. Fuja o sexo oposto desta megera, que se chama política, que, aliás, é uma beleza, quando é a demonstração da verdadeira forma, porque é definida. A negação do divórcio e a política feminina são dois desastres para a família brasileira.¹¹⁸

Os protestos contra a inserção da mulher na política partidária repetiam-se por outros municípios, mas não impediram que a mulher viesse a se tornar um “importante elemento” de todo o processo de organização de partidos e arregimentação de eleitores. Cláudia Andrade Vieira, em análise do movimento feminista fundado na Bahia na década de 1930 afirma que ele surgiu em meio à acirrada disputa entre interventores e oposição.

No ano de 1931, quando o Código eleitoral estava em fase de elaboração, elas já se projetavam como um importante apoio político que não poderia ser dispensado por nenhuma das partes em litígio na política do estado. Pela capacidade de articulação e empreendimento que elas demonstraram em 1933, o apoio político da Federação Baiana Pelo Progresso Feminino se mostrava crucial para o enfrentamento eleitoral. Ainda que algumas mulheres do interior não fossem filiadas à causa ou até mesmo discordassem delas, é possível pensar que esse ajuntamento de mulheres impactou de imediato na conduta feminina da época.¹¹⁹ O feminismo foi assunto de todos os jornais que circularam no interior à época.

Desse modo, a participação da mulher no alistamento ocorreu desde janeiro de 1933, e antes disso, nos lugares onde o material já havia chegado. Em cidades como Alagoinhas, na qual o próprio prefeito entregou o cargo em reconhecimento da incapacidade política de vencer a oposição, a participação de Áurea Cravo, mãe do prefeito Mário Cravo, tornou-se lendária, passando a figurar nos livros de memória local tamanho o esforço demandado pela matriarca para garantir a vitória do PSD no pleito eleitoral de 1933.

¹¹⁸ BPEB. PIERRE. Robes. QUESTÃO PALPITANTE. *A Ordem*, Cachoeira/BA, 18.02.1933.

¹¹⁹ VIEIRA, Cláudia Andrade. *História das mulheres, feminismo e política na Bahia*. Simões Filho. Editora Kalango, 2015, p. 80-81.

Nas crônicas *Alecrim do tabuleiro*, a escritora alagoinhense Maria Feijó lembra o envolvimento de Áurea Cravo no processo eleitoral da época da seguinte maneira:

Mais tarde, já à mulher lhe era facultado o direito do “privilégio masculino”: votar. E minha mãe tornara-se uma fervorosa opositorista, acompanhando papai que, por sua vez, seguia, à risca, a linha política do Dr. Bião, Santinho do Riacho da Guia, etc. Bem, assim, D. Áurea Cravo, senhora de alta projeção e grande biografia nessa terra, principalmente no tocante à Assistência Social VOLUNTÁRIA. Era a maior colaboradora do seu filho, Mário Cravo, forte concorrente às eleições para prefeito no ano em que mamãe “entrou na política”. Amiga íntima de minha mãe, parece-me que até comadres “de cortesia”, embora de partidos diferentes. Seguidas por D. Senhora Camargo, esposa do prof. Camargo, formavam o trio político feminino mais importante da cidade.

O eleitor já se achava um pouco menos inibido e cabreiro; mais educado, e o direito do voto, também evoluído, especialmente no setor feminino, porém ainda causavam espécie, as rugas entre oposição e situação.¹²⁰

Se o PSD da capital não abrigou representação feminina e por conta disso perdeu o apoio da Federação Feminina, antes dividido com a LASP, os diretórios locais cuidaram de buscar essa representação. Em Canavieiras, por exemplo, o PSD local “manteve no diretório uma representante do sexo feminino, Maria Nina Galvão de Pinho”.¹²¹

Sabe-se que a maior parte dessas mulheres pertencia às mesmas famílias que dominavam a situação política e econômica desses municípios, muitas das quais atuavam no serviço social e de amparo aos pobres, como as professoras e normalistas ou exerciam cargos públicos como datilógrafas e secretárias. Portanto, eram mulheres que ocupavam espaços onde podiam construir significativas redes de sociabilidade e influência.¹²²

¹²⁰ SOUZA, Maria Feijó de. “Recordando eleições passadas”. *Alecrim do tabuleiro*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1972. Sobre a atuação das mulheres de Alagoinhas na política do período ver: BATISTA, Eliana Evangelista. *A normalista como interseção: escola, literatura, imprensa e estratégias políticas no Estado Novo (Alagoinhas, 1937/1945)*. Dissertação de Mestrado. PPGHIS-UNEB- Campus V. 2012; BATISTA, Eliana Evangelista. Atuação feminina na UDN e a oposição ao governo Vargas em Alagoinhas, Bahia. In: _____. *Alagoinhas: histórias e historiografia* / Eliana Evangelista Batista. (Org.) – Alagoinhas (BA): Quarteto / FIGAM, 2015.

¹²¹ Jornal Oficial, Canavieiras, BA, 21.01. 1933. A primeira mulher a ser indicada para candidata um partido no estado da Bahia foi Bertha Luz que constou na lista de candidatos divulgada pela LASP em Ela declinou da indicação. No interior da FBPPF, Lili Tosta propôs, segundo Claudia Andrade, o nome de Maria Luiza Bittencourt, mas a sua candidatura não chegou a ser efetivada. Tendo em vista a indicação do nome de Edith Gama e Abreu, presidente da Federação Baiana Pelo Progresso Feminino, para concorrer a uma vaga na Assembleia Constituinte pela LASP, os membros da referida Associação optaram pelo apoio à Chapa A Bahia ainda é a Bahia em reunião realizada em 26 de abril de 1933.

¹²² BATISTA, Eliana Evangelista. *A normalista como interseção: escola, literatura, imprensa e estratégias políticas no Estado Novo (Alagoinhas, 1937/1945)*. Dissertação de Mestrado. PPGHIS-UNEB- Campus V. 2012.

Apesar disso, tiveram de enfrentar as opiniões contrárias e o exercício do primeiro voto feminino mereceu o registro de toda a imprensa baiana. Em Feira de Santana ele foi assim descrito:

A primeira eleitora que exerceu o direito de sufragar representantes da Bahia à Assembleia Constituinte, na 1ª seção, foi a senhorinha Patrícia Gerolina Falcão. Em a 2ª seção, ao chegar a vez de votar a senhorinha professora Úrsula Martins, regente da cadeira de matemática da Escola Normal desta cidade, que foi a primeira eleitora chamada, o Sr. dr. Eduardo Froes da Mota, presidente da respectiva Mesa receptora, proferiu expressivo discurso congratulando-se com a Mulher Brasileira, representada na distinta sufragista pela conquista do inestimável direito de intervir diretamente na vida política do país, respondendo a senhorinha votante em feliz e bela alocução. A assistência aplaudiu com entusiasmo o inesperado sucesso, revelador de civismo veraz.¹²³

O Jornal *Diário de Notícias* assim resumiu a participação da mulher nas eleições:

Esteve ativo o feminismo. Estreou bem, dando um aspecto menos fastidioso às seções o nosso incipiente feminismo. D. Edith da Gama Abreu, por exemplo, candidata única das eleitoras baianas, esteve sempre cercada, ontem, onde quer que aparecesse, como candidata fiscalizante de seus votos, por senhoras e senhorinhas. Em Brotas, vimos muitas mocinhas cabalando, aliás, para a chapa do Partido Social Democrata. E conseguiram o voto de muito barbado que ainda estava indeciso....”¹²⁴

No geral, a expectativa era de que a entrada da mulher na política partidária, ainda que não agradasse a maioria dos homens, pudesse favorecer e melhorar algumas práticas, a exemplo da corrupção.¹²⁵ Porém, elas não atuaram de forma isolada e como parte de uma elite que queria, por um lado, a permanência no poder e, por outro a retomada dele, elas passaram a fazer parte de um jogo político que atestaria ou não a força do governo provisório e da oposição a esse governo na Bahia.

Mesmo diante desse quadro de participação feminina nas eleições de 1933 e 1934, não é possível afirmar que o número de mulheres cresceu em relação aos quadros eletivos na Bahia. Até os dias recentes, conforme observou Ana Alice Alcântara Costa, há uma aparente

¹²³ Jornal *Folha do Norte*, Feira de Santana/BA, 6.05.1933.

¹²⁴ *Diário de Notícias*, Salvador/BA, 4.05.1933.

¹²⁵ AS MULHERES E A POLÍTICA. A Tarde, 22.04.1933.

disparidade entre o número de mulheres eleitoras e postulantes a cargos eletivos no legislativo e no executivo.¹²⁶

Segundo a autora, essa disparidade acontece porque a mudança de leis não é suficiente para promover uma mudança nos comportamentos e na estrutura social. Para Ana Alice Costa, “mesmo após o sufrágio universal as mulheres permaneceram submetidas à estrutura patriarcal da sociedade”. A cidadania conquistada por elas estava subordinada a uma imagem masculina e para adaptar-se às novidades eram necessárias “mudanças mais profundas na realidade cotidiana”.¹²⁷

Sob esta ótica, é possível pensar que a atuação dessas primeiras mulheres na política partidária obedecia à estrutura dominante do aparelho de Estado e os “condicionamentos ideológicos patriarcais ainda existentes” na sociedade da época.¹²⁸ Assim, são os municípios os primeiros espaços nos quais as mulheres se destacaram na luta política, tendo em vista que são esses locais onde

A mulher encontra (facilidades) para conciliar sua atividade política com as responsabilidades e afazeres domésticos, já que as mulheres ao atuarem na esfera pública (seja na produção social ou na política formal e/ou informal), não conseguem livrar-se de seus labores domésticos. Para elas, muitas vezes, a atividade política vem a constituir-se em uma jornada a mais de trabalho além das duas que já têm.

Para Ana Alice Costa, assumir um cargo eletivo na esfera estadual ou federal, que exigia deslocamentos constantes, ainda não estava no horizonte político dessas mulheres. Segundo destacou, a atividade política no município fundamentava-se nas suas realidades sociais mais imediatas e concretas, pois ficava circunscrita a um nível menor de poder onde os interesses partidários, muitas vezes, são diluídos pelas relações familiares, de compadrio e de dominação patriarcal.¹²⁹

Na Bahia, isso seria verificado no ano de 1935, quando algumas mulheres se lançariam candidatas a vereadoras tanto pelo PSD quanto pela Concentração Autonomista, o que demonstra que o município, como célula de uma estrutura político administrativa maior tem, “para as mulheres, o mesmo sentido que o bairro, isto é, uma espécie de prolongamento

¹²⁶ COSTA Ana Alice Alcântara. *As donas do poder*. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBa – Assembleia Legislativa da Bahia. 1998.

¹²⁷ Idem. p. 82-83.

¹²⁸ Idem. Ibidem.

¹²⁹ Idem, p. 88.

do lar, onde as atividades ali realizadas e as lutas travadas se refletem nas condições de funcionamento do seu lar e no bem-estar de sua família.¹³⁰

Apesar disso, não se pode perder de vista o peso que teve a participação dessas mulheres naquele momento de organização eleitoral, principalmente aquelas que atuavam nos municípios, em função da importância que este assumiu na nova organização partidária da Bahia, especialmente o PSD, que foi organizado primeiro como células municipais e regionais.

O quadro das eleições de maio de 1933 estava emoldurado por estas novidades. Se as cartas que Juraci Magalhães endereçou a Getúlio Vargas garantiam a vitória governista no estado, a imprensa, mesmo aquela que apoiava o interventor não compartilhava dessa certeza. Na véspera das eleições, o *Diário de Notícias* publicou uma matéria assinada por Altamirano Requião que diz muito dessa incerteza.

Para ele, o resultado das eleições na Bahia era uma incógnita já que o voto secreto não podia assegurar esta ou aquela vitória. Embora a cifra de votantes fosse aquém do número que a Bahia podia dar, a campanha estava sendo bem concorrida e os candidatos estavam naqueles dias “acima e abaixo, pelos quatro redutos eleitorais da nossa ‘urbs’ e em rápidas excursões pelos principais núcleos de população do recôncavo, desenvolvendo a cabala inteligente que melhor ensejo oferece o voto secreto”.¹³¹ Embora os oposicionistas tivessem entrado tarde na disputa eleitoral era difícil precisar o resultado. A ausência de chefes políticos conhecidos agravava a situação, pois era difícil dizer de véspera qual o candidato mais votado nesse ou naquele município.¹³²

A campanha foi concorrida principalmente no final do mês de abril de 1933, quando candidatos e partidos corriam para os últimos contatos com eleitores e ajustes partidários com correligionários. A 10 de abril já se sabia o número de deputados que a Bahia teria. Para as legendas que não recomendaram voto fechado, como o PSD, e para os candidatos avulsos, já era possível fazer uma estimativa de quantos votos deveriam obter para se eleger em primeiro turno, considerando o número de eleitores inscritos e o número de vagas existentes que eram vinte e duas.

A oposição estava ciente das dificuldades que encontraria, mas agia mesmo sob censura à imprensa e aos comícios eleitorais. No editorial do dia 30 de Abril de 1933, o jornal

¹³⁰ Idem. Ibidem.

¹³¹ REQUIÃO. Altamirano. O GRANDE PLEITO. *Diário de Notícias*, Salvador/BA. 2.5.1933.

¹³² Idem.

Correio de Alagoinhas publicou uma matéria que assinalava a influência da oposição local ao governo vigente:

Aproxima-se vertiginosamente, a hora das eleições. Depois dos grandes traumatismos sociais que tem sacudido a Segunda República, nenhum momento será mais decisivo para os destinos do Brasil do que o próximo 3 de Maio. (...) *A Revolução não conseguiu, apesar do seu termo-cautério liberal, cicatrizar as úlceras abertas nos organismos da Velha República.* O povo brasileiro (...) tem no dia 3 de maio, a sua grande oportunidade cívica. (...) Os candidatos aí estão. É preciso escolhê-lo, conscientemente, porque destes nossos representantes depende o futuro da Bahia.¹³³

O editorial destaca o insucesso da Revolução, e por isso convoca os alagoinhenses a analisarem os candidatos com cautela. A primeira página dessa edição comporta ainda mais duas matérias que favoreciam a oposição. Uma dando conhecimento da morte de Vital Soares e de suas realizações quando governador do estado; a outra noticiando a visita que Alagoinhas iria receber de J. J. Seabra, o “velho político baiano, cuja vida foi absolutamente devotada em benefício de sua terra” o que lhe emprestava “todos os credenciais para representá-la”.¹³⁴

As eleições que foram realizadas naquele ano receberam atenção especial pelos dirigentes do jornal. Em longo texto sobre o pleito, eles assinalaram: “rejubilados, acentuamos este fato, ao tempo em que nos sentimos satisfeitos em ver que o Brasil marcha para o regime legal”.¹³⁵ E na mesma edição, criticaram mais vez o regime político vigente no país, em matéria intitulada “Aurora da Manhã”:

Dias de alegre esperança vivemos a esperar o cumprimento das promessas da revolução. Os ratos dos cofres da Nação foram obrigados a debandar. E logo no momento a bagaceira que se viu depois da revolução: deporta uns, demite outros, confisca bens daqueles outros... e lá vai remodelação, o que mais foi apregoadado.

O mundo quase vem abaixo, o Brasil ia mesmo nascer outra vez. Dias, meses e... nada [...].¹³⁶

Com o impedimento de realizar comícios em praças públicas, o que foi liberado apenas no dia primeiro de maio, sob condição de comunicação prévia à polícia, restava aos

¹³³ IGHB. *Correio de Alagoinhas*, cidade de Joaquim Távora, 30.04.1933.

¹³⁴ Idem. Juraci Magalhães também faria uma visita a Alagoinhas na mesma data. Esta, porém, não foi noticiada pelo jornal.

¹³⁵ IGHB. *Correio de Alagoinhas*, cidade de Joaquim Távora, 11.05.1933.

¹³⁶ IGHB. *Correio de Alagoinhas*, cidade de Joaquim Távora, 11.05.1933.

candidatos do governo e da oposição a publicação em jornais, o rádio e os contatos pessoais, e, principalmente, o esforço pessoal de antigas lideranças políticas que além do alistamento precisavam garantir transporte, estadia e alimentação aos eleitores.

O arquivo de Juraci Magalhães no CPDOC comporta centenas de cartas que dão conhecimento ao interventor desses esforços empreendidos por coronéis e outras lideranças políticas municipais. Em estudo sobre o protagonismo político de Juraci Magalhães na Bahia, Ana Araujo Pinho analisa algumas dessas cartas. No que se refere ao ano de 1933, a autora transcreve fragmentos de três cartas que explicam esse papel exercido por prefeitos e coronéis do interior.

Na missiva endereçada a Juraci Magalhães pelo prefeito Aprígio Duarte Filho, do município de Juazeiro ele alega que as despesas com o serviço eleitoral já havia ultrapassado a casa dos dez contos de réis, considerando que restava ainda um mês para o término do alistamento, o que dificultava, e muito, o alistamento de um grande número de eleitores, mesmo quando os correligionários abriam cartórios eleitorais.¹³⁷

Clemente Marianni, candidato a constituinte pelo PSD também recebeu numerosas cartas de amigos do interior do estado. O prefeito de Geremoabo além de denunciar a atuação do padre José Magalhães que vinha levantando a população contra o governo e a favor da oposição discorre sobre as dificuldades de se alistar no município. A população sofria de diferentes maneiras, além do legado da seca que muito tinha empobrecido a população, havia a dificuldade de transporte e a falta geral de recurso para atender às exigências eleitorais.¹³⁸

Pela legenda “A Bahia ainda é a Bahia” as despesas eleitorais muito contribuíram para diminuir o número de alistados. Em primeiro de abril de 1933, Dantas Bião já havia gasto mais de dez contos com a campanha e eleitores no município de Alagoinhas. Além da dificuldade financeira, o governo tratava de transferir os funcionários públicos que podiam colaborar com a oposição. Em Alagoinhas, “dois amigos do dr. Bião, maquinistas e necessários a ele ali, foram removidos, um para Bahia-Minas, outro para a Central da Bahia”.¹³⁹

¹³⁷ JM cig Municípios Juazeiro II. Arquivo Juraci Magalhães. CPDOC, FGV ; JM cig Municípios Ilhéus III. Arquivo Juraci Magalhães. CPDOC, FGV; carta de 16 de fevereiro de 1933. *Apud*. PINHO, op. cit. p. 103-104.

¹³⁸ CPDOC-FGV. CMa.def1 c 1933.04.20.

¹³⁹ Carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira. In: *Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934)*. Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v. 2, p. 131.

O funcionalismo público muito colaborou para a atuação da oposição a Juraci Magalhães na Bahia. Isso porque a demissão de funcionários públicos estava na pauta dos revolucionários e no ano de 1931 várias delas foram realizadas na Bahia com vistas a reduzir as despesas para o erário público. Moniz Sodré e J.J. Seabra colocaram-se a favor do funcionalismo o que, em parte, explica o apoio deles no período de eleições. Registre-se também o atraso de salários para juízes e professores do interior do estado, que provavelmente contribuiu para que estes viessem combater o partido oficial.

Juraci Magalhães fez esse registro em carta endereçada a Vargas. No pleito eleitoral de 1933, os juízes eleitorais foram vistos como os grandes protagonistas de reclamações para ambos os lados. Se havia juízes que demonstravam favorecimento ao partido do governo havia também, aqueles que trabalhavam para a oposição. Findada a eleição muitos foram as denúncias de parcialidade no exercício das funções pelos juízes no interior do estado. Assim se expressou um correligionário a Juraci Magalhães:

Teríamos feito muito mais se Cotegipe tivesse juiz eleitoral e se o juiz de Barreiras não fosse partidário tão apaixonado da oposição, como é. (...) No alistamento retardava os alistandos nossos correligionários do interior do município dez até quinze dias obrigando-me a hospedá-los, e muitos nem assim puderam esperar dado o prejuízo nos seus serviços de campo. Passei alguns desconhecidos com facilidade mandando que se dissessem opositoristas, de sorte que o meu juiz teve a impressão de que havia triunfado e me deixou em paz até que tivemos o resultado da apuração; conhecido este voltou a agir com intensidade; (...). A Comarca de Barreiras pode fornecer um corpo eleitoral ao Partido superior a 3.000, para realizá-lo basta que tenhamos juiz imparcial que não retarde os alistamentos. Por outro lado, a retirada deste deixará a oposição local sem orientador e alguns elementos se unirão conosco.¹⁴⁰

O caso de Barreiras foi informado a Clemente Marianni pelo prefeito local. Ao felicitá-lo pela vitória, o prefeito estende a felicitação a si próprio, justificando o comentário pelo esforço demandado por ele nos meses que antecederam a eleição:

Esse meu concurso valeu menos pela maioria obtida que por haver barrado a oposição, que servida por um juiz parcialíssimo triunfaria por certo se não tivesse eu me decidido a arcar com enorme despesa de hospedagem de eleitores até vencer. Agora que meu amigo iniciou sua carreira política

¹⁴⁰ CPDOC. FGV. Abílio Wolney . JM cig Municípios Barreiras III. Arquivo Juraci Magalhães. CPDOC, FGV. *Apud*. PINHO, op. cit. p. 104.

não descuide de facilitar o trabalho aos seus correligionários... promovendo a substituição do juiz apaixonado que nos entrava e que respeitamos pelo dever que temos de respeitar ao poder judiciário; removido esse obstáculo nas próximas eleições o nosso contingente será apreciável. [...] Muitos deixaram de se alistar, pois não tinham “certidão de idade”.¹⁴¹

No total, a Bahia registrou 91.118 eleitores no ano de 1933, um número inexpressivo para um estado que poderia dar mais de 240 mil eleitores, mas visto como uma vitória diante das dificuldades encontradas no processo de alistamento.¹⁴²

Além dos problemas elencados como dificuldade financeira, de transporte, de comunicação, Consuelo Sampaio atribui o baixo índice de alistamento, também, à apatia da população pelo pleito por conta da prisão e banimento de chefes políticos locais somados à grande dificuldade daqueles que foram reabilitados pela política, de fazer cumprir as exigências legais do Código Eleitoral como o recolhimento das impressões digitais, a fotografia, o comparecimento do eleitor à sede municipal etc., o que implicava gastos ao candidato ou seu representante e prejuízos ao homem do campo em face de um processo que “para ele, não tinha sentido maior”.¹⁴³

Assim, se pela legislação o interesse do governo era sanear o processo político e superar as recorrentes fraudes da Primeira República, na prática, no interior do estado, os coronéis continuaram a exercer o protagonismo na arregimentação dos eleitores. Em decorrência dessa correlação de forças, o PSD saiu vitorioso nas urnas, elegendo 20 candidatos contra 2 da oposição. No entanto, essa vitória não seria aceita sem interposição de recursos e longo debate promovido mais uma vez por Seabra e Moniz Sodré, que a exemplo do que fizeram em 1931 e início de 1932, levaram o debate sobre a política baiana para a capital do país.

A despeito da vitória do PSD, se se considerar somente a votação em primeiro turno, que era aquela em que o eleitor indicava o nome do candidato em “cabeça de chapa”, verifica-se que J.J. Seabra foi o candidato mais votado na Bahia e Moniz Sodré deixou de ocupar a terceira vaga da oposição por um voto de diferença da comissão eleitoral. Desse modo, ambos

¹⁴¹ CPDOC-FGV. CMa.def1 c 1933.04.20. Carta do prefeito de Barreiras a Clemente Mariani, 08 de julho de 1933. Consuelo Sampaio analisa o papel dos juízes e dos coletores nos diferentes municípios baiano durante a eleição do período e conclui que em geral, os juízes demonstravam intenção de exercer suas funções com imparcialidade, mas não raro esse desejo colidia com os planos e a maneira de agir de chefes políticos locais. Ver: Consuelo Sampaio. *Poder e Representação...* op. cit. p. 138.

¹⁴² No ano de 1930, a Bahia contava com 4.209.915 habitantes, dos quais 2.077.688 eram do sexo masculino e 2.132.227 eram do sexo feminino. Ver: *Anuário Estatístico do Estado da Bahia*, 1929-1930. Diretoria Geral de Estatística do Estado da Bahia. Imprensa Oficial do Estado, 1933.

¹⁴³ Consuelo Sampaio. *Poder e Representação...* op. cit. p. 135-136.

sentiam-se autorizados a enfrentar Juraci Magalhães. Este, por sua vez, saiu do pleito eleitoral fortalecido junto ao governo federal a ponto de, ainda no final de maio de 1933, antes mesmo que o resultado das urnas fosse conhecido, escrever a Getúlio Vargas reivindicando melhor posição da Bahia. Foi eleita a segunda maior bancada governista em 1933. A vitória garantiu estabilidade e prestígio a Juraci Magalhães, mas serviu também para coordenar as forças oposicionista, insatisfeita e ciosa da retomada do poder.

CAPITULO V

A CONCENTRAÇÃO AUTONOMISTA E A DISPUTA PELO GOVERNO DO ESTADO

O editorial do jornal feirense *Folha do Norte*, cujo fragmento reproduz-se abaixo, mostra como a Revolução de 1930 e as suas medidas de intervenção na sociedade, que de certo modo acompanhavam as mudanças que ocorriam a nível internacional, já contavam com uma expressiva base de apoio dos baianos.¹

Desde que o mundo saiu das trevas da Idade Média e que penetrou na época de liberalismo criada pela Revolução Francesa ficou marcada na história a época de um novo predomínio econômico. Seus primórdios como os de tudo o que é novo foi impulsivo e confuso, a luta de todos contra todos, na concorrência desenfreada condicionada pelo próprio sistema. [...] No momento, porém, em que o terreno da expansão foi se tornando limitado, em que os horizontes se foram estreitando, a confusão econômica originou pequenas catástrofes, e iniciou-se o ciclo fatal das crises. Crises constantes, crises periódicas, crises cada vez maiores, mais vastas, de maior duração, mais abaladoras.

Chegou-se então, a época em que todos haveriam de sentir e sentem a necessidade de substituir a confusão pela organização, a anarquia pela ordem. E aí começaram as intervenções do Estado como mentor da vida econômica. Como todas as grandes revoluções da História, esta também vem se operando por etapas. O primeiro passo foi o monopólio do dinheiro. A faculdade de emissão tornou-se privilégio e passou dos bancos particulares para os bancos do Estado, diretamente. Depois, determinado número de serviços públicos.

Do monopólio das estradas, das pontes e dos rios, o Estado passou a ser o monopólio dos correios, dos telégrafos, da viação urbana, férrea e marítima, como é o caso atualmente em vários e determinados países. Em outros, foi-se além. Estabeleceu-se o regime do monopólio para os artigos de consumo e com franco êxito nos Estados bem organizados. Hoje, há no mundo, monopólios de cigarros, fósforos, bebidas, trigo, fabricação de armas etc. [...] Como se vê, a anarquia atual de que resultou a grande crise que o mundo vem atravessando, está sendo solucionada pela intervenção ordenadora do Estado. E a grande conferência de Economia Mundial, que se projeta em Londres, não tem outro fim do que dar organização à economia do globo, de sorte a fazer com que desapareça a anarquia do passado, causada pelo liberalismo desregrado. E com ele as causas de distúrbios.

A intervenção do Estado como orientador de economia particular não é escândalo algum como se tem querido fazer crer. É uma consequência da marcha natural dos acontecimentos, que paulatinamente vai tomando feição de coisa incoercível. Daí a tendência dos Estados Modernos de incentivar as organizações de caráter coletivo fomentando o cooperativismo e

¹ Textos semelhantes a este podem ser verificados em outros jornais do interior como Santo Amaro, Ilhéus e Canavieiras e em jornais da capital favoráveis ao governo provisório.

promovendo a sindicalização das classes produtoras. É esta a maneira mais sábia de andar por etapas. Atinge-se o fim que se tem em vista, sem grandes abalos. E no dia que as uniões de classes (lavradores, produtores, intelectuais etc) tiverem no Estado um papel preponderante, no dia em que o parlamento de classe valer tanto quanto o parlamento saído do sufrágio universal ter-se-á, talvez, chegado a unidade de orientação e ao planejamento do trabalho. Estará, então, terminada no mundo econômico, a marcha natural a todas as coisas, da confusão para a ordem, da concorrência anárquica para a produção organizada.²

Mesmo antes de 1930 já havia presença importante do Estado como gestor da economia no Brasil. Segundo informações do IBGE, principalmente em empresas como ferrovias e companhias de navegação.³ Mas somente a partir daquele ano o Estado viria a substituir, quase que completamente, o capital estrangeiro na provisão de serviços públicos, a exemplo da eletricidade e telefones e, como aponta o jornal *Folha do Norte*, em outras matérias em que era preciso substituir a anarquia causada pela crise de 1929 – liberalismo desregrado – “pela intervenção ordenadora do Estado”.

Essas mudanças já eram sensíveis na Bahia. Com rendas limitadas, muitos municípios já dependiam de recursos do Estado para investir em construção de escolas, pontes e outros bens coletivos.⁴ Entretanto, a recessão econômica e a inflação desenfreada que tiveram lugar após a crise de 1929, somadas às inquietações sociais da Revolução de 1930, atingiram duramente o Estado no comércio de exportação e importação, culminando numa crise aguda de arrecadação no ano de 1933. Com isso, os cofres públicos estaduais dependiam da União para realizar algumas obras públicas e para aumentar a arrecadação, o governo de Juraci Magalhães não se furtou a criar, cobrar e conceder descontos em impostos e taxas, muitas vezes de forma indiscriminada.⁵

Com um sistema tributário antiquado e anacrônico, “a máquina fazendária [da Bahia] era por demais emperrada e morosa, haja vista a extrema lentidão com que se procedeu à consolidação de leis e decretos referentes à tributação.”⁶ Essa desorganização foi o motivo de numerosos conflitos entre o governo de Juraci Magalhães e a oposição formada pelos homens apeados do poder em 1930. Somava-se ao descontentamento à sua condição de forasteiro, a

² PBEB. Editorial. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 10.06.1933.

³ IBGE. *Estatísticas do século XX*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro, 2006, p. 352.

⁴ Sobre a discussão que se processou entre os anos de 1933 e 1934 sobre o papel do município como célula da União ver: Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto...* p. 94-103.

⁵ Veja-se, por exemplo, a verba destinada à Bahia pelo Ministério da Aviação e Transportes para a construção de estradas e o socorro à família de flagelados.

⁶ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Memória da Fazenda da Bahia (1895-2005)* Salvador: Casa de Jorge Amado: Fundação Pedro Calmon, 2005. p. 23.

intervenção estatal cada vez mais presente e a tributação e arrecadação abusivas. Esses elementos foram fortemente combatidos durante as campanhas eleitorais, sobretudo depois da discriminação de rendas estabelecida pela Constituição Federal de 1934. A partir de então se transferiram impostos como os de renda sobre capital aplicado em empréstimos para a União, fazendo com que o governo buscasse outros caminhos para equilibrar o erário, mexendo constantemente no imposto de exportação e no imposto sobre vendas e consignações que estavam subordinados à esfera estadual.⁷

Neste quadro, analisam-se como os resultados eleitorais de 1933 possibilitaram maior coesão da oposição para o enfrentamento do pleito eleitoral de 1934, considerando, entre outros aspectos, como o insucesso da campanha oposicionista está guarnecido por essa hipertrofia do Estado - que de certo modo seria abalada com a promulgação da Carta Constitucional, em especial no que tange ao controle da máquina eleitoral e a concessão dos favores públicos que beneficiaram ao governo de Juraci Magalhães nas eleições de 1934 e garantiram mais uma vitória da Revolução na Bahia.⁸

5.1. Os resultados eleitorais de 1933 na Bahia e os recursos interpostos pela oposição

A apuração dos resultados eleitorais no ano de 1933 se deu de forma conturbada e morosa. A contagem dos votos apontou de imediato para a necessidade de reforma no Código Eleitoral. Segundo os jornais do período, em todo o Brasil foi incansável o trabalho exercido pelos integrantes do Tribunal Eleitoral. Na Bahia não foi diferente. O resultado das eleições realizadas a 3 de maio de 1933 só ficaria disponível no final de junho. Considerando o

⁷ A Constituição de 1934 passou para esfera da União a arrecadação do imposto sobre o consumo que foi motivo de muitas denúncias pela oposição autonomista, principalmente nos meses iniciais de 1934 quando o governo do estado tributou em mais de 100% o imposto sobre o consumo da carne verde, conforme verificamos pela consulta aos jornais e Diário Oficial do período. Até então, o imposto sobre consumo era um dos que mais contribuía para a arrecadação dos cofres públicos na Bahia. Com a mudança constitucional seriam destinados aos cofres estaduais os impostos sobre vendas e consignações, exportações, indústrias e profissões e o territorial, para citar os mais expressivos para a arrecadação do período. Sendo que os impostos como os de exportação e indústria e profissões só foram significativos após 1944 quando a economia baiana reagiu ao estímulo da Segunda Guerra Mundial. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Memória da Fazenda da Bahia (1895-2005)*. Salvador: Casa de Jorge Amado: Fundação Pedro Calmon, 2005. p. 23 .

⁸ Segundo Felipe Demier, o governo provisório teve uma atuação marcada pela intervenção centralizadora do Estado nos rumos da economia. A criação do Conselho Nacional do Café, em 1931; do Departamento Nacional do Café, em 1933; do Instituto do Cacau, em 1932; do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933 e do Conselho Federal do Comércio Exterior, em 1934, são demonstrações dessa intervenção operada pelo executivo central. DEMIER, op. cit. p. 92.

número de eleitores que no estado não chegou aos 90 mil, o prazo para a divulgação dos resultados das urnas era muito extenso.

Bastaram cinco dias de apuração para que os escreventes e oficiais de registro civil pedissem gratificação pelo esforço. A contagem dos votos era um processo difícil. O quociente eleitoral era o resultado do número de eleitores dividido por 22 (número de cadeiras para os constituintes baianos); o quociente partidário era o resultado do número de votos na chapa dividido pelo quociente eleitoral, mas cada chapa tinha 22 nomes inscritos, além disso, para votar em primeiro turno o eleitor precisava indicar o nome do candidato na parte superior da chapa. Essa votação em primeiro e segundo turno ao mesmo tempo causou muito tumulto.

Previendo a insatisfação geral da recém-criada Justiça Eleitoral, Vargas tratou de resolver o problema. A 10 de maio o governo decretou uma nova lei para facilitar a apuração das eleições. A lei de nº 22.627, de 10 de maio de 1933 permitia a convocação, nos lugares onde houvesse mais de cem seções eleitorais, de eleitores com comprovada idoneidade moral e sem vinculação partidária, bem como a convocação do funcionalismo público do município, do estado ou da União para ajudar na contagem dos votos.⁹

De toda parte do estado chegavam urnas e informações as mais diversas: cidades onde não houve eleição; seções que tiveram a eleição impugnada por suspeita de fraude ou participação de candidatos na mesa diretora; informações sobre cédulas rasuradas, uma delas continha a palavra ditadura escrita em caixa alta; suspeita de urnas trocadas, entre outros problemas que eram apontados a todo o momento pela oposição.

As urnas da capital foram as primeiras a serem apuradas. A 16 de maio já era possível verificar que na capital baiana, a vitória no primeiro turno seria do candidato avulso Luiz Viana Filho, com 1.158 votos contra 1.040 de Seabra, 558 de Pacheco de Oliveira, 499 de Medeiros Neto e 442 de João Mangabeira. A votação de legenda contou com 4.717 votos para o PSD contra 2.603 para “A Bahia ainda é a Bahia”, mas o quadro poderia mudar a qualquer momento, pois se esperava grande votação para esta última em cidades como Alagoinhas e Cachoeira.¹⁰

O fato é que logo cedo o entusiasmo inicial com a apuração dos votos foi se dissolvendo. Os candidatos se apressavam a voltar ao Rio de Janeiro. Até 10 de maio já haviam embarcado J.J. Seabra, Paulo Filho e Moniz Sodrê. Pareciam prevê os resultados

⁹ BRASIL, Decreto 22.696, 10 de maio de 1933. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22695-10-maio-1933-498549-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 14.11.2017.

¹⁰ Ver: BPEB. Setor de periódicos. *Diário de Notícias*, Salvador, 16.05.1933

eleitorais do interior, pois em quase todas as chapas que chegavam à capital verificavam-se votos em maioria no PSD. Salvo as cidades de Alagoinhas, onde a primeira seção foi impugnada, Mundo Novo, Senhor do Bonfim e Camamu, a votação na chapa “A Bahia ainda é a Bahia” foi inexpressiva. Em alguns municípios como Cipó nem houve voto para a legenda. A votação na chapa situacionista, como se presumia, era sempre superior.¹¹

Mas os candidatos de oposição não estavam conformados com os resultados e as acusações começaram de imediato. No Rio de Janeiro, Seabra fez as primeiras acusações sobre o processo eleitoral. Em diferentes entrevistas, acusou a Juraci Magalhães de ter se amparado na máquina estatal para vencer o pleito na Bahia.¹² No jornal *A Batalha*, afirmou que a vitória do PSD não teve relação com os possíveis sucessos na administração do interventor baiano, e sim, com os julgamentos feitos pelos prefeitos nomeados que eram, em suas palavras, ameaçados de demissão de forma recorrente.

O jornal *A Batalha* prestava-se à oposição baiana como espaço de denúncias na capital do país. Recebia e reproduzia diariamente notícias do correspondente nesse estado, através do telégrafo e por via aérea. Assim, todas as denúncias divulgadas na Bahia no *A Tarde* e por vezes no *Diário de Notícias* ou ainda outras que a imprensa da Bahia não podia mandar

¹¹ Em Alagoinhas, o PSD obteve 1.325 votos contra 957 de “A Bahia ainda é a Bahia”. João Mangabeira obteve 528 e Seabra 421. Agripino Nazaret, representante dos trabalhadores obteve 12 votos na cidade. Em Cachoeira, uma seção foi impugnada a pedido de Aloísio de Carvalho que acusou a mesa de ser presidida pelo subdelegado. Em Valença, Santo Antonio de Jesus, Nazaré, Feira de Santana e Aratuípe, a votação na chapa “A Bahia ainda é a Bahia” foi irrisória. Foram anuladas uma seção de Juazeiro, que encerrou antes da hora, uma de Monte Alegre e outra de Morro do Chapéu porque a urna não conferiu com a original remetida ao município. Uma seção de Maracás foi impugnada por ser seguida a numeração da sobrecarta. Também a de Ruy Barbosa e Andaray por vestígios de violação. Idem para Morro do Chapéu. Em Camamu, “A Bahia ainda é a Bahia” venceu o PSD. Os eleitores de Jaguaripe e Nilo Peçanha votaram, sem dispersão, no PSD. Vitória da Conquista apresentou este mesmo resultado. Dos 8 mil eleitores da zona do São Francisco votaram menos de dois mil. Nos municípios de Pilão Arcado, Xique Xique, Barra, Carinhonha e Lapa compareceram às urnas apenas mil trezentos e quinze votantes, o que indica grande abstenção. Na Barra, houve duzentos e vinte e um votos avulsos e duzentos e treze na chapa do PSD. Em Remanso, a única seção existente foi anulada. Foi a votação da zona sanfranciscana que garantiu a eleição de Aloisio de Carvalho Filho e prejudicou Luiz Viana Filho. Carinhonha e Marau votaram apenas no PSD. Assim o fez os eleitores de Macaúbas. A 29 de maio de 1933 todas as urnas chegadas a capital já tinham sido apuradas. Faltavam ainda 16 urnas de Barreiras, Angical, Santa Maria e Correntina. Muitas urnas foram impugnadas por encerrarem as atividades antes da hora e porque não garantiram o sigilo do voto. A 17 de junho novas eleições foram marcadas para a Bahia. Haveria nova votação nas seções impugnadas, a saber, a 2ª de Santo Amaro, a 1ª de Alagoinhas, a 2ª de Guanambi, a 1ª de Itaberaba e a 2ª de Xique-Xique, Angical e Macaúbas. Ver jornais da grande imprensa baiana nos meses de maio e junho de 1933. Ver também Diário Oficial do Estado da Bahia, de maio a julho de 1933.

¹² Os dirigentes do jornal *Folha do Norte*, representantes do PSD no município de Feira de Santana contestaram a entrevista de Seabra: “A Feira que, sem vitupério, se inclui entre as outras cidades grandes do interior baiano e não tem carência de pedir licença a quem quer que seja para colocar-se da parte que se lhe afigure melhor orientada e aparelhada para a reconstrução e reconstitucionalização do país, protesta contra a incredulidade alardeada de público na imprensa carioca pelo candidato mais idoso de “A Bahia ainda é a Bahia” no tangente à lisura com que seu vultoso eleitorado acorreu espontaneamente às urnas, num belíssimo gesto de civismo para sufragar por uma enorme e significativa maioria a legenda do pujante Partido Social Democrático [...]” BPEB. Setor de Periódicos. EM PROL DA VERDADE ELEITORAL, Jornal *Folha do Norte*. Feira de Santana, 27.05.1933.

divulgar, saía no jornal carioca, a exemplo das numerosas acusações acerca das eleições realizadas naquele mês.

A matéria intitulada “Aspectos do pleito eleitoral na Bahia”, publicada a 29 de maio de 1933, é um exemplo dessa prática. Segundo o seu texto, o trabalho de apuração na Bahia avançava consideravelmente, mas a unanimidade de votos obtida pelo Partido Social Democrático era impressionante e suspeita. O professor Alfredo Rocha, um dos fiscais de J.J. Seabra na Bahia estava, por esta razão, pedindo a nulidade de várias urnas eleitorais. Como justificar que Seabra que havia sido governador por duas vezes, ministro também por duas vezes e presidente, na Bahia, de um Partido que tinha diretórios organizados em todos os municípios não obtivesse, em muitos deles, um voto, sequer? A justificativa só poderia ser fraude eleitoral, assim, segue a matéria explicando que:

Entre outras irregularidades consultadas, nestes últimos dias foram apuradas as da 1ª seção de Juazeiro; na 2ª de Morro do Chapéu, a urna estava violada, sendo que na 4ª do mesmo município a urna era redonda, fabricada pelo funileiro da localidade; todas as seções de Ipuá foram impugnadas, devido estarem as sobrecartas numeradas em série, quebrando, assim, a inviolabilidade dos votos, a única seção de Itaperoá, onde o governo arranhou unanimidade, também foi impugnada pelo tamanho descomunal das cédulas, o que vai de encontro às determinações do Código Eleitoral, a 4ª de Santo Amaro apresentava indício de violação, tendo o candidato Luiz Viana requerido perícia, a 3ª de São Francisco foi impugnada por só aparecerem 128 cédulas para 130 votantes; foram anuladas, ainda, a 3ª de Esplanada, a 3ª de Serrinha e a 4ª de Valença, sendo mais impugnadas as de Riachão de Jacuípe, numeradas por ordem alfabética; duas seções de Maragogipe, uma de Pojuca, uma de Nazareth e uma de Itapuã foram impugnadas pelos vestígios evidentes de violação que apresentavam.¹³

Além disso, a matéria associa as promoções concedidas a diversos funcionários estaduais pelo governo de Juraci Magalhães ao sucesso eleitoral garantido pela coordenação de forças a partir do Estado, ou seja, o governo teria se utilizado do aparato estatal para combater a oposição.

Juraci Magalhães rebatia esse argumento afirmando que o critério para conceder as promoções teria sido apenas o mérito. Em discurso, na ocasião das promoções, justificou as razões de não tê-las feito antes das eleições, segundo ele, para não ser acusado de corrupção. Mas a atitude era vista pela oposição como uma espécie de premiação pelos serviços prestados à campanha do PSD, assim, denunciavam que um dos funcionários da Diretoria de

¹³ ASPECTOS DO PLEITO ELEITORAL NA BAHIA. Jornal *A Batalha*, Rio de Janeiro, 28.05.1933. Disponível em: <www.memória.bn.br>. Acesso em: 21.11.2017.

Saúde Pública, o Sr. Raymundo Nonato da Silva, tendo declarado o seu voto no Seabra naquela repartição teria sido suspenso por tempo indeterminado.¹⁴

Uma dessas matérias é reveladora do jogo político entre as frações das classes dominantes no interior do estado. Tal como afirmara Consuelo Sampaio, as eleições de 1933 revelaria também o prestígio dos diferentes chefes locais. Isso ficaria evidente não apenas nas indicações de nomes de candidatos antes do pleito como no percentual de votos que cada grupo daria ao PSD. Assim é que na edição de 25 de maio de 1933, o jornal *A Batalha* publicou:

Há uma curiosidade nas urnas de alguns municípios: elas apresentam dois tipos de chapas, ambas do PSD, umas maiores e outras menores que, por combinações anteriores, vão decidir da sorte de certas facções que, no interior do estado, pleiteiam as graças do poder. São uma espécie de balança em que se medem os prestígios, tal qual se usava na Velha República [...].¹⁵

No início de junho novas denúncias sobre as eleições na Bahia estamparam as páginas do jornal. No município de Santa Inês, as sobrecartas teriam sido substituídas por envelopes comerciais, um dos quais ilustrava a matéria; em Caetité, as seções teriam sido presididas pelo subdelegado de polícia, razão pela qual Aloísio Carvalho impugnou-as; em Xique-Xique, Guanambi, Macaúbas e Pilão Arcado, o sigilo do voto teria sido violado, e na segunda seção de Jequié encontrou-se, em lugar da cédula, uma carta dirigida ao eleitor e assinada pelo prefeito do município na qual se recomendava, conforme ordem do interventor, sufragar o candidato do PSD. Havia ainda notícias de ameaças, emissão de títulos falsos, morte de correligionários e fiscais da oposição, entre outras que colocava sob suspeita a lisura do pleito eleitoral naquele ano.¹⁶

As acusações se repetiam quase que diariamente. Juraci Magalhães reagia, e ambos, ele e Seabra, chegaram a trocar telegramas memoráveis que foram publicados na imprensa do Rio de Janeiro e reproduzidos na imprensa baiana.¹⁷ A certeza da eleição de Seabra no primeiro

¹⁴ Idem.

¹⁵ APURANDO AS ELEIÇÕES DA BAHIA. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 25.05.1933. <www.memória.bn.br>. Acesso em: 21.11.2017.

¹⁶ *A Batalha*, Rio de Janeiro, 4.06.1933. A notícia do assassinato do fiscal de Luiz Viana saiu neste mesmo jornal, em 23 de julho de 1933. O crime aconteceu no município de Santa Maria. Também nessa cidade, os próceres da oposição baiana teriam sofrido saque em suas casas comerciais. Os responsáveis, segundo a matéria, teria sido a polícia local chefiada por um representante do PSD. A oposição foi obrigada a deixar a cidade, juntamente com o coletor federal, o agente dos Correios e o telegrafista. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 23 e 28 de julho de 1933. Disponível em: <www.memória.bn.br>. Acesso em: 21.11.2017.

¹⁷ Ver Jornal *Diário de Notícias*, Salvador, 25.05.1933; Jornal *A Batalha*, Rio de Janeiro, 26.05.1933. Nesta edição os acadêmicos baianos que residiam na capital do país saem em defesa de Seabra e mandam publicar no jornal “para que a história registre que não foi sem protesto veemente e sincero da mocidade baiana que se

turno, ainda no final de maio de 1933, dava-lhe autoridade para enfrentar o interventor. Em junho, o experiente político estaria eleito duplamente, pelo quociente eleitoral e partidário.¹⁸ Surgia assim, mais uma dúvida quanto ao processo de apuração eleitoral: havendo sido eleito duplamente e havendo preferência do candidato Seabra pela eleição através do quociente eleitoral, o lugar que deixaria referente à eleição pelo quociente partidário beneficiaria a chapa *A Bahia ainda é a Bahia*, de modo a dar a esta mais um deputado?

A discussão ganhou as páginas da imprensa. Especulava-se que a oposição deveria eleger cerca de três ou quatro candidatos. Se assim fosse o entendimento dos juízes eleitorais, estaria eleito também o candidato Moniz Sodré, que imediatamente após as eleições seguiu para o Rio de Janeiro. Aí, foi colaborador assíduo do jornal *A Batalha* e segundo se divulgava na Bahia, teria ido à capital para dirigir aquele periódico. Nesse jornal abriu espaço para os questionamentos da oposição e entre as denúncias que fez estava a reivindicação de sua eleição pela chapa *A Bahia ainda é a Bahia*.

O caso de Moniz Sodré foi apreciado pelos desembargadores do Tribunal Eleitoral que, a 27 de junho de 1933, decidiram por 5 votos a 4 que ele não teria direito a assumir uma cadeira na constituinte. Em seu lugar foi reconhecida a eleição de Arnold Silva, de Feira de Santana, candidato pelo PSD.¹⁹ Descontente com o resultado, Moniz Sodré, Seabra e os demais integrantes da chapa *A Bahia ainda é a Bahia* denunciavam o processo eleitoral como corrupto e fraudulento. Comparavam o número de candidatos eleitos pelo quociente eleitoral do PSD e acusavam o governo de influenciar na decisão do Tribunal.²⁰

procurou humilhar esse grande vulto nacional, hoje alquebrado pela velhice toda ela devotada ao seu povo, aos problemas vitais e à integridade moral de sua terra estremecida”. A Associação dos Funcionários Públicos da Bahia, a AFPB, também saiu em defesa do político baiano, elegendo-o sócio benemérito no mês de julho de 1933. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1933. Cartas entre Seabra, Juraci Magalhães e o ministro Maciel Junior, nas quais se tentava esclarecer a questão eleitoral na Bahia, sobretudo referente às ordens de Juraci Magalhães aos correligionários do interior do estado, foram trocadas entre 20 e 25 de maio de 1933. Ver: CPDOC/FGV Arquivo: Getúlio Vargas. Classificação: GV c 1933.05.20/2.

¹⁸ Lembrando que Seabra foi votado tanto na chapa “A Bahia ainda é a Bahia”, quanto na chapa “A Bahia não se dá”.

¹⁹ A família de Arnold Silva, uma das mais abastadas em Feira de Santana detinha imenso poder político à época. Durante a visita de Vargas à cidade, na década de 1930, foi essa família que ficou responsável por recebê-lo. Sobre as relações políticas do PSD e autonomistas em Feira de Santana no período estudado conferir: SILVA, Kelman Conceição da. *Quem manda na Feira? Política, classes e rearranjos de poder em Feira de Santana na Era Vargas (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado, UNEB, 2012.

²⁰ A votação foi feita pelos desembargadores Montenegro Junior, relator do processo e Antônio Bulcão, ambos membros do Superior Tribunal de Justiça, pelo juiz da capital Lucatelli Dória e pelo juiz federal no estado da Bahia, Mathias Olympio. Todos votaram a favor de Sodré. Dos que votaram contra, cujos nomes não foram dados a saber, consta que dois eram de exclusiva indicação do executivo local e um terceiro era Armando Mesquita, sócio de advocacia de Medeiros Neto, deputado eleito pelo PSD. Ver: AS ELEIÇÕES DO ESTADO DA BAHIA. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 5.11.1933.

A Chapa do PSD obteve um total de 47.265 votos contra 7.112 da chapa *A Bahia ainda é a Bahia*.²¹ Para Seabra, Sodré e os demais companheiros de legenda, a quantidade de candidatos eleitos era desproporcional, já que os votos válidos na Bahia totalizaram 62.368, o que dava um quociente eleitoral de 2.834.

Na prática, isso significava 16 candidatos eleitos pelo PSD no primeiro turno, pelo quociente partidário, uma vez que nenhum candidato com exceção de Seabra completou o quociente eleitoral.²² O que a oposição reclamava era o fato de não ter mais um candidato eleito pela sua legenda, uma vez que a sobra de votos era proporcionalmente maior que a do PSD, que com 1.921 votos restantes elegeu mais quatro deputados em segundo turno contra 1.444 votos restantes na legenda de oposição.

A situação dividiu opiniões. Parte do magistrado entendia que a oposição deveria somar três eleitos, mas ela não venceu a votação de 27 de junho de 1933. Moniz Sodré ficou fora da Assembleia Nacional Constituinte.²³

Em 2 de julho de 1933, data do aniversário de independência da Bahia, Moniz Sodré publicou nas páginas do jornal *A Batalha* a matéria “Despautério e Imoralidade”. Nela fazia severas acusações às interpretações ao código eleitoral, que de acordo com a sua opinião eram feitas com o objetivo de defender os interesses dos governos estaduais. A sua exclusão do rol de candidatos eleitos na Bahia atentava contra o artigo que consagrava o princípio da representação proporcional e investia contra a organização dos Partidos, bem como espoliava as minorias dos direitos políticos ao reduzir o número de seus representantes, desfalcando os seus eleitos, segundo afirmou, em favor da maioria.²⁴ A longa citação pode esclarecer a questão:

Na “República Velha”, os verificadores de eleição não possuíam maiores nem melhores conhecimentos aritméticos do que esses apuradores na “República Nova”. Esta armou na Bahia uma proporção nos seguintes termos. 7.112 : 1 :: 47.265 : 20. Qualquer criança de escola primária veria que 7.112 estão para 1, como 47.265 estão para 6, desprezadas as frações. O Tribunal da Bahia, pela sua inefável maioria, decretou que, para efeitos eleitorais, a proporcionalidade é esta: 1 está para 7 como 20 estão para 47. E a isto ficou reduzido o sistema proporcional da lei eleitoral da Revolução

²¹ Dos 62.363 votos válidos contabilizou-se 47.265 para o PSD, 7.112 da chapa “A Bahia ainda é a Bahia”, 7.863 avulsos e 123 de outras legendas. Depois ficou esclarecido que a chapa “A Bahia ainda é a Bahia” obteve 7.004 votos e a chapa “A Bahia não se dá”, 108.

²² Esses números divergem do total apresentado em documento ao TSE, no Rio de Janeiro, mas as quantidades são inexpressivas e a diferença se deve, provavelmente, às eleições realizadas nas seções que foram canceladas, em maio de 1933.

²³ Ver *Diário de Notícias*, de 27.06.1933, *Folha do Norte*, de 01.07.1933 e *A Batalha*, de 27.06.1933.

²⁴ SODRÉ, Moniz. DESPAUTÉRIO E IMORALIDADE. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 2.07.1933.

regeneradora. Este fato veio, também, comprovar a nossa outra afirmação de que essa doutrina celeberrima atenta contra os Partidos, tornando inúteis as cédulas partidárias. Examinemos. No pleito baiano, sendo o quociente de 2.834 votos, e obtendo a legenda oposicionista 7.112 cédulas cabiam-lhe o direito a dois representantes pelo quociente partidário, sobrando, ainda, importante fração. Mas, como o candidato eleito pelo quociente eleitoral exclui o candidato eleito pelo quociente partidário, as 7.112 cédulas só elegem um candidato. Quer dizer: tanto fez “A Bahia ainda é a Bahia” ter obtido 7.112 cédulas, como se tivesse, apenas, alcançado 2.834 cédulas. Em ambas as hipóteses só se teriam conseguido um representante, além do outro já eleito pelo quociente eleitoral.²⁵

Tentando colocar a parcela do eleitorado da oposição contra o governo estadual, Sodré complementou:

Cada cédula representa o voto de um eleitor. De que serviram, então, esses 4.278 votos que excederam os 2.834 que constituem o quociente eleitoral? Foram inteiramente inúteis, perdidos, para todos os efeitos, porque não terão a virtude dos sufrágios avulsos, computados para a determinação da ordem da votação entre os candidatos da mesma lista. Esses eleitores foram eliminados do pleito, esbulhados de seu direito de voto somente porque se mantiveram fiéis à agremiação política a que se filiaram para a vitória dos seus candidatos. Isso constitui o maior e mais eficaz incentivo à dissolução de Partidos.

A benemerência do novo sistema eleitoral com que a Revolução doou ao Brasil consistia, exatamente, nos louvores dos seus panegiristas, em ser ele, um poderoso propugnador da organização dos partidos. Sob a hermenêutica bajulatória dos cortesãos do Poder, ele se transformará em elemento de dissolução das poucas agremiações políticas existentes no país [...].²⁶

Sodré fez críticas ainda aos juízes eleitorais. Na matéria “Mal endêmico”, de 9 de julho de 1933, afirmou que eles trabalharam em favor dos interesses do governo discricionário. Chamou-os de bajuladores que sacrificavam “à luxúria do servilismo os imperativos da consciência, em ultraje insolente, por vezes, aos preceitos da lei (com argúcias) entregues aos interesses dos potentados”.²⁷

As reclamações não surtiram efeito. A 20 de junho de 1933, o Tribunal Regional Eleitoral diplomou os 22 candidatos eleitos na Bahia. Na oportunidade, a diplomação de Seabra foi feita de acordo com as demais, ou seja, pelo quociente partidário, desconsiderando-se, assim, a sua eleição em primeiro turno por “voto em cabeça de chapa”. O procurador de Seabra na Bahia interpôs recurso, devolvendo o diploma ao tribunal para ser refeito. O caso foi levado

²⁵ SODRÉ, Moniz. FATOS CONFIRMADOS. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 7.07.1933.

²⁶ Idem.

²⁷ SODRÉ, Moniz. MAL ENDÊMICO. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 9.07.1933. Essas matérias foram reproduzidas na Bahia, no *Diário de Notícias* em 27 e 28 de julho de 1933. No dia 12 de agosto o jornal baiano publicou outra matéria assinada por Sodré. Intitulada “Desilusões”, o texto afirma que “a legislação eleitoral da Revolução triunfante é mais perigoso e formidável instrumento com que se armou o Poder para esmagar os seus adversários em luta eleitoral. SODRÉ, Moniz. *Diário de Notícias*, Salvador, 12.08.1933.

ao Tribunal Superior Eleitoral, no Rio de Janeiro. Em outubro saiu o resultado do recurso às eleições da Bahia. Monteiro de Salles entregou à Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral o seu parecer sobre o pleito e concluiu pela sua aprovação, bem como pela confirmação dos diplomas expedidos aos eleitos. Seabra e Sodré recorreram da sentença.²⁸

Juraci Magalhães tentava responder às acusações da oposição. Pessoalmente, dirigiu alguns telegramas a Seabra e deu entrevistas a jornais, mas a sua principal defesa estava na robusta bancada que levaria para a Assembleia Nacional Constituinte. A segunda maior, perdendo apenas para Minas Gerais. Ainda em maio, escreveu a Getúlio Vargas pleiteando espaço no seu governo para o estado da Bahia. Especulava-se, por toda parte, que a vice-presidência da Constituinte caberia a um deputado baiano do PSD. O nome mais cotado era Pacheco de Oliveira. Segundo o jornal *Diário de Notícias*, a Bahia haveria de ter um papel relevante na Constituinte, pois contava com vinte homens coesos, seguindo a uma mesma orientação política.²⁹

No que diz respeito às impugnações e anulações eleitorais, Juraci Magalhães contrargumentava que elas prejudicavam mais ao PSD do que a oposição, visto que em todas as seções anuladas era quase unânime a votação no partido situacionista. Em carta a Getúlio Vargas, o interventor da Bahia esclarecia:

Está vencida a nossa primeira batalha eleitoral. Creio ter cumprido rigorosamente a missão que vossa excelência me confiou.

A Bahia é hoje um dos maiores pontos de apoio da Revolução e de seu governo. Espero que vossa excelência não esqueça as suas possibilidades de cooperação, dando-lhe um lugar de relevo na nova organização constitucional do Brasil, a que fazem jus os serviços inestimáveis prestados à nossa causa e as suas velhas tradições na política brasileira.³⁰

Disse ainda:

Sabe vossa Excelência que, pessoalmente, minha orientação doutrinária é pela adoção do integralismo no Brasil e se me sujeito aos dissabores das intrigas próprias do regime democrático, é porque desejo levar até o fim os meus esforços para que a Revolução não perca de todo o que conquistou à custa de tantos sacrifícios.³¹

²⁸ UM PROTESTO AO PROCURADOR DO SR. SEABRA. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 25.07.1933. Sobre o parecer ver: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17.10.1933.

²⁹ *Diário de Notícias*, 10.06.1933.

³⁰ CPDOC/FGV. Carta de Juraci Montenegro Magalhães a Getúlio Vargas apresentando Clemente Mariani a Getúlio Vargas. Arquivo: Getúlio Vargas. Classificação: GV c 1933.06.01/2. Data: 01/06/1933.

³¹ Idem. Essa afeição de Juraci Magalhães em relação ao integralismo pode, de certo modo, justificar o crescimento rápido da doutrina integralista na Bahia e a liberdade de reunião que os integralistas tiveram no ano de 1933 e início de 1934, conforme se observa ao analisar as matéria divulgadas na imprensa do período.

Juraci Magalhães fez também observações sobre o novo pleito que se avizinhava, o de 1934, reconhecendo que esta luta seria bem mais dura, sobretudo no que tangia a Seabra e Mangabeira, que não explicou ser João ou Otávio. Afirmou ser um dileitante em política, e por isso pediu a opinião de Vargas, reconhecendo, no entanto, que teve a “responsabilidade imensa de ter destruído os dois partidos que existiam na Bahia”, ambos contrários à Ditadura e dos quais aproveitara os “melhores elementos”.³²

Nesse aspecto, Juraci Magalhães considerava-se vitorioso, pois na maioria dos estados brasileiros “as interventorias agiram como desarticuladoras das oligarquias regionais, porém, sem o desbaratamento, nesse momento, dos partidos regionais”.³³ Na Bahia, os partidos Republicano e Democrático não conseguiram, individualmente, reunir forças para disputar os processos eleitorais que se realizaram naquela década. Todas as legendas apresentadas foram frutos de alianças suprapartidárias.

Desse modo, o interventor federal na Bahia aproveitava a popularidade para tomar medidas no campo econômico. No dia 19 de maio de 1933, aprovou um Decreto expedido pelo secretário da Fazenda, Theophilo Falcão, que reduzia para a metade as multas da dívida ativa proveniente de imposto para quem pagasse até 30 de junho. Dispensava, igualmente, o acréscimo de 20% sobre a dívida, uma medida que visava à arrecadação para os cofres públicos e o apoio das classes produtoras.³⁴ A medida econômica era reproduzida nos diferentes municípios baianos e contribuía para aumentar a popularidade dos interventores municipais.

Juraci Magalhães manteve-se firme, também, em relação à revisão do contrato com o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado da Bahia, rescindido em outubro de 1931, com a justificativa de que aquele não estava cumprindo devidamente o que dispunha o contrato firmado em 1912. Segundo afirmou em carta ao ministro do Interior, em 30 de junho de 1933, a medida era defensiva dos cofres públicos, uma vez que o estado possuía 10% das ações. Dizia-se ainda preocupado em acautelar “os interesses da lavoura principal da Bahia, a se debater em crise ante o fracasso [daquele] aparelho auspiciosamente imaginado”.³⁵

³² *Ibidem*.

³³ SANTOS NETO. Martinho Guedes dos. A desterritorialidade do poder simbólico e a construção do discurso factual de poder de Getúlio Vargas pós-1930. In: *História Política: interfaces e diálogos*. Altemar da Costa Muniz; Luis Carlos dos Passos Martins (orgs.). Porto Alegre: EDIPUCRS; Ceará: EDUECE 2016. p. 289.

³⁴ Ver *Folha do Norte*, Feira de Santana, 3.05.1933.

³⁵ Ofício de Juraci Montenegro Magalhães a Antunes Maciel apresentando as razões que o levaram a recusar a proposta do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola da Bahia para um acordo com o Estado da Bahia, a propósito de situação criada pelo Decreto Estadual 7705, que rescindiu o contrato de sua concessão. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV. Arquivo: Getúlio Vargas. Classificação: GV c 1933.06.30/1. 30/06/1933.

O Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado da Bahia foi criado em substituição ao antigo Banco da Lavoura. Naquele ano, o governo estava disposto tão somente a aproveitar a sua organização para o arcabouço de um grande Banco de Crédito Rural, tal como o Instituto do Cacau, instituição que apresentava, segundo afirmava Juraci Magalhães, uma modelar administração e investimento do capital.

O fato é que os resultados eleitorais favoreciam ao interventor, de modo que, de posse do boletim, divulgado a 27 de junho de 1933 e tendo voltado de Cipó onde se recuperava em águas termais de uma crise de apendicite, Juraci Magalhães embarcou para o Rio de Janeiro. Anunciava que tanto iria resolver pendências em relação à organização do partido nacional quanto fazer indicações da Bahia para composição do Ministério do Governo provisório. Por carta, já havia prevenido a Getúlio Vargas desse seu interesse.

Mas a vitória da situação não era um privilégio do estado da Bahia. Como vimos no capítulo anterior, a maioria dos estados do Norte manteve-se fiel ao governo provisório. A proeza de vencer os antigos partidos regionais, portanto, não coube apenas a Juraci Magalhães. A vitória foi unânime no Pará, na Paraíba, em Alagoas e assim como a Bahia, Pernambuco também elegeu uma expressiva bancada situacionista, com quinze deputados. A oposição venceu apenas no Rio Grande do Norte, e no Maranhão a vitória do governo provisório foi apertada. No total, foram setenta deputados eleitos pelos novos partidos revolucionários contra dezenove eleitos pela oposição.³⁶

Ainda assim, a constituinte impunha-se como a maior ameaça aos revolucionários e era preciso manter a coesão desse grupo do norte. Logo após as eleições, a União Cívica Nacional aconselhou aos seus membros a orientar os deputados eleitos para facilitar o encaminhamento unificado dos trabalhos.³⁷

Vargas compreendia a importância e o peso dessa vitória do governo provisório no norte, e em vista disso, agendou a sua viagem a essa região. A Bahia entraria nesse itinerário, e em agosto de 1933, pela primeira vez, os estados do norte recebiam a visita de um chefe do poder executivo federal com a finalidade de integrar esses estados na nova organização nacional.

³⁶ PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do norte: uma tentativa de Ascenso político. In: Ângela Maria de Castro Gomes. *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 368-369. São os seguintes o número de deputados eleitos nesta região: Amazonas, 3 da situação, 1 da oposição; Pará, 7 da situação; Maranhão, 4 da situação e 3 da oposição; Piauí, 3 da situação e 1 de oposição; Ceará 4 da situação e 6 da Liga Eleitoral Católica que não se constituiu exatamente num Partido de Oposição; Rio Grande do Norte, 1 da situação e 3 de oposição; Paraíba, 5 da situação; Pernambuco, 15 da situação e 2 de candidatura avulsa e oposição; Alagoas, 5 da situação; Sergipe, 3 da situação e 2 de oposição e Bahia 20 da situação e 2 de oposição.

³⁷ Idem, p. 371.

Conforme afirmou Dulci Pandolfi, para Vargas, “a viagem representava a possibilidade de votos; para o Norte representava alguns ganhos”.³⁸ No que diz respeito ao estado da Bahia, e de acordo com impressões colhidas nesta pesquisa, infere-se que foi a partir de 1933 que Vargas foi visto como verdadeiro líder da nação. No ano de 1931, o grande homem da Revolução no estado era Juarez Távora; no ano de 1932, Juraci Magalhães buscava impor-se aos baianos e estava no centro das atenções as querelas entre ele, Sodré e Seabra. Em 1933, no entanto, a vitória do governo sobre a oposição, a possibilidade de a Bahia vir a ser um estado com grandes chances de participação efetiva no governo central e a massiva propaganda em prol do regime, da centralização política e de uma ideia de integração nacional impactaram em favor de Vargas. Até mesmo as referências que são feitas sobre ele na imprensa passam de chefe do governo provisório a chefe da nação.

Assim, chegando à Bahia a 25 de outubro de 1933, Getúlio Vargas teve uma grande e elaborada recepção. Além dos homens incrustados do poder estadual, tiveram lugar na cerimônia de recepção as escolas, as faculdades, os sindicatos e associações de classe. Todos os ambientes fabris fecharam às 15 horas para que os operários pudessem tomar parte da festa. O pedido foi feito pelo Ministério do Trabalho. No cais, a movimentação de “famílias e populares” para receber o governo provisório era grande. A festa foi revestida de notória relevância. Já se sabia que nesse estado seria lançada a candidatura de Vargas a presidente constitucional.³⁹

Na Bahia, Getúlio Vargas fez o segundo discurso de sua viagem. Tratava da educação. Totalizando dezessete páginas, o texto fazia um percurso histórico de formação do estado. Deteve-se sobre a chegada dos portugueses, os primeiros povoamentos, a escravidão, as lutas e o prestígio do estado no tempo em que era a metrópole do Brasil. Explorou a questão da saúde do homem rural, do êxodo para as grandes cidades e do impacto disso para a economia do país, visto que esse deslocamento facilitava a aglomeração nos grandes centros de gente paupérrima.

Elencados esses pontos passou à temática que orientava o seu discurso. Para Vargas, somente a educação poderia mudar tal cenário. Educação específica, para o homem urbano e para o homem rural. Era preciso povoar e sanear. O mais importante, no entanto, era prender o homem ao solo. E isso se daria apenas pela educação que compreendia muito mais que a

³⁸ Idem, p. 372.

³⁹ Ver imprensa baiana e carioca de agosto de 1933. O resumo feito aqui pode ser consultado no *Diário de Notícias*, Salvador, 25 a 31.08.1933.

leitura. Para o chefe do governo provisório, a instrução que precisava ser desenvolvida era a profissional e técnica.⁴⁰ Dirigindo-se ao sertanejo, o interventor federal enfatizou:

A par da instrução, a educação: dar ao sertanejo, quase abandonado a si mesmo, a consciência dos seus direitos e deveres. Fortalecer-lhe a alma, convencendo-o de que existe solidariedade humana; enrijecer-lhe o físico pela higiene e pelo trabalho, para premiá-lo, enfim, com a alegria de viver, proveniente do conforto conquistado pelas próprias mãos.

No Brasil, o homem rude do sertão, sempre pronto a atender aos reclamos da Pátria nos momentos de perigo, é matéria prima excelente e, se vegeta decaído e atrasado, culpemos a nossa incúria e imprevidência. Por vezes, o seu aspecto é miserável, mas, no corpo combalido, aninha-se a alma forte que venceu a natureza amazônica e desbravou o Acre [...].⁴¹

Fica evidente a acusação do governo provisório aos homens depostos de seus cargos políticos em 1930 e essa observação recaía também sobre os baianos, especialmente aqueles que estavam alojados na oposição. A educação, para Vargas, nunca havia sido encarada e sistematizada no Brasil em legítimo caso de salvação pública. Ainda que não fosse seu objetivo, o fragmento abaixo atingia diretamente aos acadêmicos baianos:

A instrução, como a possuímos, é lacunosa. Falha no seu objetivo primordial: preparar o homem para a vida. Nela devia, portanto, preponderar o ensino que lhe desse o instinto da ação no meio social em que vive. Ressalta, evidentemente, que nosso maior esforço tem de consistir em desenvolver a instrução primária e profissional, pois, em matéria de ensino superior e universitário, nos moldes existentes, possuímo-lo em excesso, quase transformado em caça diploma. O doutorismo e o bacharelado instituíram uma espécie de casta privilegiada, única que se julga com direito ao exercício das funções públicas, relegando para segundo plano a dos agricultores, industriais e comerciantes, todos, enfim, que vivem do trabalho e fazem viver o país.⁴²

Cabe destacar que um dos argumentos da oposição contra Juraci Magalhães era a falta de um diploma de ensino superior. Espalhava-se na Bahia e na capital do país que o interventor federal no estado estava disposto a “trocar a espada por um rubi de bacharel”. O tenente cearense sentiu-se obrigado a desmentir os boatos na imprensa carioca, em setembro

⁴⁰DISCURSO pronunciado, na capital da Baía, em 18 de agosto de 1933. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933>. Acesso 22.11. 2017. O texto mantém a data em que havia programação de Vargas discursar na Bahia, mas a viagem teve um atraso de 72 horas.

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

daquele ano.⁴³ Mas, para Getúlio Vargas, o papel desempenhado pelo militar na Bahia era bastante significativo:

A ação isolada dos governantes não basta para transmutar em realidade fecunda empreendimento de tal alcance e tamanha magnitude. É preciso criar uma atmosfera propícia e acolhedora, permitindo a colaboração de todos os brasileiros nesta obra eminentemente nacional. [...] O jovem interventor da Bahia, pioneiro convicto do ideal revolucionário, pela sinceridade das suas atitudes democráticas e espírito de dedicação, já conquistou, merecidamente, o apreço e a confiança dos filhos dessa nobre terra. Da capacidade mentora e das virtudes cívicas de suas laboriosas populações, constituem provas concludentes e espontaneidade com que se integraram no movimento regenerador de 1930, o apoio que prestaram à ação construtora do seu atual Governo e a maioria modelar e pacífica como concorreram ao alistamento para colaborar, eficientemente, na reconstrução política do país. Com a sua inteligente compreensão das questões administrativas, o capitão Juraci Magalhães sabe perfeitamente que, a par das providências primordiais, concernentes à manutenção da ordem, tais como a repressão ao cangacerismo que assola e sobressalta as laboriosas populações sertanejas, lhe incumbe melhorar a capacidade de trabalho e promover o bem-estar dos habitantes do território baiano, povoando as zonas incultas, saneando as regiões insalubres e disseminando escolas por toda parte.⁴⁴

Vargas concluiu a mensagem dizendo que pisava numa terra de brilhantes tradições no domínio do pensamento e por isso havia escolhido-a para tratar da educação, de cuja ação consistia a independência econômica do Brasil e a sua transformação numa grande pátria.

Assim, Getúlio Vargas afirmava que os benefícios concedidos a esse estado deviam-se a Juraci Magalhães “identificado com a Bahia, com a sua cultura, as suas tradições e os seus ideais”. Teria sido ele o maior interessado na resolução dos problemas do estado. As manifestações recebidas na Bahia constituíam “um grande saldo a seu favor, do muito que ainda lhe dev[ia] e do muito que ela ainda pod[ia] sacar”.⁴⁵

Tratar de uma educação profissional diante dos trabalhadores, representados no evento por vinte e um sindicatos, certamente fortaleceria a imagem do governo central. Não foi sem motivo que esses sindicatos fizeram-lhe uma homenagem no Palácio da Aclamação:

Uma mensagem congratulatória dos trabalhadores baianos, os quais hipotecaram toda solidariedade e ainda se pronunciaram em manifestações

⁴³ FATOS E NOTAS. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 15.09.1933.

⁴⁴ DISCURSO pronunciado, na capital da Baía, em 18 de agosto de 1933. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933>. Acesso 22 de novembro de 2017; VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. vol. II. O ano de 1932 a Revolução e o norte. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1933. p. 113- 124.

⁴⁵ Idem.

de gratidão pelos atos emanados do Chefe do Governo Provisório em prol de seus direitos dentro das últimas conquistas liberais.⁴⁶

Em comitiva, Getúlio Vargas partiu para a região de Cachoeira e Feira de Santana. Em Cachoeira e São Felix visitou algumas usinas e fábricas. Fizeram uma breve visita a Bananeiras - mais uma vez em visita a usinas - e seguiu dali para Feira de Santana, onde, sob grande manifestação popular, foi saudado pelo prefeito Elpídio Nova.

Em Feira de Santana, a Comissão foi recepcionada pela família Marinho Falcão, em cuja residência o PSD ofereceu um banquete com setenta talheres. No trajeto Bananeiras/ Feira de Santana, Vargas foi alvo de manifestações em Conceição da Feira e São Gonçalo, sendo que nesse último município, o prefeito Aníbal Pedreira convidou-o a saltar e dar um passeio pela cidade, o que foi feito. Aí, na residência do prefeito, foi feito o lançamento da candidatura de Vargas a presidente Constitucional da República. A Bahia saía na frente com esse lançamento e isso certamente contaria pontos a favor de Juraci Magalhães.⁴⁷

Em retorno a Salvador, Vargas foi recepcionado com um banquete oferecido pelas classes produtoras. Durante o evento, num momento de clara conciliação de classes, os empregados do comércio fizeram-lhe laudatória saudação:

A Associação dos Empregados do Comércio da Bahia vem dizer bem alto que o nome de V. Exa já está ligado à sua história, desde que aprovou a V. Exa. reconhecê-la de utilidade pública por solicitação do ilustre e operoso Interventor do Estado, que, prontificando-se ao apelo da Associação, revelara-se um amigo da classe de que procede, haver, V. Exa. atendido aos justos anseios da mocidade do Comércio regulando e mandando executar a lei das horas de trabalho, estabelecendo a lei de férias e oficializando os cursos da Associação dos Empregados no Comércio da Bahia como conseqüência lógica e valiosa das vantagens para os profissionais da carteira contábil decorrentes do ensino comercial especializado, consoante o que preceitua o decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931.⁴⁸

Conforme afirmou Felipe Demier, o governo provisório encerrou um conteúdo reformista já nos primeiros anos de sua atuação. Reformista, ao que tudo indica, “na medida necessária para a preservação da ordem capitalista em uma sociedade dependente que claramente se urbanizava e, *saltando etapas*, se industrializava.” Esses trabalhadores, pela primeira vez, se viam amparados por leis que “permitiam satisfazer demandas básicas de sobrevivência”.⁴⁹

⁴⁶ *Diário de Notícias*, Salvador, 28.09.1933.

⁴⁷ PBEB. *Diário de Notícias*, Salvador, 28.08.1933.

⁴⁸ *Idem*.

⁴⁹ DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro*, op. cit., p. 108. Grifos do autor.

Esses direitos não foram estendidos à população camponesa, o que permitia que grande parcela da oligarquia baiana, produtora e agroexportadora, continuasse a enxergar o governo provisório como possível aliado. Para as classes produtoras do comércio, esses direitos já se constituíam em ameaça. Não foi por outro motivo que o Grêmio das Classes Produtoras da Bahia, como se viu no capítulo anterior, não apoiou a Juraci Magalhães e o PSD nas eleições realizadas em maio daquele ano. Aquele banquete, porém, sinalizava mudanças que seriam confirmadas nas eleições de 1934.

Desde 1932 os trabalhadores baianos buscavam sindicalizar-se. A partir de 1933, no entanto, quase todos os profissionais rendiam-se “às benesses” do governo. Ferroviários, empregados do comércio, produtores rurais e até os intelectuais da imprensa pleitearam o reconhecimento de suas Associações como órgão oficial. No caso dos trabalhadores, como se verificaria na greve dos ferroviários na Bahia, em 1934, o processo de incorporação subalterna das massas populares à via institucional do país ocorreria por meio da repressão à vanguarda política e a constituição de uma estrutura sindical de tipo corporativista, além da vasta legislação social e política que atendia a importantes demandas da classe trabalhadora e urbana.⁵⁰

A oposição certamente reagiria a esse estado de coisas. O jornal *A Verdade*, de Santo Amaro, por exemplo, foi censurado e teve a sua circulação suspensa por veicular, quando da visita de Vargas, “um clichê” solicitando-o a não parar na sala de visita da cidade e ir até a cozinha para perceber a imensa diferença entre o povo que o acolhia e os miseráveis que eram tangidos da sala de estar, os funcionários com salários atrasados, os mal pagos etc.⁵¹

Tentando desfazer as impressões deixadas pela visita de Getúlio Vargas, J.J. Seabra voltou à Bahia. Chegou ao final de setembro de 1933 e demorou-se em palestras na capital do estado e em correspondência com correligionários do interior. Não sem motivos, realizou uma destas conferências no salão da Associação dos Empregados do Comércio, a 7 de outubro de 1933, e assim como já havia anunciado no Rio de Janeiro, ao jornal *A Batalha*, em entrevista concedida em 22 de setembro, viria à Bahia matar a saudade e dizer ao povo “à luz da

⁵⁰ Idem, p. 100. Entre 1932 e 1934 o governo provisório fixou as 8 horas de trabalho; regulamentou o trabalho feminino; criou a Comissão Mista de Conciliação; criou o Instituto e Caixa de Pensão e Aposentadorias; a lei de amparo ao trabalhador brasileiro nato, com a garantia de 2/3 dos postos de trabalho nas empresas nacionais e regulamentou as férias.

⁵¹ *Diário de Notícias*, Salvador, 5.09.1933. A censura não ocorreu apenas na Bahia, em Pernambuco, o interventor Lima Cavalcante decretou censura durante a passagem de Getúlio Vargas na região. O ato teve apoio do governo provisório que disse que a medida era preventiva “no sentido de evitar a divagação de notícias prejudiciais ao interesse público”. Ver jornal *O Globo* e *Diário de Notícias*, 23.09.1933.

verdade, com documentação insofismável, as condições em que se encontra[va] o nosso estado, uma vez que o interventor não permit[ia] que a imprensa local o f[izesse].”⁵²

A sua estada na Bahia foi marcada por perseguições. Condenou a administração de Juraci Magalhães e criticou os sucessivos empréstimos contraídos por ele. Um dos oradores de sua recepção, organizada por acadêmicos, foi preso pouco tempo depois do desembarque. Era Otávio Barreto, advogado na Bahia, integrante da Aliança Liberal no estado no ano de 1930 e, naquela ocasião, representante das classes proletárias. A imprensa baiana estava impedida de relatar este tipo de coerção. *O Imparcial*, que tentou tratar a questão e manter-se contra o governo teve a circulação suspensa, isso três meses depois de ter sido empastelado por homens mascarados.⁵³

Na despedida de Seabra, a 13 de outubro de 1933, os acadêmicos solicitaram o salão da Faculdade de Medicina para prestar-lhe homenagem e o pedido foi negado. Indignado, J.J. Seabra voltou ao Rio de Janeiro disposto a combater por todas as formas o governo baiano. Desse embate surgiram dois livros sobre a política no estado: *Humilhação e Devastação da Bahia*, de 1933 e *Defendendo o meu governo*, de 1934, de Seabra e Juraci Magalhães, respectivamente.

Ao retornar ao Rio de Janeiro, Seabra deu uma série de entrevistas ao jornal *A Batalha*. A primeira delas, publicada a 18 de outubro de 1933, começava pela análise da administração baiana.⁵⁴ Lembra, primeiro, que ao ser procurado pelo tenente quando de sua nomeação, não aceitou apoiá-lo porque não julgava que ele fosse capaz de administrar um estado grande como a Bahia. Sua promessa inicial de combate a Lampião e seus comparsas havia fracassado, embora se tivesse gasto muito dos cofres públicos com as campanhas pelo interior.⁵⁵

Em relação ao tesouro do Estado, Seabra afirmou que as iniciativas de Juraci Magalhães eram as mais desastrosas. Em março de 1932, o interventor firmou contrato entre o governo do Estado e os credores Ethelburg Syndicate Limited, de Londres. Seabra destacou que o contrato foi feito às vésperas de uma moratória concedida para todo o Brasil. Credores franceses e ingleses envolvidos no negócio não aceitaram as cláusulas do contrato e ele ficou

⁵² UMA ENTREVISTA COM O SR. J.J. SEABRA. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 23.09.1933; *Diário de Notícias*, Salvador, 7.10.1933.

⁵³ QUANDO SE FALA EM CONCÓRDIA EM E PACIFICAÇÃO. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 3.10.1933.

⁵⁴ O anúncio da publicação dessa matéria foi feito a 17 de outubro quando Seabra desembarcou na capital do país. CHEGOU O SR. SEABRA. *A Batalha*, 17.10.1933.

⁵⁵ ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO BAIANA. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 18.10.1933.

sem validade. A questão posta por Seabra era: onde estavam os oito mil contos emitidos e entregues aos contratantes?⁵⁶

No dia 20, a denúncia foi acerca da perseguição à imprensa baiana. Seabra fez um histórico de todas as repressões desde a posse do interventor na Bahia. Lembrou das contendas com o *Diário da Bahia* e Moniz Sodré; a prisão de Mário Monteiro, de *O Imparcial*; o atentado em pleno dia ao jornalista José Rabelo, na Rua Chile; a ameaça de “esbofetear o Simões Filho em praça pública”; a ameaça a Wenceslau Gallo, diretor do *A Tarde* e a prisão por vários dias de Nelson Carneiro. José Rabelo e Mário Monteiro viram-se obrigados, segundo relatou, a mudar para a capital do país, visando proteger suas famílias. Discorreu ainda sobre as várias investidas sobre o *Diário da Bahia*, a prisão de seus funcionários, entre eles, um senhor de oitenta anos, e a violação das bolsas das funcionárias da empresa. Entre os presos figurava Joel Presídio, redator-chefe do jornal.

Diferente do que se pensava sobre a Bahia, J.J. Seabra afirmava que em sua terra a opressão ainda era uma realidade. Denunciou as perseguições sofridas durante a sua visita ao estado e fez publicar uma carta recebida de Aloísio de Carvalho Filho, dando notícias das prisões realizadas após a sua partida para o Rio de Janeiro. Segundo a missiva, o delegado auxiliar na Piedade, dr. Ivan Americano, estava presente no embarque de Seabra “vigiando, na companhia do comissionário Bastos e do subdelegado da Sé”.

No total teriam sido presas oito pessoas, o acadêmico de direito Demóstenes Berbet de Castro, que saiu na mesma noite, e outros que “não sendo acadêmicos teriam se entusiasmado muito na manifestação”. Foi preso, também, João Batista Oliveira, que teria anunciado a hora do embarque; Oswaldo Washington Nascimento, mantido no cárcere sem alimento, e Renato Bião de Cerqueira e Souza, parente de Dantas Bião, que falou na ocasião da despedida em nome da Faculdade de Direito e que compareceu à polícia em companhia de Nestor Duarte, sendo imediatamente liberado, “de modo que o rapaz sofreu constrangimento, que lhe é, aliás, título de glória”.⁵⁷

No dia 21 de outubro, no capítulo intitulado “Selvagerias e violências”, Seabra denunciou as surras que Nelson de Souza Carneiro e Pericles de Melo tomaram na Bahia, antes de serem deportados ao Rio de Janeiro, depois dos acontecimentos de agosto de 1932. Destacou que o empastelamento do jornal *O Imparcial*, em junho de 1933, teria sido em consequência de aquele ter publicado, quando o interventor estava em Cipó, uma matéria assinada por Nelson

⁵⁶ ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO BAIANA. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 18.10.1933.

⁵⁷ SEABRA, J.J. ATENTADO CONTRA PESSOAS E COUSAS. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 20.10.1933.

Carneiro, ainda residente no Rio de Janeiro. De volta a capital e em passagem por Alagoinhas, onde o tio de Nelson Carneiro, Edgar Joaquim de Souza Carneiro, era juiz de direito, o interventor ameaçou “tirar um desforro pessoal com Nelson Carneiro” quando chegasse à capital do estado.

A 5 de julho, Nelson Carneiro foi convidado a comparecer ao gabinete de investigações no Rio de Janeiro, onde foi orientado a sair da capital “pois a sua vida corria perigo”. Ao final daquele mês, quando Juraci Magalhães viajou ao Rio, Nelson Carneiro foi detido no dia 27, ficando encarcerando até as 18 horas do dia 29, por ameaça de assassinato, tendo que requerer um *habeas-corpus* em seu favor para comparecer à votação das classes liberais, no dia 30 de julho.⁵⁸

Seabra também denunciou as perseguições feitas no interior do estado:

Também no interior do estado, a imprensa tem sido vítima de brutais atentados.

O *Avante*, de Conquista, teve o seu diretor preso e as suas edições confiscadas, por mais de uma vez.

Os redatores de *A Razão*, de São Gonçalo dos Campos, perseguidos pela polícia fugiram para a capital e requereram um *habeas-corpus* ao Tribunal de Justiça, requerido pelo distinto advogado Durval Fraga.

Em Alagoinhas, o jornalista Antonio Silva (genro de José Lúcio dos Santos, o coronel Santinho), da *União*, é preso e enviado aos xadrezes da Chefatura de Polícia, isto às vésperas do pleito de 3 de maio.

A *Verdade*, de Santo Amaro, não podendo mentir, teve a sua edição comemorativa da visita do honrado Sr. Getúlio Vargas, àquele município, confiscada pela polícia e o seu diretor ameaçado de prisão, caso fizesse escândalo.

Por haver noticiado violências praticadas em Maragogipe, contra os eleitores que votaram na chapa oposicionista, em 3 de maio, o jornalista João Queiroz, diretor do *Jornal do Povo*, teve que fugir para fora daquela cidade.

O professor João Leal, ex-diretor de *A Lucta*, de Juazeiro teve que fugir para Petrolina, onde se encontra presentemente. E note-se que este valoroso cidadão, lente da Escola Normal Maria Auxiliadora e do Seminário de Petrolina foi líder da campanha liberal na zona sanfranciscana como podem atestar entre outros, os senhores Antônio Carlos, João Carlos Machado, Mário Crespo e o próprio Dr. Djalma Pinheiro Chagas, que por ali passou em 930.

O *Jornal de Ilhéus*, órgão dirigido por um moço independente e altivo, o dr. Hermes Tavares, já foi intimado a não criticar os atos do governo provisório e está ameaçado de suspensão, caso desobedeça tais ordens.⁵⁹

Entre os dias 22 e 27 de outubro de 1933, Seabra apresentou mais três artigos, respectivamente: “Ignomínia maior”, em duas partes; “O que se vê e o que não se vê”,

⁵⁸ SEABRA, J.J. SELVAGERIAS E VIOLÊNCIAS. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 21.10.1933.

⁵⁹ Idem.

também em duas partes e “As dez afirmativas do interventor da Bahia”. Nelas, discorreu sobre a prisão dos estudantes e professores na Bahia; a arrecadação feita pela polícia no estado, de cerca de 5 contos de reis ao ano – arrecadados sob todas as formas, pelo jogo do bicho, uso e porte de arma, inclusive de arma branca como facas e facões, imposto sobre álcool e sobre objetos achados e perdidos – e usada de forma discricionária pelo interventor; contratação de parentes e filhos de amigos para ocupar gabinetes e secretarias; e as sucessivas viagens feitas por Juraci Magalhães ao interior e à capital do país, deixando a Bahia, frequentemente, em mãos de interventores interinos.⁶⁰

Na Bahia, nenhuma dessas matérias puderam ser reproduzidas. Sobre elas o *Diário de Notícias*, em nota assinada por Altamirando Requião afirmava que a Bahia seria apenas o Eco. O jornalista baiano afirmou que aquelas críticas só estavam sendo feitas em função de o interventor do Rio de Janeiro ter suspenso temporariamente a censura à imprensa, mas alertava que Seabra não deveria ir com muita sede ao pote para não correr o risco de deixar de ser diplomado para a Assembleia Nacional Constituinte.⁶¹ Previsão acertada. No dia 28 de outubro o jornal foi proibido de veicular novas denúncias e a 29 estampou a seguinte nota: “Análise de administração baiana: fui impedido de continuar a analisar a administração do meu estado, a Bahia. Não importa, essa análise virá, não há mal que sempre dure... Nada há que doa tanto quanto a verdade”. Assinada e datada por Seabra.⁶²

O interventor baiano concedeu entrevistas ao *Diário Carioca* rebatendo a algumas dessas declarações de Seabra. Durante todo o mês de outubro esteve no Rio de Janeiro buscando influenciar na composição da diretoria e das comissões da Constituinte e acompanhando os processos que tramitavam no TSE referentes às eleições baianas. No início daquele mês de novembro mais uma vitória seria conferida ao seu governo. As audiências que trataram das irregularidades nas eleições do estado, em função do recurso à sentença anteriormente referida, ocorreram no dia 3 e 4 de novembro de 1933. Nelson de Souza Carneiro foi o advogado de Seabra e Moniz Sodré, que juntos interpuseram recurso ao pleito e, em separado, às diplomações.

Tanto o Tribunal Superior Eleitoral manteve a legitimidade das eleições quanto manteve as diplomações dos candidatos conferidas pelo TRE/Bahia, ainda que contra elas Nelson

⁶⁰ SEABRA, J.J. IGNOMÍNIA MAIOR. *A Batalha*, 22 e 24.10.1933; O QUE SE VÊ E O QUE NÃO SE VÊ; 25 e 26.10.1933; AS DEZ AFIRMATIVAS DO INTERVENTOR DA BAHIA, 28.10.1933.

⁶¹ REQUIÃO, Altamirando. O Sr. Seabra na Imprensa. *Diário de Notícias*, 28 de outubro de 1933.

⁶² *A Batalha*, 29 de outubro de 1933.

Carneiro apresentasse robustas provas sobre a votação do eleitorado baiano e as contradições entre as Atas do Tribunal e a diplomação emitida por ele.

É inequívoco o esforço de Juracy Magalhães para assegurar a vitória do governo revolucionário na Bahia, ainda que essa vitória fosse adquirida com um evidente desequilíbrio entre a coerção e o consenso. Sob seu comando, a violência estatal, quase sempre presente, aliada à censura, à propaganda de uma boa administração, à ideia de ampla participação no regime tal como se afirmava em relação à formação do PSD e ainda aos incontestáveis apoios da União garantiram as vitórias do governo provisório na Bahia.

A pouco mais de uma semana daquela decisão do TSE, J.J. Seabra e Aloísio de Carvalho Filho tomariam posse na Assembleia Nacional Constituinte. Começaria um novo momento de confronto, agora, pela via constitucional.

5.2. A atuação da bancada baiana oposicionista na Assembleia Nacional Constituinte

O governo provisório procurou colocar-se acima das competições partidárias ou facciosas para não trair os compromissos assumidos com a nação. Em movimento de tal envergadura, a autoridade constituída pela vitória não pode transformar-se em simples executora de programas de partido. Deve ser, apenas, uma expressão nacional. O mais que se lhe pode conceder neste terreno é a função de coordenar as aspirações gerais, com o fim de estabelecer o equilíbrio das correntes que representam. Essa função desempenhou-a o Governo provisório com inteira sinceridade, em constantes esforços de acomodação das direitas e esquerdas revolucionárias.

(Discurso de Getúlio Vargas na abertura da Assembleia Nacional Constituinte - 1933).

A presença de Vargas na abertura da Assembleia Nacional Constituinte demonstrava que estava assegurado o seu comando pessoal sobre o processo de transição do governo provisório para o período constitucional, o que pode ser verificado a partir de quatro aspectos: decreto que criou a comissão constitucional, em 1932; decreto do Regimento Interno da Assembleia, de nº 22.621, de 5 abril de 1933; representação classista; reorganização partidária.⁶³

Os trabalhos preparatórios foram iniciados a 10 de novembro de 1933, sob a condução do ministro Hermenegildo de Barros e a 15 do mesmo mês, Antonio Carlos, ex-governador de

⁶³ Felipe Demier argumenta que a elaboração da Constituição de 1934 assegurou a passagem de um regime semibonapartista para um bonapartismo semiparlamentar, ou seja, os traços bonapartistas de um estado relativamente autônomo se sobrepuseram ao regime democrático burguês que se esperava com a promulgação da Constituição. Desse modo, se a Constituição de 1934 implicou na diminuição do controle político pelo Executivo não lhe retirou, de todo, o poder. DEMIER, op. cit. p. 104-107.

Minas Gerais, assumiu como presidente da Casa, após receber 138 votos dos seus pares. No conjunto de deputados presentes, Assis Brasil e J.J. Seabra eram os únicos que haviam participado da Constituinte de 1890. Apesar de ser indicado a presidente e receber três votos, Seabra absteve-se de votar naquela ocasião e foi o primeiro deputado a questionar o funcionamento da Assembleia sob um Regimento decretado pelo Executivo. Na opinião do deputado baiano, antes de eleger a mesa diretora, os seus colegas tinham a obrigação moral de aprovar o Regimento Interno.

No total foram cinco sessões preparatórias e durante este tempo a bancada baiana da situação reuniu-se frequentemente. Sob a orientação de Juraci Magalhães, os deputados baianos do PSD buscaram garantir as emendas necessárias à permanência das ações do governo provisório ao anteprojeto da carta constitucional. Todas as ações da bancada situacionista baiana convergiam em apoio a Vargas.

Medeiros Neto e Pacheco de Oliveira disputavam internamente a liderança da bancada situacionista na Assembleia Nacional Constituinte; ambos, querendo demonstrar a força política que obtiveram durante a disputa eleitoral na Bahia.⁶⁴ Na disputa pela vice-presidência da casa, como já havia previamente decidido entre Juraci Magalhães e Getúlio Vargas, Medeiros Neto saiu vitorioso, assumindo a liderança da bancada enquanto Pacheco de Oliveira assumia a vice-presidência da Casa, após ser eleito por 102 votos.⁶⁵

A liderança de Medeiros Neto na Assembleia Constituinte desagradou a muitos dos seus conterrâneos. Na Bahia, um dos seus maiores críticos foi o Altamirando Requião. Na capital do país, a primeira atuação do deputado foi noticiada com a fatídica expressão: uma estréia desastrada:

O Sr, presidente concede a palavra ao segundo orador inscrito, que é o deputado Medeiros Neto. O “leader” baiano levanta-se para falar de sua bancada, mas o presidente adverte-o que, de acordo com o regimento deve fazê-lo da tribuna. O Sr. Medeiros Neto vem ocupá-la, mas parece desambientado, nervoso mesmo. Eis a causa, talvez do seu fracasso, ontem, naquela estréia infeliz.

O “leader” da bancada baiana produziu um discurso inexpressivo e inábil, que provocou todo aquele tumulto na Assembleia.

⁶⁴ Juraci Magalhães abordou a questão dessas lideranças em seu livro de memória. Segundo ele, as diferenças entre Medeiros Neto e Pacheco de Oliveira foram amainadas quando ambos perceberam que o interventor visava “aproveitar” uma terceira liderança que surgia, João Marques dos Reis. De fato, mais tarde, Marques dos Reis assumiria um ministério no governo constitucional de Vargas. MAGALHÃES, Juraci Montenegro. *Minhas memórias provisórias...*, p. 79-90.

⁶⁵ Outros deputados baianos também foram votados: Seabra, 7 votos; Marques dos Reis, 3 votos; Medeiros Neto, 4 votos e Artur Neiva, 3 votos.

Assim a indicação que seria, como foi, aprovada quase unanimamente, deu motivos a debates acalorados e apartes incisivos, por culpa da falta de diplomacia do orador.

E, aparteado, o Sr. Medeiros Neto não soube responder, ao menos, sofrivelmente, a uma só das interpelações que lhe foram feitas pelo Sr. Henrique Dodsworth. Chegou a pedir ao representante do Distrito Federal que “deixasse para apartear-lo quando terminasse o seu discurso”. (sic) no que foi observado pelo presidente que lhe declarou não ser possível, em face do Regimento.

Enfim, não podia ser mais desastrada a estréia do “leader” da bancada baiana.⁶⁶

A confusão de que trata a citação refere-se ao requerimento apresentado por Medeiros Neto para revalidar os poderes contidos no Decreto 19.398, de 11 de novembro de 1930, que conferiu poderes discricionários a Getúlio Vargas. Certamente seria aprovado, mas a confusão causada pela inexperiência de Medeiros Neto foi tão grande que a Sessão foi completamente tumultuada, sobretudo quando ele quis dizer que falava pela Bahia, e que, de certo modo, as suas ideias estavam afinadas com as de São Paulo.

Contra tal afirmação posicionou-se diferentes deputados, entre eles Aloísio de Carvalho Filho: “De qual Bahia?”. Ao que o líder do governo respondeu: “Que não sendo revolucionária, foi e está sendo tratada com o maior respeito e dirigida com o melhor dos êxitos.” E acrescentou: “É uma consequência fatal da história da Bahia a dessa divisão. Ação nítida aqui nesse recinto, num espetáculo lamentável”.⁶⁷

Além da divergência de ideias, Medeiros Neto referia-se ao fato de os dois deputados baianos eleitos pela oposição não ocupar o assento na bancada do estado, tomando-o ao lado dos paulistas.

O *Diário de Notícias* assim reproduziu a atuação do baiano:

Forçoso é confessá-lo, quando vimos o líder Neto chegar à tribuna, carregado de papéis, calvície luzidia, olhos faiscantes, orelhas grandes, enrubescidas, tivemos a impressão passageira de que iríamos assistir a uma formosíssima oração, à altura das tradições imarcescíveis da inteligência baiana. Mas o orador falhou completamente à nossa expectativa!

O seu discurso foi vazio de imagens e carente de lógica, tateante, monótono, um excelente remédio para fazer dormir [...] A imprensa do Rio

⁶⁶ O DIA DE ONTEM NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 17.11.1933.

⁶⁷ Ver: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte*. v.1. 1933/1934. p 171. A essas observações Aloísio de Carvalho respondia: “A Bahia quer construir, a Bahia não traz para aqui regionalismos, não alimenta sentimentos estaduais, não vem se mostrar inimiga dos brasileiros. Ela quer, ao contrário, organizar a Constituição o mais depressa possível ressaltando, entretanto, sempre seus pontos de honra, fiel às suas tradições de cultura e liberdade e revelando ao país que não está contente com a sorte que a Revolução lhe impôs. p. 255.

lhe acusava de tumultuar a Assembleia e os seus apartes faziam a assistência rir.⁶⁸

Seabra também aparteu a fala de Medeiros Neto por diversas vezes, mas, como revolucionário que se considerava, aprovou o requerimento apresentado por ele com a seguinte justificativa:

Sr. Presidente, fui, sou e serei sempre um homem da Revolução, contanto que a Revolução cumpra as suas promessas; que a Revolução fraternize os brasileiros pela anistia ampla e plena, acabando com a restrição de direitos políticos, deixando que a soberania nacional respire pelos pulmões, com a liberdade de imprensa, enfim, Sr. Presidente, que a Revolução garanta aos brasileiros todas suas liberdades públicas e particulares. [...] Relativamente à moção apresentada pelo ilustre deputado da Bahia, não tenho dúvida em aprová-la, porque, senhor Presidente, no momento em que o chefe do governo provisório veio ler a sua plataforma diante desta Assembleia, a ela entregou os poderes que pela força, nós, os revolucionários, havíamos recebido da nação. Não era necessária, portanto, a declaração explícita de que renunciava a esses poderes porque implicitamente assim o fez entregando à Nação os poderes que dela recebera.⁶⁹

Os deputados eleitos pelo PSD saíram da Bahia com promessas de elevar o nome do estado e desempenhar um papel importante no governo Vargas, mas as resistências aos nomes eleitos viriam não apenas dos seus pares da oposição, como de deputados de diferentes estados. Na Sessão do dia 17 de novembro de 1933, um boletim foi deixado nas gavetas reservadas à imprensa. Assinado por O.M. e reproduzido pelo jornal *A Batalha*, o boletim diz o seguinte sobre o deputado Pacheco de Oliveira:

Pacheco de Oliveira
(O degolador)

Pacheco vai falar... “Com certo enfado,
Consertou a luneta, tossiu lento,
Empertigou-se todo... “Oh, que talento!”
E embatucou num simples “apoiado!”...

Que nasceu para eterno deputado,
Bem se vê pelo aspecto pachorrento,
Pois, afinal, de acordo com o momento
Tem o bom senso de ficar calado.

⁶⁸ O FRACASSO DO LEADER. Com atraso. *Diário de Notícias*, Salvador, 9.12.1933.

⁶⁹ Biblioteca da Câmara dos Deputados. Anais da Assembleia Nacional Constituinte. v.1. 1933/1934. p 176-177. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6/browse?value=Brasil.+Assembleia+Nacional+Constituinte+%281933%29&type=subject>>. Acesso em: 21 de setembro de 2017.

Desabusado chefe perrepista
 Fez em 30, com ótimo proveito
 “Evoluções” de bom malabarista.

Toda a Bahia, afirma a viva voz,
 Que é em carne e osso um exemplar perfeito
 Do outro Pacheco, de Eça de Queiroz...

Rio, 16.11.33
 O.M.⁷⁰

Atribuiu-se a nota ao deputado e poeta Olegário Mariano. A anedota revelava a postura de grande parte da bancada de Pacheco de Oliveira, que pela análise dos Anais da ANC privou-se de debater importantes questões. A revelação, sem dúvida, foram os deputados Negreiros Falcão e Clemente Mariani, considerado o Benjamim da bancada baiana.⁷¹

Na Bahia, a atuação da bancada do PSD regional também recebeu críticas. Aloísio Castro fez uma jocosa descrição da atuação de cada deputado eleito pelo estado. Segundo ele, cada perfil daria “biografias inquestionáveis e deleitáveis. O *Diário de Notícias* publicou a matéria no dia 23 de dezembro de 1933, cujo fragmento segue abaixo.

A turma do PSD oferecia expressões, que bastariam para esgotar todo um vocábulo de originalidades personalíssimas, asterísticos da última etapa do regime discricionário. Diante delas, não ficariam muitos deslocados os representantes de classes que hoje ocupam algumas dezenas de poltronas do Palácio Tiradentes, onde as primeiras [PSD] como os segundos [Representantes de classe] nada disseram ainda, porque, sem dúvida, motivos não viram para mais do que se conservar sentados nos seus lugares à espera da aprovação das moções e *tutti-quantum* [...].⁷²

⁷⁰ Jornal *A Batalha*, 18 de novembro de 1933. O autor compara Pacheco de Oliveira à personagem da obra de Eça de Queirós, *A correspondência de Fradique Mendes*, que trata de um homem talentoso que assumiu todos os cargos políticos de sua cidade. Era aclamado por toda nação, mas, na verdade, nunca havia demonstrado talento algum, pois jamais falava: “Quando os amigos, os partidos, os jornais, as repartições, os corpos coletivos, a massa compacta da Nação murmurando em redor de Pacheco ‘que imenso talento!’ o convidavam a alargar o seu domínio e a sua fortuna - Pacheco sorria, baixando os olhos sérios por trás dos óculos dourados, e seguia, sempre para cima, sempre para mais alto, através das instituições, com o seu imenso talento aferrolhado dentro do crânio como no cofre de um ávaro. E esta reserva, este sorrir, este lampejar dos óculos, bastavam ao País que neles sentia e saboreava a resplandecente evidência do talento de Pacheco.” *A correspondência de Fradique Mendes*. vol VIII. Disponível em: <<http://leitordeprofissao.blogspot.com.br/2010/12/fradique-mendes-o-inefavel-pacheco.html>>. Acesso em: 29.11.2017.

⁷¹ Benjamim é uma expressão que significa filho mais novo de Jacob, Predileto, caçula. A expressão se justifica pelo conteúdo das cartas trocadas entre Juraci Magalhães e Getúlio Vargas, apresentando Clemente Mariani como seu representante. Sobre a atuação de Clemente Mariani como constituinte ver: CPDOC/FGV. CMA dcf1 c 1933.12.05/1 e os volumes de 1 a 22 dos Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1933/1934.

⁷² CASTRO, Aloísio. O PERFIL DA BANCADA. *Diário de Notícias*, Salvador, 23.11.1933. Em 1934 Aloísio substituiria Altamirando Requião na redação do jornal *Diário de Notícias* durante a sua ausência em função da campanha eleitoral. Na ocasião colocava-se como representante e liderança dos acadêmicos que apoiavam o PSD.

Não obstante às críticas, a bancada do PSD mostrava-se eficaz para o que se propunha: levar para a ANC os pontos defendidos pela União Cívica Nacional, que logo após as eleições lançou um manifesto sugerindo uma renovação no pacto entre os líderes da “corrente outubrista”, visando resistir aos deputados que viam a Constituinte como forma de combate ao governo de Vargas.⁷³

Assim, os encaminhamentos feitos pelos deputados da Bahia seguiam as diretrizes passadas a Juraci Magalhães pela UCN e, mais tarde, as orientações da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que conseguiu expressiva vitória para os estados do norte ao incluir o problema da Seca na Constituição de 1934, fazendo com que parte da renda da união fosse destinada ao seu combate.⁷⁴

O destaque para a atuação de Clemente Marianni pode ser atribuído, entre outros motivos, ao seu alinhamento com essas diretrizes e à sua proposta de criação dos partidos nacionais no seio da Assembleia Nacional Constituinte. Durante a reformulação do Regimento Interno afluíram a discussão a respeito das representações estaduais e da proporcionalidade. Havia dificuldade em se estabelecer um consenso acerca da seguinte questão: a Assembleia Nacional Constituinte deveria ser composta por corrente de opinião ou de Estado? Clemente Marianni afirmava que o Brasil ainda não estava perfeitamente organizado em partidos ou em correntes de opinião àquele momento, de modo que, de imediato, essa medida não podia ser adotada. No entanto, defendeu que a organização de ideias e opiniões só se dariam dentro de um partido e aconselhou:

Homens políticos do Brasil, tenentes ou generais, quantos tenham capacidade de ação e força efetiva no Brasil, aproveitai a ocasião: - uni o Brasil, nacionalizai a política brasileira, quebrai os quadros estaduais, desestadualizai a política do Brasil, formai partidos nacionais, dai a esse organismo uma só voz ou vozes unidas, expressão da nação inteira. Se não fizerdes isto, não salvareis o Brasil. Outras revoluções terão forçosamente que vir [...].⁷⁵

⁷³ Conferir as emendas propostas pela bancada baiana do PSD em: CPDOC/FGV. CMa Pi Marianni, C. 1934.04.07.

⁷⁴ O *Diário de Notícias* noticiou, no dia 20 de dezembro de 1933, o Primeiro Congresso Brasileiro dos Problemas do Nordeste, a ser realizado na capital federal por iniciativa da Associação dos Amigos de Alberto Torres. Dulce Pandolfi afirma que os membros dessa Sociedade, além de priorizar as questões dos estados do Norte, num claro combate aos grandes estados e aos antigos partidos republicanos, defendiam uma proposta alternativa ao anteprojeto constitucional, baseada em duas grandes obras de Alberto Torres: *O problema nacional brasileiro* e a *Organização Nacional*. PANDOLFI, op. cit. p. 371.

⁷⁵ Um resumo do discurso de Clemente Marianni foi reproduzido no *Diário de Notícias*, em 20.12.1933.

Mas se Clemente Mariani destacava-se como o Benjamin da bancada baiana era o septuagenário José Joaquim Seabra um dos baianos que mais chamavam a atenção na Assembleia Nacional Constituinte. Aos setenta e oito anos de idade quase não se ausentava das sessões, das quais participava ativamente votando e propondo emendas, discursando, defendendo a Aliança Liberal e o programa que levou à Revolução de 1930, combatendo a censura, as ditaduras, o comunismo e, sobretudo, defendendo a Constituição de 1891, a divisão dos três poderes e os preceitos liberais.

Para o experiente político, não teria sido a Constituição de 1891 a causa da Revolução de 1930, mas o seu descumprimento, conforme defendeu em discurso de quase duas horas proferido na última sessão do ano de 1933, na qual mostrou aos demais deputados não apenas o vigor físico como também a disposição para o embate político tão característico de sua atuação parlamentar.⁷⁶

O jornal *A Batalha* resumia o seu desempenho ao final daquele ano do seguinte modo:

A Palavra do Sr. J. J. Seabra na Assembleia Constituinte não possui apenas o valor que decorre da personalidade do orador, encanecido no trabalho em prol da Pátria. Ela é, com a do Sr. Assis Brasil, a única voz que nos vem da Constituinte de 1890. Elo de ouro entre a primeira e a segunda Constituinte da República, traz a chancela de uma autoridade excepcional. Testemunha da ação de todos os grandes brasileiros, que elaboraram o pacto fundamental em vigor até 1930, o Sr. J.J. Seabra foi ainda, como presidente de honra da Aliança Liberal, um dos animadores do movimento de outubro. Seu depoimento assume, por todos estes títulos, uma expressão de relevo, e não pode passar despercebida aos observadores da atualidade nacional.

E o que diz com o prestígio de seu nome e os tesouros da sua experiência o velho político baiano? [...] Fora do liberalismo não há salvação. A marcha do nosso país é no sentido das conquistas democráticas. Não nos seduzem as teorias exóticas. A ditadura, com o seu sinete de barrismo retrógrado, não é a fórmula da salvação da pátria. A liberdade é o grande sonho do nosso povo. A revolução se fez para reivindicar as liberdades conculcadas [...]. Longe dos fascismos e do comunismo, banhado pelo claro sol da liberdade, firme na observância de um pacto que a redima das prepotências do personalismo, a nação cumprirá os seus destinos.⁷⁷

Em parte, o discurso de Seabra falava muito mais de sua própria trajetória pública, desde o final do império ao exílio no início da década de 1920, que da situação política do

⁷⁶ Sobre a atuação de J.J. Seabra na Primeira República ver: NORONHA, Silvia Sarmiento. *A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011.

⁷⁷ O DILEMA. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 31.12.1933. Esse discurso pode ser consultado em: Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933/1934. vol. 5. p. 256-279. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6/browse?value=Brasil.+Assembleia+Nacional+Constituinte+%281933%29&type=subject>>. Acesso em: 21 de setembro de 2017.

país naquele momento. Na verdade, a mensagem de um liberal convicto que queria deixar, no fundo, mostrava o conservador que, de fato, ele era, como se observa pelo fragmento abaixo:

Inimigo figadal, tremendo de todas as ditaduras e de todos os ditadores, não posso deixar de arrepiar-me e ficar exacerbado como uma fera (risos), quando me falam em fascismo, em nazismo, em soviétismo... Para mim, nada mais respeitável do que a liberdade do indivíduo, a garantia dos seus direitos.

Os governos não se organizam, não cobram impostos, para sufocar liberdades; ao contrário, organizam-se para assegurar as liberdades dos cidadãos. Eis porque eu sou – repito - inimigo figadal das ditaduras, a não ser uma brasileira, amena e doce...(risos).

Está aqui a nação reunida para dar uma Constituição e agradecer ao Ditador os serviços prestados durante o seu governo. O que é preciso é isto: constitucionalizar a República e constitucionalizar quanto antes.

Sou partidário da constitucionalização imediata e por isso proporia a adoção do pacto de 24 de Fevereiro, com algumas modificações e delegaria ao Congresso ordinário, certas questões que não são propriamente constitucionais.

Senhores, nesta grande Pátria, livre, rica em tudo que possam perturbar a nossa vida constitucional, de país pacífico. Devemos olhar, é certo, para o operário, mas não do modo porque está sucedendo na Europa, onde, depois da guerra, é tal a confusão, que o proletário é esmagado todos os dias pela prepotência do capital, mesmo porque o capital não é outra coisa senão o trabalho acumulado. O operário pode ser, hoje, pobre, e amanhã, capitalista, se acaso souber acumular o resultado do seu labor.

Não temos questões sociais, insisto.

O de que precisamos, ainda, é disto: educar o povo (*muito bem!*), para que ele, bem conhecendo os seus direitos e seus deveres, possa reagir quando os poderes públicos exorbitarem de suas atribuições ou quiserem esmagar as liberdades públicas.⁷⁸

Seabra elogiou ainda a forma como Getúlio Vargas encaminhou o anteprojeto da Constituinte, segundo ele, em envelope sem nenhuma recomendação para que deles os deputados fizessem o que melhor entendessem. Criticou, no entanto, a Comissão que o elaborou, sobretudo no que diz respeito ao federalismo, a extinção do senado e a eleição do presidente pelo Congresso Nacional.

Esse discurso de Seabra entrava também, ainda que não fosse o seu objetivo, em confronto com outro baiano, João Mangabeira, que tendo participado da elaboração do anteprojeto da constituinte empenhou-se em defender causas que Seabra combatia, a exemplo da eleição indireta do presidente e da questão social, principal bandeira defendida por João

⁷⁸ O DILEMA. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 31.12.1933. Esse discurso pode ser consultado em: Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933/1934. vol. 5. p. 256-279. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6/browse?value=Brasil.+Assembleia+Nacional+Constituinte+%281933%29&type=subject>. Acesso em 21.09. 2017.

Mangabeira durante a feitura do anteprojeto e pela qual voltaria a se debater na imprensa carioca daquele ano.⁷⁹

No entanto, era contra os deputados eleitos pelo PSD que Seabra estava disposto ao confronto aberto. A sessão de 15 de janeiro de 1934 foi um verdadeiro espetáculo da política baiana na Assembleia Nacional Constituinte, na qual Seabra, Aloísio de Carvalho Filho, Medeiros Neto, Pacheco de Oliveira, Arnold Silva, Manoel Novais, Homero Pires, Magalhães Neto, Negreiros Falcão e Leôncio Galvão confrontaram-se abertamente, legando aos anais da ANC mais de quarenta páginas de acusações sobre a atuação de cada um antes e depois da Revolução de 1930.

A discussão foi motivada por uma afirmação de Medeiros Neto, em entrevista ao jornal *A Nação*. Segundo ele, a Bahia só teve revolucionários depois da vitória de 1930. Seabra protestou e fez um longo relato sobre a sua atuação nesse estado durante a campanha pela Aliança Liberal. Constantemente aparteado, o debate só chegou ao fim com a intervenção de deputados de outros estados que reclamaram estarem os baianos levando questões pessoais para a plenária.⁸⁰

José Joaquim Seabra voltou à tribuna outras vezes. Sempre aplaudido, reservava as suas forças para debates de questões importantes como o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas, a tentativa da liderança de inverter o processo e realizar a eleição do presidente antes de promulgar a carta constitucional, a transformação da Assembleia Nacional Constituinte em Assembleia Ordinária etc. Conforme afirmou, reservava-se para combater as sugestões que se distanciavam dos princípios liberais.⁸¹ Em um de seus últimos discursos, em março de 1934, saiu em defesa do voto para mocidade acadêmica.

Conforme discutimos no capítulo anterior, foi grande o debate em torno de quem poderia ou não votar naquele período. Diversas emendas foram apresentadas na ANC, entre elas, uma de Aloísio de Carvalho Filho, propondo que fosse eleitor todo brasileiro com mais de 18 anos, independente do sexo, nos termos que o Código eleitoral definisse.⁸² Marques dos

⁷⁹ A partir de dezembro de 1933, depois que o anteprojeto passou a ser reformulado na Assembleia Nacional Constituinte, João Mangabeira passou a defendê-lo pela imprensa carioca uma vez que não foi eleito deputado pela chapa “A Bahia ainda é a Bahia” e, indicado para concorrer a deputado como representante dos advogados nas eleições classistas não obteve votação suficiente para eleger-se.

⁸⁰ Consultar Anais da Assembleia Nacional Constituinte. vol. 6. p. 76 a 120. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6/browse?value=Brasil.+Assembleia+Nacional+Constituinte+%281933%29&type=subject>>. Acesso em 21 de setembro de 2017.

⁸¹ Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933/1934. vol. 15. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6/browse?value=Brasil.+Assembleia+Nacional+Constituinte+%281933%29&type=subject>. Acesso em 21.09.2017.

⁸² Negreiros Falcão, do PSD, também apresentou emenda para estender o voto aos estudantes universitários.

Reis, deputado baiano pelo PSD, discordava que estudantes com esta idade pudessem votar. Para ele, o objetivo não era retirar da mocidade as suas virtudes, seu desprendimento e devotamento às causas que abraçava, “mas resguardar essa mocidade, de lhe respeitar a pureza dos sentimentos e o impoluido da alma”. Permitir o voto ao estudante seria, portanto, consentir que ele se afastasse por completo da personalidade do pai, tutor ou curador. Marques dos Reis justificava-se:

Assim, Sr. Presidente, justificando o meu voto, declaro com toda lealdade: se já chegou o momento de oficialmente ser declarada na Assembleia Nacional Constituinte a abolição, a extinção do princípio da autoridade no seio da família que se dê o voto aos brasileiros de 18 anos, sem a menor interferência do pai, declarando se está ou não de acordo em ser concedida esta emancipação; se se entende que o resguardo da família ainda merece alguma coisa de nós, que se faça essa restrição e se mantenha o substitutivo, exigindo que o candidato a eleitor seja maior ou emancipado (muito bem!).⁸³

Contra tal argumento Seabra pediu a palavra e vivamente aplaudido defendeu o voto para os universitários:

Sr. Presidente, eu me tenho absterido de tomar parte no encaminhamento das votações, não só porque não desejo pense alguém que pretenda retardar, um minuto sequer, os trabalhos de constitucionalização do país, como porque sei que esta questão já vem encaminhada desde a reunião da manhã.

Não me posso, porém, conter diante do fato de se pretender negar, numa Assembleia liberal, democrática, como esta, o direito do voto à mocidade universitária. A Democracia se funda no sufrágio universal e que sufrágio é esse do qual vão ficar excetuados os universitários brasileiros? Não são eles que tantas vezes têm inflamado a alma nacional? Nos grandes momentos da vida política não se vai buscar, no coração dos moços, a flama do seu civismo? Não vejo, pois, porque negar o direito de voto à mocidade das escolas, impedindo-a de tomar parte, por intermédio dos representantes que vem a esta casa, nas deliberações das assembléias Nacionais.

Sr. Presidente, não me pude conter, repito, diante deste crime que se quer praticar, crime intolerável em uma Assembleia que está votando uma Constituição democrática, em que inclui o sufrágio universal, qual seja a recusa do voto aqueles que a ele tem incontestável direito pelo trabalho, pelo esforço empregado em prol das grandes conquistas liberais do país. Esse atentado, Sr. Presidente, importa em restringir a manifestação da consciência do cidadão e ninguém, mais do que os moços sente no peito pulsar o amor da pátria. Eram as palavras que queria dizer a Assembleia. (Muito bem! Muito bem! Palmas).⁸⁴

⁸³ Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933/1934. vol. 21, p. 365. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6/browse?value=Brasil.+Assembleia+Nacional+Constituinte+%281933%29&type=subject>. Acesso em 21.09.2017.

⁸⁴ Idem.

Seabra sabia contar com o apoio de centenas de estudantes na Bahia e também no Rio de Janeiro, e sua defesa pelo voto universitário não deixava de ser uma estratégia de arregimentação política. Não por acaso, na Bahia, a esse período a Ação Autonomista Acadêmica já se preparava para o pleito eleitoral.⁸⁵ Aliás, a própria ação dos acadêmicos baianos gerou pauta para os debates constitucionais. Por mais de uma vez Seabra e Aloísio Filho utilizaram-se da perseguição aos estudantes por Juraci Magalhães para fazer críticas ao governo no estado. Em abril de 1933, registraram dois requerimentos naquela Assembleia:

Abril de 1933

Cumprimos o dever de trazer ao conhecimento dessa Assembleia Nacional Constituinte a inaudita violência que a Interventoria Federal na Bahia acaba de praticar, fazendo embarcar naquele porto, no vapor nacional “Comandante Ripper”, para destino ignorado, no extremos Norte, os srs. Dr. Emílio Diniz Gonçalves, assistente da Faculdade de Direito e o acadêmico Euvaldo Pires de Albuquerque, deportados, o primeiro, sob o nome de Emílio Gonçalves, e o segundo, sob o nome de Euvaldo Pires. Para essa arbitrariedade, em flagrante desmentido às virtudes de liberalismo e tolerância, tão alegadas e repetidas, como suas, pelo atual governo baiano, serviu de pretexto um incidente em torno de uma exposição de caricaturas para a Casa do Estudante, e de onde foi retirada por compra e rôta uma provocante caricatura do Interventor Juraci Magalhães, atribuindo-se aos dois deportados a culpa disso.

Os dispositivos regimentais, atualmente em vigor, nos impedem de comunicar, de viva voz, à Assembleia, com as minúcias e os indignados comentários que seriam de mister, a grave ocorrência com que, ainda uma vez, se enxovalha a tradição liberal de nossa terra.

Limitamo-nos, por agora, ao registro deste veemente protesto, e para que os srs. constituintes, representantes, que são na Nação Brasileira, saibam como, na Bahia, se exacerbam e se desmandam os que governam, temendo pela aproximação do regime constitucional em que se encerrará o seu inglório domínio forasteiros.

Afirma e reafirma, a todo instante, o governo Provisório que as fronteiras do país estão a todos os brasileiros. As fronteiras da Bahia estarão, mas abertas para que por elas saiam, tangidos, os baianos que não vivem nas graças dos que a querem escravizada à sua vontade ou ao seu capricho.

Sala das Sessões, 18 de maio de 1934. Aloysio Filho e J. J. Seabra.⁸⁶

⁸⁵ Em carta datada de 26 de maio de 1934, Euvaldo Pinho informava a Mangabeira: “Você não acusou o recebimento do ofício da Associação Universitária da Bahia, no qual lhe dava a comunicação de sua escolha para presidente dos patronos da “casa dos estudantes”. Continuamos a manter a mocidade de fogos aceso. Ainda que grupos bem trabalhados pelos políticos tenham feito com que alguns deles aceitassem obséquio do governo: auxílio para viagens ao sul do país, ainda que o governo tenha dado 100 contos para o auxílio a “casa do estudante”, mesmo assim, a maioria absoluta dos estudantes está contra a situação. SAMPAIO. *Cartas do exílio...* vol. 2. p. 424.

⁸⁶ Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933/1934. vol. 21, p. 213-214. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6/browse?value=Brasil.+Assembleia+Nacional+Constituinte+%281933%29&type=subject>. Acesso em 21.09.2017.

No dia seguinte voltaram a denunciar o fechamento do jornal *A Tarde*, reproduzindo no Requerimento um telegrama do jornalista Rômulo Oliveira, no qual afirmava que aquele jornal teria sido acusado pelo interventor de “empregar linguagem subversiva” ao ter divulgado “um vibrante protesto da Ação Acadêmica Autonomista”.⁸⁷

O desempenho de Aloísio de Carvalho Filho não ficou à sombra do de Seabra. O deputado teve um mandato atuante. Participou ativamente dos debates, propôs, defendeu e votou emendas, fez apertes, confrontou-se com a bancada baiana situacionista e defendeu propostas polêmicas como inelegibilidade dos interventores, assistência à mulher, inclusive, a que se dedicava ao trabalho doméstico, proteção aos arquivos e documentos históricos no Brasil, liberdade de culto, divórcio etc. Combateu também a presença de ministros nas Sessões. Foi, por vezes, um porta-voz das ideias de Otávio Mangabeira na Assembleia, chegando a ler uma de suas cartas durante uma Sessão, e assim como Seabra, tentou evitar confrontos com os deputados de Pernambuco quando aflorou a discussão sobre as fronteiras entre a Bahia e esse estado.⁸⁸ Também como Seabra, Aloísio Filho sentava ao lado dos paulistas, sendo-lhe inescapável fugir aos debates com os colegas eleitos pelo PSD na Bahia.⁸⁹

⁸⁷ Requerimento assinado por Seabra e Aloísio Filho, 19 de maio de 1934. ANC. Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933/1934. vol. 21, p. 284. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6/browse?value=Brasil.+Assembleia+Nacional+Constituinte+%281933%29&type=subject>. Acesso em 21.09.2017.

⁸⁸ Discutia-se sobre ao qual estado pertencia, de fato, a região de São Francisco, desmembrado de Pernambuco ainda no Império. Diante do debate, a situação de Manuel Novaes era delicada, pois nascido em Pernambuco o deputado considerava-se baiano de coração.

⁸⁹ Anais da ANC 1933/1934. Especialmente os volumes: 7, 9, 13, 19, 20, 21. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6/browse?value=Brasil.+Assembleia+Nacional+Constituinte+%281933%29&type=subject>. Acesso em 21 de setembro de 2017.



Figura 13: J.J. Seabra e Aloísio de Carvalho em atividade na ANC- A Tarde. 28.05.1934.

Ambos, Seabra e Aloísio Filho, ao tempo em que desempenhavam o seu papel na Constituinte preocupavam-se também em organizar a oposição, articulando os correligionários residentes no Rio de Janeiro e na Bahia.

O debate na constituinte entre os deputados baianos já antevia o que seriam as eleições neste estado em outubro de 1934. O cenário político era tenso. Incertezas quanto à promulgação de uma carta constitucional, ameaças de greve dos operários na Bahia, “conspirata” contra o interventor baiano, previsão de retorno dos exilados, entre os quais Otávio Mangabeira etc. Urgia, nesse tumulto, reunir forças e coordenar a campanha.

No Rio de Janeiro, desde maio daquele ano, já se registravam reuniões dos “próceres de oposição” de todos os estados, coordenadas, àquele momento, sob o interesse de formar um grande partido nacional, mas, na Bahia, a corrida pela vitória nas urnas pode ser constatada desde março, conforme verificaremos na seção seguinte.

5.3. A Ação Acadêmica Autonomista e o protagonismo dos estudantes de oposição

O ano de 1934 começou para a Bahia com a ausência do interventor Juraci Magalhães. Desde que a Assembleia Nacional Constituinte havia sido instalada, Juraci Magalhães permanecera na capital do país articulando com os interventores de Pernambuco e Rio Grande Sul, no sentido de evitar uma crise que rondava o governo naquele momento tenso da constituinte. Era preciso assegurar a eleição de Getúlio Vargas e o interventor baiano teve papel de destaque no processo, pois além de coordenar a bancada baiana do PSD, fazia indicações para os ministérios e buscava evitar o lançamento de outras candidaturas à presidência, a exemplo do que ocorria em relação a Afrânio de Mello Franco, no final de janeiro de 1934.⁹⁰

Apesar dos esforços dos interventores, foi vencida em plenária a proposta de antecipação da eleição de Getúlio Vargas a presidente da República, apresentada pelos parlamentares Antonio Carlos, ex-governador de Minas Gerais, e Medeiros Garcia Neto, no final de fevereiro de 1934. Ainda assim, pela atuação nos bastidores, Juraci Magalhães considerava que era certa a vitória do governo provisório e, convicto de que a eleição presidencial seria realizada até março, agendou o retorno para o estado da Bahia, onde a oposição estava em franca organização.⁹¹

O retorno de Otávio Mangabeira também foi anunciado no início de março. No Rio de Janeiro, Seabra confirmava a ideia de articulação política “sob uma só bandeira de reação de todos os elementos seus e dos srs. João e Otávio Mangabeira, Simões Filho e demais políticos que estavam fora do poder no estado da Bahia” para pleitear as chapas estadual e federal.⁹² O nome de Pedro Lago foi indicado como candidato natural ao governo do estado, em função de sua deposição após a vitória de 1930.⁹³ O ex-senador declinou da indicação do posto de liderança da oposição, restando a esta o retorno de Otávio Mangabeira para fazê-la.⁹⁴

⁹⁰ Sobre os sucessivos adiamentos do retorno de Juraci Magalhães a Bahia ver o jornal *Diário de Notícias* de dezembro de 1933, 17 e 20 de janeiro e 17 de fevereiro de 1934. Quem assumia interinamente o governo no estado da Bahia era o conselheiro Correa de Menezes.

⁹¹ *Diário de Notícias*, 26 de fevereiro de 1934. Naquele mesmo mês, a bancada baiana do PSD ficou numa situação delicada, tendo em vista que Paulo Filho lançou a candidatura de José Américo a presidente, deixando em má situação o interventor federal da Bahia, o que mostra, também, a dificuldade em coordenar uma bancada tão grande e com diferentes interesses. Paulo Filho deu uma entrevista ao jornal carioca *Diário da Manhã*. O texto foi censurado e durante uma Sessão plenária da ANC ele reclamou: “A censura vetou ostensivamente, considerando o louvor à obra de um grande ministro da revolução como coisa perigosa e nociva à ordem e às instituições revolucionárias”.

⁹² BPEB, Setor de Periódicos. *Diário de Notícias*, Salvador, 14.03.1934.

⁹³ BPEB, Setor de Periódicos. *Diário de Notícias*, Salvador, 24.03.1933.

⁹⁴ BPEB, Setor de Periódicos. *Diário de Notícias*, Salvador, 28.03.1933.

Com o fim das restrições à imprensa, circulava abertamente o livro *Humilhação e Devastação da Bahia*, que reunia as entrevistas de Seabra publicadas na imprensa carioca, bem como as que haviam sido censuradas. O prefácio de Nelson Carneiro, preso e exilado da Bahia no ano de 1932, aumentava o teor combativo da obra que teve o lançamento anunciado em sessão plenária da ANC.

Naquela quinzena toda a Bahia estava agitada pelas homenagens a Ruy Barbosa. Aloísio de Carvalho Filho propôs a suspensão de uma das Sessões da ANC em homenagem ao jurista baiano. O lançamento do livro de Seabra e as comemorações dos baianos em homenagem a Ruy faziam reviver o liberalismo no estado da Bahia e foi esse cenário de agitações que levou Juraci Magalhães a lançar um repto aos seus adversários. Assim que chegou à Bahia desafiou “a quem quer que fosse a acusar e apontar falhas do seu governo”.⁹⁵ O desafio do interventor era visto como uma afronta e os estudantes foram os primeiros a respondê-lo.

A 8 de março de 1934 o jornal *A Tarde* publicou parte do programa da nova agremiação política que surgia na Bahia e que seria fundamental para o curso das eleições daquele ano: a Ação Acadêmica Autonomista, a AAA:

Tivemos esta manhã o prazer de receber uma comissão de acadêmicos baianos que nos veio comunicar a formação de um núcleo de caráter cívico e político, que se dispõe a agir, ativamente, no sentido de – diz o resumo de seu programa – desumilhar a Bahia.

Essa situação que dura três anos não podia deixar de emocionar a mocidade, em cujos amor a terra natal e reserva de civismo só temos motivos para confiar.

Ei-la, confirmando as nossas esperanças. A sua iniciativa de tomar a vanguarda de todas as outras classes, na campanha da reconquista da autonomia da Bahia, corresponde a nobre tradição de bravura, entusiasmo e idealismo que caracteriza a atividade acadêmica nos prélios cívicos de nosso estado [...].

Desse manifesto, a comissão organizadora nos oferece as primícias, com os traços gerais da orientação que seguirá o novo grêmio cívico. São as seguintes:

A Ação Acadêmica traz como ponto essencial de seu programa, desenvolver, por todos os meios lícitos, uma campanha enérgica pela autonomia da Bahia.

A Ação Acadêmica propõe-se a formar ao lado do povo baiano decididamente, de modo que, com as armas da palavra e da pena, manejadas na tribuna das academias e das praças públicas e na imprensa, e por outros

⁹⁵ O REPTO DO INTERVENTOR, *Diário de Notícias*, Salvador, 7.03.1934. No jornal *Diário da Bahia*, Juraci Magalhães publicou a seguinte nota: “Eia, adversários e acusadores, agora em campo raso e de viseira erguida. Abandonem as luras em que se acautelavam da denúncia de meus espiões e da sanha de minha irritação. Os censores, relaxei-os todos da missão que eles só exerciam com a alma crispada pela necessidade imperativas do corpo nutrir; e eu aqui estou, ávido de arguições à minha vida pública para rebater e delir aos clarões da verdade justiceira”. Trecho reproduzido em nota de Prado Valadares aos acadêmicos da Ação Autonomista Acadêmica, no Jornal *A Tarde*, em 24 de março de 1933.

meios idôneos, caiba à Bahia o direito, que só a covardia, os interesses pessoais a se levarem (*sic*) no tesouro público, ou o desamor pela Bahia de uma minoria traidora das tradições da terra de Ruy Barbosa lhe contestam, de se governar por si mesma.

O lema da Ação Acadêmica será: DESUMILHAR A BAHIA.

A diretoria provisória da Ação Acadêmica que está agindo para a sua organização definitiva é composta dos elementos mais prestigiosos da classe.

A diretoria da Ação Acadêmica resolveu, em principio, que só farão parte deste grêmio cívico, estudantes baianos de nascimento, ou filhos de baianos.

Será aberta, entretanto, exceção para aos acadêmicos de outros estados, que assinarem o compromisso de honra de se debaterem pela autonomia da Bahia.⁹⁶

Ainda no dia 17 de março, o vespertino publicou, na íntegra, dois manifestos, um da Liga de Ação Social e Política, que ainda era presidida pelo deputado Aloísio de Carvalho Filho, e outro da Ação Acadêmica Autonomista com os seguintes dizeres:

A Ação Acadêmica Autonomista vem dizer ao povo baiano que está formada e se põe em marcha.

O seu programa ressalta do seu nome de batismo, que lhe define a aspiração e o objetivo: agir pela autonomia da Bahia. Diríamos, quiçá, eis o rigor, com exata veracidade: agir para desumilhar a Bahia. Eis o imperativo de honra que nos traz ao campo de luta. [...] O que revolta é o espetáculo dos sofrimentos morais da Bahia, a quem, depois dela ter dado ao país os maiores homens de Estado, se infligem o castigo de ser governada por um militar de outras terras, guindado de improviso, mal começava a aprendizagem na sua carreira, à posição de chefe da comunhão baiana! De um militar que a Bahia nunca vira e que, por sua vez, a desconhecia [...].

O estandarte que desfraldamos, pois, não baliza uma campanha partidária. É um só o campo de batalha. A bandeira é comum, como comum tem sido, nos dias de adversidade, o esforço baiano para escrever na história do Brasil as melhores páginas de heroísmo. [...] O ponto de honra será restituir a Bahia ao governo de um desses 4 milhões de homens, que tiveram o privilégio de nascer e viver entre as nossas lindes destarte se repelindo a vilta de incapacidade com que os estigmatiza a todos a ditadura. Impõe-se-nos, pois, baianos, a extinção de todas as lidas íntimas para a conjunção de esforços em prol dessa grande causa [...].

A vitória é fatal. Tenhamos um pensamento, uma só vontade, uma só aspiração. Ação franca, decidida e corajosa. Nada de clandestinidade, nada de disfarces. É preciso que os agentes da ditadura nesse estado, todos eles estranhos à Bahia, saibam que os baianos estão dispostos a cometer o crime de pelear desassombadamente pela sua reintegração nos direitos da autonomia política e das liberdades sem restrições. Que ela rejeita a canga militar que um grupo de tenentes paraibanos, sergipanos, pernambucanos e cearenses lhe impõe [...].

⁹⁶ A BAHIA PARA OS BAIANOS. Jornal *A Tarde*, Salvador, 8 .3. 1934. Os acadêmicos faziam um apelo especial aos caixeiros, tendo em vista ser esse um grupo que vinha se aproximando do interventor Juraci Magalhães em função dos benefícios estatais às novas associações de classe.

Baianos, à Ação Acadêmica! À cruzada Santa! Unidos, seremos invencíveis. Mais cedo ou mais tarde, o Brasil sentirá que a Bahia despertou para, governando-se a si mesma, cooperar na definição dos destinos da Pátria.

Bahia, março 16 de 1934.⁹⁷

Tão logo lançaram o seu manifesto, os acadêmicos puseram-se a trabalhar. Encaminharam telegramas a Seabra, João Mangabeira, Pedro Lago, Aloísio de Carvalho Filho e outros nomes a quem consideravam achar apoio. Comunicaram, por telegrama, ao chefe do governo provisório o surgimento e os objetivos da agremiação. Visitaram escolas, a primeira delas a Escola Agrícola e receberam adesões e apoio importantes.⁹⁸

⁹⁷ “Pela Libertação da Bahia”. Jornal *A Tarde*, Salvador, 17 de fevereiro de 1934. Assinaram o manifesto: Antonio Vianna Dias da Silva, presidente; Francisco Vieira Filho, 1º vice-presidente; Demétrio Moura, 2º vice-presidente; Durval de Araújo Gonçalves Filho, 3º vice-presidente; Osvaldo Pinto de Carvalho, 1º secretário; João Falcão Brandão Junior, tesoureiro; Francisco de Assis Stoltz Cardoso, orador; Francisco Pedreira Ribeiro, suplente do 1º secretário; Newton Ribeiro, suplente do 2º secretário; Altamirando Costa, suplente do tesoureiro; Fernando da Silva Serra, suplente do orador; Aloysio de Campos Netto, Miguel da Silva Brito, Adhelbar Santiago e Julival Rebouças.

⁹⁸ Moniz Sodré foi um dos primeiros que se manifestou aplaudindo a atitude dos acadêmicos, em longa carta que o jornal *A Tarde* publicou, a 6 de abril de 1934, ele afirmou que os estudantes responderam à exortação que havia feito no ano de 1932. A 23 de abril o jornal publicou a carta de Rogério Gordilho, a 24, de Nestor Duarte; a 25, de Álvaro de Carvalho; a 27, de Jayme Junqueira Ayres, a 28, de Luiz Viana Filho e a 30 de abril a carta de apoio de Otávio Mangabeira. Miguel Calmon não respondeu ao inquérito da A.A.A. Segundo nota do *Diário de Notícias*, em 5 de abril de 1934, havia boatos de que ele estava disposto a aderir ao PSD. No final do mês de abril, a Ação Acadêmica fez a sua primeira Caravana. Foi ao município de Cachoeira, participar da instalação do Partido Independente que mais uma vez saía em apoio à oposição. *A Tarde*, 19 de abril de 1934.



Figura 14: Ação Acadêmica Autonomista, Jornal A Tarde, 21.03.1934.

Esse “toque de reunir” da Liga de Ação Social e Política e da Ação Acadêmica Autonomista foi comentado em todas as edições do jornal *A Tarde* até o final daquele mês, quando publicaram uma matéria respondendo a uma entrevista dada pelo interventor Juraci Magalhães ao jornal *Diário da Bahia*, no dia 25 de março.

Na entrevista, Juraci Magalhães teria dito que já sabia dos planos conspiratórios dos acadêmicos que planejavam, inclusive, matá-lo, mas que ele, na condição de governo do estado, estava preparado em seu direito natural de reação, e não estava na disposição de “se deixar imolar”, concluindo que, se o terreno de luta estava aberto pelos adversários, ele também estaria caminhando para ele.

Contra estes argumentos, os acadêmicos fizeram publicar uma longa resposta, dizendo que Juraci Magalhães havia “se descoberto no seu interesse de punir inocentes”, uma vez que jamais teriam divulgado tais ideias e todo o seu programa teria sido baseado no civismo e na luta pela pena.⁹⁹

Em tréplica, Juraci Magalhães mandou publicar uma carta aberta a um jornal paulista, a 29 de março de 1934. Nesta, também dizia que haveria de dar as respostas que a Bahia queria em relação ao livro de Seabra, mas tendo demorado em fazê-lo, razão pela qual o

⁹⁹ RESPONDENDO AO INTERVENTOR. *Jornal A Tarde*, 28.03.1934.

jornal *A Tarde* explorava politicamente todas as acusações, partiu de Altamirando Requião o convite para que o interventor respondesse ao seu oponente pelas páginas do *Diário de Notícias*, a 9 de abril de 1934. No dia seguinte, Juraci Magalhães mais uma vez empenhou a palavra de que a resposta a Seabra sairia em pouco tempo.

Pressionado pela oposição, Juraci Magalhães e os correligionários do PSD no interior do estado não tardaram em agir. Se os acadêmicos da capital vinham atuando abertamente, com a publicação sistemática de cartas enérgicas criticando a administração pública, nem sempre a oposição do interior do estado tinha a mesma abertura em fazê-lo. O jornal *O Trabalho*, órgão da imprensa da região de São Francisco, ao criticar a administração estadual, confiante no fim da censura, teve a sede do jornal invadida, o maquinário quebrado e os funcionários atacados por homens armados.¹⁰⁰

Àquele momento de afrouxamento da censura, os jornais voltavam a se constituir em organismos de força política. Como bem anunciou a A.A.A., o combate seria feito pela pena, através da imprensa. Juraci Magalhães agia com firmeza contra as acusações. Não foi sem razão que o jornalista Wenceslau Gallo, reconhecido opositor baiano, foi submetido a uma revista policial a mando do capitão Facó, com a justificativa de que estava em busca de armas de fogo. A revista policial foi fartamente explorada pela oposição que acusava o interventor de não saber conviver com a democracia e a liberdade de imprensa.¹⁰¹

O clima de reconstitucionalização e eleição tomavam toda a Bahia. As respostas dos municípios começavam a chegar. A oposição começava a se movimentar pelo interior tentando minar as agremiações que apoiavam o PSD. Conforme noticiava o *Diário de Notícias*, “em vários pontos do interior, tiveram início, assim, demonstrações desse propósito, sendo a mais recente a dissolução do diretório pessedista de Rio Novo que encaminhou um telegrama a M. Correia, presidente do PSD pedindo a sua desfiliação”. Segundo constava no jornal *O Republicano* daquela localidade, o intuito era apoiar a frente única.¹⁰²

Apesar dos indicativos de crise, especulava-se por toda a Bahia os nomes para concorrer ao governo do estado pelo PSD. Correia de Menezes deixou, inclusive, a presidência do partido para poder concorrer às eleições, e em paralelo, mais de vinte

¹⁰⁰ NOTAS DIVERSAS. *A Tarde*, Salvador, 10.04.1934.

¹⁰¹ CORRIDO POR UM POLICIAL. *A Tarde*, Salvador, 16.04.1934.

¹⁰² SERÁ JÁ TRABALHO DA FRENTE ÚNICA? *Diário de Notícias*, Salvador, 20.04.1934. O PSD de Jequié também já estava cindido desde o início do mês. *A Tarde*, 6.04.1934. Em Jaguarary, o coronel Alfredo Barbosa também se afastara do PSD. *Diário de Notícias*, 26.04.1934.

municípios baianos já pensavam em lançar a candidatura de Juraci Magalhães ao governo do estado, sendo que, em caso de inelegibilidade dos interventores, o nome mais cotado para a substituição de Juraci Magalhães era o de Pacheco de Oliveira.¹⁰³

Embora fosse uma preocupação o combate à política de oposição no estado da Bahia, os esforços do interventor e da bancada baiana situacionista não podiam ser dispersados. Àquele momento, a maior preocupação desse grupo era garantir a vitória de Getúlio Vargas, por isso, a notícia na capital do país de uma possível cisão na bancada baiana, fruto do descontentamento da liderança de Medeiros Neto, constituía-se numa das maiores preocupações de Juraci Magalhães, que se apressou em contornar a crise.

Em ato que confrontava a todos os ideais revolucionários, sobretudo os que compunham o Clube 3 de Outubro, Pacheco de Oliveira, Prisco Paraíso e Homero Pires redigiram o manifesto que lançava a candidatura de Vargas a presidente constitucional.

O texto, publicado nos jornais paulistas e cariocas a 20 de abril de 1934 e reproduzido na imprensa baiana a 21, foi objeto de críticas e achincalhe. Tendo sido supostamente revisado por interventores de diferentes estados e pelo próprio Getúlio Vargas, o documento causou pouco impacto e não teve o efeito pretendido.

Indiferente, ou melhor, em combate ao manifesto dos deputados situacionistas, o Clube 3 de Outubro lançou a candidatura do General Goes Monteiro à presidência da República. Diante da nova crise que se instalara em relação à eleição de Vargas, Juraci Magalhães seguiu mais uma vez para o Rio de Janeiro.

Na Bahia, anunciou que levaria a Vargas provas cabais de uma conspiração militar.¹⁰⁴ Na capital do país foi recebido como o detetive do governo provisório. Ausente dos círculos que costumava frequentar e das aparições na imprensa, o interventor baiano fez algumas reuniões sigilosas, uma delas com Góes Monteiro, apresentando-lhe, ao que foi registrado, provas de que a sua candidatura estava levantando ânimos nas corporações do norte do país,

¹⁰³ Ver jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia entre os dias finais do mês de março e o mês de abril de 1934, especialmente do *Diário de Notícias*, em 31.03.1934. Mais tarde o jornal publicou uma nota em que afirmava que o candidato da situação estava entre Juraci Magalhães, Artur Neiva e Pedro Ribeiro, presidente do Superior Tribunal de Justiça. Ambos só seriam indicados em caso de inelegibilidade do interventor cearense.

¹⁰⁴ *Diário de Notícias*, 05.05.1934.

movimentos que se constituíam em preocupação, pois deixava ainda mais instável a situação de Vargas.¹⁰⁵ Curiosamente Góes Monteiro retirou, de público, a sua candidatura.

Na oportunidade Getúlio Vargas reforçou o convite a Juraci Magalhães para assumir o Ministério da Aviação. Não aceitou e garantiu junto ao governo provisório a indicação do nome de Marques dos Reis. Em depoimento ao CPDOC, Juraci Magalhães afirmou que afastar-se da Bahia significava romper o equilíbrio que mantinha entre todas as forças contrárias à Revolução.¹⁰⁶ Embora já tivesse dito não ser candidato pela Bahia, Juraci Magalhães agiu no sentido de garantir a sua indicação à candidatura no estado. Ainda no Rio, eliminou os boatos de cisão na bancada baiana e orientou os vinte deputados que “fizessem questão fechada em relação à elegibilidade dos interventores”.¹⁰⁷ Estava dado o primeiro passo para a sua candidatura. Uma semana depois, o jornal *A Ordem*, do município de Cachoeira, lançava o apelo ao povo baiano para votar em Juraci Magalhães para governo constitucional do estado.¹⁰⁸

Em paralelo, o governo trabalhava para desarticular a oposição. Em razão do já mencionado caso das caricaturas, expulsou do estado os oposicionistas Emílio Diniz e Euvaldo Albuquerque. Fechou o jornal *A Tarde* e justificou a retomada da censura no estado em telegrama que enviou ao ministro da Justiça:

Ministro Antunes Maciel- Rio- Adversários desiludidos falso prestígio apregoavam voltaram utilizar velho processo exploração classe estudantes, mandando dois indivíduos estranhos classe rasgar caricatura Interventor própria sede exposição benefício casa do Estudante, mesmo tempo proferiram altas vozes termos calão, referindo-se àquela autoridade.

¹⁰⁵ JURACI ESTÁ BANCANDO O DETETIVE JUNTO AO GOVERNO PROVISÓRIO. *Correio de São Paulo*, 8.05.1934; .05.1934. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 15.05.1934.

¹⁰⁶ MAGALHÃES, Juraci Montenegro. *Minhas memórias provisórias...* p. 78.

¹⁰⁷ *Folha de São Paulo*, 1.06.1934. Apesar dos boatos de cisão da bancada baiana, uma nota divulgada no Rio de Janeiro e reproduzida pelo Jornal *A Tarde* mostrava que Juraci Magalhães soube contornar as divergências entre os deputados. Diz a nota: “Rio, junho de 1934. A bancada baiana governista adquiriu nestes últimos anos uma triste celebridade. Deu a vitória das proposições mais impopulares da Assembleia o seu voto unânime. Coesa, quando as outras representações, de acordo com a consciência individual dos deputados se dividia. Maciçamente coesa - mas de uma coesão surda e cega de homens que não deram ao trabalho de raciocinar acerca das próprias responsabilidades; por isso uma coesão absurda e já famigerada. No caso da prorrogação do mandato então o ‘bloco governista da Bahia se ultrapassou a si mesmo: votou, com a mesma unânime e coesão, contra e a favor, pela dissolução imediata – para salvar aparências num despistamento tímido - e pela dilatação do mandato para quatro anos. Sem uma voz divergente, entre os vinte deputados! [...] Foi a nota engraçada – dolorosamente cômica – do dia. Com um intervalo de alguns minutos a bancada dirigida pelo Sr. Medeiros Neto propôs a dissolução da constituinte e votou pela conservação desta, no uso e gozo dos subsídios, por mais um quadriênio! Com uma ‘coerência’ encantadora, e com uma simplicidade inconcebível. Os jornais cariocas glosaram com ironia a versatilidade dos supostos mandatários da Bahia; e nas esquinas foi o assunto divertido, a última anedota [...].” TRISTE CELEBRIDADE. *A Tarde*, Salvador, 19.06.1934.

¹⁰⁸ *A Ordem*, Cachoeira, 7.05. 1934. A elegibilidade dos interventores foi aprovada pelos constituintes por 134 votos e 85 contra.

Visavam provocar autoridades policiais, qualquer medida represália provocasse exploração. Fato provocou repulsa estudantes contra quais não agiu polícia por nenhuma culpa lhes caber. Entretanto, citados indivíduos foram convidados deixar Estado. Prosseguindo, “A Tarde” mesma orientação de criar falso ambiente intranqüilidade, contra expressa determinação política, ocasião suspensão censura prévia, mandei proibir circulação referido jornal. Afetuosas saudações. (a) Juraci Magalhães.¹⁰⁹

O telegrama foi passado ao líder da maioria e uma nota foi divulgada à imprensa baiana anunciando o retorno da censura, razão pela qual os jornais evitaram comentar o caso.

As prisões geraram protestos de toda ordem na Bahia e no Rio de Janeiro. Somados aos problemas trazidos pela oposição, os operários baianos ameaçavam entrar em greve. No início de junho, grande parte dos sindicatos baianos se articulava em função do movimento que estava previsto para ocorrer em todo o Brasil, no mês de maio. O Sindicato dos Ferroviários, A Companhia de Linha Circular, o Sindicato de Energia Elétrica, entre outros, coordenavam as ações de mais de quarenta mil operários descontentes.¹¹⁰

Segundo Felipe Demier, os movimentos operários e sindicais aproveitaram as brechas democráticas a partir de 1934 para retomar o caminho de suas lutas econômicas e políticas e as manifestações populares voltaram a colorir o cenário político nacional.¹¹¹ Na Bahia não foi diferente, entre junho e agosto de 1934, uma série de operários se lançaram em movimentos de rua autodenominados pacíficos, entre eles, registra-se a greve da Companhia Ferroviária Leste Brasileiro, que embora estivesse restrita à Bahia paralisou o principal meio de ligação entre este estado e Minas Gerais, causando grandes prejuízos no abastecimento de gêneros alimentícios.¹¹²

¹⁰⁹ Reproduzido no *Diário de Notícias*, Salvador, 05.1934. O jornal *A Tarde* teria ficado proibido de circular por trinta dias. Contra tal medida, Altamirando Requião, que era presidente da Associação Baiana de Imprensa interveio junto a Juraci Magalhães para reduzir a pena, em função do número de operários que dependiam do jornal. Reduzida para 10 dias, o jornal voltou a circular ao final de maio, sem que uma nota de agradecimento fosse direcionada ao presidente da ABI. Ressentido, Altamirando Requião solicitou o desligamento do cargo.

¹¹⁰ A informação deste quantitativo é da edição de 2 de julho do *Diário de Notícias*. Àquele período estavam organizados os Sindicato dos Trabalhadores Civis, Sindicato dos Alfaiates, Sindicato dos Maquinistas, Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato dos Pedreiros, Sindicato dos Carregadores das Docas, Sindicato dos Curtidores, Sindicato dos Conferentes de Carga e Descargas, Sindicato dos Chauffeurs, Sindicato dos Profissionais em Transway T. F. e Luz, Sindicato dos Tecelões, Sindicato dos Portuários, Sindicato dos Operários Panificadores, Sindicato dos Manufatores de Fumo, Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Portuários, Sindicatos dos Mensageiros etc. PELO OPERARIADO, *Diário da Bahia*, Salvador, 20.06.1934.

¹¹¹ DEMIER, Felipe. *O longo Bonapartismo brasileiro...* p. 108-109.

¹¹² SAMPAIO, Consuelo Novais. Movimentos Sociais na Bahia de 1930. Condições de vida do operariado. *Universitas*, (29): 95-108, jan./abr. 1982.

Capitalistas da Bahia e de Minas Gerais requeriam uma intervenção do governo baiano. Segundo Consuelo Sampaio, os diretores da Leste Brasileira telegrafaram do Rio de Janeiro cobrando postura enérgica de Juraci Magalhães.¹¹³ Era preciso tomar posição diante do movimento. Mais uma preocupação para o interventor baiano que estava às voltas com o sistemático combate à oposição.

Em meio àquela turbulência, finalmente rompia a composição da frente única baiana, anunciada no Rio de Janeiro, a 25 de junho. Segundo informações, os líderes políticos que se encontravam na capital do país teriam deliberado que o Partido Republicano da Bahia deveria providenciar:

- a) Execução de uma circular a todos os correligionários do estado, concitando-os a se arregimentarem para as lutas necessárias à defesa da autonomia política do estado; b) Incentivamento do alistamento; c) Convocação de um grande congresso partidário que se realizará na Capital do estado no mês de Julho, devendo para este Congresso serem convidadas representações de todas as classes sociais e culturais, inclusive as proletárias. Esse Congresso deve ser precedido de reuniões parciais em vários municípios do estado; d) Apoio completo à formação de ligas patrióticas para a ação de defesa da autonomia do Estado.¹¹⁴

A frente única aproveitava a oportunidade para conclamar os trabalhadores a engrossar as fileiras da oposição. Juraci Magalhães buscava meios de debelar essa coordenação de forças e no mesmo período fez divulgar a descoberta de uma conspirata.

Supostamente chefiada pelo oficial Cavalcanti de Melo, em contato com os conspiradores do Rio de Janeiro - nomes depois atribuídos a Seabra e Aloísio de Carvalho - o plano dos conspiradores era “francamente aterrorizador”, segundo noticiou o *Diário de Notícias*, abrangendo eliminação de vidas, assalto aos estabelecimentos bancários e outras atividades. Segundo nota do governo, o plano consistia no seguinte:

Às 8 horas da noite de 23 de junho, o sr. Cavalcanti Mello, fardado de oficial do exército, entraria no quartel do corpo de bombeiros, onde levantaria a tropa respectiva, com o concurso de quatro sargento dessa corporação que lhe haviam prometido apoio e estavam tomando parte salinete nas reuniões efetuadas na residência do chefe da conspiração. Concomitantemente, o chefe da guarda penitenciária do estado, o Sr. Barros,

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ A FRENTE ÚNICA ROMPE, FINALMENTE, AS SUAS BATERIAS. *Diário de Notícias*, 25.06.1934.

daria soltura a 150 presidiários que assaltariam e saqueariam todos os bancos da cidade, nacionais e estrangeiros. Enquanto isso se fazia o Sr. Cavalcante Mello à frente dos sublevados daria ataque ao Palácio da Aclamação para onde se dirigiria outro grupo, sob o comando de um oficial.¹¹⁵

Segundo informações do jornal *Diário de Notícias*, a ideia era “liquidar Juraci Magalhães, o chefe de polícia, João Facó e o delegado auxiliar, Tenente Hannequim Dantas. Antonio Viana Dias da Silva, presidente da A.A.A, foi preso e ficou incomunicável por supostamente coordenar a conspirata. Como parte do plano, os conspiradores deveriam também tomar outros espaços estratégicos como telégrafo, quando a confusão começasse e o povo tivesse envolvido pelos festejos juninos.¹¹⁶

Segundo informações divulgadas na imprensa, todos os opositores que estavam supostamente envolvidos na conspirata contra o interventor foram presos antes do início da sublevação. Ainda de acordo com a matéria, além dos oficiais envolvidos na capital contavam-se com o apoio de “sediciosos” de Nazaré, Amargosa, Santo Antônio de Jesus e Castro Alves, bem como um funcionário do Banco do Brasil.¹¹⁷

A 26 de junho, a ação policial do interventor já era considerada uma “obra de partidarismo, da qual se estão servindo os poderes discricionários para humilhar e perseguir elemento que lhe são adversos”.¹¹⁸ A matéria do jornal soteropolitano trouxe o depoimento dado pelo acadêmico Antônio Viana, da Ação Acadêmica Autonomista. O estudante teria revelado conhecer e estar com os conspiradores, inclusive na fundação do Partido Municipal Independente de Cachoeira, mas não teria participado de nenhuma conspiração. Outro envolvido, o alfaiate José Rocha, revelou em seu depoimento que participou do movimento por ter “interesse na situação decaída” e envolveu o nome de Simões Filho entre os conspiradores.¹¹⁹

Em meio ao tumulto e desgaste público da oposição, Juraci Magalhães lançou a 27 de junho de 1934 o livro *Defendendo o Meu Governo*, resposta às críticas de J.J. Seabra. Ao mesmo tempo, em entrevista ao jornal carioca *A Noite*, o interventor falou sobre a “conspirata baiana” e acusou como cúmplices o médico João Vidal, Simões Filho, Seabra, Aloísio Filho e

¹¹⁵ A ÚLTIMA CONSPIRATA DESCOBERTA PELO GOVERNO BAIANO. *Diário de Notícias*, Salvador, 25.06.1934.

¹¹⁶ *Idem*.

¹¹⁷ *Idem*.

¹¹⁸ A INTENTONA ABORTADA. *Diário de Notícias*, Salvador, 26.06.1934.

¹¹⁹ *Idem*. A “intentona” passou a ser divulgada na imprensa do sul como invenção do interventor baiano. *O Correio Paulistano*, de 3 de julho de 1934, divulgava uma nota, registrando que o alfaiate, a quem se dizia caber o papel de assassinar Juraci Magalhães foi “pela própria polícia do estado recolhido ao Hospício João de Deus” para observações. *Correio Paulistano*, São Paulo, 3 .07.1934.

Moniz Sodré, citando ainda a possível participação do tenente Agildo Barata.¹²⁰ Na sessão plenária de 28 de junho de 1934, da tribuna da Constituinte, Seabra e Aloísio de Carvalho defenderam-se das acusações.

Os operários da Bahia também fechavam o cerco ao interventor. No dia 3 de junho de 1934, uma comissão de greve deu uma entrevista ao Jornal *Diário de Notícias* na qual destacou que aguardavam mediação do interventor do estado para resolver os problemas dos operários e esperavam que ela ocorresse àquela tarde, visto que ele já estava ciente da iminência da greve.

A comissão procurou o exmo. Sr. Interventor Federal e expôs-lhe, fielmente, a questão, que fica entregue ao chefe do estado em cuja sabedoria e providência confiamos. Manifestamos, à interventoria os propósitos pacíficos da Federação, pedimos reforçar a garantia prévia dos próprios da Circular para evitar mesmo, que elementos estranhos causem danos à nossa sombra; entretanto, solicitamos a máxima urgência e acerto na intervenção do Estado, considerando que a massa operária está inabalável e já impaciente fará a greve geral se a Companhia protelar mais e fugir do seu dever. Prevenimos à interventoria que se falhar este último recurso, a greve será feita sob aviso prévio ao Governo, pois não precisamos nem devemos enganar ou desconsiderar um governo que tem recebido bem o proletariado que a Revolução reconheceu como força motriz da vida no país.¹²¹

Confiantes, entregaram ao interventor a resolução do problema que um dia depois, tendo mais uma vez a sua candidatura lançada no município de Senhor do Bonfim, viajaria novamente a capital do país para garantir a participação da Bahia na recomposição dos ministérios e “entregar o caso” dos operários ao Ministério do Trabalho.

Na mesma semana chegava à Bahia o proprietário do jornal *A Tarde*, Simões Filho. Veio coordenar as forças de oposição. A corrida pelos postos de mando no estado entraria em fase decisiva. A 8 de julho de 1934, os remanescentes do PRB reuniram-se no salão de recepções do jornal *A Tarde* onde deliberaram sobre como levar a campanha oposicionista adiante. Entre outras coisas definiu-se que seria intensificado o alistamento eleitoral, a divisão do estado em 16 círculos eleitorais e a nomeação de delegados para os vários distritos. Devia-se ainda expedir circular para todos os correligionários do interior ratificando o pedido feito anteriormente e concitar o eleitorado a apresentar-se em comícios próximos. Wenceslau Gallo foi escolhido, por unanimidade, para secretariar o Partido. A chamada ao povo baiano já era largamente conhecida: restituir à Bahia a sua autonomia política.

¹²⁰ *A Noite*, Rio de Janeiro, 26.06.1934.

¹²¹ CONTINUA TENSA A SITUAÇÃO PROLETÁRIA. *Diário de Notícias*, Salvador, 3.07.1934.

Concorrendo com essas agremiações que lideravam a disputa pelo governo no estado verifica-se o protagonismo de outros grupos políticos, a exemplo dos comunistas, que durante as comemorações da Independência teriam “ultrajado à Bandeira Nacional” com tinta vermelha, no Largo da Sé. Em contraponto, um já organizado e robusto grupo de integralistas organizava-se para combatê-los, mostrando “em uma garbosa manifestação cívica” realizada em 6 de julho de 1934, o nível de organização em que se encontravam os integralistas baianos.¹²²

Em pouco tempo o país voltaria ao regime constitucional. Correia de Menezes, presidente do PSD que substituíra Juraci Magalhães interinamente abandonaria seu posto, tendo em vista que os Conselhos seriam automaticamente dissolvidos por ser ato do governo provisório. Em seu lugar, assumiria o capitão de Polícia João Facó. Após a promulgação da carta constitucional, Vargas foi eleito presidente com 175 votos contra 59 de Borges de Medeiros, 4 de Góes Monteiro e 2 de Protógenes Guimarães. Logo após as eleições os arranjos políticos foram refeitos.

De imediato, Medeiros Neto passou a liderança da bancada baiana e do governo ao médico Artur Neiva, Marques dos Reis assumiu o Ministério da Aviação. Uma nota assinada por Requião sobre possíveis acomodações na política baiana no *Diário de Notícias* especulava que Marques dos Reis assumiria o Ministério e mais tarde se afastaria para concorrer ao governo do estado, trocando o posto com Juraci Magalhães. Assim, segundo especulou o jornalista, o PSD sairia ganhando em eleger um de seus homens mais fortes na Constituinte e a oposição diria que venceu moralmente por ver a Bahia governada por um filho da terra.¹²³

Sem garantias, a oposição não estava disposta a apoiar este tipo de acomodação. A Sessão dos advogados da Bahia aprovou e transmitiu, ainda em julho de 1934, um telegrama ao governo da República tratando a questão dos governos estaduais. Pelo que protestavam, segundo a nova Carta Constitucional, os interventores não poderiam continuar nos seus postos de mando, visto que todas as ações do governo ditatorial foram revogadas com a Constituição. Esperava-se, portanto, que os presidentes dos superiores tribunais de justiça assumissem o cargo, pois a permanência dos ex-interventores nos governos dos estados constituía-se numa

¹²² UM DESAGRAVO À BANDEIRA. *Diário de Notícias*, Salvador, 5 e 6.07.1934. As reuniões de integralistas foram constantes na capital da Bahia, todas elas sendo registradas pela imprensa. No mês de julho de 1934, Leopoldo do Amaral também fundava o Partido Radical, que se colocava como opção entre o PSD e a Frente Única.

¹²³ Requião, Altamirando. VITÓRIA MORAL, APENAS. *Diário de Notícias*, 17.07.1934.

“anomalia no novo sistema, uma usurpação de funções para as quais o Presidente da República não deveria iniciar o seu período com tão grave desrespeito à Constituição”.¹²⁴

Essa reivindicação do advogado Ubaldino Gonzaga foi transmitida ao presidente Getúlio Vargas por incentivo de Pedro Calmon. No documento, os advogados sugeriam que Getúlio Vargas desse posse imediata aos presidentes dos tribunais dos estados, nos cargos de governadores interinos. Recebida na capital do país como uma ação política dos advogados baianos, a sugestão foi largamente combatida pelos jornais situacionistas, a exemplo do *Correio da Manhã*, mas angariou muitos adeptos. Os advogados da seção OAB-Bahia não se deram por vencidos e insistiram em ser atendidos, explorando a questão por vários dias na imprensa.

Ao final do mês de julho de 1934, fechando o ciclo do governo provisório discricionário na Bahia e abrindo a “campanha franca e aberta à desumilhação do estado”, a oposição anunciou o retorno de Otávio Mangabeira do exílio. Em reunião do dia 28 daquele mês, foi organizada a comissão para recepcioná-lo. Na ocasião, os estudantes da Politécnica foram incumbidos da tarefa de recepção. Por um lado, a decisão era mais uma estratégia da oposição de arregimentá-los; por outro, um reconhecimento ao seu protagonismo político. Estava aberta a temporada de caça aos votos para a eleição dos deputados estaduais, federais e, indiretamente, governador do estado.

5.4. A Concentração Autonomista e as eleições de outubro de 1934

Findado os trabalhos da Constituinte, no Rio de Janeiro, os deputados baianos começaram a regressar ao estado da Bahia. O pleito eleitoral que se aproximava exigia a atuação de todos, por isso voltavam também os “políticos decaídos” como Pedro Lago. No início de agosto de 1934, os Partidos Republicano, Democrático e o Liberal fundiram-se. Em documento publicado na imprensa estadual afirmavam os seus propósitos – já largamente conhecidos:

A campanha de desafronta e libertação da nossa terra, no prélio das urnas, onde ela afirmará, na soberania do sufrágio a sua repulsa ao execrado e ignominioso domínio dos forasteiros que a exploram e a esmagam com os

¹²⁴ SESSÃO DOS ADVOGADOS DA BAHIA, 23.07.1934. Ordem dos Advogados da Bahia. Assinaram 14 dos 21 advogados presentes. Reproduzido em: O MOMENTOSO ASSUNTO. *Diário de Notícias*, Salvador, 25.07.1934. Fizemos uma tentativa de consulta aos arquivos da Ordem dos Advogados da Bahia. Infelizmente, a documentação não está disponível para consulta dos pesquisadores, segundo informação recebida da administração da OAB, Seção BA, em 10 de janeiro de 2018.

desmandos e truculências da mais brutal opressão. [...] este apelo é ainda uma exortação a todos os nossos conterrâneos, para que esqueçamos as lutas passadas, ressentimentos pessoais, hostilidades políticas, malquerenças partidárias, incinerando, em belíssimo exemplo de superior civismo nas pyras socrossantas do nosso culto à honra da Bahia e do nosso amor ao seu passado e ao seu futuro, todos os sentimentos que possam contrariar os nossos anseios pelo seu alevantamento moral e descravização política.¹²⁵

Compunha a diretoria os senhores Seabra, Moniz Sodré, Xavier Marques, João de Oliveira Freitas, Torquato Moreira, Rodrigo Gama, Gustavo dos Santos, Alberto Teixeira Ribeiro, Álvaro Ramos. J. J. de Souza Carneiro, Alvim Horcades, Helter Moniz, Augusto Cezar Torres, Euclides Silva e Durval Santos. Começava, assim, o esboço da tão sonhada Frente Única Baiana.

Naquela mesma quinzena, a 10 de agosto, Otávio Mangabeira desembarcava na Bahia. Foi recebido com uma festa apoteótica, conforme se pode verificar pelas matérias largamente divulgadas na imprensa baiana e cujo resumo, feito por Consuelo Novais Sampaio, na introdução do segundo volume das cartas do Exílio, descreve a recepção que teve:

Navios de grande e médio porte enfeitados, saveiros embandeirados, canoas de clubes de regatas adornadas com suas bandeiras e flores. Repicar de foguetes anunciara que o Alcântara chegaria às oito horas. Multidão incalculável, transpirando alegria e entusiasmo, afluíram dos muitos cantos da cidade ao cais de desembarque. Todas as classes e instituições – comerciais, sociais, políticas, acadêmicas, estudantis e religiosas – estavam ali representadas. Todos os estabelecimentos comerciais foram fechados, a mando da Associação Comercial da Bahia, da qual O.M. era sócio benemérito. Delegações de vários municípios do interior e bandas musicais [...] alternaram-se nas alegres manifestações da chegada. Dentre tantos oradores J.J. Seabra foi o primeiro a saudá-lo, de um palanque improvisado, cercado de líderes locais como Simões Filho, Pedro Lago, Rogério Farias, Aloísio de Carvalho Filho. Otávio chegou até eles nos braços do povo [...].¹²⁶

Sem delongas, a 12 de agosto de 1934, na sede do Jornal *A Tarde* reuniu-se aos líderes da oposição baiana. Dessa reunião fechada, tomando de empréstimo a expressão da Ação Acadêmica Autonomista surgiria a *Concentração Autonomista*, enfeixando todas as forças de oposição.

Na mesma data foram definidos a diretoria, o comitê político e as caravanas que percorreriam todo o estado, já fixado em dezesseis zonas pelos, então, autonomistas baianos.

¹²⁵ *Diário de Notícias*, Salvador, 6.08.1934.

¹²⁶ SAMAPAI, Consuelo Novais. *Cartas do Exílio*, volume 2... p. 14.

O comitê diretor ficou assim composto: J.J Seabra, Pedro Lago, Otávio Mangabeira, Simões Filho, João Mangabeira, Ubaldino Gonzaga, Moniz Sodré, Aloísio de Carvalho Filho. O Comitê Político da capital abrigou Adriano Gordilho, Inocêncio Calmon, Euthychio Bahia, Aníbal Silvany e Álvaro Ramos.¹²⁷

Juraci Magalhães não se encontrava na Bahia quando da chegada do Otávio Mangabeira. Estava em reunião em Recife na data do desembarque e certamente tentava evitar assistir ao espetáculo da recepção que a Bahia daria ao seu concorrente no pleito que se avizinhava. A sua permanência no estado vizinho também seria curta. Naquele mês, a 25 de agosto, estaria encerrado o processo de alistamento eleitoral e antes disso, a 18 de agosto, o interventor já estava embarcando para o sudoeste da Bahia para inaugurar escolas e rodovias, visando não perder os “amigos” já conquistados.¹²⁸

Havia muito trabalho a ser feito de ambos os lados. Juraci Magalhães sabia das dificuldades que enfrentaria, mas sabia também, poder contar com os correligionários do interior. Em entrevista, Franklin de Albuquerque, uma das principais forças políticas da região do São Francisco, que naquele momento era mais uma vez alvo da disputada entre a Bahia e o estado de Pernambuco, afirmou que a “região sanfranciscana estava pronta para eleger Juraci pelas urnas ou pelas armas”.¹²⁹ Ao final do mês, o interventor foi obrigado a lançar uma nota desmentindo comentários sobre a desordem pública em que se encontrava o estado baiano.

Ainda em outubro, os diretórios municipais começaram a movimentar-se. O PSD realizou as convenções nos municípios de Alagoinhas, Ilhéus, Feira de Santana, Caetité, Jequié e na capital, sede das sete zonas eleitorais em que o estado estava dividido sob o comando do Partido, representados pelas ASPAM, Coligação Sertaneja, UMNB, entre outras, conforme explicitado no terceiro capítulo deste trabalho. Mais uma vez, os municípios exerceriam o protagonismo de indicar parte dos candidatos para concorrer às eleições pelo PSD.¹³⁰

Não por acaso, o deputado Arnold Silva de Feira de Santana, eleito em 1933 pelo PSD, destacou essa importância na convenção do Partido ocorrido naquela cidade, em agosto de 1934:

¹²⁷ Ainda em agosto de 1933, no dia 22, foi fundada a Associação Comerciária Autonomista que constituiu a base de apoio dos autonomistas na capital do estado.

¹²⁸ Inaugurou iluminação elétrica em Jequiriçá, visitou Nazaré, Ateia, Mutuípe Conquista e Lage. *Diário de Notícias*, 20.08.1934.

¹²⁹ PBEB. Setor de periódicos. *Diário de Notícias*, Salvador, 22.08.1934.

¹³⁰ *Diário de Notícias*, 29.08.1934. A convenção da Barra não foi realizada na mesma data por conta de um naufrágio. Na mesma data foi criada em Ilhéus um Centro de propaganda Eleitoral, que tinha por objetivo, entre outros, cuidar da educação dos filhos dos operários e artistas.

Ao revés dos tempos não distantes em que da capital, a todos os recantos da velha província, espoliada de suas glórias, despojada de suas riquezas, deslemburada de suas tradições, impunha-se ideias, preconceitos, candidaturas, ódios civis, prevenções mesquinhas, agitações estéreis, com absoluto às conveniências, aos desejos e as condições locais, *hoje, é do norte, do centro e do sul que para a capital convergem as sugestões de trabalho e de grandeza, os esforços construtivos, as energias aproveitáveis, as legítimas aspirações coletivas, cimentando, solidificando, engrandecendo a situação que criamos e já começou a restituir a querida terra gloriosa o esplendor sideral que a destacava no passado e desgraçadamente se perdera.*¹³¹

A convenção estadual do partido foi realizada em 5 de setembro de 1934, e a capital da Bahia, assim como em janeiro de 1933, abrigou diferentes lideranças políticas de todo o estado. No dia seguinte, o PSD divulgava a sua chapa.¹³² Nela, constava o nome de

¹³¹ Folha do Norte, Feira de Santana, 1.09.1934.

¹³² A chapa completa estava organizada com os seguintes nomes para deputados federais: Dr Alfredo Pereira Mascarenhas, advogado; Altamirando Requião, jornalista; Antônio Garcia de Medeiros Neto, advogado e criador; Arlindo Batista Leoni, magistrado aposentado e advogado, Arnold Ferreira da Silva, comerciante e criador; Artur Lavigne de Lemos, médico; Artur Neiva, médico; Atila Barreira do Amaral, médico e jornalista; Clemente Marianni Bittencourt, professor da Faculdade de Direito e Advogado; Edgar Ribeiro Sanches, professor da Faculdade de Direito e advogado; Francisco Joaquim da Rocha, médico e criador; Francisco Peixoto de Magalhães Neto, funcionário público e médico; Francisco Prisco de Souza Paraíso, professor da Faculdade de Direito e advogado; Gileno Amado, advogado e agricultor; Homero Pires, professor da Faculdade de Direito e Advogado; João da Costa Pinto Dantas, criador; João Marques dos Reis, professor da Faculdade de Direito e Advogado; João Pacheco de Oliveira, advogado e jornalista; Lauro de Almeida Passos, médico e agricultor, Cônego Manoel Leôncio Galvão, sacerdote; Manoel Novaes, médico e funcionário público; Manoel Paulo Telles de Mattos Filho, advogado e jornalista; Nelson C. Xavier, engenheiro e criador; Raphael Cincurá de Andrade, advogado e criador. Deputados estaduais: Adriano de Lima Pedreira, agricultor e criador; Alberico Fraga, professor da Faculdade de Direito e Advogado; Alfredo Gonçalves Amorim, professor e advogado; Aliomar Baleeiro, advogado e jornalista; Álvaro Ribeiro Sanches, engenheiro; André Negreiros Falcão, médico; Antonio Cordeiro de Miranda, médico e agricultor; Antonio do Amaral Ferrão Muniz, professor da Faculdade de Medicina; Artur Cesar Berenguer, membro do Ministério Público e Advogado; Carlos Antunes Teixeira, advogado; Carlos Marques Monteiro, jornalista; Crescêncio Antunes da Silva, médico; Crescêncio Guimarães Lacerda, advogado; Demosthenes Nunes Sento Sé, membro do Ministério Público estadual e advogado; Dermeval de Oliveira Viana, advogado e agricultor; Elpídio Raymundo Nova, advogado; Elysio de Moura Medrado, funcionário público e médico; Eutropio dos Santos Reis, médico; Francisco José Fernandes, médico e criador; Francisco Rocha Pires, criador; Guilherme Andrade, funcionário público e advogado; Humberto Pacheco de Miranda, engenheiro; João Carlos Borges de Sousa, criador e agricultor; João da Costa Pinto Dantas Junior, membro do MP estadual e advogado; Juvêncio Candido Xavier, agricultor; Manoel Caetano da Rocha Passos, funcionário público; Manoel Mattos Correa de Menezes, conselheiro aposentado do tribunal de Contas, Manoel Pinto de Aguiar, advogado e funcionário público; Maria Luisa Bittencourt, advogada; Mario de Castro Rebello, advogado e funcionário público; Nestor Ayres da Silva, comerciante; Octavio Pedreira da Silva, médico; Oscar Tantu, advogado. Ovídio Antunes Teixeira, farmacêutico; Pacifico de Sousa Brandão, advogado. Plínio Magalhães Costa, advogado e agricultor; Raymundo de Sousa Brito, advogado; Vicente Pacheco de Oliveira, comerciante; Waldemiro Lins de Albuquerque, membro do Ministério Público Estadual e advogado; Walter Pimentel Bittencourt, engenheiro e industrial. Para senadores: Antonio Garcia de Medeiros Neto e Pacheco de Oliveira e para governador Juraci Magalhães, que se afastou do governo do estado em 25 de setembro, com vistas a enfrentar abertamente a oposição. Em seu lugar assumiu o secretário de justiça, João dos Santos que havia sido deputado e membro do partido dominante na Primeira república. Segundo nota no *Diário de Notícias*, o irmão de João Santos, Pedro dos Santos foi demitido com nota deprimente pelo Superior Tribunal Eleitoral. Também demitido teria sido o seu filho, Mário Santos, do cargo que exercia na Câmara Estadual e, àquela altura, nomeado procurador do tribunal Regional Eleitoral. João Santos era ainda, diretor do Banco Hipotecário que teve o contrato rescindido por Juraci Magalhães, ou seja, a sua nomeação a interventor interino era mais uma demonstração das conciliações feitas com os segmentos da elite baiana para garantir a vitória nas urnas. Uma família notável. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1934.

Altamirando Requião como candidato a deputado, lançado pelos diretórios de Alagoinhas, Coração de Maria e Irará. Começaria aí, uma intensa propaganda do *Diário de Notícias* em combate a oposição.

Altamirando Requião já vinha colocando o *Diário de Notícias* em favor do interventor desde que ele chegara à Bahia. Naquele período, porém, a sua atuação em defesa de um governo centralizado seria intensificada, visto que os autonomistas além de reunirem em suas hostes os políticos com os quais o jornalista divergiu abertamente antes de 1930 organizavam-se sob a bandeira democrática, fortemente combatida por Requião que defendia um projeto antiliberal.¹³³ Naquele mês, o jornalista que até então mantinha um posicionamento de não enfrentamento com os homens apeados do poder em 1930, passou a assinar uma série de matérias refutando a “cruzada autonomista”.¹³⁴

Diferente de 1933, o PSD abrigou em sua chapa o nome de uma representação feminina: Maria Luísa Bittencourt, que passou a viajar em comitiva junto ao interventor.¹³⁵ Na cidade de Alagoinhas, Maria Luísa Bittencourt foi homenageada por Norma Paiva, correligionária política de Áurea Cravo, mãe do interventor municipal Mário Cravo, a quem Juraci Magalhães fez um brinde quando de sua hospedagem na casa da família.

Com participação na política assegurada pela Constituição de julho daquele ano, a mulher protagonizou mais uma vez a política do estado. Dois exemplos podem ser tomados

¹³³ Sobre a trajetória política de Altamirando Requião ver: SILVA, Letícia Santos. *Ideias e ações: a trajetória política de Altamirando Requião (1922-1937)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. UNEB. 2015.

¹³⁴ Ver *Diário de Notícias* de 5, 6 e 10 de abril de 1934 e as matérias AUTONOMIA ANTINÔMICA, de 11.09.1934; AUTONOMIA FALSIFICADA, de 12.09.1934; ELEVE-SE O NÍVEL, de 13.09.1934; LIBERALISMO A PAU; A BAHIA DIRÁ, de 15.09.1934; *JUS ESPERNEANDI* e A AUTONOMIA DESOVOU, Afinal, de 17.09.1934; PALAVRAS OPORTUNAS, de 18.09.1934; ESPEREM A RESPOSTA NAS URNAS, 19.09.1934; A AUDÁCIA EM DEMASIA, 20.09.1934; O Preço De Um Triunfo, 22.09.1934; QUEM SÃO OS MAUS BAIANOS, 24.09.1934; O QUE A BAHIA DIRÁ, 25.09.1934; QUEM NÃO OS CONHECER QUE OS COMPRE, 27.09.1934; O QUE NÃO SERÁ POSSÍVEL, de 29.09.1934. Apenas para citar as matérias de setembro. O PSD apelou também aos correligionários do interior e da capital para não ler nem divulgar, quaisquer que fosse a situação, nos jornais de oposição: “Em sinal de protesto e como salutar de linguagem de higiene moral contra os excessos de linguagem dessa imprensa que agride, falseia e injuria, atassalhando a reputação dos que lhe não apóiam as ideias e atitudes, resolveu o Partido Social Democrático da Bahia excluir de suas cogitações os jornais *A Tarde* e *O Imparcial*, recomendando e pedindo a todos os seus correligionários da Capital como do Interior do estado que se eximem de quaisquer publicações em tais periódicos, e que dispensem, sistematicamente, a sua leitura, devolvendo as suas assinaturas por ventura já iniciadas. Além daqueles intuitos de preservação, acima expostos, evitaremos, assim, que se canalizem para tais órgãos, inimigos da Bahia, quaisquer proventos que seriam úteis à sua nefasta subsistência. Bahia, 13 de setembro de 1934. A Direção”. *Diário de Notícias*, 15.09.1934; *Diário da Bahia*, 15.09.1934.

¹³⁵ As caravanas constitucionalistas, como foram divulgadas, começou a percorrer o interior a partir de 28 de setembro de 1934, data em que também se iniciaria a campanha pelo rádio. As caravanas foram chefiadas por Altamirando Requião, Alfredo Mascarenhas, Manoel Novaes e Juraci Magalhães. *Diário de Notícias*, 26.09.1934. No dia seguinte a chamada da primeira capa do jornal foi direcionada, exclusivamente, aos leitores do interior do estado.

no município de Alagoinhas tanto para elucidar a sua participação no PSD quanto na Concentração Autonomista.

Em Alagoinhas, Juraci Magalhães tinha uma forte aliada política. A análise de mais de dezenas de cartas enviadas ao interventor baiano pela mãe do prefeito Mário Cravo, Áurea Cravo, mostra como se deu a participação das mulheres na arregimentação de eleitores para o PSD, no interior do estado. Entre as estratégias são recorrentes os pedidos de nomeações de parentes e amigos, transferências de inimigos políticos e concessão dos diferentes favores.

Nem sempre os pedidos eram atendidos ou as cartas respondidas, o que levava Áurea Cravo a expor frequentemente a suas decepções. Segundo ela, a soma dos pedidos feitos ao interventor só se justificava pelo interesse em atender os amigos que iriam elegê-lo: “como mostrar a minha gratidão e o meu reconhecimento aos amigos que nos acompanharão sinceros e inabaláveis na ocasião das eleições? [...] servindo aos mesmos [...] se não for assim não teremos que nos auxilie não é verdade?”¹³⁶

Em outra ocasião, Áurea Cravo solicitou atenção para o pedido de nomeação de uma amiga para uma vaga de datilógrafa. Lembrava a Juraci Magalhães que a solicitante havia sido alistada e votaria no PSD e que “com jeito, irei arranjando outras para a futura eleição, já tenho tomado nota dos nomes de umas 50 e penso que arranjarei umas 100 até nova qualificação.”¹³⁷

Com a proximidade do pleito eleitoral e a chegada de Otávio Mangabeira do exílio, o trabalho da oposição foi intensificado. Também por cartas, Áurea Cravo informava a Juraci Magalhães acerca das ações desenvolvidas pela oposição no município de Alagoinhas. Segundo ela, a partir de agosto a oposição tornara-se assombrosa, disposta a gastar muito dinheiro e soprando vitória aos quatro ventos. Seu trabalho em favor do interventor permanecia, mas, na missiva, Áurea Cravo aproveitou para ressaltar a importância que tinha no papel de correligionária e reclamar dos pedidos não atendidos pelo governo:

Tenho me desdobrado para trabalhar este ano com todo gosto e afinco, só o que está me entristecendo e aborrecendo é esta corrente que se acha descontente, pois do meu núcleo eleitoral que atinge 400 eleitores não desejaria que discrepasse um só elemento para a minha satisfação ser completa, enfim, a vida é esta, quem não trabalha é sempre quem tem os louros, me conformarei [...] já me sinto acanhada em tanto lhe incomodar,

¹³⁶ CPDOC/FGV. Arquivo Particular de Juraci Magalhães. Carta de Áurea Cravo, Alagoinhas, 21 de março de 1934.

¹³⁷ CPDOC/FGV. Arquivo Particular de Juraci Magalhães. Carta de Áurea Cravo, Alagoinhas, 20 de abril de 1934.

mas se assim o faço é obrigada pelos amigos que julgam eu ter força e prestígio para com o distinto amigo quando é uma ilusão da parte deles.¹³⁸

Em Alagoinhas, a atuação de Áurea Cravo na política ficou largamente conhecida. Como vimos ao final do segundo capítulo, Mário Cravo havia pedido demissão no final de 1933, por julgar não ser capaz de sustentar a contenda eleitoral com Dantas Bião e garantir a vitória de Juraci Magalhães. Em 1934, a disputa foi mais árdua. Além da campanha aberta pelo jornal *A Tarde* em combate ao prefeito de Alagoinhas, ele não dispunha de dinheiro para investir no alistamento, conforme assinalou em carta, datada de 14 de novembro de 1934, e na qual, mais uma vez, pedia demissão do cargo ao interventor Magalhães, quando os resultados eleitorais já apontavam para a vitória da oposição no município. Resta claro a força e o papel que teve a sua matriarca para reduzir o número de votos que marcou a vitória da oposição na região.¹³⁹

Muitas mulheres também se colocaram em favor da oposição na Bahia. Ainda na cidade de Alagoinhas, quando da fundação do diretório municipal da Concentração Autonomista, somavam-se vinte e uma mulheres signatárias da Agremiação e a quem coube a organização, a divulgação, a impressão e a distribuição na “gare”, do programa de recepção a Otávio Mangabeira.¹⁴⁰ Também em Valença, quando o prefeito mandou suspender a iluminação pública durante a passagem da caravana autonomista foram as mulheres que se

¹³⁸ CPDOC/FGV. Arquivo Particular de Juraci Magalhães. Carta de Áurea Cravo, Alagoinhas, 11.09.1934. O descontentamento de um grupo de eleitores teria ocorrido porque, a pedido de Áurea Cravo, Oscar Rabelo deveria ser incluído na chapa como candidato a deputado estadual, o que não se verificou. O grupo que lançou a candidatura, num almoço que contava com mais de 30 pessoas pediu a Áurea Cravo que intermediasse a indicação, pedindo ao interventor para intervir no caso. Áurea Cravo se desincumbiu da tarefa em carta datada de 4 de agosto de 1934, mas seu pedido não foi atendido.

¹³⁹ O jornal *A Tarde* investiu numa campanha contra o prefeito Mário Cravo acusando-o de simular falência de empresa Cravo & Cia para tirar vantagens. O objetivo era claramente atingir o interventor no município considerado maior reduto eleitoral de Otávio Mangabeira. Em resposta Mário Cravo encaminhou alguns artigos ao *Diário de Notícias*, mas não conseguiu garantir a vitória para o PSD em Alagoinhas, com exceção da sede. Em seu livro de memórias, Mário Cravo afirmou: “eu, de mim apoiava-me na figura extraordinária de minha querida mãe Áurea Ribeiro Cravo, já falecida, a qual chegou a efetuar o alistamento de mais de duas mil eleitoras.” Ver: CPDOC/FGV. Arquivo Particular de Juraci Magalhães. Carta de Áurea Cravo, Alagoinhas, 21.03.1934; Memórias de um homem de boa fé, p. 61.

¹⁴⁰ Foram elas: Maria Caroline de Souza, Adalgiza Bião Lima, Leonídia Argelo Dórea, Cecília Pereira, Alves Eponímia Bastos, Izabel Paranhos Leal Costa, Maria Magdalena Paranhos de Azevedo, Júlia Feijó de Souza, Maria Ribeiro Sacramento, Theresinha Santos Silva, Atella Agrippino Seixas, Letícia Bastos, Floricea Vianna, Gildeth Castro, Zuleika Carvalho, Arlinda Leal Dantas, professora Gecenita Carvalho, Zami Brito, Carmosina Marques Pereira, Totinha Goes e Professora Risoleta Carvalho. Ver: BATISTA, Eliana Evangelista. A “Revolução de 30” no interior da Bahia: da queda da última barreira legalista à formação dos primeiros partidos políticos (Alagoinhas, 1930-1934). *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, 27 a 31 de julho de 2015, Florianópolis, Santa Catarina, 2015.

encarregaram da “iluminação das ruas, com velas e lanternas.”¹⁴¹ O *Diário de Notícias* carioca assim divulgou a participação da mulher baiana no pleito eleitoral: “A mulher baiana do sertão, sempre à frente da população manifesta-se eloquentemente em favor das correntes políticas em luta, participando, pessoalmente, dos comícios, onde os oradores fazem a propaganda de seus partidos.”¹⁴²



Figura 15: Aspecto da passagem da caravana autonomista em santo Antonio de Jesus/BA. Jornal *A Tarde*, 4 de outubro de 1934. Destaque para as mulheres na imagem

¹⁴¹ O PLEITO NA BAHIA. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 20.10.1934. Ver também: A CAMPANHA AUTONOMISTA. *A Tarde*, Salvador, 10.10.1934. Segundo esta matéria, os eleitores acompanharam o comício com tochas e velas.

¹⁴² Aspectos da campanha eleitoral na Bahia. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1934. As hostes integralistas também já vinham organizando os seus núcleos femininos. Assim ficou composta a Comissão Coordenadora da Seção Feminina da capital, nomeada a 3 de agosto de 1934: Nilda de Azevedo França, Almerinda Nascimento e Dória Correa. *Diário de Notícias*, Salvador, 3 de agosto de 1934. Quando da realização da eleição, a primeira mulher na Bahia nomeada à mesária foi Lindaura Nair de Campos. Também seria uma mulher, Elzedir Maria Cerqueira, a fiscal do candidato Cosme de Farias, conhecido à época como Ruy Barbosa dos pobres. *Diário de Notícias*, Salvador, 13 de outubro de 1934.

Como já pontuamos, não era prudente deixar à margem dos partidos o novo corpo do eleitorado, àquele ano acrescido dos estudantes universitários e dos praças de pré. No entanto, os autonomistas, embora estivessem empenhados em recuperar os lugares de mando, ainda não haviam superado as práticas políticas de outrora. Diferentes do PSD, não consultaram as suas bases eleitorais para fazer as indicações partidárias, razão pela qual eram muitos os conflitos no interior da agremiação que colocavam ainda mais em evidência as suas diferenças políticas.

Apesar de receber apoio da grande maioria dos estudantes baianos, a agremiação não comportou nomes de estudantes em sua diretoria. A Ala moça do antigo Partido Democrático foi a primeira a colocar-se contra as indicações feitas pelo diretório da *Concentração Autonomista*. Acompanhando as mudanças processadas ao longo daqueles quatro anos de Revolução, os estudantes questionavam a ausência de representações proletárias, representações de classe, entre outras.¹⁴³

Sobre essa suposta arbitrariedade, Altamirando Requião fazia a seguinte crítica, na matéria “Pandorga de Arraial”:

Sete manda-chuvas, reunidos entre quatro paredes, agem, discricionariamente, fazendo e desfazendo “deputados por hipóteses”. Para eles, o resto das correntes de que são maiorias e delegados, é confuso, é o inextricável, é o infinitesimal das rabadilhas. A arraia-miúda dos amigos não é ouvida nem cheirada, na sua subalternidade, sem peso e sem medida. Cortam nomes e enxertam nomes para a representação legislativa do estado e da União, com a facilidade com que se manda um pedido de batatas e cebolas ao armazém do galego da esquina. Não há princípios preferenciais de ideologia, não há consideração de méritos, não há originalidade de critério, não há coisa nenhuma de aproveitável ou de útil, em matéria de renovação de costumes republicanos, depois de uma Revolução que os deveria ter lecionado de sobejo.

Aliás, seria difícil desentortar a boca acostumada pelo uso do cachimbo.¹⁴⁴

¹⁴³ ENTREVISTA DE GUSTAVO DOS SANTOS DA ALA MOÇA DA FRENTE ÚNICA E DA EXECUTIVA DO PARTIDO DEMOCRATA. Reproduzida no *Diário de Notícias*, em 14.09.1934. Cabe destacar que havia uma discussão no interior da Federação dos Trabalhadores para criar uma terceira corrente partidária no estado, ou seja, os trabalhadores não se viam representados nem pelo PSD nem pela *Concentração Autonomista*. Os ferroviários, por sua vez, prometiam aderir a quem defendesse as demandas por eles colocadas. Uma parte dos estudantes baianos também apoiava o PSD, a exemplo de Aloísio de Castro, que assumiu a redação do jornal *Diário de Notícias* enquanto Altamirando Requião esteve ausente em campanhas e que se considerava representante da mocidade baiana situacionista.

¹⁴⁴ *Diário de Notícias*, 15.09. 1934. Segundo Altamirando Requião, a candidatura de Otávio Mangabeira só teria sido viabilizada porque os “seus amigos” sabiam que ele não podia vencer, lembrando aos eleitores a sucessão de 1930, quando aqueles mesmos homens tiveram a oportunidade de indicar o seu nome e que não o fez, pelo contrário, opuseram-se a ele. REQUIÃO, Altamirando. À MARGEM DA CANDIDATURA DE OTAVIO MANGABEIRA, *Diário de Notícias*, 21.09.1934.

De fato, as indicações dos nomes para a composição da chapa “Governador Otávio Mangabeira” não obedecia ao princípio democrático tão propalado pelos liberais baianos. Diferente do PSD, a *Concentração Autonomista*, que também tinha as suas bases eleitorais no interior do estado, não teria perdido o vício de deliberar pela composição de suas chapas na capital da Bahia. Apesar disso, foi intensa a campanha que empreendeu no interior estado. Dividindo-o em dezesseis grandes zonas de influência, os caravaneiros autonomistas saíram em caça aos votos e durante trinta dias cortaram o sertão, o litoral, o agreste e o recôncavo baiano em combate ao governo de Juraci Magalhães.

O candidato a deputado estadual Antônio Balbino Filho, em entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, a 20 de outubro de 1934, afirmou que depois de trinta dias de campanha não havia no estado inteiro da Bahia, “um só município em que não exista uma oposição organizada”. Pela entrevista, é possível inferir, também, que a própria indicação de Otávio Mangabeira como candidato a governador, embora seus correligionários considerasse-o a voz mais expressiva contra a ditadura naquele momento, poderia ter sido evitada se o PSD não tivesse lançado o nome de Juraci Magalhães como candidato do partido, ou seja, estava no horizonte da oposição uma espécie de conciliação, caso um baiano tivesse sido alçado a candidato ao governo pela situação dominante, conforme fragmento abaixo:

Promulgada a Constituição Federal, desde logo se verificou que o partido situacionista, seguindo a norma adotada pela “revolução de outubro” lançaria a candidatura do próprio interventor ao governo no estado. Não se pode negar que semelhante processo foi o estopim para o grande incêndio que já vai lavrando intensamente. Contra essa política, que não me parece fundada em razões de ordem moral, não era crível que a minha terra deixasse de reagir. Um sentimento ademais que diga-se (*sic*) o que se disser não deixava como não deixa de impressionar dolorosamente a Bahia, deixando-a perplexa, lhe era ditado pelas circunstâncias de não haver escolhido o Partido governista um baiano ilustre de suas fileiras para o governo da terra comum submetendo a Bahia à situação excepcional e contristadora de ser o único estado em que aos seus filhos não era oferecida a perspectiva de ser governado por um conterrâneo.¹⁴⁵

Essa declaração tanto valida as críticas feitas por Altamirando Requião, em relação à indicação do nome de Otávio Mangabeira como candidato da oposição, quanto mostra que, em se tratando do partido dominante também não havia a coesão propalada por Juraci Magalhães. A escolha de seu nome para governador, conforme explicitou em suas cartas e

¹⁴⁵ O PLEITO NA BAHIA. Entrevista de Antonio Balbino Filho, candidato a deputado estadual pela Concentração Autonomista. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 20.10.1934.

livros de memória foi uma maneira de não cindir o PSD, cujos membros mais expressivos estavam marcados pelos litígios da política doméstica, findada em 1930.¹⁴⁶

Deste modo, o nome de Juraci Magalhães era elevado a árbitro da política estadual, tal qual fizeram a Getúlio Vargas no contexto nacional. Se a indicação de nomes como Medeiros Neto, Pacheco de Oliveira ou Marques dos Reis ao governo do estado colocava em perigo o equilíbrio adquirido após a eleição de 1933, já que havia uma crise de hegemonia aguda em que o regime político adotado não conseguiria se manter, as frações de classes optaram pelos postos de mando ocupados na ditadura e entregaram o governo do estado ao cearense Juraci Magalhães, motivo pelo qual os autonomistas foram mais incisivos na sua campanha, radicalizando no discurso regionalista.¹⁴⁷

As caravanas autonomistas motivaram dezenas de matérias nos jornais da capital e do interior. Na imprensa baiana do período, tanto se apelava para a “desumilhação da Bahia” quanto se combatiam os “homens decaídos da República Velha”. O jornal *A Tarde e O Imparcial* tomaram para si a tarefa de fazer a cobertura das caravanas de oposição no interior e seguindo o exemplo deles, muitos periódicos dos diferentes municípios conclamava ao povo: “Tendes patriotismo? Sois baiano? Reintegre a Bahia na posse de si mesma. Votais para governador do Estado no eminente conterrâneo DR. OCTÁVIO MANGABEIRA”.¹⁴⁸

Apesar da recomendação de Juraci Magalhães às autoridades policiais do interior e da capital, a campanha foi marcada por violências, prisões, espancamentos e comícios dissolvidos a bala.¹⁴⁹ Um relato feito pelo prefeito Mário Cravo, de Alagoinhas, pode servir de demonstração de como a campanha se processou no estado. Segundo ele, a luta em

¹⁴⁶ Em Entrevista concedida ao jornal *O Globo*, em 12 de novembro de 1934, Otávio Mangabeira desmentiu os boatos. Segundo ele, “a campanha autonomista não foi colocada aos terrenos dos conchavos”. O jornal *A Tarde* comentou a entrevista, em edição do dia 13 de novembro.

¹⁴⁷ Analisando esse aspecto em nível nacional Felipe Demier conclui que após a promulgação da Carta Constitucional de 1934, com a luta de classes ganhando novos contornos – o que também é possível verificar na Bahia – a própria burguesia abdicaria do seu já escasso poder política “entregando-o com *doce constrangimento* às forças bonapartistas, que se tornarão as únicas responsáveis pela garantia da ordem burguesa”. Ver DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro...* p. 110. Os trabalhadores também fizeram esta opção na Bahia. Em setembro de 1934 verificou-se uma cisão da Federação dos Trabalhadores Baianos e os 42 mil homens não tiveram força, coesão e direcionamento político para eleger os seus próprios representantes. Segundo afirmou Demosthenes Guanaes, em matéria publicada no *Diário da Bahia*, a culpa deveria recair sobre os representantes dos diversos sindicatos, verdadeiras amas secas que em lugar de servir aos trabalhadores palmilhavam “pela escada escorregadia das posições”. Apresentar candidatos sem a coesão dos proletários era, portanto, um erro, “por falta de eleitores, por falta de disciplina que ainda é uma utopia nas organizações que existem e por falta de espírito de classe da consciência proletária que são ‘avis rara’ nos agrupamento regulares do momento.” GUANAES, Demosthenes. DESORIENTAÇÃO PROLETÁRIA. *Diário da Bahia*, 29 de setembro de 1934.

¹⁴⁸ *Correio de Alagoinhas*, Alagoinhas/BA, 11 de setembro de 1934. Em Salvador, a grande expectativa era a realização do “comício-monstro” que contaria com a célebre participação de Otávio Mangabeira. Esse comício foi precedido de uma semana de conferência e marcou a história política do estado pelo volume de pessoas que a oposição levou às ruas.

¹⁴⁹ Ver jornais *A Tarde e O Imparcial* entre os dias 1 e 13 de outubro de 1934.

Alagoinhas teria sido sem precedentes. Os adversários, “além das calúnias e infâmias que se acobertaram obtiveram o apoio dos ferroviários, que desgostosos com a administração da Estrada foram bastante explorados”, votando contra o PSD a maioria dos operários do distrito de Aramari, principal núcleo proletário do município, que de última hora resolveram, também, “desumilhar a Bahia”.¹⁵⁰

Ainda de acordo com Mário Cravo, o juiz, o promotor o padre, agiram, todos, em favor da oposição e o maior correligionário de Otávio Mangabeira teria “perdido o controle” e investido cento e seis contos na campanha, somados a mais trinta contos de José Lúcio dos Santos, o coronel Santinho, do distrito de Riacho da Guia, que votou de maneira unânime na chapa governador Otávio Mangabeira. Mário Cravo afirmava ainda que “o ódio e inveja de mãos dadas com a célebre ‘campanha autonomista’ fez surgir diversos adversários do governo que se achavam nas encolhas, os quais continuam, após as eleições, a insultar-nos desbregadamente”.¹⁵¹

Os correligionários do interventor, a exemplo de Oscar Rabelo, indicado por Áurea Cravo como possível candidato a deputado estadual, teria perdido a paciência com a oposição e “teve de dar umas bofetadas”, arranhando ainda mais a imagem e o peso que a figura de Mário Cravo julgava ser para o governo de Juraci Magalhães. Desgastado, com poucos recursos para investir e pai de quatro filhos, Mário Cravo mais uma vez, pedia para ser afastado da pesada tarefa de conduzir a política no município de Alagoinhas.¹⁵² A capa que ilustra a primeira página do jornal *A Tarde*, de 11 de setembro de 1934, resume o pensamento da oposição em relação à violência impetrada pelo atual governo baiano.

¹⁵⁰ A oposição também fazia duras críticas às medidas tomadas pelo governador interino em relação aos impostos. Em 1 de outubro daquele ano, João Santos revogou dois impostos que incidiam sobre o comércio e que eram recolhidos desde a Primeira República: o imposto de viação e a multa de 25%. Data do mesmo período o decreto de anistia e prorrogação do pagamento da dívida ao Estado por comerciantes e criadores industriários. Em seu programa de rádio Juraci Magalhães prometia também em vários empréstimos para a área econômica, sobretudo a mamona, a criação de gado e a produção de algodão e açúcar, tal como já havia feito com o cacau. Segundo os autonomistas essa medida, às vésperas do pleito eleitoral tinha o claro objetivo de fazer campanha para o PSD.

¹⁵¹ CPDOC/FGV. Carta de Mário Cravo a Juraci Magalhães, 14.11.1934.

¹⁵² Afirmou que contra os 130 contos gastos pela oposição ele somente pode investir 25, de seu próprio bolso, pois dos membros do diretório municipal do PSD apenas Saturnino Ribeiro é quem havia contribuído com a campanha, razão pela qual indicava o seu nome para substituí-lo.



Figura 16: Primeira página do Jornal *A Tarde*, 11.09.1934

Tomando de empréstimo o vulto do jurista Ruy Barbosa, os autonomistas denunciavam a “política de espada” de Juraci Magalhães e ofereciam aos baianos a lei e o

direito de governarem a si mesmos. Para Consuelo Sampaio, revivendo o estilo civilista das campanhas de 1910 e 1919, a *Concentração Autonomista* marcou a fundação de uma nova agremiação de oposição de peso no estado da Bahia, transformando-se “para o governo num competidor a ser notado, e mesmo temido”.¹⁵³

Ocupando 13 dos 42 lugares que cabiam à Assembleia Estadual, os autonomistas não atuaram restritamente nos marcos fronteiriços do estado. Se o lema que conferiram à campanha, de cunho regionalista, visava devolver à Bahia a posse de si mesma, os interesses do grupo que liderava a *Concentração Autonomista* não se restringiam à retomada da posse do governo estadual.

Desde 1931, quando Seabra e Sodré se debatiam para tentar alinhar a Bahia com as Frentes Únicas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, percebe-se que a motivação era recuperar o prestígio da Bahia no cenário nacional, aproximando-a dos estados do sul e conferindo-lhe uma espécie de liderança em relação aos estados do norte.

Era preciso retomar o governo, mas era preciso também, que a Bahia voltasse a atuar no cenário político nacional com o prestígio de outrora. Se a oposição ao governo ficou restrita ao estado entre 1931 e 1934, a partir desse ano, com a volta de Otávio Mangabeira do exílio e a projeção nacional de seu nome, os autonomistas faziam oposição também, ao governo central, e em 1937 estariam nas bases de formação do primeiro partido nacional de oposição a Vargas, a União Democrática Brasileira, conforme veremos no capítulo que segue.

¹⁵³ SAMPAIO. Consuelo Novaes. *Poder e Representação...* p. 103.

CAPITULO VI

O GOVERNO CONSTITUCIONAL E A ATUAÇÃO DOS AUTONIMISTAS BAIANOS ENTRE 1935 E 1937

6.1. De volta ao jogo constitucional: a derrota nas urnas e as primeiras dissidências entre os autonomistas baianos

Sempre se viu na Bahia, ou organizar-se partido, em torno do governo do estado – é o caso precisamente do atual PSD – ou à sombra do governo federal, contra o governo local. É, talvez, a primeira vez que um partido se organiza fora de qualquer apoio oficial, mas, ao contrário, declaradamente de resistência ao oficialismo, local e federal.

(Otávio Mangabeira. entrevista ao Jornal *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 19 de março de 1936)

Nas eleições realizadas em outubro de 1934 compareceram às urnas 147.560 eleitores. A Bahia contou com o quarto maior número de inscritos no Brasil, perdendo apenas para São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, respectivamente.¹ Esse montante, praticamente o dobro de 1933, que contou com pouco mais de noventa mil eleitores e apenas 62.368 votos válidos, é um demonstrativo do sucesso das atividades de alistamento e do trabalho realizado pelos partidos e agremiações políticas na capital e no interior do estado, mas ainda é um número pequeno em relação à população que a Bahia possuía, de mais de quatro milhões de habitantes.

As razões dessa redução podem ter sido as mais diversas como documentação incompleta, não comparecimento ou indeferimentos judiciais aos processos de alistamentos. Assim como em 1933, nas eleições de 1934, a oposição também registrou acusações no processo de alistamento como prisões de títulos, extravios de documentos, falsificações, entre

¹ O comparativo com outros estado foi divulgado no jornal *Diário da Bahia*, em 19 de setembro de 1934. Não conseguimos confirmar essa informação em consulta aos boletins do Tribunal Regional Eleitoral do período que apresentou o total de 147.560 votantes; 142.258 votos apurados; 5.302 votos anulados; 88.222 votos no PSD; 46.389 votos na Concentração Autonomista; 440 votos na Aliança Trabalhista; 7002 votos avulsos. BOLETIM ELEITORAL DA BAHIA, 12.01.1935, Ano III, n 262. APEB. O anuário Estatístico de 1935 diverge ligeiramente dessa quantidade. Segundo o documento, a Bahia foi dividida em 683 seções, nas quais votaram 153.375 eleitores. A população do estado, segundo esse mesmo documento contava com 4.677.238 habitantes. *Anuário Estatístico do Estado da Bahia*. Diretoria Geral de Estatística do Estado da Bahia. Papelaria Brasileira Bahia, 1936. p. 58 e 127.

outras ações supostamente praticadas pela situação dominante e que, certamente, influenciaram no número real de eleitores que compareceram às urnas a 14 de outubro.

Os dias que precederam as eleições de outubro foram tensos. Tanto no interior como na capital registravam-se confrontos entre oposição e governo. Somem-se a isso os conflitos irrompidos entre os integralistas e os comunistas e o clima de tensão gerado pelas greves em muitos segmentos dos trabalhadores, entre os quais, os padeiros, os ferroviários, os lavradores de fumo do recôncavo e os profissionais das docas, na capital.²

Na véspera das eleições, a 13 de setembro de 1934, um comício autonomista foi dissolvido no Largo do São Francisco. J. J. Seabra quase foi atingido por um tiro que teria sido desferido pelo pernambucano Izidro Bispo dos Santos. Segundo informações divulgadas pelo jornal carioca *O Radical*, o acusado estava cercado de guardas civis, armados para protegê-lo. Revoltado, Seabra enviou telegrama ao presidente Getúlio Vargas e ao presidente da Câmara, o mineiro Antônio Carlos. O suposto atentado reafirmava a narrativa autonomista de uma Bahia dominada por forasteiros. A confusão foi grande e a população que apoiava Seabra seguiu em protesto para o Palácio Rio Branco, mas não encontraram Juraci Magalhães.³

Passada a eleição seguiram-se as denúncias da oposição, sobretudo em relação ao interior: ameaças de desterro em Capivary; votação realizada em delegacias em Amargosa; voto aberto em Nilo Peçanha; prefeitos e jagunços armados com revólveres e fuzis trocando chapas dos eleitores, em Monte Alegre; sargentos fardados distribuindo chapas, em Aratuípe; compressões de toda sorte na região sanfranciscana; votação que seguiu pela noite até a manhã do dia seguinte, em Santo Antonio de Jesus; votação adiada em Mundo Novo; urna

² Segundo Marly Viana, o final do ano de 1934 foi marcado pela fundação de diferentes organizações antifascistas que se uniram em Frente Única, entre as quais a ANL, a Coligação das Esquerdas, a Coligação dos Sindicatos, a Liga Comunista Internacionalista (troskista) e o Partido Socialista, cujos membros estavam ligados ao tenentismo. Além de combater a carestia de vida e pleitear melhores condições para os operários, essa Frente confrontou-se com os integralistas. Um dos episódios mais marcantes do período foi “a batalha da Praça da Sé”, no qual, durante um comício que seria realizado pelos integralistas, com cobertura da polícia, em comemoração aos dois anos de sua fundação, as forças antifascistas resolveram dissolver a concentração. Segundo o jornal *O Imparcial*, de Salvador, a previsão era de que quatrocentos homens e duzentas mulheres participassem do evento, mas, às dezesseis horas do dia 7 de outubro, quando teve início as comemorações, os integrantes da FUB irromperam com gritos de morra o integralismo e tiros por toda parte. VIANNAA, Marly de Almeida Gomes. *Política e rebelião nos anos 30*. São Paulo: Moderna, 1995, p. 29-30; *O Imparcial*, Salvador, 10.10.1934. Um estudo sobre a formação da Frente Única, Frente Popular e Frente Nacional no movimento comunista pode ser visto em: SENA JUNIOR, Carlos Zacarias F. *Os impasses da estratégia*, op. cit. p. 83-94.

³ COMÍCIO DISSOLVIDO NO LARGO DO SÃO FRANCISCO. *O Radical*, Rio de Janeiro, 14.10.1934.

assaltada em Baixa da Palmeira; demissões e aposentadorias em diferentes municípios do estado.⁴

Esses são apenas alguns exemplos dos registros feitos pela oposição, através das páginas do jornal *A Tarde*, entre 15 e 18 de outubro daquele ano.⁵ Apesar disso, elas eram um prenúncio de um novo tempo: o epílogo da interventoria de Juraci Magalhães no estado da Bahia. E ainda que os autonomistas não saíssem vencedores do pleito eleitoral, sabiam que o futuro combate ao governo seria em campo aberto, sem as prerrogativas do poder discricionário.

A tarefa não se mostraria fácil. Ainda em 1934, aconteceram dois episódios que ratificaram a truculência da interventoria de Juraci Magalhães: o espancamento do estudante de medicina Joaquim Câmera, que esbarrou no interventor durante uma cerimônia festiva em um navio ancorado em Salvador, e a agressão a Simões Filho e ao seu irmão Antônio Simões, que causou verdadeira revolta entre os baianos autonomistas e levou uma significativa parcela de estudantes a fazer uma passeata, falando da escadaria da sede do jornal *A Tarde*, em ataque ao interventor na Bahia.⁶

Na mesma data em que noticiou o atentado, o Jornal *A Tarde* trazia uma mensagem do ex-ministro Otávio Mangabeira. Em letras garrafais no alto da primeira página ele sentenciava: “pelas amarguras indizíveis, a que está condenada a Bahia, há um responsável principal: o senhor Getúlio Vargas. Guarde o povo baiano este nome na memória da sua maldição.”⁷ Deslocava, assim, a oposição até então restrita ao governo estadual para a oposição ao governo federal. Era preciso, portanto, que a Concentração Autonomista passasse

⁴ Ver jornais *A Tarde* e *O Imparcial* entre os meses de outubro e novembro de 1934. Para a réplica às denúncias da oposição ver os jornais *Diário de Notícias* e *Diário da Bahia*, publicados no mesmo período. Todos editados em Salvador e com circulação em todo o estado.

⁵ Algumas dessas acusações foram rebatidas pelos jornais que defendiam a situação como o *Diário da Bahia* e o *Diário de Notícias*. As transferências foram registradas a partir de novembro, depois que os resultados das urnas vieram a ser conhecidos. Ver: CASTIGANDO O FUNCIONALISMO ALTIVO. *A Tarde*, 21.11.1934; A SANHA DO GOVERNO CONTRA HUMILDES FUNCIONÁRIOS, *A Tarde*, Salvador, 22.11.1934.

⁶ O VANDALISMO DOS INVASORES TOCA AO AUGE. *A Tarde*, Salvador, 14.12. 1934; AFRONTANDO A SOCIEDADE BAIANA, *A Tarde*, Salvador, Bahia, 15.11. 1934. Para Patrícia Carneiro, Clemente Mariani e Manuel Novaes, em depoimentos feitos ao CPDOC, respectivamente em 1976 e 1984, isentaram a Juraci Magalhães da responsabilidade dos atentados, mas naquele período não restavam dúvidas de que eles estavam ligados à sua administração. CARVALHO, Patrícia. *Juraci Magalhães e a construção do juracisismo*, p. 105-106. No início de janeiro de 1935, o diretor do jornal autonomista *A Cachoeira* foi invadido e empastelado. Além da tentativa de assassinato a Augusto Publio, liderança autonomista daquele município, todo o maquinário do jornal foi quebrado. GRAVES ACONTECIMENTOS EM CACHOEIRA. *O Imparcial*, Salvador, 12.01.1935.

⁷ AFRONTANDO A SOCIEDADE BAIANA, *A Tarde*, Salvador, Bahia, 15.11.1934.

à outra fase, a das oposições coligadas. Era chegada a hora de a *Concentração Autonomista* transformar-se em partido político.⁸

A viagem de Otávio Mangabeira à capital do país, dada ao final do mês de outubro de 1934 marcaria, entre outros objetivos, a retomada do diálogo entre a oposição baiana e as demais oposições de outros estados, tendo em vista que desde o mês setembro, o ex-ministro já havia assinado o manifesto para a criação do Partido Nacional, que surgiu por influência de Borges de Medeiros.⁹

Otávio Mangabeira estava entusiasmado para liderar a oposição, mas os resultados eleitorais foram minando a força política das lideranças autonomistas.¹⁰ Na Bahia realizaram-se eleições suplementares às de outubro no mês de janeiro de 1935. Nesse processo vieram à tona as primeiras dissidências na oposição, revelando os movimentos viscerais das lideranças mais conhecidas para obter os postos de mando em detrimento, inclusive, de candidatos da mesma chapa que conquistaram maior número de votos entre os eleitores.

Percebendo essa correlação de forças, Juraci Magalhães, através do PSD já vitorioso, entrou em acordo com parte de suas lideranças políticas do interior e na tentativa de minar a oposição orientou aos correligionários e eleitores a destinarem os seus votos a candidatos autonomistas que havia se destacado nas eleições de outubro. Era uma tentativa de deixar à margem do jogo político constitucional nomes como Otávio Mangabeira, Wanderley Pinho e Pedro Calmon.

⁸ A CONCENTRAÇÃO AUTONOMISTA SE TRANSFORMARÁ NUMA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA. *A Tarde*, Salvador, 18.10.1934; A SEGUNDA FASE DA CAMPANHA VAI COMEÇAR, *A Tarde*, Salvador, 19.10.1934.

⁹ Otávio Mangabeira embarcou a 23 de outubro de 1934. A 13 de dezembro de 1934, a *Concentração Autonomista* criou uma comissão para defender os funcionários públicos que sofressem abuso do governo, em função de posicionamentos políticos revelados no período das eleições. A comissão ficou composta por Gilberto Valente, Nestor Duarte, Jayme Ayres, Jayme Baleeiro, Aloísio Filho, Luiz Vianna Filho, Prado Valadares e Wenceslau Gallo.

¹⁰ Os primeiros resultados eleitorais foram divulgados no dia 31 de dezembro, em reunião do TRE. Na ocasião o desembargador Ezequiel Pondé declarou eleitos os deputados Otávio Mangabeira, Pedro Lago, Luiz Viana Filho, José Joaquim Seabra, João Mangabeira, Wanderley Pinho e Pedro Calmon, pela Chapa *Governador Octávio Mangabeira* e Altamirando Requião, Manoel Noaves, Pacheco de Oliveira, Lauro Passos, Marques dos Reis, Medeiros Netto, Prisco Paraíso, Pinto Dantas, Alfredo Mascarehas, Arnold Silva, Arlindo Leoni, Magalhães Neto, Francisco Rocha, Leôncio Galvão, Artur Neiva e Rafael Cincurá, pelo PSD. A ata assinalava que os nomes poderiam sofrer modificações após a realização das eleições suplementares, mas a divulgação prévia atendia à orientação da Corte Superior. A divulgação dos eleitos para a Assembleia Estadual não foi divulgada, também por orientação da Corte. FORAM PROCLAMADOS, ONTEM, NO TRIBUNAL ELEITORAL. *O Imparcial*. 1.1.1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720933&PagFis=0&Pesq=>. Acesso em: 9.3.2018.

A manobra surtiu efeito. O resultado das eleições suplementares botou em risco a candidatura do próprio Otávio Mangabeira e nomes já tidos como vitoriosos, a exemplo de José Wanderley Pinho e do deputado constituinte Aloísio de Carvalho acabaram excluídos da diplomação. Em contraposição, Carlos Leitão e Lemos Brito que compuseram a chapa “Governador Otávio Mangabeira” vinham recebendo alta votação, comprometendo a eleição da diretoria da Concentração Autonomista e agravando a crise que se instalara no seio da oposição desde que os primeiros resultados de outubro passaram a ser divulgados.¹¹

A contagem dos votos pela justiça eleitoral era uma verdadeira prova de resistência aos nervos autonomistas. Os resultados divulgados no dia dezessete de janeiro salvavam a eleição de Otávio Mangabeira; na mesma data, Pedro Calmon e Carlos Leitão apareciam como candidatos eleitos pelo segundo turno. A dezoito de janeiro, Rafael Menezes excluía a candidatura de Carlos Leitão; a sete de fevereiro, Lemos Brito vencia a corrida contra Pedro Calmon, reduzindo a zero a presença da corrente calmonista dentro da oposição.¹²

Havia boatos por toda a imprensa da Bahia e do Rio de Janeiro sobre uma possível renúncia de João Mangabeira em favor de Pedro Calmon, assim como se especulava também a renúncia de Carlos Lemos de Brito e Rafael Menezes, em favor de lideranças mais conhecidas. No entanto, nem essas nem outras renúncias ocorreram e a oposição amargou a exclusão do jogo constitucional de alguns dos seus principais líderes, situação que veio a se agravar depois de julgado o processo sobre as eleições baianas, conforme veremos adiante.

A iniciativa de apoio de Juraci Magalhães aos “ilustres desconhecidos” era sabida por toda a imprensa, e assim como os jornais que apoiavam a oposição divulgavam possíveis renúncias desses candidatos, os jornais situacionistas faziam exatamente o contrário, divulgavam a saída dos candidatos eleitos da Concentração Autonomistas e a adesão destes ao PSD.¹³

Antes mesmo que os resultados fossem proclamados pelo TRE, deputados autonomistas, a exemplo de Rafael Jambeiro, eleito pela região de Castro Alves, já acenava

¹¹ Ver: *Diário de Notícias*, Salvador, Bahia, 15 e 16.01.1935. Os resultados finais das eleições foram divulgados a 7 de fevereiro de 1935. Muito antes disso, João Mangabeira já havia entrado com um pedido para que as eleições fossem apuradas tomando como orientação ou a Carta Constitucional ou o Código Eleitoral, isso porque os dois documentos divergiam quanto às orientações para as apurações em segundo turno. João Mangabeira temia que as interpretações dadas pelos juizes eleitorais viessem a prejudicar os resultados eleitorais obtidos pela oposição nas urnas. O pedido do jurista foi negado pelo TSE. A QUESTÃO DOS DOIS TURNOS, *A Tarde*, Salvador, 20.11.1934.

¹² *Diário de Notícias*, Salvador, Bahia, 17 e 18.01.1935 e 7.2.1935.

¹³ *A Batalha*, Rio de Janeiro, 8.2.1935; *Diário de Notícias*, Salvador, 13.02.1935.

para o governo da situação. Em declaração ao jornal *O castroalvense*, o deputado mandava um recado à direção da Concentração Autonomista, dizendo que bastava de “lutas fratricidas e de comunismo” na Bahia. Para o deputado, era hora de todos trabalharem pelo bem comum.¹⁴

Os autonomistas mais uma vez não aceitariam os números divulgados pelo TRE e interpuseram recursos aos resultados das eleições. Questionavam não somente os votos do partido situacionista como também a votação recebida pelos próprios colegas de chapa. Além de solicitarem ao TRE a recontagem dos votos, acusaram o PSD de ter interferido no processo. Aloísio de Carvalho também se mostrava insatisfeito, sobretudo porque atuava à frente da oposição desde 1932, quando organizou e presidiu a LASP, defendeu a oposição na Assembleia Nacional Constituinte e ficou de fora do quadro de deputados diplomados àquele ano.¹⁵

Em meio a esses dissabores e já em franco diálogo com as oposições dos outros estados, os autonomistas viam malograr as primeiras expectativas de vitória do recente processo democrático. Segundo denunciou Manoel Novaes, deputado eleito pelo PSD, o objetivo do recurso aos resultados eleitorais era excluir Carlos de Lemos e Rafael Menezes da relação de eleitos, garantindo a presença de lideranças autonomistas na Câmara Federal com vistas a reduzir “a vergonha da derrota sofrida na Bahia”.¹⁶

De parte do governo federal havia todo um cuidado em relação a essa coesão entre as oposições. Tomando como justificativa a rápida expansão do integralismo e do comunismo no Brasil, bem como os sucessivos conflitos que ocorriam entre os seus membros, o governo Vargas aprovou, no início de 1935, a Lei de Segurança Nacional, com votação fechada da bancada baiana situacionista.¹⁷

Na Bahia, a aprovação era divulgada como uma medida necessária ao combate das “ideias extremistas”. Ressaltavam-se, como justificativa, a organização e a disciplina dos integralistas, características que vinham se sobrepondo, inclusive, aos personalismos de

¹⁴ Idem.

¹⁵ *Diário de Notícias*, Salvador, 14.2.1935.

¹⁶ Idem.

¹⁷ O Projeto de Lei de Segurança Nacional foi enviado ao Congresso pelo ministro da Justiça, Vicente Rao. O objetivo era definir, prevenir e combater os crimes contra a ordem política e social. O texto do projeto foi divulgado pela imprensa da época.

outros partidos, também chamavam a atenção para uma eventual defesa da ordem social e política ameaçada pelo comunismo.

A aparente estabilidade do jogo político alcançada com a recente carta constitucional periclitava e não apenas pelo crescimento desses partidos “extremistas”. Desde o mês de fevereiro de 1935, falava-se em toda a parte sobre possíveis atentados à ordem pública. A situação foi agravada a partir de março, com as declarações à imprensa carioca do ministro da guerra, Góes Monteiro, na qual se divulgaram informações sobre prováveis conspirações que se faziam em todo o Brasil, reunindo militares e “elementos da oposição”.¹⁸

A Concentração Autonomista ficava, assim, entre as agremiações suspeitas. Era preciso assegurar a ordem alcançada pelo governo e a população baiana vinha sendo convencida da necessidade e urgência em aprovar a Lei de Segurança Nacional. O jornalismo partidário incumbiu-se desse papel.¹⁹

Nesse cenário tumultuado apenas uma coisa parecia certa: a eleição indireta de Juraci Magalhães ao governo do estado. Convencida da derrota nas urnas, embora dissimulando uma vitória moral, a *Concentração Autonomista* abriu campanha nas páginas do *A Tarde* para que o PSD indicasse o nome de um baiano ao governo estadual.²⁰ A sugestão foi tomada como um despropósito pelos correligionários do governo. Altamirando Requião, que desde 1934 estava em franca campanha contra os autonomistas e que havia sido eleito na condição de deputado mais votado, em outubro de 1934, respondia pelo *Diário de Notícias*, quase que diariamente, todas as críticas feitas através do *A Tarde*. O fragmento abaixo elucida a contenda:

Desiludidos de poderem assenhorear-se das posições, por intermédio de seus mentores e correligionários, que, outrora, tanto panegiricaram situações infecundas e impopulares; a serviço dos corrilhos oligárquicos eilos, diariamente, em derrames estilísticos e em serpentinas literárias, de cuja eficiência política será lícito duvidar-se, pois que não há de ser com tais recursos catimbaus que o seu grêmio alcançará aquilo a que se aspira e o

¹⁸ *Diário Carioca*, 17.03.1935; *Diário de Notícias*, 18.03.1935

¹⁹ AINDA A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, *Diário de Notícias*, 8 e 29.01.1935.

²⁰ Através do jornal *O Imparcial* também se especulava em torno do nome de um baiano. O jornal abriu uma consulta plebiscitária para ver quem os baianos escolheriam para governador, caso fosse a escolha por sufrágio popular. O plebiscito, no entanto estava condicionado a nomes de baiano, entre os quais Otávio Mangabeira, João Marques dos Reis, Pimenta da Cunha e Pedro Santos. QUEM DEVE SER ESCOLHIDO PARA GOVERNAR A BAHIA. *O Imparcial*, Salvador, 3.4.1935.

futuro governador constitucional, seguramente, se verá escolhido dentro em breve.²¹

Juraci Magalhães deixava a sua defesa para os correligionários. Aquele momento preocupava-lhe outras questões como a greve dos ferroviários. Em franca organização desde o ano de 1934, os ferroviários reivindicavam ao governo federal a assunção da Ferrovia Este Brasileira, ainda sob o comando dos franceses. Temia-se que as ideias comunistas se alastrassem entre os trabalhadores da Bahia, razão pela qual Juraci Magalhães sempre se mostrou disposto a dialogar com eles, o que não significa dizer que cedeu às suas exigências.

No dia 6 de março de 1935, os ferroviários anunciaram a greve. Entregaram um memorial a Juraci Magalhães e pediram-lhe que encaminhasse as solicitações “como um pedido seu” ao ministro Marques dos Reis. Dado o acordo, a greve foi temporariamente suspensa. No dia 12 do mesmo mês, Marques dos Reis, ministro da Aviação e membro do PSD, telegrafou à Bahia ordenando a ocupação, nomeando para superintendente o engenheiro Lauro Farani de Freitas. Os ferroviários receberam a notícia como uma estrondosa vitória, mas, ainda naquele mês, a 25 de março, iriam assistir a reintegração da posse da ferrovia aos franceses, concedida por um juiz que entendeu que o governo teria perdido o prazo para fazê-la.²²

Diferente dos autonomistas, Juraci Magalhães mostrava preocupações em dialogar com o proletariado baiano. Conforme afirmou mais tarde em entrevista ao CPDOC, acolheu em seu governo o gráfico Teodomiro Batista que liderava as forças proletárias na capital. Segundo afirmou, Teodomiro participava de todas as decisões do governo e ampliava a sua popularidade à medida que detalhava aos seus companheiros o seu empenho para solucionar os problemas da classe trabalhadora. Juraci Magalhães orgulhava-se de ter sido eleito com

²¹ REQUIÃO, Altamirando. ESPERANÇAS VÃS. *Diário de Notícias*, 8.3.1935; RESPONDENDO A UM INQUÉRITO, *Diário de Notícias*, 12.03.1935; GRITO INÚTIL. *Diário de Notícias*, 15.03.1935. Requião respondia a uma matéria publicada no jornal *A Tarde* sobre uma entrevista do desembargador Pedro Ribeiro a respeito de Juraci Magalhães. Era uma espécie de inquérito, feito pelo jornalista João Lima e veiculado pelo *Diário da Bahia* e pelo jornal *A Nação*, do Rio de Janeiro. Respondeu ao inquérito Pedro Ribeiro, presidente da Corte de Apelação; Bráulio Xavier; Octávio Machado, presidente da Associação Comercial; Pedro Bacelar de Sá; Costa Pinto, Diretor da Faculdade de Medicina e Dionysio Rodrigues de Menezes, presidente da Federação dos Trabalhadores Baianos. Cabe lembrar que tanto a Associação Comercial quanto a Corte de Apelação mobilizaram-se para as homenagens a Otávio Mangabeira quando do seu retorno do exílio.

²² SEM SE AFASTAR DOS SEUS PONTOS DE VISTA. *Diário de Notícias*, Salvador, Bahia, 9.03.1935; A ESTRONDOSA VITÓRIA DOS FERROVIÁRIOS. *Diário de Notícias*, Salvador, Bahia, 12.03.1935; A REINTEGRAÇÃO DE POSSE DOS FRANCESES A ESTE BRASILEIRA. *Diário de Notícias*, Salvador, Bahia, 29.03.1935. O decreto que revogava a posse dos franceses datava de 1 de junho de 1934.

franco apoio do proletariado baiano.²³ Mas esse apoio não era unânime, principalmente entre os ferroviários. As eleições de 1934 testemunharam o quanto os autonomistas acessaram a esses trabalhadores. Posteriormente, muitos deles se associariam também a Aliança Nacional Libertadora, (ANL).

O governo cercava-se de cuidados para receber o apoio da maioria dos baianos quando se efetivasse a sua eleição para governador. No mês de fevereiro de 1935, inaugurou um pronto socorro na cidade de Salvador, construído, segundo alegou, com a arrecadação do imposto de cem mil reis sobre o quilo da carne verde, no decorrer do ano de 1934. A 16 de março criou o Instituto do Fumo, uma demanda das classes produtoras. A 21 recebeu uma comissão de representantes do Conde que solicitavam a emancipação daquela região, em troca ofereciam apoio irrestrito ao governo.²⁴

Assim, ainda que repercutissem na Bahia as acusações feitas ao ministro da aviação pelo jornal carioca *Correio da Manhã*, que embora fossem direcionadas a Marques dos Reis atingia diretamente a Juraci Magalhães, pode-se afirmar que o governo provisório no estado caminhava tranquilamente para ingressar no regime legal.²⁵ No dia 22 de março realizou uma reunião fechada aos deputados eleitos do PSD, no Palácio da Aclamação, para tratar, entre outros assuntos, dos artigos pertinentes à futura Constituição. A reunião presidida pelo próprio Juraci Magalhães tinha também o interesse de definir as tarefas legislativas que caberiam aos deputados desempenhar.²⁶

²³ MAGALHÃES, Juraci. *Minhas Memórias Provisórias*, p. 80. As afirmações de Juraci Magalhães não foram feitas sem razões. A 23 de abril de 1935, a Federação dos Trabalhadores da Bahia publicou um Manifesto apoiando a eleição dele para o governo do estado.

²⁴ Ver *Diário de Notícias*, Salvador, 22.02.1935; 16.03.1935 e 21.03.1935. Essa comissão de representantes do Conde foi pleitear que aquele município voltasse a ter a sua prefeitura, pois em função da reforma administrativa, a sub-prefeitura do Conde teria sido incorporada a Esplanada. Altamirando Requião era o intermediário entre o governo e os condenses que conseguiram arrecadar 700 assinaturas para justificar o pedido. Quantidade esta apresentada ao governo como se fossem 700 votos. A instalação oficial do município ocorreu em 30 de agosto de 1935.

²⁵ A crítica ao ministro era decorrente da greve dos funcionários dos correios e telégrafos. Especulava-se na capital do país a sua demissão pelo governo central, ação que, se confirmada, enfraqueceria o governo de Juraci Magalhães na Bahia e poria em risco a sua eleição. O jornal carioca *Correio da Manhã* estava sob a direção do deputado baiano Paulo Filho, eleito pelo PSD em 1933. Não era a primeira vez que o deputado divergia do Partido. Naquele momento, as acusações direcionadas ao ministro Marques dos Reis serviu de justificativa para que ele fosse afastado. Em reunião do dia 9 de março de 1935, Pacheco de Oliveira, Gileno Amado, Lauro Passos, Correa de Menezes, Medeiros Neto, Arnold Silva, Clemente Mariani, Leôncio Galvão, Átila Amaral, Nelson Xavier e Artur Lavigne assinaram, como membros da direção do PSD, o desligamento de Paulo Filho. Ver edições do *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, entre fevereiro e março de 1935; ver *Diário de Notícias*, Salvador, 9.03.1935.

²⁶ *Diário de Notícias*, Salvador, Bahia, 22.03. 1935.

A Concentração Autonomista não poderia contar com esta coesão dentro da agremiação. Tendo eleito um número de deputados bem inferior ao PSD, ingressaria no regime constitucional administrando cisões. A 2 de abril de 1935 foi anunciada a primeira defecção das hostes autonomistas. O deputado eleito Duarte Júnior afastou-se da agremiação. Em entrevista reproduzida no *Diário de Notícias*, o deputado afirmou que foi “levado pela crença na sinceridade dos homens e na lisura de seus apregoados processos redentores”, mas teria sido surpreendido, pois “de tudo que se fazia dentro daquela corrente de egoísmos era a negação completa da lealdade, da disciplina e do zelo pelo interesse e pela grandeza de nossa terra”.²⁷

Manuel Duarte Junior referia-se ao fato de que a Concentração Autonomista, com interesse em eleger as suas principais lideranças, acabou riscando da chapa alguns nomes menos conhecidos, a exemplo do que ocorreu em Inhambupe e Esplanada. Com isso, embora tivesse recebido uma votação expressiva para um “ilustre desconhecido”, Duarte não conseguiu ser eleito em outubro de 1934. Com as eleições suplementares realizadas no início de 1935 abria-se mais uma oportunidade para a sua eleição, mas a Concentração Autonomista voltou a cortar vários nomes de suas chapas.

Apesar disso, alguns deputados tiveram votação expressiva, a exemplo de Manuel Duarte, Lemos Brito, Carlos Leitão e Rafael Menezes, e isso ocorreu porque Juraci Magalhães interveio no processo eleitoral. Segundo afirmou Manuel Duarte, através do Partido Social Democrático, “não podendo mais eleger nenhum correligionário seu, além do quociente que lhe coube, [o interventor] resolveu amparar-me contra as pretensões da prosápia autonomista”. Eleito, o deputado passou a apoiar o governo de Juraci Magalhães e declarou que o seu voto para o governo do estado seria para o cearense.²⁸

No dia seguinte veio a público a declaração de desligamento da *Concentração Autonomista* do deputado Fábio Costa. A 13 de abril, registrava-se a saída do deputado Raymundo Rocha, presidente da Ação Comerciária.²⁹ Cabe lembrar que foi Raymundo Rocha quem tomou a iniciativa de fechar o comércio quando da chegada de Otávio Mangabeira, momento em que surgiu a ideia de criar a Ação Comerciária Autonomista, da qual foi eleito

²⁷ A PRIMEIRA DEFECÇÃO DAS HOSTES AUTONOMISTAS. *Diário de Notícias*, Salvador, Bahia, 2.04.1935.

²⁸ Idem.

²⁹ De início o deputado Fábio Costa evitou falar sobre o afastamento, vindo a fazê-lo somente a 6 de abril de 1935, em função dos comentários feitos pelos antigos correligionários nos jornais de oposição. Ver *Diário de Notícias*, Salvador, Bahia, 3, 6 e 13.04.1935.

presidente, e principal motivo da inclusão do seu nome na chapa de oposição. Lançado a deputado também pela Liga Eleitoral Católica, Raymundo Rocha já havia sido proclamado eleito desde a divulgação do boletim eleitoral de 12 de janeiro. Com o resultado das eleições suplementares a sua eleição foi confirmada e ao lado dos outros dois deputados dissidentes engrossava a já robusta bancada do PSD.

Com a adesão do presidente ao PSD, a Ação Comerciária Autonomista da Bahia, em reunião no dia 15 de abril, com parte do seu quadro social que contava com 3.000 comerciários, tomou a decisão de expulsá-lo da Instituição, negando, assim, o seu pedido de exoneração. O deputado eleito foi acusado de traição. Em nota pública, a *Concentração Autonomista* também repudiou os deputados que se afastaram. A nota mais conhecida e explorada pela situação pessedista foi publicada no jornal *A Tarde*, intitulada “Indignos”. No mesmo período, a unanimidade do diretório da *Concentração Autonomista* da capital resolveu marcar para o dia 2 de julho de 1935 uma convenção das oposições na capital da Bahia, data em que se definiriam os caminhos para a instalação oficial do Partido.³⁰

No dia 12 de abril de 1935, o TRE concluiu os trabalhos em relação ao recurso interposto pela oposição baiana. As mudanças processadas não trariam significativas alterações, salvo a eleição de Maria Luisa Bittencourt, que viria a substituir Waldomiro Lins, e a eleição de Pedro Calmon, pelo 2º turno, que voltaria a ocupar o lugar de Lemos de Brito. O parecer do relator, ministro Eduardo Espínola, foi aceito quase que integralmente. De acordo com o documento, foram anuladas as eleições de Coração de Maria, Santa Maria da Vitória, Cotegipe, Cipó, Remanso e Pilão Arcado, mas apenas as eleições de Cotegipe e Cipó seriam renovadas. A diretoria da *Concentração Autonomista* levou o processo ao Tribunal Superior Eleitoral, cujos resultados só seriam conhecidos mais tarde, em setembro de 1935.

Se por um lado o parecer do TSE reavivava a corrente calmonista dentro da oposição, pois voltava a conferir a Pedro Calmon a vitória pelo segundo turno, por outro, agravava a crise da agremiação autonomista. José Gabriel Lemos de Brito também se afastou da *Concentração*. Cabe lembrar, que antes de ter sido indicado para a chapa Governador Otávio

³⁰ ORGANIZA-SE NA BAHIA UM PARTIDO POLÍTICO DE OPOSIÇÃO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16.04.1935. Nesse mesmo jornal, a 19 de abril, em entrevista quando do seu retorno ao Rio de Janeiro Otávio Mangabeira afirmou: “Nada de acordos. O mandato que trago é o de colaborar para que se articulem no país as oposições estaduais, formando, dentro e fora do parlamento, uma ação de caráter nacional contra a situação dominante, que tanto mal tem feito à nação”. A SITUAÇÃO POLÍTICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15.04.1935. Em 21 de abril a polícia política divulgou ter conhecimento da reunião que se processou por mais de quatro horas na casa de Otávio Mangabeira com as presenças de João Neves da Fontoura e Artur Bernardes.

Mangabeira, Lemos de Brito havia sido escolhido pelo PSD. Recusou o convite e como lembraria naquela ocasião, “foi ornamentar a chapa autonomista”. Lemos de Brito acabou eleito pelo pleito suplementar com a colaboração do PSD, retirando Pedro Calmon da relação de candidatos a serem diplomados, mas a interposição dos recursos pelos líderes de sua chapa conseguiu anular a eleição das seções que o elegeram e Pedro Calmon voltou a ocupar o lugar perdido na Câmara Federal.³¹

Para agravar a situação, espalhavam-se boatos de que Pedro Calmon e Wanderley Pinho assumiriam postos importantes no novo secretariado do governo. João Mangabeira, por sua vez, ainda que em cumprimento do seu mandato pela Bahia se mantivesse na Concentração Autonomista, na Câmara Federal, não assumiu compromisso com as oposições coligadas. Ao que parece, João Mangabeira mantinha-se na seguinte linha de ação: colaborar com o governo apontando-lhe os erros e ao mesmo tempo defender um partido que, de fato, incorporasse às questões sociais. A divergência entre ambos os irmãos era insistentemente explorada pelo governo.³²

Bulcão Junior, chefe político candidato pela Concentração Autonomista, eleito pela região de Mundo Novo também acenava ao governo. Correligionário de Seabra e do coronel José Lapa, Bulcão Junior divergia da liderança de sua agremiação. Dizia que era hora de avaliar a situação política de maneira serena e aceitar a derrota das urnas, buscando pensar nas próximas eleições [as municipais] e não mais na eleição de Juraci Magalhães para governo do estado.³³

Assim, a 23 de abril de 1935 teve lugar a primeira sessão da Assembleia Constituinte do estado. Foi presidida pelo presidente do TRE, o juiz Ezequiel de Souza Pondé. Juraci Magalhães, enfermo, se fez representar por João dos Santos, secretário do interior. Conduzida a eleição da Mesa diretora, ocupou a presidência o deputado Manoel Mattos Correia, a vice-presidência Amaral Moniz e a segunda vice-presidência, Crescêncio Silveira. Eleito Primeiro Secretário o deputado Artur Berenguer e o segundo, João da Costa Pinto Dantas Junior. O deputado Alfredo Gonçalves de Amorim foi eleito o líder da maioria, cabendo a Nestor Duarte a liderança da minoria.

³¹ *Diário de Notícias*, Salvador, Bahia, 16 .4.1935.

³² ARTICULA-SE A OPOSIÇÃO DA CÂMARA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30.04.1935. O discurso de João Mangabeira foi transcrito nesta edição.

³³ *Diário de Notícias*, 22.04.1935. A imprensa autonomista contestou o teor da matéria pelo jornal *A Tarde*.

Diferente do que ocorrera em relação a Getúlio Vargas, antes mesmo de se pensar em um projeto constitucional, a 24 de abril, dia seguinte à abertura da Assembleia, os deputados constitucionais elegeram Juraci Magalhães a governador da Bahia. No dia 25, em pomposa cerimônia, ele tomou posse do cargo, nomeando na mesma noite todo o seu secretariado. Compareceram ao evento autoridades federais, estaduais e municipais, militares e civis, membros da Corte de Apelação, da magistratura, do magistério superior secundário e primário, o Arcebispado primaz, toda a oficialidade da guarnição federal, corpo consular, comissões da oficialidade da Polícia Militar, do corpo de bombeiros, da guarda civil, prefeitos municipais e diretórios políticos, jornalistas e representações de associações de classe. Uma parcela importante da sociedade baiana com interesse de conferir prestígio ao novo governador.³⁴

No interior do estado também se registraram manifestações da população e autoridades em comemoração à posse de Juraci Magalhães. Fechamento do comércio, préstito com a fotografia do novo governador, salões de prefeituras abertos à população ao som das filarmônicas locais, foram algumas das demonstrações de apoio registradas pelos jornais de diferentes municípios. Não se verificou nenhuma manifestação contrária nas ruas.³⁵ Em objeção à eleição do cearense ao governo da Bahia parece ter sido registrada somente a “ignominiosa” declaração lida na Assembleia pelo deputado Nestor Duarte, conforme foi tachado o documento pelo líder da maioria, que o proibiu de constar em Ata, e um manifesto assinado pela direção da agremiação autonomista, que circulou na grande imprensa nos dias 24 e 25 de abril. Sobre eles Altamirando Requião publicou uma nota respondendo a *Concentração Autonomista* e registrando aquela manifestação como um “enterro de indigente”.³⁶

6.1.2 A oposição autonomista na Bahia Constitucional

Reconstituído o governo constitucional na Bahia, as primeiras contendas registradas na Assembleia Constituinte Estadual ocorreram em função muito mais das cisões no interior

³⁴ Conferir resumo do evento no jornal *Diário de Notícias*, de 26.04.1935.

³⁵ Em nota ao jornal *Correio da Manhã*, Heitor Muniz diz que Juraci Magalhães recorreu a 500 jagunços armados do interior para garantir a sua posse como governador do estado.

³⁶ *Diário de Notícias*, Salvador, Bahia, 26.04. 1935; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25.04.1935.

da oposição do que, exatamente, entre a Concentração Autonomista e o PSD. Não cabe nos limites desse trabalho acompanhar todo o desfecho da atuação desses deputados na Assembleia Estadual. Para uma discussão mais ampla acerca da atuação dos deputados baianos vale a pena a leitura da obra *Poder e Representação*, da historiadora Consuelo Sampaio. Além de traçar um perfil socioeconômico e cultural dessas novas lideranças políticas, Consuelo Sampaio discorre sobre as formas de ingresso e recrutamento dos deputados por ambas as agremiações partidárias, elaborando quadros bastantes esclarecedores referentes ao lugar de origem, formação e possíveis filiações políticas desses parlamentares.

A obra de Sampaio também se ocupa dos projetos apresentados e aprovados pela Assembleia Legislativa e posterior Câmara Ordinária. A autora analisa esses projetos à luz da retomada do crescimento da economia baiana, a partir de 1935, e de um já conhecido e intenso processo de centralização da máquina administrativa.³⁷

Cabe, no entanto, fazer alguns comentários acerca da atuação desses deputados no primeiro momento de funcionamento da Assembleia, assinalando também outras mudanças que ocorreram no quadro de eleitos até o final daquele ano, bem como registrar a forma como enfrentaram o recrudescimento na luta contra os comunistas.

Na sessão do dia 8 de maio de 1935, esses deputados conferiram poderes legislativos a Juraci Magalhães, tal qual ocorreu a Getúlio Vargas, no ano de 1933 pelos constituintes federais.³⁸ Diminuíam assim, as suas prerrogativas constitucionais na medida em que aumentava os poderes já acumulados do ex-interventor.

Enfermo desde a eleição, Juraci Magalhães tornara-se alvo dos autonomistas, que através das páginas do *A Tarde* especulavam sobre o seu estado de saúde, na tentativa de criar uma atmosfera de tensão. Até então, o governador da Bahia não havia tomado nenhuma decisão de grandes repercussões e só viria a fazê-lo a partir de julho quando se restabeleceu

³⁷ SAMPAIO, *Poder e Representação*, especialmente a segunda parte, p. 155-265.

³⁸ Nessa Sessão tomou posse o deputado Álvaro Catharino que concorreu pela Concentração Autonomista, mas alegou ter vencido em função da ajuda dos amigos, razão pela qual, em discurso de posse dizia-se independente, ou seja, mais um que não estaria em defesa dos interesses da oposição. Também foi nessa Sessão que se pronunciou pela primeira vez a deputada Luíza Bittencourt que havia tomado posse a 7 de maio. Bittencourt teve um papel importante na elaboração do projeto da Constituição da Bahia, pois compôs a “Comissão dos Nove”, responsável pela redação do texto. Destacou-se também ao lado dos deputados Nestor Duarte e Aliomar Baleeiro e Pinto de Aguiar pela defesa de uma Carta laica e pela exclusão do preâmbulo que invocava o nome de Deus. Sobre a inclusão do nome de Deus na Constituição ver: FIGAM/CENDOMA. “O nome de Deus na Constituição Bahiana de 1935”. Discurso pronunciado pelo deputado Dantas Junior na Assembleia Constituinte do Estado da Bahia, em 12 de junho de 1935. Cartilha. Sobre o discurso de Álvaro Catharino e Luísa Bittencourt ver: *Diário de Notícias*, Salvador, 9.05.1935.

por completo da enfermidade.³⁹ Na ocasião, a capital da Bahia já havia abrigado o primeiro comício da Aliança Nacional Libertadora e enfrentava a greve dos marítimos, cujo desdobramento foi atribuído à ação dos comunistas no estado.⁴⁰

A greve durou até o dia 13 de julho. Um dia antes, Juraci Magalhães, em nota à imprensa do estado, afirmou que o governo estava combatendo a greve dentro da lei e não recuaria frente à resistência dos grevistas. Associou a greve a planos comunistas que estavam sendo feitos em todo o país, afirmando que a distribuição de boletins subversivos na capital do estado era indícios dessas articulações.

Por fim, o governo declarou ter comunicado a situação ao ministro do Trabalho, ameaçando abertamente os trabalhadores envolvidos na greve. Na ocasião foram trocados telegramas entre Juraci Magalhães e a Federação Marítima. Nestes, a Federação acusou o governador de ingratidão, ressaltando que ele teria se esquecido dos serviços prestados pelos trabalhadores à obra revolucionária, o que mostra, mais uma vez, as formas de colaboração dos diversos segmentos da sociedade baiana, em 1930, quando ocorreu o movimento revolucionário.⁴¹

Os desafios postos ao novo governo eram imensos. Assistiria, em curto período, as tentativas de rearticulação da oposição, o crescimento e os conflitos entre integralistas e comunistas, na capital e no interior do estado, as constantes greves dos trabalhadores baianos e teria a difícil missão de administrar a economia baiana, que apesar do reflorescimento apontado por alguns historiadores, apresentava um orçamento para o ano de 1936 com déficit de dois mil contos de réis.⁴²

³⁹ O restabelecimento de Juraci Magalhães foi comemorado com uma missa rezada na Basílica do Bonfim, a pedido do deputado Nestor Ayres. *Diário de Notícias*, Salvador, 9.07.1935.

⁴⁰ O primeiro comício da ANL na Bahia ocorreu a 16.06.1935. Dez dias depois passava pelo estado uma comissão “com os primeiros elementos da ANL”. O registro foi feito, entre outros jornais, pelo *Diário de Notícias* nas respectivas datas. A 4 de julho o jornal também noticiou a greve dos marítimos.

⁴¹ *Diário de Notícias*, Salvador, Bahia, 13.07.1935.

⁴² Essa discussão será retomada adiante. Por ora, cabe destacar que, naquele mês de julho registraram-se alguns choques entre integralistas e policiais no sul do estado, no distrito de Pirangy. Em 17 de julho foi noticiado o fechamento da ANL, sendo que a 23 já havia sido preso o chefe da caravana aliancista que passou pela Bahia, o coronel João Cabanas. Foi preso em Natal e de lá seria reconduzido para o Rio. Com ele foram presos também os demais integrantes: o comandante Roberto Sisson, o acadêmico Pedro Martins, os senhores Valladares e Cabello e as senhorinhas Mary Mercio Martins e Lydia de Freitas, da extinta União Feminina do Brasil. Parte da população e dos intelectuais da imprensa cobrava o mesmo em relação ao integralismo, visto que a Lei de Segurança Nacional, de nº 38, aprovada em 4 de abril de 1935, proibia qualquer milícia partidária. O ministro da justiça afirmou que os núcleos da ANL foram fechados a fim de preservar a ordem pública, visto que “era objetivo dessa organização extremista aliciar o operariado nacional para vibrar violento golpe no regime derrubando o governo federal”. A nota foi divulgada pelo *Diário de Notícias*, a 6 de agosto de 1935. No dia 10

No que diz respeito à oposição, era cada vez mais incisiva a atuação dos autonomistas. A 2 de julho estava marcada uma convenção da agremiação na capital do estado. Na mesma data também havia previsões para que se tomassem deliberações para a fundação do Partido. Ao chegar do Rio de Janeiro, um dia antes da convenção, Otávio Mangabeira, Pedro Lago e Simões Filho tiveram uma concorrida recepção que dava mostras do que seria o evento no dia da data magna da Bahia.⁴³

Os primeiros encaminhamentos definidos na Convenção foram publicizados por um documento que circulou na imprensa baiana e carioca. Definia, entre outras coisas, a transformação da Concentração Autonomista em partido político, aglutinando aí todas as correntes que a compunham. A comissão executiva criou duas comissões, cada uma com cinco membros, com a finalidade de elaborar o projeto do programa e o regimento do partido. Interessante notar que entre as exigências do projeto, o documento assinalava que o regimento e programa deveriam “assegurando a plena observância do regime democrático, tomar no devido apreço os grandes problemas do Estado, e atender as aspirações de ordem econômica e de justiça social que se verificarem compatível com a realidade brasileira”.⁴⁴ Orientavam ainda a criação dos diretórios nos distritos da capital e nos municípios e deixava a data de 12 de outubro de 1935 previamente agendada para a consolidação do Partido. Em discurso aos correligionários, Otávio Mangabeira retomava a narrativa de defesa do estado:

de agosto, o mesmo jornal publicou uma matéria sobre os conflitos no interior do estado. Intitulada “Explodiu um poderoso petardo”, a matéria fazia referência a explosão de uma bomba em Ilhéus, numa reunião de integralistas que acontecia com mais 800 pessoas do Cinema Vitória. O atentado foi atribuído aos comunistas remanescentes da extinta Aliança Nacional Libertadora, que se reuniam na cidade sob a denominação de “Frente Única Popular”. O atentado deixou duas pessoas feridas. No mesmo período, registraram-se várias inaugurações de centros integralistas no interior do estado. Crescia de forma vertiginosa o número de integrantes desses Centros. O de Serrinha, por exemplo, contava com 800 pessoas. Interessante notar que eles já se reuniam para inaugurar em suas sedes o retrato do chefe nacional, Plínio Salgado, ao que parece, uma prática posteriormente adotada por Vargas para a elaboração de sua imagem como mito nacional. Os conflitos só se assomavam. Para o Congresso dos integralistas, realizado entre os dias 8 e 10 de novembro foi preciso uma atenção especial da Secretaria de Segurança Pública. Vários integralistas do interior do estado se fizeram presentes no evento. Na ocasião, a polícia suspendeu o porte de armas e o comércio fez uma greve geral de 10 minutos em protesto àquela reunião, que assistiu, também, as outras paralisações isoladas como a dos garçons dos hotéis em que os integralistas estavam hospedados. O movimento era liderado pela União Sindical da Bahia, claramente ligada aos remanescentes da ANL. Ver edições da grande imprensa baiana entre julho e novembro de 1935. Ver também a bibliografia indicada ao final do trabalho sobre a história política da Bahia no período.

⁴³ A GRANDE CONVENÇÃO DAS OPOSIÇÕES BAIANAS. *Correio da Manhã*, Salvador, 2.07.1935. A CAMPANHA AUTONOMISTA. *O Imparcial*, Salvador, 30.06.1935 e 2.07. 1935; UMA NOVA ETAPA DE UMA GRANDE PARADA. *O Imparcial*, Salvador, 4.07.1935.

⁴⁴ EM QUE TERMOS COLIGARAM-SE AS OPOSIÇÕES BAIANAS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6.07.1935. Na ocasião foram aprovadas duas moções, uma em combate ao governo de Juraci Magalhães e a outra, defendida por Aloísio de Carvalho e “vivamente aplaudida, em combate ao governo atual da união que, sem autoridade e sem rumo, leva a termo a obra impatriótica a que se propõe, para o Brasil, de dismantelo, no interior, e descrédito, no estrangeiro”. J.J. Seabra, João Mangabeira e Moniz Sodré foram representados respectivamente por Xavier Marques, Regis Pacheco e Manoel Galvão.

Reunidos a 2 de julho, é como se reiterássemos, por uma forma solene, os nossos altos propósitos de fidelidade à Bahia. [...] Reunidos a 2 de julho é como se viéssemos buscar, no exemplo de abnegação e de bravura, de dignidade e de civismo, daquela geração inolvidável, o estímulo que carecemos, a inspiração de que necessitamos para prosseguir na jornada, para não desertar o nosso posto, para nele nos mantermos, custe o que custar.

Mas, se o 2 de julho exprime a lealdade à Bahia, não é menos uma expressão do amor, da devoção pelo Brasil?

Se queremos honrar a memória dos grandes beneméritos da pátria que, comovidos recordamos, hoje não tenhamos ilusões. Só há um modo de fazê-lo. É cultivando, praticando as virtudes de que eles deram provas, que fizeram de sua fraqueza a sua força, e com as quais, libertando a Bahia, emanciparam a Pátria [...] ⁴⁵.

O fragmento acima pode ser lido à luz das discussões feitas pelo historiador Paulo Santos Silva, que na obra *Âncoras de Tradição* revela as articulações entre a militância política e o trabalho intelectual dos autonomistas que se propuseram a escrever sobre a história da Bahia, entre os anos de 1930 e 1940.⁴⁶ Havia uma tendência entre esses historiadores/autonomistas, segundo Paulo Silva, em situar a Bahia numa posição de destaque no conjunto dos fatos da história do país. Defendendo, com isso, um projeto de país que enaltecia a federação e combatia a centralização política. Como pode ser observado pela análise do fragmento acima, esse discurso histórico operava antes mesmo de serem compilados em livros, como forma de cooptação política das principais lideranças autonomistas do período.

Juraci Magalhães combatia o discurso de glória e de retorno ao passado com ações efetivas no campo da economia. Nesse sentido, vinha tomando importantes medidas para restabelecer o quadro econômico do estado. No período, divulgavam-se pela imprensa baiana àquelas que se referia, sobretudo, ao fomento da agropecuária, que incluía a criação do Instituto da Agropecuária, a cobrança de imposto sobre o algodão, a compra e redistribuição na Bahia de gado de raça pura do estado de Minas Gerais e a implantação da indústria da seda

⁴⁵ Idem. No dia 3 de julho os autonomistas da capital, acompanhado pelas delegações do interior depositaram flores no Monumento 2 de Julho. A sede da Concentração Autonomista foi inaugurada somente em outubro. Situava-se à Rua Chile. INAUGURADA A SEDE DA CONCENTRAÇÃO AUTONOMISTA. *O Imparcial*, 20.10.1935.

⁴⁶ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição*, p. 125-208.

na Bahia, com a criação da Estação Experimental de Serricultura, na cidade de Serrinha, a primeira do gênero no Brasil.⁴⁷

Para a oposição, a criação do Instituto da Agropecuária visava apenas sobre onerar as classes produtoras e os demais contribuintes com a criação de novos impostos e taxas que serviriam para aumentar as proporções da receita pública. Certamente a crítica não era feita apenas em função da criação das novas taxas, mas, principalmente, porque o governo favorecia o seu grupo político com esses investimentos. A compra de gado no estado de Minas Gerais, por exemplo, foi feita por Francisco Rocha Pires, em incumbência do governo do estado. Mais tarde, Francisco Rocha viria ocupar uma cadeira no legislativo.

Os benefícios aos produtores eram concedidos de várias formas. Ainda no mês de agosto, os contribuintes em atraso entraram com um pedido de moratória das dívidas junto à Fazenda. O pedido estendia-se para os produtores da capital e do município e o apoio irrestrito de membros do PSD, a exemplo de Altamirando Requião, que fazia a defesa da solicitação nas páginas do *Diário de Notícias* dá mostras de quais grupos eram favorecidos pelo governo de Juraci Magalhães.⁴⁸ Com esses benefícios concedidos, o governo não hesitava em encaminhar um orçamento com déficit para a Câmara Estadual, pois sabia ter apoio suficiente para aprová-lo.

É possível que as vantagens do executivo recaíssem sobre parte dos próprios deputados ou fossem destinados para os municípios que eles representavam. Conforme destacou Consuelo Sampaio, o número de legisladores que eram produtores rurais no ano de 1935 chegava a trinta.⁴⁹ Do total de 81 projetos que legislavam sobre finanças e economia no

⁴⁷ PELO ALEVANTAMENTO DA PECUÁRIA BAIANA. *Diário de Notícias*, Salvador, 3.09.1935; A INDÚSTRIA DA SEDA NA BAHIA. *Diário de Notícias*, Salvador, 6.09.1935; VINTE MIL CONTOS PARA A CULTURA DO BICHO DA SEDA. *Diário de Notícias*, Salvador, 28.09. 1935; Em outra matéria o jornal publicou uma errata corrigindo essa cifra; PARA O SORGUMENTO DA CULTURA DO BICHO DA SEDA. *Diário de Notícias*, Salvador, 23.10.1935. Segundo informações dessas matérias, o investimento seria feito pelo governo em parceria com o capital estrangeiro. A pedra fundamental da Estação foi colocada a 19 de outubro de 1935.

⁴⁸ UM APELO RAZOÁVEL FORMULADO PELOS CONTRIBUINTES EM ATRASO. *Diário de Notícias*, Salvador, 5.08.1935.

⁴⁹ Entre os quais estavam os deputados do PSD: Carlos Antunes (Caetité), Dantas Junior (Itapicuru), Dermeval Viana (Belmonte), Domingos Veloso (Entre Rios), Valdomiro Lins (Pilão Arcado), Amaral Muniz (Salvador), Cordeiro de Miranda (Itabuna), Crescêncio de Miranda, Elísio Medrado (Santa Terezinha), Etrópico Reis (L. Diamantinas), Francisco Fernandes (Guanambi), Otávio Pedreira (Santo Amaro), Nestor Aires (Camamu), Álvaro Sanches (Itaberaba), José Jatobá (Senhor do Binfim), Pacheco de Miranda (Cachoeira), Duarte Junior (São Francisco do Conde), Ovídio Teixeira (Caetité), Rocha Pires (Jacobina), Fábio Costa (Salvador), Manuel Caetano (Cruz das Almas) e Valter Bitencourt (Nazaré); da Concentração Autonomista: Antonio Balbino (barreiras), Gilberto Valente (Salvador), Junqueira Aires (Salvador), Nestor Duarte (Caetité), Edson Ribeiro (Juazeiro) e Álvaro Catarino (Salvador); Deputados classistas: Álvaro Dantas (Alagoinhas) e Guilherme

estado, trinta e sete eram de interesses micro setorial. Dos quarenta e um projetos sobre finanças, oito foram de iniciativa da bancada do governo e quinze de iniciativa do Executivo. Os projetos sobre economia, que somavam o número de quarenta, contavam com onze projetos da bancada do governo e dezenove do executivo.⁵⁰

Àquela altura, porém, a composição das bancadas oposicionista e governista ainda não estava completamente definida, o que só veio a ocorrer em outubro daquele ano. Para isso, esperava-se o julgamento final do TSE em relação aos recursos interpostos contra os resultados das eleições suplementares de janeiro, razões pelas quais deputados não eleitos assumiam cadeiras tanto na Câmara Federal quanto na Assembleia Constituinte, assinando, inclusive, a carta constitucional do estado.

Até que os resultados fossem divulgados algumas mudanças internas iam se processando. Com a nomeação de João Santos para o Tribunal de Contas, o deputado Artur Berenguer assumiu a Secretaria do Interior, deixando vaga a cadeira que lhe cabia na Câmara.⁵¹ Outras alterações foram verificadas em função da renúncia dos deputados Amaral Moniz, Pinto de Aguiar e Nestor Ayres, respectivamente presidente e membros do Conselho da Caixa Econômica Federal. A carta constitucional de 20 de agosto impedia que os membros do poder legislativo mantivessem relações administrativas com empresas dessa natureza.⁵²

Com essas renúncias ocuparam as cadeiras destinadas ao PSD os senhores Francisco Rocha Pires, Raymundo de Souza Britto e Álvaro Sanches. Segundo Consuelo Sampaio, também deixaram o legislativo para ocupar posições administrativas os deputados Humberto Pacheco de Miranda e Waldomiro Lins de Albuquerque, assumindo, respectivamente, a

Marback (Salvador); muitos dos quais eram também médicos, engenheiros e advogados. SAMPAIO, *Poder e representação*, op. cit. p. 201-202.

⁵⁰ Na legislatura de 1935 a 1937 foram apresentados 272 projetos, dos quais 41 eram sobre finanças; 8 sobre segurança; 74 sobre organização do estado; 4 sobre trabalho; 37 sobre previdência e funcionalismo; 54 sobre educação e saúde; 40 sobre economia; 14 sobre temas diversos. Desse total, 67 foram apresentados pela bancada do governo; 13 pela bancada de oposição; 94 pelo governo e a oposição; e 98 pelo executivo. SAMPAIO, *Poder e representação*. Op. cit, p225-229.

⁵¹ A criação do novo cargo no Tribunal de Contas pelo governador Juraci Magalhães para comportar o deputado foi alvo de críticas nas Sessões da Assembleia Constituinte. No dia 4 de julho, Nestor Duarte, Antonio Balbino e Junqueira Ayres combateram ardorosamente a proposta, afirmando que a criação do cargo “era escandalosa e desnecessária”, visto que as funções do Tribunal de Contas com a nova Constituição estadual tendiam a diminuir. Durante a votação do projeto, consta que vários membros da própria situação retiraram-se do recinto a fim de não votar e outros do próprio PSD teriam votado contra. UMA SESSÃO TUMULTUOSA NA CONSTITUINTE DA BAHIA. *Correio da Manhã*, 5.07.1935.

⁵² *Diário de Notícias*, Salvador, 28.08.1935.

superintendência da Viação Baiana do São Francisco e o gabinete do governador. Em seus lugares tomaram posse os suplentes Cotias Lebre e Eutrópio Reis.⁵³

A 20 de setembro de 1935, o TSE concluiu o julgamento final em relação às eleições baianas. É preciso lembrar que àquela altura a Constituição da Bahia já havia sido promulgada e a Assembleia Constituinte transformada em Câmara Ordinária. Com o resultado do julgamento tiveram automaticamente cassados os seus diplomas na Câmara Federal os deputados Wanderley Pinho e Arlindo Leoni. Para chegar a tal resultado, o TSE considerou válida a votação de Cotegipe.⁵⁴ Arlindo Leoni, do PSD, foi substituído por Átila Barreira do Amaral, que já estava como suplente em lugar do ministro Marques dos Reis. Átila do Amaral foi, portanto, empossado como efetivo, razão pela qual se convocou o próximo suplente do PSD, Artur Lavine. Raphael Menezes Silva, eleito pela Concentração Autonomista, por sua vez, assumiu em lugar de Wanderley Pinho, reavivando no seio da diretoria oposicionista as intrigas já assentadas no decorrer daquele ano.

Na Assembleia Estadual, os deputados Waldomiro Lins de Albuquerque, do PSD e João Mendes da Silva, eleito pela Concentração Autonomista, também perderam os mandatos. Cabe lembrar que Waldomiro Albuquerque, que representava a região do São Francisco, e João Mendes tomaram parte dos trabalhos da nova Constituição da Bahia, e chegaram a assiná-la sem que, de fato, fossem constituintes eleitos. Maria Luíza Bittencourt que substituiria Waldomiro Albuquerque já havia tomado posse desde 7 de maio, em função de outras desistências, e Gilberto Valente foi convocado para substituir a João Mendes da Silva. Finalmente, na sessão de 22 de outubro de 1935, tomou posse o pessedista Adriano Pedreira, em lugar de Arthur Berenguer, fechando o ciclo de substituições de deputados para aquele ano.⁵⁵

As sucessivas substituições eram conciliadas com os constantes debates acerca do orçamento apresentado por Juraci Magalhães. Em mensagem a Assembleia Legislativa, o governador reconhecia que “havia um pequeno déficit, mas que esconder a realidade dos

⁵³ SAMPAIO, *Poder e representação*, p. 172.

⁵⁴ Essas eleições foram realizadas em maio. Na época, o deputado João Mendes, eleito pela Concentração Autonomista, pronunciou um discurso na Assembleia Constituinte denunciando as manobras de Juraci Magalhães: “venho denunciar à Bahia, um plano maquiavélico do governo, com o propósito de afastar-me da Assembleia, porque vê em mim um combatador intransigente aos seus desmandos. Seguiram, hoje, para o município de Cipó, as chapas do governo, nas quais são contempladas nomes dos candidatos da legenda Otávio Mangabeira. Visa o governo, com essa imoralidade política usurpar o diploma que a vontade do eleitorado de minha terra pode conferir-me. AS ÚLTIMAS ELEIÇÕES COMPLEMENTARES NA BAHIA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26.05.1935.

⁵⁵ *Diário de Notícias*, Salvador, 20 a 23.08.1935.

deputados seria trair a Bahia”.⁵⁶ A oposição encarregou os deputados Antônio Balbino e Nestor Duarte para apreciar o documento e emitir parecer. No início de outubro, Antonio Balbino, que teve um importante papel na elaboração da carta constitucional, apresentou o resultado da análise. A fala do autonomista foi fortemente combatida por Aliomar Baleeiro, líder da maioria. Acusado de fazer operações matemáticas primárias, Antonio Balbino não compareceu a sessão em que Aliomar Baleeiro se inscreveu para fazer a réplica ao parecer, deixando a oposição em saia justa e sem razões para explicar o porquê de ele ter fugido ao debate.⁵⁷

Tão logo o debate acerca do orçamento seria relegado ao segundo plano. Os acontecimentos de repercussão nacional que se desenrolaram a partir de novembro, envolvendo os comunistas, substituíram, de imediato, em todos os espaços constitucionais, as discussões mais domésticas.

Segundo Jacira Primo, a sessão da ANL baiana começou a ser organizada em abril de 1935, num escritório situado à Rua Chile. Composta por homens de classe média, a agremiação acabou recebendo adesões de vários outros segmentos sociais, a exemplo das mulheres e dos trabalhadores.⁵⁸

A plataforma da ANL defendia muitos pontos que já constavam na Constituição de 1934, mas que não eram atendidos pelos patrões. Assim, a organização assumiu um caráter de frente popular, orientado pela questão do antifascismo e pela perspectiva “etapista” que dirigia as elaborações do PCB sobre a Revolução brasileira.⁵⁹ Nos meses finais de 1935, a ANL já havia feito uma significativa inserção entre os operários e os setores médios, caminhando no sentido de construir uma alternativa ao governo de Getúlio Vargas.

A entrada de Prestes na agremiação mudaria o rumo das coisas e depois da publicação do Manifesto à Nação, convocando-a para lutar em favor de um governo revolucionário e de

⁵⁶ A MENSAGEM QUE O SENHOR GOVERNADOR ENVIOU À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO. *Diário de Notícias*, Salvador, 27.08.1935.

⁵⁷ FINANÇAS DE TABOADA. *Diário de Notícias*, Salvador, 9 e 22.10.1935; Altamirando Requião explorou o parecer durante todo o mês de outubro. No dia 22, acusou os autonomistas de terem sugerido cortes nas verbas destinadas aos municípios como meio de corrigir o déficit. As acusações a oposição tinham claramente o interesse de intervir nos resultados das eleições municipais que já eram mencionadas àquela altura.

⁵⁸ A composição inicial da ANL ficou assim configurada: Edgar Matta, presidente; Cantidio Teixeira, vice-presidente, Valle Cabral, secretário geral; Fernando Marques dos Reis, sub-secretário; e, Lourival Nascimento, tesoureiro. PRIMO, Jacira. *Tempos Vermelhos*, p. 35.

⁵⁹ DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro*, p. 120.

massas, a ANL viria a ser fechada, em 11 de julho daquele ano. A medida foi estendida aos núcleos de todos os estados.

Os segmentos mais atingidos pelo governo certamente foram os dos trabalhadores e sobre eles recaíram as medidas mais duras, principalmente aquelas de combate às greves, como se viu acontecer na Bahia em relação à greve dos marítimos.⁶⁰ A maior parte dos setores médios buscou se desvincular da ANL depois do decreto que a tornava ilegal, mas o espectro do comunismo já havia se espalhado por todo o país. Na Bahia, o acirramento entre integralistas e comunistas foi intensificados após o fechamento da ANL, sobretudo porque os primeiros passaram a importantes colaboradores do governo quando se tratava em perseguir os comunistas.

Uma matéria divulgada no jornal carioca *A Manhã*, em 5 de outubro daquele ano permite visualizar a dimensão do conflito entre integralistas e setores ligados ao comunismo na Bahia. Intitulada “A Bahia castigará a insolência dos integralistas!”, a matéria faz um apanhado das greves que tiveram lugar nesse estado em função das “forças imperialistas”. Desde a greve de 1909, liderada pelo padre Alfredo, de Alagoinhas, segundo a matéria a primeira greve antiimperialista do estado, os trabalhadores baianos teriam desenvolvido uma aversão enorme aos empresários estrangeiros, potencializada, segundo se divulgou, pelas greves da indústria de fumo e a greve geral pelas 8 horas de trabalhos, ambas do ano de 1925; o quebra-bondes, em 1930 e a greve circular, de 1934.⁶¹ Vejamos como a questão foi abordada:

A “concentração integralista”, marcada para amanhã, na Bahia, é um desafio lançado ao povo trabalhador de todo o Norte, e, por isso mesmo, tem contra si, unânime, a opinião pública daquele glorioso estado.

Todos conhecemos as tradições de luta da “heroína dos seios titânicos”. [...] Há na Bahia um profundo ódio popular contra os americanos da “Circular”, os franceses da “Este Brasileiro” e os alemães da indústria de fumo. E é por isso mesmo que os elementos reacionários do Brasil, a serviço

⁶⁰ Os foguistas e os taiferos da Companhia de Navegação baiana declararam greve no início do mês de julho. Reclamavam aumento de salário e o cumprimento integral das leis trabalhistas em vigor. DECLARARAM-SE EM GREVE OS FOGUISTAS DA NAVEGAÇÃO BAIANA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3.07.1935.

⁶¹ A participação do padre Alfredo na greve dos ferroviários foi discutida pelo historiador Robério S. Souza na obra *Tudo pelo trabalho livre*, especialmente o tópico da terceira parte intitulado “de batina no corpo e bíblia na mão: o padre Alfredo e as greves de 1909. Cf.: SOUZA, Robério Santos. *Tudo pelo trabalho livre: trabalhadores e conflitos no pós-abolição* (Bahia-1892-1909) Salvador: EDUFBa; São Paulo: FAPESP, 2011.

e a soldo dos imperialistas, se esforçam para transformar a Bahia numa reserva da contra-revolução, ali, a propaganda integralista.

Os integralistas são as tropas de choque da dominação imperialista no Brasil. Eles estão sempre ao lado dos imperialistas, contra o povo. Na greve dos marítimos baianos e em todas as greves – desempenharam um papel ativo, auxiliando a polícia-política na sua obra de espionagem e provocação. Apesar de suas declarações nacionalistas, aliás, vagas e abstratas, não se conhece deles nenhum só ato, um só gesto de luta contra a exploração imperialista. Pelo contrário, quando o povo sai à rua para lutar contra o imperialismo, eles se colocam ao lado da polícia, dos opressores, sob o pretexto de defender a ordem, a ordem dos imperialistas, dos escravizadores de nossa pátria.⁶²

Além dos argumentos contra os integralistas, o texto aborda ainda a relação destes com a “raça negra”, lembrando aos baianos, em sua maioria negros e mestiços, da injúria sofrida por esta população em países como Alemanha e Itália.

O texto aponta também para as diretrizes adotadas pelos comunistas pouco antes da sua inflexão na tática de luta revolucionária e revela, tal como apontou Carlos Zacarias, os primeiros passos de uma revisão na sua linha insurrecional ou *putschista*, passando à construção de uma frente de luta em torno da Democracia, reunindo, nesta frente, os grupos de oposição a Getúlio Vargas.⁶³ Assim, ao convocar “o heróico povo baiano” a não consentir a afronta de “Plínio Tomboia” nesse estado, o articulista destacava:

⁶² A BAHIA CASTIGARÁ A INSOLÊNCIA DOS INTEGRALISTAS. Jornal *A Manhã*, Rio de Janeiro, 5.10.1935. À época o jornal *A Manhã* estava sob direção de Pedro Mota Lima. Segundo verbete do CPDOC, “Pedro Mota Lima nasceu em Viçosa (AL) no mês de dezembro de 1898, filho de Joaquim Pinto da Mota Lima e de Joana Rego da Mota Lima. Seu irmão Rodolfo Mota Lima foi também jornalista e deputado federal por Alagoas de 1935 a 1937. Completou os estudos básicos na sua cidade natal, transferindo-se depois para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde se tornou jornalista. Participou do movimento tenentista desde 1922, apoiando-o através de artigos publicados no jornal *O Imparcial*, do qual foi secretário-geral. Ainda na década de 1920 fundou os jornais *A Esquerda* (1927), vinculado ao Partido Comunista do Brasil, depois Partido Comunista Brasileiro (PCB), e *A Batalha* (1929). Esse órgão, dirigido por Leônidas Resende e José Augusto Mota Lima, tentou aproximar o tenentismo do movimento operário dentro da Aliança Liberal, e defendeu, insistentemente, o retorno ao Brasil de Luís Carlos Prestes, na época exilado em Buenos Aires. Em 1935, foi um dos fundadores e diretor do diário carioca *A Manhã*, órgão semioficial da Aliança Nacional Libertadora (ANL). O fechamento da ANL pelo governo em julho do mesmo ano levou o PCB a preparar um levante armado, que eclodiu nos dias 23, 25 e 27 de novembro em Natal, Recife e Rio de Janeiro, respectivamente. O jornal de Pedro Mota Lima foi favorável à insurreição, publicando inclusive uma “edição da vitória” no dia 27 para esclarecer a população sobre as finalidades do movimento. Com a derrota do levante, o jornal foi fechado e Pedro Mota Lima exilou-se na Argentina”. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Pedro%20Mota.pdf>. Acesso em 09.03.2018.

⁶³ SENA JUNIOR, Carlos Zacarias F. de. *Os impasses da estratégia*, p. 39-48.

Mas, cuidado com as explorações! A luta contra Plínio Salgado e seus bandos assalariados é a luta das massas populares contra todas as formas de exploração ou opressão, apresentem-se sob o rótulo integralista ou outro qualquer. Nada de fazer o jogo de Juraci, que se finge “de amigo do povo baiano” quando não passa de um instrumento de Getúlio para oprimi-lo, nem tampouco das velhas raposas da politicagem, que sob a capa de um falso liberalismo, incitam o povo a nada fazer contra os sigmóides “em nome dos princípios democráticos”, isto é, da democracia, cuja implantação no nosso país os “camisas-verdes” juraram impedir.

Guerra de morte a todos os inimigos, declarados ou ocultos, da democracia. Tal deve ser a palavra de ordem do povo baiano.⁶⁴

Deste modo, quando em novembro daquele ano o PCB colocou em ação o seu plano de tomada do poder, sufocado rapidamente pelo governo Vargas, na Bahia, os seus adversários políticos eram também os pessedistas e os autonomistas, as velhas raposas, como à época se chamava os homens depostos do poder em 1930. O levante teve repercussão mínima na Bahia, visto que o movimento resumiu-se ao lançamento de quatro bombas de clorato sobre sedes integralistas.⁶⁵

Conforme Juraci Magalhães informou a Vargas, o lançamento das bombas não fez nenhuma vítima, mas a atuação dos comunistas não ficou restrita a elas. Em dezembro de 1935, o jornal baiano *O Imparcial* afirmava que “os assalariados de Moscou” não tinham deixado a Bahia ficar em completa inércia. Embora aterrorizados pela polícia, segundo o jornal, os comunistas agiam às escondidas, espalhando boletins incitando o povo e as classes armadas à revolução.

De acordo com o texto de *O Imparcial*, os boletins eram distribuídos em vários pontos da estrada de ferro e “das próprias janelas do edifício da Biblioteca Pública foram atirados um maço desses prospectos com os inevitáveis vivas a Luiz Carlos Prestes e a

⁶⁴ A BAHIA CASTIGARÁ A INSOLÊNCIA DOS INTEGRALISTAS. Jornal *A Manhã*, Rio de Janeiro, 5.10.1935. Os sindicatos baianos também se manifestaram contrários ao congresso. No dia 5 de novembro de 1935, o Sindicato de Santo Amaro e os representantes classistas enviaram nota ao jornal *A Tarde* pedindo aos trabalhadores para repelir o movimento contra a democracia. O PRÓXIMO CONGRESSO INTEGRALISTA. *A Tarde*, Salvador, 5.11.1935.

⁶⁵ CPDOC/FGV. Carta de Juraci Magalhães a Getúlio Vargas, em 23 de dezembro de 1935. GV c 35.12.23. Para uma análise mais completa das perseguições que realizou sobre os aliancistas baianos ver: PRIMO, Jacira. *Tempos Vermelhos*, p. 71-92.

Nacional Libertadora”. Os boletins concitavam também os soldados a não combaterem os seus irmãos; os oprimidos a fazerem greve e o povo a ir para as ruas lutar por pão terra e liberdade.⁶⁶

O levante de novembro não teve sucesso na Bahia, mas os seus desdobramentos no campo da política foram sensíveis, pois foi o suficiente para levar os autonomistas baianos a reconsiderar a oposição que fazia ao governo central, ao menos no que tange ao combate das forças extremistas.

A inflexão dos autonomistas baianos foi imediata. Desde julho que eles vinham repelindo a ação de comunistas na capital. Quando da realização da Convenção Autonomista, o depósito de flores no Monumento 2 de Julho fazia parte da programação oficial. Na ocasião, os autonomistas encontraram bandeiras comunistas no monumento, o que levou o deputado João Mendes a fazer uma denúncia na Assembleia Constituinte. Recebeu apoio também dos deputados pessedistas Francisco Fernandes e Crescêncio Lacerda. O colega de bancada autonomista, o deputado Rafael Jambeiro foi ainda mais longe. Quando João Mendes afirmou que a Bahia não precisava nem de comunistas nem de integralistas, mas de homens honestos, ele retrucou: “O integralismo é uma necessidade contra o comunismo”.⁶⁷

Assim, dado os eventos de novembro, em reunião realizada na residência de Otávio Mangabeira e na qual compareceram J.J. Seabra, Pedro Lago, Moniz Sodré, Simões Filho, João Mangabeira, Wanderley Pinho, Pedro Calmon e Raphael Menezes, após examinar

detidamente a situação política, na Bahia e no país, e aprovado o voto de solidariedade absoluta com a ação exercida no seio da minoria parlamentar pelo Sr. Otávio Mangabeira deliberou a oposição baiana, sempre pela unanimidade dos presentes, apoiar as medidas necessárias à defesa da ordem e do regime, contra as incursões extremistas, exceto as que, a seu juízo, atentem contra o regime, que se visa preservar, ou contra a própria civilização brasileira.⁶⁸

⁶⁶ A PROPAGANDA COMUNISTA NA BAHIA. *O Imparcial*, Salvador, 12.12.1935. No início de dezembro a sede do jornal *O Imparcial* foi atacada. Os dirigentes atribuíram o atentado aos comunistas. A partir daí intensificou-se o combate que já vinha fazendo. Em 18 de dezembro o jornal comemorou a prisão do professor Nelson Schaunn, comunista atuante no município de Ilhéus. A AÇÃO POLICIAL CONTRA OS VERMELHOS EM ILHÉUS. *O Imparcial*, Salvador, 18.12.1935.

⁶⁷ RESUMO DAS DISCUSSÕES NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE. *O Imparcial*, Salvador, 4.07.1935.

⁶⁸ *O Radical*, Rio de Janeiro, 11.12.1935; A REUNIÃO DA OPOSIÇÃO BAIANA NO RIO. *A Tarde*, Salvador, 11.12.1935. No dia 29 de novembro, quando a situação já estava controlada pelo governo, o jornal *A Tarde*, à

A deliberação dos autonomistas no âmbito estadual pode ser lida à luz da tese defendida por Felipe Demier, que afirma que ainda que tivesse saído vencedora com a constituição de 1934, no que tange à incorporação política das classes trabalhadoras, a burguesia reacionária, diante do avanço do comunismo e da radicalização da luta de classes no Brasil, apressou o seu processo de abdicação política. Ou seja, o parlamento burguês não se absteve em fortalecer o Estado ao atender os sucessivos pedidos de Estado de Exceção solicitados pelo governo central a partir de então. Toda a oposição feita pelos autonomistas a partir daí estaria situada nessa condição simultânea, de combate e submissão ao governo central, na tentativa de resguardar a sua posição social frente às classes trabalhadoras.⁶⁹

Porém, antes de partir para esse exame, cabe situar a política autonomista desenvolvida nos municípios baianos à luz dos resultados eleitorais de 1936, tendo em vista que foi a organização municipal que favoreceu a consolidação da agremiação como principal antagonista do governo dentro do estado e sustentou a oposição feita por Otávio Mangabeira ao governo de Getúlio Vargas.

6.2. As eleições municipais na Bahia

Victor Nunes Leal observou, no clássico *Coronelismo, enxada e voto*, que a Revolução de 1930, após a vitória de 24 de outubro, deparou-se com uma gigantesca tarefa: “desmontar a máquina política da República Velha, cujas raízes estavam entrelaçadas nas situações municipais”. Ao mesmo tempo estes os revolucionários teriam a difícil incumbência de montar uma nova máquina administrativa, em cujo desempenho buscou-se imprimir uma marca de moralização e eficiência.⁷⁰

época em franca campanha de denúncia dos abusos da situação nos diferentes municípios divulgou a seguinte nota: “A atitude do governo constituído da República, em face dos graves acontecimentos que agitaram o país, está merecendo aplausos de toda a imprensa. É o próprio senhor Getúlio Vargas resgatando a sua tolerância com os adversários do regime democrático-liberal e agindo de maneira que se conhece soube cumprir o dever constitucional. Na realidade, só num ambiente de respeito às instituições às tradições do povo brasileiro poderemos ter a segurança de dias tranqüilos, condições *sine qua non* para que o país, integrado na civilização, trilhe o caminho do progresso. As forças armadas deram solene testemunho de patriotismo e de fidelidade à defesa da lei. Fazemos votos para que a ação do governo central siga sem desvios a boa norma que inaugurou neste momento. RESPEITO AO REGIME. *A Tarde*, 29.11.1935.

⁶⁹ DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro*, p. 111-120.

⁷⁰ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*, p. 94.

Como foi verificado nos capítulos anteriores, a administração municipal após a revolução foi feita sob tutela governamental, com indicação de prefeitos, em regra, assistidos por conselhos consultivos, e estabelecimento de um sistema de recursos subordinado aos governos estaduais e central.⁷¹

Esse sistema hierarquizado tinha um caráter temporário, entretanto, a inovação adotada pelos revolucionários de 1930 sobrepôs-se ao governo provisório, impondo-se ao período constitucional que teve lugar a partir de 1934. Importa destacar que durante a Primeira República, a política dos governadores estava assentada na reciprocidade entre governo federal, estadual e municipal, de cuja relação este último recebia carta branca para as questões administrativas, em troca de apoio eleitoral aos candidatos que pleiteavam o governo. Essa característica da república deposta era vista como uma anomalia dentro do novo regime, visto que um município politicamente subordinado ao estado não podia dispor de irrestrita liberdade no gerenciamento de suas contas.⁷²

Assim, a Constituição de 1934 buscou fazer a inversão desse quadro. Para tanto, liberou politicamente o município, pelo princípio da elegibilidade do prefeito. Pela análise das atas da Comissão de elaboração do anteprojeto da Constituinte e das atas da Assembleia Nacional Constituinte, percebe-se que a numerosa oposição eleita no ano de 1933 influenciou na aprovação da autonomia política do município. Certamente, nenhum deputado de oposição tinha interesse em fortalecer as situações estaduais vigentes e mesmo aqueles que estavam alinhados ao governo estiveram na condição de oposição no regime deposto e sabiam exatamente a dimensão de um município politicamente dominado pelos governadores.

Por outro lado, a submissão do município ao controle administrativo, tomando como modelo os departamentos das municipalidades, criado durante o governo provisório acabou reduzindo essa autonomia, visto que entre os anos de 1934 e 1937 os estados poderiam proibir empréstimos externos, intervir nos municípios por motivo de insolvência, entre outras

⁷¹ Idem.

⁷² Idem, p. 99. O anteprojeto da Constituição previa que os prefeitos de cada município fossem eleitos por sufrágio igual, direto e secreto. Propunha também que os municípios com renda superior a dois mil contos e cujas sedes tivessem mais de cinquenta mil habitantes fossem organizadas mediante carta própria, elaborada, seguindo os princípios estabelecidos pelas Assembleias Legislativas de cada estado. Conforme discutido no capítulo III verificou-se, também, a possibilidade de organização em regiões. Na redação final da carta constitucional de 1934 foi mantida a eletividade do prefeito, com exceção para os municípios das capitais e das estâncias hidromineiras.

contradições da Carta de 1934 que permitiam ao estado continuar tutelando a administração e a política das comunas.⁷³

O jornal *A Tarde* publicou algumas matérias sobre essa autonomia relativa dos municípios. A de 21 de dezembro de 1935, tomando como base uma tese defendida por Rogério de Faria, sentenciava:

Com aquele dispositivo (art.68) da carta Federal, surgiram, no Brasil, no tocante à autonomia municipal, a escola da autonomia absoluta e a escola da autonomia moderada.

O desvirtuamento do Canon constitucional, a sua impraticabilidade fez com que depressa, se chegasse a essa criação deveras estapafúrdia: autonomia fiscalizada, autonomia de diretorias de administração (note-se bem, administração) municipal, autonomia de conselhos dos negócios municipais, autonomia, por bem dizer, que reina, mas não governa, que se criou no papel, mas inexistente na prática [...].⁷⁴

Na Bahia, desde a promulgação da Lei 1.102, de 11 de agosto de 1915, que os prefeitos eram nomeados pelo governador.⁷⁵ Assim, as eleições municipais de 1936 geravam muitas tensões e expectativas. Para a situação, era a oportunidade de consolidar o poder político sobre todo o estado; para a oposição, de retomar os postos de mando municipais e somar forças para as próximas eleições estaduais. O fato é que, nem o PSD nem a Concentração Autonomista, como de resto nenhuma das agremiações políticas do período deixavam de reconhecer a importância que o município adquiriu nos pleitos eleitorais daquele período.⁷⁶ Prova disso é a convenção realizada pela Concentração Autonomista, em 2 de julho

⁷³ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*, p. 101.

⁷⁴ Autonomia Municipal. *A Tarde*, 24 de dezembro de 1935.

⁷⁵ Segundo Consuelo Sampaio essa foi a manobra que assegurou a consolidação de Seabra no quadro da política baiana. A reforma municipal que teve lugar naquele período objetivou a integração do desarticulado interior à máquina administrativa. Com as alterações bastante sensíveis à Constituição de 2 de julho de 1891, o Conselho Municipal continuava a ser escolhido por eleição popular e direta, sendo renovado pela metade a cada dois anos. Caberia a este, também, reconhecer os poderes dos seus pares e do intendente municipal, sendo o Senado Estadual o responsável pela verificação final deste último, em caso de o Conselho não o reconhecer. Em resumo, os intendentes passaram a ser nomeados pelo governador, com a aprovação, em última instância, do Senado, o que possibilitou a Seabra o controle absoluto da maioria dos municípios, visto que, dos 141 existentes na Bahia, ele nomeou 135 intendentes, entre 1916 e março de 1925. SAMPAIO, Consuelo. *Partidos Políticos na Primeira República*, p. 130.

⁷⁶ Os votos municipais sempre foram definidores dos processos eleitorais na Primeira República. Mas, como se sabe, as eleições municipais desse período eram, quase sempre, subordinadas ao governo estadual. O que se faz referência, portanto, é à importância das eleições que se processam nos municípios quando esses dispõem de

de 1935 que, tomando de exemplo do PSD a prática de consulta aos municípios, reconhecia, que fora deles não havia condição de se afirmar no regime constitucional.

O cenário político em que as eleições foram realizadas, no entanto, não foi o mais favorável para demonstrações de afinidades políticas e ideológicas por parte dos munícipes. Desde o levante comunista de novembro de 1935 que o Brasil vivia sob o decreto de Estado de Sítio, em cujo documento, o parlamento conferia mais poderes a Vargas e aos seus prepostos estaduais. Em dezembro, a Câmara optou por endurecer a Lei de Segurança Nacional, aprovando três emendas que, respectivamente, possibilitava a Vargas demitir sumariamente qualquer servidor; aumentava os seus poderes sobre os militares, podendo promover qualquer oficial; e, dispor de outros poderes emergenciais para combater o avanço dos “extremismos”.⁷⁷

Esse quadro político também estava emoldurado pela profunda crise que se abatia sobre o liberalismo no mundo ocidental, que no Brasil se expressava pelo rápido sucesso da ANL e dos integralistas. Na Bahia, o quadro não era diferente. A bibliografia sobre o período dá mostras de como ambos os movimentos políticos estavam enraizados tanto na capital do estado quanto no interior. Nas eleições municipais de 1936, principalmente o integralismo, já desempenharia importante papel, ameaçando a supremacia do PSD e as tentativas de rearticulação dos autonomistas.

Assim, pela grande imprensa, as primeiras matérias sobre as eleições municipais começaram a ser veiculadas em agosto de 1935, quase cinco meses antes que elas fossem realizadas. O alistamento eleitoral, por sua vez, ocorreu entre 23 de setembro e 5 de novembro do mesmo ano. Conforme se verificou, a 2 de julho de 1935, a Concentração Autonomista, durante a sua primeira convenção realizada em Salvador, dividiu o estado em zonas eleitorais e nomeou pessoas da inteira confiança da diretoria para a organização dos diretórios locais. Para a oposição, começavam aí os trabalhos de arregimentação de eleitores para o pleito municipal.

Em relação ao PSD também não houve descuido. Quando se encerraram os prazos para alistamento, o partido convocou uma reunião da assembleia geral para o dia 25 de novembro de 1935. Entre os objetivos, conforme divulgou os jornais situacionistas, estava o

relativa autonomia política, podendo, assim, as suas lideranças, ainda que sob um Estado de Sítio, revelar as suas preferências políticas.

⁷⁷ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello*, p. 55-56.

de pronunciar-se sobre a candidatura a prefeitos e vereadores e resolver possíveis divergências existentes nos municípios. Em nota publicada no *Diário de Notícias* divulgava-se:

Tomará este [o PSD], então, conhecimento dos casos municipais, exercendo a sua autoridade, onde houver divergência entre correligionários, com o fim de evitar a dispersão de forças tão prejudicial aos interesses do Partido. Para isso deverão os Diretórios locais apresentar relatório de cada situação política. Só então serão adotadas, oficialmente as candidaturas a prefeitos e vereadores em todo o estado.⁷⁸

O jornal *A Tarde* tomou este congresso como uma afronta. Segundo os articulistas do vespertino, a intenção do governo era obrigar os prefeitos a ratificarem o preito da vassalagem. Sediado no edifício colonial da Saúde Pública e presidido por Artur Berenguer, o Congresso foi adjetivado pelos autonomistas de pantomima, que assim o descreveram:

O objetivo palpável da pantomima é o pleito de 15 de janeiro próximo. O governo precisa levar à bigorna as algemas que soube por nos pulsos dos que prontificaram a lhes prestar concurso na obra do soerguimento da Bahia. Carece de falhar-lhes, dar-lhes ordens terminantes....

Aparentemente, a finalidade será diversa. O “Congresso” visará um estreitamento de... laços cordiais... E, à semelhança dum curso de férias, ensinará aos ilustres congressistas, lições teórico-práticas, através de conferências de truz, sobre assuntos vários, desde o de caráter econômico, até os que fazem com os preceitos das leis substantivas e adjetivas. Conferências irradiadas, proferidas por gente escolhida, em cujo cômputo aparece um gago autêntico.

A coisa prolongar-se-á. Gastará alguns dias, findo os quais, rarefeitos de boas ideias, volverão aos lares, dispostos a empregar por todos

⁷⁸ Eleições municipais. *Diário de Notícias*, Salvador, 5 de agosto de 1935; Se não falharem os palpites. *Diário de Notícias*, Salvador, 6 de agosto de 1935; As eleições municipais movimentam os partidos. *Diário de Notícias*, Salvador, 5 de novembro de 1935. Quando se anunciou as eleições municipais neste jornal, a 5 de agosto de 1935, já se tinha como certa a vitória do PSD. Juraci Magalhães vinha investindo constantemente nessa vitória. Nesse ano verifica-se, na Bahia, um processo de construção de uma memória coletiva em torno dele. Além das inaugurações diversas que passaram a ser feitas sob um ritual de colocação de quadros com a sua fotografia, a exemplo do que fazia Plínio Salgado, os próprios espaços físicos passaram a receber o seu nome. O prédio escolar inaugurado em Irará, em 23 de outubro de 1935, foi o primeiro monumento erguido pelo então governador que levou o seu nome. Na época, destacou-se que a homenagem se justificava por ter sido a primeira vez que o município recebia um benefício do governo do estado. Também se chamaria Pavilhão Juraci Magalhães, o prédio anexo que o governo estava construindo no Asilo dos Expostos. Ver: SERVINDO A CAUSA DA INSTRUÇÃO. *Diário de Notícias*, Salvador, 23.10.1935.

os meios possíveis e impossíveis, no sentido de continuar grudados à prefeituras que lhes caíram do céu por graça de quem tomou de assalto a Bahia e tudo faz para adjudicá-la aos cabedais próprios.⁷⁹

O tom jocoso da matéria tem o claro objetivo de associar Juraci Magalhães a um feitor. Não por acaso ela traz como subtítulo a frase “aspectos reveladores da escravidão baiana”. No entanto, a matéria é, também, reveladora do quanto havia, por parte dos segmentos revolucionários, a preocupação em tornar eficiente a administração pública nos municípios. Entre os anos de 1933 e 1934, alguns representantes do governo, a exemplo de Francisco Campos, discutiam a necessidade de se ter nas prefeituras um executivo de natureza técnica. Porém, a realidade aponta para um caminho bem diverso no Brasil. Conforme destacou Victor Nunes Leal, invariavelmente, ou com exceções raríssimas, eram os prefeitos os dirigentes dos diretórios políticos locais.⁸⁰ Ao PSD da Bahia não foi diferente, os homens indicados por Juraci Magalhães ou conduziram os diretórios locais do partido ou detinham grande influência sobre ele. Restava a Juraci Magalhães a orientação tanto de natureza técnica quanto de natureza política a estes homens. Ao que parece, essa foi uma estratégia adotada em todo o seu governo.

Assim como as eleições para a Câmara federal e estadual, as municipais também suscitaram muitos conflitos. As denúncias da oposição aparecem ainda no mês de novembro. Regis Pacheco, liderança autonomista da cidade de Conquista, no ano de 1935, denunciava as medidas de precaução da situação dominante para se manter no poder. Naquele município, mais de 800 autos eleitorais teriam sido roubados, dos quais seiscentos dizia pertencer a autonomistas. Em Xique-Xique, os serventuários da justiça teriam sido proibidos de se inscreverem e mais de cem certidões em Canabrava e cento e vinte em Tiririca deixaram de ser reconhecidas. Todas, segundo a denúncia, pertenciam a “elementos oposicionistas”. Somavam-se a isso as prisões e ameaças de espancamentos, de acordo com texto, “o melhor esteio da almejada vitória do governo”.⁸¹

⁷⁹ “Congresso de Prefeitos”. *A Tarde*, Salvador, 19.11.1935.

⁸⁰ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*, p. 135.

⁸¹ OS DESMANDOS DO SITUACIONISMO NO INTERIOR. *A Tarde*, Salvador, 21.11.1935. Ver também: VIOLÊNCIAS POLICIAIS EM BONFIM: vários eleitores oposicionistas presos e espancados em Carrapichel e Canoa. *A Tarde*, Salvador, 22 de novembro de 1935; AS ENTREVISTAS DO SR. SEABRA – as novas eleições municipais e O DEVER DA FORÇA PÚBLICA. *A Tarde*, 23.11.1935.

Entre os autonomistas que compunham a bancada federal designou-se J.J. Seabra para coordenar as eleições municipais na Bahia.⁸² Em reunião realizada no salão do *A Tarde*, no dia 23 de novembro de 1935, os membros da diretoria da *Concentração Autonomista* discutiram sobre o novo pleito. Na ocasião, “deliberou-se pelo lançamento de um manifesto, ficando a escolha dos candidatos aos cargos de prefeitos e vereadores entregues aos núcleos autonomistas locais”. Era a primeira vez que *Concentração* dava aos dirigentes locais a autonomia para escolher os seus candidatos.⁸³ Mas até o final de dezembro de 1935, pouco se tinha organizado nesses diretórios. Havia, inclusive, incertezas quanto à participação da oposição no pleito, o que veio a ser resolvido, em definitivo, a 27 de dezembro.

Assim, enquanto o PSD já havia lançado as suas chapas em quase todos os municípios da Bahia, até o final de dezembro só foram localizados o anúncio das chapas opositoras das cidades de Monte Alegre, Jequié e Alagoinhas.⁸⁴ Segundo foi divulgado pela imprensa no ano seguinte, os membros da *Concentração Autonomista* não estavam certos de sua participação no pleito, deliberando por ela somente ao final do ano, conforme já afirmamos. Além da falta de recursos para fazer a campanha, atribuíam-se ao estado de sítio e às violências realizadas em nome da ordem, a quase ausência dos autonomistas nos pleitos municipais.

Na Sessão de 8 de dezembro de 1935, o deputado Nestor Duarte denunciou as diversas perseguições que vinham ocorrendo no interior do estado. Após elogiar a imparcialidade com a qual Juraci Magalhães vinha conduzindo a situação na capital depois do levante comunista,

⁸² É provável que Otávio Mangabeira tenha ficado na capital em função da grave crise política que envolvia Getúlio Vargas e Flores da Cunha, bem como em função dos acontecimentos que envolviam o Rio Grande do Norte, visto que ele era uma das principais lideranças da oposição à época. Ambos os casos eram retratados constantemente nas edições do jornal *A Tarde*, durante todo o mês de novembro, sempre com importantes intervenções de Otávio Mangabeira.

⁸³ O PLEITO MUNICIPAL: a *Concentração Autonomista* tomou deliberações no sábado. *A Tarde*, Salvador, 25.11.1935. No dia 13 de dezembro de 1935, o jornal *A Tarde* veiculou a nota da *Concentração Autonomista* aos diretórios municipais, assinada de 1 de dezembro de 1935. No documento, havia indicações para que os diretórios escolhessem os seus candidatos e informassem os seus nomes ao Diretório e à Comissão Executiva para que eles fizessem divulgar na imprensa. CONCENTRAÇÃO AUTONOMISTA. *A Tarde*, 13.12.1935.

⁸⁴ A CHAPA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE (Lançada pela Liga Independente de Monte Alegre). *A Tarde*, 27.11.1935; PROSEGUE A CAMPANHA MUNICIPAL: o manifesto da oposição de Jequié- instruções para o pleito. (Lançado pela Liga Política de Jequié). *A Tarde*, 7.12.1935; CONCENTRAÇÃO AUTONOMISTA: a chapa de Alagoinhas. *A Tarde*, 18.12.1935. Em 30 de dezembro, a diretoria da *Concentração Autonomista* reuniu-se para escolher os candidatos da capital. Os nomes não foram divulgados, mas houve especulação da imprensa e entre os candidatos a vereadores constava o nome de Cora Pedreira. Também ao final daquele ano, a Liga de Ação Social e Política se reuniu para escolher a Diretoria Executiva para 1936. O que estas matérias mostram é que ainda ao final daquele ano, a *Concentração Autonomista* não havia sido consolidada como partido, visto que foram as diferentes agremiações que lançaram as chapas nos municípios. Ver: CONCENTRAÇÃO AUTONOMISTA – AS CHAPAS MUNICIPAIS. *A Tarde*. Salvador, 30.12.1935.

o deputado autonomista afirmou que em relação ao interior aquela imparcialidade não foi mantida, visto que todo tipo de “desmando” era registrado nos municípios.⁸⁵

Segundo matéria do *A Tarde*, o deputado apresentou vários telegramas recebidos dos correligionários de Santa Maria, Guanambi, Conquista e Juazeiro, nos quais se informava que lideranças autonomistas eram acusadas de comunistas para justificar as perseguições sofridas e serem afastadas das eleições municipais. Muitas teriam sido presas pela polícia. Alfredo Amorim, líder do PSD na Câmara, não desmentiu as informações do colega de oposição, apenas ressaltou que as agressões não podiam ser atribuídas ao governo do estado, pois não havia condições de “evitar que esses crimes se pratiquem à sua revelia”. Nestor Duarte, Gilberto Valente e Jayme Ayres protestaram, argumentando que uma declaração daquela “valeria como convite a novos atentados”.⁸⁶ A denúncia se repetiu na sessão do dia 31, em relação à cidade de Palmeiras.

A saída encontrada pela oposição foi enfrentar o governo nas urnas, mas reconhecer, com antecedência, que o pleito de 15 de janeiro estaria fadado à derrota, tendo em vista as condições em que seria realizado. O jornal carioca *Correio da Manhã*, em nota divulgada no início de 1936 resumiu a situação dos autonomistas baianos. Segundo a matéria, a presidência da Concentração Autonomista, em mais uma reunião realizada a 10 de janeiro de 1936, tomou conhecimento da situação política de todo o estado da Bahia. Na ocasião, os membros da diretoria executiva, leram diversos telegramas do interior enumerando os abusos praticados para comprimir a oposição. O jornal de Valença, por exemplo, contendo o manifesto de apresentação da chapa às eleições municipais bem como outros artigos sobre a oposição foi publicado com clarões abertos em razão da censura, “prova documental de que os governantes se valem do Estado de Sítio para influir nas eleições”. Para os autonomistas, havia municípios em que a realização das eleições era praticamente impossível.⁸⁷

Dessa reunião, os autonomistas deliberaram lançar mais um manifesto declarando não poder considerar uma eleição o que se ia realizar a 15 daquele mês, salientando, ainda, a impossibilidade material em que se encontravam para fazer a campanha, razão pela qual a fariam “nos únicos termos em que se poderia fazer”, com oposição incisiva, mas sem as

⁸⁵ ASSEMBLEIA DO ESTADO. *A Tarde*, Salvador, 8.12.1935; ASSEMBLEIA DO ESTADO. *A Tarde*, 31.12.1935.

⁸⁶ *Idem*.

⁸⁷ APESAR DE TODA PRESSÃO A OPOSIÇÃO BAIANA COMPARECERÁ ÀS URNAS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11.1.1936.

prerrogativas do PSD que poderia atuar abertamente na imprensa, nos comícios populares e registrando como candidatos, “inclusive na capital, os próprios cidadãos investidos nos cargos de prefeitos e que saem cambaleando armados de recursos para influir sobre os municípios, especialmente sobre os que dependem da administração municipal”.⁸⁸

Ainda assim, a Concentração Autonomista insistia que o seu eleitor comparecesse às urnas, como prova de resistência. Na ocasião, a agremiação lançou a chapa para concorrer às eleições da capital. O nome da acadêmica Cora Pedreira, além de contemplar a participação da mulher, reconhecendo a força da atuação feminina nos pleitos anteriores, também aponta para um reconhecimento da atuação dos universitários, sobretudo da Ação Acadêmica Autonomista, que em 1934 confrontou abertamente o governo de Juraci Magalhães.⁸⁹

Para Altamirando Requião, a dúvida dos “concentristas” em relação ao pleito eleitoral não tinha relações com o estado de Sítio, mas com as divisões internas da agremiação. No início de janeiro de 1936, o jornal *Diário de Notícias* registrou que até mesmo os membros da LASP “desprezavam a moribunda e procura[vam] salvar a sua grei comprometida”. Para o jornal, obrigados a colocar sob consulta os nomes que seriam escolhidos candidatos, os autonomistas viam preteridas as suas principais lideranças. No embate, o grupo dissidente lançou a chapa “Fidelidade à Bahia”, que entre outros nomes abrigava o de Octaviano Pimentel, Arthur Athayde e Cosme de Farias, seabrista convicto.⁹⁰

A indecisão em torno de concorrer ou não ao pleito fez com que a Concentração Autonomista perdesse importantes lideranças tais como o coronel Antonio Pessoa, do município de Ilhéus.⁹¹ Em Alagoinhas, principal reduto eleitoral de Otávio Mangabeira, por exemplo, a demora em decidir sobre a participação dos autonomistas nas eleições municipais muito prejudicou aos próceres locais da agremiação. Até o final de 1935, quando o PSD local já havia lançado a sua chapa para concorrer às eleições para vereador e prefeito, datada de 17

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Idem. São os seguintes os nomes a candidatos da capital da Bahia: Eduardo Diniz Gonçalves, professor da Faculdade de Medicina; dr. Pedro Vellozo Gordilho, proprietário; dr. Alcides Benjamin, professor da Politécnica; dr. Numa Pompílio Bittencourt, agricultor e farmacêutico; Jorge Pessoa, comerciante; Carlos Silva, comerciante; Arkhelau Pompílio Abreu, artista e comerciário; dr. Abdias Vellozo, advogado; dr. Octávio Barreto, advogado; José Fiel, comerciante; dr. Pedro Costa, agricultor; dr. Terencio Luz, médico; dr. Emílio Diniz, médico; senhorita Cora Pedreira, da Ação Acadêmica Autonomista e professor Alfredo Rocha, funcionário público.

⁹⁰ REQUIÃO, Altamirando. ENTROU EM ESTADO DE COMA A CONCENTRAÇÃO AUTONOMISTA. *Diário de Notícias*, Salvador, 2.01.1936.

⁹¹ NOS ESTERTORES DE UMA AGONIA PROLONGADA. *Diário de Notícias*, 3.1.1936.

de setembro de 1935, a Concentração Autonomista local, segundo matéria do Jornal *O Popular*, ainda não tinha chegado a um consenso.⁹²

Com este atraso foi possível ao PSD fazer ampla propaganda dos seus candidatos, tendo tempo hábil, inclusive, para substituir nomes. Conforme foi relatado pelo jornal, o primeiro nome indicado para candidatar-se a prefeito foi o de Saturnino Ribeiro, ex-prefeito deposto em 1930. Como ele declinou do convite, e a exemplo dele também declinaram Francisco Batista e Álvaro Dantas, Mário Cravo, que foi levado ao cargo em outubro de 1930 e que dele já havia pedido várias demissões, sentiu-se obrigado a uma recondução. É possível pensar que nos demais municípios onde se esperava a vitória autonomista essa indecisão das lideranças políticas da capital também tenha impactado negativamente. Há registros de que no dia 15 de janeiro de 1935, em Alagoinhas, “os elementos do Dr. Bião não teriam ido às urnas”.⁹³

Na capital, somente seis dias antes da realização do pleito é que os autonomistas publicaram a sua chapa.⁹⁴ No dia 15 ela estaria concorrendo com a chapa do PSD, a chapa *Fidelidade à Bahia* e a chapa *Integralismo* que apesar de recente demonstrou força política quase equiparada aos dissidentes autonomistas, ao menos na capital do estado onde se verificou que dos 21.103 votos, 14.637 foram no PSD, 2.761 na Concentração Autonomista, 1.671 na chapa *Fidelidade à Bahia* e 1.545 no *Integralismo*, que com este montante elegeu um vereador na capital do estado.⁹⁵

O *Diário de Notícias* registrou que na capital da Bahia, a ausência do grupo autonomista na “cabala” foi um fato e, inclusive, no reduto da Sé, onde a maioria de eleitores era sabidamente autonomista, a agremiação obteve apenas 309 votos contra 753 do PSD. Nos municípios de Mata de São João, Ilhéus, Conde, Inhambupe, Camamu, Itacaré e Santo Amaro

⁹² *O Popular*, Alagoinhas, 17.09.1935.

⁹³ AS ELEIÇÕES NO INTERIOR DO ESTADO. *Diário de Notícias*, Salvador, 16.01.1936.

⁹⁴ Integrava a chapa da Concentração Autonomista na capital Pedro Velloso L Gordilho, proprietário; Aleides Moreira Benjamin, engenheiro civil; Calos Keappe P. da Silva, comerciante e engenheiro agrônomo; Numa Pompílio Bittencourt, agricultor; José Abdias de O. Velloso, advogado; Emílio Jorge O. Pessoa, comerciante; Octávio Martins Barreto, advogado e funcionário público; Cora Pedreira, acadêmica; Arkelão P. de Abreu, comerciante; Pedro Frederico R. Costa, agricultor; Alfredo Rocha, professor aposentado; José Fiel F. Primo, comerciante; Artur Guimarães, funcionário público; Terêncio Luz, médico. SAI AFINAL, COMO RATINHO DE MONTANHA A CHAPA AUTONOMISTA, *Diário de Notícias*, Salvador, 10.01.1936. A chapa do PSD também apresentava o nome de uma mulher: Laurentina Pugas Tavares.

⁹⁵ CONCLUÍDA A APURAÇÃO DO ANIMADO PLEITO MUNICIPAL. *Diário de Notícias*, 30.01.1936. Registraram-se ainda 340 votos nulos e 83 no candidato avulso José Luís Barreiros.

também se registraram cisões no seio da oposição autonomista.⁹⁶ Ainda assim, as eleições municipais, embora realizadas sob Estado de Sítio, revelaram a vitalidade da Concentração Autonomista em alguns municípios do interior da Bahia. Em fevereiro de 1936, a agremiação fez publicar um balanço dessas eleições, da qual transcrevemos o fragmento abaixo:

O diretório da Concentração Autonomista, ontem reunido, no salão de sua secretaria, à Rua Chile, com a presença dos srs. J.J. Seabra, Otávio Mangabeira, Pedro Lago, Simões Filho e Aloísio de Carvalho Filho aprovou um voto de congratulações com os seus correligionários pela extraordinária vitalidade que as forças autonomistas revelaram nas últimas eleições municipais, pois, apesar de a Concentração, em virtude do estado de sítio, e da falta de garantias proveniente, não ter feito, como é notório, campanha eleitoral sendo, não obstante, conhecidos os atos de compressão e violência, verdadeiramente inomináveis, que se praticaram no estado, ainda assim a Concentração elegeu alguns prefeitos – Cachoeira, Castro Alves, Barreiras, Guanambi etc. – e a maioria dos respectivos conselhos e fez a metade da Câmara em várias localidades, e vereadores, em número maior ou menor, em quase todos os municípios restantes, excetuados naturalmente aqueles, onde, inclusive por força das arbitrariedades governistas, se viu a oposição na contingência de desistir de ir à urnas como ocorreu, por exemplo, em Santo Antonio de Jesus, de sabida maioria autonomista, não falando das abstenções das maiorias autonomistas de Alagoinhas, Santo Amaro etc. em vista das circunstâncias ocorrentes.

Casos houve, como o de Conquista, onde a Concentração, se perdeu, apenas por 12 votos, a eleição de prefeito, elegendo, todavia, a metade do Conselho, foi não só porque roubaram títulos eleitorais da oposição, mas ainda porque a polícia intimou eleitores oposicionistas a votar, sob pena de prisão, na chapa do governo, o que, aliás, ocorreu em muitos municípios, ou como o de Juazeiro, onde está verificado que os governistas, para elegerem o prefeito assim mesmo com a maioria de centos e tanto votos, reconhecendo, porém, que a oposição elegeu metade da Câmara, tiveram, nem mais nem menos, que violar algumas urnas, substituindo-lhes o conteúdo, o que evidentemente não prevalecerá, tão certo é que a justiça eleitoral não conhecerá de tal método, senão para punir os delinquentes, nunca, jamais para mimoseá-los com uma eleição de prefeito.

Em Bonfim, onde aquartela um Batalhão de polícia e a pressão oficial assumiu proporções desmedidas, foram reconhecidos à Concentração novecentos e tantos votos contra mil e duzentos e tantos governistas, e em Barracão, cuja autoridade policial oprimiu, quando esteve em suas forças, o eleitorado oposicionista, Esplanada, Santa Luzia, Queimadas etc., foi diminuta a diferença de votos em favor do governo, que teria perdido em

⁹⁶ OPOSIÇÃO FOI ESMAGA NO REDUTO DA SÉ; ERA ASSIM QUE O AUTONOMISMO VENCERIA, *Diário de Notícias*, Salvador, 17.1.1936.

Boa Nova, como em 1934 se não recorresse, para evitá-lo, aos mais deploráveis processos. Assim por diante [...].⁹⁷

Altamirando Requião combateu a estas denúncias, afirmando que em lugar de violência o que houve, de fato, foi inexpressão eleitoral dos autonomistas.⁹⁸ Durante todo o ano de 1936 ele continuou criticando o ajuntamento de oposição reunido em torno de Mangabeira.

Com o resultado desse processo eleitoral, e depois de uma curta viagem de Otávio Mangabeira ao interior, a diretoria da Concentração Autonomista deliberou pela realização de mais uma Assembleia geral. Realizada a 27 de fevereiro de 1936, na Associação dos Empregados do Comércio, com a representação de todas as zonas eleitorais, a proposta era fundar, definitivamente, o Partido Autonomista. Na ocasião, a Bahia foi dividida em 18 zonas eleitorais, assumindo a direção de cada uma, lideranças autonomistas de prestígio local.⁹⁹ Reafirmou-se aí o propósito da oposição e aprovou-se uma moção que concitava às bancadas autonomistas estadual e federal a prosseguirem em oposição franca e decidida às atuais situações dominantes do Estado e do país, fazendo votos para que “no âmbito da política

⁹⁷ O balanço da oposição na Bahia- comunicado da Secretaria da Concentração Autonomista, de 17.2.1936. *O Radical*, Rio de Janeiro, 18.2.1936; Ainda as eleições municipais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1936. Foram ainda mencionados os casos dos municípios de Cipó, onde, anulada a eleição, era sabido que houve maioria autonomista. Em Montenegro, Mata de São João e Belmonte, oposicionistas e dissidentes do situacionismo, votaram em chapa de acordo, conseguindo maioria contra a chapa oficial.

⁹⁸ O AUTONOMISMO ESMAGADO VENDENDO CIOLENCIA EM TODA PARTE. *Diário de Notícias*, Salvador, 22.01.1936.

⁹⁹ A CONCENTRAÇÃO AUTONOMISTA DA BAHIA. Divisão em 18 zonas eleitorais. *Correio da Manhã*, 4.3.1936. Nomes dos representantes: dr. Augusto Publio, dr Flaviano Amado de Souza, dr. Dantas Bião, dr. Carlos de Azevedo, , dr, Raphael Jambeiro, dr. Rosalvo Fonseca, dr. Oscar Teixeira, dr. José de Castro Bastos, dr. Sifredo Pedral Sampaio, dr. Antonio Gonçalves, dr, Adolpho Viana, dr. Edson Ribeiro, coronel Galdino de Moraes, dr. Luiz Coelho, dr, Ruy Penalva, dr. Carlos Leitão, coronel Emilio Cortes, dr. Lacerda, dr, Antonio Dantas Fontes, dr. Benjamnin Dantas Fontes, dr, Manoel Moreira, dr. Elias Passo, Dr. Slvino Krushewsky, coronel Francisco Andrade, coronel Ramiro Pimentel, dr. Augusto Cesar Torres, coronel Emygdio Baldino, coronel Raul Coelho, dr. Luiz Welf, coronel José Pinheiro de Carvalho, coronel Theodorico Alves, coronel Francolino Pedreira, dr. Benedicto Pereira, dr. Pedro Virgilio, coronel Abílio Procópio, coronel Antonio Valverde, coronel Herotides Soares, José Miranda Rebouças, engenheiro Antonio Barreto, Abraão Rodrigues, coronel Artur Rabello, dr. João Duarte, dr Manoel Galvão, dr. Luiz Rogério, coronel Hermenegildo Nogueira, coronel Marcionilio Antonio de Souza, Sr, Antonio de Oliveira, coronel Lydio Bello. dr. Arlindo Senna, coronel Saturnino Macedo, dr. Nestor Guimarães, Jorge Guerra, Luiz Rocha, coronel Algerico de Moraes, coronel Aristides Simões, dr. Arlindo Simões, coronel Antonio Augusto Carvalho, coroneil Moysés de Oliveira, coronel João Raul, dr. Luiz Garcez, coronel Mario Moreira, dr. Adhemar Guimarães, coronel José Ângelo Cairo, dr. José Tude, Apulchro Leony, e coronel Pedro Tavares. Em discursos Otávio Mangabeira ressaltou que todos ou quase todos esses representantes estariam no poder se tivesse “querido adaptar-se ao atual estado de coisas. Foi, pois, um movimento idealista, porque, sobretudo, um movimento de dignidade de civismo e até de coração”.

nacional se tornem cada vez mais solidárias as oposições brasileiras, integradas na minoria parlamentar, à qual também exprimimos os nossos mais vivos aplausos”.¹⁰⁰

Reforçada com o apoio das lideranças em diferentes municípios da Bahia, a Concentração Autonomista seguia para o combate ao governo central, tendo importante participação nos arranjos políticos que culminaram na indicação do nome de Armando Sales para suceder a Getúlio Vargas no ano de 1937.

6.3. As oposições coligadas contra Vargas e com Vargas

No dia 29 de abril de 1935, com a instalação da nova Câmara Federal, ocorreu no salão da Comissão de Finanças a primeira reunião dos deputados eleitos que se colocavam na oposição ao governo de Getúlio Vargas.¹⁰¹ Os “novos esquerdistas”, como foram tratados pela imprensa da época, buscavam articular-se para os primeiros combates e entre os deputados reunidos situavam-se os baianos Otávio Mangabeira, João Mangabeira, Wanderley Pinho, Pedro Lago, Pedro Calmon e Luiz Viana Filho.¹⁰²

Presidida por Sampaio Correia, líder da minoria da Câmara anterior, a reunião não teve grandes deliberações em função da ausência da bancada do Partido Republicano Paulista (PRP), parte importante do grupo oposicionista. Por sugestão de Otávio Mangabeira, nenhuma deliberação relevante deveria ser tomada sem que se ouvissem os paulistas. Assim, o destaque da reunião foi para dois discursos, ambos de deputados baianos.

¹⁰⁰ A ASSEMBLEIA DA CONCENTRAÇÃO AUTONOMISTA REALIZADA NA BAHIA, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29.02.1936; O novo diretório da Concentração Autonomista. *O Radical*, Rio de Janeiro, 29.2.1936. A assembleia foi presidida por Seabra ladeado pelo membros do diretório. Ambos Seabra e Mangabeira fizeram veemente discurso em combate ao governo. Na mesma noite foi aclamada a nova diretoria que ficou composta pelos mesmos membros Seabra, Pedro Lago, Mangabeira, Simões Filho, João Mangabeira, Moniz Sodré e Aloysio de Carvalho Filho, entrando Vanderley Pinho para a vaga de Miguel Calmon. Aclamaram-se a Comissão Executiva, composta por Wenceslau Gallo, Junqueira Ayres, Paulo de Almeida, Epaminondas Berbet de Castro e Jayme Baleeiro e aprovou-se a distribuição dos municípios pelas várias zonas e respectivos diretórios. No dia 28 o diretório fez nova reunião. Foram eleitos presidente Otávio Mangabeira e secretário Aloysio Filho. Foram nomeados para compor o diretório da capital vários chefes distritais entre os quais Adriano Gordilho, Eutychio Bahia, Anibal Silvano e Bião de Cerqueira conhecidos clínicos. A moção a qual se refere o texto foi apresentada por Carlos Leitão, antigo deputado representante do município de Santa Luzia.

¹⁰¹ As disputas internas na Câmara Federal entre os anos de 1934 e 1935 foram analisadas por: MOURELLE, Thiago Cavaliere. *Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)*. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. UFF, 2015.

¹⁰² Vanderley Pinho seria afastado mais tarde, depois que saiu o parecer do TSE que julgou as eleições da Bahia. Mais uma vez aparece aqui a questão já colocada no início deste trabalho em relação ao que se julgava esquerda e direito no Brasil nos anos de 1930.

O primeiro foi de João Mangabeira e referia-se à liberdade com a qual desejava atuar em oposição a Vargas. Segundo consta na transcrição do discurso, o jurista baiano pretendia agir sem compromissos com as oposições coligadas, por entender que elas ainda não representavam as questões que ele entendia ser importante para um partido político, principalmente no que diz respeito às questões sociais. Outro discurso destacado pela imprensa foi de autoria de Luiz Viana Filho. Segundo o jornal *Correio da Manhã*, deputado “inteiramente novo na política federal [cuja] estréia, discursando no conclave de que nos ocupamos, foi uma revelação”.¹⁰³ Viana Filho declarou que concordava com as palavras de

¹⁰³ ARTICULA-SE A OPOSIÇÃO DA CÂMARA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30.04.1935. João Mangabeira leu a seguinte declaração: “Deputado eleito pela Concentração Autonomista da Bahia e adversário da situação militar que se assenhoreou e domina aquele Estado, sou, por isto mesmo, ou, se melhor acharem, por definição, adverso ao governo federal, que inventou, impôs e mantém, uma situação humilhante à cultura e às tradições da minha terra. / Mas, um partido político, ou mesmo uma aglomeração de elementos partidários diversos, exige a prática de uma disciplina, pela qual a minoria, vencida no debate, na execução se submete sem discrepâncias nem reticências ao voto da maioria. / Esta, exatamente esta, a minha atitude, no que respeita à política ou aos interesses da Bahia. Vencido no diretório ou nas Assembleias da Concentração, cumprirei o deliberado pela maioria, sejam quais forem as minhas opiniões pessoais. Porque ali, como acabamos de afirmar, num manifesto ao povo baiano, se trata de “defender a cultura, a inteligência, os foros da Bahia”. E a ela, tudo sacrífico. / Em face, porém, dos interesses nacionais, à luz dos grandes horizontes do futuro de uma nação, ao sopro dos ideais e paixões que agitam o mundo contemporâneo e das vagas que o ameaçam subverter, a minha atitude não pode ser a mesma. Os nossos partidos políticos continuam a olhar para o mundo que passou, e a repetir os velhos programas, as velhas manobras, os velhos equívocos. Nenhum partido, porém, exclusivamente político conseguirá hoje impressionar e muito menos arrastar as massas. Ou os partidos levantam e sustentam questões sociais, ou o povo lhe dará as costas, numa indiferença merecida. Em verdade, entre nós no momento, só há dois partidos definidos, lutando por ideias opostos – O integralismo e a Aliança Libertadora. Os demais apóiam ou combatem governos, mas os programas de todos são idênticos. Somente os homens variam. Não meto em linha de conta o partido comunista ao qual foi erradamente negada existência legal. De sorte que o partido que existe, sob o direito, na Inglaterra, na Bélgica, na Holanda, na Dinamarca, na Suécia, na Noruega, para só falar nos estados monárquicos, em nossa República Democrático-Liberal não pode legalmente existir. Como não de rir da nossa contrafacção de liberalismos os súditos dos reis daqueles países, onde todas as doutrinas podem ser expostas e defendidas, desde que seus adeptos não passem do terreno teórico para o fato. / Não sou comunista nem integralista. Porque sou contra todas as ditaduras. O integralismo não passa de um jogo de palavras não raro sem nexos, e de uma salada de ideais que não se combinam, tal como o fascismo e o nazismo, fantasias com que se mascaram as ambições dos ditadores. Comunismo é, pelo menos, na sua fase transitória, a ditadura de uma classe. Mas nem por isso menos odiosa. Até mesmo porque se o proletariado é a mais numerosa das classes de uma nação, não constitui, contudo, em parte alguma, a maioria popular. E se era para repelir como ditadura de maioria, menos suportável será como domínio de minoria. O que o proletariado precisa é de se incorporado à sociedade, onde continua acampado, tal como o divisou August Comte. / Para isso, impõem-se grandes transformações no regime social vigente. Esta a questão capital no momento em todos os povos. Mao grado o misoneísmo político o mundo marcha para a frente. Nesta marcha, porém, as correntes em que ele se divide, tendem para a direita ou para a esquerda. De mim, sou homem de esquerda. Declaradamente de esquerda. Assim, sou pela liberdade ampla do pensamento e de cátedra, pela exposição livre de todas as doutrinas, pelo livre exame sem restrições. Sou pela separação entre a Igreja e o Estado. Como Ruy, não creio em nações atéias, mas também não creio em nações cléricas. E uma rajada clericalista ameaça o Brasil, expressa no desejo visível da Igreja intervir no Estado e, sob mão oculta manejá-lo. A religião é uma força indispensável à conservação e à perfeição da sociedade. Mas o clero que se mantenha nos templos e os governos que dirijam livremente o Estado. / Na ordem social sou pelas reivindicações proletárias e por deveres maiores impostos à propriedade. Sou pelos direitos da pobreza, sobre o Estado e as classes abastadas. Sou pela melhoria de vida da classe média, nas suas famílias mais pobres, talvez a mais sofredora de todas as camadas do povo. Por isto mesmo sou por uma distribuição mais equitativa das riquezas. A dissipação dos ricos, além de um crime perante Deus, é uma afronta aos sofrimentos e à dignidade dos pobres. Sou por todas as leis que apressem o fim do regime capitalista agonizante, que degradou a forma humana do trabalho à condição de mercadoria, que desvirtuou a função social

João Mangabeira, com exceção de seu posicionamento em relação à religião católica. Afirmou que era chegada a hora de as oposições coligadas “enfrentarem as questões sociais contemporâneas não se limitando ao campo das lutas políticas de pessoas e de municípios”.¹⁰⁴

Ambos os discursos apontavam para importantes desafios que os políticos tanto da minoria quanto da situação teriam de enfrentar naquela década: a incorporação das reivindicações dos trabalhadores e das classes médias aos seus programas partidários. Porém, como se pode observar pela análise dos anais da Câmara, a maioria dos parlamentares das oposições coligadas pecou por omissão, razão pela qual os trabalhadores, muitos dos quais reunidos em sindicatos e federações apoiaram o governo de Getúlio Vargas, no qual se viam minimamente representados pela implantação de parte da legislação trabalhista já na década de 1930.

Durante os primeiros dias de atuação da minoria na Câmara Federal, havia muitas indefinições quanto à posição real desses deputados oposicionistas. Dizia-se, inclusive, que estavam divididos em duas correntes, uma “que puxa[va] francamente para a esquerda, como outra que vai [ia] definindo com orientação adesista ao integralismo”, entre os quais estariam, segundo o jornal *Correio da Manhã*, os deputados Artur Bernardes e Otávio Mangabeira, que “encarariam com simpatia uma transformação no integralismo, que importasse em outorgar-lhes a direção política do movimento, ficando o Sr. Plínio Salgado com a propaganda eleitoral”.¹⁰⁵

Esses boatos foram rapidamente dissipados pelo deputado autonomista que se mostrou decidido a combater visceralmente o governo Vargas, encontrando no gaúcho João Neves ora um aliado ora um empecilho para o desempenho de sua tarefa. O discurso inicial de João Neves na Câmara parecia se comparar ao de João Mangabeira, de fazer oposição sem compromissos com grupos partidários. No entanto, coube a ele anunciar a postura geral dos oposicionistas naquele ano. Segundo declarou:

da máquina e transformou o dinheiro, de instrumento de trocas e medida de valores, em instrumento de poder. / Sou pelo Estado forte dirigindo a economia nacional segundo um plano preconcebido. Sou pela nacionalização ou socialização das opulentas empresas capitalistas, que deixam grandes lucros graças a monopólios de direito ou de fato. Ou pelo menos na participação do Estado nos lucros de tais empresas. Sou pela ampliação dos serviços sociais, num país, onde em plena capital da República, já um sábio como o professor Escudero denunciou, que a raça decai e degenera devido à subalimentação oriunda do desemprego ou de salários de fome. Sou pela criação, custe o que custar, de nossa indústria pesada, forma única porque os países se libertam da condição colonial. Sou por todas as soluções tendentes a retirar o país do estado de colonização em que se encontra. Num partido, ou agremiação de partidos, com tais objetivos, poderia enquadrar-me, submetendo-me à sua disciplina. Ao contrário, embora em campo oposto ao da situação federal, reservo-me o direito de guardar inteira liberdade de ação, no desempenho do meu mandato nesta Câmara.

¹⁰⁴ ARTICULA-SE A OPOSIÇÃO DA CÂMARA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30.04.1935

¹⁰⁵ SITUAÇÃO POLÍTICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12.05.1935.

os membros da esquerda estão decididos a se conservar nos seus postos de combate ao Sr. Getúlio Vargas e seus agentes. Não lhe daremos quartei aos erros. A nossa posição decorre, fundamentalmente de considerar a sua investidura como um ato de usurpação, conforme demonstrei exaustivamente. De uma vez para sempre, nós somos de oposição, queremos ficar oposição, ficaremos oposição.¹⁰⁶

Muito cedo João Neves buscava uma fórmula para reconciliar-se com o governo Vargas e o principal obstáculo para mediar o entendimento entre o presidente e a oposição era justamente o deputado baiano Otávio Mangabeira, que acusava insistentemente a Getúlio Vargas da crise do regime democrático que se via no país. Conforme destacou em muitos dos seus discursos, o que havia no Brasil era uma crise de autoridade do executivo, desmoralizado pelos erros cometidos pela revolução e não, necessariamente, uma crise na democracia.

Otávio Mangabeira valia-se de sua experiência do exílio para analisar o regime implantado por Vargas. Para ele, a crise social e econômica que se instalara no país naqueles anos de pós-revolução era fruto do discricionarismo e das tentativas de centralização de poder que levaram a gastos excessivos no processo de montagem do aparato burocrático que dava sustentação ao governo. Dizia-se ainda experiente em relação aos regimes extremistas que turvavam todo o velho mundo e afirmava que, se havia uma “nação na superfície da terra, que nasceu para ser democrática”, essa seria o Brasil, que até nos tempos do monarca era “um povo que peca[va], antes pelo excesso de cordura, que pela rebeldia”.

Mangabeira lembrava ainda, que o aceno dos brasileiros para a Aliança Liberal estava justificado no desejo de se ter, na prática, instituições livres no país. No entanto, toda expectativa de instituições livres desvaneceu-se pelas recorrentes tentativas de Vargas de “suceder a si mesmo”. Para Otávio Mangabeira, a revolução havia sido uma catástrofe, e quando o povo voltava os olhos para o lugar do leme e do piloto daquela empreitada o que encontrava era uma acefalia, um governo “a fumar e a sorrir (*risos*) enquanto os horizontes escureciam”.¹⁰⁷

¹⁰⁶ A SITUAÇÃO POLÍTICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 17 e 18.05.1935. Segundo o jornal, na reunião reservada em que João Neves passou a liderar a oposição, o deputado autonomista Pedro Lago não compareceu, um indício de que os políticos depostos em 1930 ainda tinham as dificuldades de ombrear lutas partidárias com homens que lhes depuseram do poder.

¹⁰⁷ OS DEBATES ONTEM NA CÂMARA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18.05.1935. Otávio Mangabeira encerrou o seu discurso nos seguintes termos: “Um dia, não há ainda muitos anos- ali na praia do leme, um homem se lembrou de ir tomar banho em uma tarde de ressaca. Eis senão quando as ondas se encrespavam, e o imprudente foi conduzido, na crista do vagalhão, ao tope de um penhasco. Mas a vaga desceu, e ele ficou isolado, no alto da rocha a pique, sem ter como voltar. Foi preciso que se mobilizasse uma turma do corpo de bombeiros. (Pausa). O ex-chefe do governo provisório viu-se transportado às alturas, onde se encontra, há quase cinco anos, na maré cheia da Revolução. As águas, porém, baixaram e ele sobrou... Há que ajudá-lo a descer...”.

Assim, em meio às galerias sempre lotadas no Palácio Tiradentes, as oposições coligadas condenavam, de um lado, o avanço de grupos tido como extremistas e, de outro, as ações enérgicas do executivo, e colocando-se como opção a ambos os extremos foram os primeiros a adotarem o lema de defesa da Democracia, conforme se observa na imagem abaixo, registro fotográfico do momento em que se instalou a sua secretaria no centro do Rio de Janeiro.



Figura 17: A instalação das oposições coligadas. Fonte: *O imparcial*, Bahia, 18.06.1934.

O fechamento da ANL pelo presidente Vargas, em 5 de julho de 1935, abria o campo das lutas parlamentares. Para João Neves, deputado que interpretou o pensamento da oposição na tribuna, quando o governo federal fechou a ANL, sob o pretexto de um “foco de propaganda subversiva”, a minoria registrou um requerimento na Câmara de Sessão Secreta para que o ministro da justiça expusesse os documentos que justificassem o ato do executivo.

Seabra também voltou a se pronunciar na Câmara Federal, mas os seus discursos estavam muito mais voltados para denunciar os infortúnios da Bahia sob o jugo do capitão” do que para fazer oposição ao governo central. Ver anais da Câmara Federal do ano de 1935. Ver, particularmente, transcrição pela matéria OS DEBATES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11.06.1935. Os discursos tanto de Mangabeira quanto de Seabra ficaram marcados pelo tom sarcástico e jocoso com o quais se referiam a Vargas e a Juraci Magalhães.

O requerimento foi negado pelo presidente das comissões e pela maioria, que opinaram pela sua rejeição “ao serviço de subalternas conveniências do governo.”¹⁰⁸

João Neves criticava também a justificativa de Vargas, que defendia o fechamento da ANL em nome da defesa da democracia. Para o gaúcho que percorreu o Brasil fazendo a propaganda da Aliança Liberal, em 1930, o conceito de democracia daquela época não se confundia mais com um dogma imutável nem se assemelhava a um sistema de limites precisamente demarcados. A democracia varguista não podia ter uma fronteira tão estreita, uma vez que o mapa das reivindicações populares era incessantemente renovado. Afirmava que o alvoroço em torno da ANL conferia ao governo um caráter alarmista, com interesse em lançar o pânico sobre a população, divulgar falsa convulsão social e mistificar as reivindicações de determinados segmentos da sociedade. Prova, disso, justificava, era o fato de que

Bastou um decreto e a catástrofe abortou como por encanto ao toque da vara mágica. Não havia de ser seguramente muito profunda a infiltração extremista. Enquanto assim o governo suprime um órgão de propaganda política, mantém aberta as sedes do integralismo, permitiu o seu congresso nesta capital e tolera os seus jornais. Justiça de dois pesos e duas medidas.¹⁰⁹

Já assinalamos que a plataforma da ANL defendia muitos pontos que já constavam na Constituição de 1934, mas que não haviam sido atendidos pelos patrões, bem como destacamos o caráter de frente popular assumido pela ANL e a sua grande inserção entre os operários e os setores médios da sociedade, estes últimos tendo se afastado depois do decreto que a tornava ilegal.

Nesse quadro, a defesa da manutenção do registro da ANL pela oposição se justificava pelo combate que os seus membros faziam a Vargas e não somente pela defesa da liberdade de pensamento e das instituições livres, conforme destacavam os deputados das oposições coligadas. João Mangabeira, por exemplo, um dos articuladores da Aliança, mesmo afirmando que gostaria de fazer uma “oposição livre” ao governo estava presente na fundação

¹⁰⁸ O FECHAMENTO DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19.7.35

¹⁰⁹ Idem.

da sede das oposições coligadas, um indício de que seu cordão umbilical ainda estava ligado àquele grupo, conforme se observa da imagem anterior.

Os deputados também acusavam a Vargas de alimentar as ideias que se tinha sobre os “extremistas”, com o propósito de justificar as violências sobre a própria oposição, visto que, sob pretexto da ameaça comunista, o governo teria argumentos para censurar a imprensa, violar as correspondências e utilizar a força policial, conforme estava fazendo.

Assim, durante todo o segundo semestre de 1935, os deputados oposicionistas combateram vigorosamente ou propuseram emendas substanciais aos projetos apresentados pela bancada situacionista, a exemplo do Tratado de Comércio com os Estados Unidos, o projeto para o ensino de História do Brasil e, mais tarde, o debate sobre a “aprovação do estado de sítio no país. Restava claro, entretanto, que “a minoria vinha sendo trabalhada por duas cabeças, pois parte dela não embargava os projetos ou se abstinha das votações.”¹¹⁰

Com a precipitação do levante comunista nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte e o imediato pedido de aprovação do estado de sítio pelo governo federal, ainda no dia 26 de novembro, antes que Rio de Janeiro fosse palco de agitações similares, a minoria combateu a aprovação do sítio para todo o país, apresentando emenda para que ele fosse aprovado somente para os estados onde foram registradas as “subversões” e por somente trinta dias. João Mangabeira, neste caso, concordava com a minoria e na sua declaração de

¹¹⁰ As oposições coligadas estavam compostas por aproximadamente setenta deputados, entre os quais se destacaram nas discussões Otávio Mangabeira, João Neves, Cincinato Braga, Artur Bernardes, Paulo Martins, Roberto Moreira, Djama Pinheiro Chagas, Carneiro Rezende, João Clophas, Alde Sampaio, José Augusto, Batista Lusardo, Sampaio Correia, Eurico de Souza Leão, Pedro Calmon, Ubaldo Ramalhete, Barros Cassal, Bernardes Filho e Laerte Setubal. Os baianos Wanderley Pinho e Pedro Calmon tiveram importante atuação para a elaboração do projeto que criava a obrigatoriedade do ensino de História do Brasil. O projeto foi fruto de uma emenda do parlamentar Wanderley Pinho. O tratado de comércio entre Brasil e Estados Unidos foi embargado muitas vezes por Otávio Mangabeira. Também foi Otávio Mangabeira quem denunciou a intervenção do governo no estado do Rio Grande do Norte. Conforme discutimos em capítulo anterior, as eleições de 1933 conferiram vitória à oposição naquele estado. Em 1934, a situação se repetiu pela força do Partido Popular. Enfraquecido no estado potiguar, Vargas já havia feito muitas substituições do funcionalismo público, principalmente telegrafistas e oficiais. Era sabido também que o interventor do Rio Grande do Norte havia solicitado 660 fuzis com respectivas munições e já se registravam mortes entre os membros da oposição no estado. O partido, no entanto, resistia. Otávio Mangabeira denunciava essas violências na tribuna e elogiava a oposição do norte, afirmando que dali, tinha a esperança de surgir um governo verdadeiramente popular, tal como era o nome do Partido que tinha vencido na luta e não devia abrir mão da vitória. Dizia: “Oxalá que surja daí a implantação de boas práticas porque há tanto tempo se anseia no Brasil a nossa atribulada democracia”. Como se vê, as agitações no Rio Grande do Norte foram anunciadas bem antes do levante comunista de 25 de novembro, mas aquele evento é que levaria o governo a pedir a instalação do Estado de Sítio. Dos aproximados setenta deputados da minoria parlamentar, 52 votaram contra o pedido. Ver: OS DEBATES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6.9.35, 13.9.35 e 23.10.35; *O Imparcial*, Bahia, 23.10.35.

voto, aparteada por diferentes deputados, registrou que o pedido se configurava como “um atentado evidente contra as liberdades populares”.¹¹¹

O fato é que a “ameaça comunista” também não era bem vista pelos deputados das oposições coligadas, especialmente para os autonomistas baianos. Por esta razão, em reunião na casa de Otávio Mangabeira, os demais deputados e correligionários da Bahia, depois de examinar a situação política do país, apoiaram as medidas adotadas por Vargas.¹¹²

Porém, esse apoio dos deputados baianos não se configurava como adesão ao governo. Pelo contrário, o levante comunista no norte e na capital do país foi motivo de divisão no seio da própria oposição. Parte dos deputados das oposições coligadas daria uma demonstração de que não estava disposta a conviver com as agitações e infiltração “bolchevique” e dobrou-se aos pedidos do presidente, conferindo-lhe mais poder ao longo do ano de 1936. A outra parte resistia, sob o argumento que medidas tomadas de empréstimo dos “totalitarismos” não seriam capazes de combater o avanço dos comunistas, pelo contrário, incitavam ainda mais. Era preciso educar o povo e fortalecer as instituições democráticas, livrando-as de investidas dos extremismos europeus. Sob esta visão no pensamento da minoria parlamentar, o *Correio da Manhã* registrou:

A minoria da Câmara está hoje dividida em duas correntes: uma que quer e outra que não quer aderir... A primeira das duas correntes acha que deve dar aos governos meios de que ele carece para manter a ordem e salvaguardar as instituições, mas o governo, por seu lado, deveria fazer o Ministério de Concentração. Ministério de Concentração ou de compensação, quer dizer: dar aos adesistas uma ou duas pastas... A segunda corrente da minoria coloca-se em outro ponto: deve-se dar ao poder público, dentro de certa medida, as providências de que ele precisa, mas a oposição permanecerá no seu papel de oposição. Sabemos que nos dois pólos se encontram o Sr. João Neves e o Sr. Otávio Mangabeira.¹¹³

¹¹¹ João Mangabeira era acusado de defender o filho, Francisco Mangabeira, envolvido com o levante e acusado de comunista desde o ano de 1928. Defendia-se dizendo que não estava ali com esta intenção, embora se honrasse por ter um filho com espírito revolucionário, que não se vergava. Essa declaração do deputado autonomista certamente contribuiu para a sua prisão em março do ano seguinte. A imprensa carioca registrou que durante a votação do pedido, a bancada situacionista baiana desertou do plenário. OS ACONTECIMENTOS. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26.11.1935. Sobre o levante de 1935 ver: VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

¹¹² Estiveram presentes na reunião Otávio Mangabeira, Seabra, Pedro Lago, Muniz Sodré, Simões Filho, João Mangabeira, Wanderley Pinho, Raphael Menezes e Pedro Calmon. Luiz Viana se fez representar por Simões Filho. A REUNIÃO DA OPOSIÇÃO BAIANA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10.12.1935.

¹¹³ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13.12.1935.

A proposta do Ministério da Concentração foi feita pelo deputado Raul Pilla. A ideia era montar um governo de gabinete, mas a medida era inconstitucional. Assim, Raul Pilla sugeriu que deputados da minoria fossem abrigados num ministério. Além de Otávio Mangabeira, os parlamentares J.J. Seabra e Artur Bernardes também eram contra a “fórmula Pilla”, defendida por João Neves, José Augusto, Christiano Machado e outros integrantes das oposições coligadas.

Assim, quando as eleições municipais ocorreram na Bahia, em janeiro de 1936, era esse o quadro que cingia a atuação dos autonomistas no cenário nacional. As eleições municipais conferiram uma trégua às discussões parlamentares, sobretudo porque tanto Seabra quanto Otávio Mangabeira regressou para o estado da Bahia para conduzir o pleito. A observação *in loco* do quadro político do estado reforçaria a postura de ambos frente às tentativas de conciliação com o governo central. No entanto, seria a prisão de João Mangabeira e a quebra das imunidades parlamentares que revigoraria os debates travados pelos deputados baianos na Câmara Federal.

Segundo foi divulgado pelo chefe de polícia do Distrito Federal, com base em documentos apreendidos nos arquivos de Harry Berger e Luiz Carlos Prestes, bem como em arquivos do secretariado nacional do Partido Comunista foram presos os deputados João Mangabeira, Octávio da Silveira, Domingos Velascos e Abguar Bastos, além do senador Abel Chermont, “por haver, nos aludidos documentos, indícios veementes de estarem os mesmos em ligação com elementos responsáveis pelo movimento subversivo, tramando nova perturbação de ordem”.¹¹⁴

A movimentação do governo para a implantação de nova ditadura se afigurava como algo bem real, razão pela qual as oposições coligadas se apressaram em buscar um acordo, tentando colocar em prática a “fórmula Pilla”, através da mediação de Maurício Cardoso. Como justificativa declaravam que “se tratava [da busca] de um meio prático de formação de um governo que encontrasse simpatia em todas as atividade nacionais, estabelecendo-se

¹¹⁴ Segundo a polícia, os congressistas já haviam recebido pseudônimos, escolhidos pela Seção do Partido Comunista no Brasil “para agitarem em maior segurança”. De 25 de novembro a 15 de março, o chefe de polícia do distrito federal já havia feito 3.250 investigações, 441 buscas domiciliares, 901 prisões de civis, 2.146 prisões de militares, destes 66 oficiais, 196 sub-tenentes, sargentos e graduando, 1884 soldados. Sendo que 586 civis e 2058 militares, dos quais 11 oficiais, 163 sub-tenentes e sargentos e 1.884 soldados já havia sido postos em liberdade. Nota oficial do chefe de polícia do Rio de Janeiro. OS ACONTECIMENTOS E A DECRETAÇÃO DO ESTADO DE GUERRA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25.03.1936.

orientação e responsabilidade na gestão coletiva das pastas”. Era preciso passar a ideia aos eleitores e setores da burguesia que apoiavam a oposição, que o aceno a Vargas não se tratava de uma mera colaboração, “mas da constituição de um real governo em que a opinião nacional se identificasse, pela confiança, depositada nas figuras chamadas a alta administração para o fim de corresponder a um plano de ação coletiva”.¹¹⁵

Logo cedo essa iniciativa revelava não ser expressão da opinião nacional. A negociação com o governo central deveria ser adotada pelos estados onde a oposição “tinha eleitorado ponderável, a exemplo de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco, mas já no final de abril de 1936, a fórmula de colaboração geral da minoria foi afastada nesses estados, visto que os diferentes grupos políticos, ainda em dissídio desde a revolução de 1930, não permitiam que as situações regionais aceitassem dividir os postos de mando e as pastas do erário público. Além disso, o PRP inclinava-se cada vez mais para o que defendia Otávio Mangabeira e, como partido de peso no conjunto das oposições coligadas, deixava em suspense qualquer negociação que ele não aprovasse.¹¹⁶

Apesar disso, as negociações tiveram continuidade e, ironicamente, no dia 1 de maio de 1936, as oposições coligadas divulgavam ter encontrado uma fórmula para conduzir o acordo com o governo. O debochado título da matéria do *Correio da Manhã* anunciava a submissão de parte dos parlamentares oposicionistas ao governo. Intitulada “o 1º de maio das oposições coligadas foi uma jornada laboriosa”, a matéria resumiu as atividades e deliberações que foram tomadas naquele fatídico dia internacional dos trabalhadores.¹¹⁷

Todo o 1º de maio foi consagrado às negociações entre os membros das oposições coligadas e culminou com uma reunião com Getúlio Vargas ao final da noite, na qual se tentou assentar e definir os termos do acordo. O resumo da reunião mostra também quem eram os líderes da minoria e o papel subalterno dos demais deputados que apoiaram as decisões.

¹¹⁵ Ver edições do *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1.4.1936, 2.4.1936, 15.4.1936.

¹¹⁶ Idem. Em 15 de abril registrou um encontro entre Getúlio Vargas, Maurício Cardoso, João Neves, Paim Filho e Batista Lusardo, com objetivo de definir os termos das negociações. Não se sabe se havia tentativa do governo de conquistar o apoio político de Otávio Mangabeira. Apesar disso, naquele mês de abril quando se divulgou o orçamento da Escola Politécnica da Bahia, o nome do deputado autonomista constava na relação de professores, como titular da cadeira de Estatísticas, Economia, Política e Finanças. Otávio Mangabeira só foi aposentado pelo governo no ano de 1938, na vigência do Estado Novo.

¹¹⁷ O PRIMEIRO DE MAIO DAS OPOSIÇÕES COLIGADAS FOI UMA JORNADA LABORIOSA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1.5.1936.

Os termos do acordo foram frutos de discussões entre os líderes perrepistas Sylvio de Campos e Mário Tavares, o líder da oposição baiana, Otávio Mangabeira, o mineiro Artur Bernardes e os gaúchos João Neves e Batista Lusardo. Participaram também José Augusto, Sebastião do Rego Barros, Eurico Souza Leão e Sampaio Correia. As reuniões preparatórias ocorreram no Hotel Glória, na residência de Otávio Mangabeira e na casa de Artur Bernardes. Sobre os demais deputados das oposições coligadas o jornal carioca se refere nos seguintes termos:

Enquanto se reuniam, e assentavam uma orientação, aqueles chefes, às 3 horas começaram a afluir para a Câmara os soldados dos batalhões oposicionistas, todos comandados pelos seus capitães. E à hora da convocação, enchiam a sala da comissão de Finanças, e se espriavam pela de justiça, entre outros os srs. Henrique Couto, do Maranhão; Demócrito Rocha, do Ceará; Albertto Roselli, do Rio Grande do Norte; Antonio Botto, da Parahyba; Mota Lima e Fernandes Lima, de Alagoas; Aldo Sampaio, de Pernambuco; Ubaldo Ramallete, Jair Tovar, Asdrúbal Soares e Abner Mourão, do Espírito Santo, Alípio Costalat, do estado do Rio; Christiano Machado, Bias Fortes, Daniel de Carvalho, Bernardes Filho e Virgílio de Melo Franco, de Minas; Artur Santos, do Paraná; e Barros Cassal e Nicolao Vergueiro, do Rio Grande do Sul.¹¹⁸

O fato é que o breve consenso entre os oposicionistas passou pela elaboração e votação de diferentes propostas que envolviam diferentes reuniões lideradas por Otávio Mangabeira e João Neves. As reuniões das residências de Otávio Mangabeira e Artur Bernardes, por exemplo, envolviam paulistas, mineiros e baianos. Daí assentou-se uma fórmula conhecida como “Hotel Glória”, resumida em seis cláusulas. Redigidas por Sampaio Correia, a proposta admitia a trégua parlamentar com o adiamento das negociações sobre a sucessão presidencial; o restabelecimento das imunidades parlamentares; a decisão de não se registrarem mais demissões ou perdas de patentes, senão após o pronunciamento do judiciário; e a formação de uma verdadeira comissão de inquérito, dos membros da maioria e da minoria, como órgão controlador, visando evitar a ocorrência de casos que provocassem choques nos estados.

Esse modo de ver dos baianos, paulistas e mineiros estava em desacordo com os termos firmados entre João Neves e Getúlio Vargas. Assim, era preciso encontrar uma

¹¹⁸ A SITUAÇÃO POLÍTICA: a minoria parlamentar deu poderes ao seu líder para se entender com a maioria. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2.05.1936.

maneira de colaborar com o governo de modo a não “desvirtuar o papel da minoria na Câmara como elemento de controle e crítica dos atos da administração”. Coube a Otávio Mangabeira “dentro desse objetivo que controlava todas as divergências”, apresentar uma solução para o caso. A minoria atenderia ao apelo do presidente da República, por intermédio da frente única do Rio Grande do Sul, representada pelo próprio líder da minoria, o deputado João Neves. O acordo estava justificado pela “delicadeza da situação e visava fortalecer o poder público na defesa da segurança nacional e do regime, por que todos se batem no mesmo espírito de conservação”.¹¹⁹

Desse modo, dado a aprovação do acordo pelos “soldados” da oposição e reconduzido o Sr. João Neves ao posto de líder da minoria, Otávio Mangabeira “anunciou o veredicto e prestou esclarecimentos sobre o espírito da resolução”. Segundo ele, ainda que a minoria não fugisse aos compromissos políticos, era preciso “entender-se com as forças da maioria, no sentido da marcha dos trabalhos legislativos”.

Já se sabia da impossibilidade de estender o acordo aos estados, conforme Vargas voltaria a confirmar na última reunião daquele 1º de maio, mas esse não era o ponto principal de reivindicação dos deputados de oposição. Preocupados com as garantias pessoais, o ponto nevrálgico do acordo era mesmo a questão das imunidades parlamentares. Assim, o congraçamento final daquela unidade de ponto de vistas seria mesmo durante a reabertura da Câmara dos deputados, no dia 3 de maio de 1936.

Reunidos no Palácio Tiradentes, em ambiente solene, deputados, senadores, membros do corpo diplomático, ministros de Estado, ministros da corte suprema, o cardeal Leme e altos funcionários do Estado, acompanhados por um punhado de populares, ouviam uma mensagem do presidente Getúlio Vargas, levada aos parlamentares por um secretário que o representava.

Aberta pelo senador baiano Medeiros Neto, a sessão de congraçamento entre maioria e minoria parlamentar foi inaugurada com a leitura de um “importante documento”. O ministro da justiça entregou ao senador Medeiros Neto o decreto que suspendia as restrições impostas às imunidades parlamentares, “em consequência da equiparação ao estado de guerra e da

¹¹⁹ Cabe destacar que todas estas negociações ocorriam antes da reabertura da Câmara em processo de reforma que, inclusive, realizou significativas mudanças na estrutura física que tiveram impacto direto nas performances dos deputados, pois eliminou as bancadas em separado, principalmente a paulista e mineira.

comoção intestina grave em todo território nacional”. Os aplausos se repetiram até o final da sessão, marcada por discursos de unidade nacional, unidade de vistas, combate aos extremismos, bem estar social e princípios cristãos do povo brasileiro.

No recinto, a oposição estava representada por João Neves, Batista Lusardo, Sampaio Correia, José Augusto, Daniel de Carvalho, Ubaldo Ramalhete e outros “soldados” de menor vergadura. Otávio Mangabeira, Artur Bernardes e Roberto Moreira, por sua vez, não compareceram.¹²⁰

Evidenciavam-se as divergências entre a oposição, que desde janeiro caminhava para um acordo com o governo central. Entrevistas de João Neves e Otávio Mangabeira, publicadas no mesmo dia na imprensa carioca, eram reveladoras da especulada cisão da minoria. Ao que parece, acompanharam o Rio Grande do Sul o seu congênere do Norte e os mineiros, restando aos baianos e paulistas o apoio de poucos deputados. Assim, Vargas conduzia o governo que caminhava para uma ditadura com largo apoio. Aprovou facilmente, ainda em junho, a prorrogação do estado de guerra e em julho, a autorização para processar os deputados presos.¹²¹

Na oportunidade, coube ao octogenário Seabra combater a aprovação do pedido na tribuna. Recorrendo aos discursos irônicos com os quais já havia se acostumado a criticar o governo baiano, Seabra acusou o presidente de querer prolongar um estado de guerra quando o país estava em paz. Julgava ser aquele quadro uma desatenção da minoria para com o país,

¹²⁰ A oposição recusou fazer parte da mesa diretora na reabertura da Câmara, mas as comissões foram preenchidas com parte dos seus membros: Henrique Dodsworth e Daniel Carvalho permaneceram na Comissão de Finanças, também a ela foi incorporado Orlando Araújo que era da maioria e passou integrar a oposição; na de Justiça continuou o deputado Artur Santos, bem como Roberto Moreira; na Comissão de Diplomacia, Eurico de Souza Leão e Alípio Costallat; na de Tomada de Contas, Ubaldo Ramalhete e Aldo Sampaio; na de Educação, Lontra Costa e Luiz Viana Filho; na de Segurança, Domingos Velasco e Plínio Tourinho, na de Legislação Social, Jair Tovar e Laerte Setubal, na de Agricultura João Clophas e Paula Soraes; na de obras, Rodolpho Motta Lima e padre Macário. O pedido de prorrogação do estado de guerra foi combatido por apenas 11 deputados, entre os quais os baianos Otávio Mangabeira, Seabra, Pedro Lago e Pedro Calmon. Os demais foram Café Filho, Durval Melchiades, Motta Lima, Sampaio Corrêa, Rego Barros, Teixeira Pinto e Artur Santos. A SITUAÇÃO POLÍTICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4.05.1936.

¹²¹ A CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVOU ONTEM, POR 158 VOTOS, A PRORROGAÇÃO DO ESTADO DE GUERRA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 06.1936. Para os dirigentes do jornal *A Batalha*, o fracasso da fórmula entre a minoria de oposição e o governo se dava por várias razões: “quase a totalidade dos membros da minoria, isto é, todos, menos os gaúchos, desaprovaram a prorrogação das tréguas políticas ou da transformação das simples tréguas em acordo definitivo da oposição com o governo. Em segundo lugar, da parte do Sr. Getúlio Vargas, teria havido uma declaração de que o acordo não mais interessaria ao governo. Com efeito, parecia que para os oposicionistas gaúchos, o acordo deveria ser uma espécie de permuta: a oposição ensarilharia as armas e em troca, o governo concordaria com uma candidatura presidencial emanada dos arraiais oposicionistas. [...] Essa fórmula, no entanto, apresenta [va] a conveniência de impor um candidato que não partiria apoiado pela totalidade da nação”. O FRACASSO DO ACORDO POLÍTICO. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 28.07.1936.

acentuando que deveria haver por ali “qualquer combinação presidencial que ninguém queria contrariar”. Afirmou aceitar qualquer repressão contra os comunistas, contanto que fossem feitas dentro da constituição, imputando aos seus pares, a responsabilidade de estarem sendo insensíveis aos colegas presos. A galeria, repleta de mulheres, esposas dos militares presos e dos deputados, segundo registrou *Correio da Manhã*, aplaudia vivamente o discurso do deputado baiano.¹²²

Os membros da minoria dissidente questionavam a solicitação para a prorrogação do estado de guerra quando no período mais agudo da “subversão comunista” controlou-se a ordem somente com estado de sítio. Segundo afirmou Otávio Mangabeira, o comunismo havia sido um achado para o Getúlio Vargas, bem como o governo havia sido um achado para o comunismo. O deputado forçava essas relações tomando por base a campanha da Aliança Liberal, de 1930, que no primeiro momento foi feita com o apoio de Luiz Carlos Prestes. Praticamente isolado na oposição, visto que até mesmo os paulistas do PRP estavam inclinados a se submeterem aos interesses de Vargas, Otávio Mangabeira passou a recorrer aos discursos de que cabia ao exército e a marinha salvar o Brasil do opróbrio.¹²³

Essas intrigas políticas do cotidiano parlamentar, quase sempre desprezadas nas análises sobre a formação do regime de governo varguista no Brasil, revelam as divergências entre as frações de classes que disputavam o poder com o governo central e servem quase como uma demonstração didática de como ocorreu a crise de hegemonia no país naquele

¹²² A CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVOU ONTEM, POR 158 VOTOS, A PRORROGAÇÃO DO ESTADO DE GUERRA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21.06.1936; APROVADO O PEDIDO PARA PROCESSAR OS DEPUTADOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27.7.1936. Até o jornal carioca *A Batalha* que sempre dava divulgação e crédito às ideias de Otávio Mangabeira, passou a criticar duramente a sua postura, afirmando que ela havia se tornado mesquinha e personalista, preferindo ver Getúlio Vargas deposto a combater o avanço do comunismo no país. BARATA, Júlio. DILEMA BRASILEIRO. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 10.07.1936.

¹²³ No dia 22 de agosto de 1936 Otávio Mangabeira fez a leitura de uma carta encaminhada aos deputados pelo irmão João Mangabeira, preso desde março. Entre outras acusações, João Mangabeira afirmava que o “estado de guerra no Brasil era feito entre churrascos e canjicadas”, prova do quanto àquela prorrogação era manobra do governo Vargas para se manter no poder. Ainda em julho J.J. Seabra voltou a tribuna fazendo estas mesmas analogias entre governo e crescimento do comunismo no Brasil. Para ele, tanto o governo federal quanto os estaduais davam guarida aos comunistas para justificarem seus atos de violência. Exemplo disso seria o governador baiano Juraci Magalhães, acusado pelo parlamentar de dar cobertura à fuga do próprio irmão na fazenda de Lauro Passos, na Bahia, segundo Seabra, com o apoio do Ministro Marques dos Reis. Para ele, não havia igualdade de critérios na punição dos envolvidos com a insurreição comunista de 1935. Ver: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13.08. 1936 e 22 .08.1936. O discurso de Seabra foi transcrito no jornal *A Batalha*. O COMUNISMO NA BAHIA. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 24.07.1936. Nessa matéria há informações de que Juraci Magalhães sabia do teor dos telegramas que seguiam do Norte para o sul do país porque os interceptavam, por isso, quando o movimento irrompeu em novembro de 1935, estava preparado para enfrentá-lo.

período.¹²⁴ Conforme afirmou Francisco Weffort, a burguesia só encontra unidade de classe na luta política quando se submete a um chefe.¹²⁵ Nesse sentido, é que as oposições coligadas retomaram a questão da sucessão presidencial em setembro de 1936. A proposta era que se indicasse à futura presidência, um nome que recebesse apoio unânime dos deputados e para o qual eles deveriam elaborar um plano administrativo sem a intervenção de Getúlio Vargas.

Para Mangabeira, essa escolha e esse plano deveriam se processar entre os líderes da minoria e da maioria, mas tão logo saberiam que Getúlio Vargas, na condição de árbitro do Estado, teria papel definitivo na questão da sucessão presidencial, sobretudo porque queria assegurar a conservação da nova estrutura orgânica que esboçou para o Estado brasileiro no pós-revolução.

Ao tempo que buscava dialogar com o parlamento, Vargas investia no controle das massas populares com o apoio desses mesmos parlamentares. Foi com este objetivo que o deputado baiano Pacheco de Oliveira, da bancada situacionista, apresentou e aprovou no Congresso um projeto de propaganda do regime que visava educar o povo contra as ideias extremistas e elevar a atuação do governo como protetor das massas.¹²⁶

Porém, nem mesmo esse processo de submissão a um chefe se daria sem atritos entre os deputados da minoria parlamentar. A Frente Única do Rio Grande do Sul, liderada por João Neves, defendia que primeiro deveria ser elaborado um programa e a este se subordinaria um candidato. Desse modo, a escolha de um nome seria em torno de ideias e não de pessoas. Os demais integrantes das oposições coligadas julgavam que o lado racional da elaboração de qualquer programa implicava na escolha do nome da figura nacional que cumpriria executá-lo

¹²⁴ Gramsci conceitua essa atividade parlamentar de pequena política, “que compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações e uma mesma classe política”. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. vol 3. Notas sobre o Estado e a Política. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.p.21.

¹²⁵ WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira...* p. 29.

¹²⁶ Ver: AS BASES DE UM ACORDO POSSÍVEL. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9.09.1936; PODER LEGISLATIVO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, .09.1936. A aquiescência das classes populares também contribuía para a escalada do governo central. O fortalecimento dos laços entre Estado e Igreja na década de 1930 muito contribuiu para este propósito. No ano de 1936 o governo reconhecia publicamente o papel da Igreja para com o Estado e os impactos para a legislação social dessa parceria. O ministro do trabalho afirmou que a Constituição de 1891 era pagã, mas a Revolução de 1930 teria restaurado a relação cristã com a Constituição, primeiro permitindo o ensino religioso e depois pela coordenação dos sindicatos pelos ciclos operários católicos e a sistematização das atividades sociais. Ver: O SENTIDO NOVO DA LEGISLAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22.09. 1936. Uma importante discussão sobre a relação social/político como forma de cooptação das classes trabalhadoras pode ser vista na segunda parte da obra *A legalização das classes trabalhadoras*, de Bernard Edelman, já citada nesta pesquisa.

como supremo magistrado. A divergência afastou João Neves definitivamente da liderança da Frente Única, mas esta continuou as negociações com o governo.¹²⁷

A forma como se fortalecia as bases do governo Vargas se revelava a cada pedido de manutenção de estado de guerra que fazia ao congresso. Assim, quando em setembro daquele ano Vargas pediu mais uma vez a prorrogação do estado de guerra para o país, a minoria exigiu apenas duas restrições, entre as quais uma era para a censura, no intuito de assegurar o amplo debate sobre a sucessão presidencial. Apenas três deputados votaram contra. Otávio Mangabeira, mais uma vez, daria uma declaração que parecia prevê o golpe de 1937:

Conhecem-se as intenções oficiais. Só se deve escolher candidato depois de 3 de janeiro, isto é, depois que os governadores estiverem, todo eles, incorrido na incompatibilidade eleitoral. A censura cair sobre a imprensa, anestesiando o país. Há, contudo, livre curso para quaisquer notícias relativas, favoravelmente, já se vê, à prorrogação do mandato do atual detentor do poder, ou mesmo a tese, em geral, da prorrogação dos mandatos. Governos houve, na América Latina, que ousaram pretender perpetuar-se. Mas a era deles extinguiu-se, mesmo nos países, menos cultos, ou de menores responsabilidades. Que afronta para o Brasil o de admitir na nossa pátria, ainda que só por hipótese, ou como objeto de conversas ou de comentários nos jornais, a perpetuação de um governo, que já ousou, por sinal, suceder-se a si próprio. É porque vejo no Estado de Guerra, inteiramente discricionário para a repressão do comunismo, uma das peças da máquina construída contra a nação para impedir o exercício da soberania popular, na escolha dos seus governantes, que lhe recuso ainda mais uma vez, o meu voto, e lavro contra ele o meu protesto.¹²⁸

O apelo de Otávio Mangabeira não encontrou respaldo nem entre seus pares, nem junto às classes populares, das quais sempre estivera distante em toda a sua trajetória política. Estava claro que os regionalismos não permitiam que as oposições mantivessem uma linha de atuação coesa. Conforme afirmou Demier, “paulatinamente, o federalismo

¹²⁷ Segundo o jornal carioca *Correio da Manhã*, com a saída de João Neves da liderança da Frente Única passou-se a cogitar o nome de Otávio Mangabeira para assumir as negociações, que disputava com o líder paulista do PRP, Roberto Moreira. Isso implicaria, entretanto, na saída do Rio Grande do Sul da condução do acordo, o que não se verificou, recaindo sobre Borges de Medeiros essa responsabilidade. Este, por sua vez, nunca assumiu formalmente esta liderança, entregue mais tarde a Batista Lusardo. A SITUAÇÃO POLÍTICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12.9.1936.

¹²⁸ PODER LEGISLATIVO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12.9.1936, 19.9.1936.

burguês-oligárquico liberal, fiel aos sentimentos e prioridades políticas de sua base social, fornecia as armas para seu futuro carrasco”.¹²⁹

Cindida as oposições coligadas, parte dos deputados acompanhou João Neves na elaboração da Comissão mista, arranjada entre os membros da minoria frentista (referência da imprensa à oposição feita pelo Rio Grande do Sul, através da Frente única daquele estado) e da maioria para debater a questão de sucessão presidencial.¹³⁰ Mal tinha sido esboçada, a Comissão já se apresentava fadada ao fracasso. Formada em 3 de novembro de 1936, com três deputados de cada uma das bancadas, a Comissão era presidida pelo próprio presidente Vargas. A acachapante indecisão da minoria em torno desse aspecto era comparada pela imprensa carioca ao modo de fazer política do próprio governo: “A minoria faz como o senhor Getúlio Vargas no resolver dos problemas. Ou melhor, não resolvê-lo, e dar tempo ao tempo na clássica atitude de deixar como está para ver como fica”.¹³¹

Assunto proibido de ser comentando publicamente entre os parlamentares por um acordo que nunca chegou a se firmar, a questão da sucessão presidencial ganhou fôlego a partir de um discurso de Juraci Magalhães, que ao receber o presidente Vargas no estado da Bahia, deu a entender que não estava inclinado a apoiar a sua reeleição. Toda a imprensa e Câmara Federal voltavam o olhar para este estado. Especulava-se, inclusive, que Juraci Magalhães buscava apoio junto ao governador de Pernambuco para embargar

¹²⁹ Demier, *O longo Bonapartismo Brasileiro...* p. 134.

¹³⁰ Os gaúchos defendiam um *modus vivendi* traçado num octólogo e não se compatibilizavam com a fórmula da sucessão presidencial apresentada por Otávio Mangabeira, acompanhada pelo diretório da minoria. Em resumo pretendia o deputado baiano: 1. Escolha do candidato à presidência da República, nome em torno do qual se deverá processar a pacificação da política nacional; 2. Elaboração de um programa de governo, por comissão mista, da maioria e da minoria, presidida pelo candidato escolhido; 3. Conclusão dos trabalhos de coordenação até 31 de dezembro para permitir que o candidato escolhido, se fosse governador de estado se desincompatibilize dentro do prazo constitucional; 4. Realização de uma grande assembléia nacional, para a discussão do programa governamental e a proclamação oficial do candidato à presidência da República. Em 19 de setembro de 1936, os representantes das oposições coligada cederam ao Rio Grande do Sul, e em carta que foi publicada pela imprensa carioca, autorizou que ela continuasse o entendimento com o governo para resolver a questão da sucessão presidencial. Em novembro, a situação ainda não tinha sido resolvida. João Neves desligou-se das oposições, assim como da Frente Única do Rio Grande do Sul, criando uma espécie de oposição independente. O deputado lançou um manifesto à nação explicando a cisão, ao qual respondeu, pela minoria, o deputado baiano Otávio Mangabeira. Dizia o manifesto-resposta que as oposições desejavam “a pacificação nacional, mas por forma que honre o Brasil, e não afunde, ainda mais, na sua reputação, ou nos seus créditos, a nossa democracia”. Em dezembro de 1936, após ter censurado um artigo que mandara publicar na imprensa, Otávio Mangabeira fez incisivo discurso contra Getúlio Vargas na Câmara de Deputados perguntando, ironicamente, se ainda era possível um representante da nação exercer livremente o seu mandato. Ver: *A Batalha*, Rio de Janeiro, 12.09.1936. *A Batalha*, 19.09.1936. UMA RÉPLICA AO MANIFESTO DA FRENTE ÚNICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1.12.1936; Poder legislativo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10.12.1936.

¹³¹ A COMISSÃO MISTA COZIDA EM ÁGUA FRIA. *Correio da Manhã*, 7 .11.1936.

qualquer possível recondução de Vargas ao Catete. Mais tarde, receberia também o governador Benedito Valadares, de Minas Gerais, na região do São Francisco. Em 1937, seria esse governador o responsável pela indicação do nome de José Américo a candidato presidencial, com apoio irrestrito do governador da Bahia.

O ano de 1936 encerrava-se com mais um pedido de prorrogação de estado de guerra. No auge de seus 86 anos, foi ao deputado Seabra que coube fazer a crítica a mais uma manobra do presidente. Por longas e cansativas duas horas, o deputado autonomista desconstruía os argumentos do situacionismo. Foi seguido pelo colega de bancada Otávio Mangabeira que afirmava que o estado de guerra era um motivo de regozijo para os que sustentavam a “doutrina falsa de que a liberdade era incompatível com a ordem”. Encerrou o discurso proclamando a falência das instituições democráticas no Brasil.¹³²

Foi, porém, a estas instituições democráticas dadas como falidas, que o parlamentar baiano apresentou um requerimento no final de dezembro de 1936. No texto, pedia aos colegas que manifestassem ao presidente da república a “conveniência de serem postos em liberdade todos os presos sem culpa ou menor indício apontado no inquérito para apurar o levante de 1935”. A indicação recebeu apoio da maioria, inclusive da bancada baiana do PSD, em nome da qual falou Clemente Mariani, fazendo questão de acentuar a brandura e prudência do presidente em relação ao caso.

O pedido de Otávio Mangabeira era um verdadeiro achado de final de ano, pois permitiu reunir sob o mesmo ponto de vista um dos principais deputados que liderava a oposição ao governo e o próprio governo.¹³³ O requerimento configurou-se como ponto de partida para uma nova estratégia política de Vargas que, dando breve liberdade aos presos e às organizações políticas, em meados de 1937, reascendeu as divergências políticas entre comunistas e integralistas e aumentou o temor burguês em relação aos “extremismos”, fazendo com que os deputados viessem, mais tarde, a retroagir em relação a essa aprovação e apoiar facilmente as medidas que Vargas adotaria para combatê-las.

¹³² *Correio da Manhã*, 12.12.1936, 13.12.1936, 14.12.1936. A aprovação do estado de guerra ocorreu no dia 14 de dezembro por 165 votos a favor e 54 contra.

¹³³ Em crítica à atitude dos parlamentares, o articulista do *Correio da Manhã* afirmava que o fato de ser possível reunir no mesmo assunto os votos de Otávio Mangabeira e Getúlio Vargas mostrava que até as pedras se encontravam: “Encontram-se, sem, entretanto, se atrair, pois do atrito vem a faísca, da faísca resulta o lume, do lume pode irromper o incêndio.” REGO, Costa. O ERRO DA CÂMARA. *Correio da Manhã*, 25.12.1936.

6.3.1 A campanha para a sucessão presidencial, a UDB e o golpe de 1937

Conforme previa a Constituição de 1934, os políticos que pretendessem se candidatar à sucessão presidencial precisavam se desincompatibilizar de seus cargos na Câmara e à frente dos governos dos estados até janeiro de 1937. Portanto, fazia todo sentido a proposta de Vargas de apenas se falar em sucessão presidencial a partir daquele mês, já que, sem garantias de que seria escolhido candidato à sucessão, certamente nenhum governador ou deputado iria arriscar em afastar-se de seus postos de mando.

Na ausência de nomes de expressão nacional ou que tivesse força política nos principais estados da nação, Vargas certamente buscaria aprovação para se manter no cargo. Para tanto, precisaria do apoio de dois terços do Congresso para alterar a Constituição. Nessa empreitada, o apoio dos governadores era fundamental, mas ele não viria como o planejado, e, principalmente, os governadores da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, respectivamente Juraci Magalhães, Lima Cavalcante e Flores da Cunha, em consulta feita a pedido de Vargas pelo ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, combateriam abertamente a sua proposta.¹³⁴

No entanto, antes mesmo que houvesse um consenso em torno de nome para substituir Vargas pela maioria parlamentar, já se sabia qual seria o seu possível adversário. Ainda em dezembro de 1936, Armando Sales renunciou ao governo de São Paulo e com esse gesto de desincompatibilização com o cargo de governador no prazo de um ano colocava-se à disposição para a luta de sucessão.¹³⁵

Para Carolina Soares Souza, as eleições presidenciais para o início de 1938 não estavam no horizonte político de Armando Sales, mas a proposta de prorrogação de mandato feita pelo então presidente Getúlio Vargas redirecionou os seus objetivos e posicionamentos políticos que passaram a pautar-se por três grandes ameaças: a ANL, os integralistas e a retomada da ditadura varguista, experimentada entre 1930 e 1934.¹³⁶

¹³⁴ PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSPAM, Mário. Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. *Dossiê Estado Novo. 60 anos*. Revista de Sociologia e Política. n.9. 1997. p.7-23.

¹³⁵ Há especulações na imprensa carioca de que Armando Sales alimentava esperanças de ser o candidato oficial do governo. Desde outubro de 1936 já se especulava sobre essa candidatura, mas Vargas não poupou esforços para dissuadi-la.

¹³⁶ SOUZA, Carolina Soares. *“Para que o Brasil continue”*: memória e história de um grupo derrotado na política nacional (1933-1945). 2016. 196 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2016. p.62.

No início de janeiro de 1937, a bancada paulista do Partido Constitucionalista (PC) já se mostrava hostil em relação ao governo. O cenário para discutir a sucessão de Vargas estava pronto.¹³⁷ Confrontando o presidente que insistia em dá mostras de que gostaria de permanecer no poder, o deputado Otávio Mangabeira observava: “Haverá sucessão, não há dúvida. Mesmo que não haja candidato (*risos*). O método, já se sabe qual será: o das eleições clássicas (*risos*). A sucessão dos ‘si próprios’ pelos ‘si mesmos’ é uma conquista da época”.¹³⁸

Aguardava-se uma convenção organizada pelos deputados “frentistas” e pela maioria situacionista para lançar um nome à sucessão. As oposições coligadas criticavam o arranjo. Para Mangabeira, uma convenção nacional só poderia ter validade se fosse realizada pelos partidos, organizada com base em seus estatutos e sem a intervenção dos governos da união e dos estados. Do contrário, só iriam repetir erros do passado, condenados pela Aliança Liberal. Nos moldes em que pensava o parlamentar baiano, era preciso também, estimular o interesse dos eleitores, quase sempre indiferentes à política no Brasil, resultado da falta de confiança no processo eleitoral viciado da República Velha, que ele mesmo defendeu até o último momento.¹³⁹

Aos poucos, o debate sobre a política regional foi dando lugar aos debates da política nacional nos estados. No parlamento, a trégua nas discussões teve seu fim logo no início de março quando mais uma vez o governo solicitou prorrogação do estado de guerra para o Brasil. Os discursos de Otávio Mangabeira não impediram a aprovação do documento, que recebeu 141 votos a favor contra 35 da oposição. Até mesmos os constitucionalistas de São Paulo, que desde o final de 1936 já hostilizavam o governo, votaram em favor da medida.¹⁴⁰

Em maio de 1937, realizou-se a convenção para a escolha do candidato à presidência. O congresso foi organizado pela maioria parlamentar e por setores da minoria (Rio Grande do Sul e as oposições independentes), que apresentaram o nome de José

¹³⁷ Segundo Carolina Souza, a candidatura de Aramando Sales já era esperada pelo governo desde 1936 quando o então governador de São Paulo realizou um discurso defendendo a democracia, em São José do Rio Preto, no dia 18 de outubro. Daí até a sua renúncia, muitos encontros e desencontros foram registrados entre ele e Vargas e seu afastamento se deu, em definitivo, no mês de dezembro.

¹³⁸ PODER LEGISLATIVO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13.01.1937. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6.3.2018.

¹³⁹ A CONVENÇÃO E A MINORIA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31.01.1937. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6.3.2018.

¹⁴⁰ O PODER LEGISLATIVO, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3.03.1937. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6.3.2018.

Américo como sucessor a Vargas. A maioria parlamentar estava nucleada por Minas Gerais e a articulação para o lançamento da candidatura de José Américo foi feita por Benedito Valadares. Dissimulava-se não haver participação do governo na indicação. De fato, não há registros de Vargas apoiando oficialmente a candidatura, mas sabe-se que ela saía quase que como uma candidatura oficial.¹⁴¹

Fora do acordo oficial, as oposições coligadas, lideradas por Otávio Mangabeira e pelo Partido Constitucionalista de São Paulo, confirmariam o nome de Aramando Sales como candidato de oposição. No mês de abril de 1937, lançaram o livro *Jornada Democrática*, reunindo todos os discursos políticos pronunciados pelo ex-governador de São Paulo. A obra constava ainda de um anexo com trechos de mensagens apresentadas à Assembleia Legislativa, em 1936, e de informações sobre as realizações do ex-governador à frente da administração do estado paulista. No texto, há uma tentativa de valorizar a federação e ressalta-se um projeto político de viés liberal que defendia a “autonomia dos estados, o pacto federativo, o voto secreto, os investimentos na educação e na cultura, a consolidação da ordem constitucionalista”, além do respeito às liberdades individuais.¹⁴²

No início de junho, em entrevista na capital do país, já em campanha presidencial, Armando Sales de Oliveira anunciou a criação de um partido nacional, a União Democrática Nacional (UDN), como órgão político de expressão do movimento.¹⁴³ A *União* registraria a legenda e o pleito eleitoral deveria ocorrer em todos os estados sob a mesma. A ideia era do deputado Otávio Mangabeira que trabalhava para tornar a candidatura de Aramando Sales uma expressão nacional, uma vez que ela estava visceralmente ligada apenas ao estado de São Paulo.¹⁴⁴

Para o *Correio da Manhã*, que já havia se colocado ao lado da candidatura de José Américo, a UDN era um partido nacional criado tão somente pela contingência da luta, reunindo sob o mesmo signo eleitoral as ideologias econômicas e sociais. Além

¹⁴¹ A SITUAÇÃO POLÍTICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25.03.1937. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6.3 2018.

¹⁴² SOUZA, op. cit., 2016, p. 92.

¹⁴³ O discurso de Armando Sales pode ser conferido em: OLIVEIRA. Armando de Sales. *Escritos Políticos*. São Paulo: Arx, 2002, p. 375.

¹⁴⁴ A CAMPANHA DA OPOSIÇÃO, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2.6.1937. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6.3. 2018.

disso, denunciava a dificuldade de Armando Sales em dialogar com as massas populares e criticava o aspecto elitizado de sua campanha.¹⁴⁵

A legenda “União Democrática Nacional” já havia sido registrada por Bruno Silva, no Rio Grande do Sul, razão pela qual o partido passou a chamar-se Concentração Democrática Nacional e depois União Democrática Brasileira, UDB. O partido teve uma existência curta, mas a campanha que realizou entre os meses de junho e setembro de 1937 revelam o projeto apresentado pela minoria parlamentar como alternativa ao governo de Getúlio Vargas.

A primeira reunião liderada pelo deputado Otávio Mangabeira para a organização da agremiação política de caráter nacional, ocorreu no dia 11 de junho de 1937. Na ocasião, compareceram deputados das seguintes oposições: 2 da Amazonas, 3 do Pará, 1 de Pernambuco, 1 de Alagoas, 3 da Bahia, 3 do Distrito Federal, 4 do Rio de Janeiro, 10 de Minas, 1 dissidência do PRP, 1 de Mato Grosso, 2 do Paraná, 2 de Santa Catarina, 1 da dissidência Libertadora gaúcha, 1 classista. Os demais eram do situacionismo peceitas (Partido Constitucionalista de São Paulo) e do Partido Liberal gaúcho. Além dos deputados, integravam o grupo os senadores Moraes Barros, Cesário de Melo e Jomes Rocha.¹⁴⁶ A presidência do Partido ficou com Artur Bernardes e a Comissão Executiva foi composta por Otávio Mangabeira, João Carlos Machado, Antônio Carlos e Waldemar Ferreira. Naquela mesma data seria lançada a candidatura de Plínio Salgado pela Ação Integralista Brasileira (AIB).¹⁴⁷

¹⁴⁵ ENQUANTO SE ESPERA UMA ENTREVISTA COLETIVA NUM PALACETE DA AVENIDA ATLÂNTICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2.6.1937. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6.3. 2018.

¹⁴⁶ A SITUAÇÃO POLÍTICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11.6.1937. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6 mar. 2018. A UDB ficou registrada junto ao TSE com os seguintes partidos regionais: Partido Trabalhista Amazonense e Partido Radical Republicano do Amazonas, do estado da Amazonas; Frente Única, do Pará; Partido Social Democrático, do Ceará; Aliança Social, do Rio Grande do Norte; União Democrática Espiritosantense e Partido da Lavoura, do Espírito Santo; Aliança Autonomista Fluminense e Partido Social Democrático do Estado do Rio, no Rio de Janeiro; Partido Constitucionalista, de São Paulo; União Republicana Paranaense e o Partido Liberal, do Paraná; Legião Republicana Catarinense e Partido Republicano Liberal, de Santa Catarina; Partido Republicano Liberal do Rio Grande do Sul, Partido Republicano Castilhistas e União Democrática Nacional, do Rio Grande do Sul; Partido Republicano Matogrossense, no Mato Grosso; Partido Republicano Mineiro e Partido Progressista Democrático, em Minas Gerais; Partido Libertador Carioca, Partido Republicano do Distrito Federal, Partido Popular Democrático, Partido Libertador Carioca, Partido Evolucionista e Núcleo Eleitoral Pró-emancipação Carioca, no Distrito Federal; Concentração Autonomista, da Bahia. Assinou pela Bahia o advogado/deputado Luíz Viana. De acordo com o artigo 166 da Lei n. 48, de 04 de maio de 1935, aquele partido tinha ação em todo âmbito nacional. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1937 p. 2. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso 05 maio 2016.

¹⁴⁷ Jornal *A Razão*, do Rio de Janeiro registrou também, o nascimento da UDB: REGISTRADA A UDB – O Superior Tribunal Eleitoral concedeu registro à União Democrática Brasileira como partido de âmbito nacional.

Importante destacar que o grupo que liderava a campanha era heterogêneo. Antônio Carlos e Artur Bernardes até então eram políticos irreconciliáveis. O mesmo se pode dizer da relação entre Otávio Mangabeira e Antonio Maciel, o primeiro com os direitos cassados pelo segundo nas eleições para a composição da Assembleia Nacional Constituinte, no ano de 1933. Porém, a maior dificuldade encontrada era convencer a todos da necessidade de dar um caráter nacional à campanha.

Para Otávio Mangabeira, essa seria uma forma de a oposição voltar à Câmara Federal coesa e com força política, uma expressão do partido nacional de oposição de norte a sul do país; para os demais membros da UDB, como Prado Kelly e Raul Fernandes, um partido de caráter nacional poderia dificultar os novos acordos entre a oposição e as situações locais, caso Armando Sales perdesse as eleições, uma evidente declaração de que em jogo estavam os interesses pessoais e da classe que representavam e não, necessariamente, a defesa das instituições liberais tal como divulgavam.¹⁴⁸

Exemplo dessa postura reticente foi o silêncio da minoria durante as discussões na Câmara naqueles meses de campanha. Em análise dos anais daquele ano, na ocasião em que se votavam projetos do governo, a minoria não se pronunciou. Aliás, os debates travados pelos líderes das oposições coligadas foram sensivelmente diminuídos justamente no momento em que as acusações ao governo deveriam ser mais incisivas.

O fato é que a partir daquele mês, a rica campanha de Armando Sales, conforme definiam os articulistas do *Correio da Manhã*, seria objeto de muitas mudanças. Havia um apelo por parte das oposições para que ela passasse a representar uma alternativa à crise instalada no país. Desse modo, palavras de ordem como “democracia”, “era democrática”, “salvação” e “unidade nacional”, conforme destacou Carolina Souza, passaram à

Jornal *A Razão*, 26.08. 1937. n. 370. Ano II. Três dias depois, o mesmo jornal publicou que a UDB teria aberto a semana se alistamento, esperando registrar 40.000 mil eleitores. Pouco menos de um mês, é o mesmo jornal que também noticia o fim do incipiente partido. Na matéria “Morte Prematura” afirma: “agita-se a União Democrática Brasileira nos estertores da agonia. Nenhum médico poderá salvá-la da morte inevitável que se aproxima com a rapidez dos meteoros aos ruídos das turbulentas alegrias americanistas. O golpe foi fatal: quebrou-lhe a espinha dorsal com a renúncia do sr. Flores da Cunha. Arrastando-se cambaleando e trôpega, restam-lhe apenas alguns melancólicos dias de vida. Antônio Carlos, Otávio Mangabeira, Artur Bernardes, João Carlos Machado e outros membros da suas desditosa família-velha alcoviteira, no espasmo das dores insuportáveis, amaldiçoando o destino ingrato com o rictus sinistro dos condenados. Pobre UDB! Extinguiu-se tão cedo, quando ainda ressoam nos ouvidos majoritários os ecos pirotécnicos do seu contentamento infantil naquela noite traquinas do Campos da América. *A Razão*, 24.10.1937, p.3. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 04.05. 2016.

¹⁴⁸ *Correio da Manhã*, 11 e 17.06.1937; 16.07. 1937. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6.03. 2018. A campanha nacional da candidatura de Armando Sales foi lançada em 16 de julho de 1937.

centralidade de seus discursos. Se havia medo do perigo comunista entre os brasileiros, era preciso destacar que o perigo maior estava, justamente, numa possível prorrogação de mandato por Getúlio Vargas. Para combater tal ideia era preciso que brasileiros de todos os estados, sob o argumento da unidade nacional, fossem às urnas combatê-lo com o voto.

Otávio Mangabeira teve importante papel nessa campanha, sobretudo na elaboração do programa da UDB e na elaboração e divulgação da narrativa de uma candidatura nacional. O “Evangelho da União Democrática” esboçado por ele prescrevia:

1. democracia, com manutenção do voto secreto, justiça eleitoral, pluralidade partidária e sistema de representação proporcional; 2. Defesa das liberdades públicas; 3. preparação política do povo pela educação; 4. Defesa do regime federativo; 5. Preservação da intocabilidade da carta de 16 de julho; 6. Observância das regras do jogo democrático.¹⁴⁹

A campanha confrontava-se com as iniciativas de centralização política adotadas por Vargas. Com promessa de estabelecer a unidade nacional, assegurando o pacto federativo, as oposições coligadas buscavam apoio nos diferentes grupos dominantes e na população dos diferentes estados. Conforme destacou Carolina Souza, além da promessa de salvação nacional, a campanha de Armando Sales enfatizava a ação empreendedora e a administração eficiente e neutra, que marcavam a nova racionalidade na gestão da coisa pública.¹⁵⁰

Mas o investimento na construção da imagem do candidato Armando Sales e do estado de São Paulo como modelos não surtiu o efeito desejado, e de acordo com os jornais analisados, ainda que se tentasse evitar uma imagem ligada aos interesses regionais, a candidatura de Sales não fugiu a essa interpretação por parte das frações dominantes nos diferentes estados que, se vendo integradas num projeto político nacional de Vargas, não queriam arriscar que as decisões políticas voltassem a ser pautadas somente pelo estado paulista.

Assim, a campanha que começou tão empolgante, aos poucos foi perdendo força. No início de setembro de 1937, o governo havia pedido a renovação do estado de guerra.

¹⁴⁹ RAMOS, Plínio de Abreu. *Os partidos paulistas e o Estado Novo*. Petrópolis: Editora Vozes. 1980 p. 197. *Apud* SOUZA, op. cit., 2016, p. 106.

¹⁵⁰ SOUZA, op. cit., 2016, p. 109.

Quase não se falava mais em sucessão presidencial e a UDB anunciava a retirada da candidatura de Armando Sales, em função (e protesto) desse pedido. Ainda em outubro, o governo decretou intervenção federal no estado do Rio Grande do Sul, levando o governador Flores da Cunha, principal articulador para a escolha do nome de Armando Sales, à renúncia e auto-exílio no Uruguai.¹⁵¹

Com a retirada da candidatura do paulista, as oposições passaram a considerar uma candidatura militar, defendendo a execução do estado de guerra pelo Exército ou pela Marinha, sem a participação de Vargas, através de uma emenda sugerida pelo deputado Raul Bittencourt. O pedido não foi atendido. Antônio Carlos e Otávio Mangabeira tentaram ainda uma manobra eleitoral, indicando nomes de militares ao governo. A medida visava reunir a maioria dos deputados em torno de um governo liderado pelo exército, mas, o contato com os generais Francisco de Andrade Neves, Guedes da Fontoura e Góes Monteiro e a recusa de todos eles dissuadiram Otávio Mangabeira.¹⁵²

Em reunião da UDB, no dia 8 de novembro de 1937, dois dias antes do golpe, a imprensa especulava um possível apoio das oposições à candidatura de José Américo, numa desesperada tentativa de levar adiante o processo de sucessão presidencial. A candidatura de José Américo será objeto de discussão no próximo capítulo. Por ora cabe esclarecer que, ao aceitar a indicação para a sucessão de Vargas, feita no primeiro momento por Assis Chateaubriand, que passou a apoiar Armando Sales de Oliveira, o paraibano, ex-tenente e romancista, que acompanhava Getúlio Vargas desde a campanha de 1929, quando liderou a Aliança Liberal em sua região, sabia que Getúlio Vargas buscava uma recondução no executivo.

Na campanha de 1937, tomada como o candidato oficial do Catete, ainda que Vargas jamais tivesse confirmado essa informação, José Américo era visto entre os tenentes remanescentes do movimento revolucionário como um nome capaz de reabilitar a revolução de 1930. Durante a campanha, buscou aproximação com as classes populares, o que lhe rendeu numerosas críticas. Além disso, disputava com Vargas o apoio da maioria dos deputados. Segundo afirmou em depoimento dado a Aspásia Camargo, Getúlio

¹⁵¹ A SITUAÇÃO POLÍTICA. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14.10.1937. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6.3. 2018.

¹⁵² Idem.

Vargas só detinha, no ano de 1937, a maioria do Senado, na Câmara, os deputados endossavam a sua candidatura.

Apesar do sucesso da campanha e do apoio da maioria, José Américo afirmou que se manteve cético quanto à vitória, sobretudo porque eram muitas as evidências de preparação de um golpe por parte do governo. Em certa ocasião afirmou que, para a manutenção do jogo democrático, estava disposto a procurar Armando Sales e sugerir que ambos renunciassem, “deixando a candidatura em favor de alguém que tivesse qualidades para a conciliação e inspirasse confiança a todos”. Sempre combateu a ideia de que o comunismo era uma ameaça para o Brasil naquele momento, e antes mesmo do golpe denunciou os planos de Getúlio Vargas na imprensa carioca.¹⁵³

A denúncia não alcançou os objetivos desejados. A 9 de novembro de 1937, Francisco Campos, que vinha elaborando a nova Constituição há alguns meses, assumiria o Ministério da Justiça, após o pedido de exoneração de Macedo Soares, datado do dia 5 daquele mês. Não havia mais tempo para manobras internas dentro da oposição. A 10 de novembro, Getúlio Vargas anunciava a sua permanência no poder. Com base num plano forjado pela cúpula do Estado, e mostrando a sua força política alicerçada no Exército, Vargas desferiu o golpe que o manteve mais oito anos no comando do executivo brasileiro.¹⁵⁴ Estavam lançadas as bases para instalação do Estado Novo no Brasil.

Como podemos observar, e concordando com Dulce Pandolfi, o golpe de 10 de novembro de 1937 não pode ser lido como um desfecho natural da Revolução de 1930, mas como fruto de um processo de alijamento de importantes segmentos dos grupos dominantes, tanto das organizações civis quanto militares. A pouca resistência dos parlamentares que estavam na base do governo, portanto, longe de significar apoio irrestrito, revela “a complexidade de um processo regido pela ambição que tinham os diversos segmentos da sociedade de assegurar para si o controle da nova máquina de estado que se montava”.¹⁵⁵

¹⁵³ CAMARGO, Aspásia. *O nordeste e a política*, op. cit., p. 253-278.

¹⁵⁴ O plano a que nos referimos trata-se do “Plano Cohen”. Em setembro de 1937, segundo afirmou Thomas Skidmore, o Estado Maior teria descoberto um documento fabricado por integralistas que simulava um ataque comunista no Brasil. Entregue a Góes Monteiro por um oficial integralista, o capitão Olímpio Mourão Filho, o documento foi levado a Dutra e Getúlio Vargas, que aprovaram seu uso para preparar o golpe que seria dado em novembro. A denúncia do suposto “complô” comunista foi feita a 30 de setembro, e no dia 1 de outubro, o Congresso aprovou a suspensão dos direitos constitucionais que havia negado a Vargas no mês de junho. SKIDMORE, op. cit., p.59-60.

¹⁵⁵ PANDOLFI. op. cit., 1997. p.8.

Ambição esta presente no seio da maioria e da minoria parlamentar, que entraram em disputa para a retomada de seus postos de mando, subtraídos com a Revolução de 1930.

Percebe-se que o grupo de deputados que constituía a minoria parlamentar, entre os anos de 1935 e 1937, também desempenharam importante papel nesse processo que culminou no golpe de 1937. Portadores de um projeto de governo que se confrontava com aquele esboçado por Vargas, apesar de em número significativamente menor, as oposições coligadas dispunham de condições de arregimentar apoio entre os demais parlamentares. No entanto, profundamente marcados pelos interesses regionais e de classe, esses deputados não conseguiram manter uma coesão partidária, o que, evidentemente fortalecia o governo que já contava com uma robusta bancada de apoio, bem como com o Exército.

Parte dos deputados de oposição mantiveram-se em indefinição entre 1935 e 1936, e ainda que contrários ao continuísmo de Vargas cedia constantemente aos seus apelos ao Congresso, apoiando medidas de cerceamento das liberdades, inclusive as parlamentares e de imprensa. Isso não significa, porém, que estes deputados concordavam com Vargas. Como vimos nesta tese, várias frações desta oposição estavam dispostas a combater o projeto continuísta e a se lançarem como alternativas ao governo.

Para tanto, criaram as bases e consolidaram a fundação de um partido nacional, a União Democrática Brasileira, e este, ainda que de forma precária, realizou uma campanha emoldurada na defesa de um governo pautado na democracia, nas instituições liberais, nas liberdades individuais e no respeito ao pacto federativo como forma de superação da crise vigente no país, ainda que no último momento tivessem recorrido à ideia de um possível governo militar. Derrotado esse projeto, a atuação dessa minoria parlamentar foi reduzida pelo grupo vitorioso e a campanha de Armando Sales circunscrita aos limites do estado paulista.

O insucesso da campanha das oposições coligadas, no entanto, não pode ser confundido com irrestrito apoio ao golpe de 1937, o que não se registrou nem entre a maioria parlamentar. Assim como Vargas, a oposição também teve que recompor constantemente as suas alianças, e os caminhos e descaminhos dessas recomposições, quase sempre ausentes de parte da produção historiográfica, iluminam o tortuoso processo que culminou na implantação do Estado Novo no Brasil, e, além disso, justificaria as alianças que se efetivariam mais tarde, no declínio do regime.

CAPITULO VII

ESTADO NOVO: INSTITUIÇÃO E DECLÍNIO DO REGIME NA BAHIA

7.1. Os antecedentes do Golpe de 1937 na Bahia

Na Bahia tanto o PSD quanto os autonomistas trabalharam intensamente no alistamento eleitoral para as eleições que iriam se realizar a 3 de janeiro de 1938. Previa-se que iriam às urnas cerca de 500 mil eleitores.¹ A Campanha foi intensa, principalmente entre os meses de junho e setembro de 1937, mas desde o início de 1936 já se pode verificar no estado, matérias sobre o debate acerca da sucessão presidencial no país, um indicativo de que as discussões travadas pela situação e oposição na Câmara Federal tinham ressonância imediata na Bahia.²

É importante destacar que o Brasil viveu durante todo o ano de 1936 e início de 1937 sob o efeito do Estado de Guerra. Assim, a oposição feita ao governo de Getúlio Vargas e até mesmo ao governo de Juraci Magalhães pela imprensa autonomista esteve condicionada às rigorosas limitações impostas pela censura e pela Lei de Segurança Nacional. A partir daquele ano, porém, os autonomistas passariam a lidar com um governo no estado inclinado a afastar-se do governo central, e ainda que por razões diversas dos autonomistas, a defender a democracia no Brasil.

Consultado pelo presidente Getúlio Vargas, desde o início de 1936, acerca do problema da sucessão presidencial no Brasil, Juraci Magalhães, apesar de considerar que Vargas é quem deveria conduzir as *démarches* da campanha, demonstrou que não estava disposto a apoiar qualquer manobra de continuísmo.³

Durante o ano de 1936, em carta datada de 25 de agosto, ele diria mais uma vez a Vargas: “prefiro, como menos mal dos regimes, a democracia, organizada, sem o velho

¹ VOTARÃO 500 MIL ELEITORES NA BAHIA? *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30.7.1937.

² A CAMPANHA PELA SUCESSÃO PRESIDENCIAL, *Diário de Notícias*, Salvador, 10.2.1936; AS DEMARCHES PARA A SUCESSÃO, *Diário da Bahia*, 25.2.1936;

³ MAGALHÃES, Juraci. *Minhas memórias provisórias...* p. 274; CPDOC. GV 1936.02.08.

romantismo anacrônico, por permitir uma sedimentação de ideias mais consentâneas com os nossos interesses, de evitar maiores choques perniciosos da vida nacional”.⁴

Como se constatou nas missivas datadas de 1937, depositadas no arquivo de Getúlio Vargas, o presidente recebia aquela negativa com receios de que pudesse aflorar na Bahia qualquer movimento de resistência ao seu governo, e ainda que um possível enfretamento entre ele e o governo da Bahia fosse negado a todo tempo pelos deputados situacionistas, pela imprensa a serviço do PSD e pelo próprio Juraci Magalhães, o que se verificou no estado entre 1936 e 1937 foi uma contundente defesa da democracia brasileira pelo governador do estado, em clara oposição aos rumos que o Brasil ia tomando naqueles anos.

Essa nova orientação pode ser notada a partir de abril de 1936, período em que o governo constitucional de Juraci Magalhães completou um ano. Na ocasião, quando discursou ao povo baiano, ele afirmou que nos primeiros meses à frente do governo da Bahia nem tudo “correu com tranquilidade larga e clara dum belo rio de verão”, mas o governo encontrava-se num “desaguadouro ameno e tranqüilo, onde tudo que lhe podia turvar a alegria espontânea desaparece na glória deste instante em que vitorias (*sic*) em mim um pensamento coletivo, orientador da nova Bahia num novo Brasil”.⁵

Certamente, Juraci Magalhães apontava como “águas turvas” não apenas a sistemática oposição autonomista como as acusações que sofrera tanto por parte dos comunistas, que o acusavam de permitir a expansão da AIB no estado, quanto por parte dos integralistas, que o acusavam de proteção aos comunistas, especialmente o irmão Eliéser Magalhães e os amigos Anísio Teixeira e Agildo Barata, e de ser ele próprio um comunista.⁶

De início, Juraci Magalhães estava decidido a manter uma postura de aparente tolerância com todos esses grupos, mas ao sentir exacerbar a oposição, o crescimento e o fortalecimento de núcleos integralistas no Estado, não teve dúvidas em utilizar-se das prerrogativas do Estado de Guerra, e sob a justificativa de assegurar que a Bahia chegasse ao ano de 1937 gozando de “paz e ordem social”, determinou o fechamento de todos os núcleos integralistas, em setembro de 1936.

⁴ MAGALHÃES, Juraci. *Minhas memórias provisórias...* p. 275. CPDOC. GV 1936.08.25/1.

⁵ *Diário de Notícias*, Salvador, 25.04.1936. Uma análise sobre as controvérsias da defesa que Juraci Magalhães fazia a democracia pode ser vista em: LIMA, Aruã Silva de. *Uma democracia contra o povo: Juraci Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927-1946)*. Dissertação de Mestrado. UEFS, 2009.

⁶ Sobre as acusações ao governo de Juraci Magalhães tanto por parte de comunistas quanto dos integralistas e sobre a defesa feita por Clemente Mariani ao governador do estado ver: PRIMO, Jacira, *Integralista na Bahia em 1930. op cit.* Ver também Arquivo de Clemente Mariani e Getúlio Vargas, do CPDOC.

Segundo divulgado por jornais da grande imprensa, a medida tinha sido tomada com base em documentos apreendidos pela polícia baiana. Em entrevista ao jornal *Diário de Notícias*, no dia 3 de setembro de 1937, o secretário de Segurança Pública declarou que havia um plano de subversão integralista em curso: “talvez a 7 de setembro eles pudessem realizar o que pretendiam, que era, de acordo com as ordens recebidas do Rio, fazer o levante aqui, sendo que constava do plano os assassinios do Sr. Governador do estado, Secretários e demais autoridades graduadas.”⁷

Na edição seguinte, o jornal publicou uma entrevista com Juraci Magalhães. Segundo o texto, Juraci afirmava que o seu governo estava sendo tolerante tanto para com os comunistas quanto para com os integralistas, no sentido de prender somente pessoas que estivessem, de fato, implicados com os movimentos subversivos. Disse ainda que considerava um crime afirmar que o combate ao comunismo levaria, impreterivelmente, a uma necessidade de fortalecimento do integralismo. Para ele, o governo democrático estava suficientemente aparelhado para combater a todos os “extremismos”. Em relação ao fechamento dos núcleos integralistas justificou:

Contra o comunismo, absolutamente inadaptável ao ambiente brasileiro, até as pedras se levantariam, nas ruas, na hipótese de uma luta. O integralismo, porém, respeitados alguns dos fundamentos de nossa tradição e explorado, sorrateiramente o sentimento nacionalista do povo, teria possibilidades maiores na consumação delineada dos seus propósitos da constituição do regime. Por esse perfil ele tem que ser considerado com a máxima vigilância e prudência [...].⁸

Essa mesma justificativa foi dada pelo governador da Bahia aos demais governadores de outros estados em carta-dossiê impressa pela gráfica oficial. A missiva, datada de 11 de setembro de 1936 e possivelmente motivada pelas numerosas críticas e denúncias feitas por autonomistas e integralistas de todo o estado e por deputados federais e estaduais na Assembleia e na Câmara, destacava que os integralistas se arrogavam “à função de tuteladores

⁷ FECHADOS OS NÚCLEOS INTEGRALISTAS EM TODO O ESTADO, *Diário de Notícias*, Salvador, 3.9.1936.

⁸ FALA O SR. GOVERNADOR, *Diário de Notícias*, Salvador, 5.09.1936. Segundo Amélia Saback, o fechamento de núcleos integralistas levou à perseguição de muitos trabalhadores no interior do estado, aos quais se exigia carteira de dissociação da Agremiação Política para a manutenção em seus postos. Ver: ALVES NETA, Amélia Saback. *Os verdes às portas do sertão*. Doutrina e ação política dos integralistas na Bahia (1932-1945). Salvador: Sagga, 2018. Ainda sobre a relação entre integralistas e governo do estado, especialmente no sul da Bahia, ver: ARAÚJO NETO, Álvaro Souza de. *Os camisas-verdes na região cacauífera: atuação integralista no sul da Bahia*. Dissertação. Mestrado. UNEB, Campus V, 2016.

da ordem pública”. Nela, Juraci Magalhães afirmava que continuava a conduzir o seu governo pela mesma orientação já anunciada em público, de “ação repressora aos que realmente conspiravam pela ordem pública, deixando em paz os verdadeiros idealistas”. Assim, após elencar os nomes de todos os comunistas e integralistas presos no estado sentenciou:

Minhas atitudes são claras.

Amigo ou inimigo, sou-o às escancaras. Adversário de todos os opositores do regime, pela manutenção do qual e racional continuarei pugnando, a todo o poder que possa, extremo-me das duas ideologias conflitantes no cenário mundial e permaneço fiel ao regime a que sirvo.

[...] Certo de estar cumprindo um sagrado dever cívico, advertindo os responsáveis pelos destinos do Brasil, de novos e lutosos acontecimentos que se planejam, faço-o com a mesma decisão por que o fiz em 2 de julho de 1935, classificando a ANL como uma simples máscara para encobrir os intuítos subversivos dos comunistas.

Tal também ocorre, nesta emergência, com a Ação Integralista, mero disfarce aos ominosos planos de assalto ao poder público, de parte dos fascistas brasileiros.⁹

Mais tarde, quando o inquérito aberto para apurar a “intentona integralista na Bahia” foi concluído, os jornais publicaram parte do relatório elaborado pela polícia baiana. Segundo informações dele, os integralistas tinham por objetivo mudar a forma governativa da República. Na Bahia e em todo o Brasil. Para consegui-lo, empenharam-se em fazer a propaganda dentro dos quartéis, a fim de aliciarem-se elementos de força, devidamente equipados com o armamento da Polícia Militar. Diz ainda que,

De tal modo foi a intromissão integralista no seio das unidades policiais do Estado que, em verdade, a Ação Integralista na Bahia não precisava possuir, por ela adquirido, um único fuzil, para dispor de centenas, talvez de milhares dessas armas de infantaria! E também de metralhadoras! Foi muito sutil a ação da província da Bahia, preparando o levante e parecendo a quaisquer devassas das autoridades, perfeitamente desarmadas. As armas e munições seus adeptos as guardavam e vigiavam, dentro das intendências, nos interiores dos quartéis...¹⁰

Do interior, a maior participação vinha de Itabuna e Ilhéus, que segundo dados do inquérito, divulgados no jornal *Diário de Notícias*, impingiam o governo do estado de comunista para antipatizá-lo com os baianos. De acordo com o texto, havia o investimento de

⁹ CPDOC. GC-158- Carta de Juraci Magalhães aos governadores do estado pelo fechamento do núcleo integralista BA Bahia, 11.09.1936.

¹⁰ CONCLUINDO O RELATÓRIO POLICIAL SOBRE A INTENTONA INTEGRALISTA, *Diário de Notícias*, Salvador, 12.11.1936.

mais de centenas de contos de reis para a organização de uma batalha e a divisão do estado em zonas de homens armados “solteiros e destemidos”.¹¹

Com a prisão do chefe integralista local e a divulgação da carta enviada por ele a Plínio Salgado, espalhou-se um boato de que haveria no estado da Bahia uma intervenção do governo federal, tal como ocorreu no Rio de Janeiro. Àquela altura, Vargas já havia consultado a Juraci Magalhães pela segunda vez acerca de uma possível continuidade do seu governo. Pela segunda vez havia recusa por parte do governador da Bahia. Evidentemente, as conversas entre o presidente e Juraci Magalhães eram reservadas, mas não o suficiente para evitar a proliferação dos boatos sobre o afastamento político de ambos.

As acusações não pararam. Em outubro de 1936, espalhava-se a informação de que Juraci Magalhães, prevendo uma intervenção por parte de Getúlio Vargas, teria pedido ao coronel Franklin Lins de Albuquerque que lhe conseguisse homens da região sanfranciscana para um possível combate. O sertanejo, segundo boatos desmentidos pelo *Diário de Notícias*, teria ido buscar conselhos junto ao coronel Góes Monteiro, que o preveniu de que seria uma batalha vencida, pois, “o governo do estado já está liquidado e os integralistas seriam chamados para assumir o governo do Brasil, sendo talvez modificado o próprio regime vigente no país”.

Ainda que o matutino corresse em defesa do governo do estado, o combate às forças integralistas na Bahia, num cenário onde o governo central nutria-se da pujança desse mesmo grupo, colocava Juraci Magalhães em posição de enfrentamento ao próprio governo. A tensão pode ser lida pela resposta dada pelo próprio Franklin de Albuquerque ao desmentir os boatos, em entrevista ao *Diário de Notícias*.

Ao tempo que afirmava que “jamais o governo do estado teria solicitado o seu auxílio, principalmente porque estava plenamente afinado com a política de Getúlio Vargas não vendo motivos para se prevenir de qualquer situação”, o coronel assegurava que por “dever de baiano” que tinha jamais pediria conselhos a Goés Monteiro ainda que fosse amigo de longa data dele, pois grato a Juraci Magalhães pelo que ele vinha fazendo para a Bahia, com ele estaria “para a vida e para morte, para a vitória ou para a derrota, para manter-se nas posições

¹¹ O deputado Lauro Passos recebeu um telegrama de São Felix, em outubro de 1936 com informações de que naquele município “numerosos elementos [comunistas] atua[vam] na surdina”. Segundo o telegrama encaminhado por Theodomiro Gesteira, “as atividades comunistas vêm sendo articuladas de 3 ou 4 meses para cá. O fechamento dos núcleos integralistas na Bahia foi determinado para facilitar tais atividades”. Havia, segundo afirmava, “exuberantemente a existência de um movimento comunista em preparo” em São Felix, Cachoeira e Muritba. CPDOC. GV c 1936.10.08. Telegramas entre Teodomiro Gesteira e Lauro Passos sobre preparação de movimento comunista na Bahia. São Félix (BA), Rio de Janeiro (Vol. XXIV/11b). 08/10/1936.

ou para cair das mesmas”, enfatizando que o governador não havia lhe pedido homens para batalha, mas, se assim o fizesse,

Em qualquer tempo para defender o regime, a lei, a República, enfim a nossa Pátria, contra os inimigos que a ameaçam sejam de que cor venham a ser, o São Francisco está apto a oferecer-lhe 10.000 homens como já os ofereceu em 1932, por ocasião da revolução de São Paulo, concurso que sua Exa. dispensou por ser desnecessário.¹²

A aparente indisposição entre Vargas e Juraci Magalhães, por outro lado, alçava o governo baiano à condição de defensor por excelência do regime democrático, fazendo com que a Bahia, ao lado de Pernambuco, os dois estados do Norte que detinham as maiores bancadas situacionistas na Câmara, assumisse importante papel na indicação do novo sucessor de Vargas ao lado do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais.

Desde outubro de 1936, mesmo antes de se afastar do governo de São Paulo, o nome de Armando Sales já era ventilado para ocupar o executivo central, em 1938. Segundo anunciou o *Diário de Notícias*, a candidatura do governador paulista, no entendimento das forças políticas do Rio Grande do Sul e de São Paulo, e a pedido do próprio governador que se dizia contrário a qualquer campanha que viesse perturbar a ordem pública, não deveria, no entendimento das forças que o amparavam, partir nem de São Paulo nem do Rio Grande do Sul, para não aumentar as “desafeições” entre aqueles estados e o governo central.

Segundo o jornal, São Paulo almejava que a indicação de Armando Sales fosse uma iniciativa dos governadores e deputados do norte do país, e preferia que à Bahia coubesse aquele papel de relevo, “visto como dessas bandas setentrionais nenhum estado desfruta a posição de prestígio que ela assumiu e detém, após a reforma dos quadros políticos da República em virtude da coesão e da disciplina do partido em que se inspira a situação dominante.” Para os diretores do matutino, representantes do pensamento político do deputado federal Altamirando Requião, e, portanto, do próprio PSD, essa era a razão pela qual estavam voltadas para a Bahia as atenções dos próceres paulistas e gaúchos que aguardavam, “cheios de curiosidade a atitude que, no caso, tomará o Partido Social Democrático.”¹³

Assim, em novembro de 1936, ainda que não estivesse formalmente lançada, a candidatura de Armando Sales já estava forjada pela oposição e chegou a ser apoiada até mesmo por deputados da base do governo. Mas esse apoio, segundo Altamirando Requião, não era suficiente para garantir a formalização da candidatura de Sales. Segundo noticiou, aí

¹² CLARAS E RUIDOSAS DECLARAÇÕES DO CORONEL FRANKLIN LINS DE ALBUQUERQUE, *Diário de Notícias*, Salvador, 19.10.1936.

¹³ A BAHIA EM FACE DO PROBLEMA PRESIDENCIAL, *Diário de Notícias*, Salvador, 26.10.1936.

estaria a importância da Bahia e dos demais estados coesos que prestigiavam a situação federal. Era possível que eles viessem apoiar o nome de Armando Sales, visto que o governador de São Paulo estava identificado com a política de Getúlio Vargas.¹⁴

O apoio ao nome de Armando Sales certamente aproximaria o governo baiano da minoria autonomista, mas Juraci Magalhães não se mostrava apressado em se definir em torno de um nome. Parecia-lhe mais urgente assegurar que houvesse a sucessão presidencial, pois se publicamente Getúlio Vargas mostrava-se disposto a dialogar com governadores e deputados, a partir das sucessivas tentativas de constituição de uma Comissão mista, conforme verificamos no capítulo anterior, secretamente Juraci Magalhães sabia dos planos do presidente em se manter no executivo central.

Deste modo, ainda que a imprensa baiana situacionista investisse exageradamente na propaganda acerca do papel que a Bahia assumiria no processo sucessório, não se pode negar que o estado, até o final de 1936, transformou-se na “Meca dos políticos” o que pode ser verificado quando da inauguração do edifício do Instituto do Cacau, no final do mês de novembro, que foi noticiado como um evento nacional, obtendo grande destaque na imprensa carioca e paulista.¹⁵

Decerto que àquela altura, o fruto do cacau ainda era o principal produto de exportação da Bahia e um dos principais do país. O governo de Juraci Magalhães investiu fortemente no cultivo e beneficiamento da lavoura cacauzeira, resolvendo parte dos problemas gerados na gestão de Artur Neiva. Uma das primeiras medidas foi a concessão de crédito aos produtores que somada à racionalização e adoção de novas técnicas, bem como pela resolução do problema do transporte, contribuiu para a valorização do produto no mercado.

Conforme definido na gestão de Artur Neiva, o transporte do produto deixou de ser feito pelo porto de Ilhéus e a despeito das reclamações iniciais dos agricultores e acusações da oposição, em 1936, o transporte já era majoritariamente realizado através de caminhões pelas numerosas estradas abertas durante o governo de Juracy Magalhães. O sistema rodoviário estava em vias de ser concluído e essas medidas aproximaram muitos produtores do governo estadual, principalmente porque o cacau alcançou a cotação de 42 mil reis a arroba, batendo o recorde de valorização naquela década.

Ainda assim, a inauguração do novo prédio do Instituto não se constituía em único motivo para uma visita do chefe da União ao estado, acompanhado de comitiva de

¹⁴ *Idem.*

¹⁵ A BAHIA TRANSFORMAR-SE-Á NA “MECA DOS POLÍTICOS”, *Diário de Notícias*, Salvador, 17.11.1936.

importantes figuras da política nacional, a exemplo Osvaldo Aranha, Vicente Ráo e Gustavo Capanema, respectivamente, ministros das Relações Exteriores, Justiça e Educação.¹⁶ Restava claro que aquela visita em comitiva tinha outros objetivos não revelados à imprensa, mas que se evidenciavam no discurso de Juraci Magalhães que, quebrando o acordo firmado com o presidente, de não falar em sucessão antes de janeiro de 1937, revelou estar disposto a apoiar um sucessor que fosse “o melhor, entre os mais capazes”, frase tomada pelo PSD para encampar a defesa do nome de José Américo mais tarde.

Alzira Vargas, que fazia parte da comitiva presidencial em visita à Bahia assim descreveu o evento:

Chegamos à Bahia às cinco horas da tarde. O governador Juraci Magalhães, o favorito da corte, dentro do “vice-reinado” do nordeste, tinha a ambição de imitar Bonaparte, “o fabricante dos reis”, e preparou uma grandiosa recepção. Queria mostrar a força do seu prestígio e o valor do seu apoio político. Era difícil afirmar quem recebia o maior número de vivas e de aplausos: o hóspede de honra, presidente da República ou o hospedeiro, Juraci Magalhães, sobre cujo corpo cearense havia descido as bênçãos e o espírito do próprio Rui Barbosa.¹⁷

Como era a única mulher da comitiva presidencial, Alzira Vargas não participou do banquete oferecido no Palácio da Aclamação ao presidente da República, somente mais tarde tomando conhecimento do discurso feito pelo governador da Bahia. Para ela, o discurso de Juraci “havia posto em xeque o presidente da república extemporaneamente”. Inoportuna, a fala do pessedista teria “sido considerada apenas falta de ética ou de educação política” se, conforme afirmou a filha do presidente, as motivações elencadas abaixo não revelassem uma falta de tato político:

1º Juracy Magalhães considerava-se com o direito de indicar o futuro presidente da República e o nome já escolhido por ele era o do senador Medeiros Neto. Contava com o apoio declarado de Pernambuco, através da palavra de seu governador Carlos de Lima Cavalcante, aliás, o único presente às solenidades;

2º Flores da Cunha estava em entendimentos secretos com ambos e constava que existia um compromisso entre os chefes dos três estados: Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Aceitariam qualquer candidato, contanto que este não contasse com o beneplácito federal. Iriam a extremos para defender este ponto de vista.

3º Juraci, até então tido como administrador capaz e sereno, estava começando a se desmandar e a cometer arbitrariedades contra seus adversários;

¹⁶ A INAUGURAÇÃO DO EDIFÍCIO DO INSTITUTO CACAU FAZ-SE UM ACONTECIMENTO NACIONAL, *Diário de Notícias*, Salvador, 18.11.1936; A BAHIA REINSTALADA NO SEU ESPLENDOR; A PALAVRA DA BAHIA NA SUCESSÃO, *Diário de Notícias*, Salvador, 20/11/1936.

¹⁷ VARGAS, Alzira do Amaral Peixoto. *Getúlio Vargas, meu pai*. São Paulo: Editora Globo, 1960, p. 156.

4º Era acusado, com certo fundamento, de estar protegendo na Bahia, por motivos sentimentais e políticos, os comunistas [...].¹⁸

A assertiva de Alzira Vargas quanto à falta de tato político de Juraci Magalhães parece fazer sentido, mas a narrativa embotada de ressentimentos não reconheceu a repercussão que o discurso do então governador baiano teve em todo o país, pois impulsionou as discussões sobre a sucessão presidencial, inclusive nas bases governamentais, onde ela estava proibida.

A postura de Juraci tornou-se ainda mais suspeita após o encontro, no final daquele mês, entre ele e o governador mineiro, Benedito Valadares, no município de Carinhanha. Desse encontro, conforme assegurava o *Diário de Notícias*, era possível que saísse “uma adesão, importantíssima, para fortalecer a aliança estabelecida entre Bahia e Pernambuco para enfrentar o magno problema” da sucessão a Vargas.¹⁹

Esboçava-se uma possível aliança entre estados do norte e do centro do país. A expectativa era de que ambos formassem com outros governadores do norte uma frente unida de força ponderável que tivesse condições não apenas de indicar um nome à candidatura presidencial como de sustentar a posição, caso Vargas viesse a se opor à indicação.

O primeiro nome que saiu desse conclave foi o de Medeiros Neto.²⁰ Ao indicar o nome do correligionário pessedista era bem possível que Juraci Magalhães estivesse pleiteando a vaga de sucessor para si mesmo.²¹ Entretanto, as ocorrências políticas do ano seguinte viriam demonstrar que ele estava ilhado em suas pretensões, acompanhado apenas pelo estado de Pernambuco e Rio Grande Sul, cuja intervenção federal levou ao exílio político de Flores da Cunha.

No final de dezembro de 1936, quando se confirmou o afastamento de Armando Sales do governo de São Paulo, Juraci Magalhães agendou uma viagem ao estado de Pernambuco. Findado o prazo acordado com Getúlio Vargas, chegava a hora de coordenar as forças políticas do norte e esta tarefa começaria pelo estado vizinho, cujo governador, assim como ele, estava disposto a combater os planos continuístas de Getúlio Vargas sob quaisquer condições.

¹⁸ Idem, p. 157-158.

¹⁹ CONFIRMA-SE O ENCONTRO DE CARINHANHA PARA TRATAR DA SUCESSÃO PRESIDENCIAL, *Diário de Notícias*, Salvador, 30.11.1936.

²⁰ SAIRÁ DA BAHIA O CANDIDATO?, *Diário de Notícias*, Salvador, 2.12.1936.

²¹ PRIMO, Jacira. *Na fileira do sigma*, p.118.

7.2. A campanha presidencial na Bahia e o Golpe de 1937

O ano de 1937 começou com boatos de cisão no PSD baiano. A de 16 de janeiro ocorreu a primeira reunião do diretório do Partido, cujos membros conferiram a Juraci Magalhães os poderes para representá-los e opinar no caso da sucessão presidencial.²²

No cenário nacional, os nomes mais cotados à presidência continuavam sendo o de Armando Sales e do ex-ministro Macedo Soares, também membro do Partido Constitucionalista que rompeu com o ex-governador paulista em fins de dezembro de 1936, quando este se demitiu do cargo. Em função das divergências dos últimos meses, era mais provável que o “apoio do Catete” fosse direcionado ao ex-ministro que contava, inclusive, com a solidariedade de parte dos membros do próprio PC que não estavam de acordo com a candidatura armandista.

Não obstante, a imposição de uma candidatura paulista ao governo do Brasil não seria feita sem resistência. Como apontamos, embora o apoio dos governadores do norte a um candidato do sul não pudesse ser descartado, havia uma expressiva coordenação de forças para que essa indicação recaísse sobre um nortista. O *Diário de Notícias* publicou a seguinte matéria acerca dessa movimentação:

Os acontecimentos políticos do país, na sua última fase, continuam a acentuar, para aqueles que sabem distinguir, nas brumas de relativa incerteza, a razoabilidade das soluções circunstanciais, a possível cristalização de um nome do norte, destinado a substituir o ilustre Sr. Getúlio Vargas à frente dos destinos do Brasil. Iluda-se quem quiser com as simples aparências, de nós temos a impressão de que é tarde demais para uma liga sólida ou para o entendimento capaz de resultar na escolha de qualquer candidato do sul para futuro presidente da República, a não ser que se despreze o caráter nitidamente político da escolha, e queiram os resolutores da questão ir buscar o seu preferido fora dos quadrantes partidários [...].²³

É possível que a matéria, assinada por Altamirando Requião, fosse direcionada aos próprios membros do PSD que não viam com bons olhos o enfrentamento do governador da Bahia a Vargas. A relação entre os pesseditas esgarçou-se ainda mais depois de novo discurso proferido por Juraci Magalhães, no banquete oferecido pelo governo de São Paulo, antes do

²² REUNIU-SE ONTEM O DIRETÓRIO DO PSD, *Diário de Notícias*, Salvador, 17.01.1937.

²³ AS RESERVAS SALVADORAS DO BRASIL, *Diário de Notícias*, Salvador, 26.1.1937.

seu embarque para o retiro em Poços de Caldas, onde parte significativa dos governadores foi passar o carnaval em companhia de presidente.

Na oportunidade, Juraci Magalhães mostrou-se, mais uma vez, decidido a defender o regime democrático, esboçando, inclusive, um possível apoio a uma candidatura paulista como se pode ler na transcrição que segue:

É preciso observação atenta de pediatra para que crises fatais não se manifestem nesta fase delicada de crescimento do organismo novo. Para esse sagrado mister, mobilizam-se os estadistas de todos os recantos do país, entre eles ressaltado seja o afã patriótico, a intuição cívica, alto poder de aglutinação e entendimento dos homens de São Paulo. Acusam os sismógrafos, registradores do movimento da política nacional, possibilidade próxima de profundas perturbações. As surradas cassetas, as velhas acanas açougueiras, as tragisedentas Pythonisas da política brasileira agitam-se trepidantes na manifestação de suas nefastas previsões. Visam atemorizar o povo brasileiro impregnando de credulidade. Plantam e fazer germinar e crescer a semente do pessimismo. Carregam o ambiente e prenunciam tempestades. Pois bem, permitam que, em meio a essas vozes presagas (sic) erga a minha palavra de moço e patriota num gesto de otimismo, afirmando que o problema da sucessão presidencial será resolvido pacificamente dentro dos quadros legais, procedendo-se as *démarches* entre as forças cristalizadoras da opinião pública nacional, da soberania popular, em sua mais legítima e consagrada expressão. [...] Espero ver ainda desta feita, cumprido o destino histórico de marchar a Bahia ao lado de São Paulo, ao lado do Brasil, em todos os cometimentos em prol da grandeza nacional. Inspira-nos o exemplo de nossos ancestrais, devassando o coração do Brasil, não mais em busca da miragem do ouro, da fantasia da pátria ou do sonho verde das esmeraldas, mas com o pensamento sempre fito na unidade moral da Pátria penetremos nos arcanos da consciência brasileira, na pregação cívica desta democracia social que assegura o ambiente ameno, delicioso, exuberante dos trópicos, onde se encontram clima e solo propícios a todos as iniciativas honestas, a todas as tendências, a todos os pensamentos sábios, confraternizados pela primavera eterna, fecunda e fertilizante da Liberdade.²⁴

Licenciado do governo da Bahia por três meses, Juraci Magalhães demorou-se na capital a fim de tentar coordenar as forças políticas para que apenas uma candidatura fosse apresentada. O objetivo do governador da Bahia era unificar as correntes existentes, garantindo coesão no enfretamento ao presidente Vargas. Com este objetivo conferenciou longamente com Armando Sales, em 13 de fevereiro de 1937 e em março, quando foi apresentado ao Congresso novo pedido para renovar o estado de Guerra no Brasil, os

²⁴ O GOVERNADOR DA BAHIA CRÊ NA SOLUÇÃO PACÍFICA DO PROBLEMA, *Diário de Notícias*, Salvador, 30.01.37.

deputados da Bahia e de São Paulo, juntos, apresentaram um substitutivo, propondo diminuir o Estado de Guerra por 30 dias.²⁵

Embora Bahia e São Paulo tivessem votado em favor da renovação do Estado de Guerra, a coordenação dos parlamentares desses estados levou à suspeitas de que eles estivessem juntos na questão da sucessão presidencial, motivando o surgimento de boatos de uma possível frente única na Bahia, unindo Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira. Entre os autonomistas, a candidatura de Armando Sales contou logo de início, com o apoio de Otávio Mangabeira, Luiz Viana Filho e Vanderlei de Araújo Pinho. Seabra, Pedro Lago e Simões Filho somente a partir de fevereiro de 1937 passaram a apoiar o paulista.

No âmbito do estado, essa parceria parecia ainda mais difícil. Em Carta a Nelson Spínola Teixeira, em abril de 1937, Nestor Duarte declarava que era impossível ficar ao lado do Catete ou da Aclamação. Era impossível apoiar, no mínimo que fosse, a Juraci Magalhães depois do “que houve na Bahia, agressões humilhantes que sofreram tantos os nossos amigos quanto os correligionários, insultos e humilhações que fizemos nossas”, o que dificultava qualquer entendimento com o governo federal nem “com o homem responsável por tais acontecimentos. Seria uma inconveniência que a opinião publica não nos perdoaria”.²⁶

A imprensa pessedista apressou-se em negar a existência de uma trama nos bastidores do partido que viesse a desencadear a formação de uma frente única entre situação e oposição na Bahia, mas esses boatos, somados às outras ações de Juraci Magalhães, colocaram o governador da Bahia sob suspeita, razão pela qual a sua estada na capital do país ocorreu sob vigilância policial.²⁷

Enfrentando divergências dentro do PSD, cujas fendas eram cada vez mais visíveis, Juraci Magalhães deu liberdade a todos os deputados para escolher a quem apoiar para candidato a presidente. A notícia foi divulgada no estado da Bahia como uma verdadeira atitude democrática, mas no fundo era uma forma de dissimular as divergências nas fileiras do Partido.²⁸

Enquanto o governador buscava o apoio dos deputados baianos da situação, a oposição baiana se movimentava no tabuleiro da política se posicionando ao lado de São

²⁵ O PROBLEMA POLÍTICO DO MOMENTO, *A Época*, Itabuna, 13.02.1937; DEMORADA CONFERENCIA COM O SR. ARMANDO SALES, *A Época*, Itabuna, 16.02.1937; O ESTADO DE GUERRA AGITA A CAMARA FEDERAL, *A Época*, Itabuna, 11.3.1937; *Diário de Notícias*, Salvador, 4.3.1937. Anais da Câmara Federal. Março de 1937.

²⁶ CPDOC. Carta de Nestor Duarte para Nelson Teixeira. AT.24.04.1937.

²⁷ Segundo apurou Jacira Primo, com base na documentação do DESP, Juraci Magalhães “foi observado pelo serviço de garantia preventiva da delegacia de Segurança Política por diferentes investigadores que se substituíam, alternadamente, pelas 24 horas do dia”. PRIMO, Jacira. *Op. cit.* p. 122.

²⁸ A DEMOCRACIA PELO BEM DO BRASIL, *A Época*, Itabuna, 01.04.1937

Paulo e Rio Grande do Sul. Desde 1936, Otávio Mangabeira falava que o presidente caminhava para implantar no Brasil um novo golpe. Em abril de 1937 era o octogenário J.J. Seabra que se dirigia ao Executivo pedindo explicações para o tumultuado momento em que o Brasil passava.

A oração de Seabra na Câmara Federal, no dia 6 de abril de 1937, era o primeiro pronunciamento que fazia referência formal à questão da sucessão presidencial no país. O deputado baiano aludiu ao pacto anti-intervencionista assinado pelo Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia e reconheceu que era a primeira vez que Juraci Magalhães estava se opondo abertamente a Getúlio Vargas. Não deixou de mencionar que Getúlio Vargas, até aquele momento, sempre havia dado ciência de todas as suas ações ao legislativo, mas este não cumpria o seu papel de fiscalizador. Por fim, o autonomista entregou um requerimento à Mesa com o seguinte teor:

A imprensa noticiou e continua a afirmar que, pelos situacionistas da Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul foi assinado um pacto de não intervenção e de defesa da autonomia dos estados, ameaçada ao que se diz, pelo Governo da República.

Devido à excepcional gravidade de que o fato se reveste, pelo caráter de uma luta extra-constitucional possivelmente armada que daí poderá resultar entre o governo da União e os governos das três mais fortes e importantes unidades da Federação Brasileira requeiro que o Governo federal, por intermédio do ministro da justiça, informe a Câmara dos deputados o que há de verdadeiro a respeito, de modo positivo e franco, de maneira a tranqüilizar a Nação.

Sala das Sessões, 6 de abril de 1937. J.J. Seabra.²⁹

Não identificamos resposta de Getúlio Vargas ao requerimento do deputado baiano. Embora a imprensa investisse em matérias sobre o pacto mencionado por Seabra, pouco ou quase nada noticiava acerca do presidente. Mas as conversações para um acordo de fato existiram. Em 10 de março de 1937, Flores da Cunha enviou um cabograma a Juraci Magalhães reafirmando que estava disposto a assumir compromisso escrito entre os três estados contra qualquer tipo de represália, ainda que na questão da sucessão presidencial eles ficassem em campos opostos.³⁰

Juraci Magalhães respondeu à missiva. Segundo consta, embora concordasse com o pacto entre os estados, discordava dos métodos armados pensados pelo governador gaúcho. Juraci se mostrava contra a luta armada, dizendo que o “exercício sincero da democracia

²⁹ A ORAÇÃO DE J.J. SEABRA EM TORNO DO MOMENTO POLÍTICO, *A Época*, Itabuna, 06.4.1937. Cf. Anais da Câmara Federal, abril de 1937.

³⁰ CPDOC. FC.37.03.06. Carta de Flores da Cunha a Juraci Magalhães, 10.03.1937.

depend[ia] de fatores impossíveis de obter fora [dos] métodos educativos”. Informava que só pediria à Bahia “recursos morais e de inteligência e cultura” com este propósito.³¹

Além disso, Juraci Magalhães deu ciência a Flores da Cunha de haver recebido carta do governador de Minas Gerais informando que a proposta de reunião dos governadores do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Bahia estava sendo estudada com possibilidade de aceitação, e que diante daqueles “prenunciadores de paz” receava que qualquer acordo viesse perturbar a serenidade. No entanto, assegurou ao gaúcho, diante de tão desorientada política federal, com propagandas ostensivas do ministro da justiça, de soluções atentatórias ao regime, ele defenderia “com todo o vigor de meu civismo, a autonomia dos estados, não me prestando de forma alguma a que ela seja maculada, ainda mesmo contra Estados que estejam em campo oposto ao da Bahia”.³²

Ao rodapé da carta ainda se lê:

Só num diálogo poderíamos deixar claros nossos pontos de vistas. Já fiz uma revolução para destruir a prática abusiva de falsos governos democráticos. O resultado, na primeira experiência de uma campanha presidencial evidencia a falência de nossas ideias. Não desejo conduzir a Bahia para novos sacrifícios de sangue. Nem de um lado nem de outro. Já é tempo de se pensar mais no Brasil e no seu povo. Participarei da campanha política, jamais de lutas armadas. Talvez seja uma atitude romântica, em face da desenvoltura dos infratores da lei, todavia profundamente sincera.³³

Essas negociações agravavam ainda mais a situação entre o Catete e os governadores envolvidos no pacto. A situação se desgastou tanto que Flores da Cunha rompeu definitivamente com o presidente no início de abril de 1937. O golpe estava esboçado. Submetidos ao Estado de Guerra nem os parlamentares, nem os governadores e muito menos a imprensa podiam denunciar os planos de Vargas ao público, tarefa que coube ao Partido Comunista que, de forma subterrânea, espalhou panfletos acusando o presidente de planejar um golpe integralista-getulista.

³¹³¹ CPDOC. FC.37.03.06. Telegrama de Juraci Magalhães a Flores da Cunha. 11.03.1937.

³²³² CPDOC. FC.37.03.06. Carta de Juraci Magalhães a Flores da Cunha. 11.03.1937.

³³³³ Idem. Quando o governo federal decretou intervenção em Mato Grosso e no Distrito Federal, Juraci Magalhães mais uma vez escreveu a Flores da Cunha: “Vejo com grande intranquilidade a marcha dos acontecimentos políticos [...]. De tudo isso concluo que o verdadeiro patriotismo impõe o dever de um entendimento entre as maiores forças políticas nacionais, na busca de uma solução que atenda aos incontestáveis anseios de paz de toda a opinião brasileira”. E depois de acentuar, mais uma vez, que não desejava a luta armada afirmou: “Repugna-me admitir a realidade do governo do chefe daquela arrancada, a cujo serviço pus a minha própria vida [...]. Mas a Revolução não é de sua Excelência [Getúlio Vargas] apenas; façamos, então, nós outros, fatores maiores ou mínimos de seu triunfo, um último esforço de coordenação para salvar o nosso movimento regenerador da execução pública. E volto assim, ao meu apelo por um entendimento dos governadores do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas, Pernambuco e Bahia, à cata de uma solução oportuna, feliz, patriótica e capaz de permitir a marcha ascensional do progresso de nossa pátria”. Carta de Juraci Magalhães a Flores da Cunha. S/d.

Segundo o documento, publicado pelos comunistas, a profusão de nomes que surgiam como candidatos só beneficiava ao presidente, que diante da confusão pensava em se lançar como conciliador. Para o PCB, sustentado pela base interna formada pela Ação Integralista e pelo Exército que com ela simpatizava, Getúlio Vargas e os generais reacionários só poderiam tomar dois caminhos e em ambos se entrelaçavam a prorrogação do mandato de Vargas e o golpe integralista: “ou se prorroga o mandato para que Getúlio dê o golpe, ou se dará o golpe para que se prorogue o mandato”. De acordo com os signatários do panfleto, em ambos os casos o povo teria “de engolir, juntos, Getúlio e o integralismo”. Assim, concitavam

o proletariado, o campesinato, o estudantado, os militares, todos os cidadãos liberais e republicanos de quaisquer classes, partidos e religiões, à *luta contra a prorrogação do mandato de Getúlio, contra o integralismo e contra o estado de guerra.*

A mais ampla e poderosa FRENTE-ÚNICA se deve estabelecer contra essas três concretizações do fascismo no país. Ser contra Getúlio, contra o Integralismo, contra o estado de guerra, são as imposições mais imediatas do programa mínimo que se propõem, nesta hora, todos os comunistas, todos os aliancistas, todos os liberais e democráticos do país: *o restabelecimento das liberdades públicas pelo cumprimento da Constituição de julho expurgada das emendas e das leis fascistas, a anistia amplíssima, o barateamento da vida, e a libertação das classes produtoras dos ônus inumeráveis que sobre elas recaem [...].*

São Paulo, março de 1937.

Comitê Regional do Partido Comunista do Brasil (seção da I.C.).³⁴

Não se sabe o alcance que panfletos dessa natureza tinham junto aos políticos e ao povo em geral. Carlos Zacarias de Sena Junior, em análise das táticas e da estratégia política dos pecebistas no período revela, com base em documento enviado à Internacional Comunista, em junho de 1937, que as ligações do PCB com as forças “nacional-reformistas” estavam surtindo efeito, especialmente na Bahia, em que estas forças eram contrárias “ao bloco fascista e de oposição a Vargas”.³⁵

Segundo Daines Karepovs, de fato, o Partido Comunista havia abandonado a ideia de que seria possível derrubar Vargas sozinho. Era preciso fazê-lo com outros aliados. Em carta do Secretariado Nacional do PCB para os militantes do Rio de Janeiro, a referência a uma possível aliança com os governos de Bahia e Pernambuco ficou evidenciada. Reconhecendo que o PSD de ambos os estados englobavam os “elementos mais liberais”, os dirigentes comunistas acreditavam que “com pressão de massas séria, mobilizada pela base por nós,

³⁴ PESA SOBRE A NAÇÃO A AMEAÇA dum golpe armado getuliano-integralista. São Paulo, março de 1937. Grifos no original.

³⁵ SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia*, p. 57.

podemos e devemos empurrá-los para a esquerda”. A tática visava o fortalecimento da Frente Única Proletária, a FUP para a derrubada do presidente.³⁶

De fato, os comunistas baianos se apressaram em localizar junto ao povo e ao governador do estado em que lado do tabuleiro político eles estavam. Divulgado pela seção da IC da região da Bahia, um documento esclarecia que em todos os países do mundo os Partidos Comunistas teriam se convertido em campeões de defesa da democracia, “desde o diário e ininterrupto trabalho pela organização das frentes únicas de todos os democratas, até a luta cruenta e heróica nos campos de Guerra Civil” para onde os fascistas arrastavam o povo. Assim, alertavam:

Vêm, pois, o governador da Bahia e o próprio povo, que os ataques dirigidos no Palácio da Aclamação contra os comunistas, injustamente incluídos entre os EXTERMISTAS, apenas satisfizeram os inimigos do povo e do seu próprio governo, porque constituíram uma concessão à tática fascista de dividir as forças democráticas.³⁷

Desse modo, os pecebistas conclamavam:

Neste momento grave para o Brasil em que o próprio governo Federal representado pelo traidor Getúlio Vargas se conluía com os integralistas e com todos os adversários da democracia para lançar ao país o desafio para a GUERRA CIVIL, o Partido Comunista, colocando-se sob a bandeira dos interesses populares, adverte ao povo contra o perigo iminente, apela para todos os democratas de responsabilidade a fim de que se UNAM, em nome dos sagrados Direitos da nação NUMA ÚNICA FRENTE PELA DEMOCRACIA!

União Nacional contra os que provocam a Guerra Civil!
Extinção COMPLETA DOS FOCOS INTEGRALISTAS DA BAHIA!

O Partido Comunista do Brasil (S. da IC). Região da Bahia. Abril de 1937.³⁸

Certamente que a menção ao governo do estado num documento emitido pelo Partido Comunista colocá-lo-ia ainda mais sob suspeição aos olhos de Getúlio Vargas, dos integralistas e do Exército. Ainda que publicamente jamais tivesse sido comprovado que Juraci Magalhães acobertava os comunistas baianos, é fato que o número de comunistas

³⁶ Carta do SN a caros camaradas do Rio, p. 2-3. Apud: Karepovs. Dainis. *Lutas subterrâneas: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: HUCITEC, UNESP, 2003, p. 109.

³⁷ O GOVERNADOR JURACI MAGALHÃES E OS EXTREMISMOS. RGASPI. F.495. Op.17 Д.127. Caso 127. Folhetos do Partido Comunista do Brasil. Disponível em <http://sovdoc.rusarchives.ru/#showunit&id=161765;tab=img>. Acesso em 18/06/2018. Reproduzido em SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia*, p. 377-379. Grifos no original.

³⁸ Idem.

presos àquele ano é inexpressivo diante da perseguição que se verificava aos comunistas no cenário nacional.³⁹

A previsão dos pecebistas de ocorrer aprovação da reeleição do presidente pelo Congresso brasileiro não se concretizou. No dia 10 de abril de 1937, a Câmara vetou por unanimidade essa recondução. No final de abril, ainda investido do papel de conciliador das forças políticas, Juraci Magalhães, em carta encaminhada ao governador mineiro Benedito Valadares, através de Clemente Mariani, aceitava o nome de José Américo para a sucessão a Vargas. Ventilado também pelos ministros, em reunião realizada no início daquele mês, o nome de José Américo caminhava para uma candidatura oficial dos governadores.⁴⁰

Com o propósito de apresentar a sugestão ao presidente Vargas, o governador de Minas Gerais viajou para o Rio de Janeiro em finais de abril. Àquela altura, os estados da Bahia e Pernambuco já eram irredutíveis ao lançamento de outro nome. Rio Grande do Sul e São Paulo confrontavam com a manutenção da candidatura de Armando Sales e em meio à convulsão política, a imprensa anunciava “intervenção branca” do governo federal nos estados da Bahia, São Paulo e Pernambuco.⁴¹ No Rio Grande do Sul, a intervenção foi de fato efetivada.

No início de maio, o estado de Guerra alcançava os pampas. Executado pelo general Lúcio Esteves, que ocupou a Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Sul, a ação desarmou Flores da Cunha, dissolvendo as suas forças militares e políticas. Evidenciava-se a escalada autoritária do presidente Vargas e delineavam-se as desarticulações dos estados dissidentes.

Sobre o governador da Bahia pesavam a intransigência de manter ou tentar manter o PSD como esteio do regime democrático, a acusação de amparar comunistas no estado e a não aceitação dos acordos propostos pelo governo central. Sobre o colega de Pernambuco, o governador Lima Cavalcante tramou-se uma denúncia de que ele teria participado do levante comunista de 1935.

Denunciado como extremista, o governador Carlos Lima Cavalcante telegrafou a Juraci Magalhães protestando. Feita pelo deputado Sousa Leão e apresentada pelo procurador Virgolino Himalaya, escudado pelo ministro interino da justiça, o conterrâneo do governador

³⁹ Segundo dados do Relatório Anual de Estatística foram presos na Bahia no ano de 1935 apenas 1 comunista, 10 em 1936 e 9 em 1937. Diretoria Geral de Estatística. *Anuário Estatístico da Bahia*. Ano de 1936. Salvador: Papelaria Brasileira, 1936, p. 85; Diretoria Geral de Estatística. *Anuário Estatístico da Bahia*. Ano XIV, 1936. Salvador: Escola Tip. Salesiana, 1937, p. 241; Diretoria Geral de Estatística. *Anuário Estatístico da Bahia*. Ano XV, 1937. Salvador: Escola Tip. Salesiana, 1937, p. 262.

⁴⁰ Importante lembrar que o apoio ao nome de José Américo só ocorreu a Juraci Magalhães depois que a candidatura de Medeiros Neto não foi aceita.

⁴¹ O PRESIDENTE VAI DECRETAR A INTERVENÇÃO BRANCA PARA A BAHIA, SÃO E PERNAMBUCO, *Diário de Notícias*, Salvador, 29.04.1937.

pernambucano, Agamenon Magalhães, a denúncia, segundo consta nas matérias divulgadas pela imprensa da época, era baseada em motivações políticas. Alegava-se que o governador de Pernambuco teria sonegado informações repassadas pelos seus secretários sobre os extremistas que atuavam em Pernambuco e, além disso, na ocasião do levante comunista, em novembro de 1935, teria ele se retirado para a Europa para de lá assistir os resultados do movimento.⁴²

Juraci Magalhães mostrou-se solidário ao governo do estado vizinho, mas a resposta dada ao telegrama de Lima Cavalcante não convenceu os autonomistas baianos de que ele estava, de fato, em posição de defesa irrestrita do regime democrático. Para Nestor Duarte, líder da bancada autonomista na Assembléia estadual, em discurso numas das sessões permanentes, o governador da Bahia teria sido muito moderado, pois no telegrama em resposta a Lima Cavalcante só teria tido a coragem de apontar o ministro do trabalho, Agamenon Magalhães, como responsável por aquela denúncia, omitindo o que ele julgava mais importante que era acusar o próprio presidente como o principal responsável pela convulsão política e social que o país passava naquele momento.⁴³

Juraci Magalhães, por sua vez, embarcou para Recife no final da primeira quinzena de maio, quando a situação política de Lima Cavalcante se agravou. Na ocasião do embarque afirmou:

Devo dizer mesmo que esplêndido espetáculo seria a luta, a luta pacífica que se trava nas urnas entre dois candidatos dignos à altura de dirigir os destinos do Brasil para daí sair vitoriosa a nação, nos seus legítimos, respeitáveis e sagrados anseios. O que preciso é destruir de uma vez por todas essa crença de que não há solução dentro da lei visto que os entendimentos que se estão procedendo pautam-se, antes de tudo nos princípios constitucionais.

No plano político nacional, tentando amenizar a situação, o ministro Agamenon Magalhães liberou uma nota à imprensa, publicada no *Diário Carioca*, do Rio Janeiro, afirmando que ele cumpriu apenas a obrigação de encaminhar a denúncia feita pelo deputado Souza Leão. Era, portanto, o exercício do seu dever, não havia nenhuma motivação política em tê-la aceitado. Para o ministro, o que mais havia eram explorações da imprensa partidária que se aproveitava da situação para culpar o governo Vargas.

A 18 de maio de 1937, o Tribunal de Segurança mandou arquivar a denúncia contra Lima Cavalcante. Estava resolvida, ao menos aparentemente, a situação política do

⁴² *Diário de Notícias*, Salvador, 12.05.1935.

⁴³ A SENSACIONAL NOTA DO MINISTRO DA GUERRA, *Diário de Notícias*, Salvador, 20.05.1937.

governador. Um dia depois, a imprensa nacional foi a público justificar as ações do Exército no Rio Grande do Sul. Segundo divulgou, a intervenção naquele estado não foi motivada por caráter político e sim militar, pois não era possível permitir junções de forças estranhas àquela corporação em quaisquer que fosse o estado, como vinha ocorrendo no Rio Grande do Sul.

Ao passo que se aproximava a data para a realização da Convenção Nacional em que se escolheria o nome do candidato oficial da situação, o Brasil caminhava para uma convulsão na política. Ao final de maio, a situação partidária no Brasil era quase toda de cisão. Assim já havia ocorrido no Rio Grande do Sul, em São Paulo, com o PRP a serviço do Catete e o PC sustentando a candidatura de Armando Sales, no Rio de Janeiro etc. No Distrito Federal, no Ceará, no Maranhão, no Pará e em Mato Grosso estava em curso a intervenção federal e a Bahia, em que pese as posições de Juraci Magalhães, em tese, continuavam coesas e sob a sua orientação política. Ainda que internamente as crateras do partido situacionista se aprofundassem cada dia mais, a feição pública que assumia era de coesão e exemplo a ser seguido.⁴⁴

Quando os membros do diretório do PSD se reuniram na capital do estado da Bahia naquele mês, para orientar a atuação do partido no conclave dos governadores que escolheriam o nome do candidato no dia 25, compareceram Correia de Menezes, Medeiros Neto, Marques dos Reis, Amaral Muniz, Prisco Paraíso, Clemente Mariani, Lauro Passos, Alfredo Mascarenhas, Arthur Lavigne, Arnold Silva, Átila do Amaral, Leôncio Galvão e Manoel Novaes. No entanto, escolha do representante para falar em nome da Bahia não recaiu sobre Juraci Magalhães, mas sobre Clemente Mariani.⁴⁵

Em 25 de maio, finalmente, o nome de José Américo foi indicado a sucessor de Vargas. Tão logo se proclamou o nome do paraibano, Osvaldo Aranha pôs-se ao lado dele e Macedo Soares o acompanhou. Armando Sales, com candidatura oficialmente lançada a 16 de abril de 1937, era o seu principal adversário nas urnas e, se a partir de junho, a campanha se acirrou com trocas de ofensas, inclusive pessoais entre os dois candidatos, àquele momento havia um evidente clima amistoso.

Assim, a 1 de junho de 1937, Juraci Magalhães deu conhecimento a Armando Sales do seu apoio e do apoio do PSD ao candidato do norte. Conforme mencionado, em fevereiro

44 O EXEMPLO DA BAHIA, *Diário de Notícias*, Salvador, 13.5.1937.

45 Alguns desses deputados se fizeram representar, outros, como Pacheco de Oliveira nem compareceram nem se fizeram representar. Apesar disso, por telegrama encaminhado ao Diretório do PSD, Pacheco de Oliveira afirmava apoiar as resoluções do partido, contanto que estas estivessem de acordo com o que decidisse o presidente da República.

daquele ano o governador da Bahia havia conferenciado com o paulista, a quem buscou convencer para o lançamento de uma candidatura única:

Meu partido definiu-se pela adoção da candidatura do eminente brasileiro José Américo de Almeida. Com ela marcharei para as urnas. Ao fazer esta comunicação ao egrégio brasileiro transmito-lhe a reafirmação dos votos de cordial apreço e contentamento democrático por assistir dois cidadãos dignos disputando as preferências do eleitorado brasileiro.

Atenciosas saudações, Juracy Magalhães.⁴⁶

O gesto cordial do governador da Bahia se estendeu a Flores da Cunha, a quem reafirmou que aquela disputa resultaria em benefício do regime democrático que continuaria “defendendo sem quaisquer preocupações subalternas”.

Os correligionários políticos do PSD, por sua vez, agiam como a cúpula partidária. O jornalista Matos Filho, responsável por algumas das principais matérias publicadas no *Diário de Notícias* naquele ano também reconhecia a importância que teve a atitude de Armando Sales em abandonar o posto de governador no final de dezembro de 1936 e, com isso, se desincompatibilizando a tempo para disputar as eleições presidenciais. Assim, afirmava que, com a indicação de José Américo a democracia no país estava salva:

Graças, inicialmente a Armando Sales de Oliveira, o vexilar da democracia brasileira que, para salvá-la, numa hora de egoísmo, deu o exemplo cívico da renúncia ao governo do grande estado de São Paulo. Graças, logo em seguida, a essa mocidade forte e sincera de Juracy Magalhães, pondo-se espetacularmente, na praça pública, ao serviço do sistema político vigente, como fiel soldado da civilização e da liberdade.⁴⁷

Matos Filho agradeceu ainda aos congressistas e ao “espírito nacional invencível e inescravizável” que herdaram daqueles que morreram batalhando pela independência da pátria.

Na Bahia, a indicação foi recepcionada com louvor. Da parte dos estudantes, houve de imediato a fundação do Partido Social Democrático Universitário – PSDU, que sob a presidência de Theodulo Albuquerque congregava 500 universitários já na sua fundação.⁴⁸ O

⁴⁶ EXERCITANDO O VERDADEIRO ESPÍRITO DA DEMOCRACIA, *A Época*, Itabuna, 1.06.1937.

⁴⁷ *Diário de Notícias*, Salvador, 05.1936.

⁴⁸ GUARDA AVANÇADA DAS TRADIÇÕES REPUBLICANAS DO BRASIL. O PSDU foi assim composto: Diretório Central: Theodulo Lins Albuquerque, presidente; José Maia Filho, vice-presidente; Raimundo Veras, 1º secretário; Newton Pinto Moreira, 2º secretário; Alexandre de Sousa, tesoureiro; Humberto Alencar, diretor de publicidade; Wanderlino Nogueira, diretor de serviço eleitoral; Oscar Cardoso, presidente do Núcleo de Medicina; Joaquim Queiros, presidente do núcleo de Direito; Josaphá Carlos Borges, presidente do núcleo de engenharia; Oscar Rocha, presidente do núcleo de agronomia, José Bessa Meirelles, presidente do núcleo Ciências Econômicas.

apoio vinha também da Concentração Nacional Trabalhista que se instalou na Bahia, no mês de junho, com o objetivo de angariar apoio ao candidato junto aos trabalhadores e com este mesmo objetivo reunia-se a Ação Social Proletária.⁴⁹

Em manifesto apresentado aos baianos, a Ação Social Proletária afirmava que os trabalhadores, não admitindo regime de força, também não podiam se associar a “doutrinas exóticas, importadas de outros países sem ambiente no Brasil”. Afirmavam não ser regionalistas e desejavam menos palavras e mais ações, numa clara alusão às forças oposicionistas da Bahia, enfeixadas pela Concentração Autonomista.⁵⁰

Os pessedistas tentavam imprimir uma feição simples à campanha de José Américo, com interesse de aproximá-lo do povo. Havia uma preocupação dos PSD em incorporar algumas demandas das classes trabalhadoras. Ao que indica o conteúdo de uma carta confidencial, recebida por Anísio Teixeira, em 28 de junho de 1937, os membros do partido enxergavam que essa aproximação pudesse ocorrer através da educação. A missiva sugere uma aproximação entre o PSD e o PCB da seguinte maneira:

Meu querido Anísio,
Há dois anos que nos separamos e, desde então, muitas coisas têm acontecido em nossas vidas.
[...]
Como deves saber, o PCB ainda não tem candidato. É evidente que escolherá entre Armando e Zé Américo. Mas, bem compreendes que nós, que fomos, no Brasil, o primeiro partido a colocar a questão de um programa em primeiro plano, esclarecendo o povo sobre o perigo de concentrar num homem os seus entusiasmos, não podemos agora trair esta linha de lealdade, de lisura democrática – e cair nos braços deste ou daquele aspirante à presidência somente pelos seus belos olhos - Disto decorre que, à frente das massas, ou em entendimentos, temos lutado porque os candidatos incluem

⁴⁹ Em solicitação encaminhada à Secretaria Nacional de Propaganda da Ação Integralista Brasileira, o chefe integralista provincial da Bahia, Joaquim de Araújo Lima e o secretário provincial de propaganda, J. Esteves pediram autorização para fazer campanha junto ao operariado baiano. Segundo consta, quase todo ele fora do movimento integralista em função das “vantagens que lhe promete o comunismo”, a “influência exercida pelos dirigentes de sindicatos e líderes proletários, todos comunistas, e, ultimamente, a aproximação procurada pelo governador, numa tentativa canhestra para dar sentido prático à indefinida democracia”. Para os integralistas era preciso um trabalho de propaganda urgente da doutrina entre os trabalhadores e ela deveria ser feita de modo a negatizar entre eles, em impressos “constantes de uma só folha de papel, em caracteres tipográficos bem legíveis e redação claríssima” o modo como a democracia liberal os viam, ou seja, a situação de desamparo de um regime que “dele só se lembrava para o exercício do voto e o pagamento, pelo menos indireto, de impostos”. Além de desacreditar “a patusca e brejeira” ditadura do proletariado deveriam sobrelevar o integralismo e dizer dos benefícios do regime para o operariado, tais como “o salário mínimo e a propriedade familiares, instrução, educação, instituições de previdência, participação direta no governo, por meio de corporações etc.” CPDOC. CMa pi Lima, J. A. de 1935/1938.00.00.

⁵⁰ MNIFESTO DA AÇÃO SOCIAL PROLETÁRIA AO POVO DA BAHIA. RGASPI. F. 495. Op. 17. D. 127. Caso 127. Folhetos do partido Comunista do Brasil. Disponível em: <<http://sovdoc.researcharchives.ru/#shouunit&id=154048;tc=img>. Acesso em: 15.06.2018. Tradução de endereço on line pelo google.

nas suas plataformas um mínimo de reivindicações (de que o manifesto junto te dará notícia detalhada) e afirmem desde logo as suas convicções democráticas participando, de fato, da campanha nacional contra o integralismo.

[...]

Ora , em função das minhas tarefas políticas aqui na Bahia, tenho conversado com as duas correntes (PSD e Autonomismo) e em tais circunstâncias me encontrei com o Aliomar Balleiro, do PSD. No meio da discussão veio à tona o problema da Instrução Pública e, como é natural, o teu nome surgiu [...]. A reação do Baleeiro foi além da minha expectativa. Achou ótima a sugestão. [...] Alguns dias depois novo encontro, novas referências ao teu nome, Aí, então, o Aliomar foi absolutamente claro, ele me encarregou de sugerir uma aproximação tua com o PSD, aproximação que será uma satisfação para a ala mais jovem e mais democrática do partido [...].⁵¹

Os acontecimentos mencionados no início da carta, provavelmente referem-se à acusação a Anísio Teixeira pelo suposto envolvimento com o levante comunista de 1935. À época, Anísio atuava no Rio de Janeiro, na gestão de Pedro Ernesto, da qual foi afastado. Meses depois, o prefeito carioca também foi preso sob a mesma acusação. É provável que o PSD tenha buscado aproximação com a base eleitoral dos comunistas, através de Anísio Teixeira, pelo prestígio que ele detinha na Bahia no âmbito da educação, uma vez que havia ocupado o cargo de diretor de instrução pública no governo de Goés Calmon (1924-1928) e implantando reformas que atingiram a população menos privilegiada.⁵²

Durante a campanha presidencial, é certo que ao menos os parentes de Anísio, principalmente os irmãos Nelson, Oscar e Olga aderiram à campanha armandista, segundo revelam as correspondências trocadas entre eles. Em correspondência a Nelson Teixeira, em agosto de 1937, Oscar Teixeira afirmou que não sabia quais seriam os rumos da campanha na região de Caetité, tendo em vista que o “Juraci já estava distribuindo recursos financeiros aos seus adeptos” e o material de campanha prometido por Otávio Mangabeira ainda não havia chegado. A situação era de pessimismo, conforme consta no fragmento: “Vamos trabalhar como for possível. Não convêm passeatas nem caravanas por aqui, seriam despesas perdidas. Não há mesmo interesse no candidato demorar em alguma povoação do sertão. A recepção seria muito dispendiosa e sem conseqüências.”⁵³

⁵¹ CPDOC. Carta de Sodré (Paulo Almeida Sodré?) para Anísio Teixeira, 28.06.1937. Confidencial. AT.1937.06.28.

⁵² BATISTA, Eliana Evangelista. *A normalista como interseção: escola, literatura, imprensa e estratégias políticas no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História Regional e Local. UNEB, Campus V, 2012.

⁵³ CPDOC. AT. 1937.08.21. Carta de Oscar a Anísio Teixeira, 21.08.1937. No mesmo período Olga, irmã de Anísio Teixeira recebeu carta com recomendações para a campanha. Não se tratava de material impresso, mas “1 vestido de seda chic e 3 vestidos simples para viagens de automóvel e trem, 1 sapato esporte branco e preto, sem

Essas missivas também revelam o distanciamento do candidato paulista das regiões mais afastadas da capital. Entre outras razões, esse aspecto pode ser atribuído à campanha difamatória feita pelo PSD, pois ao tempo em que buscava se vincular às massas, os seus membros teciam duras críticas em torno da campanha armandista. Taxando-a de *campanha americanista, rica campanha, campanha dos 80 mil e campanha do suborno*, afirmavam que Armando Sales tinha horror ao contato com trabalhadores, não era afeito aos regionalismos nordestinos e nutria ódio aos “cabeças-chatas” como adjetivavam o povo do norte em São Paulo.⁵⁴

A partir de 15 de junho, quando foi suspenso o estado de guerra em todo o país, as ofensivas foram intensificadas e o Partido Social Democrático Universitário, depois de tantos meses sem nenhuma manifestação política em praça pública, realizou o primeiro comício na Bahia em favor da campanha presidencial, no dia 16 de junho, no Largo da Sé, em Salvador.⁵⁵

Atento a todos os segmentos, os pessedistas não se descuidaram de sua principal base eleitoral. Para obter apoio dos produtores, Juraci Magalhães inaugurou o Instituto Central de Fomento Econômico, e, de parte dos intelectuais, fundava-se a “União dos Intelectuais da Bahia Pró-José Américo”. Entre outros integrantes estavam Edison Carneiro, Maria Luiza Bittencourt, Eduardo Tourinho, Aloysio Castro, Pinto de Aguiar, Aliomar Baleeiro e Mendonça Filho.⁵⁶

O ápice da campanha de José Américo no estado seria em agosto, data marcada para a convenção estadual do PSD. Visando transformar a visita do presidenciável numa apoteose, Juraci Magalhães coordenou pessoalmente algumas atividades. Em julho, enviou carta circular a todos os prefeitos e correligionários do interior e da capital, na qual pedia máximo empenho de todos e estabelecia a obrigatoriedade do envio por parte de todos os municípios, de uma delegação de pessedistas à capital, para participar da convenção.⁵⁷

salto [...] dois pares de meia e 1 batom Michel. CPDOC. AT. 1937.08.20. Carta de Verbena a Olga Teixeira, 20 de agosto de 1937. Como se vê, a União Democrática Brasileira acolhia de bom grado a participação feminina. As mulheres da família Teixeira, desde o século XIX, estiveram envolvidas com as questões políticas no alto sertão da Bahia, formavam uma espécie de contra-poderes a partir de redes de apadrinhamento em que elas se colocavam como mensageiras, conselheiras articuladoras e cabo eleitorais. Cf.: CARVALHO, Jumara Carla Azevedo Ramos; PORTO, César Henrique de Queiroz. “As mulheres da família Spinola Teixeira: estratégias de apadrinhamento e compadrio em Caetité (1885- 1930)”. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. Contra os preconceitos: história e democracia. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502739925_ARQUIVO_ArtigoAnpuh-Brasilia-julho.pdf.

⁵⁴ AGORA JÁ PRECISAM DOS CABEÇAS-CHATAS, *Diário de Notícias*, Salvador, 3.6.1937.

⁵⁵ O COMÍCIO DE ONTEM PRO JOSÉ AMÉRICO, *Diário de Notícias*, Salvador, 17.6.1937.

⁵⁶ *Diário de Notícias*, Salvador, 20.6.1937; 07.07.1937.

⁵⁷ *Diário de Notícias*, Salvador, 24.7.1937.

Também em julho, participou do congresso intermunicipal do PSD, realizado em Jequié. O governador tentava uma espécie de sutura do tecido partidário, esgarçado com os enfrentamentos ao presidente da República, diante de um quadro de políticos acostumados a manter-se ao lado da situação. Assim, a comitiva do governador, além de ter participado do congresso intermunicipal do PSD em Jequié, passou por Jaguaquara, Jequiriçá, Poções, Boa Nova, Conquista, Rio Novo, Santa Inês e outros municípios e localidades.

O embarque de José Américo para a Bahia ocorreu em 18 de agosto de 1937. Antes de sua chegada ao estado, Juraci Magalhães se dirigiu ao povo através da Rádio Sociedade. Na ocasião, defendeu mais uma vez a manutenção do regime democrático no país e combateu “qualquer tipo de extremismos seja ele o comunismo, o integralismo ou qualquer tipo de ditadura”. As palavras do então governador da Bahia pareciam um clarim anunciador de um novo golpe. Para ele, na “hora da tragédia”, que um golpe de força viesse a produzir, a Bahia não ficaria na indecisão e não cederia o seu lugar nas barricadas democráticas. Assim descreveu a conjuntura política do momento:

É grave a hora que passa. Inútil, senão criminosa, seria a tentativa de obscurecer a própria significação dos fatos que se desenrolam aos olhos aflitos da nação. Há uma inquietude generalizada. Interroga-se com o olhar, com os gestos, com as palavras. Pressente-se o trabalho subterrâneo predecessor das convulsões cataclísmicas. As hipóteses bailam nos espíritos enquanto uma estranha angústia sufoca os corações. Ninguém deseja acreditar nos prognósticos sombrios. Tenta-se em vão um sopro de otimismo que oxigene o ambiente, mas logo se revigora um mulçumano fatalismo, no sobressalto persistente do que há de suceder.⁵⁸

Em resumo da história política do Brasil no período, Juraci Magalhães afirmou que, vencida pelas armas as oligarquias, no ano de 1930, a ditadura branda que se instalou no poder facultou ao povo o contato com várias doutrinas, mas a Constituição de 16 de julho de 1934 teria lançado as bases de uma organização democrática, ainda que esta fugisse aos “liberalismos utópico com que se enfeitam as ditaduras de fato”.⁵⁹

Para ele, o levante de 1935 veio abalar essa estrutura e as tentativas do novo regime em se formar levando à instalação de sucessivos estados de guerra, que o então governador reconhecia ter sido “algumas vezes utilizado como arma política, deturpando-se os fins expressos para que se o criara”.⁶⁰

⁵⁸ O DISCURSO DO GOVERNADOR. *Diário de Notícias*, Salvador, 23.08.1937.

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ *Idem*.

Assim, o movimento armado dos comunistas teria, nas palavras de Juraci Magalhães, favorecido o integralismo que passou a divulgar a tese de que “quem não era integralista era comunista”. A mesma tese foi tomada pelos comunistas e, dessa maneira, ambos passavam a ignorar “os liberais, os democratas, os social-democratas, os antifascistas, os nacional-reformistas, os nacional-revolucionários”. Sob essa perspectiva, além dos integralistas e comunistas, considerados ambos como grupos extremistas no ano de 1937, Juraci Magalhães reconhecia ainda os resíduos de uma “civilização pastoril”, que se evidenciava por fenômenos de caudilhismo civil e militar, além de outras “pretensões disparatadas” que não podiam, segundo as suas palavras, ser catalogadas como doutrina.⁶¹

Diante do quadro, ainda segundo o governador, a Bahia teria se decidido por uma candidatura democrática, capaz de inspirar confiança e assegurar a estabilidade do regime, razão pela qual apoiou o nome de José Américo, ameaçado naquele momento, já que,

Pode-se dizer, resumindo, que o quadro político brasileiro se apresenta da seguinte forma:

- a) Candidaturas democráticas de José Américo e Armando Sales, ambas desejando a solução legal através do pleito de 3 de janeiro;
- b) O integralismo, preparando um golpe, a pretexto de “salvar a nação das garras do comunismo”;
- c) O comunismo tentando o estabelecimento de uma frente popular, que evite o “putsch” integralista e lhe permita, no futuro, dominar a situação;
- d) Uma corrente ditatorialista civil, de sentido impreciso, mas suscetível de entendimento com o integralismo;
- e) Uma corrente ditatorialista militar, mínima, sem atender às tradições de nossas forças armadas, mas que existe em estado latente.⁶²

E completa:

Tamanha é a confusão lançada na atmosfera social do país por essas correntes de origens e propósitos turbulentos, que a efetivação de um golpe não constituirá surpresas. Ao menos preocupados com os fatos da vida nacional é impossível fugir à evidência gritante dessa verdade.

Mas, na hora, em que a inconsciência fizer explodir essa tragédia não encontrará a Bahia na indecisão de uma escolha. [...] Nas barricadas democráticas não cederá a Bahia o lugar de vanguarda entre os que mais se empenharam em luta decidida e decisiva, frente às falangistas da anarquia.

Contra o integralismo, contra o comunismo e contra todas as ditaduras, a Bahia – dentro da democracia – continuará praticando a justiça, amando a liberdade e cultuando a ideal.⁶³

⁶¹ Idem.

⁶² Idem.

⁶³ O DISCURSO DO GOVERNADOR. *Diário de Notícias*, Salvador, 23.08.1937.

Descrição parecida foi feita por Otávio Brandão, em comunicação enviada à Internacional Comunista naquele ano.⁶⁴

Era essa a conjuntura política quando José Américo chegou a Salvador, no dia 24 de agosto de 1937. Depois de uma recepção vultuosa, o candidato, além das várias visitas a alguns pontos da capital e da participação na Convenção do PSD, na noite de 25, viajou para alguns municípios da Bahia, entre eles Alagoinhas, passando por Camaçari, Pojuca, Mata de São João e Catu, São Sebastião, Feira de Santana, São Gonçalo, Conceição da Feira, Cachoeira, São Félix, Muritiba, Cruz das Almas e Castro Alves. José Américo seguiu ainda para Ilhéus, onde visitou Itabuna e outros municípios vizinhos.

A campanha nos periódicos pessedistas e oficiais no interior do estado era muito forte, ocupando todas as edições de pequenos jornais que circulavam nos diferentes municípios naquele período. Estimava-se que José Américo obtivesse 70% dos votos na Bahia. A força expressa pela imprensa se materializava na organização de diferentes comitês, inclusive de mulheres, tal como ocorreu em Itabuna, onde existia a organização de comitês femininos Pro José Américo.⁶⁵

Com a suspensão do Estado de Guerra, os confrontos verificados em toda parte do Brasil entre comunistas e integralistas, por vezes se repetiam entre integralistas e liberais, fosse os que estavam à frente da campanha de José Américo ou de Armando Sales. Em Itabuna, por exemplo, onde o movimento integralista estava bem organizado, espalhou-se a notícia de que, com a visita de José Américo àquele município, a ordem social ficaria ameaçada. Assim constava em comunicação feita pelos membros integralistas locais a Macedo Soares, ministro da justiça.⁶⁶

⁶⁴ Segundo Karepovis, Octávio Brandão, ao lado de Fernando Lacerda eram os dois brasileiros creditados junto à Internacional comunista. Para o autor, “Em meados de 1937, Brandão detinha o *handcap* de estar na Europa, tendo, portanto, acesso mais rápidos às informações”, Karepovis. Dainis. *Lutas subterrâneas: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: HUCITEC, UNESP, 2003, p. 203.

⁶⁵ *A Época*, Itabuna, BA, 28.08.1937.

⁶⁶ OS PROCESSOS REPUGNANTES DO INTEGRALISMO CALUNIADOR. *A Época*, Itabuna, 4.09.1937. Em Alagoinhas, o deputado Theodomiro Batista denunciou os integralistas locais, afirmando que eles vinham ameaçando os membros da Concentração Nacional Trabalhista, do Centro Operário e do Sindicato dos Operários daquele município. A agressão mais séria teria sido feita a Marques Guimarães. PEDINDO PROVIDENCIAS AO GOVERNADOR, *Diário de Notícias*, Salvador, 12.08.1937. Marques Guimarães foi o responsável pela fundação da Sessão municipal da Concentração Trabalhista Nacional em Alagoinhas, cujo objetivo era divulgar a candidatura de José Américo junto aos operários da região. No mês de agosto ele já havia telegrafado a Juraci Magalhães informando que sofreu agressão do integralista Antonio Matos aos fazer campanha para José Américo, razão pela qual estava se retirando de Alagoinhas para Irará. CPDOC. Arquivo Juraci Magalhães. Correspondências dos municípios. Telegrama de Artur Cavalcante, presidente da Comissão de Propaganda da CTN para Juraci Magalhães. 20.07.1937; Telegrama de Marques dos Reis Guimarães a Juraci Magalhães. 06.08.1937.

No retorno para o Rio de Janeiro, a 4 de setembro, portanto oito dias depois da chegada ao estado da Bahia, José Américo foi acompanhado pelo governador Juraci Magalhães, que mais uma vez seguia para a capital, com o objetivo desmentir os boatos em torno de um tertius. A notícia da escolha de um terceiro nome que seria lançado em razão das desistências de José Américo e Armando Sales era atribuída às manobras do candidato da UDB, que não conseguia emplacar como um nome nacional.

No capítulo anterior verificamos como a campanha de Armando Sales foi defendida pelos autonomistas, principalmente por Otávio Mangabeira. Cabe, agora, esclarecer de que modo ela foi recepcionada em solo baiano e como ao final de setembro de 1937 já estava praticamente vencida.

Oficialmente, a candidatura de Armando Sales ocorreu no dia 16 de maio de 1937, mas somente a 10 de junho é que se verificou a organização de uma agremiação política que reunia os seus adeptos. Inicialmente fundada como Concentração Nacional Democrática, depois União Democrática Nacional e finalmente União Democrática Brasileira, essa agremiação reunia os deputados da minoria de diferentes estados, entre eles os autonomistas da Bahia.

Além da participação efetiva de Otávio Mangabeira, que apesar de não ter assumido o cargo de presidente da UDB comportava-se como tal, o autonomista Luiz Viana Filho era um dos deputados da minoria que mais se empenhavam pela campanha, se fazendo presente em muitos dos conclaves políticos representando o estado da Bahia. Uma vez que Otávio Mangabeira estava preocupado em imprimir feições nacionais à candidatura de Sales, não era adequado que ele falasse em nome da Bahia nas reuniões políticas e comícios da UDB, evitando, com isso, que os discursos regionalistas fossem aflorados.⁶⁷

Na Bahia, além da Concentração Autonomista e dos membros da LASP, a campanha contava com o apoio dos comerciários, que fundaram a União Democrática Comerciária, a UDC e o apoio do Partido Popular da Bahia, PPB, liderado por Cosme de Farias e Ponciano Pereira. O primeiro, seabrista, era responsável pela aproximação dos udebistas/autonomistas com as classes populares; o segundo havia aderido ao partido naquele mês. Contavam ainda com o apoio dos estudantes que se reuniam em torno da União Democrática Universitária, UDU e tal como o PSDU estava composta por discentes das faculdades e escolas baianas.⁶⁸

⁶⁷ A campanha da UDB foi feita em São Paulo pelo jornal *Estado de São Paulo*, em Minas Gerais pelo jornal *O Bandeirante*, que se declarava órgão do Partido, do qual localizamos dezenove edições que dão conta do conteúdo da campanha armandista e, na Bahia, pelo jornal *A Tarde*.

⁶⁸ CANDIDATURA ARMANDO SALES, *A Tarde*, Salvador, 5.7.1937; *Diário de Notícias*, 8.6.1937.

Além do apoio dessas agremiações, havia o núcleo duro dos autonomistas baianos, especialmente Luiz Vianna Filho, Nestor Duarte, Antonio Balbino, Augusto Publio, Jayme Ayres, Wencelau Gallo, Epaminondas Berbert, Luiz Lavigne, Jayme Balleiro, Paulo Almeida, Admar Guimarães, Nelson Teixeira, João Bião de Cerqueira, Antonio de Oliveira e Carlos Pereira Filho, os principais responsáveis pela campanha armandista no estado.⁶⁹

Como se vê, as principais lideranças autonomistas estavam fora desse núcleo da campanha. Quando a UDB realizou o apoteótico comício de 16 de julho, em São Paulo, exatamente três anos após a promulgação da Constituição de 1934, Otávio Mangabeira limitou-se à leitura do Programa. A atitude do liberal baiano, criticada pelos pessedistas que o apelidaram de “o speaker”, na verdade, revelava o seu interesse em afastar-se dos discursos regionalistas que os autonomistas imprimiram às suas campanhas naqueles últimos anos.⁷⁰

Irradiado pelos alto-falantes instalados pelos diretórios autonomistas nos diferentes municípios da Bahia, o comício sustentou o combate ao adversário com base na narrativa de que ele, assim como outros políticos que o apoiavam teria sido um dos baluartes da Revolução de 1930. Sob esta ótica questionava: como o povo brasileiro poderia confiar que José Américo iria mudar o Brasil, já que ele havia participado do movimento que teria implantado uma ditadura no país?⁷¹

Outro argumento que era recorrente na campanha em favor de Aramando Sales na Bahia dizia respeito ao papel desempenhado pelo paulista e pelo estado de São Paulo tanto para que houvesse a constituição de 1934 quanto à sucessão, pois

não fora a atitude do seu então governador, o eminente dr. Armando Sales de Oliveira que contrariando as ordens do Catete, despiu-se do cargo para se desincompatibilizar, estaria, até hoje, já nos últimos meses do quadriênio presidencial, o tecido da sucessão preso ao tear de Penélope, e sobre ele, debruçado zombando e sorrindo, o snr. Presidente da República.⁷²

Os autonomistas tentavam amenizar as acusações de que faziam parte de uma campanha mercenária, mas os fatos depunham contra eles. Luiz Viana Filho teria recebido dinheiro para promover a campanha no estado. Havia ainda a acusação de que os udebistas estavam aliciando eleitores no Norte para transferir o domicílio eleitoral para São Paulo, isso num momento em que a emigração nos municípios sertanejos se configurava como uma

⁶⁹ *A Tarde*, 12.7.1937.

⁷⁰ O SPEAKER- *Diário de Notícias*, Salvador, 20.07.1937.

⁷¹ A SUCESSÃO PRESIDENCIAL, *Correio de Alagoinhas*, Alagoinhas/BA, 10.06.1937; O FUTURO PRESIDENTE DA REPUBLICA, *Correio de Alagoinhas*, Alagoinhas/BA, 22.07. 1937; Não É CRITERIOSO, *Correio de Alagoinhas*, Alagoinhas/BA, 14.08.1937.

⁷² NÃO É CRITERIOSO, *Correio de Alagoinhas*, Alagoinhas/BA, 14.08.1937.

tragédia, uma vez que numerosa quantidade de homens deixava as suas casas e famílias e viajavam para São Paulo em busca de melhores condições de vida.

Na Bahia, a situação se agravou tanto que os deputados receberam vários pedidos para que se votasse urgentemente um projeto de lei que amenizasse a situação, uma vez que eram recorrentes na região sertaneja as dezenas de caminhões que seguiam lotados para o sul.⁷³

Assim como o PSD, os autonomistas/udebistas também demonstraram querer aproximação com Anísio Teixeira. Pedro Lago, defensor da campanha armandista na Bahia, também lhe enviou telegrama em junho de 1937, informando sobre o adiamento da convenção partidária, que seria remarçada para depois da instalação definitiva da União Democrática Brasileira.⁷⁴

A aproximação entre comunistas e a candidatura de Armando Sales também foi esboçada, sem êxito, em São Paulo. Segundo Dainis Karepovs, o próprio nome atribuído à agremiação nacional fundada pela oposição paulista foi inspirado pelos comunistas de São Paulo. Para o autor, havia interesse de que os comunistas aderissem à UDB “em posição subalterna”. Absorvendo os quadros mais expressivos dos comunistas, os peceítas pensavam em conquistar a classe operária. A negociação não surtiu efeito. Segundo demonstrou Karepovs, Paulo Duarte, um dos principais articuladores da campanha de Sales, mostrava desconfianças em relação às palavras comunistas e Armando Sales temia que essa aproximação distanciasse militares e aliados de direita.⁷⁵

Apesar do isolamento e do combate recebido pelos pessedistas da Bahia, a campanha da UDB experimentou um curto entusiasmo em todo o estado. Em Salvador inaugurou-se um distrito eleitoral Armando Sales, no distrito de Brotas; em Alagoinhas a campanha versava sobre um homem de rara envergadura moral; em Santa Rosa, o povo aplaudia os autonomistas que faziam a sua campanha presidencial e um homem teria, no auge do delírio, beijado o quadro do candidato; em Piripa uma senhora teria apontado para o retrato de Armando Sales e dito: ali está o santo que vai salvar o Brasil do Comunismo; ainda em Salvador, a Ação Democrática Universitária mudou a data de um comício para fazê-lo na presença do candidato das oposições coligadas, mas esse comício não se realizaria.⁷⁶

⁷³ O REPROVÁVEL MERCANTILISMO PAULISTA. 13.07.1937.

⁷⁴ CPDOC. AT.1937.06.26. Telegrama de Pedro Lago para Anísio Teixeira. 26.06.1937..

⁷⁵ Karepovs, Dainis. *Lutas subterrâneas: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: HUCITEC, UNESP, 2003, p. 170-171.

⁷⁶ *A Batalha*, Rio de Janeiro, 13.07.1937; 13.08.37; 16.10.37; *Jornal Correio de Alagoinhas*, Alagoinhas, 14.08.37.

A Jornada Democrática, conforme ficou conhecida a campanha de Armando Sales teve início em 17 de agosto de 1937, com a saída da comitiva armandista para Minas Gerais. De lá, o candidato deveria visitar o norte do Brasil, sobretudo porque essa visita tinha o objetivo de desfazer os boatos em torno do regionalismo da campanha. Em relação à Bahia, no entanto, a organização da visita do candidato constituiu-se em motivos para desentendimentos entre Otávio Mangabeira e Simões Filho.

Sobre a divergência entre o ex-ministro e o proprietário do *A Tarde*, o *Diário de Notícias* lembrou:

a briga autonomista não deve ter surpreendido a ninguém, que conheça o saco de gatos da ‘concentração’. Entre os srs. Simões filho e Otávio mangabeira sempre houve um velho teiró, que culminou o governo Vital Soares, no qual os dois políticos do passado representavam pólos em conflito. Essa situação estava, apenas, pelas conveniências do ostracismo, e, agora, se agrava.

O jornal *A Tarde* negou a divergência entre os autonomistas, mas as reuniões que ocorreram em São Paulo com o objetivo de deliberar pelo programa da visita do candidato à Bahia revelam que estava vencido o ponto de vista de Otávio Mangabeira, cuja ausência na foto oficial da reunião foi registrada pela imprensa carioca e paulista.

O problema consistia no fato de que, enquanto Simões Filho defendia que a Jornada Democrática começasse a sua campanha na Bahia pelo sul do estado, visando economizar, Otávio Mangabeira retrucava, afirmando que seria um desperíspeito à Bahia e ao povo baiano que o candidato não se apresentasse primeiro aos eleitores e correligionários da capital baiana. Além dessas divergências, havia também a falta de apoio de João Mangabeira, condenado pelo suposto envolvimento com o levante comunista de 1935 e do ex-autonomista Bulcão Junior. Ambos aderiram à campanha de José Américo.⁷⁷

Assim, a partir de meados de setembro quase não se verificava mais campanha em prol de Armando Sales pelos jornais do interior do estado. Ao tempo em que se aproximava o prazo para a oficialização das candidaturas junto ao TSE, a expectativa de que Vargas daria um golpe aumentava, assim como também crescia a expectativa de se apresentar um *tértius* e mesmo a possibilidade de Armando Sales desistir da candidatura ou fazer alianças com o integralismo.

⁷⁷ UM EX-AUTONOMISTA AO LADO DE JOSÉ AMÉRICO. *Diário de Notícias*, Salvador, 04.06.1937. João Mangabeira foi condenado a três anos e quatro meses de prisão e a perda de mandato. Para o seu lugar na Câmara Federal convocou-se o suplente Lemos Brito.

Conforme apontamos, a ida de Juraci Magalhães à capital do país, no início de setembro de 1937, assim como ocorreu aos governadores de Minas Gerais e Pernambuco, tinha por objetivo desfazer os nós que surgiam na trama política. O jornal *A Pátria*, do Rio de Janeiro, denunciara no início daquele mês que o presidente estava em acordos com Plínio Salgado articulando um golpe.⁷⁸ Estava praticamente escancarado os planos de manutenção de Vargas no poder.

Assim, a 9 de setembro, Juraci Magalhães, Lima Cavalcante e Benedito Valadares reuniram-se com o presidente, e ainda naquele mês José Américo foi recebido no Catete. Da harmonia arranjada nesses encontros, passava-se a impressão de que eram boatos todos os comentários da oposição. Uma “pobreza intelectual de uma campanha rica”.⁷⁹

No dia 22 de setembro, Juraci Magalhães voltou à Bahia onde foi surpreendido, no início de outubro, pelo decreto assinado por Vargas, apoiado pelo Congresso, de mais um Estado de Guerra no Brasil. Apesar do Estado de Guerra, o ministério da justiça se apressou em dizer que as campanhas pela sucessão seriam mantidas oficialmente. À época, Vargas nomeou uma Comissão para superintender em todo território nacional as medidas decorrentes de sua ação e esta, em nota com instruções de como conduzi-lo, informava que a execução do mesmo não devia afetar, de modo algum, a propaganda realizada pelos candidatos à eleição de 3 de janeiro.⁸⁰

A nota buscava esclarecer à população de que o estado de guerra estava somente ligado às subversões comunistas e nada tinha a ver com a sucessão presidencial.⁸¹ Em quase todos os estados, com exceção de São Paulo e Rio Grande do Sul, seriam os próprios governadores quem o executaria. Porém, sabedor dos planos de Vargas, Juraci Magalhães teria pedido exoneração do cargo de executor do estado de Guerra na Bahia. O pedido foi negado pelo presidente. Segundo informações veiculadas pela imprensa, Vargas teria afirmado que o governador baiano ainda merecia inteira confiança do governo central, informação que foi confirmada pelo ministro Macedo Soares.⁸²

⁷⁸ A denúncia foi reproduzida na imprensa baiana. ACUSADO O SR. GETÚLIO VARGAS, *Diário de Notícias*, Salvador, 3.09.1937.

⁷⁹ A FUGA DOS BOATOS, *A Época*, Itabuna, 14.09.1937; A CAVALGATA DOS BOATOS, mais uma vez foi totalmente desmoralizada, *A Época*, Itabuna, 20.09.1937.

⁸⁰ COM A MÁXIMA LIBERDADE. *Correio do Bonfim*, 17.10.1937.

⁸¹ SEMANA POLÍTICA, *Correio do Bonfim*, 17.10.1937. *A Época* de Itabuna declarava: “Os estado de guerra, longe de prejudicar a campanha para a sucessão, vem, dentro de um dispositivo constitucional, assegurar a paz ao Brasil, para que se processem as eleições de janeiro num ambiente de absoluta calma, dentro de verdadeiro espírito da Democracia. 14.10.1937.

⁸² A POSIÇÃO NA BAHIA. *A Época*, Itabuna, 26.10.1937.

Destituir o governador da Bahia, convertido publicamente em defensor fervoroso da democracia no país, do cargo de executor do estado de guerra, representava o mesmo que descobrir os planos ocultos que vinham sendo orquestrados no Catete. A manutenção revela a astúcia do presidente, mas outras medidas foram adotadas para assegurar que os estados dissidentes não se articulassem numa resistência.

As manobras do governo federal nos estados que não o apoiavam era visível, mas justificadas como imprescindíveis no combate ao comunismo. Na Bahia, por exemplo, quando se fez a troca do comando da 6ª Região Militar, mudando-se o coronel Heitor Pires de Albuquerque pelo coronel Antonio Fernandes Dantas, que veio do Rio acompanhado de nova oficialidade, entre os quais o major Bina Machado, chefe do Estado Maior, a justificativa era a de que a ação “enérgica e eficiente do presidente” visava debelar inteiramente o “flagelo” comunista que ameaçava o Brasil.⁸³

Vargas precisava garantir que postos estratégicos fossem ocupados por homens de sua confiança. Por isso, Juraci Magalhães iria presidir uma Junta composta por homens que ocupavam altos cargos da marinha e do exercito, a exemplo do que vinha sendo feito em outros estados. Em carta encaminhada aos prefeitos dos municípios, Juraci Magalhães dava conhecimento da situação.⁸⁴ A comissão executora do estado de Guerra na Bahia estava composta por Juraci Magalhães, o coronel Dantas e o capitão de fragata Fontes.

Quando da instalação, em telegrama emitido ao presidente da República, a Junta hipotecou inteira solidariedade ao governo da república no combate ao comunismo. Mas as denúncias feitas pelo coronel Dantas acerca da atuação de Juraci Magalhães revelam que houve pouco ou nenhum empenho do governador para que a promessa fosse cumprida.

O coronel Fernando Dantas entrou em conflito com o governador do estado da Bahia por mais de uma vez, motivando, inclusive, uma denúncia junto ao ministro da Guerra. Para o coronel, não somente a Comissão do Estado de Guerra em combate aos comunistas não havia sido formada como o Juraci Magalhães havia relaxado a perseguição aos comunistas.

Por outro lado, o governador da Bahia alegava que as acusações do coronel Dantas serviam de pretexto para provocar uma intervenção federal no estado. As opiniões de Juraci eram fortemente combatidas e vencidas no interior da Junta, razão pela qual ele também protestou junto ao ministro da guerra, argumentando que os “propósitos agressivos das forças armadas” colocavam em xeque a sua autoridade na Bahia.

⁸³É PRECISO SALVAR O BRASIL DAS GARRAS CONSTITUCIONALISTAS” . Getulio Vargas para o ministro João Alberto. *A Tribuna*, Canavieiras, BA. 6/10.1937.

⁸⁴ A CARTA DO GOVERNADOR. *A Época*, Itabuna, Ba. 19.10.1937.

Contrário às medidas adotadas pelo Exército, Juraci Magalhães discordava da prisão dos parlamentares, tidos como suspeitos pelo coronel. Para ele, investia-se demais na perseguição aos “representantes do povo” ao tempo em que se prestigiavam os integralistas. Entre os deputados envolvidos na investigação do coronel estavam Péricles Noblat, Crescêncio Guimarães Lacerda, Nestor Duarte, Álvaro Saches, Aliomar Baleeiro, Maria Luiza Bittencourt e o vereador Genebaldo Figueiredo.⁸⁵

Outubro se encerrou com a última inauguração do governo de Juraci Magalhães na Bahia, na década de 1930. Ao final do mês ele inaugurava a Pedra Fundamental do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina na Bahia. Na ocasião, recebeu a visita de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde. Essa visita não deixou de ter um caráter político de apoio ao governo da Bahia. O ministro mostrava-se também defensor da democracia. Com o golpe de 10 de novembro de 1937 pediu demissão do cargo.⁸⁶

No cenário nacional, Flores da Cunha já havia renunciado desde 19 de outubro, retirando-se em exílio para o Uruguai. Getúlio Vargas decretou intervenção no estado sulista. As campanhas à sucessão, por sua vez, estavam virtualmente vencidas. A 16 de outubro, antevendo a sua própria derrota, os udebistas pretenderam substituir a candidatura Armando Sales pela de um general do exército, conforme apontamos no capítulo anterior. Segundo denunciavam os jornais pesseditas da Bahia, Armando Sales só estava aguardando a decretação do estado de guerra para retirar a candidatura, sob a justificativa de que era impossível dar continuidade ao pleito sob tais circunstâncias, mas a renúncia não foi efetivada.⁸⁷ Por outro lado, José Américo resistia, recusando-se a retirar a sua candidatura.⁸⁸

A escalada autoritária tomava forma. A 2 de novembro de 1937 instalou-se a Defesa Social Brasileira para o combate ao comunismo⁸⁹ e no dia 5 do mesmo mês, o ministro Macedo Soares demitia-se do cargo de ministro da Justiça. Às vésperas do Golpe o *Correio*

⁸⁵ CPDOC. GV c 1937.11.02. Telegramas sobre a situação política na Bahia decorrente da substituição do Comandante da Região, visando execução do estado de guerra. Inclui informações sobre: existência de depósito de armas clandestinas do Governo do Estado; providências militares tomadas pelo Comandante da 6ª Região Militar; declarações de Juraci Magalhães a respeito de uma possível intervenção federal na Bahia; prisões de parlamentares acusados de envolvimento com o comunismo; e denúncias feitas pelo governador de proteção dada aos integralistas baianos por oficiais da 6ª Região Militar. Salvador (Vol. XXVIII/1a, 1b, 1c, 1d, 9, 17, 18a, 18b, 18c, 18d). 09/11/1937. Ver também: Jacira Primo, op. cit. p. 125.

⁸⁶ A honrosa visita do ministro Gustavo Capanema à Bahia.

⁸⁷ O PLANO DA UDB PARA FUGIR A LUTA ELEITORAL. *A Tribuna*, Canavieiras. 27.10.1937.

⁸⁸ Ver entrevista de José Américo ao no *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24.10.1937. Ainda ao final de outubro, em entrevistas a jornais do RJ, José Américo afirmava que não retiraria a sua candidatura de forma espontânea, pois acreditava que Vargas não pleiteava permanecer no poder, a não ser que a sua candidatura se tornasse uma inconveniência ao país, em isso sendo provado “não lhe faltaria o espírito de renúncia. Na mesma data Armando de Sales de Oliveira e a UDB formalizavam o pedido do registro da candidatura junto ao Tribunal de Justiça Eleitoral. SEMANA POLÍTICA, *Correio do Bonfim*, Bahia. 31.10. 1937.

⁸⁹ *A Tribuna*, Canavieiras. 3.11.19 37; *A Época*, Itabuna, 30 de outubro de 1937.

do Bonfim, jornal do interior da Bahia resumia o quadro que emoldurava a política do Brasil naquele momento:

A confusão continua no tablado político brasileiro. A sucessão presidencial continua um problema que ainda não apareceu quem definisse claramente.

Primeiro, a campanha presidencial no auge. Depois, o estado de guerra, a necessidade de repressão ao comunismo, a requisição de polícia militares e o enfraquecimento dos governos estaduais. O Rio Grande do Sul entra no torvelinho - renúncia do governador Flores da Cunha e intervenção federal no estado. Muda-se o comandante da região na Bahia e a junta de Pernambuco reúne-se sem a presença do governador.

A confusão continua. Vem ao norte um emissário do governador mineiro para um entendimento com os respectivos governadores. O próprio José Américo declara que esse entendimento se relaciona com o afastamento de sua candidatura. Enquanto as forças majoritárias vacilam, o candidato adversário, senhor Armando de Sales, declara que nunca se sentiu tão forte e não desistirá de forma alguma. E, por outro lado, o candidato integralista Sr. Plínio Salgado reúne os seus adeptos e os faz desfilar perante o Sr. presidente da república.

Em meio a tudo isso paira a figura do presidente Getúlio Vargas que, serenamente, vai vencendo todas as dificuldades que se lhe apresentam para alcançar um fim que ninguém ainda pode penetrar. Reforma da Constituição, especialmente para lhe prorrogar o mandato? Alteração do texto constitucional também para lhe autorizar candidatar-se e reeleger-se? Ditadura com o afastamento das eleições de 3 de janeiro e o aniquilamento das candidaturas democráticas? Ou o contrário de tudo isso, a apresentação de novo candidato para as forças da maioria e a realização normal das eleições marcadas pela constituição? Eis o grande mistério que paira sobre os horizontes políticos. Enquanto não o desvenda e não o desbrava a confusão, o presidente continua calmamente, patrioticamente, nessa grande obra a que se propôs o seu governo o nobre empenho de aniquilar o inimigo comum, o bolchevismo nefando que alguns brasileiros se empenham por implantar no Brasil.⁹⁰

Juraci Magalhães buscava acalmar os ânimos no estado reafirmando a sua posição contra as ações do presidente Vargas. No dia 10 de novembro de 1937, o jornal *A Tribuna*, de Canavieiras, fazia publicar uma telegrama recebido no dia 8 pelo prefeito daquele município, no qual o governador assegurava a manutenção da ordem e da paz no estado. Segundo o texto, Juraci Magalhães afirmava que à frente do governo do estado estava “um homem de responsabilidades que tinha no governo um ministro e um presidente do senado, não podia, por isso, esconder a verdade aos seus governados. A situação era a pior possível.⁹¹ Naquela

⁹⁰ SEMANA POLÍTICA, *Correio do Bonfim*, 7.11.1937. BPEB.

⁹¹ESMAGANDO AS EXPLORAÇÕES DOS INIMIGOS DO REGIME. *A Tribuna*, Canavieiras/BA, 10.11.1937.

mesma noite do dia 10, Juraci Magalhães se despediu da Bahia, com uma mensagem irradiada pela Rádio Sociedade.

Sobre o golpe de 10 de novembro de 1937, a imprensa baiana, inclusive a autonomista, informava:

De há muito que já se falava quase com certeza absoluta na prorrogação do mandato presidencial e como consequência lógica na retardada das candidaturas e suspensão das eleições. E este golpe de estado tão sabiamente preparado pelo nosso presidente foi por ele próprio desfechado à nação no dia 10 do corrente.

O senhor Getúlio Vargas, à noite deste dia falou ao país pelo rádio, mostrando a grande necessidade de sua permanência no poder por mais 6 anos, a fim de concluir a sua obra de defesa social contra o cranco vermelho que tentava subversamente apossar-se do Brasil para transformá-lo num inferno de sangue e injustiças, onde seriam de centenas de milhares o número de vítimas.⁹²

Como ficou evidenciado pela nota do jornal alagoinhense, todos sabiam que um golpe estava em curso, mas a narrativa sabiamente traçada pelo presidente Vargas acerca dos comunistas saiu vencedora. Conforme afirmou Felipe Demier, a iminência de uma sucessão presidencial fazia emergir personagens políticos já retirados de cena. A classe trabalhadora e o comunismo, ainda que como espectro deixavam as classes dominantes em pânico.

Segundo afirmou o autor, a aproximação de José Américo das massas contribuiu para ressuscitar o “perigo vermelho”, ou seja, o calendário eleitoral previsto pela jovem constituição só trazia incertezas às classes burguesas dominantes do Brasil. Para o autor, expedientes democráticos e liberais passaram de um contrapeso ao executivo forte para grandes responsáveis pela instabilidade política do país e pela instabilidade social, levando a uma nulidade política da burguesia que depois de esmagar o proletariado e seus aliados democráticos se reduziu à mesma condição.⁹³

7.3 O Epílogo da Revolução de 1930 na Bahia

Mesmo tendo declarado que não participaria de acordos políticos que levassem a um combate armado ao governo federal, as informações repassadas acerca de Juraci Magalhães ao presidente Getúlio Vargas e à imprensa pelo interventor interino Antonio Fernandes Dantas, após a saída de Juraci Magalhães do governo, era a de que ele municiaava-se para um

⁹² *Correio de Alagoinhas*, Alagoinhas, 14.11.1937.

⁹³ DEMIER, p.139-145.

possível confronto. Até 5 de dezembro de 1937, diversas apreensões de armas e munições foram feitas na casa onde residia o ex-governador, na casa de amigos e correligionários do interior e no próprio Palácio da Aclamação. Segundo nota divulgada à imprensa, o Palácio da Aclamação era um verdadeiro arsenal de guerra.⁹⁴

Difícilmente uma resistência do governo do estado poderia contar com os prometidos dez mil homens de Franklin de Albuquerque. Adepto do pragmatismo que caracterizava os coronéis do interior, o líder da região sanfranciscana perfilou-se ao lado do Novo Regime ainda em 1937.⁹⁵ Em março de 1938, com a nomeação de Landulfo Alves para a interventoria no estado, ele afirmava a Geraldo Rocha que havia chegado a hora da Bahia, com a nomeação de um “baiano, cheio de ideias, moço, culto e com visão real das coisas”, colocando-se à disposição do governo e assegurando que, “havendo necessidade para a felicidade da Nação ou para a segurança do regime, poderemos dispor de 30 a 40 mil sertanejos, patriotas, valentes e decididos a dar a vida pelo Brasil”.⁹⁶

⁹⁴ Segundo o relatório do coronel, a Secretaria de Segurança Pública prendeu “como filiados ou suspeitos comunistas, na maioria constante da relação do chefe de polícia do governo, capitão Juraci Magalhães, vinte pessoas, apreendeu dois mil e quinhentos livros de propaganda comunista, recolheu ao depósito do Serviços de Material Bélico da Região o seguinte armamento extra, de dotação da polícia: pertencente ao estado da Bahia, 62 fuzis ordinários, 307 mosquetões, 15 fuzis-metralhadoras, 6 metralhadoras, 142 rifles e cartuchos diversos, 350.000 em poder da Polícia Militar; no palácio da Aclamação 6 FO, 1 metralhadora pesada, 12 metralhadoras, 230.000 cartuchos; na Secretaria de Segurança Pública: 4 F.O., 4 fuzis-metralhadoras, 30 metralhadoras, 300 mil cartuchos; apreendidos na polícia de choque especial: 4 fuzis-metralhadoras, 30 pistolas Royal, 26.000 cartuchos e gás, 280.000 cartuchos remington, 80 mil cartuchos diversos e 4 fuzis-metralhadoras; material pertencente a 6ª região militar que se achava no Palácio da Aclamação, cedido, particularmente, ao governo do estado: 2 metralhadoras pesadas, 175 granadas F.O, 2 granadas defensivas, 185 detonadores, 70 mil cartuchos de metralhadora. A Secretaria de Segurança Pública está realizando apreensões na casa de particulares desta capital e em fazendas do interior do estado de material bélico constante de relação encontradas na polícia, cuja distribuição foi feita por ordem do governo do estado [...]. O PALACIO DO GOVERNO DA BAHIA ERA UM ARSENAL DE GUERRA, CORREIO DO BONFIM, *Diário da Bahia*, Salvador, 5/12/1937. Ver também: CPDOC. GV c 1937.11.02. Telegramas sobre a situação política na Bahia decorrente da substituição do Comandante da Região, visando execução do estado de guerra. Inclui informações sobre: existência de depósito de armas clandestinas do Governo do Estado; providências militares tomadas pelo Comandante da 6ª Região Militar; declarações de Juraci Magalhães a respeito de uma possível intervenção federal na Bahia; prisões de parlamentares acusados de envolvimento com o comunismo; e denúncias feitas pelo governador de proteção dada aos integralistas baianos por oficiais da 6ª Região Militar. Salvador (Vol. XXVIII/1a, 1b, 1c, 1d, 9, 17, 18a, 18b, 18c, 18d). 09/11/1937. Entre os comunistas em fuga citados pelo cronograma destacou-se o nome de Edson Carneiro.

⁹⁵ SEMANA POLÍTICA, *A Época*, Itabuna, 2.1.1938. Francisco Campos adjetiva o regime de Democracia autoritária, como denominação oficial do regime, misto de democracia e Estado forte e autoritário, regime em que a federação e a liberdade se mantém, dentro, porém, do controle único do chefe da nação que é, nele, quem encarna a lei e a soberania nacionais.

⁹⁶ CPDOC. GV c 1938.03.25/1. Carta de Franklin Lins de Albuquerque a Geraldo Rocha comentando a receptividade dos baianos à nomeação de Landulfo Alves para interventor da Bahia. Bahia (Vol. XXIX/37a). 25/03/1938. Cinco meses depois, o chefe sertanejo denunciava a interventoria de Landulfo Alves ao presidente Vargas, com argumento de que ele estava trabalhando contra a Bahia, abrigando em seu governo autonomistas e integralistas. A informação de que os integralistas dominavam a interventoria de Landulfo Alves também foi transmitida ao presidente pelo coronel Paquet, comandante da 6ª Região Militar, no ano de 1939, e ainda em 1942 havia informação de que Landulfo Alves não conseguia afastá-los do governo. Cf.: Renato Paquet a Eurico

Assim como ele, Pacheco de Oliveira e Medeiros Neto continuaram solidários a Vargas, de quem esperavam uma possível indicação para assumir o governo da Bahia.⁹⁷ Ainda no ano de 1937, em carta encaminhada a Vargas, Pacheco de Oliveira, respondendo a uma possível solicitação do presidente, através de Marques dos Reis, para elaborar uma lista de nomes que pudessem assumir o governo da Bahia respondeu:

Quanto a mim, não organizava lista: a) porque não a podia, por lealdade ao Presidente, fazer de nomes de políticos que lhe foram contrários; b) porque, fora dos arraiais adversos, só dois nomes existiam na Bahia – o meu e o dele (Marques), o que dispensava aquela tarefa; c) nem mesmo a lista com esses dois nomes me era dado organizar porque seria, de minha parte, uma espécie de renúncia às minhas aspirações, o que eu não poderia fazer em atenção aos meus amigos. [...] Não sinto constrangimento de usar de uma figura que não pode milindar e põe em relevo a minha condição neste momento: a situação federal era uma nau, à cuja tripulação V. pertencia, à certa altura, quando as águas subiam e a borrasca ameaçava, todos esperando o seu naufrágio, eu embarquei destemeroso. Portanto, a diferença entre nós dois é esta: V. [Marques dos Reis] não podia deixar seus companheiros e ficou nobremente onde estava, porém, eu, que a isso não me achava obrigado como V., entendi participar de todos os riscos maiores, espontaneamente me colocando sob comando do nosso Presidente.⁹⁸

Marques dos Reis, por sua vez, saiu do Ministério da Aviação e foi para a presidência do Banco do Brasil, mas há notícias de que manteve amizade com o ex-governador.

Pela cisão que ocorreu no PSD, a partir de 1936, e pela forma como se conduziram os deputados eleitos pelo partido no ano de 1937, percebe-se que o governo de Juraci Magalhães jamais conseguiu agregar sob seu comando e sem conflitos, as principais lideranças que ascenderam à política baiana depois da Revolução de 1930.

A despeito de ter constituído uma corrente política, o governo de Juraci Magalhães jamais ou pouco gozou de estabilidade política dentro do estado. Em 1931, chegou à Bahia no auge da crise de hegemonia das classes dominantes. A despeito de ter encontrado oposição junto aos membros da Aliança Liberal na Bahia, Juraci Magalhães contou com o apoio negociado de parte dos produtores locais que desde 1929 estavam em litígio com o governo

Gaspar Dutra informando que a situação política na Bahia está dominada pelos integralistas. Bahia (Vol. XXXI/60a).

⁹⁷ Sabendo gozar de certo prestígio junto a Vargas, em razão de não ter apoiado a conduta de Juraci Magalhães, Pacheco de Oliveira escreveu ao presidente solicitando que caso não viesse para a Bahia gostaria de ocupar um cargo em algum Tribunal, sugerindo o Superior Tribunal Militar. Cf.: CPDOC. GV c 1938.01.28/1. Carta de João Pacheco de Oliveira a Getúlio Vargas. Pleiteando cargo de membro do Superior Tribunal Militar, caso seu nome não seja aceito para a interventoria da Bahia. Rio de Janeiro (Vol. XXIX/6). Data: 28/01/1938.

⁹⁸ CPDOC. GV c 1937.11.15/1. Carta de João Pacheco de Oliveira a Getúlio Vargas opinando sobre a escolha de nomes para interventoria da Bahia. Rio de Janeiro (Vol. XXVIII/35). 15/11/1937.

deposto. Além deles, cooptou políticos de menos prestígio e amparado pelo governo central manteve-se no poder pelo uso da força sobre os seus opositores e distribuição de benesses aos amigos, impondo-se, por vezes, mais pela força do que pelo consenso.

A partir de 1933, quando elegeu a maioria da bancada baiana para a Constituinte, revelou-se um político hábil, capaz de coordenar as dispersas forças da política regional, acostumadas à movimentação ao lado do governo da união. No plano federal, coordenou a recondução de Vargas ao poder, quando a sua eleição indireta esteve ameaçada, em julho de 1934. Nesse mesmo ano foi intimidado com o retorno de Otávio Mangabeira do exílio e pela fundação da Concentração Autonomista da Bahia, frente única que enfeixou as forças políticas de oposição. Não hesitou o combate nas urnas e saiu vitorioso das eleições realizadas a 14 de outubro de 1934.

Evidentemente, essa vitória não pode ser lida apenas como uma demonstração de força política de Juraci Magalhães, mas, sobretudo, pela disposição dos seus correligionários em assegurar as suas permanências nos novos postos de mando, como também de uma incapacidade política da oposição em se conduzir com coesão e, principalmente, respeitar as novas regras do jogo político iniciado após a revolução, de incorporação controlada das massas e maior participação da base partidária nas decisões políticas, o que não se verificava entre os membros da Concentração Autonomista, servindo, inclusive, de motivos para que Juraci Magalhães investisse sobre os descontentes, provocando cisões nas hostes autonomistas, tanto a nível estadual quanto federal.

No ano de 1935, se consolidou junto ao governo federal como um dos principais governadores, condição que garantiu ao estado da Bahia uma pasta ministerial e a presidência da bancada situacionista. Esteio da revolução no cenário nacional, internamente, o governo de Juraci enfrentava forte oposição, por parte dos autonomistas, dos comunistas e integralistas, cujos enfrentamentos revelaram no primeiro ano do seu governo constitucional, um “governador equilibrista”, ora combatendo um, ora combatendo outro inimigo.

O prestígio que desfrutava junto ao executivo central começaria a se desfazer a partir de 1936 quando, consultado por Vargas, Juraci Magalhães se recusou a aceitar os seus planos de continuidade no poder. De esteio da revolução de 1930 e amigo fiel do governo constituído, passou a figura suspeita, ficando, inclusive, sob constante ameaça de intervenção federal no estado.

Irredutível no seu posicionamento quanto à necessidade de haver sucessão presidencial no Brasil, Juraci Magalhães aliou-se a outros governadores, a exemplo de Lima Cavalcante e

Benedito Valadares, mas somente do último obteve apoio irrestrito até que o golpe de 1937 fosse desferido. Aparentemente, continuava gozando de prestígio nacional, visto que a indicação e candidatura de José Américo ocorreu muito em função de sua coordenação política e exposição pública, em defesa do nome de um nordestino para disputar o pleito eleitoral.

Porém, internamente, junto ao Partido Social Democrático, enfrentou alguma oposição que aumentava à medida que se afastava do presidente. Virtualmente deposto, em 1937, nem todos os membros do PSD lhe seriam solidários, a exemplo do que ocorreu a Marques dos Reis, Pacheco de Oliveira e Geraldo Rocha Filho, este último, um dos primeiros a indicar a Vargas o nome de Landulfo Alves para sucedê-lo, com a observação “não será um Juraci”.⁹⁹

No mesmo ano, Juraci Magalhães foi promovido a major e recolheu-se no Exército. A corrente juracista esboçada na década de 1930, portanto, só se mostraria definida, ou só pôde ser testada quando o Estado Novo já se mostrava desgastado, a exemplo da visita que fez à Bahia no ano de 1941, oportunidade em que testou a fidelidade do povo baiano.

Ao que consta na documentação de arquivo, a visita do ex-governador teve recepção calorosa. Segundo carta do autonomista Bião de Cerqueira a Raul Alves, quando Juraci Magalhães passou pelo “Palácio via-se um bonito corso e bom número de pessoas, acompanhando o carro aberto em que ele ia. Essa massa, porém, era quase exclusivamente constituída de gente baixa. Creio que influíram junto aos Sindicatos”.¹⁰⁰

⁹⁹ CPDOC. GV c 1937.11.27/1. Carta de Antônio Geraldo Rocha Filho a Getúlio Vargas sugerindo o nome de Landulfo Alves para interventor na Bahia. Rio de Janeiro (vol. XXVIII/60). Data: 27/11/1937. Pacheco de Oliveira também pleiteou o cargo de interventor na Bahia, embora fosse um nome que politicamente favorecia a Geraldo Rocha, a sua recomendação a Vargas era de que o momento não era para políticos profissionais. Residindo na capital do país, Geraldo Rocha ainda detinha grande influência política na Bahia, razão pela qual se sentia no direito de reivindicar lugares junto ao novo governo. Após nomeação de Landulfo Alves comunicou a Vargas a sua satisfação, dizendo que estava de viagem marcada para a Bahia para arregimentar pessoas de confiança, lembrando que a “jaguçada jamais abandona os seus amigos”. Mais tarde, Landulfo Alves escrevia a Vargas informando que somente ele havia exigido a Secretaria da Fazenda para o genro, Francisco Rocha; a Prefeitura da capital para um amigo, a Secretaria do Interior; a Procuradoria Geral do Estado para um parente; Vieira de Melo; e o Comando da Polícia Militar para o capitão Paes Leme. Landulfo Alves informou ainda que um chefe sertanejo havia apresentado uma lista de mais de quarenta nomes para substituir os prefeitos dos municípios que ele considerava liderar. CPDOC. GV c 1938.03.26/1. Carta de Geraldo Rocha a Getúlio Vargas agradecendo a solução dada ao caso baiano e afirmando poder contar com sua solidariedade. Rio de Janeiro (Vol. XXIX/37b). Data: 26/03/1938; CPDOC. GV c 1938.04.28. Carta de Landulfo Alves de Almeida a Getúlio Vargas informando a situação econômica e financeira que encontrou na Bahia e expondo as razões de seu rompimento com Geraldo Rocha. Salvador (Vol. XXIX/64). 28/04/1933.

¹⁰⁰ CPDOC. GV c 1941.10.11.. Carta de Bião (?) a Raul Batista de Almeida sobre política baiana, pretensões de J. Seabra e receptividade dada a Juraci Magalhães. 11/10/1941. Em conversa censurada pelo Estado Novo, entre Assis Chateaubriand e Cesário Coimbra, há informações de que a visita de Juraci Magalhães à Bahia foi uma verdadeira apoteose: “pois, V. não sabe? O Juraci Magalhães teve manifestações extraordinárias na Bahia. – O Marques dos Reis disse-me que tem recebido cartas de lá dizendo que nem Ruy Barbosa teve tamanhas manifestações na Bahia, conforme teve o Juraci. – paralisou completamente a vida da cidade. Foi uma consagração. [...] O Gaspar Dutra reclamou e o Getúlio deu ordens severas para o Juraci voltar de avião, para

A sua força política enquanto corrente, porém, somente se consolidou na queda do Regime, quando Juraci Magalhães voltou ao jogo político constitucional e partidário nas hostes da União Democrática Nacional e, ao lado de Otávio Mangabeira, disputavam as forças políticas locais dentro do mesmo partido. Como se vê, o ex-governador demonstrava ter sentado raízes na Bahia, especialmente junto à classe trabalhadora, muito provavelmente por esta não se vê representada nas agremiações de seus adversários. No entanto, em 1937, esta classe trabalhadora, reprimida pela sua associação com os comunistas, não pôde ou não apoiava o distanciamento de Juraci Magalhães do governo central.

Em relação à oposição que se fez na Bahia e pelos baianos à Revolução de 1930 cabe colocar algumas questões. A primeira é que havia, de fato, razões para a pouca adesão dos baianos ao novo governo e às mudanças por ele engendradas, sobretudo porque parte significativa dos políticos havia aderido ao acordo que conduziu Vital Soares ao posto de vice-presidência e Pedro Lago ao de governador do estado. Mas não havia unanimidade.

Desde o governo de Góes Calmon, importantes produtores do estado sofriam com abusos de impostos, taxas e falta de investimento do governo da Bahia. O sentimento de desprestígio, mantido durante o governo de Vital Soares levou a uma coordenação de forças de muitas lideranças políticas do interior em favor do movimento aliancista de 1929 e 1930.

Ainda que o gerenciamento dessas forças e a integração delas junto aos militares tenha se apresentado como uma difícil tarefa, foi essa fração dissidente da oligarquia baiana que permitiu a constituição de uma base mínima para que a revolução de 1930 implantasse o programa revolucionário na Bahia.

Coordenadas por J.J. Seabra, nem todas essas lideranças o acompanharam quando este, mais uma vez, se viu alijado do poder. Temendo a manutenção das velhas práticas políticas, os revolucionários indicaram o nome de Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral para a interventoria federal no estado. Esperava-se que da sua juventude brotasse as condições de renovar a política da Bahia. A experiência não obteve sucesso, assim como sem sucesso foi também a indicação do médico Artur Neiva, cujas raízes estavam fincadas em velhas relações que não lhes permitiram imprimir o programa revolucionário no estado.

Deposto o segundo interventor, em pouco mais de seis meses da vitória revolucionária, mais uma vez ressurgia a possibilidade de Seabra ser conduzido ao cargo, mas a nomeação de

não tocar na Bahia. CPDOC. GV confid 1941.10.26. Conversa telefônica censurada entre Cesário Coimbra e Assis Chateaubriand comentando as manifestações recebidas por Juracy Magalhães na Bahia e a possível suspensão do jornal "Diário da Noite". 26/10/1941.

Juraci Magalhães o colocaria definitivamente na oposição à revolução que ele próprio ajudou a organizar.

Assim como Seabra, muitos políticos baianos perderam seus cargos. Retirados da sua posição de acomodação no cenário político nacional e regional e substituídos por um forasteiro, esses políticos demoraram em reagir, acreditando que a reconstitucionalização do país seria breve. Exiladas ou recolhidas à vida particular, salvo Moniz Sodré, que desde 1931 defendeu que a Bahia não era “terra sem dono para ser cavalgada pela canga militar”, as principais lideranças políticas do estado aguardaram, reagindo somente quando Juraci Magalhães, assim como os demais interventores do bloco do Norte se viram vencidos em suas pretensões de prolongar a ditadura e tiveram que ceder à necessidade de reorganizar o jogo constitucional, organizando, para isso, as correntes políticas dispersas que o apoiavam no sentido de fundar um partido na Bahia, que seria parte do partido nacional.

Interrompidas pela Revolta Constitucionalista em São Paulo, somente a partir de novembro de 1932 essas correntes puderam se estruturar, destacando-se a organização da Liga de Ação Social e Política, a LASP, que reunia jovens lideranças que despontaram no cenário político, em função da ausência dos que foram depostos do poder. Como ficou evidenciado, as vaidades e os desacordos de velhos e novos políticos não permitiram que se efetivasse na Bahia uma frente única, conduzindo a oposição à derrota nas urnas, no ano de 1933.

Em 1934, somavam-se a essas lideranças um corpo expressivo de estudantes, muito dos quais presos em agosto de 1932 e dispostos “a desumilhar a Bahia” e devolvê-la aos baianos. Reunidos sob a legenda da Concentração Universitária Autonomista, antes Ação Acadêmica Autonomista, esses estudantes foram os primeiros a desafiar o governador no período que antecedia às eleições de 1934. Quando Otávio Mangabeira retornou do exílio e concorreu às eleições de 14 de outubro de 1934, a agremiação que se formaria a partir da união de toda a oposição baiana tomaria de empréstimo a expressão da agremiação estudantil.

A Concentração Autonomista da Bahia empreendeu forte campanha contra Juraci Magalhães, mas não conseguiu vencer a já robusta agremiação situacionista, o PSD, para a qual, além da derrota nas urnas, perdeu três dos deputados eleitos em outubro de 1934 e nas eleições suplementares de janeiro de 1935.

Assim como Juraci Magalhães e o PSD, a partir de 1935, a Concentração Autonomista passou a dividir a corrida eleitoral com os comunistas e integralistas. Mas os inimigos de antes que se uniram em nome de um projeto comum, o “devolver a Bahia a si mesma” jamais conseguiu estabelecer um diálogo sólido com as classes trabalhadoras, vistos por eles como

presa fácil do comunismo. Quando pressionados, os autonomistas mostraram-se mais inclinados a negociar com os integralistas, cedendo, inclusive, aos apelos dos seus principais inimigos políticos quando estava em jogo o combate aos comunistas.

Após as sucessivas derrotas sofridas dentro do estado, e sob orientação política de Otávio Mangabeira, os autonomistas, convertidos em partido, lançaram-se na oposição ao governo federal, principal alvo do ex-ministro. As palavras escritas por Otávio Mangabeira, da sala da prisão, antes de sua deportação para Portugal no ano de 1938, depois do golpe de 10 de novembro de 1937 resumem bem a trajetória dos autonomistas a partir de 1935.

Deve-se ponderar que o ex-ministro considera apenas os anos em que atuou na Concentração autonomista, momento que marca, aliás, a definitiva posição dessa agremiação contra o governo federal, uma vez que antes disso buscava-se muito mais combater o governo do estado, anseios dos principais membros da oposição até então, a exemplo de Seabra, Moniz Sodré e Pedro Lago, que apresentavam questões de ordem mais regionais.

Evidentemente, a narrativa de Otávio Mangabeira é ressentida e retrata os acontecimentos sob a perspectiva de um grupo derrotado pela segunda vez naquela mesma década. No entanto, são palavras que iluminam os acontecimentos desse conturbado período da história política do Brasil revelando, por um lado, as tramas do governo para impor a sua manutenção no poder e contra ele o pequeno grupo que defendia o regime democrático vitorioso na Constituição de 1934 e já praticamente falido naquele ano, como era o caso dos autonomistas baianos, como podemos conferir no extenso trecho que segue:

De julho de 34 a novembro de 35, um ano e quatro meses, e não mais, esteve em vigor no país, sem regimes de exceção, a Constituição promulgada a 16 de julho de 1934. Mas, a partir de novembro de 1935, em conseqüência de nova luta sangrenta, para a qual também contribuíram as inadvertências do governo, entramos no estado de sítio, não tardando a ser deformada a Constituição, ainda recente, com o instituto do estado de guerra, e a atribuição, dada ao governo, de exonerar, sem maiores formalidades, funcionários vitalícios, e mesmo oficiais de terra e mar, que diversos se viram demitidos, sem ter sido sequer interrogados.

“Canificou-se o Exército” – disse uma voz autorizada e insuspeita. Seria, porém, o caso de indagar: quem o “canificou”? Certo não eu, que não me cansei de bradar, em outros tantos discursos, e em termos de ferro e fogo, contra semelhantes aberrações; mas, evidentemente, o presidente, que exigiu, e obteve, do Congresso, as medidas que tanto feriram, nos seus direitos ou prerrogativas, por assim dizer fundamentos, as nossas forças armadas, medidas que, contudo, se agravaram, nas fórmulas que ora se acham vigorando – dir-se-ia um paradoxo – sem outro aval, outro apoio, senão, fora da lei, e contra a lei, o das mesmas forças armadas, vítimas, pois,

é de supor, ainda aí, de uma dolorosa cilada.

Completado o primeiro biênio do segundo quadriênio do chamado chefe civil do movimento outubrista, comecei a denunciar – é ver os Anais da Câmara – o plano que era, aos meus olhos, evidente, e que já na sombra vinha urdindo o Sr. Getúlio Vargas, de perpetuar-se no poder. Ninguém quis acreditar. Porque realmente era demais. O absurdo, a monstruosidade, tocava as raias da inverossimilhança. Mas, à medida que os fatos se incumbiam de fazer luz sobre a grave suspeita, sucediam-se os desmentidos, nunca, porém, jamais, dos próprios lábios do chefe do governo. Por fim, chegou-se mesmo a anunciar que o Senhor Excelentíssimo, a título de reprimir o comunismo, decretaria, mais uma vez, oportunamente, o estado de guerra, e, à sombra deste, consumaria o atentado.

Foi efetivamente o que ocorreu. Um belo dia, em outubro, sob um ambiente de pânico, artificialmente preparado, na base de um documento que hoje ninguém ignora ser falso, ou falsificado, e, contudo, trazia a chancela do Estado-Maior do Exército, certamente iludido na sua boa fé, obteve o governo, do Poder Legislativo, autorização para decretar o estado de guerra. Com o meu protesto, feita da tribuna: veemente, formal, peremptório.

Os ministros, da Guerra e da Marinha, vieram, os dois, a público, e afirmaram que tal providência, destinada exclusivamente à ação contra o comunismo, não prejudicaria as eleições para presidente da República, estando o país, como estava, em plena campanha presidencial, que se desenvolvia, seja dito, com todo o entusiasmo, e na mais perfeita ordem. Sabe-se hoje, entretanto, e documentadamente, que, quando se arrancava ao parlamento o estado de guerra e as altas autoridades se expressavam, de modo tão incisivo, sobre a realização das eleições, já o Sr. Plínio Salgado, chefe nacional do Integralismo, havia, desde setembro, recebido consulta do governo, sobre o Golpe de Estado em preparativos, e a constituição a ser outorgada, importando tudo, em última análise, na execução do anunciado plano de perpetuação do poder.

Os dois candidatos democráticos, senhores: Armando Sales e José Américo, prontificaram-se – é verdade histórica – em determinado momento, a retirar suas candidaturas, em favor de uma terceira, civil ou militar, que salvaguardasse o regime. Inútil. Nenhum acordo serviria, que não conservasse no poder o Sr. Getúlio Vargas.

Palavras ao Vento. Otávio Mangabeira, 21.03.1938.¹⁰¹

Com o golpe, os destinos tomados pelos autonomistas foram os mais diversos. Antes, porém, parecem ter esboçado uma tentativa de participação no novo governo. Em denúncia à interventoria de Landulfo Alves, o chefe sertanejo Franklin Lins de Albuquerque assegurava:

Hoje, mais do que nunca, os amigos de Vossa Excelência na Bahia estão na obrigação de colocar-se na estacada, em defesa do Estado Novo e

¹⁰¹ BPEB. Fundação Pedro Calmon. Fundo Otávio Mangabeira. *Palavras ao vento...* 21.03.1938.

do seu insigne chefe. Com a chegada do Sr. Otávio Mangabeira as coisas vão se esclarecendo. Inimigo irreduzível de vossa excelência, requintado em campanha tenaz de destruição contra o Regime, não obstante, o senhor interventor, delegado de Vossa Excelência, manda o seu ajudante de ordens, Tenente José Fernandes, receber e cumprimentar o Sr. Mangabeira, e o seu secretário particular e parente, Dr. Raul Baptista, não sai da residência do político baiano em confabulações e acertos com ele e com os mais destacados adversários e inimigos de Vossa Excelência. E o resultado não se faz esperar: as nomeações de prefeitos e autoridades policiais recaídas exatamente nos que fazem oposição à vossa excelência. Agora mesmo, acaba de ser exonerado o prefeito de Maracás, amigo nosso dedicadíssimo e nomeado um inimigo. O prefeito de São Miguel, de Djalma Dutra, de Monte Alegre, de Saúde, de Jequiriçá, de Conquista, Boa Nova, Poções, Amargosa e muitos outros nossos amigos, foram exonerados e substituídos por autonomistas ou integralistas, adversários ubros de Vossa Excelência. A impressão que se está tendo é que governam a Bahia, através do Delegado de Vossa Excelência, os mais encarniçados inimigos do Estado Novo. Porque a verdade é que a Bahia está nas mãos dos amigos do Sr. Otávio Mangabeira, do Sr. Seabra, do Sr. Pedro Lago e dos adeptos do integralismo. Não é só com relação a cargos políticos: os de administração mesmo, todos os empregos públicos estão sendo distribuídos aos nossos inimigos, aos inimigos do Estado Novo. Os senhores Mangabeira, Seabra, Pedro Lago e todos os autonomistas movem a guerra mais surda e mais implacável a Vossa excelência e assim mesmo vão governando a Bahia através do Sr. Landulfo Alves.¹⁰²

Apesar da denúncia feita no mês de agosto, desde março de 1938 Otávio Mangabeira estava preso no Rio de Janeiro. Foi acusado de envolvimento com o movimento golpista esboçado pelos integralistas e aposentado do cargo de professor da Escola Politécnica da Bahia. Seguiu para novo desterro, no mês de novembro. Teve forte atuação contra o Estado Novo durante todo o tempo do seu segundo exílio, escrevendo da Europa e depois dos Estados Unidos, cartas e manifestos que eram divulgados no Brasil. Participou de algumas conspirações para a queda do governo, porém, somente em 1945 pôde retornar ao Brasil, após a anistia e a promulgação do novo Código eleitoral que determinava a realização das eleições.¹⁰³

Alguns autonomistas foram incorporados ao novo regime, a exemplo do que ocorreu a Pedro Calmon, ex-deputado, aprovado em concurso realizado em 1935, para a cadeira de Direito Público, da Faculdade do Rio de Janeiro. Com a morte de Figueira de Melo, Pedro

¹⁰² CPDOC. GV c 1938.08.28. Carta de Franklin Lins de Albuquerque a Getúlio Vargas denunciando o interventor da Bahia, Landulfo Alves, por sua atuação contrária às orientações do governo federal favorecendo os elementos da oposição. Bahia (Vol. XXX/29). 28/08/1938.

¹⁰³ A atuação política de Otávio mangabeira no exílio pode ser conferida pelas leituras do conjunto de cartas e manifestos do seu segundo exílio disponíveis no Fundo Otávio Mangabeira, da Fundação Pedro Calmom. A parte mais significativa desses documentos, no que tange à atuação política foi publicada sob a coordenação de SILVA, Paulo Santos. *Octávio Mangabeira. Cartas do 2º exílio* (1938-1945). Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2017. v. 3.

Calmon passou a diretor, pedido feito, segundo declarou em livro de memória, pelo ministro Gustavo Capanema. Aí, Pedro Calmon parece ter feito uma espécie de conciliação para sobreviver aos anos de ditadura. Requereu ao governo a readmissão dos professores demitidos conseguindo, com isso, o apoio dentro da Universidade e em relação aos estudantes, sempre agitados e em confronto com a autoridade do presidente, admitiu ter sido “um capitão feliz no barco sacudido pela tempestade estudantil”, graças ao acordo que obteve com o ministro de permitir dentro da Faculdade “a estrondosa liberdade” dos estudantes para falar mal de Vargas e, fora dela a rigorosa ordem. Segundo declarou erigiu-se como:

Árbitro cotidiano da crise, acatado pelos alunos, como o seu protetor efetivo, considerado pelo governo um funcionário hábil, porque as aulas abriam e fechavam-se sem que a cidade conhecesse a ebulição truculenta que lá dentro se operava, a eloqüência dos democratas, a dissidência extremista, para uma minoria conformada, a maioria livre.

Para isso obviamente tinha de ser o primeiro a chegar, o último a sair. [...] O problema consistia em embrulhar no silêncio o motim permanente, pondo entre a oposição e a ditadura o paternalismo bem-humorado. Também era contra ela, também se fosse estudante bradaria; também lutaria pelo equilíbrio democrático, se fosse possível lutar.¹⁰⁴

Registram-se ainda quem foi colhido pela morte, a exemplo do que ocorreu a Seabra. Antes, porém, parece que o experiente político da Primeira República tentou novas aproximações com o governo de Getúlio Vargas. Em carta datada de novembro de 1941, Bião de Cerqueira, antigo correligionário político de Otávio Mangabeira, comunicava a Raul Batista de Almeida sobre boatos que circulava na Bahia de que Seabra andava elogiando as atitudes do presidente, ainda que a nível local criticasse os seu secretários, chamando-os de falidos e desonestos.

Apesar de se atribuir os boatos às explorações políticas de Pacheco de Oliveira, que segundo a missiva andava sem prestígio junto ao presidente, algumas informações haviam sido confirmadas por Souza Carneiro, velho amigo e correligionário de Seabra. Ambos, Souza Carneiro e Bião de Cerqueira, julgavam os ditos de Seabra levianos e insensatos e asseguravam: “não seria na velhice que o Seabra iria endurecer o miolo. O Seabra vislumbra

¹⁰⁴ CAALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 267-270.

no interesse do Presidente, em convidá-lo à entrevista, a intenção de fazer do filho, o oficial de Marinha Artur Seabra, o interventor na Bahia.¹⁰⁵

Seabra faleceu em dezembro de 1942 e na queda do Estado Novo, o seu filho Carlos Seabra não apoiou a aliança entre Otávio Mangabeira e Juraci Magalhães, ficando ao lado do candidato de Getúlio Vargas ao governo da nação. Segundo afirmou Paulo Santos Silva, a memória de Seabra foi cultuada na Bahia por Nelson Carneiro, que passou a liderar a vertente seabrista no estado. No ano de 1945, tomando de empréstimo o seu prestígio e através dos diversos “Centros Cívicos J.J Seabra” criados em diferentes municípios, “a influência do líder desaparecido” ainda era suficientemente forte para dinamizar a campanha eleitoral na Bahia.¹⁰⁶

Por sua vez, os estudantes egressos da União Democrática, unidos aos de outras organizações estudantis, que ao longo da década de 1940 foram se colocando internamente contra o governo e em defesa do regime democrático, assim como na década anterior, foram os primeiros a irem às ruas confrontar o Regime autoritário. Exatamente dez anos depois do episódio da Faculdade de Medicina, que levou à prisão de mais de 500 estudantes e o fechamento temporário da Instituição na Bahia, eles iam mais uma vez às ruas de Salvador, e mais uma vez sofreram com o fechamento do estabelecimento de ensino e a prisão de colegas e do professor Arnaldo Silveira.

O comandante da 6ª Região Militar comunicou o fato ao ministro da guerra e este, em carta reservada ao presidente Vargas, considerava a ordem social e política da Bahia em situação grave. Segundo as informações recebidas da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, além das agitações estudantis havia a intensa atuação de comunistas que “sob a capa da democracia, e unidos aos verdadeiros democratas, iniciaram a agitação de oposição ao governo atual, que lavra pelo estado em fora, parecendo querer, nesse instante tomar forma aguda”.¹⁰⁷

De acordo com o documento, o governo do estado não tinha forças para reprimir o avanço comunista nem as agitações nas ruas, agravadas pelos torpedeamentos dos navios

¹⁰⁵ CPDOC. GV c 1941.10.11.. Carta de Bião (?) a Raul Batista de Almeida sobre política baiana, pretensões de J. Seabra e receptividade dada a Juraci Magalhães. 11/10/1941

¹⁰⁶ SILVA, Paulo Santos. *A volta do jogo democrático*. p. 92-98.

¹⁰⁷ CPDOC. GV c 1942.08.22/1. Ofício de Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas transmitindo informações do comandante da 6ª Região Militar sobre agitações estudantis na Bahia, prisão de um professor e de um jornalista, substituição do Secretário de Segurança Pública a atuação dos comunistas. Rio de Janeiro (Vol. XXXVIII/20). 22/08/1942.

brasileiros, muito em razão do interesse em querer livrar-se da pecha integralista. Assim, “com desmedido excesso e acintosa atitude, dando larga demonstração patriótica, é verdade, mas também, proporcionando as mais inequívocas provas de falta de respeito e mesmo de menoscabo ao governo”, as agitações de estudantes e comunistas cresciam na capital da Bahia.¹⁰⁸

Outros autonomistas retiraram-se da cena pública e ainda houve aqueles que adotaram outras formas de luta, resistência e enfrentamento ao governo, a exemplo do que ocorreu aos ex-deputados Nestor Duarte, Vanderley Pinho e Luiz Viana Filho que, conforme destacou Paulo Santos Silva, colocou a pena em favor da política, e a partir da produção intelectual vinculou o projeto autonomista à produção histórica sobre a Bahia.

Desse modo, a oposição política ao governo federal era dissolvida na produção historiográfica dos historiadores baianos do período. Evidentemente, a escrita desses intelectuais tinha por objetivo a representação do passado como formas de legitimação de suas reivindicações democráticas do presente e nesse curso, ao destacar as glórias da Bahia em tempos de outrora, os autonomistas buscavam justificativas para atuar em favor da “libertação” do estado.

Nessa produção historiográfica, em que as concepções políticas e ideológicas se confundiam com a própria concepção de História desses intelectuais, a preocupação dos autonomistas, segundo apontou Paulo Santos Silva, era invocar o passado com vistas a apoiar a resistência ao projeto nacionalista centralizador impetrado por Getúlio Vargas. Em vistas disso, buscaram a coesão em torno de um passado comum e do interesse pela retomada da prática liberal-democrática que refluíu com o golpe de 1937.¹⁰⁹

Em 1945, com as mudanças processadas no cenário nacional e internacional, que registraram a vitória das forças democráticas na Segunda Guerra Mundial e evidenciaram as

¹⁰⁸ CPDOC. GV c 1942.08.22/1. Ofício de Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas transmitindo informações do comandante da 6ª Região Militar sobre agitações estudantis na Bahia, prisão de um professor e de um jornalista, substituição do Secretário de Segurança Pública a atuação dos comunistas. Rio de Janeiro (Vol. XXXVIII/20). 22/08/1942. Segundo Carlos Zacarias, a atuação dos estudantes ocorria desde o mês de abril de 1942 sob a organização da “Comissão Central Estudantil Pela Defesa Nacional e Pró-Aliados” e da “União da Bahia Pela Defesa Nacional” que estavam associadas à União dos Estudantes da Bahia (UESB) e à Associação dos Estudantes Secundários da Bahia (AESB). O autor analisa as formas pelas quais os comunistas baianos buscaram atuar através dessas organizações antifascistas. Ainda que debilitados pela perseguição que se intensificou sobre eles desde 1935, os pecebistas emprestariam a sua experiência política às massas e teria relevante papel “na condução do Brasil à guerra e, posteriormente na decretação da anistia e a liberalização das instituições políticas no país”. Ver: SENA JUNIOR, op. cit. p. 129-151.

¹⁰⁹ SILVA, Paulo Santos. *op. cit.* 2011. Consultar, especialmente, a segunda parte da obra.

contradições do Estado brasileiro, chegava ao fim o governo Vargas, depois de 15 anos à frente do executivo nacional, e, com ele, a queda do Estado Novo.

As muitas mudanças que foram processadas durante os anos de vigência do regime não cabem nos limites deste trabalho que se interessa, sobretudo, por aqueles que atuaram no âmbito dos partidos regionais e da disputa eleitoral quebrada com o Golpe de 1937. Importa registrar que os autonomistas, embora tenham perdido espaço na política partidária, continuaram a atuar nos bastidores, e a despeito de terem permanecido por oito anos fora do jogo democrático, desenrolaram as suas bandeiras de lutas no ano de 1945 e, com o mesmo vigor da década anterior, voltaram ao combate partidário, abrigados pela União Democrática Nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na madrugada de 24 de outubro de 1930, a chamada Primeira República chegava ao fim no Brasil. Uma longa jornada de lutas, negociações, conchavos e ameaças, havia sido percorrida. Na Bahia, a conspiração para tornar o estado parte da Revolução que acontecia no centro-sul envolvia importantes setores da sociedade. Membros do exército, civis e expressivas lideranças políticas regionais, a seu modo, criaram as bases de sustentação do movimento revolucionário no estado.

Vencida a Revolução era preciso partir para a recomposição dos poderes. Marcados por uma forte crise de hegemonia que abateu todo o país, os revolucionários de 1930 se viram, de imediato, na necessidade de estabelecer conciliações com vistas à pacificação das forças políticas. Nesse processo de conciliação e acomodação, muitos grupos não foram contemplados. Na Bahia, ficaram de fora os remanescentes do Partido Republicano, afastados imediatamente dos seus postos de mando desde que o poder havia mudado de mãos e, mais tarde, integrantes do Partido Democrático, que representaram a Aliança Liberal no estado, a exemplo de Seabra, visto, aos olhos dos militares, como sinônimo dos vícios que o governo constituído pretendia combater.

Esses rearranjos levaram a muitos conflitos, especialmente nos primeiros meses do novo poder constituído, durante as interventorias de Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral (novembro de 1930 a fevereiro de 1931) e Artur Neiva (fevereiro a julho de 1931), indicados por Getúlio Vargas para governarem a Bahia. Rejeitados em bloco ou em parte por segmentos da oligarquia do estado, o rápido afastamento desses dois interventores civis sinalizava a crise de autoridade política e a ausência de lideranças capazes de submeter as demais à sua direção e ao projeto centralizador do governo provisório.

Nessas circunstâncias, nomeou-se o cearense Juraci Magalhães para interventor no estado da Bahia. A escolha por um jovem tenente, com apenas vinte e seis anos de idade e sete meses de experiência administrativa, demonstrava que Getúlio Vargas buscava o consenso pela indicação de um homem alheio às tramas políticas locais. Na prática, isso significava dizer que o governo provisório buscava outras bases de sustentação e esse novo arranjo poderia até comportar as conformações políticas vigentes na Primeira República, mas não seria definido por elas.

Na Bahia, a principal base de apoio ao governo provisório veio do interior, principalmente dos coronéis que se reuniram em torno de coligações regionais e lastrearam a formação do Partido Social Democrático. A fórmula para a criação do PSD ainda era regionalizada, ou seja, estruturada a partir dos diretórios locais, mas nas eleições de 1933, este partido representava o estado da Bahia e não mais candidaturas individuais. Toda a campanha foi realizada em torno da figura do interventor e esse assumia o papel de representante do governo provisório. Portanto, o estado passou a ser o elemento de aglutinação da costura política feita pelos situacionistas.

A atuação de Juraci Magalhães, nesse sentido, foi incontestável. Não se trataram apenas de simples conciliações com os mandatários locais. Juraci Magalhães se conduziu por estratégias que resultaram em sólido apoio político e desde os primeiros meses à frente da interventoria, buscou reorganizar a política regional com base no afastamento dos tradicionais grupos dos postos de administração. É possível, contudo, identificar exceções. Em regra, entretanto, as alianças passaram a ser feitas com novas lideranças, de modo que as oligarquias estaduais ligadas ao *calmonismo*, ao *sebarismo* e ao *mangabeirismo*, não se constituíram mais como régua para a formação de compromissos sólidos na Bahia durante toda a década de 1930.

Evidentemente que as novas alianças foram forjadas em torno de elementos concretos. Assim, a criação do Instituto do Cacau (1931) e do Instituto Baiano do Fumo (1935) são exemplos de concessões aos produtores locais que permitiram a Juraci Magalhães fazer as manobras políticas de que necessitava. A sua influência e inserção sobre os municípios foi consolidada com base em concessões materiais que, apesar das limitações, resultaram no fortalecimento da estrutura estatal na Bahia.

O fato é que o sucesso político conferido a Juraci Magalhães não pôde prescindir do apoio dos coronéis (lideranças políticas locais), da reestruturação da política partidária (fundação do PSD como partido que representava o estado) e da centralização do aparato estatal com a incorporação dessas lideranças. É indiscutível, entretanto, que o Estado regulamentou o mandonismo local. Se o desarmamento dos coronéis lhes retirou as armas, a inserção deles no PSD conferiu nova estrutura de poder, tornando ainda mais intensa a participação dos chefes regionais nos processos eleitorais do período.

A influência dos mandatários locais – antes pautada pela ausência do Estado, assumiu novas feições. A partir de 1930, era a presença do Estado que viabilizava a manutenção do

poder local. Presença essa traduzida em pequenas melhorias realizadas nos diferentes municípios. Com efeito, numa narrativa insistente de que os novos arranjos políticos deveriam alinhar-se ao governo provisório e depois constitucional, Juraci Magalhães aparecia como o promotor do novo ordenamento político na Bahia e, para ele, esse arranjo não comportava, ao menos no plano do discurso, os acordos pessoais da república deposta.

Diante dessas circunstâncias e alegando ferimento dos “brios baianos”, esboçaram-se na Bahia alguns focos de oposição ao governo provisório, cujos primeiros registros de atuação datam de 1931, em torno do núcleo seabrista, que até então era a principal base de apoio à Revolução no estado. Nos anos que se seguiram, outras alianças foram forjadas e o grupo de oposição foi ampliado, atuando com mais vigor entre os anos de 1934 e 1937, sob a liderança de Otávio Mangabeira.

Subtraídos dos espaços de poder no ano de 1930, esses opositoristas lançaram-se à campanha para “devolver a Bahia à posse de si mesma”. As lutas políticas e partidárias que daí emergiram foram expressas no jogo das aparências de uma narrativa regionalista, como se se tratasse de uma luta dos baianos contra a presença estrangeira consubstanciada na figura do interventor cearense. Mas a atuação da oposição na Bahia, longe do que se pensa, só pode ser compreendida se emoldurada no quadro da política nacional do período.

A Concentração Autonomista da Bahia, antes precedida pela Liga de Ação Social e Política, LASP e pela tentativa de criação da FUB, Frente Única Baiana, insere-se no movimento de criação das Frentes Únicas por estados que formavam a base de sustentação de poder do governo deposto. Era uma tentativa de enfrentamento contrarrevolucionário da República surgida em 1930, algo que visava, entre outras coisas, conter o projeto de centralização política do governo varguista.

Assim como o PSD, a Concentração Autonomista não pode ser tomada como agremiação política homogênea, pois era também composta por grupos que faziam oposição de caráter mais regional, a exemplo de J. J. Seabra e dos seabristas, e que pareciam mais preocupados em combater a atuação de Juraci Magalhães no governo do estado. Esse grupo mostrava-se pouco disposto a fazer oposição a Getúlio Vargas no plano nacional, então se conduzia de modo a retomar o prestígio político no âmbito regional, almejando a participação no aparato estatal e nas agências da sociedade civil que eram controladas por esse aparato.

Outros autonomistas, por seu turno, não se mostraram dispostos a ceder ao novo arranjo político instituído pela Revolução de 1930. Sob a liderança de Otávio Mangabeira, principalmente depois do seu retorno do exílio, em 1934, nomes como Luiz Viana Filho e Aloísio de Carvalho Filho buscavam combater tanto o governo do estado quanto o executivo central, atribuindo a esse último todas as mazelas que diziam acometer a Bahia. Alinhados com as oligarquias depostas nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, esses autonomistas não viam a Bahia como parte do Bloco do Norte. A autonomia que reivindicavam para a Bahia só fazia sentido dentro de uma ordem política liberal, diametralmente oposta ao que Vargas tentava implantar.

Formada por produtores, comerciantes e políticos profissionais que foram excluídos das benesses estatais, os autonomistas buscavam resguardar os seus interesses materiais e mais que isso, confrontavam abertamente o novo modelo de Estado que estava sendo gestado em substituição ao federalismo oligárquico que defendiam, cuja existência estava ameaçada pelo forte aparato coercitivo do governo de Getúlio Vargas.

Acosados por soluções de forças como exílios, prisões e censuras e pelas conciliações realizadas à margem de suas influências, os autonomistas foram incapazes de recuperar o prestígio político mantido até 1930. A sua atuação enquanto partido de oposição, no entanto, jamais pode ser desprezada, nem em âmbito regional nem em âmbito nacional, e ainda que o projeto político dos autonomistas tivesse sido derrotado, não se pode reduzir sua força, nem circunscrevê-lo aos limites da história regional.

Enquanto a atuação de Juraci Magalhães despontou como fruto de sua habilidade política - o que em parte é verdade, sobrelevam-se as avaliações sobre as suas capacidades. Apesar disso, a investigação sobre as manobras políticas que culminaram no golpe de 1937, que instalou o Estado Novo no Brasil encerrando a atuação, no âmbito dos partidos e dos processos eleitorais, dos autonomistas e das oposições coligadas, revela que o papel da oposição no período foi subestimado, enquanto parece ser superestimada a atuação de Juraci Magalhães.

O Golpe de 1937 foi desfecho de intensos confrontos e desentendimentos travados entre governo e oposição desde o ano de 1935, com a posse da Câmara Federal. Embora em menor número, os autonomistas e as demais oposições experimentaram uma acirrada luta pelo controle do poder.

Como oposições coligadas, os autonomistas também foram capazes de articular alianças e negociar a sua participação no jogo político de acordo com as possibilidades do momento. Longe de apenas objetivar a manutenção de seus cargos de poder, os autonomistas se embrenharam na defesa da ordem constitucional, traduzida por eles como defesa da Democracia. Sabemos, no entanto, que o alcance dessa Democracia era bem restrito.

O grupo também foi marcado por contradições. Temendo a ascensão das classes populares e o “avanço comunista” no país, os autonomistas apoiaram, em situações circunstanciais, as medidas de cerceamento das liberdades do governo de Getúlio Vargas, abrindo fendas de autoritarismo nas posições liberais e republicanas que arrogavam defender.

Mas o espectro comunista, tão bem utilizado por Vargas para se manter no poder em 1937, não teve, neste grupo, o mesmo sentido estabelecido no Estado Novo. Muitas vezes eles se utilizaram desse suposto avanço “extremista” para apresentar o seu projeto político como alternativa aos demais, o que incluía a alternativa varguista. Essas contradições certamente favoreceram a Vargas, mas claramente não eram ingênuas ou desinteressadas.

A partir da campanha para a sucessão presidencial deslanchada em 1937, antes que o regime se fechasse de vez, os autonomistas baianos se afastaram das narrativas regionais. Com o apoio que emprestaram a Armando Sales, tanto buscaram desvincular aquela candidatura do regionalismo paulista quanto tentaram conferir à Bahia o prestígio de um estado fiel ao pacto federativo. Nesse momento, cogitou-se uma aproximação entre autonomistas e Juraci Magalhães, então convertido ao projeto liberal e rompido com Vargas, mas as feridas abertas há tão pouco tempo não permitiram que se costurasse qualquer tipo de conciliação entre eles.

Assim, ao recuperarmos os desdobramentos da Revolução de 1930 na Bahia e os passos seguidos pela Concentração Autonomista em oposição a ela, buscamos ampliar o quadro da história política do período, de modo a compreender os intricados jogos de poder que marcaram a trama governamental da época e o papel que neles assumiram expressivas e heterogêneas lideranças que marcaram a história política do estado.

Nosso intuito, acima de tudo, foi identificar nesta tese, as classes e frações de classes em disputa pelo poder na Bahia no período que compreende a Revolução de 1930 e o Golpe de Estado de 1937. Demonstramos como as disputas entre os diferentes partidos, correntes, ideologias, intelectuais, classes produtoras e lideranças regionais, no seu diálogo ou

isolamento entre si, com os trabalhadores, e com os novos atores sociais que emergiram em 1930, se expressavam no jogo das aparências de uma narrativa regionalista que escondia os interesses materiais e de classe desses grupos, muitos dos quais comerciantes e produtores que se sentiram ameaçados pelo projeto centralizador do governo Vargas.

Como ficaram evidenciados, os desdobramentos da Revolução de 1930 no estado da Bahia devem ser lidos à luz de alguns aspectos: uma significativa base de apoio à Aliança Liberal, a partir de 1929, formada, principalmente, pelas frações de classes das oligarquias regionais em dissídio com o executivo estadual desde o governo de Góes Calmon; o desarmamento dos coronéis do interior que inviabilizou a organização de um movimento contrarrevolucionário no estado; o acolhimento a Juraci Magalhães, um nome estranho às disputas domésticas, por parte de expressivas lideranças regionais, que trocaram de bom grado o poder das armas pelo poder das urnas e; sobretudo, a incapacidade política das forças depostas em 1930 de se organizarem no momento imediato à vitória da Revolução, permitindo que o terreno fosse ocupado pelos revolucionários, cujo objetivo era alinhar a Bahia ao projeto político de centralização do poder.

Em reação à acomodação política que o interventor Juraci Magalhães vinha fazendo no estado, a oposição, abrigada na Concentração Autonomista, se apresentou aos baianos revestida do “manto do passado”, evocando as glórias de uma Bahia de outrora, então dominada por forças estranhas.¹ Reivindicando a posse da Bahia, os autonomistas, embora tomados como grupo de ocasião, representavam interesses concretos que conflitavam com o governo do estado e com o executivo central.

A heterogeneidade do grupo e as fissuras abertas na agremiação que os enfeixavam, por sua vez, permitiram que Juraci Magalhães se mantivesse no poder. Na incapacidade de gerir as suas contradições, as classes e as frações de classes dominantes da Bahia, assim como ocorreu em todo Brasil, conferiram esse poder a um árbitro, o que levou o país ao golpe de 1937. Porém, o projeto político que defendiam, com a existência do parlamento, conteúdo da democracia burguesa que representavam, foi apenas engavetado. Mais tarde, em 1945, retornariam ao combate da centralização política e intervenção do Estado e retomariam, com vigor, a narrativa regionalista que evocava o passado para fortalecer os interesses do presente.

¹ A expressão é de Marx, em referências as classes dominantes que conferiram poderes a Louis Bonaparte na França do século XIX. MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2006. p. 133.

FONTES CONSULTADAS

JORNAIS – BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA/APEB – EDIÇÕES SELECIONADAS

A Tarde, Salvador, 1930-1945
A Verdade, São Gonçalo, 1936-1945
A Mocidade, Santo Amaro, 1935
A Crítica, Canavieiras, 1931
A Jornada, Canavieiras, 1934-1935
A Tribuna, Canavieira, 1937
A Ordem, Cachoeira, 1930-1934
Correio de Alagoinhas, Alagoinhas, 1942-1945
Correio do Povo, Canavieiras, 1936
Diário da Bahia, Salvador, 1930-1932
Diário de Notícias, Salvador 1930-1937
Diário da Tarde, Ilhéus, 1930-1936
Folha do Norte, Feira de Santana, 1930-1936
Jornal do Bonfim, Cachoeira, 1937-1942
Jornal Oficial, Canavieiras, 1934-1936 e 1939
O Município, Santo Amaro -1930 a1935
O Imparcial, Salvador, 1934-1935
O Serricultor, Serrinha, 1936
O Postal, canavieiras, 1935
O Rádio, Canavieiras, 1936
O Sorriso, Canavieiras, 1936-1938

JORNAIS - FUNDAÇÃO IRACI GAMA DE CULTURA / FIGAM – EDIÇÕES SELECIONADAS

Correio de Alagoinhas, Alagoinhas - 1929-1930
Sete Dias, Alagoinhas, Edição Especial. S/d.

JORNAIS - INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA / IGHB – EDIÇÕES SELECIONADAS

Correio de Távora. Cidade Joaquim Távora (Alagoinhas) - 1930-1931
Correio de Alagoinhas, Alagoinhas - 1930 - 1941
O Popular, Alagoinhas, 1930 - 1935

JORNAIS - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MEMÓRIA CEDOC/UESC - EDIÇÕES SELECIONADAS

Correio de Ilhéus, Ilhéus - 1930
O Intransigente, Itabuna - 1935
A Época, Itabuna, 1937-1943
Diário Oficial, Itabuna, 1933-1934
O Fanal, Itabuna, 1933-1939

JORNAIS - CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

O Município, Valença - 1945

JORNAIS - BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO – ARQUIVO DIGITALIZADO – EDIÇÕES SELECIONADAS ENTRE 1929 E 1937

A Batalha, Rio de Janeiro
A Nação, Rio de Janeiro
A Ofensiva, Rio de Janeiro
A Noite, Rio de Janeiro
Correio da Manhã, Rio de Janeiro
Diário de Notícias, Rio de Janeiro
Diário da Noite, Rio de Janeiro
O Jornal, Rio de Janeiro
O Bandeirante, Minas Gerais
Jornal Trincheiras, São Paulo
O Globo, São Paulo

CPDOC/ FGV

Arquivo Getúlio Vargas, GV
 Arquivo Juarez Távora, JT
 Arquivo Juraci Magalhães, JM
 Arquivo Arthur Neiva, AN
 Arquivo de Anísio Teixeira, AT
 Arquivo de Hermes de Lima, HL
 Arquivo de João Mangabeira, JM
 Arquivo de Flores da Cunha, FC
 Arquivo de Agamenon Magalhães, AGM
 Arquivo Clemente Mariani, CMA
 Arquivo Góes Calmon, GC
 Arquivo de Virgílio de Melo Franco, VMF
 Arquivo Aliomar Baleeiro, AB

DOCUMENTOS IMPRESSOS E MANUSCRITOS

FUNDAÇÃO PEDRO CALMON – CENTRO DE MEMÓRIA – FUNDO MANGABEIRA

Telegrama entre Dantas Bião e Otávio Mangabeira
 Manifesto da LASP, 1932
 Manifesto ao povo baiano na ocasião do Movimento Constitucionalista de 1932

LIVROS DE MEMÓRIA

CRAVO, Mário da Silva. *Memórias de um homem de boa fé*. Salvador, Bahia. 1975.
 CARNEIRO, Nelson de Souza. *O XXII de Agosto! O movimento constitucionalista na Bahia*, 1933.
 CUNEGUNDES, Jubilino. *Morro do Chapéu*. Bahia: Editora Beneditina, 1976.
 BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário: memórias*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
 LIMA, Maria da Guia Silva. *Coronel Santinho do Riacho da Guia*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011.

LAVIGNE, Eusine. *Paz e humanismo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro. S/d.
 MAGALHÃES, Juraci. *Minhas memórias provisórias*. Depoimento prestado ao CPDOC /
 Coord. Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
 SOUZA, Maria Feijó de. *Alecrim do tabuleiro*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1972.

ARQUIVO PESSOAL DE FERNANDO REIS (EX-MEMBRO DA UDN) CANAVIEIRAS-BA

REIS, Sinval Santos. *Relatório de alguns dias da administração provisória*. Prefeitura Municipal de Canavieiras. Tipografia Garret. Ilhéus. 1930;
 Manifesto dos reservistas do Tiro de Guerra de Canavieiras se recusando a embarcar para defender o governo constituído e ficar para defender a cidade de invasores. 22 de outubro de 1930.

APEB – SESSÃO REPUBLICANA -CARTAS E OFÍCIOS RECEBIDOS

Ofícios e correspondências recebidas. Secretaria do Governo. Sessão Republicana. 1931 a 1933. Caixas 1832, 1833 e 1868.
 Diário Oficial da Bahia, 1930-1937
 Boletim Eleitoral da Bahia, 1934-1936

CARTAS DO EXÍLIO DE OTÁVIO MANGABEIRA

Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934). Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.1.
Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934). Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.2.
Octávio Mangabeira. Cartas do 2º exílio (1938-1945). Org.: Paulo Santos Silva. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2017. v.1.

OUTRAS FONTES

Discurso de Getúlio Vargas, 1933
 Anais da Assembleia Legislativa, 1933-1934
 Anais da Câmara dos Deputados, 1935-1937
 Anuários da Bahia, 1930, 1935, 1936, 1937
 Relatório do Governo de Vital Soares, 1930
 Depoimento de Luiz Viana Filho sobre a Revolução de 1930
 Revista Bahia Tradicional e Moderna, 1938
 Constituição do Brasil de 1934 e 1937
 Anteprojeto da Constituição de 1934
 Atas do Conselho Consultivo de Alagoinhas, 1932
 Boletins Circulares do Partido Comunista, 1930-1936

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A REVOLUÇÃO DE 30. Seminário Internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília. D.F.: Universidade de Brasília, c1982.
- ADAMI, Antonio. *80 anos da Revolução Constitucionalista de 1932: uma odisséia radiofônica em São Paulo*. Intercom. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza, Ceará, 3 a 7/9/2012.
- ASSIS, Major Anatólio Alves de. *Crônicas dos anos de ouro*. Belo Horizonte, 1974.
- AIRES, José Luciano de Queiroz. *Inventando Tradições, construindo memórias: a “Revolução de 30” na Paraíba*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). João pessoa: UFPB, 2006.
- ALVES NETA, Amélia Saback. *Os verdes às portas do sertão*. Doutrina e ação política dos integralistas na Bahia (1932-1945). Salvador: Sagga, 2018.
- ALVES, Cristiano cruz. *“Um espectro ronda a Bahia”*. *O anticomunismo da década de 1930*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. 2008.
- ARAÚJO NETO, Álvaro Souza de. *Os camisas-verdes na região cacauzeira: atuação integralista no sul da Bahia*. Dissertação. Mestrado. UNEB, Campus V, 2016.
- ARAÚJO, Ana Luiza Caribe de. *De forasteiro à unanimidade: a interventoria de Juraci Magalhães na Bahia (1931-1943)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em História, Política e Bens Culturais. CPDOC, 2010.
- BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário: memórias*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- BARROS, Salomão. *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*. Salvador, 1979, 1979.
- BACELAR, Jeferson. “A frente negra brasileira na Bahia”. In: *Afro-Ásia*, n. 17. 1996.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- BATISTA, Eliana Evangelista. *Atuação político-partidária e os pontos defendidos por João Mangabeira na elaboração do anteprojeto da constituição de 1934*. In: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia. Brasília. 2017. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>.

_____. *A normalista como interseção: escola, literatura, imprensa e estratégias políticas no Estado Novo (Alagoinhas, 1937/1945)*. Dissertação de Mestrado. PPGHIS-UNEB- Campus V. 2012.

_____. A “Revolução de 30” no interior da Bahia: da queda da última barreira legalista à formação dos primeiros partidos políticos (Alagoinhas, 1930-1934). *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, 27 a 31 de julho de 2015, Florianópolis, Santa Catarina, 2015.

_____. Atuação feminina na UDN e a oposição ao governo Vargas em Alagoinhas, Bahia. In: _____. *Alagoinhas: histórias e historiografia* / Eliana Evangelista Batista. (Org.) – Alagoinhas (BA): Quarteto / FIGAM, 2015.

_____. “Reações à Concentração Autonomista no interior da Bahia”. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, ANPUH, Natal-RN, 2013.

BEILGUEMAN, Paula. “A propósito de uma interpretação da história da República”. In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. Ano 1. n. 9/10. set/nov 1966.

BROSSARD, Paulo. João Mangabeira. Homenagem do Senado pelo centenário de nascimento. *Revista Inf. Legisl.* Brasília, a. 17, n. 67, jul./set. 1980.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BRITO, Jonas. *A Bahia dos Calmon: um ás no jogo político da I República (1920-1926)*. Dissertação de Mestrado, UFBA, 2016.

CALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. CAMARGO, Aspásia. *O Nordeste a política. Diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CAMARGO, Aspásia. *A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política*. In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)*. Setembro de 1980. Brasília, Editora UNB, 1983.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”. In: *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CASTELLUCCI, Aldrin A.S. “Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”. In: *Afro-Ásia* 41 (2010), 85-131.

- CARONE, Edgard. Coronelismo. Definição histórica e bibliografia. R. Adm. Emp.; Rio de Janeiro, 11 (3): 85-92. jul./set. 1971.
- CARVALHO FILHO, Aloysio de Carvalho. *Um depoimento para a História*. Publicação Salvador-Bahia. 30 de novembro de 1968.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. *Juraci Magalhães e a construção do juracisismo: um perfil da política baiana*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA. 2005.
- CARVALHO, Jumara Carla Azevedo Ramos; PORTO, César Henrique de Queiroz. “As mulheres da família Spinola Teixeira: estratégias de apadrinhamento e compadrio em Caetitê (1885- 1930)”. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História. Contra os preconceitos: história e democracia. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502739925_ARQUIVO_ArtigoAnpuh-Brasilia-julho.pdf.
- COSTA Ana Alice Alcântara. *As donas do poder*. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBa – Assembleia Legislativa da Bahia. 1998.
- COELHO, Marco Antônio Tavares. “As diversas vidas de Zé Bebelo”. In: *Estudos Avançados*. vol. 17, num. 49. São Paulo. Set/dez, 2003.
- CRAVO, Mário da Silva. *Memórias de um homem de boa fé*. Salvador, Bahia. 1975.
- DANTAS, André Fontes. *Um cais de porto: um estudo sobre a ascensão e declínio do Porto do Pontal de Ilhéus (1911-1942)*. Dissertação de Mestrado, UNEB, 2016.
- DE DECCA, Edgard Salvadori. *1930, O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 2012.
- _____. *O longo bonapartismo brasileiro, 1930-1964*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

- EDELMAN, Bernard. *A legalização da classe operária*; coord. Tradução, Marcus Orione. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Alfa Omega, 1974.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16ª ed. São Paulo: Globo. 2004. vol 2.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. 16ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FAUSTO, Boris. “A revolução de 1930”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand. 20 ed. 1995.
- FAUSTO, Boris. O processo político (1930-1945). In: *História do Brasil*. 12 ed. 1 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- FERREIRA, Laís Mônica Reis. *Educação e Assistência Social: as estratégias de inserção da Ação Integralista Brasileira nas camadas populares da Bahia em O Imparcial (1933-1937)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. 2006.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; GOMES, Ângela de Castro [et al]. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- FONSECA, Pedro César Dutra. A articulação nacional/regional e as origens da Revolução de 30. In: RANINCHESKI, Sonia et al (org.). *Economia brasileira em perspectiva histórica*. Brasília: Verbena, 2011.
- FONSECA, Paulo César Dutra. A Gênese regional da “Revolução de 1930”. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo. vol. 29, n. 1, 1999.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 3. Ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.
- FONTES, José Raimundo. *A Bahia de todos os trabalhadores: classe operária, sindicato e política (1930-1947)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 1996.
- FONTES, Rafael Oliveira. *A seiva de uma juventude: intelectualidade, juventude e militância política (Salvador, Bahia, 1932-1943)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2011.

- FREITAS, Alexandra Cerqueira. *Alcances e limites do movimento tenentista na Bahia: a conspiração revolucionária de 1930*. Dissertação. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2010.
- GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *A Constituição de 1934 no contexto da história do constitucionalismo brasileiro*. *Revista Jurídica Cesumar*. Jan./abr. 2017.
- GOMES, Ângela de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: *História Geral da Civilização Brasileira – III. O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*, vol. 10. Rio de Janeiro: DIFEL, 1986.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia (1930-1964)*. Dissertação de Mestrado. UFBA, 1983.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. vol. 2. Os intelectuais: o princípio educativo. Jornalismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 5. O Risorgimento: notas sobre a história da Itália. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henrique; co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HERNANI, Donato. *História da Revolução Constitucionalista de 1932*. IBRASA, São Paulo, 2002.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de representação política: o experimento da primeira República Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.
- HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira: a história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- KAREPOVIS, Dainis. *Lutas subterrâneas: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: HUCITEC, UNESP, 2003.
- LAVIGNE, Eusíbio. *Paz e humanismo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro. S/d.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

- LENE. Hérica; LOPES, Rafael. Memória do jornalismo na Bahia: censura, conflito e surgimento da Associação Baiana de Imprensa na década de 1930. *Revista Brasileira de História da Mídia*. vol.4. n. 2. Jul./2015 - dez./2015.
- LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. *Entre a ferrovia e o comércio: urbanização e vida urbana em Alagoinhas (1868/1929)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.
- LIMA, Maria da Guia Silva. *Coronel Santinho do Riacho da Guia*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011.
- LIMA, Aruã Silva de. *Uma democracia contra o povo: Juraci Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927-1946)*. Dissertação de Mestrado. UEFS, 2009.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a revolução de Outubro de 1930*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. (1ª ed. 1933).
- LINS, Wilson; TEIXEIRA, Cid; FALCON, Gustavo; MACHADO MELO, Maria Alba. *Coronéis e Oligarquias*. Cadernos de Educação Política. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Inamá Editora. 1979.
- LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, Daiane Dantas. *Um flagelo no sertão baiano: cotidiano, migração e sobrevivência na seca de 1932 (Vila de Canabrava do Gonçalves, Xique-Xique)*. Dissertação de Mestrado. UNEB, Campus V, 2010.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meios dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MACHADO MELO. Maria Alba. *História Política do Baixo Médio São Francisco: um estudo de caso de coronelismo*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 1989.
- MAGALHÃES, Juraci. *Minhas memórias provisórias*. Depoimento prestado ao CPDOC / Coord. Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- MELO FRANCO, Virgílio. *Outubro de 1930*. 5 ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1980. (1ª ed. 1931).
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MELO, Maria Alba Machado. O coronelismo numa perspectiva historiográfica. In: LINS Wilson. *Coronéis e Oligarquias*. Cadernos de Educação Política. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Inamá Editora. 1979.

MELO, Maria Alba Machado. *História política do baixo-médio São Francisco*. Um estudo de caso de coronelismo. Dissertação de Mestrado (História). Universidade Federal da Bahia. 1989.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. “Antes da fama: anotações sobre a trajetória política de Antônio Maciel Bonfim, vulgo ‘Miranda’”. São Paulo: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Paulo, 2011.

_____. “Antônio Maciel Bonfim (Miranda): um esboço biográfico”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2016.

_____. “No rastro de Miranda: convite a uma investigação histórica sobre a trajetória de Antonio Maciel Bonfim”. In: SILVA, Paulo Santos. (Org.) *Desarquivamento e narrativas: História, Literatura e Memória*. Salvador: Quarteto, 2010.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira; DE LIMA, Thiago Machado (et all). “O célebre Miranda: aventuras e desventuras de um militante comunista entre a história e a memória”. *Praxis - Revista Eletrônica de História e Cultura*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472016v36n72_010>.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. *Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)*. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. UFF, 2015.

OLIVEIRA, Lúcia Lippe. “Revolução de 1930: uma bibliografia comentada”. In: BIB. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*. n.º 4, 1978.

PANDOLFI, Dulce Chaves. “Os anos de 1930: as incertezas do Regime”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PANDOLFI, Dulce Chaves. “A trajetória do norte: uma tentativa de ascenso político”. In: Gomes. Ângela Maria de Castro. *Regionalismo e Centralização Política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSPAM, Mário. *Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. Dossiê Estado Novo. 60 anos*. Revista de Sociologia e Política. n.9. 1997.

- PANSARDI, Marcos Vinícius. *Da revolução burguesa à modernização conservadora: a historiografia frente à Revolução de 30*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934): a Bahia na Primeira república Brasileira*. Trad. Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- PINHEIRO. Israel de Oliveira. “A política na Bahia: atrasos e personalismos”. *Ideação*, Feira de Santana, n. 4, p. 49-78, jul./ dez. 1999.
- PRESTES. Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- PRIMO. Jacira Cristina Santos. *Nas fileiras do Sigma: os integralistas na Bahia e a política brasileira na década de 30*. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2013.
- PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Tempos Vermelhos: a Aliança Nacionalista Libertadora e a Política Brasileira (1934-1937)*. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2006.
- RODRIGUES, Inês Caminha L. *A Revolta de Princesa: poder privado x poder instituído*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- ROSA, Dora Leal. *O mandonismo local na Chapada Diamantina*. Dissertação de Mestrado. (Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 1974.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Movimentos Sociais na Bahia de 1930. Condições de vida do operariado*. *Universitas*, (29): 95-108, jan./abr. 1982.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Memória da Fazenda da Bahia (1895-2005)*. Salvador: Casa de Jorge Amado: Fundação Pedro Calmon, 2005.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992.
- SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976 (1ª ed. 1932).

- SANDES, Noé Freire. “O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930)”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 43, jan.-jun. de 2009.
- SANTOS NETO. *Nos domínios da Política estatal: o poder desterritorializado e as bases de sustentação política de Getúlio Vargas (1930-1934)*. Tese de Doutorado (História). Universidade Federal de Pernambuco, 2014.
- SANTOS NETO. Martinho Guedes dos. A desterritorialidade do poder simbólico e a construção do discurso factual de poder de Getúlio Vargas pós-1930. In: *História Política: interfaces e diálogos*. Altemar da Costa Muniz; Luis Carlos dos Passos Martins (orgs.). Porto Alegre: EDIPUCRS; Ceará: EDUECE 2016.
- _____. *Nos domínios da política estatal: o poder desterritorializado e as bases de sustentação política de Getúlio Vargas (1930-1934)*. Tese de Doutorado, UFPE, 2014.
- SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia*. J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da primeira república. Salvador: EDUFBA, 2011.
- SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948)*. São Paulo: Annablume, 2009.
- SILVA, Leticia Santos. *Ideias e ações: a trajetória política de Altamirando Requião (1922-1937)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. UNEB. 2015.
- SOUZA, Robério Santos. *Tudo pelo trabalho livre: trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia-1892-1909)* Salvador: EDUFBA; São Paulo: FAPESP, 2011.
- SILVA, Paulo Santos. “A historiografia baiana nos últimos cinquenta anos”. In: *Do passado para o futuro*. Edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. Raquel Glezer (org). São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia(1930/1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- _____. *A volta do jogo democrático (Bahia, 1945)*. Salvador: Assembleia Legislativa. 1992.
- SILVA, Kelman Conceição da. *Quem manda na Feira? Política, classes e rearranjos de poder em Feira de Santana na Era Vargas (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado, UNEB, 2012.
- SIZILIO, Ricardo José. “Vai, Carlos, ser Marighella na vida”: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. UFBA, 2017.

- SILVA, Thiago; SILVA, Estevão. Eleições no Brasil antes da Democracia: o código eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Rev. Soc. E Política*, v. 23. N. 56. p. 75-106. Dez. 2015;
- BAHIA. *Tribunal Regional Eleitoral: 80 anos*. Tribunal Regional Eleitoral, 2012.
- SILVA, José Calasans Brandão. *A Revolução de 1930 na Bahia*. (Documento e Estudo). Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. 1981.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *História da imprensa brasileira*. São Paulo: Mauad, 1994.
- _____. *Desenvolvimento brasileiro e luta pela cultura nacional*. (Org) Olga Sodré. Itu, São Paulo: Ottoni Editora, 2010. Texto reproduzido do livro *Capitalismo e Revolução burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro: Graphia, 1997, 2ª ed.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11ª ed. Ver. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008. Ver também 4ª edição, de 1969.
- TRONCA, Ítalo. *Revolução de 30: a dominação oculta*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- VARGAS, Alzira do Amaral Peixoto. *Getúlio Vargas, meu pai*. São Paulo: Editora Globo, 1960.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.
- VIANA FILHO, Luiz. *João Mangabeira. O homem e o Político*. Discurso na Universidade de Brasília. Brasília. 1981.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Política e rebelião nos anos 30*. São Paulo: Moderna, 1995.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2 ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- ZÉ PATRÍCIO (Honorato Ribeiro dos Santos). *O barulho de João Duque em Carinhanha*. Cordel. 2011; ASSIS, Major Anatólio Alves de. *Crônicas dos anos de ouro*. Belo Horizonte, 1974, Ed. do autor.

QUADRO 1 : ELEITORES NA BAHIA -1930 POR MUNICÍPIO

QTD	MUNICÍPIO	QTD. DE ELEITORES 1930
1	Afonso Pena	1.467
2	Alagoinhas	2.715
3	Alcobaça	320
4	Amargosa	1.631
5	Anchieta	1.170
6	Andarahy	2.151
7	Angical	3.000
8	Aratuhye	252
9	Areia	1.282
10	Barra	2.203
11	Barra da Estiva	755
12	Barreiras	1.329
13	Belmonte	978
14	Boa Nova	806
15	Bonfim	3.202
16	Brejões	663
17	Brotas	4.646
18	Brumado	1.527
19	Cachoeira	2.079
20	Caculé	1.115
21	Caeteté	1.823
22	Camamú	1.122
23	Campo Formoso	1.455

24	Canavieiras	2.061
25	Capivary	523
26	Caravelas	543
27	Carinhanha	1.743
28	Casa Nova	2.268
29	Castro Alves	1.880
30	Catu	1.063
31	Cairú	452
32	Chique-Chique	1.867
33	Cipó	2.521
34	Conceição da Feira	538
35	Condeúba	1.698
36	Conquista	1.830
37	Coração de Maria	1.465
38	Correntina	1.289
39	Cruz das Almas	1.154
40	Curaçá	1.625
41	Djlama Dutra	967
42	Encruzilhada	500
43	Entre Rios	755
44	Esplanada	1.928
45	Feira	4.223
46	Geremoabo	1.375
47	Glória	626
48	Guananbi	1.525
49	Ilhéus	7.230

50	Ipirá	1.483
51	Inhambupe	1.345
52	Irará	1.564
53	Itaberaba	1.284
54	Itabuna	4.137
55	Itambé	110
56	Itaparica	1.346
57	Itapira (Itacaré)	1.725
58	Itaquara	780
59	Ituassú	1.210
60	Jacaracy	640
61	Jaguaripe	412
62	Jacobina	2.958
63	Jacuípe	2.209
64	Jaguaquara	1.677
65	Jequié	2.361
66	Jequiriçá	457
67	Juazeiro	3.039
68	Lage	554
69	Lapa	656
70	Lençóis	1.351
71	Livramento	1.145
72	Macaúbas	3.169
73	Manoel Vitorino	1.405
74	Maracás	2.115
75	Maragogipe	1.493


76	Maraú	622
77	Mata (de São João?)	1.159
78	Monte Alegre	1.195
79	Montenegro	701
80	Monte Santo	2.706
81	Morro do Chapéu	3.979
82	Mucugê	2.209
83	Mucury	1.032
84	Mundo Novo	1.878
85	Muritiba	1.355
86	Mutuípe	508
87	Nazaré	1.823
88	Nilo Peçanha	326
89	Palmeiras	458
90	Paramirim	823
91	Paripiranga	1.969
92	Pilão Arcado	2.147
93	Poções	1.261
94	Pojuca	882
95	Porto Seguro	796
96	Prado	453
97	Queimadas	2.468
98	Remanso	2.657
99	Riacho de Sant'Ana	950
100	Rio Branco	1.251
101	Rio de Contas	810

102	Rio Preto	739
103	Rio Real	1.457
104	Rui Barbosa	1.527
105	Salvador	33.770
106	Sant'Ana	1.540
107	Santa Inês	863
108	Santa Maria	1.546
109	Santarém	529
110	Santa Terezinha	1.402
111	Santo Amaro	4.441
112	Santo Antonio	1.395
113	Santo Estevam	530
114	São Felipe	860
115	São Felix	734
116	São Francisco	1.213
117	São Gonçalo	1.010
118	São Miguel	659
119	São Sebastião	802
120	Seabra	711
121	Serrinha	2.566
122	Taperoá	470
123	Una	521
124	Urandy	845
125	Valença	1.187
	TOTAL	219.700
	TOTAL DA SOMA DIVULGADA	219.790

Fonte: Diretoria Geral de Estatística-1932
Publicado no jornal *Diário de Notícias*, Salvador, 22.10.1932

APÊNDICE 1

PERSONAGENS DA POLÍTICA BAIANA – ASPECTOS BIOGRÁFICOS¹

NOME	INDICAÇÕES BIOGRÁFICAS ATÉ 1937
 <p>Deputado ALBERICO FRAGA, Inteiro da sessão parlamentar</p>	<p>Alberico Pereira Fraga:</p> <p>Nasceu em Muritiba (BA), no dia 29 de março de 1904. Filho do coletor federal João Batista Pereira Fraga e de Durvalina América de Almeida Fraga. cursou o primário em sua cidade natal, ingressando depois no Ginásio da Bahia, no qual estudou de 1919 a 1922. Em 1923, entrou para a Faculdade de Direito da Bahia, bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais em 1927. Foi oficial-de-gabinete dos governadores Francisco Góis Calmon (1924-1928) e Vital Soares (1928-1930). Em 1928 foi catedrático de economia política e professor de direito constitucional da Faculdade de Direito da Bahia, cadeira cuja cátedra ocuparia entre 1930 e 1936. Também a partir de 1928 foi advogado militante no foro de Salvador, atuando, por três anos consecutivos, como representante do estado no Congresso de Crédito Agrícola, realizado no Rio de Janeiro. Nesse mesmo período foi consultor jurídico de diversas organizações comerciais e bancárias, chegando, em 1933, a exercer a função no Departamento das Municipalidades do Estado. Em 1929 foi diretor da Secretaria da Assembléia Legislativa da Bahia.</p> <p>Iniciou a carreira política ao eleger-se deputado à Assembléia Constituinte baiana em outubro de 1934. Exerceu o mandato de</p>

¹ Consideramos, para a elaboração desse quadro, aspectos da biografia até o ano de 1937. As imagens foram retiradas de jornais da época. Nosso objetivo foi demonstrar como esses homens e mulheres eram representados na imprensa. Destacar a imagem que chegava ao leitor através dos jornais no período. Muitos trechos foram reproduzidos do site do CPDOC/FGV. A entrada foi feita por ordem alfabética considerando o nome pelo qual eram mais conhecidos à época. Ex: os nomes de Seabra e Simões Filho, estão ao final do apêndice, na letra S, em lugar das letras J e E referentes aos seus primeiros nomes, respectivamente, José Joaquim Seabra e Ernesto Simões Filho.

1935 até o advento do Estado Novo, em novembro de 1937, tornando-se, neste ano, catedrático de direito judiciário civil na Faculdade de Direito da Bahia.

Fonte: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fraga-alberico-pereira>>. Acesso em: 03/08/2018.



Deputado ALIOMAR BALEEIRO
"líder" da maioria, e que hoje
continuará fulminando a farsa
da minoria sobre a cr-

Aliomar Baleeiro:

Nasceu em Salvador em 5 de maio de 1905. Filho de Arnaldo Baleeiro, despachante aduaneiro, e de Maria Isaura Andrade Baleeiro.

Em 1921, iniciou suas atividades profissionais como repórter de *A Imprensa*. Em 1922 transferiu-se para *O Imparcial*, e dois anos depois para *A Tarde*, de Ernesto Simões Filho. Na faculdade, participou ativamente do movimento contra José Joaquim Seabra, governador do estado de 1920 a 1924. Após a Revolução de 1930, Baleeiro aproximou-se do interventor federal no estado, Juraci Magalhães, por intermédio de um amigo de seu pai, Antônio Garcia de Medeiros Neto. Em meados de 1933, assumiu a direção do jornal *O Estado da Bahia*. Em 1934 aderiu ao Partido Social Democrático (PSD). Promulgada a Constituição do estado em 1935, Baleeiro permaneceu na Assembléia Legislativa da Bahia, na condição de vice-líder da maioria, representada pelo PSD. Após o fracassado levante comunista de novembro de 1935, Baleeiro acompanhou Juraci Magalhães em sua discreta oposição a Vargas e ao processo de crescente centralização de poderes do governo federal. Em 1937 participou da campanha de José Américo de Almeida às eleições presidenciais previstas para 1938, recusando-se, a exemplo de Juraci Magalhães, a apoiar os planos de Vargas para manter-se no poder. Em 9 de novembro, às vésperas da implantação do Estado Novo, foi preso por 24 horas, a mando do coronel Antônio



Alfredo Pereira Mascarenhas:

Nasceu em Cachoeira (BA), no dia 24 de setembro de 1873, filho de Leonídio Pereira Mascarenhas e de Augusta Mascarenhas. Formado em direito pela Faculdade de Direito do Estado da Bahia, iniciou sua carreira como promotor em Cachoeira e mais tarde foi juiz de direito da comarca de Caetité (BA). Deputado estadual por duas legislaturas na década de 1920, presidia a Assembleia Legislativa baiana quando eclodiu o movimento revolucionário liderado por Getúlio Vargas, em outubro de 1930, que determinou o fechamento dos órgãos legislativos em todo o país. Elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte no pleito de maio de 1933 na legenda do Partido Social Democrático (PSD) da Bahia. Participou dos trabalhos da Constituinte, iniciados em 15 de novembro de 1933, e foi um dos signatários da Constituição promulgada em 16 de julho de 1934. No pleito de outubro de 1934, foi eleito deputado federal, ainda na legenda do PSD baiano, exercendo o mandato de 3 de maio de 1935 a 10 de novembro de 1937, quando a instauração do Estado Novo suprimiu as câmaras legislativas do país. Faleceu em Salvador no dia 2 de fevereiro de 1945. Era casado com Leopoldina Milton da Silva Mascarenhas, com quem teve sete filhos.

Altamirando Requião:

Nasceu em Salvador, no dia 27 de agosto de 1893, filho de Euclides Alves Requião e de Ana Rosa da Silva Requião. Após realizar os estudos primários, fez o curso de professor na Escola Normal de Salvador de 1906 a 1910. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, ingressou na Faculdade Livre de Direito dessa cidade, pela qual se bacharelou em 1917. Especializado em sociologia, pedagogia e história, tornou-se professor catedrático de história geral do Colégio Estadual da Bahia, professor da Faculdade de Filosofia da Bahia, catedrático de português do Ginásio Baiano de Ensino e de história do Ginásio Guanabara no Rio de Janeiro. Em outubro de 1934 elegeu-se deputado federal pela Bahia na legenda do Partido Social Democrático (PSD), assumindo sua cadeira em maio de 1935. Permaneceu na Câmara até o dia 10 de novembro de 1937,



f. ALTAMIRANDO REQUI

quando, com o advento do Estado Novo, os órgãos legislativos do país foram suprimidos.

Foi também membro da Associação Comercial da Bahia, sócio honorário da Sociedade Baiana de Agricultura e sócio efetivo dos institutos Histórico e Geográfico da Bahia e de Sergipe. Jornalista, poeta e teatrólogo, foi incorporador e diretor-presidente do *Diário de Notícias*, em Salvador, sócio benemérito e presidente da Associação de Imprensa da Bahia, membro do Sindicato dos Jornalistas da Bahia, do Instituto da Língua Brasileira e da Academia de Letras da Bahia. Faleceu em Salvador no dia 22 de outubro de 1989. Foi casado com Maria de Lurdes Melo e Silva Requião, com quem teve três filhos. Viúvo desde 1984, casou-se novamente com Marinalva Requião. Publicou *O herói* (teatro, 1917), *Luz* (poesia, 1918), *Réplica ao sr. João Ribeiro* (1922), *Consciência e liberdade* (1922), *Brutos e titãs* (romance, 1923), *Os rosais do meu amor* (1925), *Visões fidalgas e plebéias* (novelas, 1928), *Meditações e confidências* (1930), *A glória do Infante* (1960), *As mulheres e o amor na vida de Júlio César* (1960), *O baluarte* (romance, 1976), *D. Marcos* (1976), *O bravo capitão* (1979), *O grande fracasso* (1984), *A queda do gênio* (teatro), *A vitória do gênio* (teatro), *Epístolas ao sr. Vital*, *Crônicas do século XVII*, *Meditações e conferências*, *Razões glotológicas e fonéticas da língua portuguesa*, *Preconceito e razão* e *O navegador*.

A respeito de Altamirando Requião foi publicado em 1993 o livro *Atravessando um século: a vida de Altamirando Requião*, de autoria de Cláudio Veiga.



Álvaro Martins Catharino:

Integralista. Membro de poderosa família, proprietária de parte significativa das indústrias baianas como a Companhia Progresso e União Fabril da Bahia S/A que reunia seis importantes fábricas, localizadas no subúrbio ferroviário de Salvador. Adquiriu o jornal *O Imparcial*, a partir de 1933, através da Companhia Editora e Gráfica da Bahia. Aí, combateu fortemente o comunismo na Bahia, assumindo, a partir de 1938, a direção do jornal, depois da tentativa fracassada de golpe dos integralistas contra Getúlio Vargas, em maio daquele ano.

FERREIRA, Laís. *O Integralismo na imprensa da Bahia*. op. cit. p. 73.

**Aristides Novis:**

Nasceu em Cuiabá, em 18 de junho de 1885, sendo seu pai o Dr. Augusto Novis, notável médico da Armada Nacional, destacado para servir na capital do Mato Grosso. Chegou à Bahia em 1901, com 16 anos de idade, ingressando, no mesmo ano, na Faculdade de Medicina. Colou o grau de doutor em Medicina, em 1907, depois de um curso brilhante. Foi aluno laureado, e recebeu, como prêmio, viagem de estudo à Europa. Em 1911, após concurso, conquistou a livre-docência de Fisiologia. Em 1917, foi professor substituto de Fisiologia e, dois anos depois, catedrático da referida disciplina. Foi presidente da Sociedade Médica dos Hospitais da Bahia, diretor da Faculdade de Medicina e dos hospitais Juliano Moreira e Santa Izabel. Membro fundador do Instituto Bahiano de História da Medicina, membro correspondente da Academia Nacional de Medicina, Diretor de Saúde e Secretário de Educação e Saúde. Foi, por vários motivos, um dos médicos mais importantes da Bahia. Faleceu em Salvador, no dia 30 de abril de 1953.

FONTES: Leite, Geraldo – Reminiscências. Gráfica Universitária. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007; Macedo Costa, Luiz Fernando – Aristides Novis. Sinopse Informativa. Universidade Federal da Bahia. Ano II, No II, outubro. Salvador, 1978; Sá Menezes, Jayme de – Aristides Novis . Anais da Academia de Medicina da Bahia, Volume VI, Julho de 1985; Sá Menezes, Jayme de – Palavras de Ontem e de Hoje. Salvador, 1993; Tavares-Netto, José – Formados de 1812 a 2008 pela Faculdade de Medicina da Bahia. Feira de Santana, 2008.

Arlindo Leoni:

Arlindo Batista Leoni nasceu em Barra (BA), no dia 29 de janeiro de 1869, filho de Manuel Batista Leoni e de Messias Valedici de Sousa Leoni. Fez os primeiros estudos no Colégio D. Pedro II, em Salvador, bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Recife em 1886. Foi promotor público na comarca de Brejo Grande, atual Ituaçu (BA), de 1887 a 1890, e juiz municipal de Pombal, atual Ribeira do Pombal (BA), de 1890 a 1892. Em seguida foi juiz de direito dos municípios baianos de Paraguaçu, Bom Conselho — atual Cícero Dantas —, Juazeiro, Maragojipe e Valença. Deixando a magistratura em 1904, instalou um escritório de advocacia em seu estado. Em 1910 elegeu-se senador estadual na Bahia, reelegendo-se para a legislatura seguinte. Em janeiro de 1912 elegeu-se deputado federal pela Bahia, renunciando à senatoria baiana. Foi reeleito nos pleitos de 1915, 1918 e 1921, sempre com o apoio de José Joaquim Seabra, importante chefe político do estado durante a Primeira República. Integrou as comissões de Constituição e Justiça e de Finanças por várias legislaturas. Candidatou-se a uma cadeira no Senado na legenda do Partido Republicano Democrático (PRD) no pleito de julho de 1923, realizado para preencher a vaga aberta com o falecimento de Rui Barbosa em abril do mesmo ano. Sua eleição, entretanto, não foi reconhecida pelo Senado Federal, que proclamou a vitória de Pedro Lago, candidato da Concentração Republicana da Bahia (CRB). Em dezembro seguinte renunciou ao seu mandato na Câmara para candidatar-se ao governo da Bahia na Legenda do PRD no pleito daquele mesmo mês. Em março de 1924 a vitória de Góis Calmon foi proclamada, em meio a grande tensão política. Surgiram rumores de que o governador Seabra transmitira o cargo a Leoni, ignorando a decisão da Assembléia. Ainda nesse mês, o presidente Artur Bernardes (1922-1926) decretou o estado de sítio na Bahia, garantindo a posse de Góis Calmon. Após a Revolução de 1930, Arlindo Leoni, juntamente com outros políticos do antigo PRD, rompeu com Seabra, aliando-se ao interventor federal Juraci Magalhães. Em janeiro de 1933 participou da fundação do Partido Social Democrático da Bahia. No pleito de maio do mesmo ano elegeu-se deputado à Assembléia Nacional Constituinte pela Bahia, na legenda do seu partido, mas não participou dos trabalhos de elaboração da nova Carta por motivos de saúde. Em outubro de 1934 elegeu-se deputado



Sr. ARLINDO LEONI

federal por seu estado, assumindo o mandato em maio do ano seguinte. Durante sua vida pública advogou no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde veio a falecer no dia 6 de setembro de 1936, em pleno exercício do mandato. Publicou *Testamento e suas modalidades perante o direito e a legislação pátria* (1897) e *Penhor mercantil* (1898).

Fonte: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leoni-arlindo>>. Acesso em: 03/08/2018



DR. ARNALDO PIMENTA
CUNHA, O NOVO PREFEITO
QUE MANTRÊ O ACTO I

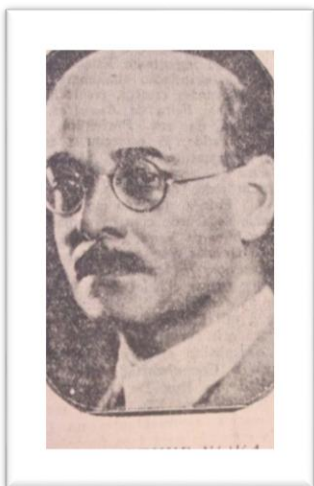
Arnaldo Pimenta da Cunha:

[Nasceu em 1881. Filho de José Rodrigues Pimenta da Cunha e Honorina Amélia Pinho. Diplomou-se em Engenharia Civil. Foi o primeiro prefeito nomeado em caráter efetivo, após a vitória da Revolução de 1930. Seu mandato durou de 17 de fevereiro de 1931 a julho de 1932. Foi membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.](#)

FONTE: https://prabook.com/web/arnaldo.pimenta_da_cunha/1119519. Acesso em: 07/08/2018.

Artur Neiva:

Nasceu em Salvador no dia 22 de março de 1880, filho de João Augusto Neiva e de Ana Adelaide de Paço Neiva. Na capital baiana, fez os primeiros estudos no Colégio São Salvador e frequentou a Faculdade de Medicina até o segundo ano. Transferiu-se em seguida para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde concluiu o curso de medicina em 1903. Discípulo de Osvaldo Cruz, em 1906 passou a trabalhar no Instituto Soroterápico, no Rio, dirigido por esse cientista. O estabelecimento recebeu em



1907 a denominação de Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos, modificada em 1908 para Instituto Oswaldo Cruz. Por essa época, Artur Neiva chefiou trabalhos de profilaxia da malária. Em 1910 foi enviado a Washington, por indicação de Oswaldo Cruz, a fim de aprofundar pesquisas no campo da entomologia. Em 1912, em companhia de Belisário Pena, percorreu vários estados brasileiros, desenvolvendo investigações das quais resultou, mais tarde, o relatório *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás* (1916). Com a tese intitulada *Revisão do gênero Triatoma*, relativa a um dos gêneros de barbeiro — o inseto transmissor da doença de Chagas —, tornou-se livre-docente da cadeira de história natural e parasitologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em abril de 1914. Nesse mesmo ano fundou em Pelotas (RS) uma filial, do Instituto Oswaldo Cruz. Em 1915 e 1916, contratado pelo governo argentino, instalou e dirigiu em Buenos Aires as seções de zoologia e parasitologia do Instituto Bacteriológico do Departamento de Higiene. De 1916 a 1918 dirigiu e organizou o Serviço Sanitário de São Paulo, tendo montado 41 hospitais na capital e 119 no interior. Também durante esse período, elaborou o primeiro código sanitário do país, base de outros que se fizeram mais tarde no Brasil e no exterior. Nomeado chefe de serviço do Instituto Oswaldo Cruz em 1919, no ano seguinte foi encarregado de estudar as organizações sanitárias no Japão e nos Estados Unidos e a profilaxia da lepra na Noruega, nas Filipinas e no Havaí. Em janeiro de 1923 foi nomeado diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, do qual era membro correspondente desde 1917. Enquanto ocupava esse cargo, chefiou em São Paulo (1924-1925) a comissão encarregada de estudar e combater a broca-do-café, praga que atacara as plantações cafeeiras. Em 1927 demitiu-se da direção do Museu Nacional e em 1928 foi contratado pelo governo paulista como diretor-superintendente do recém-fundado Instituto Biológico do estado. Com a vitória da Revolução de 1930, que depôs o presidente Washington Luís, Getúlio Vargas foi conduzido à chefia do Governo Provisório, tendo nomeado para a interventoria de São Paulo o capitão João Alberto Lins de Barros. Em dezembro desse ano, o interventor paulista convidou Artur Neiva para assumir a Secretaria do Interior do estado. Em 12 de fevereiro de 1931, quando ainda acumulava esse cargo com o de diretor do Instituto Biológico, Neiva recebeu de Vargas, por indicação de João Alberto, a nomeação para o cargo de

interventor federal na Bahia, em substituição a Leopoldo Amaral. Durante seu curto período de governo, iniciado em 18 de fevereiro, desenvolveu em seu estado natal os serviços sanitários, combatendo a malária e atuando na profilaxia de várias doenças. Criou também o Instituto do Cacau da Bahia e adotou medidas administrativas em favor da lavoura cacaueteira. No dia 24 de agosto de 1931 deixou a interventoria, sendo substituído por Juraci Magalhães. Retomou então suas atividades científicas. Em janeiro de 1933 foi nomeado diretor-geral de pesquisas científicas do Ministério da Agricultura, tendo organizado por essa época o Instituto Tecnológico, o Instituto de Biologia Animal e o Instituto de Biologia Vegetal do ministério. Em maio de 1933 elegeu-se deputado à Assembléia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD) da Bahia. Na Constituinte, destacou-se pela oposição à imigração japonesa para o Brasil e ocupou-se do problema da colonização e exploração do Amazonas. Em 1934, na mesma legenda, elegeu-se deputado federal, tendo exercido o mandato de 1935 a novembro de 1937 quando foi implantado o Estado Novo. Mais tarde, fez parte do conselho consultivo da Coordenação da Mobilização Econômica, organismo criado em setembro de 1942 para orientar a economia de guerra.

FONTE: CPDOC?FFGV. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/neiva-artur>>. Acesso em: 26/07/2018; *Diário de Notícias*, Salvador, Fev. 1934.

Ataliba Osório:

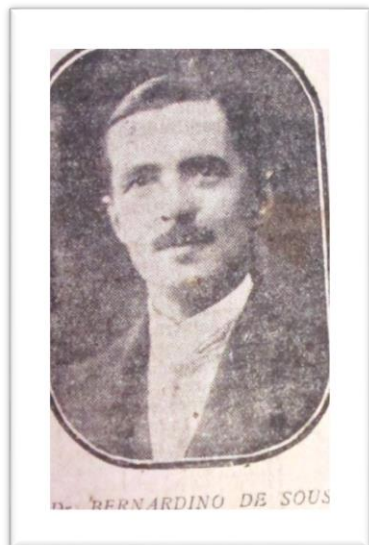
Ataliba Jacinto Osório nasceu no Rio Grande do Sul, no dia 21 de outubro de 1873, filho de João Jacinto Osório. Ingressou na carreira militar em maio de 1890, sentando praça como voluntário no 2º Esquadrão do 12º Regimento de Cavalaria (12º RC). Promovido a cabo no mês seguinte, em julho alcançou o posto de furriel e, em novembro, o de segundo-sargento. Em janeiro de 1891 seguiu para Porto Alegre, onde pretendia matricular-se na Escola Militar. Apresentou-se ao Comando de Armas em fevereiro, tornando-se adido ao 30º Batalhão de Infantaria (30º BI), mas nesse mesmo mês foi mandado de volta ao 12º RC. Promovido a primeiro-sargento em novembro de 1891, em janeiro do ano seguinte voltou a Porto Alegre para ingressar na Escola Militar, apresentando-se ao comando do 6º Distrito Militar. Teve longa trajetória no Exército a partir de então. Antes



GRONEL. ATALIBA OSÓRIO
GOVERNADOR PROVISÓRIO
DO ESTADO

de eclodir a Revolução de 1930, Ataliba Osório estava no comando da 6ª Região Militar (6ª RM), sediada em Salvador, de fevereiro de 1928 a janeiro de 1929, quando seguiu para o Distrito Federal a fim de matricular-se na Escola de Estado-Maior. Retornou à 6ª RM em fevereiro de 1929 e, com a eclosão da Revolução de 1930, seguiu para o interior da Bahia, onde comandou o destacamento de forças do Exército e da polícia no combate aos revoltosos. No dia 24 de outubro, com a vitória do movimento em âmbito nacional pela deposição do presidente Washington Luís, foi autorizado a parlamentar com as forças revolucionárias e, no dia seguinte, retornou a Salvador assumindo o governo do estado em substituição a Custódio dos Reis Príncipe Júnior. Em seguida foi investido no posto de general-de-brigada pelo comandante das Forças Revolucionárias do Norte, Juarez Távora, e no dia 29 deixou o comando da 6ª RM. Governou o estado até o dia 1º de novembro, quando foi substituído pelo interventor Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral. Ainda nesse mês reassumiu o comando da 6ª RM e renunciou ao posto de general comissionado. Transferido para Recife, comandou a 7ª RM, sediada nessa cidade, de janeiro a junho de 1931, quando foi exonerado do cargo. Em dezembro de 1932 passou para a reserva.

FONTES: ARQ. MIN. EXÉRC.; *Encic. Mirador*; MELO, A. *Cartilha*; POPPINO, R. *Federa*;
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ataliba-jacinto-osorio>>. Acesso em: 03/08/2018

**Bernardino de Souza:**

Bernardino José de Sousa nasceu em Vila Cristina (SE) no dia 8 de fevereiro de 1884, filho de Otávio de Sousa Leite e de Filomena Maciel de Faria. Bacharel em direito pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1904, lecionou em diversos estabelecimentos de ensino em Salvador e na faculdade pela qual se formou, de onde tornou-se catedrático da cadeira de direito internacional público em 1915. Paralelamente às suas atividades docentes, entrou na arena política, exercendo o mandato de deputado estadual entre 1905 e 1908. Também nesse período, em 1909, tornou-se membro do Instituto Histórico-Geográfico da Bahia, do qual foi bibliotecário-arquivista (1912), primeiro-secretário (1913) e secretário perpétuo (1917). Representante oficial do estado da Bahia no 4º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Recife em 1915, no ano seguinte ingressou na Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

Entre 1929 e 1935, foi diretor da Faculdade de Direito da Bahia. Nesse período, tornou-se, em 1931, secretário do Interior, da Justiça, de Instrução, de Saúde e Assistência Pública no governo do interventor Artur Neiva. Em 1934 passou a fazer parte da Câmara de Reajustamento Econômico, tendo assumido, nesse mesmo ano, a presidência da entidade. Foi ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) de 1938 a 1948 e seu presidente de 1946 a 1947. Entre outros títulos, publicou *Cachoeira e a independência*, *Guerra da independência da Bahia*, *Dicionário da terra e da gente do Brasil* (1937) e *O ciclo do carro de boi no Brasil*.

Fonte: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sousa-bernardino-jose-de>>. Acesso em: 26/07/2018.



Nosso joven patricio dr. BULCAO
JUNIOR

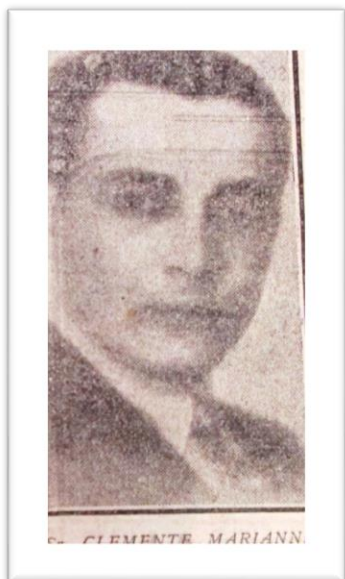
Bulcão Junior:

João Vicente Bulcão Viana nasceu na Vila de São Francisco, no município de Santo Amaro (BA), em 15 de julho de 1878, filho de Francisco Vicente Viana e de Luísa Flora Bulcão Viana. Seu pai era magistrado e proprietário de engenhos de açúcar. Seu bisavô paterno, Francisco Vicente Viana, barão do Rio das Contas, foi o primeiro presidente da província da Bahia (1824-1825). Era neto também dos barões de São Francisco. Estudou no Colégio São José e na Faculdade de Direito da Bahia, pela qual se formou em dezembro de 1900. Em seu estado natal, foi promotor público na comarca de Canavieiras e em seguida na comarca de Feira de Santana, antes de assumir, em 1908, as funções de juiz-preparador do termo da Barra do Rio das Contas. Nomeado em 1910 delegado de polícia do 12º Distrito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi posteriormente designado auditor-auxiliar da Marinha e, sucessivamente, auditor-efetivo e auditor-geral, permanecendo em suas funções até 1920. Em dezembro desse ano tornou-se o primeiro procurador-geral da Justiça Militar, cargo criado pelo presidente Epitácio Pessoa (1919-1922). Em março de 1926 foi nomeado ministro do Superior — então Supremo — Tribunal Militar (STM), após indicação unânime dos membros dessa corte, e tomou posse no mesmo mês. Em outubro de 1929 recebeu a patente de general-de-divisão, correspondente à sua posição de ministro do STM. Integrou, na condição de magistrado militar, a comissão que elaborou o anteprojeto do Código da Justiça Militar, convertido em lei em dezembro de 1938. Após a desagregação do Estado Novo (1937-1945), afastou-se do STM para assumir, em novembro de 1945, o cargo de interventor federal na Bahia — em substituição ao general Renato Onofre Pinto Aleixo —, com a incumbência de presidir, no estado, as eleições para a presidência da República e a Assembléia Nacional Constituinte.

Fonte:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-vicente-bulcao-viana>>. Acesso em: 26/07/2018.

Clemente Marianni:

Clemente Mariani Bittencourt nasceu em Salvador no dia 28 de setembro de 1900, filho do desembargador Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt e de Ana Clemente Mariani Bittencourt. Seu bisavô materno, Clemente Bonifácio de Abreu, era irmão de Francisco Bonifácio de Abreu, barão de Vila da Barra, e sua bisavó materna, Ana Joaquina Mariani Wanderley, era irmã do barão de Cotegipe. Fez seus primeiros estudos com a avó paterna, Ana Ribeiro de Góis Bittencourt, por quem foi criado no engenho Api, no município de Catu (BA). Após a morte de seu avô retornou a Salvador, onde frequentou o Ginásio Nossa Senhora da Vitória, dos irmãos maristas, no qual concluiu o curso primário, entre 1909 e 1910, e iniciou o secundário. Em 1913 transferiu-se para o Ginásio Ipiranga, também na capital baiana, concluindo aquele curso no ano seguinte. Ingressou na Faculdade de Direito da Bahia em 1916. Em 1919 foi colaborador da Revista de Assistência Judiciária Acadêmica, passando a dirigi-la no ano seguinte. Bacharelou-se em dezembro de 1920 e foi o orador da turma, que teve como paraninfo o professor João Marques dos Reis, em cujo escritório iniciou em 1921 sua carreira de advogado. Ainda em 1921, paralelamente à advocacia, começou a atuar como jornalista, tendo sido redator e mais tarde redator-chefe do *Diário da Bahia*. Empenhou-se nas campanhas do jornal em apoio à Reação Republicana, chapa oposicionista formada para concorrer às eleições presidenciais de março de 1922 e que tinha como candidatos à presidência e à vice-presidência da República, respectivamente, Nilo Peçanha e o político baiano José Joaquim Seabra. Apoiou também a candidatura de Francisco Marques de Góis Calmon, que governaria a Bahia entre 1924 e 1928. Ainda em 1924 foi eleito deputado estadual pelo distrito de São Francisco, tradicional zona de influência de sua família materna. No ano seguinte, contudo, abandonou o mandato, assumindo a cadeira de direito comercial na Faculdade de Direito da Bahia, para a qual fora admitido através de concurso. Dedicando-se à advocacia, ao magistério e ao jornalismo, em 1927 deixou o Diário da Bahia e tornou-se colaborador da Revista da Ordem dos Advogados da Bahia, atividade que exerceria até 1930. Novamente eleito deputado estadual pelo distrito de São Francisco em 1928, foi empossado no ano seguinte. Durante o governo de Vital Soares, participou da reforma da Constituição da Bahia, apresentando numerosas



emendas, na sua maioria aceitas. Vital Soares foi candidato à vice-presidência na chapa de Júlio Prestes, eleita em março de 1930 e não empossada em virtude da Revolução de 1930.

Com a vitória do movimento, que conduziu Getúlio Vargas ao poder, e a conseqüente dissolução de todos os órgãos legislativos do país, Mariani voltou ao magistério e à advocacia. Foi ainda orador oficial do Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia durante os anos de 1931 e 1932, ocasião em que condenou os atos do governo Vargas, ao qual se opunha. Também na solenidade de formatura dos bacharéis da Faculdade de Direito em 1931, proferiu um discurso denunciando a influência corruptora exercida pelos governos tiranos sobre o caráter nacional, publicado com destaque pela imprensa baiana da época. Com vistas às eleições para a Assembléia Nacional Constituinte em maio de 1933, participou da formação do Partido Social Democrático (PSD) da Bahia — fundado em janeiro daquele ano por iniciativa do interventor Juraci Magalhães —, do qual foi o primeiro-secretário e em cuja legenda se elegeu à Constituinte, obtendo a segunda maior votação no estado. Assumindo seu mandato em novembro seguinte, apresentou um projeto determinando que a distribuição das bancadas no plenário fosse feita de acordo com suas tendências ideológicas. Embora rejeitado por pequena margem de votos, o projeto viria a servir de base para um dispositivo regimental na Constituinte de 1946. Mariani atuou no plenário e nas comissões como uma espécie de vice-líder — já que a função ainda não existia regimentalmente — do líder da maioria, o baiano Antônio de Medeiros Neto, e do relator geral, Raul Fernandes. Por designação de Medeiros Neto, representou a bancada baiana na comissão que coordenou as emendas constitucionais, à qual apresentou os substitutivos referentes à estruturação dos poderes governamentais que, com pequenas alterações, vieram a constituir o texto principal da Constituição de 1934.

Com a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição do presidente da República no dia seguinte, teve o mandato prorrogado até maio de 1935. Eleito novamente em outubro de 1934 na legenda do PSD da Bahia, assumiu a liderança da bancada baiana na Câmara, em substituição a Medeiros Neto, que se elegera senador. Integrou também a Comissão de Finanças e deu apoio ao governo de Juraci Magalhães em sua posição de combate ao comunismo e ao integralismo. Representando o

governo de seu estado, participou em maio de 1937 das negociações para a sucessão presidencial, sendo incumbido de apresentar a candidatura do ex-ministro da Viação de Vargas (1930-1934), José Américo de Almeida, pelos partidos majoritários. Descrente dos rumos que tomava o processo político, viajou em seguida para a Europa, sendo substituído na Câmara por Artur Neiva. Regressou ao Brasil às vésperas do golpe de 10 de novembro de 1937, que instituiu o Estado Novo (1937-1945), não chegando a reassumir a liderança da bancada baiana. Implantado o novo regime, declarou publicamente não aceitar seus postulados, solidarizando-se com Juraci Magalhães, que se opusera ao golpe e deixara o governo da Bahia.

Retirado de: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/clemente-mariani-bittencourt>. Acesso em: 26/07/2018

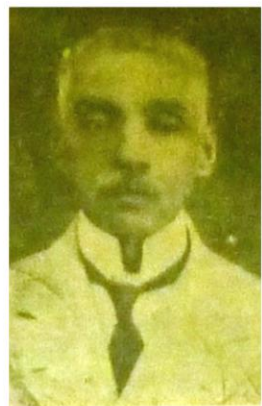


Cap. JOAO FACÓ, Chefe de Po-

João Facó:

Assumiu o comando da polícia baiana durante a interventoria de Juraci Magalhães, depois de participação ativa no movimento revolucionário em Pernambuco e Bahia. Teve atuação importante na ocupação de Princesa, em Pernambuco, antes de eclodir a Revolução, onde conseguiu conter os revoltosos e apreender as armas, no dia 19 de agosto de 1930. Na Bahia, comandou os destacamentos que desarmaram os coronéis no interior do estado, após a vitória da Revolução de 1930.

Retirado de: http://www.ubaldomarquesportofilho.com.br/upload/historia_da_associacao_atletica_da_bahia.pdf. Acesso em 07/08/2018; http://www2.fab.mil.br/incaer/images/eventgallery/instituto/Ideias/Textos/ideias_24.pdf. Acesso em 07/08/2018.



Major COSME DE FARIAS

Cosme de Farias:

Cosme de Farias nasceu no dia 2 de abril de 1875, filho de Paulino Manuel (Comerciante de madeira) e Júlia Cândida de Farias (vendedora ambulante), na região de São Tomé de Paripe – subúrbio ferroviário de Salvador. Oriundo de uma família humilde, o menino pobre cursou apenas o ensino primário na Escola Benvindo Barbosa na freguesia da Conceição da Praia. No entanto, isso não foi um impedimento para que ele se destacasse em variadas áreas do conhecimento. A sua vida profissional tem início na adolescência quando ajudava seu pai na venda de madeira. Logo mais, aos 19 anos, trabalhou no Jornal de Notícias na função de repórter. Ao longo do tempo em que exerceu esta função, adquiriu o direito de desenvolver atividades como rábula. Cosme de Farias atuou com bastante relevo como assistencialista, poeta, militante das causas sociais e políticas, vereador e deputado federal. Aposentou-se como funcionário público. Em 1909, ganhou o título de “Major”, do 224º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional. Morreu no dia 15 de março de 1972 em Salvador aos 96 anos.

Retirado de http://www.cms.ba.gov.br/memorial_personalidades_int.aspx?id=11. Acesso em 26/07/2018;
<http://atarde.uol.com.br/opiniao/noticias/1759232-major-cosme-de-farias-premium>. Acesso em 26/07/2018;
<https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/viewFile/88745/91641>. Acesso em 26/07/2018



Cens.^o CORRÊA DE MENEZES,
um dos delegados do Partido ju-
do ao Tribunal Eleitoral

Correia de Menezes:

Assumiu a presidência do Partido Social Democrático, no ano de 1933. Assumiu, interinamente, o governo da Bahia em diversas ocasiões, entre os anos de 1933 e 1934. No ano de 1934 afastou-se da diretoria do PSD, almejando a candidatura para o governo do estado, mas a indicação recaiu sobre o nome de Juraci Magalhães.

FONTE: Pesquisa pessoal.



Deputados DOMINGOS VELLOSO,
que apontou a improcedência do
requerimento Augusto
Públio

Domingos Velloso:

Nasceu em Entre Rios. Diplomou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, no ano de 1916. Elegeu-se deputado para a Assembleia Estadual no período de 1935-1937, aos trinta e três anos de idade. Exercia também o jornalismo.

Fonte: SAMPAIO, *Poder e representação...* op. cit.



Deputado DUARTE JUNIOR, que
revêdo os ataques dos "au-
tonomistas"

Duarte Junior:

João Costa Pinto Duarte Junior nasceu em Itapicuru, Bahia, no ano de 1898. Foi grande proprietário e político tradicional do Recôncavo da Bahia. Elegeu-se, em 1935, aos trinta e sete anos de idade, deputado estadual pela chapa "Governador Otávio Mangabeira", mas foi cooptado pelo PSD, alegando inconsistência ideológica da Concentração Autonomista.

Fonte: SAMPAIO, *Poder e representação...* op. cit.



Prefeito EUSINIO LAVIGNE

Eusinio Lavigne:

Eusinio Lavigne nasceu em Ilhéus, em 17 de dezembro de 1883. Diplomou-se em Direito. No ano de 1928 passou à oposição local, fundando o Centro de Cultura Democrática. Em 1929, fundou o Comitê Pró- Aliança Liberal e fez a campanha para presidente em sua região, defendendo a candidatura de Getúlio Vargas pelas páginas do jornal *Diário da Tarde*. Com a vitória da Revolução de 1930 foi nomeado prefeito do município, e eleito no ano de 1935. Ocupou o posto no Paço Municipal até o ano de 1937, quando foi preso com o Golpe deferido por Getúlio Vargas.

Fonte: Pesquisa Pessoal.



EDITH GAMA ABREU, presidente da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino

Edith Gama Abreu:

Nascida em 13 de outubro de 1903, Edith Gama era filha de Maria Augusta Falcão Mendes da Costa e de João Mendes da Costa, ex-prefeito de Feira de Santana (1931-1933). Feminista e conferencista nata, fez seu primeiro pronunciamento no Grêmio Rio Branco, em Feira de Santana, com o título “A Mulher”. Era o início da sua bravura. E seguiu: foi diretora do Departamento de Ação Cultural da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF); foi membro do Conselho de Educação e Cultura do Estado da Bahia; presidiu a Sociedade Baiana de Combate à Lepra; presidiu a Pró-Mater da Bahia; foi conselheira do Abrigo de Salvador. Sua vida política é marcada por grandes feitos em prol das mulheres baianas. Apesar de opositora do então governador baiano Juraci Magalhães, Edith Gama conseguiu convencê-lo a vetar o projeto de lei do general Goes Monteiro, que dava à mulher o direito ao cargo público apenas se ela tivesse, assim como o homem, a carteira de reservista. Além disso, o anteprojeto do Código Eleitoral, naquela altura, apresentava restrições ao voto feminino. Restrições essas que foram dissolvidas, dada a argumentação da feirense perante o deputado e relator João Cabral. Após a redemocratização do Brasil, em 1945, e depois de algumas frustrações políticas, passou a se dedicar inteiramente às atividades literárias, jornalísticas e educacionais.

Retirado de: <https://feirenses.com/edith-mendes-gama-abreu/>. Acesso em 07/08/2018.



Esequiel Pondé:

Desembargador, presidiu, quando da fundação em 1932, depois da criação da Justiça Eleitoral pelo Código Eleitoral do mesmo ano, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, que funcionou no edifício situado na Praça Dois de Julho, n.º 30, Campo Grande, onde permaneceu até 1937, quando foi extinta a Justiça Eleitoral no Brasil.

Retirado de <http://www.tre-ba.jus.br/o-tre/conheca-o-tre-ba/o-tre-ao-longo-da-historia>. Acesso em 07/08/2018; *Diário de Notícias*, Salvador, 1935.



Gilberto Valente:

Gilberto Valente nasceu em Salvador, no dia 2 de janeiro de 1904, filho de Adolfo Devoto Valente e Angelina Santos Pereira Valente. Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, em 1919. Em 1935 assumiu o mandato de deputado estadual, ao qual tinha sido eleito no ano anterior. Elegeu-se em dezembro de 1945 quarto suplente de deputado federal à Assembléia Nacional Constituinte pela Bahia, na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Assumiu o mandato somente após a promulgação da Constituição (18/9/1946), exercendo-o de abril de 1947 a junho de 1950. Na Câmara, integrou a Comissão de Constituição e Justiça. Nas eleições de 1950, voltou a disputar uma vaga para a Câmara dos Deputados pelo Partido Social Democrático (PSD), não obtendo sucesso. Foi também presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Bahia. Faleceu no dia 8 de setembro de 1960. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/valente-gilberto>. Acesso em: 03/08/2018.

**Franklin Lins de Albuquerque:**

Nasceu no Rio Grande do Norte, em 1881. Filho de Manoel Lins de Albuquerque. Com 12 anos de idade, em 1893, mudou-se, juntamente com seus pais para Santo Sé, na Bahia. Transferiu-se para Pilão Arcado, na Bahia, às margens do Rio São Francisco.

Tornou-se Fazendeiro, Barqueiro e Coronel da Guarda Nacional. Foi grande produtor de Algodão etc. Em março de 1926, vinculado ao DESTACAMENTO DO GENERAL MARIANTE (Álvaro Guilherme Mariante), passou a comandar, 650 homens para combater a Coluna Prestes pelos sertões do Brasil, especialmente, Alagoas, Ceará, Pernambuco, Piauí, Bahia e Minas Gerais, o que ocorreu, até outubro de 1926, quando a Coluna penetrou no Mato Grosso e alcançou a Bolívia.

Durante a Revolução de 1930 manteve-se em posição ambígua. Segundo documentos da época ora esteve ao lado do governo ora dos revoltosos. Com a vitória, em outubro de 1930 foi recolhido ao Quartel da Guarda Civil de Salvador, ao lado de Horário de Matos (Chefe de Lençóis), Abílio Wolney (Chefe de Dianópolis), João Duque (Chefe de Carinhanha), Marcionílio de Souza (Chefe de Maracás) e Cirilo Veado (Chefe da Barra). Liberado por intervenção de membros do exército, a exemplo de Goés Monteiro, passou a apoiar o situacionismo baiano e manteve-se em defesa do governo Vargas com o golpe de 1937. O Coronel Franklin faleceu em Pilão Arcado, na Bahia, no dia 27.05.1944, com 63 anos de idade.

Fonte: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=11813&cat=Ensaio>. Acesso em: 07/08/2018.



CORONEL FEDERICO COSTA
GOVERNADOR DO ESTADO
QUE DECRETOU A CONVO
CAÇÃO DA ASSEMBLEIA LI
GISTATIVA

Coronel Frederico Costa:

Frederico Augusto Rodrigues da Costa nasceu na fazenda Currealinho, antiga freguesia de São Sebastião das Cabaceiras do Passé, atual São Sebastião do Passé (BA), em 29 de outubro de 1851, filho de João Antunes Rodrigues da Costa, proprietário de terras na região e tabelião de notas na capital, e de Febrônia Augusta Dórea Rodrigues da Costa. No Império filiou-se ao Partido Liberal, mas não concorreu a nenhum cargo eletivo. Substituiu interinamente o pai no Tabelionato de Notas em Salvador, e foi nomeado tesoureiro da Recebedoria Provincial, que, com o advento da República, foi denominada Diretoria das Rendas do Estado. Aí se aposentou, durante a administração Severino Vieira (1900-1904). Iniciou sua carreira política ao se eleger conselheiro municipal em São Francisco do Conde, para o triênio 1904-1906. No ano seguinte, tornou-se intendente desse município, permanecendo no cargo até 1911. Nesse período participou da campanha para a sucessão presidencial apoiando Hermes da Fonseca contra Rui Barbosa. Já se havia então vinculado a J. J. Seabra e, atendendo ao apelo deste, teve papel ativo na fundação do Partido Democrata da Bahia, integrando a sua comissão executiva. Em 1912, foi mais uma vez eleito para o Conselho Municipal de São Francisco do Conde, ali permanecendo até 1915. Cumulativamente, no dia 11 de agosto de 1912, foi eleito senador estadual para ocupar a vaga aberta com a renúncia de Campos França, que fora eleito deputado federal. Daí em diante seria reeleito até a Revolução de 1930, quando todos os órgãos legislativos do país foram extintos. Ocupou a presidência do Senado estadual de 1915 a 1930, com pequeno intervalo entre agosto de 1918 e abril de 1919. Renunciou então a esse posto, em decorrência de conjuntura política contrária. Na condição de presidente do Senado, como primeiro substituto constitucional, ocupou por sete vezes, num total de 15 meses, a chefia do Executivo baiano, em caráter interino. Incompatibilizando-se com o então governador Antônio Muniz de Aragão (1916-1920), criticou sua política em relação à distribuição de favores na administração do estado, e responsabilizou-o pelos conflitos ocorridos entre os chefes sertanejos (1919). Tornou-se, no partido seabrista, líder da ala anti-Muniz. Por ocasião da disputa sucessória de 1923, com o apoio da maioria da comissão executiva do Partido Democrata, rompeu com Seabra, quando este retirou seu apoio à candidatura de Góis

Calmon. Na qualidade de presidente do Senado estadual, temendo a reação de Seabra a favor do seu candidato, solicitou garantias ao Exército para proceder ao reconhecimento eleitoral de Góis Calmon. Em 1927, com a fundação do novo Partido Republicano da Bahia (PRB), fez parte da sua comissão executiva, tornando-se líder da facção dos ex-seabristas e passando a fazer política em íntima colaboração com o então governador Góis Calmon (1924-1928). Quando da renúncia do governador Vital Soares em 1º de agosto de 1930, com o objetivo de assumir a vice-presidência da República, para a qual fora eleito, tornou-se pela última vez governador interino da Bahia, aguardando a posse do governador eleito, Pedro Lago. O panorama político mudou radicalmente com a vitória das forças revolucionárias e a deposição do presidente Washington Luís (24/10/1930). Frederico Costa passou então o governo ao major Custódio dos Reis Príncipe Júnior, que o transmitiu, no dia seguinte, ao comandante da 6ª Região Militar, coronel Ataliba Osório. Recolhido à vida privada, dois anos depois, a 30 de dezembro de 1932, aos 81 anos, faleceu na sua chácara no bairro de Brotas, em Salvador. Grande proprietário, deixou quatro fazendas e 13 propriedades urbanas.

Retirado de <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COSTA,%20Frederico%20Augusto.pdf>. Acesso em 26/07/2018



Dr. GILENO AMADO, Secretário da Fazenda, com quem conferenciou, hontem, o dr. Eduardo Magalhães.

GILENO AMADO

Gileno Amado nasceu em Estância (SE), no dia 4 de janeiro de 1891, filho de Melquisedec Amado de Faria e de Ana de Lima Azevedo Sousa Ferreira. Estudou no Ateneu Sergipense, no Colégio Alfredo da Gama, na Faculdade de Direito de Recife e na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, bacharelando-se por esta última em dezembro de 1911. Fixando-se depois na Bahia, foi eleito vereador em Itabuna e deputado à Assembléia Legislativa do estado, exercendo sucessivos mandatos de 1913 a 1924, ocasião em que liderou a maioria na casa. Após a Revolução de 1930, tornou-se em 1931 secretário da Fazenda e Tesouro do estado da Bahia, função exercida interinamente durante a interventoria de Juraci Magalhães, até 1935, e efetivamente no seu governo constitucional, até 1937. Nesse ínterim elegeu-se, em maio de 1933, deputado à Assembléia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático da Bahia. Empossado em novembro de 1933, participou dos trabalhos constituintes e exerceu a liderança da maioria. Após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição do presidente da República no dia seguinte, permaneceu no exercício do mandato até dezembro daquele ano. Ainda nesse período, presidiu de 1934 a 1937 o Instituto Central do Fomento Econômico da Bahia.

FONTES: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amado-gileno>. Acesso em: 03/08/2018

**Guimarães Lacerda:**

Crescêncio Guimaraães Lacerda nasceu em Vitória da Conquista, no ano de 1899.

Ocupou uma cadeira na Assembleia Legislativa entre 1935 e 1937, aos 36 anos de idade. Era comerciante

Fonte: pesquisa pessoal.

**Horácio de Matos:**

Horácio de Matos nasceu a 18 de março de 1882, mas a sua família chegou à região da Chapada Diamantina por volta de 1842-1843, onde se aliou à família Queiroz, por meio de casamentos. Ainda jovem Horácio de Matos deixou a Chapada e seguiu para o Morro do Chapéu, onde, sob proteção do coronel Francisco Dias Coelho recebeu a patente de coronel da Guarda Nacional. Aí ficou como capangueiro (comerciante de diamantes) até o final da primeira década do século XX. Aproximadamente em 1910 ou 1912 Horácio de Matos voltou à Chapada, a pedido do tio Clementino que, no leito de morte, havia indicado o sobrinho para liderar o poder que a família adquiriu na região. Dele, também herdou as amizades e inimizades políticas. No ano de 1920 liderou a Revolta Sertaneja, aumentando o prestígio que já tinha adquirido entre os demais coronéis, com a assinatura do “Convênio de Lençóis”, documento em que os coronéis comprometeram-se a apoiar o governo e dele também receberia uma série de apoios e privilégios. O prestígio de Horácio de Matos foi intensificado com a passagem da Coluna Prestes na Bahia. Na época, foi acionado pelo general Góes Monteiro que lhe solicitou a arregimentação de civis para enfrentar os militares dissidentes. Colocou-se ao lado do governo, no ano de 1930, e em 1931 foi preso. Morreu em 1931, vítima de um atentado em Salvador.

Fonte: pesquisa pessoal.

Homero Pires:

Homero Pires nasceu em Ituaçu (BA) no dia 7 de fevereiro de 1887, filho de José Pires de Oliveira e Silva. Fez os primeiros estudos nos colégios Carneiro Ribeiro, Spencer, 7 de Setembro e São José, cursando em seguida as faculdades de Direito do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, e da Bahia, pela qual se bacharelou em 1910. Nesse período apoiou a Campanha Civilista, movimento que promoveu em 1909-1910 a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República em oposição à do marechal Hermes da Fonseca, afinal eleito em março de 1910. Diretor de O Estado e O Imparcial em 1924, ainda nesse ano elegeu-se deputado federal pela Bahia, exercendo o mandato de maio de 1924 a dezembro de 1926. Reeleito para a legislatura seguinte, assumiu o mandato em maio de 1927, exercendo-o até 1929, ano em que foi um dos redatores do manifesto que apresentou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Em maio de 1930 voltou a eleger-se deputado federal, mas teve o mandato interrompido em outubro do mesmo ano, quando todos os órgãos legislativos do país foram dissolvidos após a vitória do movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís (1926-1930) e colocou Vargas no poder. Em maio de 1933 elegeu-se deputado pela Bahia à Assembléia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Assumindo o mandato em novembro seguinte, participou dos trabalhos constituintes como membro da Comissão de Redação e, após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição do presidente da República no dia seguinte, teve o mandato prorrogado até maio de 1935. Foi eleito em outubro de 1934 para a legislatura ordinária, exercendo o mandato de maio de 1935 a novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, os órgãos legislativos do país foram mais uma vez suprimidos. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 4 de julho de 1962. Publicou Álvares de Azevedo (ensaio biográfico, 1931); Obras completas de Álvares de Azevedo (organização, 1942); Antônio de Castro Alves, poesias escolhidas (seleção, prefácio e notas, 1947); Rui Barbosa e os livros (1949); Rui Barbosa e o Exército (1950); Do reconhecimento das perdas jurídicas no direito internacional privado; Mar livre, canal livre; Do estado e da capacidade do direito internacional privado; Política da França; Rui Barbosa escritor e orador; O professor Carneiro Ribeiro; o homem, o meio, a obra; Camilo — mestre do sarcasmo e da sátira e Junqueira



Freire, sua vida, sua época, sua obra.

FONTES: Boletim Min. Trab. (5/36); CÂM. DEP. Deputados; Câm. Dep. seus componentes; CONG. BRAS. ESCRITORES. I; CONSULT. MAGALHÃES, B.; Diário do Congresso Nacional; FUND. GETULIO VARGAS. Cronologia da Assembléia; GODINHO, V. Constituintes; Grande encic. Delta; MENESES, R. Dic.; NABUCO, C. Vida; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937.

João Mangabeira:

João Mangabeira nasceu em Salvador, no dia 26 de junho de 1880, filho do farmacêutico Francisco Cavalcanti Mangabeira e de Augusta Cavalcanti Mangabeira. Realizou seus primeiros estudos na capital baiana. Em 1891, durante o curso preparatório, organizou junto com Gustavo de Viana Kelsh e outros estudantes secundários o grêmio literário A Evolução, em cujas reuniões se discutia o problema da evolução social e do progresso. Durante o curso superior realizado na Faculdade de Direito de Salvador, ingressou na redação do jornal *A Bahia*, defendendo soluções republicanas e democráticas para os problemas do país. Formado em ciências jurídicas e sociais em 1897, com 17 anos transferiu-se para Ilhéus (BA), região de grandes fazendas de cacau, onde começou a praticar a advocacia, atividade a que se dedicou durante toda a vida. Obtendo rápida projeção por sua atuação profissional, tornou-se amigo de alguns fazendeiros importantes na política estadual como Henrique Alves, Antônio Bonfim, Pedro Catalão, Eusínio Lavigne e João Amado de Faria (pai do escritor Jorge Amado). Esse relacionamento propiciou seu ingresso na política de Ilhéus, onde fundou o jornal *A Luta*, que dirigiu até 1907, fazendo oposição às forças dominantes no



JOÃO MANGABEIRA, CUIA REPRESENTAÇÃO AO SEU

município. Em 1906 foi eleito deputado estadual. Foi nomeado prefeito de Ilhéus (cargo que acumulou com o de deputado estadual), passando a apoiar João Ferreira de Araújo Pinho. No pleito de março de 1909, João Mangabeira foi eleito deputado federal pelo segundo distrito da Bahia para a legislatura de 1909 a 1911, tendo sido o oitavo candidato mais votado num total de 22. Logo no começo da legislatura de 1909, foram iniciadas as articulações para as eleições presidenciais marcadas para março de 1910. Aderiu à chamada Campanha Civilista e participou de diversos comícios através dos quais adquiriu grande prestígio. Devido à sua participação na Campanha Civilista não teve sua reeleição reconhecida pela nova Câmara Federal. Em 1914, contudo, candidatou-se novamente à Câmara dos Deputados, sendo eleito junto com Pedro Lago e Miguel e Antônio Calmon pela oposição, formada pelo PRB e o Partido Republicano Conservador (PRC). Em 1919 apoiou a candidatura de Rui Barbosa e durante todo o governo de Epitácio Pessoa, João Mangabeira se manteve na oposição, em apoio a Rui Barbosa. Na reabertura dos trabalhos parlamentares em maio de 1926, ainda no governo Bernardes, João Mangabeira substituiu Herculano de Freitas como líder da bancada governista na Câmara. Nesse momento teve início o segundo turno da tramitação do projeto de reforma constitucional proposto pelo presidente da República desde 1924.

A sucessão de movimentos armados iniciada em 1922 foi interrompida depois da posse de Washington Luís na presidência da República em novembro de 1926. Com o exílio da Coluna Miguel Costa-Prestes na Bolívia em fevereiro do ano seguinte, deixou de existir o último foco de rebelião armada contra o governo em território brasileiro, fato inédito nos últimos anos. A partir de então, João Mangabeira passou a defender a anistia geral para os revolucionários, pois, segundo ele, esta “era uma medida não somente humana, mas ainda de defesa da legalidade, da ordem e da liberdade”. Washington Luís, contudo, continuou contrário à concessão da anistia. Nesse ínterim, em janeiro de 1927, foi fundado o novo Partido Republicano da Bahia, que desde o início promoveu uma reorganização de forças na política estadual. Logo na primeira convenção, os Calmon tentaram absorver os antigos adeptos de Seabra e dominar o partido, mas encontraram forte oposição dos Mangabeira. Para superar o impasse, foi solicitada a intervenção de Washington Luís, que resultou na assinatura de um documento estabelecendo

a distribuição dos cargos para cada facção: a ala Mangabeira receberia três dos nove lugares da comissão executiva do PRB, um terço dos 42 deputados estaduais e oito das 22 cadeiras de deputado federal. Por outro lado, Miguel Calmon seria eleito senador federal pelo PRB em 1927, e o novo governador seria Vital Soares, seu correligionário. Os antigos seabristas foram colocados de lado, sendo pouco depois absorvidos pelas duas facções. As eleições de 1927 constituíram a primeira evidência de que o compromisso entre os Mangabeira e os Calmon estava funcionando. Tendo o seu mandato para a Câmara Federal renovado, João Mangabeira voltou a integrar na legislatura seguinte a Comissão de Constituição e Justiça, mais uma vez presidida por Afrânio de Melo Franco. No ano de 1930, optou por apoiar Júlio Prestes. Demonstrou alguma simpatia pela Revolução vitoriosa e participou, em 1933 da elaboração do Anteprojeto da Constituição de 1934. Foi eleito deputado federal pela Concentração Autonomista em 1935, mas fez uma oposição independente da Agremiação na Câmara Federal. No ano de 1935, João Mangabeira foi um dos 20 deputados que, junto com o senador Abel Chermont, fundaram no início de novembro de 1935 o Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares para combater a Lei de Segurança Nacional, em vigor desde março desse ano, e defender os direitos inscritos na Constituição. Em 23 de novembro, eclodiu a Revolta Comunista em Natal e, no dia seguinte, Vargas solicitou ao Congresso permissão para decretar o estado de sítio em todo o país durante 60 dias. Mangabeira, Domingos Velasco, Abguar Bastos, Abel Chermont e outros parlamentares oposicionistas votaram contra essa medida na sessão do dia 25. Com o levante de 1935, o seu filho, Francisco Mangabeira foi preso. No início de fevereiro de 1936, João Mangabeira impetrou um pedido de habeas-corpus em favor de seu filho e dos demais detidos no Pedro I, alegando a inconstitucionalidade da prorrogação do estado de sítio, só permitida pela Constituição nos casos de “iminência de agressão estrangeira ou emergência de insurreição armada”. O habeas-corpus foi recusado pela maioria dos juízes do Supremo Tribunal Federal (STF). Pouco depois, Mangabeira apresentou novo recurso em benefício de Maurício Goulart, Dionélio Machado e Bernardino Garcia, e conseguiu que alguns parlamentares fizessem o mesmo em relação a outros presos, inclusive o alemão Harry Berger, enviado ao Brasil pela Internacional Comunista, que teve um habeas-corpus a seu favor impetrado por Abel Chermont.

A repressão aumentou a partir de 21 de março de 1936, quando o estado de sítio foi transformado em estado de guerra, ampliando os poderes discricionários do chefe do governo. Nesse dia, o senador Chermont e os deputados João Mangabeira, Domingos Velasco, Abguar Bastos e Otávio da Silveira foram presos sob a acusação de atuarem como um “comitê parlamentar a serviço do líder comunista Luís Carlos Prestes”, ajudando a reorganizar atividades subversivas. Mangabeira e Otávio da Silveira decidiram recorrer ao Supremo — hoje Superior — Tribunal Militar (STM), que concedeu habeas-corpus ao primeiro e reduziu a pena do segundo, outorgando dessa forma a liberdade para ambos em fins de junho de 1937. Em 9 de julho, Mangabeira retornou à Câmara de Deputados depois de mais de um ano de prisão, pronunciando nessa ocasião um vigoroso discurso contra as violências e crimes praticados pelo governo. Esse discurso levou à elaboração de um relatório das prisões efetuadas, preparado pelo chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller. Ainda nesse ano, Mangabeira realizou um estudo para demonstrar a irregularidade do TSN, tribunal de exceção criado exclusivamente para julgar os revolucionários de 1935. Com a implantação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937 e o subsequente fechamento de todos os órgãos legislativos do país, João Mangabeira perdeu seu mandato parlamentar pela segunda vez e se refugiou na embaixada da Colômbia, onde permaneceu até que o ministro da Justiça, Francisco Campos, desse plena garantia de respeito à sua liberdade, o que se efetivou.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mangabeira-joao>. Acesso em 03/08/2018

João Pedro dos Santos:

João Pedro dos Santos nasceu em Salvador, no dia 15 de outubro de 1871, filho de Pedro Joaquim dos Santos e de Emília de Sousa Lessa Santos. Seu irmão Pedro Joaquim dos Santos foi ministro do Supremo Tribunal Federal de 1919 a 1931. Bacharel em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife em 1894, logo após sua formatura foi nomeado promotor público da comarca de Nazaré das Farinhas (BA). Afastou-se da área jurídica para exercer as funções de oficial de gabinete do governador Rodrigues Lima (1892-1896). Em setembro de 1902 foi nomeado secretário de polícia, após ter sido diretor da mesma



Dr. JOÃO SANTOS, Interventor

secretaria, pelo então governador Severino Vieira (1900-1904), permanecendo no cargo até o final do governo. Com a eleição para governador de seu amigo José Marcelino (1904-1908), assumiu a Secretaria da Fazenda, exercendo essas funções de maio de 1904 a outubro de 1905. Nas eleições para a legislatura 1906-1908 candidatou-se a deputado federal e obteve expressiva votação, o que garantiu o imediato reconhecimento de seu diploma. Ao fim desse período afastou-se da política, passando a se dedicar a atividades bancárias, como diretor do Banco da Lavoura, que posteriormente foi transformado no Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola. No governo de Góis Calmon (1924-1928) retornou à política, conquistando novo mandato na Câmara dos Deputados para a legislatura 1924-1926; ao final desse período, conseguiu a renovação de seu mandato para as legislaturas 1927-1929 e 1930-1932. Presidiu a Comissão de Justiça de 1924 a 1930, mas não completou o último mandato devido à dissolução do Congresso Nacional em 24 de outubro de 1930, em decorrência da vitória da Revolução de 1930. Integrou o grupo de 34 deputados que se fizeram presentes à última sessão da Câmara dos Deputados, ao lado dos também baianos Aurélio Viana, Celso Spínola, Brás do Amaral e Alfredo Rui Barbosa. Em agosto de 1934, foi nomeado pelo então interventor Juraci Magalhães (1931-1937) para a Secretaria do Interior e Justiça, a mais importante das secretarias da estrutura governamental da época. Nesse mesmo ano, quando da convocação da Assembleia Constituinte Estadual, recebeu a incumbência de preparar o anteprojeto que serviu de base para o trabalho dos deputados. Permaneceu à frente da secretaria até 27 de agosto de 1935, quando foi nomeado conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Permaneceu no tribunal até dezembro de 1937, quando se aposentou. Faleceu em Salvador no dia 28 de janeiro de 1946.

Fonte: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SANTOS,%20Jo%C3%A3o%20Pedro%20dos.pdf>

Acesso em: 07/08/2018



Sr. João Mendes

João Mendes:

João Mendes da Costa Filho nasceu em Feira de Santana (BA) no dia 3 de setembro de 1903, filho do coronel João Mendes da Costa e de Maria Augusta Falcão da Costa. Fez os estudos primários com a professora Isaura Paiva, em Feira de Santana, e os de humanidades no Ginásio João Florêncio Gomes, concluindo-os no Ginásio Ipiranga. Diplomou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Bahia em 1927. Em 1928, no governo de Vital Soares, foi nomeado delegado de Amargosa, no interior do estado, e auditor da Força Pública da Bahia. Mais tarde, foi transferido para Cachoeira (BA) e, em 1930, passou a delegado da 1ª Circunscrição em Salvador. Ao deixar a polícia, passou a advogar em Cachoeira. Ingressou na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção da Bahia, em agosto de 1932, e foi presidente da subseção desta entidade na cidade de Cachoeira. Elegeu-se em outubro de 1934 deputado à Constituinte baiana, tomando posse em maio do ano seguinte. Com a promulgação da nova Carta estadual, passou a exercer mandato legislativo ordinário. Em 1937, aliou-se à oposição ao governador Juraci Magalhães, sob a liderança de Otávio Mangabeira. Nesse ano, com a implantação do Estado Novo e o conseqüente fechamento de todos os órgãos legislativos do país, perdeu seu mandato.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-mendes-da-costa-filho>. Acesso em: 07/08/2018

**Joel Presídio:**

Joel Presídio de Figueiredo nasceu em Baixa Grande (BA) no dia 13 de julho de 1901, filho de José Presídio de Figueiredo e de Josefa de Sousa Figueiredo. Fez seus estudos no Colégio Pedro II e no Liceu Salesiano, ambos em Salvador. Em 1929 aderiu à campanha da Aliança Liberal e participou ativamente da Revolução de 1930, que depôs o presidente Washington Luís. Jornalista profissional, trabalhou em seu estado como secretário de O Jornal e redator e superintendente de A Tarde. Em abril de 1932, quando ocupava o cargo de redator-chefe do Diário da Bahia — periódico que desenvolvia sistemática campanha de oposição à interventoria de Juraci Magalhães —, foi preso, juntamente com os demais funcionários, na ocasião em que a sede do jornal foi invadida por investigadores policiais. Após ser libertado, deixou a Bahia e fixou residência no Rio de Janeiro, então capital da República. Em seguida tornou-se colaborador de diversos jornais cariocas, trabalhou como fiscal do Ministério do Trabalho, foi diretor da Agência Nacional e do Departamento Nacional de Informações, além de oficial-de-gabinete do secretário do Interior e Justiça do estado do Rio de Janeiro. Faleceu em Salvador no dia 4 de maio de 1962.

Publicou O açúcar no Brasil; Seabra, o estadista ímpar da República; Rui jornalista; Filósofos de alpercatas, latinistas de chapéu de couro (folclore) e Discursos e palestras.

Fonte: <http://www.fgy.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joel-presidio-de-figueiredo>. Acesso em 03/08/2018.

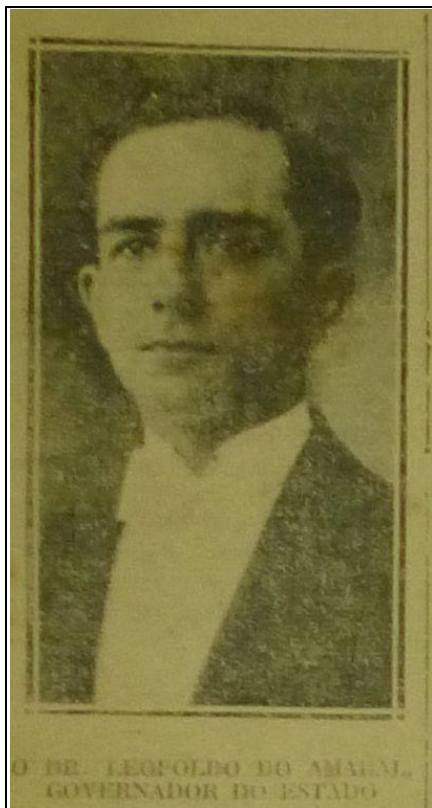


Sr. Cap. JURACY MAGALHÃES

Juraci Magalhães:

Juraci Montenegro Magalhães nasceu em Fortaleza (CE), em 1905. Iniciou sua carreira no 23º BC, em sua cidade natal. Em 1923, matriculou-se na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Em 1927, retornou ao 23º BC, de onde passou a oferecer apoio aos oficiais tenentistas foragidos no nordeste. Em 1930, servia no 22º BC, na capital paraibana, quando deu abrigo em sua casa a Juarez Távora, designado comandante militar da revolução no Nordeste. Por designação de Juarez, assumiu o posto de lugar-tenente de José Américo de Almeida, o chefe civil do movimento na região. De sua guarnição na capital paraibana deu início à revolução no Nordeste, horas depois do movimento ter se iniciado em Porto Alegre e Belo Horizonte. Logo a seguir dirigiu-se a Recife onde, em nome de Juarez Távora, empossou Carlos de Lima Cavalcanti no governo daquele estado. Em seguida, participou de combates contra as forças legalistas nos estados de Sergipe e Bahia. Em setembro de 1931 foi nomeado por Vargas interventor federal na Bahia, estado em que a revolução contava com poucos adeptos. Em 1932 reprimiu manifestações de solidariedade aos constitucionalistas de São Paulo, então em confronto armado com o governo federal, promovidas por estudantes em Salvador. Para vencer as forças políticas que exigiam um interventor baiano e civil, passou, habilmente, a desenvolver contatos junto a coronéis do interior, o que lhe possibilitou consolidar sua liderança à frente da política estadual. Em 1933, fundou o Partido Social Democrático (PSD) da Bahia, legenda que obteve ampla vitória nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, realizadas em maio daquele ano. Da bancada do PSD baiano saiu o líder da maioria na Constituinte, o deputado Medeiros Neto. No ano seguinte, deu apoio a Vargas na eleição presidencial indireta realizada pelos deputados constituintes. Ainda em pleito indireto, em abril de 1935 obteve da Assembléia Constituinte estadual o mandato de governador constitucional. Durante seu governo, tomou medidas repressivas contra as atividades da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente de esquerda de caráter antifascista da qual participava seu irmão, Eliézer Magalhães, e contra a Ação Integralista Brasileira (AIB). Ao mesmo tempo, opôs-se às pretensões de Vargas de continuar à frente do governo federal após o término de seu mandato constitucional. Nesse sentido, buscou articular-se com governadores de outros estados a fim de barrar o projeto continuísta do presidente. Quando esse se concretizou, com a implantação da ditadura do Estado Novo em novembro de 1937, demitiu-se do governo da Bahia, retornando ao Exército

Fonte: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/juraci_magalhaes

**Leopoldo do Amaral:**

Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral nasceu em Belém no dia 14 de outubro de 1893, filho de José do Amaral, oficial do Exército, e de Benvinda Bastos do Amaral. Estudou na Escola Politécnica da Bahia, por onde formou-se engenheiro geógrafo em 1913. Durante o governo de José Joaquim Seabra (1912-1916), dirigiu a Estrada de Ferro de Nazaré. Em 1917 iniciou sua carreira no magistério, lecionando cálculo infinitesimal e geometria descritiva. Partidário da Aliança Liberal (1929-1930), foi um dos chefes civis baianos do movimento que resultou na Revolução de 1930. Inicialmente designado prefeito de Salvador, em novembro de 1930 foi nomeado por Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, interventor federal na Bahia, substituindo o general Ataliba Jacinto Osório. Durante sua administração, limitou-se a manter a ordem e a despachar o expediente, passando o cargo para Artur Neiva em fevereiro de 1931. Em 1943 tornou-se assessor da Coordenação da Mobilização Econômica, órgão criado em setembro de 1942 para resolver os problemas causados à economia brasileira pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, e extinto em dezembro de 1945. Após deixar a coordenação, Leopoldo Amaral não mais desempenhou cargos públicos, passando a dedicar-se a atividades acadêmicas. Em 1951 formou-se engenheiro civil. Atuou também como jornalista, tendo dirigido O Jornal e o Imparcial. Foi ainda responsável pela federalização da Escola Politécnica da Bahia, tornando-se professor-catedrático desta instituição e do Ginásio da Bahia, além de fundador e primeiro diretor da Faculdade de Arquitetura da Bahia. Faleceu em Salvador no dia 8 de outubro de 1965.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leopoldo-afranio-bastos-do-amaral>. Acesso em 03/08/2018

Luiz Viana Filho:

Luiz Viana Filho nasceu em Paris no dia 28 de março de 1908, filho de Luís Viana e de Joana Gertrudes Viana. Seu pai foi, depois da proclamação da República, senador à Constituinte baiana e presidente do Senado estadual, desembargador e presidente do Tribunal de Apelação da Bahia e governador desse estado de 1896 a 1900. Já fora do governo, entrou em conflito com o seu sucessor, Severino Vieira, acabando por viajar para o estrangeiro, onde viveu alguns anos. Quando seu filho nasceu, retornou com a família ao Brasil, registrando Luís Viana Filho no distrito da Sé em Salvador. Foi ainda de 1911 a 1920 senador pela Bahia. Luís Viana Filho fez seus estudos primários nos colégios Aldridge, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e Anchieta, em Nova Friburgo (RJ). Voltando à Bahia, realizou os estudos secundários no Colégio Burlamaque Moura, em Salvador. Em 1925, ingressou na Faculdade de Direito do seu estado, iniciando na mesma ocasião sua atividade jornalística como redator do jornal *A Tarde*, da capital baiana. Bacharelou-se em 1929 em ciências jurídicas e sociais, tendo sido, durante o curso, presidente do centro acadêmico da Faculdade de Direito da Bahia. Ao se iniciar a Revolução de 1930, ficou ao lado do seu conterrâneo Otávio Mangabeira, na época ministro das Relações Exteriores de Washington Luís e um dos principais líderes políticos contrários ao movimento revolucionário. Fiel a essa posição, filiou-se mais tarde à Liga de Ação Social e Política (LASP), da Bahia, organização criada em fins de 1932 com a finalidade de inscrever candidatos para concorrer às eleições à Assembléia Nacional Constituinte marcadas para maio de 1933. Essa entidade congregava os elementos ligados a Otávio Mangabeira, exilado na Europa desde a instauração do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Em 1933, tornou-se professor de direito internacional público da Faculdade de Direito da Bahia. Realizado o pleito, a LASP, integrada na legenda “A Bahia ainda é a Bahia”, só conseguiu eleger um dos dois representantes da oposição baiana na Constituinte. Isso levou toda a oposição a unir-se em torno da legenda do governador Otávio Mangabeira para concorrer às eleições de outubro de 1934 para a Câmara Federal e a Assembléia estadual. Luís Viana Filho foi um dos sete candidatos oposicionistas eleitos para a Câmara dos Deputados, enquanto o Partido Social Democrático (PSD) da Bahia, liderado pelo interventor Juraci Magalhães, elegeu 14



Deputado LUIS VIANNA FILHO,
prócer autonomista visado na de-
claração que publicamos

representantes. Para a Assembléia estadual, a oposição fez dez deputados e o partido da situação, 32. Assumindo o seu mandato na Câmara em maio de 1935, juntamente com Otávio Mangabeira, que, de volta ao país, também tinha sido eleito, Luís Viana Filho representou a Bahia nessa casa até novembro de 1937, quando a instauração do Estado Novo acarretou o fechamento de todos os órgãos legislativos do país. Com a perda do seu mandato, passou a se dedicar a partir de 1938 às atividades de professor na Bahia, iniciando também sua colaboração na revista *Seiva*, considerada pelo historiador Edgar Carone como a única publicação nacional antifascista da época. Essa revista, que contava com a participação de intelectuais de todo o país, era distribuída em todo o território nacional pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) — na época chamado Partido Comunista do Brasil — então proscrito e absolutamente clandestino.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/viana-filho-luis>. Acesso em 03/08/2018.

**Péricles Madureira de Pinho:**

Bernardino Madureira de Pinho nasceu a 30 de agosto de 1879, filho de Virgílio Tourinho de Pinho e Mariana de Senna Madureira.

Em fevereiro de 1893, ainda menino, discursou, no Teatro Politheama, em Salvador, pedindo a Ruy Barbosa para realizar uma conferência no Theatro São João, em benefício de 50 órfãs do Asilo de Nossa Senhora de Lurdes de Feira de Santana. Bacharel em Direito, fez campanha presidencial para o mesmo Ruy Barbosa, no ano de 1919.

Fonte: Pesquisa pessoal.



MANOEL CAETANO DA R
CHA PASSOS, eleito, hoziem,
pelo primeiro turno estadual

Manoel Caetano da Rocha Passos:

Funcionário público do Ministério da Fazenda, fiscal de imposto de consumo. Eleito deputado estadual em 1910, porém, não exerceu o mandato devido às divergências políticas no governo Severino Vieira. Eleito deputado estadual, 1927-1930, deposto pela Revolução de Getúlio Vargas. Reeito deputado estadual Constituinte em 1934, pelo Partido Social Democrático - PSD, por força do Golpe de Estado por Getúlio Vargas, perdeu seu mandato em 1937. Eleito deputado estadual Constituinte pelo Partido da União Democrática Nacional - UDN, 1947-1951.

Fonte: Retirado de <http://www.al.ba.gov.br/assembleia/legislatura-deputado/543>. Acesso em 07/08/2018.

**Francisco Magalhães Neto:**

Francisco Peixoto de Magalhães Neto nasceu em Salvador no dia 26 de junho de 1897, filho de José Maria Peixoto de Magalhães e de Maria Isabel Guerra de Magalhães. Realizou os primeiros estudos no Colégio Florêncio e no Ginásio da Bahia, ambos em sua cidade natal, ocasião em que fundou e dirigiu a publicação A Luz. Em 1914 ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia e aí foi tesoureiro, presidente e orador da Beneficência Acadêmica, além de auxiliar acadêmico do Hospital São João de Deus. Formou-se em 1919 e, logo após receber o diploma, ingressou no magistério, passando a lecionar psiquiatria na faculdade pela qual se diplomou. Em 1920 atuou como médico interino do Instituto Osvado Cruz, na Bahia. Médico dos Serviços contra a Febre Amarela — que integravam a Comissão Sanitária Federal — de 1921 a 1924, neste último ano assumiu o cargo de subinspetor do Serviço de Saneamento Rural e atuou como assistente da cadeira de clínica médica do serviço do professor Clementino Fraga, sendo efetivado no ano seguinte no Instituto Osvado Cruz. Ainda em 1925, tornou-se diretor interino do Hospital São João de Deus e diretor de expediente e contabilidade da Secretaria de Saúde e Assistência Pública do estado, passando em 1926 a assistente do secretário desse órgão. Assumiu o cargo de inspetor-geral dos serviços sanitários em 1931 e, no ano seguinte, tornou-se assistente do diretor do Departamento de Saúde Pública da Bahia, passando a diretor desse órgão no mês de julho. Em maio de 1933 elegeu-se deputado pela Bahia à Assembléia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta e a eleição do presidente da República (17/7/1934), teve o mandato prorrogado até maio de 1935. Em outubro de 1934, elegeu-se deputado federal para a legislatura ordinária que se iniciaria no ano seguinte, tendo exercido o mandato até novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu todos os órgãos legislativos do país. A partir de então não mais retornou às atividades parlamentares. Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-peixoto-de-magalhaes-neto>. Acesso em: 03/08/2018.



Deputado MANOEL NOVAES, u
dos nomes envolvidos nas decla-
rações apocryphas

Manuel Cavalcanti de Novais:

Manuel Cavalcanti de Novais nasceu em Floresta (PE) no dia 6 de março de 1908, filho de João Novais e de Benvinda Cavalcanti Novais. Estudou no Ginásio de Recife e no Ginásio Pernambucano, na capital de seu estado, ingressando em seguida na Faculdade de Medicina da Bahia. Participou da campanha da Aliança Liberal em 1929 e 1930, integrando caravanas de propaganda que percorreram o interior da Bahia, escrevendo em jornais e discursando em comícios. Após a derrota do candidato aliancista Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de maio de 1930, participou do movimento revolucionário que em outubro desse ano depôs o presidente Washington Luís, empossando Vargas na chefia do Governo Provisório. Em novembro compôs a junta revolucionária encarregada de apurar responsabilidades dos membros do governo estadual deposto. No mês seguinte concluiu o curso de medicina. Com a posse do interventor federal Leopoldo Amaral à frente do Executivo baiano (1930-1931), tornou-se seu oficial-de-gabinete, função que exerceria também durante a interventoria de Juraci Magalhães, de setembro de 1931 a janeiro de 1933. Ainda em 1931 passou a integrar os quadros da saúde pública da Bahia. Elegeram-se em maio de 1933 deputado pela Bahia à Assembléia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD) baiano. Empossado em novembro de 1933, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição do presidente da República, teve o mandato estendido até maio de 1935. Reeleito em outubro de 1934, permaneceu na Câmara dos Deputados até novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, foram suprimidos os órgãos legislativos do país.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/novais-manuel>. Acesso em: 03/08/2018



Deputada MARIA LUISA BIT-
TENCOURT, que fez-se tam-
bem a indicação dos de-

Maria Luísa Bittencourt:

Maria Luísa Bittencourt nasceu em 1910, em Paripe, distrito de Salvador. Política, natural de Salvador (BA). Primeira deputada estadual da Bahia. Formou-se em Direito em 1931, especializando-se em mulheres criminosas. Feminista, era filiada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, participando de outras entidades feministas baianas. Candidatou-se em 1934 e ocupou a vaga no ano seguinte.

Fonte: <http://www.mulher500.org.br/maria-luisa-bittencourt-1910-2001/>. Acesso em: 26/07/2018



MÁRIO CRAVO, que será, at
as manifestações dos seus con-
terrâneos, a 9 do proxi-

Mário da Silva Cravo:

Mário da Silva Cravo era comerciante e exportador. Nasceu em 18 de outubro de 1896, no antigo distrito de Pedrão, depois município de Irará, Bahia, e faleceu em 11 de março de 1986 em Salvador. Filho de Joaquim da Silva Cravo e Áurea Ribeiro Cravo. Adentrou a política com a campanha para a Aliança Liberal, que defendia a candidatura de Vargas. Com a vitória da Revolução de 1930 foi nomeado prefeito de Alagoinhas, cargo para o qual foi reconduzido nas eleições de 1935. Ocupou o posto até 1937 quando foi preso, com o Golpe desferido por Vargas. ,

Fonte: pesquisa pessoal.

João Marques dos Reis:

João Marques dos Reis nasceu em Salvador no dia 23 de junho de 1890, filho do médico e professor de latim José Marques dos Reis e de Josefina Cândida Paraguaçu dos Reis. Depois de realizar seus primeiros estudos nos colégios Brasil, 3 de Maio e Carneiro, em sua cidade natal, ingressou na Faculdade de Direito da Bahia, tendo sido o orador da turma que se formou em dezembro de 1909. Retornou a essa mesma escola como professor substituto de direito civil em setembro de 1917, tornando-se catedrático no mês seguinte, por concurso. Durante o governo de Francisco Marques de Góis Calmon (1924-1928), ocupou durante um ano, a partir de agosto de 1924, os cargos de chefe de polícia e secretário de Segurança Pública da Bahia, representando o estado na Conferência Internacional de Polícia realizada em Nova Iorque (EUA) em maio de 1925. Em 1932



Sr. MARQUES DOS REIS

foi juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Foi um dos fundadores do PSD, em 1933, sendo eleito através dela em março de 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte que se reuniria a partir de 15 de novembro do mesmo ano. Na Assembléia, integrou a Comissão Constitucional, conhecida como “Comissão dos 26”. Formada por um representante de cada estado e de cada grupo profissional, ela estava encarregada de apresentar ao plenário, dentro do prazo de três meses, um substitutivo ao anteprojeto de texto constitucional que o governo preparava através da chamada Comissão do Itamarati para servir de base à discussão na Constituinte. A partir daí, o conjunto dos deputados poderia propor emendas complementares. Em 16 de julho de 1934, a Assembléia promulgou a Constituição e no dia seguinte elegeu Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório desde a Revolução de 1930, para a presidência da República, cumprindo assim as funções para as quais havia sido convocada. Pouco depois, Marques dos Reis renunciou ao seu mandato para assumir em 25 de julho de 1934 o Ministério da Viação e Obras Públicas, onde deu continuidade aos trabalhos de eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil, promoveu obras nos portos e modernizou o aeroporto do Rio de Janeiro (então Distrito Federal).

Em 29 de novembro de 1937, 19 dias depois da decretação do Estado Novo, deixou o ministério e foi nomeado para a presidência do Banco do Brasil, que ocupou até a queda de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945. Durante esse período, acumulou os cargos de superintendente da Caixa de Mobilização Bancária (Camob, 1943-1944) e da Caixa de Fiscalização e Mobilização Bancária (1944-1945). Faleceu em Salvador no dia 15 de abril de 1950.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-marques-dos-reis>. Acesso em: 03/08/2018

**Miguel Calmon:**

Miguel Calmon du Pin e Almeida (1879-1935), deputado federal pela Bahia, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1906 a 1909 e ministro da Agricultura de 1922 a 1926.

Fonte: Pesquisa Pessoal.

**Moniz Sodré:**

Antônio Muniz Sodré de Aragão foi deputado estadual de 1909 a 1912, deputado federal de 1912 a 1920 e senador de 1920 a 1926 pelo Partido Republicano Democrático (PRD) da Bahia. Novamente eleito deputado federal em 1929, perdeu o mandato por ocasião da Revolução de 1930. Foi um dos primeiros políticos a se opor contra os desdobramentos da Revolução de 1930 na Bahia.

Fonte: Pesquisa pessoal



deputado **NEGREIROS FALCÃO**
das mais operosas do nosso

Falcao Negreiros:

Artur Negreiros Falcão nasceu no povoado de Santa Luzia, no município de Queimada (BA), no dia 20 de novembro de 1892, filho de José Negreiros Falcão e de Antônia de Freitas Falcão. Iniciou os estudos na Escola Primária Santa Luzia, prosseguindo-os no Ginásio São José, em Salvador. Enquanto estudante de direito, foi secretário da Organização Eleitoral Pró-Rui Barbosa, ligada à Campanha Civilista, movimento que em 1909-1910 promoveu a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República em oposição à do marechal Hermes da Fonseca, afinal eleito em março de 1910. Nesse mesmo ano tornou-se escrivão da vara cível e do alistamento militar de Salvador. Bacharel pela Faculdade de Direito da Bahia em 1914, iniciou suas atividades profissionais no foro da capital do estado. Eleito em maio de 1933 deputado pela Bahia à Assembléia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD) de seu estado, de cuja comissão executiva fez parte, assumiu sua cadeira em novembro do mesmo ano. Durante os trabalhos constituintes apresentou projetos relativos ao combate ao banditismo — em particular ao cangaço e às secas do Nordeste e foi também autor das emendas que concediam o direito de voto aos sargentos e aos maiores de 18 anos de idade de ambos os sexos, promovendo ainda o debate acerca da implantação da Justiça do Trabalho. Após a promulgação da nova Carta (16/7/1934), teve o mandato estendido até maio de 1935. Em novembro de 1937 opôs-se ao golpe que implantou o Estado Novo.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-negreiros-falcao>

Acesso em 03/08/2018

Nestor Duarte:

Nestor Duarte Guimarães nasceu em Caitité (BA) no dia 3 de dezembro de 1902, filho do desembargador Francisco Duarte Guimarães e de Amélia Tavares Guimarães. Iniciou seus estudos na cidade de Areia, hoje Ubaíra (BA), prosseguindo-os no



Sr. NESTOR DUARTE, "le-
deu" da miséria

Ginásio Ipiranga, em Salvador. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia em 1924, e logo em seguida foi nomeado delegado do Convênio Interestadual de Combate ao Banditismo na Bahia, Alagoas e Sergipe. Em 1928 ingressou no magistério, lecionando psicologia e sociologia na Escola Normal da Bahia. No ano seguinte elegeu-se deputado estadual, mas, com o advento da Revolução de 1930 e a conseqüente interrupção dos trabalhos legislativos, perdeu o mandato e passou a dedicar-se à advocacia. Publicou em 1931 *O direito: noção e norma*, tese com que em 1933 se submeteu a concurso para catedrático de introdução à ciência do direito na Faculdade de Direito na Bahia, iniciando no ano seguinte o exercício do magistério superior. Nesse período, ingressou na Liga de Ação Social e Política (LASP) da Bahia, partido político de oposição ao governo de Juraci Magalhães criado em dezembro de 1932 por Otávio Mangabeira. Candidato à Assembléia Constituinte baiana no pleito de outubro de 1934 na legenda Governador Otávio Mangabeira, obteve a maior votação do estado. Como líder da bancada oposicionista, participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da Carta estadual (22/4/1935) e a transformação da Assembléia em Legislativo ordinário, continuou no exercício do mandato até novembro de 1937, quando o golpe do Estado Novo suprimiu os órgãos legislativos do país. Nessa ocasião chegou a ser preso e, impedido de exercer a militância política, intensificou seus estudos sociais, que resultaram na publicação, em 1939, de *A ordem privada e a organização política nacional*.

Fontes: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; CÂM. DEP. *Anais* (1961-1 e 1962-3); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores*.

Otávio Mangabeira:



*dep. fed. BA 1912-1926; min. Rel. Ext. 1926-1930; dep. fed. BA 1935-1937; const. 1946; gov. BA 1947-1951; dep. fed. BA 1955-1959; sen. BA 1959-1960.

Otávio Mangabeira nasceu em Salvador no dia 27 de agosto de 1886, filho do farmacêutico Francisco Cavalcanti Mangabeira e de Augusta Cavalcanti Mangabeira. Após concluir o curso de humanidades no Colégio São Salvador, atual Ginásio São Salvador, Otávio Mangabeira ingressou em 1900 no curso de engenharia da Escola Politécnica da Bahia. Em 1903 lançou um manifesto político-literário contra a reforma da Constituição baiana, que estabeleceu a exigência de que os candidatos ao governo estadual tivessem residência fixa no estado. No ano seguinte, ainda acadêmico, passou a exercer a atividade jornalística, assinando inicialmente uma seção em versos no Diário de Notícias da Bahia e trabalhando logo depois como redator nos jornais baianos Gazeta do Povo e O Democrata. Em 1905 formou-se em engenharia civil e bacharelou-se em ciências físicas e matemáticas, tendo sido o orador de sua turma. Em 1906 passou a integrar o corpo docente da Escola Politécnica da Bahia, lecionando trigonometria esférica, astronomia, geodésia, química, navegação interior e portos de mar e faróis. Ainda em 1906 foi nomeado engenheiro da Comissão Fiscal do Porto da Bahia e engenheiro fiscal da companhia canadense Light and Power, concessionária de serviços públicos no estado. Em 1907 foi eleito vereador ao Conselho Municipal de Salvador na legenda do Partido Republicano da Bahia (PRB), assumindo o mandato em janeiro de 1908, logo em seguida foi eleito segundo-secretário daquela casa e em 1909 deixou os cargos que ocupava como engenheiro. Também em 1909, ao se iniciarem as articulações em torno das eleições presidenciais marcadas para março de 1910, o Partido Republicano Paulista (PRP) desencadeou a Campanha Civilista, logo encampada pelo PRB, em favor da candidatura de Rui Barbosa. O movimento visava denunciar o caráter militar da candidatura de Hermes da Fonseca e apresentar uma alternativa civil à sucessão presidencial. Divergindo de seu irmão, João Mangabeira, que se manteve ao lado do PRB, Otávio vinculou-se ao chefe político baiano José Joaquim Seabra, que, em fins de julho de 1909, organizou a chamada Comissão Republicana em apoio à chapa Hermes da Fonseca-Venceslau Brás. A campanha eleitoral na Bahia se desenrolou em clima de grande violência,

principalmente no interior, onde os jagunços ligados aos chefes do PRB e a polícia estadual opuseram resistência à proposta da Comissão Republicana.

Logo após a realização do pleito, que deu a vitória a Hermes da Fonseca, Otávio Mangabeira aderiu ao Partido Republicano Democrata (PRD), então criado por Seabra com os militantes da antiga Comissão Republicana. Aproveitando também o apoio de Hermes, Luís Viana, outro proeminente chefe político, passou a dirigir na Bahia o Partido Republicano Conservador, que se aliou ao PRD na oposição ao PRB, representante das oligarquias agrárias e até então hegemônico. Em dezembro de 1911, enquanto João Mangabeira, entre outros, foi eleito deputado na legenda do PRB, Otávio elegeu-se deputado federal pela Bahia na legenda do PRD, compondo, ao lado de Antônio Muniz Sodré de Aragão e Mário Hermes, filho do presidente da República, o grupo dos 14 novos deputados e um senador estadual eleitos por esse partido. Em janeiro de 1912, após uma campanha tumultuada por inúmeros atos de violência, a Assembléia baiana elegeu Seabra, candidato único, governador da Bahia. Com o PRD no governo, o PRB iria se enfraquecer gradativamente. Otávio Mangabeira assumiu o mandato em maio de 1912 e logo em seguida tornou-se membro e mais tarde vice-presidente da Comissão de Finanças da Câmara Federal. Ainda na legenda do PRD, foi reeleito para as legislaturas subseqüentes, iniciadas em 1915 e em 1918. Em julho de 1919, no entanto, em virtude de divergências com os Muniz, principais líderes do PRD, e com Seabra, que se mostrara solidário a eles, desligou-se do partido e ingressou na oposição, que tinha como lideranças mais expressivas seu irmão João Mangabeira, Pedro Lago, Miguel e Antônio Calmon e Rui Barbosa. Para concorrer ao governo estadual nas eleições previstas para o final de 1919, o PRD lançou mais uma vez a candidatura de Seabra, enquanto do PRC, após a recusa de Rui Barbosa, apresentou como candidato o juiz federal Paulo Martins Fontes. Novamente a violência predominou durante a campanha eleitoral. Otávio e João Mangabeira participaram de diversos comícios no interior, fundamentalmente na região do Recôncavo Baiano, onde Rui Barbosa concentrou sua atuação em favor de Martins Fontes. Com a realização do pleito em 29 de dezembro de 1919, ambos os lados reivindicaram a vitória, agravando as tensões e os conflitos armados em curso. Em meio a uma situação de virtual guerra civil, a apuração dos

resultados pela Assembléia estadual, dominada pelo PRD, foi extremamente lenta, estendendo-se por todo o mês de fevereiro. No final do mês foi decretada a intervenção federal na Bahia e, na primeira semana de março, enquanto o Legislativo estadual se reunia para proclamar Seabra governador, os “coronéis” aceitavam afinal as condições propostas pelo governo central de Eptácio Pessoa. Reeleito em dezembro de 1920 na legenda do PRB, Otávio Mangabeira manteve-se na oposição ao governo de Eptácio Pessoa. No entanto, apesar das divergências, apoiou mais tarde no Congresso a decretação do estado de sítio no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, solicitada pelo presidente devido à eclosão da Revolta de 5 de Julho de 1922. Esse movimento — que irrompeu no Rio e em Mato Grosso em protesto contra a eleição de Artur Bernardes à presidência da República e as punições impostas pelo governo Eptácio Pessoa aos militares, como o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca — foi debelado em um dia, mas deu início ao ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920.

Em janeiro de 1923, Otávio filiou-se à Concentração Republicana da Bahia (CRB), partido político recém-criado por Pedro Lago, Vital Soares e Ernesto Simões Filho, entre outros. Logo no mês seguinte, Seabra, enfraquecido politicamente, tentou fazer um acordo com os líderes da CRB em torno da candidatura de Francisco Marques de Góis Calmon à sua sucessão no governo do estado. Nessa ocasião, Otávio Mangabeira viajou a São Paulo para discutir com o presidente desse estado, Washington Luís, a sucessão baiana. Seabra, no entanto, não obtendo êxito nos entendimentos com os líderes da CRB, que mantinham estreitos vínculos com Artur Bernardes, hostil ao PRD, lançou a candidatura de Arlindo Leoni. A CRB, por sua vez, garantiu a indicação de Góis Calmon.

Realizadas as eleições para a Câmara dos Deputados no final de 1923, o PRD e a CRB passaram a reivindicar a vitória de seus respectivos candidatos. Por outro lado, recebendo o decisivo apoio de Bernardes, Góis Calmon foi eleito governador. Com o objetivo de evitar qualquer reação dos adeptos de Seabra, Bernardes decretou o estado de sítio na Bahia em março de 1924, garantindo assim a posse do governador eleito. A intervenção do presidente da República se fez sentir também na composição

final da bancada baiana na Câmara, que contou com 11 deputados da CRB — ou seja, a metade do total —, escolhidos para integrarem as comissões mais importantes. Incluindo-se entre os deputados eleitos nessa legenda, Otávio Mangabeira participou da legislatura iniciada em 1924 e, embora mantendo divergências políticas com o novo governador, tornou-se líder da bancada baiana na Câmara Federal.

Logo após a posse de Washington Luís na presidência da República em novembro de 1926, Otávio Mangabeira foi nomeado ministro das Relações Exteriores, afastando-se do mandato parlamentar. Permanecendo, entretanto, ligado à política de seu estado, participou da criação, em janeiro de 1927, do novo Partido Republicano da Bahia, que veio a promover uma reorganização de forças na política estadual. Logo na primeira convenção, os Calmon tentaram absorver os antigos adeptos de Seabra para obter a maioria no partido, encontrando, porém, forte oposição dos Mangabeira. Para superar o impasse interno, foi solicitada a intervenção de Washington Luís, que resultou na assinatura de um documento estabelecendo a distribuição dos cargos para cada facção: a ala Mangabeira receberia três dos nove lugares da comissão executiva do novo PRB, 1/3 dos 42 deputados estaduais e oito das 22 cadeiras de deputado federal. Por outro lado, Miguel Calmon seria eleito senador federal pelo PRB ainda em 1927, e o novo governador seria Vital Soares, seu correligionário. Os antigos seabristas foram colocados de lado, sendo pouco depois absorvidos pelas duas facções.

Como ministro das Relações Exteriores, Otávio Mangabeira promoveu gestões destinadas a complementar a demarcação das fronteiras brasileiras com os países vizinhos. De sua atuação nos vários litígios relacionados às convenções de limites ganhou destaque o acordo firmado com o Paraguai em 21 de maio de 1927, regulamentado no Tratado do Rio de Janeiro.

Ainda em 1927, representou o Brasil na Conferência Parlamentar Internacional de Comércio, realizada no Rio de Janeiro, e em janeiro do ano seguinte, visando à participação do Brasil na Conferência Panamericana de Havana, em Cuba, orientou a delegação brasileira, chefiada por Raul Fernandes, no sentido de defender a maior aproximação diplomática e comercial entre

os Estados Unidos e os países latino-americanos. O fato de o Brasil integrar na época o conselho executivo da Liga das Nações foi decisivo para o êxito obtido na defesa dos interesses econômicos e comerciais do país.

Em 1928, dois anos antes do término do governo de Washington Luís, iniciaram-se os debates em torno da sucessão à presidência da República. Júlio Prestes, presidente de São Paulo, surgiu como candidato oficial, contrariando os interesses do Partido Republicano Mineiro (PRM), que, no decorrer do ano seguinte, aproximou-se dos principais líderes gaúchos e lançou a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul. Os entendimentos entre as forças dominantes desses dois estados possibilitaram a formação da Aliança Liberal — coligação oposicionista que contou ainda com o apoio do governo da Paraíba, das oposições de outros estados e de integrantes do movimento tenentista.

Como membro do governo, Otávio Mangabeira acatou a candidatura oficial de Júlio Prestes, divergindo de seu irmão, que aderiu à Aliança Liberal. Assumiu assim a posição da grande maioria de seus correligionários na Bahia, que optou pelo apoio à chapa situacionista, da qual o próprio governador baiano, Vital Soares, participava como candidato a vice-presidente.

A vitória de Júlio Prestes nas eleições de março de 1930 provocou enérgica reação dos setores de oposição, os quais, denunciando a ocorrência de fraude e de violência durante todo o processo eleitoral, aceleraram a preparação de um movimento revolucionário. Ao mesmo tempo, as principais facções do PRB se reuniram em Salvador para debater a sucessão de Vital Soares, já que o compromisso assumido em 1927 por Miguel Calmon e Otávio Mangabeira dissera respeito às eleições daquele ano, tornando-se necessário novo acordo para 1930. Esse acordo foi obtido afinal em meados de junho, com plena aprovação do presidente da República e de Júlio Prestes: Frederico Costa assumiria interinamente o governo estadual até a eleição de Pedro Lago para esse cargo, cabendo a João Mangabeira a cadeira de senador federal.

Durante sua gestão como ministro das Relações Exteriores, Otávio Mangabeira promoveu e divulgou a literatura brasileira no exterior e organizou e instalou os arquivos, a biblioteca e a mapoteca do palácio Itamarati, no Rio, então sede do ministério. Em

setembro de 1930 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras para a cadeira número 23, não chegando a ser empossado em virtude da eclosão, em 3 de outubro, da revolução que conduziria Vargas ao poder.

No dia seguinte à deposição do presidente Washington Luís, ocorrida em 24 de outubro de 1930, Otávio Mangabeira foi destituído do cargo de ministro das Relações Exteriores. Identificado como uma das principais lideranças no combate à revolução, no dia 7 de novembro foi preso e levado para um quartel de cavalaria do Exército, no Rio, por ordem do então chefe de polícia João Batista Luzardo. Em 25 de novembro foi posto em liberdade sob a condição de sair do país e, pouco depois, seguiu para o exílio na Europa, tendo residido em vários países durante o período em que lá permaneceu. Regressando ao Brasil em 10 de agosto de 1934, após ser beneficiado pela anistia aprovada pela Assembléia Nacional Constituinte, no início de setembro foi empossado na Academia Brasileira de Letras.

Retornando à vida política no pleito de outubro de 1934, Otávio Mangabeira foi eleito deputado federal pela Bahia com o apoio da coligação entre a Liga de Ação Social e Política (LASP) da Bahia e o PRD. Assumindo o mandato em maio de 1935, tornou-se um dos líderes do bloco parlamentar de oposição a Vargas, cujo governo, a partir de então, iria adotar medidas crescentemente repressivas e fortalecedoras do Executivo. Enquanto membro da minoria parlamentar, Mangabeira reagiu energicamente à prisão, no início de 1936, de quatro deputados e um senador, acusados de conivência com o Levante Comunista de novembro de 1935. Opôs-se, nesse sentido, ao projeto encaminhado pelo governo ao Congresso em 3 de maio, restringindo as imunidades parlamentares. Contraopondo-se a essas medidas, a minoria apresentou a Vargas dois documentos, cujas principais reivindicações eram a trégua política até 15 de janeiro de 1937, o respeito às imunidades parlamentares, o direito da oposição de fiscalizar as eleições municipais, a suspensão, e não demissão, dos funcionários públicos indiciados como extremistas e a liberdade de propaganda eleitoral. Com a recusa de Vargas em atender a essas propostas, as divergências entre oposição e governo se acirraram ainda mais.

Em 1937, quando se iniciava a campanha eleitoral visando à sucessão presidencial prevista para 1938, Otávio Mangabeira, juntamente com uma facção do PRD, aderiu à candidatura de Armando de Sales Oliveira, lançada oficialmente em maio pelo Partido Constitucionalista de São Paulo. Em seguida, participou da organização da União Democrática Brasileira (UDB), partido de âmbito nacional criado em 10 de junho de 1937 congregando todas as facções e partidos estaduais que apoiavam a candidatura Armando Sales. Com o Golpe de 1937, Otávio Mangabeira. No período que se seguiu, Mangabeira aproximou-se da Ação Integralista Brasileira (AIB), que, com o apoio de oposicionistas liberais, passou a organizar um movimento de resistência ao governo visando à deposição de Vargas. Tornando-se um dos principais articuladores da conspiração, teve suas atividades descobertas pela polícia e, em março de 1938, ao lado do coronel Euclides Figueiredo, entre outros, foi preso na Casa de Correção do Rio de Janeiro, sendo pouco depois transferido para o Hospital da Polícia Militar. Em consequência da prisão, não participou do Levante Integralista, deflagrado em 11 de maio de 1938 e prontamente sufocado pelas forças leais a Vargas. Acusado de conspiração, Otávio Mangabeira foi julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) e condenado a dois anos de prisão. Entretanto, após passar quatro meses preso, obteve um habeas-corpus do Supremo Tribunal Federal (STF), conseguindo ainda autorização para deixar o país. Em 10 de agosto de 1938 foi aposentado por motivos políticos do cargo de professor catedrático da Escola Politécnica da Bahia, do qual já se encontrava afastado efetivamente há muitos anos. Em 29 de outubro seguinte partiu afinal para o exílio na Europa, escrevendo durante a viagem o primeiro dos inúmeros manifestos que enviou ao povo brasileiro, de análise da situação nacional, de contestação ao regime ditatorial e de exame da posição do Brasil no contexto mundial.

Trechos reproduzido de: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mangabeira-otavio>. Acesso em 03/08/2018.



Deputado PACHEDO DE OLIVEIRA

Pacheco de Oliveira:

João Pacheco de Oliveira nasceu em Cachoeira (BA) no dia 13 de julho de 1880, filho de João Pacheco de Oliveira e de Joana Carolina Vieira de Oliveira. Seu irmão Vicente Pacheco de Oliveira foi deputado estadual entre 1935-1937. Fez os primeiros estudos em sua cidade natal e concluiu os preparatórios no Ginásio São Salvador, na capital do estado. Em 1898 matriculou-se na Faculdade de Direito da Bahia e, ainda estudante, atuou como defensor gratuito. Bacharelou-se em março de 1902. De 1907 a 1911 foi inspetor federal da Faculdade de Direito da Bahia, tornando-se jornalista em 1908. No pleito de 1909 elegeu-se deputado estadual na legenda do Partido Republicano da Bahia. Integrando a corrente de José Marcelino de Sousa, participou da Campanha Civilista, movimento que promoveu em 1909-1910 a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República em oposição à do marechal Hermes da Fonseca, afinal eleito em março de 1910. A campanha assumiu caráter antimilitarista. No pleito de 1911 reelegeu-se deputado estadual, tendo enfrentado nessa legislatura várias lutas políticas, entre as quais o célebre bombardeio da Bahia em 1912. Esse bombardeio resultou da intervenção federal devido ao impasse criado após as eleições para a Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal de Salvador, uma vez que tanto a situação, liderada pelo governador demissionário João Ferreira de Araújo Pinto (1908-1911) e apoiada por João Pacheco de Oliveira, como a oposição, chefiada por José Joaquim Seabra, reivindicavam a vitória.

Como deputado estadual, foi autor da lei, anterior à legislação federal, que instituiu na Bahia o feriado do dia 1º de maio como dia dedicado ao trabalho. Partidário do ensino primário unificado no país, lutou pela uniformização das escolas normais nos estados de acordo com o modelo das escolas do Distrito Federal. Em 1915 voltou a desempenhar a função de inspetor federal da Faculdade de Direito da Bahia, cargo que deixaria em 1920. No pleito de 1915 elegeu-se deputado federal pela Bahia, mas não teve sua eleição reconhecida pela Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados. Candidatou-se então pela oposição ao Conselho Municipal de Salvador, onde conquistou uma cadeira para a legislatura 1916-1921. Foi ainda diretor da

Imprensa Oficial do estado de 1921 a 1923. Sua atuação na imprensa e nas assembleias políticas foi sempre a de um propugnador do auxílio às instituições de educação e caridade. Participou ainda da Reação Republicana, movimento que promoveu em 1921-1922 a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em oposição à de Artur Bernardes, afinal eleito em março de 1922. Em 1924 voltou a se eleger deputado federal pela Bahia, mas novamente não teve sua eleição reconhecida. Entretanto, eleito no pleito de 1927, foi empossado e exerceu o mandato até 1929. Novamente eleito em março de 1930 pela Bahia, ocupou sua cadeira na Câmara em maio desse ano, mas em outubro, com a vitória da Revolução de 1930, teve o seu mandato interrompido no dia 23 desse mesmo mês, às vésperas da deposição do presidente Washington Luís, quando foram dissolvidos todos os órgãos legislativos do país.

Em agosto de 1931 participou da fundação do Partido Evolucionista, cujo programa propunha a luta pelas idéias liberais inscritas na Constituição de 1891, por um regime eleitoral que respeitasse o alistamento e a liberdade do voto e por uma distribuição mais racional e equitativa das rendas públicas entre a União, os estados e os municípios. O Partido Evolucionista agregou-se posteriormente ao Partido Social Democrático (PSD) da Bahia, criado em janeiro de 1933. Um dos fundadores do PSD, João Pacheco de Oliveira foi eleito nessa legenda deputado pela Bahia à Assembleia Nacional Constituinte no pleito de maio de 1933, assumindo o mandato em novembro desse mesmo ano. Escolhido para a vice-presidência da Constituinte, foi autor do projeto de nacionalização da imprensa, tendo apresentado ainda projetos e emendas de interesse geral que se tornaram leis. Contrário à transformação da Assembleia em Câmara ordinária, votou contra a permissão ao chefe do governo do direito de baixar decretos-leis. Foi autor de leis de regulamentação e amparo das várias categorias profissionais, como caixas e institutos de aposentadoria e pensões dos comerciários e outros, defendendo a criação da Justiça gratuita aos pobres e a isenção de impostos da casa única e de pequeno valor, como proteção ao lar das classes menos favorecidas. Defendeu também a propriedade enquanto meio de subsistência para o trabalhador e sua família.

Em junho de 1934, substituindo provisoriamente o presidente da Assembléia, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, nomeou a Comissão de Redação da nova Carta. Com a promulgação desta em 16 de julho do mesmo ano e a eleição do presidente da República no dia seguinte, teve o mandato prorrogado até maio de 1935, quando assumiram os novos deputados eleitos em outubro de 1934. Nesse mesmo pleito elegeu-se deputado federal pela Bahia na legenda do PSD, mas não chegou a tomar posse em virtude de sua eleição para o Senado pela Assembléia Constituinte da Bahia. Assumiu o mandato de senador em maio de 1935, tendo participado das comissões de Diplomacia e de Tratados e presidido as comissões de Educação e Saúde e de Constituição e Justiça dessa casa. Com o advento do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, teve seu mandato interrompido em consequência da supressão de todos os órgãos legislativos do país. Em março do ano seguinte foi empossado como ministro do Superior — então Supremo — Tribunal Militar (STM).

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 24 de setembro de 1951.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oliveira-joao-pacheco>. Acesso em 26/07/2018.

Fonte: *Diário de Notícias*, Salvador, 1934.

Pedro Calmon:

*dep. fed. BA 1935-1937; reitor UB 1948-1966; min. Educ. 1950-1951.

Pedro Calmon Muniz de Bittencourt nasceu em Amargosa (BA) no dia 23 de dezembro de 1902, filho de Pedro Calmon Freire de Bittencourt e de Maria Romano Muniz de Aragão de Bittencourt. Em sua família destacaram-se Miguel Calmon du Pin e Almeida, o marquês de Abrantes (1794-1865), ministro da Fazenda e dos Estrangeiros no Império, senador e deputado federal; Miguel Calmon du Pin e Almeida (1843-1886), desembargador e presidente das províncias do Ceará em 1885 e do Rio Grande do Sul em 1886, e seus tios Francisco Marques de Góis Calmon (1879-1935), governador da Bahia de 1924 a 1928, e Miguel Calmon du Pin e Almeida (1879-1935), deputado federal pela Bahia, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1906 a 1909 e ministro da Agricultura de 1922 a 1926. Seu primo, Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho (1912-1967), foi deputado federal pela Bahia de 1959 a 1962 e ministro da Fazenda de 1962 a 1963 e seu irmão Nicolau Calmon Muniz de Bittencourt foi desembargador e presidente do Tribunal de Justiça da Bahia.

Aluno do Ginásio da Bahia de 1914 a 1919, entrou para a faculdade de direito de seu estado em 1920, transferindo-se dois anos depois para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a fim de secretariar a Comissão Promotora dos Congressos do Centenário da Independência, a convite de seu tio Miguel Calmon, então ministro da Agricultura. Continuou seus estudos na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, bacharelando-se em dezembro de 1924. Durante esse período trabalhou na imprensa como redator dos jornais O Imparcial e Gazeta de Notícias, no Rio, e A Tarde, na Bahia. Nomeado conservador do Museu Histórico Nacional em 1925, no ano seguinte estreou como orador na tribuna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), por ocasião da comemoração do terceiro centenário da emancipação da Bahia do domínio holandês. Nessa ocasião, com alguns livros de história publicados, já era reconhecido no ambiente intelectual do país.

Em 1927, quando governava a Bahia seu tio Francisco Marques de Góis Calmon, candidatou-se e foi eleito deputado estadual,



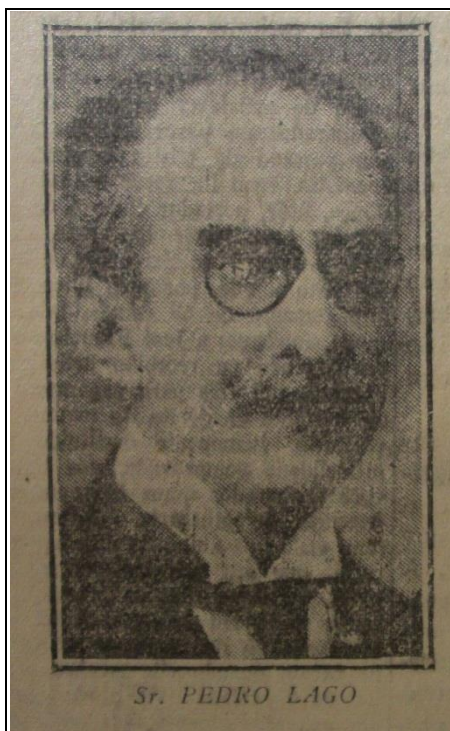
r. PEDRO CALMON, que teve
uma sugestão unanimemente

para um período de três anos, na legenda do segundo Partido Republicano da Bahia, fundado em fevereiro daquele ano. Nessa época submeteu-se a um concurso para professor na Escola Normal da Bahia, mas não chegou a assumir a função porque, após a Revolução de outubro de 1930, o concurso foi anulado. Em 1931, quando já havia publicado vários livros, foi eleito sócio efetivo do IHGB e participou do Congresso Nacional de História. No ano seguinte, representou o Equador na Conferência Pan-Americana de Geografia e História realizada no Rio de Janeiro. Em 1934, mediante concurso, tornou-se livre-docente de direito público constitucional da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Retornando à vida política com a reconstitucionalização do país, em outubro de 1934 elegeu-se deputado federal pela Bahia, na legenda da Concentração Autonomista, assumindo sua cadeira em maio de 1935. Durante seu mandato, quando cresciam no país dois grandes movimentos de massa, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB), pronunciou-se ao lado do deputado João Batista Luzardo contra o ato do ministro da Guerra, general João Gomes Ribeiro Filho, de excluir das fileiras do Exército os militares que participaram de um comício da ANL em 28 de maio de 1935. Ainda em 1935 discursou na escadaria da Câmara em favor dos estudantes, que na ocasião exigiam a redução de 50% nos preços das passagens dos coletivos. Em abril de 1936 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº 16. Permaneceu na Câmara até 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu os órgãos legislativos do país.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-calmon-muniz-de-bittencourt>

Acesso em 03/08/2018

**Pedro Lago:**

*dep. fed. BA 1906-1922; sen. BA 1923-1930; dep. fed. BA 1935-1937.

Pedro Francisco Rodrigues do Lago nasceu em Santo Amaro (BA) no dia 16 de abril de 1870, filho do senhor de engenho e comerciante Francisco Rodrigues do Lago e de Guilhermina Ferreira de Araújo Lago. Coursou o primário em sua cidade natal e o secundário no Colégio São José, em Salvador, ingressando em 1886 na Faculdade de Direito de Recife, pela qual se bacharelou em novembro de 1889. De volta a Salvador, iniciou-se no jornalismo em 1890, ano em que também foi nomeado promotor público na comarca de Mata de São João (BA). Encerrou no ano seguinte suas atividades nessa comarca, passando em seguida a atuar como primeiro promotor na capital baiana, função que exerceu até 1893, quando se elegeu deputado estadual na Bahia na legenda do Partido Liberal. Deixou a Assembléia baiana em 1895, por ocasião da crise política que se instalou no estado após a licença pedida pelo governador Joaquim Rodrigues de Lima. Por não reconhecer a legitimidade do substituto deste, o barão de Jeremoabo, político monarquista, Pedro Lago declarou-se chefe do governo e solicitou forças federais para garanti-lo no cargo, o que todavia não ocorreu. Passou então a exercer exclusivamente a advocacia até 1906, quando assumiu seu primeiro mandato na Câmara Federal na legenda do Partido Republicano Baiano. Reeleito para as legislaturas de 1909-1911 e de 1912-1914, participou das reuniões extraordinárias realizadas pela Câmara entre os meses de janeiro e fevereiro de 1915, sendo mais uma vez eleito para outras duas legislaturas — 1915-1917 e 1918-1920 —, durante as quais integrou a Comissão de Finanças daquela casa.

Militou na imprensa até 1920, tendo fundado na Bahia O Republicano, além de ter atuado como redator e diretor do Diário da Bahia e como colaborador em vários outros jornais do estado. Em 1921 iniciou novo mandato na Câmara Federal, concluindo-o em 1922, ano em que foi eleito senador pela Bahia na vaga aberta com o falecimento de Rui Barbosa. Membro da Comissão de Finanças do Senado, foi ainda relator do orçamento dos ministérios do Interior e Justiça e da Agricultura, além de ter emitido

diversos pareceres sobre questões financeiras. Estava cumprindo esse mandato quando, em março de 1930, com o apoio de todos os partidos políticos, foi eleito governador da Bahia em substituição a Vital Soares, que renunciou para concorrer à vice-presidência da República na chapa de Júlio Prestes, candidato de Washington Luís. Entretanto, teve o mandato interrompido pela Revolução de 1930, que inviabilizou também sua posse como governador da Bahia. Foi então denunciado junto ao Tribunal Especial, órgão criado pelos revolucionários para averiguar a atuação de membros do regime deposto, conforme foi anunciado pela imprensa em janeiro de 1931, tendo uma comissão de sindicância aprovado o processo que contra ele se instaurou. Exilado na Europa, permaneceu em Berlim até o fim desse último ano, quando regressou ao Brasil e passou a se dedicar exclusivamente à advocacia.

Com o retorno ao regime constitucional em julho de 1934, candidatou-se a deputado federal pela Bahia no pleito de outubro desse ano, sendo eleito na legenda do governador Otávio Mangabeira, que reunia a Liga de Ação Social e Política (LASP) e o Partido Republicano Democrático (PRD), em oposição ao interventor Juraci Magalhães. Foi o deputado mais votado em todo o estado tendo assumido o mandato em maio do ano seguinte. Participou da Minoria Parlamentar, bloco interpartidário também chamado Oposições Coligadas, formado na Câmara Federal em janeiro de 1935 e que congregava as bancadas dos vários partidos estaduais contrários ao governo do presidente Getúlio Vargas.

A prisão de quatro deputados e um senador, no início do ano seguinte, determinou uma série de reações entre os membros desse grupo. Tentando esvaziar o caso, o governo enviou mensagem e projeto de decreto solicitando a suspensão das restrições às imunidades parlamentares na sessão de abertura do Congresso, em 3 de maio de 1936. Pedro Lago tentou demonstrar a incongruência da medida, propondo que a Câmara se constituísse em comissão geral para ouvir os detidos. Essa proposta, porém, foi rejeitada. A Minoria Parlamentar desarticulou-se ao final desse ano, desaparecendo após a instalação do Estado Novo (1937-1945), quando foram suprimidos todos os partidos políticos e órgãos legislativos do país. Pedro Lago voltou então

a dedicar-se à advocacia na Bahia, transferindo-se em 1941 para o Rio de Janeiro.

Faleceu no dia 23 de março de 1958.

Reproduzido de CPDOC/FGV. FONTES: ABRANCHES, J. Governos; Boletim Min. Trab. (5/36); CÂM. DEP. Anais (1958, v. 2); CÂM. DEP. Deputados; CÂM. DEP. Relação nominal; CARONE, E. República nova; CONSULT. MAGALHÃES, B.; Diário do Congresso Nacional; Grande encic. Delta; HIRSCHOWICZ, E. Contemporâneos; Ilustração Brasileira (1922); LIRA, A. Senado; MELO, A. Cartilha; NABUCO, C. Vida; SILVA, H. 1931; Tarde (16/4/70).

**Pimenta da Cunha:**

Arnaldo Pimenta da Cunha foi Prefeito de Salvador em 1935. Professor de Astronomia na Escola Politécnica em 1913. Em 1943, presidente do conselho de Administração do Estado da Bahia. Secretário de Viação do governo do Estado da Bahia.

Fonte: <http://www.culturafgm.salvador.ba.gov.br/images/stories/SitiosHistoricos/bustos/pdf/engarnaldopimentadacunha.pdf>.

Acesso em: 07/08/2018.



Deputado PRISCO PARALZO

Prisco Paraíso:

Francisco Prisco de Sousa Paraíso nasceu na cidade de Cachoeira (BA) no dia 6 de maio de 1874, filho de Francisco Prisco de Sousa Paraíso e de Adelaide de Aguiar Paraíso. Seu pai foi deputado federal pela Bahia durante o Império, entre os anos de 1878 a 1885, e ministro da Justiça do gabinete chefiado pelo conselheiro Lafayette Pereira (1883), depois da Proclamação da República (15/11/1889); foi constituinte de 1891 e novamente deputado federal de 1891 a 1893. Iniciou seus estudos no Colégio Abílio, no Rio de Janeiro, então capital do Império, passando depois para o Colégio Manuel Florêncio, na Bahia. Em 1890 ingressou na Faculdade de Direito de Recife, concluindo o curso na Faculdade da Bahia em 1894, quando passou a exercer a advocacia em sua cidade natal. De volta a Salvador, em 1896 tornou-se professor catedrático na faculdade pela qual se bacharelou.

Iniciou sua vida política elegendo-se deputado estadual na Bahia. Assumiu seu mandato em abril de 1899 e licenciou-se em maio de 1900 por ter sido nomeado secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do governador Severino Vieira (1900-1904). Permaneceu nesse cargo até janeiro de 1904 e, em maio desse mesmo ano, foi eleito deputado federal pela Bahia, ocupando sua cadeira de julho de 1904 a dezembro de 1905. Reeleito, voltou à Câmara Federal em maio de 1906 e, durante essa legislatura, participou da cisão do Partido Republicano da Bahia, ocorrida em 1907. Não obtendo número de votos suficiente para o período seguinte, deixou a Câmara ao final de seu mandato, em dezembro de 1908. Mais uma vez eleito, assumiu nova cadeira de deputado federal em maio de 1915, permanecendo na Câmara até dezembro de 1917.

Em 1919 tornou-se professor catedrático do Ginásio da Bahia. De 1928 a 1930 foi novamente secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, agora na gestão do governador Vital Soares (1928-1930). Com a eleição de Vital Soares para a vice-presidência da República, na chapa encabeçada por Júlio Prestes, o governo da Bahia passou, em julho de 1930, para as mãos do presidente do Senado Estadual, Frederico Costa. Após a eclosão do movimento revolucionário no dia 3 de outubro desse ano

e diante do pedido de exoneração do então chefe de polícia Bernardino Madureira de Pinho, Prisco Paraíso foi designado por Frederico Costa, que se mantinha fiel ao presidente Washington Luís, para ocupar a Secretaria de Polícia e Segurança Pública do estado no dia 8 de outubro. Permaneceu no cargo até o dia 11 do mesmo mês, quando foi substituído pelo novo secretário de Polícia e Segurança, Pedro Azevedo Gordilho. Com a vitória do movimento revolucionário em âmbito nacional, através da deposição de Washington Luís em 24 de outubro, a Bahia passou a ser governada pelo interventor federal Ataliba Osório e Prisco Paraíso afastou-se provisoriamente da vida pública.

Em 1932 tornou-se catedrático do Ginásio Ipiranga, e no pleito de maio do ano seguinte foi eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte pela Bahia na legenda do Partido Social Democrático (PSD) desse estado. Assumindo sua cadeira em novembro do mesmo ano, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição do presidente da República no dia seguinte, teve seu mandato prorrogado até maio de 1935. Eleito mais uma vez deputado federal por seu estado em outubro de 1934, permaneceu na Câmara até 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu os órgãos legislativos do país.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-prisco-de-sousa-paraiso> Acesso em 26/07/2018

**Rafael Menezes:**

*dep. fed. BA 1934-1937.

Rafael Menezes Silva elegeu-se deputado federal pela Bahia em outubro de 1934, na legenda da Concentração Autonomista, de oposição ao interventor Juraci Magalhães. Exerceu o mandato de 1º de setembro de 1935 a 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo extinguiu os órgãos legislativos do país.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rafael-menezes-silva>. Acesso em: 03/08/2018.



Dr. RAUL ALVES DE SOUSA.
candidato avulso à renovação da
bancada federal

Raul Alves:

*dep. fed. BA 1912-1914 e 1916-1923.

Raul Alves de Sousa nasceu em Sento Sé (BA) no dia 11 de agosto de 1879, filho de Juvêncio Alves de Sousa e de Amélia Clara Sento Sé. Diplomou-se em ciências jurídicas pela Faculdade Livre de Direito da Bahia em 1898 e iniciou a carreira profissional como promotor público em Juazeiro (BA) de 1898 a 1899. Elegeu-se deputado estadual para a legislatura 1899-1900 na vaga surgida com a renúncia do deputado Pedro Vicente Viana, mas em 2 de setembro de 1899 foi indicado secretário de Polícia e Segurança Pública do governo de Luís Viana (maio 1896 a maio 1900). De 1901 a 1908 foi promotor público em Petrolina (PE). Fundou em Juazeiro, em 1908, o jornal Folha do Povo, e voltou à Assembleia Legislativa baiana nas legislaturas 1909-1910 e 1911-1912. No curso desta última renunciou ao mandato por ter sido eleito, em março de 1912, deputado federal pela Bahia. Sua vaga na Assembleia foi preenchida Américo Alves de Sousa, que faleceu no exercício do mandato. Empossado na Câmara dos Deputados em maio de 1912, exerceu o mandato até dezembro de 1914. Em 26 de fevereiro de 1916, o Senado Estadual da Bahia reconheceu sua eleição para ocupar a vaga surgida com a renúncia de Antônio Pacheco Mendes, nomeado intendente (prefeito) de Salvador. Entretanto, a 1º de abril, comunicou ao Senado Estadual que não iria tomar posse, por haver sido nomeado secretário do Interior Justiça e Instrução Pública pelo governador Antônio Muniz (maio 1916 a maio 1920). Ainda na legislatura 1915-1917 retornou à Câmara dos Deputados, por ter sido eleito, em 1º de outubro de 1916, para ocupar a vaga surgida com a morte de José Bernardo de Sousa Brito a 21 de maio daquele ano. Renovou o mandato nas legislaturas 1918-1920 e 1921-1923, deixando a Câmara em dezembro deste último ano. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 9 de maio de 1958.

Fonte: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALVES,%20Raul.pdf>. Acesso em: 07/08/2018.



Dr. J. J. SEABRA, que foi mu-

Seabra:

José Joaquim Seabra nasceu em Salvador no dia 21 de agosto de 1855, filho de José Joaquim Seabra e de Leopoldina Alves Seabra.

Concluindo os preparatórios em Salvador e ingressando na Faculdade de Direito de Recife, colaborou na Revista Acadêmica de Ciências e Letras. Bacharelou-se em 1877, ocasião em que recebeu o prêmio destinado ao melhor aluno do estabelecimento. Depois da formatura, de volta à Bahia, foi nomeado primeiro promotor público de Salvador pelo então presidente da província, Henrique Pereira de Lucena, barão de Lucena. Retornou em seguida a Recife para doutorar-se em direito. Aprovado em concurso para lente substituto da faculdade onde estudara, recebeu a nomeação em março de 1880.

Tido como notável orador, participou da campanha abolicionista e, em 1889, elegeu-se deputado geral pela Bahia, inscrevendo em seu programa a tese da federação das províncias. Devido à proclamação da República (15/11/1889), não chegou a assumir o mandato e, após a mudança do regime, foi nomeado lente catedrático de economia política e diretor da Faculdade de Direito de Recife. Em 1891, foi eleito deputado pela Bahia à Assembléia Nacional Constituinte.

Adepto da política do marechal Deodoro da Fonseca, presidente da República de 1889 a 1891, e do barão de Lucena, ministro do governo de Deodoro, apoiou o golpe de 3 de novembro de 1891, que dissolveu o Congresso. Com a renúncia de Deodoro 20 dias depois, passou a mover cerrada oposição ao marechal Floriano Peixoto, participando em 1892 das manifestações públicas que visavam a sua deposição e a retomada do cargo presidencial pelo marechal Deodoro. Fracassada a rebelião, foi um dos deportados para Cucuí, no alto Amazonas, e perdeu o cargo de diretor da Faculdade de Direito de Recife.

Anistiado logo depois, voltou aos trabalhos na Câmara Federal e continuou em firme campanha contra o governo. Quando, a 6 de setembro de 1893, eclodiu a Revolta da Armada, sob o comando do almirante Custódio de Melo, Seabra juntou-se aos

rebeldes a bordo do navio Aquidabã. Em seguida, acometido de malária, teve que exilar-se em Montevideu. Na capital uruguaia, escreveu violentos artigos de denúncia contra Floriano Peixoto nos jornais El Siglo e La Razón. Também publicou artigos em El Diario, de Buenos Aires.

Decretada a anistia após o final do governo de Floriano (1894), voltou ao Brasil em outubro de 1895 e obteve reintegração em suas funções na Faculdade de Direito de Recife em 1897, tendo sido recebido com festas pelos estudantes e pela congregação.

Ainda em 1897, elegeu-se deputado federal pela Bahia. No dia 28 de maio desse ano, apresentou na Câmara uma moção de solidariedade ao presidente da República, Prudente de Moraes, por sua firmeza em sufocar uma rebelião da Escola Militar desencadeada dois dias antes. A moção, proposta em um momento de forte crise, em meio à campanha de Canudos, demandava principalmente uma definição do Partido Republicano Federal (PRF), o qual, embora aliado do governo, não lhe prestava apoio incondicional. Apesar de derrotada no Congresso, a iniciativa de Seabra enfraqueceu a unidade do PRF e desencadeou o processo que iria conduzir à sua cisão e ao fortalecimento da posição do presidente da República.

Reeleito deputado federal para a legislatura 1900-1902, J. J. Seabra foi líder da maioria na Câmara no último ano da presidência de Campos Sales (1898-1902). Em 15 de novembro de 1902, renunciou ao mandato para assumir o Ministério do Interior e Justiça do governo Rodrigues Alves. Nesse cargo, em novembro de 1904, esteve ao lado do presidente durante a revolta da Escola Militar contra a Lei da Vacinação Obrigatória.

Deixou o ministério em maio de 1906 e elegeu-se senador por Alagoas. Sua eleição, entretanto, não foi reconhecida.

Em 1909, tornou-se novamente deputado federal pela Bahia e voltou a exercer a liderança da maioria na Câmara. Renunciou mais uma vez ao mandato para assumir em 1910 a pasta da Viação no governo do marechal Hermes da Fonseca, tendo promovido, enquanto ministro, a duplicação da estrada da serra do Mar.

Candidato à presidência da Bahia nas eleições de janeiro de 1912, enfrentou acirrada oposição, numa situação de crise estadual em que a cidade de Salvador chegou até mesmo a ser bombardeada por suas próprias fortalezas, por ordem do comandante da região militar. Apesar do clima tenso, Seabra foi eleito no dia 28 de janeiro, para o que renunciara ao ministério na véspera, e tomou posse no dia 29 de março.

Seu governo foi relativamente tranqüilo, e elaborou um vasto programa de obras para cuja execução pediu a banqueiros ingleses um empréstimo de três milhões de libras, conseguindo apenas um milhão. Esta quantia foi empregada na remodelação da cidade de Salvador e no desenvolvimento de vias de comunicação. Além disso, criou a Imprensa Oficial e o Tribunal de Contas do estado.

Em agosto de 1915, Seabra passou o governo ao seu substituto constitucional, coronel Augusto Rodrigues da Costa, e reelegeu-se deputado federal. No exercício de mais esse mandato, foi membro das comissões de Justiça e de Finanças da Câmara e presidente da Comissão Especial do Código Civil.

Em 1917, foi eleito para o Senado Federal, em substituição a José Marcelino de Sousa, que havia falecido. Durante a gestão (1916-1920) de Antônio Muniz de Aragão, seu amigo pessoal, no governo da Bahia, fundou no estado o Partido Republicano Democrático (PRD), ao qual se filiou o presidente do estado. Em 1919, cogitou-se de seu nome para candidato à presidência da República, em pleito resultante do falecimento do mandatário eleito, Rodrigues Alves. A escolha, entretanto, recaiu sobre Epitácio Pessoa.

Em 1920, ao mesmo tempo em que forças federais intervinham na Bahia para esmagar o movimento dos “coronéis” do interior contra o governo estadual de Muniz de Aragão, J. J. Seabra elegeu-se de novo para a presidência da Bahia, embora já se pudesse sentir seu enfraquecimento político e sua candidatura tivesse de enfrentar a oposição, entre outros, de Rui Barbosa, que

comandou pessoalmente a campanha de seu adversário.

Durante essa administração, construiu vias férreas e estabelecimentos de ensino primário, secundário e superior, tendo ainda desenvolvido obras no porto da capital. Na verdade, a ação de J. J. Seabra à frente do governo da Bahia se estendeu de 1912 a 1924, levando-se em conta a perfeita identificação de Antônio Muniz de Aragão com as diretrizes de seu chefe político.

Em 1922, foi candidato à vice-presidência da República na chapa da Reação Republicana, encabeçada por Nilo Peçanha. Nessa condição, participou da intensa campanha eleitoral em que se procurou indispor com as forças armadas o outro candidato à presidência, Artur Bernardes, atribuindo-lhe a autoria das chamadas “cartas falsas”, nas quais ele teria insultado os militares. Publicados no Correio da Manhã, esses documentos foram objeto de sindicância que concluiu mais tarde por sua inautenticidade. O episódio suscitou a formação de uma comissão de inquérito no Clube Militar e acirrou a oposição das forças armadas a Bernardes.

Tendo perdido as eleições, J. J. Seabra tentou ainda assim conquistar o cargo por ocasião da morte, antes da posse, do vice-presidente eleito, Urbano Santos. Afirmando ter sido Seabra o segundo candidato mais votado, o juiz federal o apoiou, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu-se por Estácio Coimbra, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, como candidato único ao cargo.

Considerado um dos inspiradores da Revolta de 6 de Julho de 1922, o presidente baiano, sem o apoio da presidência da República e dos “coronéis” locais, perdeu sua força política. Em março de 1924 foi eleito para substituí-lo um candidato de oposição ao PRD. Pela primeira vez em doze anos, Seabra deixava de ganhar um pleito na Bahia. O novo governador, Francisco Marques de Góis Calmon, tomou posse sob estado de sítio, dado o tenso ambiente político no estado. Com isso, J. J. Seabra exilou-se na Europa, tendo retornado somente em 1927. Nesse ano, foi eleito intendente do Conselho Municipal do

Distrito Federal, sendo mais tarde escolhido para a presidência do mesmo conselho.

Empolgado pela plataforma da Aliança Liberal, a ela aderiu e, em 20 de setembro de 1929, participou, como representante da Bahia, da convenção nacional destinada a indicar os candidatos liberais à presidência e à vice-presidência da República, respectivamente Getúlio Vargas e João Pessoa. Foi também escolhido presidente honorário da comissão executiva da Aliança Liberal, tendo ainda participado, na Bahia, da caravana liberal que percorreu diversos estados no Nordeste, discursando nos comícios realizados em Salvador e Ilhéus.

Em 1930, após a derrota dos candidatos liberais nas eleições de março, esteve inicialmente ao lado do movimento que depôs Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes. Com a mudança de regime, foi nomeado juiz do Tribunal Especial pelo Governo Provisório. Em 1932, no entanto, já em desacordo com os rumos tomados pela revolução, apoiou o levante constitucionalista desencadeado em São Paulo no mês de julho. Na Bahia, colocou-se em franca oposição ao interventor Juraci Magalhães, que, para pacificar o estado, estabeleceu uma aliança com a força anti-revolucionária do coronelismo local, enquanto desencadeava uma forte campanha contra aqueles que denominou “bacharéis personalistas do passado”.

Eleito para a Assembléia Nacional Constituinte de 1933 na legenda A Bahia Ainda é a Bahia, J. J. Seabra atuou em oposição a Vargas, o que o colocava em minoria dentro da bancada baiana, liderada por Antônio Garcia de Medeiros Neto. Discordou publicamente da realização de eleições presidenciais antes de ser aprovada a nova Carta Constitucional. De igual modo, criticou a prorrogação dos mandatos dos deputados da Assembléia, no período compreendido entre julho de 1934, quando se promulgou a Constituição, e outubro do mesmo ano, quando se realizaram novas eleições para a Câmara Federal.

Nesse pleito, em que também foram escolhidos representantes às assembleias estaduais, o Partido Social Democrático da Bahia, de Juraci Magalhães, elegeu 18 dos 24 deputados ao Legislativo local. Para a Câmara Federal Seabra foi o único opositor vitorioso, na legenda Governador Otávio Mangabeira, que reunia a Liga de Ação Social e Política (LASP) e o partido que

chefiava, o PRD.

Em novembro de 1937, com a implantação do Estado Novo, encerrou sua vida pública, mantendo-se porém em intransigente oposição a Vargas.

Morreu no Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1942. Pouco depois, no dia 16, seu corpo foi trasladado para Salvador. Em sua homenagem, a cidade baiana de Campestre foi rebatizada como Doutor Seabra, atualmente Seabra.

Reproduzido de: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joaquim-seabra>. Acesso em 26/07/2018

Fonte da imagem: *Diário de Notícias*, Salvador, 1934.



Raymundo Barbosa:

Raimundo Rodrigues Barbosa nasceu no Pará em 18 de outubro de 1875. Sentou praça em janeiro de 1890, ingressando na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Tornou-se alferes em novembro de 1894, primeiro-tenente em janeiro de 1907, capitão em setembro do ano seguinte, major em novembro de 1913, tenente-coronel em agosto de 1918 e coronel em julho de 1921. Exercia o comando da 8ª Região Militar, sediada em Belém, quando eclodiu em São Paulo, no dia 5 de julho de 1924, a revolta tenentista liderada pelo general Isidoro Dias Lopes contra o presidente Artur Bernardes. Os rebeldes paulistas ocuparam a capital do estado durante três semanas, rumando em seguida para o interior, de onde seguiram para o sul. Nesse ínterim, levantaram-se as guarnições do Exército em Aracaju, no dia 12 de julho, e em Manaus no dia 23. Na capital amazonense, os revoltosos, liderados pelos tenentes Alfredo Ribeiro Júnior e Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, depuseram o governador Turiano Meira e organizaram uma junta governativa, obtendo grande apoio da população. Foram, contudo, dominados pelas forças federais comandadas pelo general João de Deus Mena Barreto. Como Turiano Meira se recusasse a reassumir o cargo, Raimundo Barbosa foi designado para substituí-lo em agosto, na condição de governador militar do estado. Exerceu essa função por pouco tempo, sendo substituído pelo capitão-de-mar-e-guerra Hormidas de Albuquerque.

Após a Revolução de 1930, Raimundo Barbosa foi promovido, em maio de 1931, a general-de-brigada. Encontrava-se no comando da 6ª Região Militar, sediada em Salvador, quando, em julho de 1931, assumiu interinamente a interventoria federal na Bahia, substituindo Artur Neiva, que renunciara. Durante o curto período em que foi interventor teve atuação discreta, limitando-se a despachar o expediente e a manter a ordem pública. Em setembro do mesmo ano foi substituído por Juraci Magalhães.

Após a decretação do Estado Novo, em novembro de 1937, foi nomeado, em fevereiro do ano seguinte, ministro do Superior — então Supremo — Tribunal Militar (STM). Eleito vice-presidente do órgão em junho de 1943, aposentou-se, a pedido, em

outubro desse ano.

Bacharel em matemática e ciências físicas, colaborou também na imprensa e escreveu, *História do Superior Tribunal Militar* (1952).

Faleceu no Rio de Janeiro em 1968.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/barbosa-ramundo-rodrigues>. Acesso em: 26/07/2018



Simões Filho

*jornalista; dep. fed. BA 1924-1930; min. Educ. 1951-1953.

Ernesto Simões da Silva Freitas Filho nasceu em Cachoeira (BA) no dia 4 de outubro de 1886, filho de Ernesto Simões da Silva Freitas e de Maria Emília Rosa da Silva Freitas. Dedicando-se desde cedo ao jornalismo, ainda no ginásio fundou uma revista humorística, O Papão. Mais tarde, quando cursava a Faculdade Livre de Direito da Bahia, participou, ao lado do futuro líder político Otávio Mangabeira, da redação da Gazeta do Povo, jornal de que se tornaria proprietário em 1907, ano de sua formatura.

Nessa época, cindiu-se em duas alas o Partido Republicano da Bahia (PRB) e Simões Filho ficou do lado do governador José Marcelino de Sousa, que apoiava a candidatura ao governo estadual de João Ferreira de Araújo Pinho, afinal eleito. A outra ala, liderada pelo senador federal Severino Vieira, apoiava a candidatura de Joaquim Inácio Tosta. Com a eleição presidencial de 1910, redefiniu-se o quadro da elite dirigente baiana e Simões Filho colocou-se em oposição ao governo federal. Nesse pleito o PRB apoiou as candidaturas de Rui Barbosa e de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, afinal derrotadas, enquanto o chefe oposicionista na política local, José Joaquim Seabra, deu seu apoio à chapa vitoriosa, composta pelo marechal Hermes da Fonseca e por Venceslau Brás. Chamado a ocupar a pasta da Viação, J. J. Seabra fundou em seguida o Partido Republicano Democrata (PRD) e, nessa legenda, com o apoio do presidente Hermes, elegeu-se governador em janeiro de 1912.

Embora Simões Filho tivesse iniciado sua carreira jornalística e política sob a liderança de Seabra, rompeu com ele definitivamente pouco depois de sua posse no governo baiano. Nessa ocasião, acompanhou a posição do chefe do Partido Republicano Conservador, Luís Viana, que fora deixado à margem do acordo pré-eleitoral firmado entre o PRB e o PRD.

Em outubro de 1912 Simões Filho fundou o jornal A Tarde, que seria considerado o grande órgão renovador da imprensa no

estado, dirigindo-o contra J. J. Seabra. Nessa posição manteve-se o jornal durante os 12 anos em que as forças seabristas governaram a Bahia. Em 1914 A Tarde liderou uma campanha contra o intendente (cargo correspondente ao do atual prefeito) de Salvador, Júlio Viveiros Brandão, acusado de corrupção. O intendente foi afastado do cargo e durante algum tempo esteve proibido de assumir qualquer função público-administrativa no país. Outra campanha vitoriosa do jornal foi movida contra Antônio Pacheco Mendes, também intendente de Salvador, entre 1916 e 1917. Acusado igualmente de cometer irregularidades na administração, Pacheco Mendes acabou demitido.

Crescia o prestígio de Simões Filho, que em 1917 tornou-se membro da Academia de Letras da Bahia. Sob sua liderança e a de Rui Barbosa, a última grande campanha de A Tarde nesse período foi movida contra a candidatura de J. J. Seabra ao governo do estado nas eleições de dezembro de 1919. Realizado o pleito, situação e oposição reivindicaram a vitória e o jornal, visando uma intervenção federal, estimulava e alardeava as brigas entre os “coronéis” no sertão baiano. A intervenção acabaria ocorrendo em fevereiro de 1920, mas no mês seguinte Seabra seria confirmado governador pela Assembléia estadual. Com relação aos movimentos grevistas que ocorreram em Salvador em meados de 1919, A Tarde assumiu uma posição diferente chegando Simões Filho a atuar como elemento mediador nesses conflitos. Isso se explica pelo fato de que a burguesia industrial e exportadora engrossava, na época, as fileiras da oposição.

Com a vitória de Artur Bernardes no pleito presidencial de março de 1922, o seabrismo entrou em declínio. Preterido em favor do maranhense Urbano Santos para concorrer à vice-presidência da República na chapa de Bernardes, Seabra decidiu fundar, junto com o ex-presidente Nilo Peçanha, a Reação Republicana, concorrendo como vice de Nilo. A súbita morte de Urbano Santos dois meses após as eleições levou Seabra a tentar na Justiça garantir o direito de assumir a vice-presidência. Enquanto pleiteava a nomeação, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), foi substituído no governo baiano pelo presidente do Senado estadual, o coronel Frederico Costa.

O desgaste que esses fatos provocaram no PRD, até então partido dominante na Bahia, estimulou a oposição a se reorganizar para disputar as eleições para o governo do estado em dezembro de 1923. As eleições legislativas estaduais de fevereiro desse ano serviriam como uma espécie de prólogo. Assim, em janeiro, Pedro Lago, Vital Soares e Simões Filho, entre outros, convocaram uma reunião plenária no edifício de A Tarde e fundaram a Concentração Republicana da Bahia (CRB). À nova agremiação aderiram o mais poderoso “coronel” do vale do São Francisco, Geraldo Rocha, e as famílias mais importantes do litoral do estado, os Calmon e os Mangabeira.

Os resultados das eleições de fevereiro de 1923 foram interpretados de maneiras divergentes pela oposição e pela situação, cada uma se julgando vencedora. Instalaram-se duas assembleias e funcionários do governo federal compareceram ostensivamente à posse dos oposicionistas. Eleito deputado estadual segundo a junta apuradora instalada pela CRB, Simões Filho foi escolhido presidente da chamada Câmara Mirim.

Em dezembro, nas eleições para o Legislativo federal e o governo do estado, mais uma vez os dois lados se declararam vencedores. Arlindo Leoni, o candidato apoiado por J. J. Seabra, impetrou um pedido de habeas-corpus no STF para tomar posse no governo, enquanto a assembleia oposicionista pedia a intervenção federal. Com base nesse pedido, em março de 1924 Artur Bernardes decretou o estado de sítio na Bahia por 30 dias e o comandante da região militar empossou o candidato apoiado pela CRB e por Bernardes, Francisco Marques de Góis Calmon, que era presidente do Banco Econômico da Bahia.

No mesmo pleito Simões Filho elegeu-se deputado federal para o triênio 1924-1926. Deixando a direção de A Tarde, transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, indicando o jornalista Ranulfo de Oliveira para o cargo de redator-chefe do jornal.

Em janeiro de 1927, as forças políticas da CRB reagruparam-se, formando o Partido Republicano Baiano. Ligado à facção dos Calmon, Simões Filho obteve no pleito de março daquele ano novo mandato de deputado federal. Na nova legislatura, foi líder

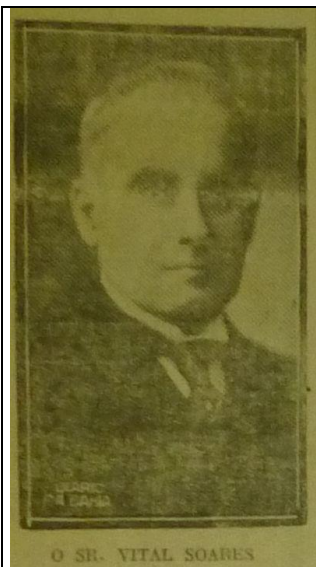
da maioria na Câmara de Deputados, condição na qual destacou-se como o principal articulador da candidatura do governador baiano Vital Soares à vice-presidência da República nas eleições de março de 1930. Vital Soares integrou a chapa de Júlio Prestes, presidente de São Paulo e candidato do presidente da República Washington Luís à sua sucessão. Realizado o pleito, a chapa do Catete saiu vitoriosa e na mesma ocasião Simões Filho foi reconduzido à Câmara Federal. Porém, com o advento da revolução que dissolveu os corpos legislativos do país, acabou perdendo o mandato.

Durante a Revolução de 1930, A Tarde incentivou até o último momento os “batalhões patrióticos” que se movimentaram em defesa da ordem constituída. Entretanto, quando a insurreição tornou-se vitoriosa, o jornal passou a aplaudir as manifestações populares de apoio aos chefes revolucionários. Embora com uma atuação considerada neutra durante as interventorias estaduais de Leopoldo Amaral (1/11/1930 a 18/2/1931) e de Artur Neiva (18/2 a 15/7/1931), A Tarde e seu proprietário não escaparam aos processos de sindicância instalados nessa época na Bahia pela justiça revolucionária. Simões Filho exilou-se então na Europa, retornando ao Brasil em fevereiro de 1932. Sua permanência no país, entretanto, durou pouco. Apoiando a Revolução Constitucionalista de 1932, em novembro teve que exilar-se novamente na Europa, após a derrota do movimento.

De volta ao Brasil em 1933, Simões Filho comandou de seu jornal o combate ao interventor na Bahia, Juraci Magalhães, que tomara posse em julho de 1931 e governaria até o advento do Estado Novo já como governador constitucional a partir de 1935. Marcou época a “Campanha pela libertação da Bahia”, que A Tarde promoveu em março de 1934, por ocasião das comemorações do aniversário de Rui Barbosa. Colocando-se no primeiro momento em oposição ao Estado Novo, instaurado no dia 10 de novembro de 1937, Simões Filho apoiou em seu estado o governo do interventor Landolfo Alves (1938-1942) e manteve-se em posição de neutralidade diante do governo de Renato Pinto Aleixo (1942-1945). Durante a Segunda Guerra Mundial esteve sempre a favor das forças aliadas.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernesto-simoes-da-silva-freitas-filho>

Acesso em 03/08/2018



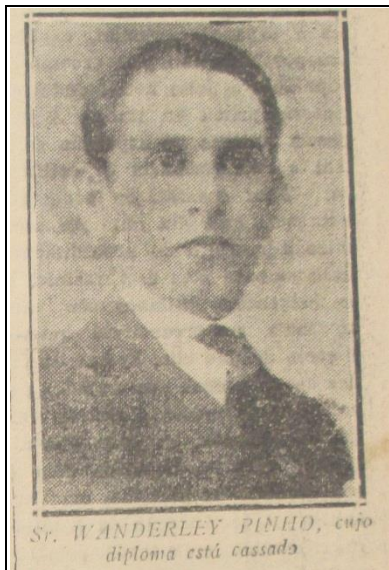
Vital Soares:

*dep. fed. BA 1926-1927; gov. BA 1928-1930.

Vital Henrique Batista Soares nasceu em Água Preta, atual Uruçuca, no município de Valença (BA), no dia 3 de novembro de 1874, filho de Firmo Batista Soares e de Rosalina Henrique Soares. Quando criança foi confiado pelos pais aos cuidados do tio, Firmino Soares, vigário de Macaúbas, que se encarregou da sua instrução primária e início do curso preparatório. Mudou-se para Salvador a fim de concluir esse curso e ingressar na Faculdade de Direito da Bahia. Quando estudante, participou da fundação da revista *Sírus*, para a qual produziu seus primeiros trabalhos políticos. Junto a outros estudantes participou da questão de Canudos, publicando manifestos que negavam o caráter antirrepublicano da comunidade sertaneja, e condenando o morticínio perpetrado pelas forças governamentais na região. Concluiu o curso de direito em 1898, sendo escolhido orador da turma. Pouco depois, foi nomeado promotor público da comarca de Macaúbas, onde permaneceu até 1902, quando se mudou para a capital a fim de exercer a profissão. Ingressou na política em 1908, no governo José Marcelino (1904-1908), quando foi eleito para o Conselho Municipal de Salvador. Foi um fervoroso partidário de Rui Barbosa, e sua atuação na Campanha Civilista, na sucessão presidencial de 1910, valeu-lhe o ostracismo político. Ao término do seu mandato, em 1911, tentou a reeleição sem sucesso. Durante os 12 anos de domínio do grupo de José Joaquim Seabra na Bahia (1912-1924), não logrou obter um mandato eletivo. Candidatou-se a deputado federal em 1915 e a deputado estadual em 1919, mas não foi eleito. Diante desses fracassos eleitorais, resolveu se afastar da política, dedicando-se à advocacia e aos negócios privados. Convidado por Francisco Marques de Góis Calmon a integrar a equipe do escritório de advocacia que este herdara do tio e pai adotivo Inocêncio Marques de Araújo Góis, tornou-se seu homem de confiança. Em 1917, a convite deste, ingressou na diretoria do Banco Econômico da Bahia. Com a ascensão de Góis Calmon ao governo do estado (1924-1928), após intervenção federal que

destronou J. J. Seabra, sua escalada política foi vertiginosa. Em 1925 foi eleito para o Senado estadual, onde exerceu a função de líder da maioria; no ano seguinte renunciou para ocupar a vaga de deputado federal aberta com a morte de Álvaro Cova; na Câmara dos Deputados, foi líder da bancada em substituição a Otávio Mangabeira, que havia assumido o Ministério das Relações Exteriores; finalmente, em 1927 renunciou para se candidatar ao governo do estado, sendo eleito governador para o quadriênio 1928-1932. Também em 1927 foi organizado o Partido Republicano da Bahia (PRB), sem qualquer ligação com o PRB das primeiras décadas republicanas, ao qual se filiou. À frente do governo, deu continuidade ao programa administrativo de Góis Calmon, assegurando a ligação do setor comercial-financeiro com a política estadual. Na sua curta, mas dinâmica administração, enfrentou os efeitos da crise econômica de 1929, que atingiu gravemente o setor agroexportador da Bahia. Entre outras obras públicas, construiu o novo edifício da Imprensa Oficial. Em agosto de 1930 transmitiu o governo a Frederico Augusto Rodrigues da Costa, para se candidatar à vice-presidência da República pela “chapa do Catete”, encabeçada por Júlio Prestes, presidente do estado de São Paulo. Após conturbado processo eleitoral, a chapa Júlio Prestes-Vital Soares, concorrendo com a da Aliança Liberal, formada por Getúlio Vargas e João Pessoa, foi reconhecida vitoriosa pelo Congresso Nacional. Como vice-presidente eleito, viajou para a Europa em tratamento de saúde, pretendendo voltar em novembro para a posse, ao lado do presidente eleito Júlio Prestes. Em outubro de 1930, contudo, o sistema político da nação foi bruscamente alterado pela revolução que colocou Getúlio Vargas no poder. Vital Soares preferiu permanecer na Europa até 1931. Em 1932, afastado da política, foi nomeado professor honorário da Faculdade de Direito da Bahia, mas não chegou a receber o título, por problemas de saúde. Faleceu em Salvador, no dia 19 de abril de 1933, aos 58 anos, vítima de uma esclerose precoce. Sem haver-se casado e sem filhos, Vital Soares já havia doado à Prefeitura de Macaúbas o casarão, hoje arquivo do município, que herdara do tio, monsenhor Firmino Soares.

Fonte: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SOARES,%20Vital.pdf>. Acesso em 07/08/2018.



Wanderley Pinho:

*dep. fed. BA 1924-1930 e 1935.

José Wanderley de Araújo Pinho nasceu em Santo Amaro (BA) no dia 19 de março de 1890, filho de João Ferreira de Araújo Pinho e de Maria Luísa Wanderley de Araújo Pinho. Seu pai foi presidente da província de Sergipe em 1876 e governador da Bahia de 1908 a 1911. Seu avô materno, João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe, foi deputado de 1843 a 1856, presidente da Bahia em 1852, ministro da Marinha em 1855 e 1868, senador pela Bahia de 1856 a 1899, ministro da Fazenda em 1865, ministro dos Estrangeiros em 1869, 1875 e 1885 e vice-presidente do Conselho de Ministros de 1885 a 1888. Diplomou-se em ciências jurídicas e sociais em 1910, pela Faculdade Livre de Direito da Bahia. Exerceu a advocacia em Salvador, no Rio de Janeiro (então Distrito Federal) e em sua cidade natal, tornando-se promotor público do município de Mata de São João (BA) e da capital baiana. Iniciou sua vida política elegendo-se deputado federal pela Bahia no pleito de 1924. Empossado em maio daquele ano, foi reeleito em 1927. Durante o exercício de seu mandato, foi por diversas vezes relator do orçamento da Marinha da Câmara.

Eleito mais uma vez em março de 1930, em outubro seguinte teve o mandato interrompido em virtude da dissolução dos órgãos legislativos do país, em decorrência da vitória da Revolução de 1930. Com a reconstitucionalização do país, elegeu-se, no pleito de outubro de 1934, deputado federal pela Bahia. Assumindo o mandato em maio de 1935, deixou a Câmara em outubro do mesmo ano.

Durante o Estado Novo (1937-1945) participou, como delegado do estado da Bahia, do Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo em janeiro de 1945. Reunindo expressivo número de intelectuais de variadas tendências políticas, o Congresso emitiu declaração em favor da democracia e das liberdades políticas, constituindo uma contundente tomada de posição contra o regime. Com o fim do Estado Novo em 1945 e a redemocratização do país, Wanderley Pinho foi nomeado

prefeito de Salvador pelo governador Otávio Mangabeira (1947-1951). Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 8 de outubro de 1967.

Publicou, além de artigos em revistas e jornais, Política e políticos do Império (1930), Cotegipe e seu tempo (1937), Dom Marcos Teixeira, quinto bispo do Brasil (1940), Salões e damas no Segundo Reinado (1942), História de um engenho do Recôncavo (1946), Testamento de Mem de Sá, A sabinada e Caxias. Foi o editor das Cartas do imperador dom Pedro II ao barão de Cotegipe (1935).

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-wanderley-de-araujo-pinho>. Acesso em: 03/08/2018.

**Xavier Marques:**

Francisco Xavier Ferreira Marques, jornalista, político, romancista, poeta, biógrafo e ensaísta, nasceu na ilha de Itaparica, BA, em 3 de dezembro de 1861, e faleceu em Salvador, BA, em 30 de outubro de 1942. Iniciou os primeiros estudos em sua cidade natal. Cedo se transferiu para a cidade de Salvador, matriculando-se no colégio do Cônego Francisco Bernardino de Sousa. Na capital baiana dedicou-se ao jornalismo, atividade que só interrompeu durante o segundo dos seus dois mandatos legislativos: Deputado Estadual na Bahia, de 1915 a 1921, e Federal, de 1921 a 1924. Havia nele, porém, mais do que um jornalista. Ao mesmo tempo que escrevia seus artigos, ia criando romances. Ao romance de estreia *Boto e companhia* (1897), seguiu-se a novela *Jana e Joel* (1899), considerada a sua melhor obra. Sua ficção é das mais representativas na área regionalista e praieira baiana, a cujos valores permaneceu sempre fiel. Publicou também volumes de poesia, de linguagem parnasiana, coletâneas de contos e ensaios. Alcançou vários prêmios literários em sua longa vida de escritor, entre os quais um prêmio da Academia Brasileira de Letras, em 1910, pelo romance *Sargento Pedro*. Gozou sempre de grande prestígio na Bahia, onde vivia como um patriarca literário, cercado de consideração, respeito e amor de todos.

Segundo ocupante da cadeira 28, foi eleito em 24 de julho de 1919, na sucessão de Inglês de Sousa, e recebido pelo acadêmico Goulart de Andrade em 17 de setembro de 1920.

Fonte: <http://www.academia.org.br/academicos/xavier-marques/biografia>. Acesso em 07/08/2018. Acesso em 07/08/2018

